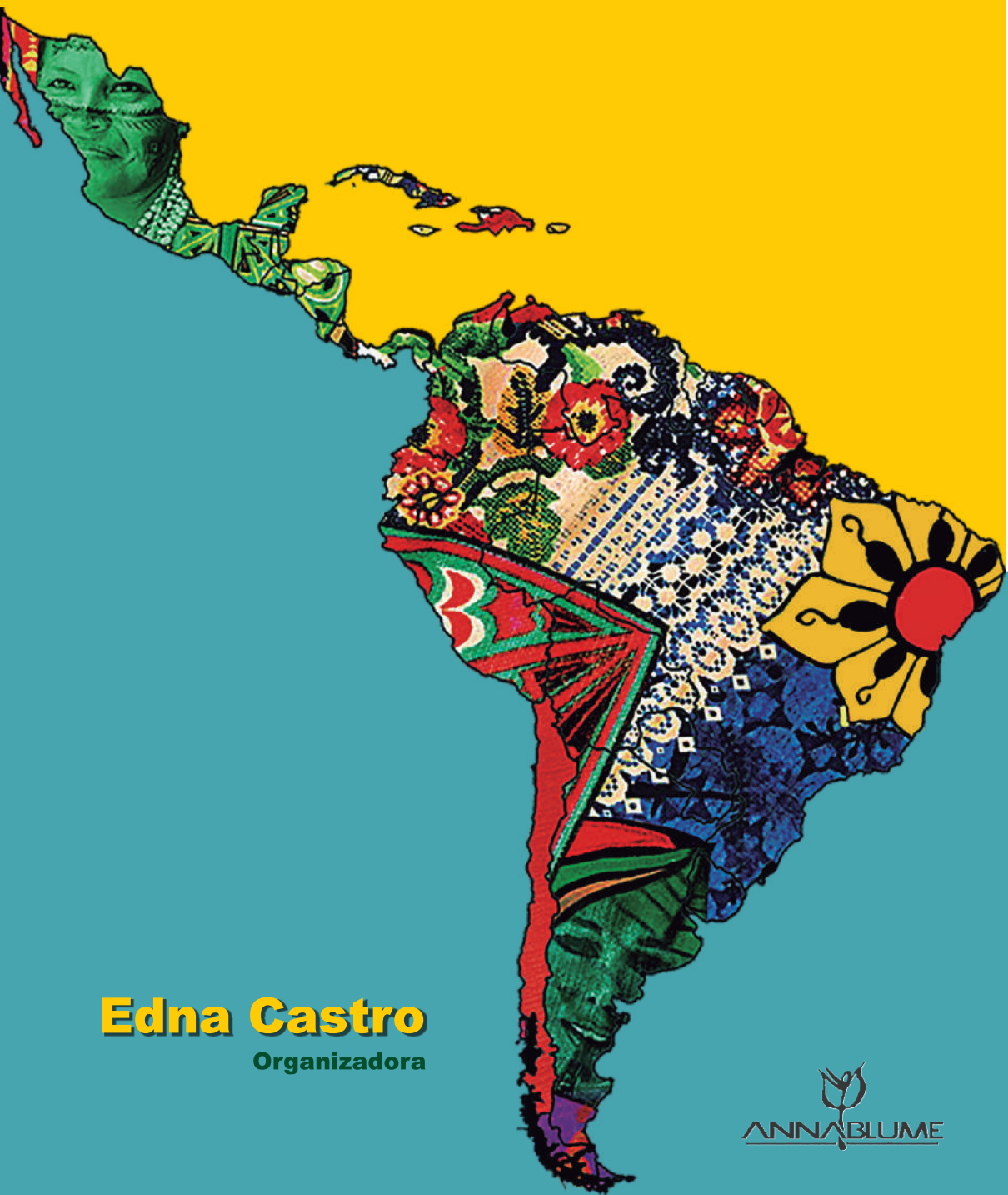


pensamento crítico
Latino-americano



Edna Castro
Organizadora


ANNABLUME

pensamento crítico
latino-americano

reflexões sobre políticas e fronteiras

Edna Castro
(org.)

pensamento crítico latino-americano

reflexões sobre políticas e fronteiras

Edna Castro
(org.)



Belém | 2019

Conselho Editorial

Annablume Editora

Área de Sociologia

Conselho Científico

Frédéric Vandenberghe

Iram Jácome Rodrigues

Jacob Carlos Lima

José Ricardo Ramalho

Josué Pereira da Silva

Editoração eletrônica

Ione Sena

Capa

Andrea Pinheiro

Revisão

Albano Gomes

Rafaela Carneiro

Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Pensamento crítico latino-americano / Edna Castro, organizadora. – São Paulo: Annablume: 2019.

424 p.: il.; 23 cm.

Inclui bibliografias

ISBN: 978-85-39109-72-2

1. Epistemologias. 2. Pensamento social. 3. Teoria do conhecimento. 4. América Latina. I. Castro, Edna. II. Título.

CDD 22. ed. 306.4

Elaborada por: Rosângela Caldas Mourão - CRB-2/888

Sumário

- 7 | Prefácio
José Vicente Tavares dos Santos (Brasil)
- 23 | Introdução
Edna Castro (Brasil)
- PARTE I - Giro decolonial, tempos e imaginários**
- 35 | Razão decolonial, experiência social e fronteiras epistemológicas
Edna Castro (Brasil)
- 63 | O “giro decolonial” latino-americano e a razão do Outro: a transmodernidade como deslocamento epistemológico
Adelia Miglievich-Ribeiro (Brasil)
- 85 | Todos los tiempos, el Tiempo, en este cibermundo...inabarcable
Ana María Araújo (Uruguay)
- 97 | Restaurar la democracia en América Latina: descolonización del pensamiento y la práctica político-social
Héctor A. Poggiese (Argentina)
- PARTE II - Políticas, desastres e espaço colonial**
- 109 | Las narrativas que construyen un sentido comun extractivista
Eduardo Gudynas (Uruguay)
- 131 | A construção da Amazônia enquanto espaço colonial, *double bind* e populações locais
Carlos Potiara Castro (Brasil)
- 149 | Genealogía de un desastre: la historia ambiental de una zona de sacrificio en la bahía de Quintero, Chile
Paola Bolados García e Bárbara Jerez Henríquez (Chile)

- 171 | O desastre continuado das UHEs de Santo Antônio e Jirau ou o que decorre da privatização e financeirização de um grande rio amazônico
Luis Fernando Novoa Garzon (Brasil)

PARTE III - Espaços em construção e dimensões simbólicas

- 197 | Amazônia: da dependência a uma nova situação colonial
Violeta Refkalefsky Loureiro (Brasil)
- 225 | Que diabos está havendo? Algumas breves considerações sobre a neoliberalização do espaço social
Ester Limonad (Brasil)
- 253 | Las Glorias, espacio en construcción. Notas para una reflexión sobre la dimensión simbólica de las prácticas
Sara Alonso (Espanha)
- 293 | Territórios dos povos das águas marajoaras: saberes e práticas sociais de comunidades ribeirinhas do rio Parauaú
Eunápio Dutra do Carmo (Brasil)

PARTE IV - Agriculturas, disputas e estratégias

- 317 | Questão agrária: configurações de disputas de modelos de agricultura
Delma Pessanha Neves (Brasil)
- 353 | Dendê, mandioca, outras culturas: agriculturas em disputa no Nordeste Paraense
Dalva Maria da Mota, Heribert Schmitz, Moisés Mourão Júnior e Dérick Lima Gomes (Brasil)
- 383 | Economías étnicas locales, Amazonía y globalización: estrategias etnoecológicas de comunidades Shuar del Ecuador
Pablo Paño Yáñez (Equador)
- 411 | Terras tradicionalmente ocupadas, agronegócio e estratégias de redefinição fundiária na Amazônia brasileira
Eliane Cantarino O'Dwyer (Brasil)
- 421 | Autores

Prefácio: caminhos para uma epistemologia crítica mundial

José Vicente Tavares dos Santos

Este livro – *Pensamento crítico latino-americano: reflexões sobre fronteiras e construção do conhecimento* – se insere em um processo amplo de construção de uma sociologia crítica mundial. A organizadora, Edna Castro, salienta em sua Introdução:

Os capítulos publicados nesta coletânea visitam dimensões de uma problemática comum que é o conhecimento, trazendo à luz abordagens distintas para responder questões formuladas com a pretensão de ir mais além do pensado sobre a América Latina. Eles se debruçam sobre a formação e a atualidade do pensamento latino-americano (FANON, 1952), e inauguram uma tradição de pesquisa sobre as sociedades que foram deixadas à margem, ou não pensadas, no *corpus* da ciência ocidental.

O livro é composto por quatro partes. A primeira discute os atuais movimentos epistemológicos acerca do poder, do espaço, a razão do Outro, a inversão do olhar e a descolonização do pensamento. A segunda parte analisa as políticas, os desastres e o espaço colonial, mediante a discussão do extrativismo, das populações locais e dos desastres ambientais. A terceira parte analisa as dimensões simbólicas e as estratégias ecológicas dos espaços em construção. A quarta parte diz respeito a disputas entre modelos de agriculturas. Pretendemos, a seguir, inserir esta importante obra no movimento de revolução científica para a construção de uma epistemologia crítica mundial.

A tradição epistemológica de construção das novas ciências e humanidades foi composta por vários momentos relevantes até chegar a uma epistemologia crítica mundial: 1) o novo espírito científico e as revoluções científicas; 2) a reconstrução sociológica da realidade; 3) o conceito de complexidade; 4) a interdisciplinaridade; 5) o diálogo entre as ciências; 6) a criatividade na ciência; e 7) as epistemologias do Sul.

O século XX construiu um novo espírito científico, desde o advento da teoria da relatividade de Einstein, seguida pela mecânica quântica, a mecânica de ondas e as matrizes de Heisenberg. Gaston Bachelard propôs o conceito de *novo espírito científico* para significar a dinâmica do conhecimento em movimento; assume uma epistemologia não-cartesiana, ou seja, a ideia de que o progresso da ciência ocorre por meio da colocação de problemas e de rupturas epistemológicas.

O *novo espírito científico* é orientado pelo sentido do problema, definido pela criação e produção de noções e conceitos capazes de construir verdades relativas, em um procedimento de aproximação contínua da verdade (BACHELARD, 1984).

Em segundo lugar, esta operação assume o exercício da vigilância epistemológica em seus três graus: a atenção aos fatos e acontecimentos relevantes para fins científicos, o cuidado com a aplicação rigorosa dos métodos de interpretação e de investigação, e a vigilância epistemológica sobre o próprio modo do procedimento científico. A lógica da descoberta é valorizada sobre a lógica da prova, uma nova abordagem científica guiada pelo desconhecido e pela busca da atração de alternativas explicativas.

Em terceiro lugar, o novo espírito científico supõe um pensamento relacional, um sistema de relações entre os fatos que são analisados pela ciência contemporânea. Pois, não é o ser que ilumina a relação, mas é a relação que ilumina o ser (BACHELARD, 1984), abordagem aplicada à Sociologia por Pierre Bourdieu (BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON, 1973).

Outro passo na discussão foi o conceito de revolução científica, proposto por Kuhn: começou pela definição de ciência normal como “a pesquisa firmemente baseada em uma ou mais realizações científicas passadas, conquista que uma comunidade científica em particular reconhece, por um tempo, como fornecendo a base para sua prática” (KHUN, 1962, p. 10). Depois, Kuhn afirma que “os episódios extraordinários em que essa mudança de compromissos profissionais ocorre são conhecidos neste ensaio como revoluções científicas” (KUHN, 1962, p. 6). Mais ainda: “as revoluções científicas são consideradas como aqueles episódios de desenvolvimento não

cumulativo nos quais um paradigma mais antigo é substituído, no todo ou em parte, por um novo incompatível” (KUHN, 1962, p. 92). Muitas vezes, nessa passagem há questões envolvendo relações de micropolítica e de poder inerentes ao campo científico (BOURDIEU, 2012).

Neste momento, dispomos de dois conceitos importantes para compreender a interdisciplinaridade e a criatividade na ciência: o novo espírito científico e as revoluções científicas. Agora, precisamos avançar para as reflexões sobre a reconstrução sociológica da realidade.

Retomar Florestan Fernandes significa atualizar o iniciador da sociologia crítica brasileira que formulou os problemas cruciais para o processo de investigação nas ciências sociais socialmente comprometido. O denso estudo de Florestan Fernandes intitulado “A reconstrução da realidade nas ciências sociais”, publicado em 1967, tem influenciado várias gerações de cientistas sociais no Brasil.

O referido texto tenta sugerir uma vinculação entre as diferentes fases do trabalho científico. Em primeiro lugar, tornar evidente a conexão lógica entre as diversas fases da pesquisa nas ciências sociais, em seus três principais momentos, quais sejam: a definição do objeto de investigação, o processo de observação e o processo de interpretação. Em segundo lugar, o texto analisa as distâncias e diferenças entre os “dados brutos” e as “instâncias empíricas”, enquanto um processo analítico privilegiado do processo de trabalho científico. Finalmente, o texto enfatiza as várias fases e dimensões do processo de observação da realidade social, vinculando-o estreitamente aos propósitos teóricos da investigação e ao compromisso com a transformação social.

Os três momentos do processo de trabalho sociológico precisam manter uma coerência lógica interna, e em cada um deles torna-se preciso exercer os três graus de vigilância epistemológica: sobre o objeto real, sobre os métodos de investigação e de interpretação, e sobre o uso que se faz de cada um destes métodos. Nesse sentido, a tarefa a que se propõe o autor é explicitar os procedimentos intelectuais constitutivos do processo de reconstrução da realidade social, na plenitude de suas significações:

Em primeiro lugar, a reconstrução tem que ser entendida como representação analítica, como reconstituição empírica pura dos caracteres e propriedades da realidade social. Em segundo lugar, ela precisa ser encarada como representação sintética, como explanação descritiva e interpretativa da realidade social, mediante categorias universais do pensamento científico (FERNANDES, 1967, p. 39).

A reconstrução da realidade social, enquanto processo analítico de trabalho intelectual, configura-se no resultado de um conjunto de procedimentos que otimizam a fecundidade da relação “sujeito-investigador” nas ciências sociais. A primeira fase desse procedimento da pesquisa social consiste na definição do objeto de investigação, pois é o “sistema de referência” escolhido pelo investigador que vai orientar a atividade de pesquisa (FERNANDES, 1967). A definição do objeto torna-se crucial como eixo ordenador do percurso científico que orienta a delimitação tanto da parcela da realidade social quanto da esfera teórica que serão discutidas no processo de pesquisa. A limitação do alcance explicativo da ciência social diante da realidade social ilimitada impõe a necessidade da escolha das tarefas da ciência (FERNANDES, 1967).

A definição do objeto da pesquisa possibilita definir os sistemas de referência teórica a serem utilizadas e os alvos teóricos a que se pretende chegar, sintetizados em um problema sociológico para o qual o trabalho deverá dar um encaminhamento.

Ou seja, o problema sociológico indica quais são os aspectos da realidade a serem observados. A partir dali, estabelecem-se os procedimentos de abordagem da realidade social mediante a operação das teorias existentes sobre o objeto, dos métodos de investigação e dos métodos de interpretação disponíveis. Ou seja, o momento inicial da pesquisa é o lugar privilegiado de estabelecimento de uma orientação teórico-metodológica do trabalho do investigador, seja da coleta de dados, seja da manipulação analítica do material colhido, seja, enfim, da manipulação interpretativa dos dados e informações disponíveis.

O segundo momento da pesquisa científica consiste no processo de observação da realidade social cujo resultado é a reconstrução empírica do objeto da investigação, mediante a qual aquele processo

preenche a função de converter dados discretos e aparentemente caóticos em uma representação analítica, mas unitária e unívoca, das propriedades, natureza e condições de produção dos fenômenos a que aqueles dados digam respeito (FERNANDES, 1967, p. 15).

Reside no processo de observação a operação básica do procedimento científico de converter os “dados brutos” em “matéria-prima do conhecimento científico”, ou, na expressão original do Autor, em instâncias empíricas. A construção do objeto da investigação sociológica realiza-se mediante a depuração empírica progressiva dos dados brutos, por meio da eliminação dos elementos acidentais, circunstanciais e fortuitos, para chegar aos elementos empíricos fundamentais, responsáveis pela produção e pela natureza dos processos sociais em foco.

Essa complexa operação lógica, fundada na indução, viabiliza-se por intermédio de um conjunto de operações técnicas. A primeira delas consiste na acumulação de dados brutos, sensíveis e imediatos, com o emprego das diferentes técnicas de investigação disponíveis nas ciências sociais: a pesquisa de reconstrução histórica; o trabalho de campo utilizando entrevistas, questionários e formulários, ou histórias de vida; a pesquisa bibliográfica; e a coleta de dados. O resultado desse primeiro conjunto de operações consiste na montagem de uma “documentação”, ou “corpus”, referente ao universo histórico e empírico da pesquisa.

A segunda operação consiste especificamente na obtenção das “instâncias empíricas” por meio da organização, crítica e classificação do material. Trata-se, agora, de determinar a significação relativa dos dados, por meio de um fichário das informações e da verificação de sua consistência e de seu grau de complementaridade. Chegar às “instâncias empíricas” significa constituir a matéria-prima do processo de reflexão sociológica.

A terceira operação do processo de observação abrange procedimentos analíticos que ampliam o âmbito de significação das instâncias empíricas. Por um lado, implica na construção, por via indutiva, do “tipo empírico”, isto é, do fenômeno social em sua manifestação empírica “pura”. Em seguida, torna-se imperioso submeter fenômenos empíricos típicos a “processos analíticos de

observação” ou, mais rigorosamente, a “métodos de investigação”, como por exemplo: o método monográfico ou do estudo de caso; o método ecológico; o método histórico ou o método estatístico. Colocando em ação os “métodos de investigação”, o pesquisador consegue repor os fenômenos típicos nos contextos de sua produção e de sua manifestação de forma a situar sua significação no contexto sócio histórico de sua ocorrência.

Como resultado do processo de observação, tem-se um conhecimento descritivo, no qual as explicações acerca dos fenômenos sociais investigados somente são válidas para o universo histórico e empírico no qual se concentra a investigação. Se esse nível de conhecimento pode ser legítimo e útil para pesquisas “monográficas”, a generalização propriamente sociológica necessita de vários outros passos.

A continuidade entre o processo de investigação e o processo de interpretação é assegurada logicamente, em primeiro lugar, pela definição dos alvos teóricos, a qual perpassa todas as fases da pesquisa; em segundo lugar, a continuidade lógica é assegurada pela utilização da análise no tratamento das evidências históricas e empíricas (FERNANDES, 1967).

A fim de continuar o processo de abstração e generalização, deve-se ressaltar que a passagem da “caracterização empírica” da realidade para a explicação sintética decorre da premissa da formação da inferência indutiva. Na prática, tal presunção enfrenta os problemas decorrentes da variação dos sistemas de referência empírica nas ciências sociais, assim como aqueles oriundos da diversidade de maneiras de operar com os fenômenos observados. As soluções a estes problemas são de duas ordens.

Na primeira delas, opta-se pela definição de um “sistema fechado” de referência empírica, sobre o qual se coleta a documentação básica e a partir do qual se elabora um conhecimento capaz de descrever e explicar as conexões existentes na produção e manifestação dos fenômenos sociais nos limites do referido sistema. Ou seja, é um conhecimento que se pode denominar de “explicação descritiva”. Porém, esta primeira solução também é explorada em projetos de pesquisa explicativa, quando a discussão de problemas teóricos impõe a seleção de sistemas sociais concretos, ou quando um sistema social

concreto é visualizado por meio das questões teóricas que ele suscita. Neste plano, o tipo de conhecimento a que se chega pode ser denominado de “explicação interpretativa” (FERNANDES, 1967).

Na segunda solução dos problemas de formação da inferência indutiva, temos as modalidades de explicação interpretativa que ampliam o alcance teórico das explicações dos fenômenos sociais, válidos agora para situações similares de ocorrência, prescindindo assim da referência a sistemas empíricos restritos. Trata-se da construção de “tipos esquemáticos” (FERNANDES, 1967). Os métodos de interpretação clássicos das ciências sociais que operam com a construção de “tipos esquemáticos” são o método de compreensão (Weber), o método objetivo (Durkheim) e o método dialético (Marx), os quais visam a elaborar, respectivamente o “tipo ideal” o “tipo médio” e o “tipo extremo”.¹

Somente ao se atingir essa fase da pesquisa é que se pode afirmar que foi construído um conhecimento sociológico da realidade social, mediante a operação sucessiva e articulada da caracterização empírica da realidade, resultado do processo de observação, e da explicação da realidade social, produto do processo de interpretação.

Finalmente, o estudo de Florestan Fernandes indica que o produto da reconstrução sociológica da realidade social é um conhecimento sintético e generalizador que se funda em procedimentos empírico-indutivos de observação e de interpretação. Em outras palavras, trata-se da construção do conhecimento sociológico da totalidade social. No que diz respeito aos elementos axiológicos na pesquisa social. Florestan Fernandes afirmou:

Depois de muita mistificação sobre a ‘neutralidade científica’ e suas implicações, o sociólogo redescobre que a explicação sociológica, ao nível macro histórico, não pode ser dissociada do pensamento crítico e de uma posição militante sem se perverter. O que volta a unir sociologia e socialismo.²

O próximo passo na construção de uma epistemologia crítica mundial foi o conceito de complexidade sintetizado por Edgar Morin. Esta abordagem

¹ Para a discussão dos “métodos de interpretação”, cf. Fernandes, Florestan, 1967, Parte II “Os problemas de indução na Sociologia”, p. 41-74.

² Fernandes (1976, p. 125); cf. tb. P. 140/141.

científica interdisciplinar é um princípio dialógico: o pensamento complexo é intersubjetivo, isto é, o ser humano produz o conhecimento na intersubjetividade; e a própria objetividade, nessa visão, envolve a subjetividade. Para Morin, é essencial para definir a complexidade de um objeto buscar sua compreensão interdisciplinar, explorando o multidimensional, a multicausalidade e as inter-relações entre os fenômenos múltiplos (MORIN, 1986). Dessa forma, o conhecimento é construído por meio de uma visão complexa do pesquisador ou das redes de pesquisadores (BAUMGARTEN, 2005).

Em termos da construção do conhecimento, o paradigma da complexidade busca superar o realismo e o subjetivismo por intermédio de uma postura relacional, relativa e múltipla. A relatividade vem tanto da relatividade dos meios de conhecimento quanto da relatividade do real. A multiplicidade diz respeito aos vários níveis de realidade e à multiplicidade de realidades (MORIN, 1986). Retoma-se a relação entre o real, o irreal e a descoberta do real, preocupação presente, desde finais do século XIX, na sociologia, na psicanálise e no romance policial (BOLTANSKI, 2012; TAVARES-DOS-SANTOS *et al*, 2019).

O método da complexidade exige pensar sem se encerrar nos conceitos, procurando quebrar as esferas fechadas e restabelecer as conexões entre os pensamentos, muito desarticuladas pelo raciocínio simplista: por meio de complexidade, podemos compreender a multidimensionalidade, a temporalidade e a espacialidade relativas (MORIN, 1986). A interdisciplinaridade implica a complementaridade, o enriquecimento mútuo e a combinação de conhecimentos disciplinares, o que nos conduz a uma nova era científica, plena de possibilidades.

A convicção de que os complexos problemas da sociedade moderna somente podem ser explicados e resolvidos a partir de uma perspectiva interdisciplinar leva ao ponto crucial do ensino e da pesquisa. Em outras palavras, a aprendizagem é um processo ativo de construção do conhecimento, de combinações, de hibridismos, permeado por condições sociais e pela estrutura cognitiva do processo de aprendizado. Daí uma capacidade de continuar a aprendizagem em contextos de mudança tecnológica e

sociocultural acelerada, reflexo de uma expansão contínua do conhecimento; e uma motivação para a busca de espaços intermediários de conexão entre o conteúdo das diversas disciplinas, a fim de realizar projetos que envolvam a aplicação de conhecimentos referentes a diversos assuntos; enfim, trata-se de estimular o desfrute da leitura e da escrita, bem como o exercício da atividade intelectual crítica (BERNHEIM; CHAUI, 2003).

O conceito de interdisciplinaridade supõe uma articulação de várias disciplinas em que o foco é o objeto, o problema ou questão complexa para a qual a resposta não é suficiente apenas em uma área do conhecimento. Pois a prática da interdisciplinaridade tem seu próprio momento de definição de objeto compartilhado: são momentos específicos da articulação conjunta dos instrumentos. A análise disciplinar de dados requer outra compreensão e interpretação e a articulação das diferentes contribuições disciplinares: o diálogo e articulação de fragmentos disciplinares a fim de analisar um objeto complexo na prática científica.

A interdisciplinaridade distingue três níveis da realidade:

a. o nível da aplicação: por exemplo, quando os métodos da física nuclear são transferidos para a medicina, o que leva ao aparecimento de novos tratamentos para o câncer; a utilização do conceito de microfísica na análise do poder; e a noção de campo na sociologia.

b. o nível epistemológico, como a transferência de métodos da lógica formal para a área do direito em geral, gerando análises interessantes de epistemologia do direito;

c. o nível de geração de novas disciplinas: os métodos da matemática são transferidos para a física, gerando a física matemática; ou são transferidos para fenômenos meteorológicos ou processos do mercado de ações, gerando uma teoria do caos; e a transferência de métodos da física de partículas para a astrofísica, produzindo a cosmologia quântica; e a passagem de métodos computacionais para as artes e literatura, levando à arte computacional ou digital, e às humanidades digitais (NICOLESCU, 2002, p. 43).

Este modo de explicação científica foi construído pela autorregulação (termodinâmica) e pelo indeterminismo (as estatísticas e a ideia de mundos possíveis). Se somarmos a outros princípios - como a heterogeneidade, a complexidade, os recursos computacionais, a cibernética - este conjunto de noções torna possível um cenário favorável ao surgimento de uma linhagem de abordagens interdisciplinares.

Estamos diante de uma situação que se caracteriza pelo aparecimento de uma pluralidade de campos interdisciplinares, entre os quais destacamos: sociologia da conflitualidade, ciências cognitivas, cibernética, termodinâmica, ciência da computação e fractais, biologia molecular, neurofisiologia, linguística computacional, inteligência artificial, teoria do caos, redes neurais, sistemas complexos, biodiversidade, nanotecnologia, genoma humano, sistemas especialistas, biosferas, espaço, biofísica e bioquímica (TAVARES-DOS-SANTOS, 2009; GONZALEZ-CASANOVA, 2004).

Este processo interdisciplinar inclui também as ciências sociais, o que implica a construção de um novo diálogo entre as ciências físicas e naturais e as ciências humanas. Assiste-se ao desenvolvimento da “inovação social e tecnológica”, uma importante tentativa de cunhar híbridos projetos para lidar com as novas questões sociais mundiais (BAUGARTEN, 2005). Em outras palavras, a interdisciplinaridade pressupõe “a questão das possibilidades de criação de novos conceitos, referenciais teóricos, modelos, teorias e novas metodologias de pesquisa e tecnologias”, permitindo a “inovação na produção de conhecimento” (ALVARENGA *et al.*, 2011, p. 59).

Heisenberg procurou mostrar que é impossível traçar uma trajetória bem definida de uma partícula quântica: a indeterminação reinando em escala quântica é uma indeterminação constitutiva, fundamental e irreduzível, mas não significa imprecisão. O aleatório quântico é um aleatório construtivo, o que significa a possibilidade de construção do mundo físico: o maior impacto cultural da revolução quântica é ter colocado em causa o dogma filosófico contemporâneo da existência de um único nível de realidade. A física quântica nos fez descobrir que a abstração não é um mero intermediário entre nós e a natureza, mas é uma das partes constituintes da natureza. Na física quântica,

o formalismo matemático é inseparável da experiência (GONZALEZ-CASANOVA, 2004).

No entanto, a lógica quântica também modificou o segundo axioma da lógica clássica, o axioma da não-contradição, incluindo a não-contradição entre os valores binários de verdade (A, não-A). A lógica formal não tinha considerado outra possibilidade, a modificação do terceiro axioma, o princípio do terceiro excluído. Ao contrário, a lógica do terceiro incluído é uma lógica complexa, formal e multicausal, pois trabalha com três possibilidades: a compreensão do axioma do terceiro incluído – existe um terceiro mandato “T” que é tanto A como não-A – é derivada da noção de ‘níveis de realidade’ (LOBO, 2008).

A lógica do contrário incluído envolve a tensão entre contraditórios que promove uma unidade que inclui e ultrapassa a soma dos dois termos. Por esses caminhos, as ciências contemporâneas estão fabricando um novo senso comum, um “conhecimento prudente para uma vida decente” (SOUSA SANTOS, 2003).

A sociedade contemporânea poderia ser definida como uma sociedade do conhecimento, cujas características principais são a comunicação, as redes, a criatividade e a inovação (SALES; FOURNIER, 2007). Vivemos em uma sociedade informacional onde a integração de novas tecnologias, como a microeletrônica, os sistemas de informação e as telecomunicações oferecem uma plataforma digital que está produzindo uma nova era da sociedade mundial, na qual cresce o poder da comunicação (CASTELLS, 2009).

Na sociedade do conhecimento, a abordagem interdisciplinar traz a criatividade como uma dinâmica fundamental na experiência, apresentando propriedades apropriadas para a mente humana: imaginação, percepção, descoberta e invenção. Mais um elemento básico para alcançarmos a epistemologia crítica mundial.

Segundo Böhm, a ação de aprendizagem interdisciplinar é um trabalho de produção de criatividade e de inovação (BÖHM, 2004). A partir da organização da vida em diferentes níveis de complexidade, podemos considerar que a criatividade supõe um alto nível de complexidade cognitiva, caracterizada por duas dimensões sociais: a internacionalização das múltiplas

culturas e a prática de evocação cultural ampla, identificando a fabricação de culturas híbridas (SALES; FOURNIER, 2007; CANCLINI, 2003). Certamente, este livro é um belo exemplo analítico das culturas híbridas na América Latina, desde a Amazônia.

O desenvolvimento ampliado da criatividade necessita tanto de condições institucionais quanto de mentes humanas que nela trabalhem. Este tipo de orientação está sendo fabricada com a participação de instituições e cientistas em redes intelectuais: “as redes intelectuais são caracterizadas pela circulação e pelo rearranjo de ideias, argumentos intensos, bem como pela energia emocional” (SALES; FOURNIER, 2007, p. 20).

A mente dos cientistas deve trabalhar em um processo dinâmico que permita a criatividade e a originalidade, incorporadas na própria psique e na experiência cotidiana. Böhm escreveu:

Para ter certeza, o cientista enfatiza o aspecto de descobrir unicidade e totalidade na natureza. [...]. Mas, a fim de descobrir a unidade e totalidade, o cientista tem que criar novas estruturas globais de ideias que são necessários para expressar a harmonia e beleza que pode ser encontrado na natureza (BÖHM, 2004, p. 3).

Böhm estimula o caminho intelectual por meio de várias trilhas do conhecimento: arte, música, arquitetura e matemática, a teoria quântica e a sociologia. Propõe um estado de espírito criativo:

Em um ato criativo de percepção, um primeiro tomar conhecimento (geralmente não-verbal) de um novo conjunto de diferenças relevantes, e começa-se a sentir-se fora ou não notar um novo conjunto de semelhanças [...]. Isto leva a um novo fim, que, em seguida, dá origem a uma hierarquia de novas encomendas, que constitui um conjunto de novos tipos de estrutura (BÖHM, 2004, p. 20).

O físico menciona uma “imaginação construtiva”, não muito longe do conceito de “imaginação sociológica” desenvolvido por Wright Mills, em 1959:

O que eles precisam, e que eles sentem que precisam, é uma qualidade de espírito que irá ajudá-los a usar informações e desenvolver a razão, a fim de alcançar somatórios lúcidos do que está acontecendo no mundo e do que pode estar acontecendo dentro de si. É essa qualidade, eu vou lutar, que os jornalistas e acadêmicos, artistas e públicos, cientistas e editores estão vindo a esperar do que pode ser chamado de imaginação sociológica [...]

Nós viemos a saber que cada indivíduo vive, de um geração para a outra, em alguma sociedade; que ele vive uma biografia, e que ele vive dentro alguns sequência histórica. [...] A imaginação sociológica nos permite compreender a história e biografia e as relações entre os dois dentro da sociedade (MILLS, 2000, p. 5-6).

Recentemente, Young elabora um conceito semelhante para entender o controle e o desvio social na modernidade tardia, a “imaginação criminológica” (YOUNG, 2011).

O aspecto central da abordagem interdisciplinar nos levou à criatividade e à inovação, como vetores para o futuro:

A circulação de ideias, conversas, debates e conflitos que ocorrem dentro de instituições de pesquisa e de redes mobiliza indivíduos, alguns dos quais, talvez graças à sua alta complexidade cognitiva, terão sucesso em produzir rearranjos criativos, que vão mudar o pensamento, a cultura e as práticas sociais (SALES; FOURNIER, 2007, p. 23).

A produção criativa do conhecimento também reconhece a descontinuidade do pensamento científico, enquanto prioridade à investigação que tem a finalidade de: a) descobrir novos fatos; b) inventar novas técnicas de conhecimento; c) estabelecer categorias, no sentido de conceitos fundamentais, que determinam o tipo dos objetos científicos e constituem um novo campo científico. Em outras palavras, Canghilhem escreve que o progresso científico, por ruptura epistemológica, impõe frequentemente uma remodelagem da história de uma disciplina que não podemos considerar a mesma, porque por seu nome habitual, perpetuado pela inércia linguística, desenvolve-se um objeto diferente (CANGHILHEM, 1983)

A posição defendida por Boaventura de Sousa Santos por Epistemologias do Sul parte de uma premissa semelhante: temos de transformar o mundo ao mesmo tempo que permanentemente o reinterpretamos; tanto quanto a própria transformação, a reinterpretação do mundo é uma tarefa coletiva (SOUSA SANTOS, 2019). Por outro lado, as epistemologias do Sul referem-se à

Produção e à validação de conhecimentos ancorados nas experiências de resistência de todos os grupos sociais que têm sido sistematicamente vítimas de injustiça, da opressão e da destruição causada pelo capitalismo, pelo colonialismo e pelo patriarcado (SOUSA SANTOS, 2019, p.17).

Nesta perspectiva, surgem dois desafios epistemológicos: como descolonizar o conhecimento e as metodologias por meio das quais ele é conhecido? Como produzir conceitos e teorias híbridos e pós-abissais, na linha de uma mestiçagem descolonizada cuja mistura de conhecimentos, culturas, subjetividade e práticas subverta a linha abissal em que se baseiam as epistemologias do Norte? (SOUSA SANTOS, 2019). Ressalta, então a necessidade de uma ecologia de saberes, ou seja, “as epistemologias do Sul valorizam em especial a diversidade cognitiva do mundo, procurando construir procedimentos capazes de promover o interconhecimento e a inter inteligibilidade” (SOUSA SANTOS, 2019, p. 177).

Enfim, o autor propõe uma imaginação epistemológica capaz de

- 1- Comparar ou contrastar o conhecimento científico e o conhecimento artesanal, a fim de imaginar as diferentes preocupações que cada um deles transmite e os diferentes interesses a que cada um deles serve ou pode servir. [...]
- 2 - Imaginar perspectivas surpreendentes. [...]
- 3- Imaginar, com a possibilidade de verificação posterior, as diferentes formas através das quais diferentes tipos de conhecimento podem contribuir, positiva ou negativamente, para uma dada luta social, a partir do ponto de vista das diferentes partes envolvidas (SOUSA SANTOS, 2019, p. 189-190).

Em outras palavras, a tarefa de desenvolver ecologias dos saberes vai depender do envolvimento dos cientistas solidários com as lutas sociais emancipadoras.

Talvez o desenvolvimento da sociologia da conflitualidade na América Latina seja um exemplo desse movimento. A construção de um saber crítico sobre o delito, o desvio e as violências superou a Escola de Chicago, a criminologia positivista, o direito penal ortodoxo, os estudos policiais funcionalistas e a sociologia inglesa do desvio. Pode, assim, construir um outro ponto de vista sociológico, pleno de pesquisas empíricas, de estudos de políticas públicas e de reflexões sobre o controle social, movimento intelectual que chegou a vislumbrar alternativas democráticas para a superação das violências (BRICEÑO-LEÓN, 2002; BARREIRA; GONZÁLEZ ARANA; TREJOS ROSERO, 2013; TAVARES-DOS-SANTOS, 2010; TAVARES-DOS-SANTOS *et al.*, 2016; TAVARES-DOS-SANTOS *et al.*, 2019).

Este livro – *Pensamento crítico latino-americano: reflexões sobre fronteiras e construção do conhecimento* – representa um passo importante na construção

de uma epistemologia crítica mundial. Essas reflexões permitem fabricar um saber crítico mundial, a partir da Amazônia, no qual o conhecimento é produzido por uma crítica da experiência e do problema a ser investigado, construído mediante uma abordagem complexa, com respeito ao outro e por um diálogo incessante, na perspectiva do pluralismo teórico e metodológico das epistemologias do Sul.

Esta perspectiva inovadora, expressa nos diversos capítulos, inclui a paixão de fazer ciência, mediante o prazer que a ciência pode nos propiciar por meio da beleza das explanações e de sua capacidade de transformação do mundo. Lugar no qual se reuniriam a erudição, a pesquisa rigorosa, a paciência documental, a audácia intelectual e o compromisso político.

Enfim, este livro é uma importante contribuição à lógica da criação e da descoberta científica, a partir do pensamento crítico, pois desenvolve um saber interdisciplinar, contribuindo à transformação social para desenvolver uma sociedade mais justa, reconhecedora das diferenças e com criatividade imaginativa de futuros sociais e simbólicos.

Referências

- ALVARENGA, A. T. *et al.* Histórico, fundamentos filosóficos e teórico-metodológicos da interdisciplinaridade. In: PHILIPPI JR., A.; SILVA NETO, A. J. (ed.). *Interdisciplinaridade em ciência, tecnologia e inovação*. Barueri: Manole, 2011. p. 3-68.
- BACHELARD, G. *Le nouvel esprit scientifique*. 16. ed. Paris: PUF, 1984.
- BARREIRA, C.; GONZÁLEZ ARANA, R.; TREJOS ROSERO, L. F. (ed.). *Violencia política y conflictos sociales en América Latina*. Barranquilla: Universidad del Norte/CLACSO, 2013.
- BAUMGARTEN, M. (org.). *Conhecimento e redes*. Porto Alegre: UFRGS, 2005.
- BERNHEIM, C.; CHAU, M. S. *Challenges of the university in the knowledge society, five years after the World Conference on Higher Education*. Paris: UNESCO, 2003.
- BÖHM, D. *On creativity*. London: Routledge, 2004.
- BOLTANSKI, L. *Énigmes et complots: une enquête à propos d'enquêtes*. Paris: Gallimard, 2012.
- BOURDIEU, P.; CHAMBOREDON, J. C.; PASSERON, J. *Le métier de Sociologue*. Paris: Mouton, 1973.
- BOURDIEU, P. *Sur l'État*. Paris: Raisons d'Agir, Seuil, 2012.

- BRICEÑO-LEÓN, R. (org.). *Violencia, sociedad y justicia en América Latina*. Buenos Aires: CLACSO, 2002.
- CANCLINI, N. G. *Culturas híbridas*. Mérida: Grijalbo, 2003.
- CANGHILHEM, G. *Études d'histoire et de philosophie des sciences*. 5. ed. Paris: Vrin, 1983, p. 178.
- CASTELLS, M. *Communication power*. Oxford: Oxford University Press, 2009.
- FERNANDES, F. *Fundamentos empíricos da explicação sociológica*. 2. ed. São Paulo: Nacional, 1967. Parte I, p.1-40.
- FERNANDES, F. *A sociologia no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1976.
- GONZALEZ-CASANOVA, P. *Las nuevas ciencias y las humanidades*. Barcelona: Anthropos/UNAM, 2004.
- KUHN, T. *The struture of scientific revolutions*. Chicago: The University of Chicago Press, 1962.
- LOBO, I. Biological complexity and integrative levels of organization. *Nature Education*, v. 1, n. 1, p. 141, 2008.
- MILLS, W. *The Sociological Imagination*. Oxford: Oxford University Press, 2000. (First edition: 1959).
- MORIN, E. *La Méthode III: la connaissance de la connaissance*. Paris: Seuil, 1986.
- NICOLESCU, B. *Manifesto of transdisciplinarity*. New York: Suny Press, 2002.
- SALES, A.; FOURNIER, M. *Knowledge, communication and creativity*. London: SAGE, 2007.
- SOUSA SANTOS, B. de (org.). *Conhecimento prudente para uma vida decente*. Porto: Afrontamento, 2003.
- SOUSA SANTOS, B. de. *O fim do império cognitivo: a afirmação das epistemologias do Sul*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.
- TAVARES-DOS-SANTOS, J. V. A construção da viagem inversa: ensaio sobre a investigação nas Ciências Sociais. *Cadernos de Sociologia*, Porto Alegre, v. 03, p. 55-58, 1992.
- TAVARES-DOS-SANTOS, J. V. *Violências e conflitualidades*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2009.
- TAVARES-DOS-SANTOS, J. V. The Dialogue between Criminology and the South's Sociology of Violence: the Policing Crisis and Alternatives. In: BUROWAY, M.; CHANG, M.; HSIEH, M.F. (ed.) *Facing an unequal world: challenges for a global sociology*. Taiwan, Institute of Sociology, Academia Sinica, 2010/ISA. p. 105-125.
- TAVARES-DOS-SANTOS, J. V.; VISCARDI, N.; ANGARITA CAÑAS, P. E.; BRASIL, M. G. M. B. (org.). *Violência, segurança e política: processos e figuras*. Porto Alegre: TOMO, 2019.
- TAVARES-DOS-SANTOS, J. V. et al. (ed.). *Violência e mundialização: políticas, polícias e penas*. Porto Alegre: TOMO, 2016.
- YOUNG, J. *The criminological imagination*. London: Polity Press, 2011.

Introdução: pensamento crítico latinoamericano

Edna Castro

Os capítulos publicados nesta coletânea visitam dimensões de uma problemática comum que é o conhecimento, trazendo à luz abordagens distintas para responder questões formuladas com a pretensão de ir mais além do pensado sobre a América Latina. Eles se debruçam sobre a formação e a atualidade do pensamento latino-americano (FANON, 1952), e inauguram uma tradição de pesquisa sobre as sociedades que foram deixadas à margem, ou não pensadas, no *corpus* da ciência ocidental. Percorrem linhas críticas da interpretação, com o rigor da produção intelectual, e que se tornaram clássicas nos estudos pós-coloniais, Césaire, Fanon e Memmi, assinalado por Ribeiro nesta coletânea. E, por isso, cara ao entendimento das realidades dos países que passaram por processos de colonização, relações escravocratas e racialização. A partir das formulações da teoria crítica, de Hanna Arendt, de Adorno a Habermas, Bourdieu, Walter Benjamin entre outros, os artigos aqui encontrados justamente se propõem a produzir reflexões teóricas e conceituais, levantar questões, examinar estatutos teóricos e processos cognitivos, no esforço de explicar o mundo impensado (WALLERSTEIN, 2004; SANTOS, 2009; SPIVAK, 2008).

A revisão da literatura crítica tem sido triada segundo algumas perspectivas que possam produzir espelhos teóricos, a partir do lugar, da realidade vivida, da história, da memória, das subjetividades. Há, certamente, diferenças de lógicas e de formas de pensar pois escapam ao entendimento da ciência ocidental sem os filtros da interpretação a partir do lugar e dos contextos. Considera-se aqui as perspectivas dos estudos pós-coloniais,

decoloniais e da ecologia política uma vez que estas conformam, no presente, uma linha de interpretação com base na inversão do olhar e no trabalho de descolonizar os imaginários, a partir das experiências vividas em diferentes espaços não hegemônicos. A lógica é de se afastar de conceitos que tornam turvo o entendimento. Alguns artigos procuram mostrar o embate ao interior do próprio pensamento crítico latino-americano, a partir da produção intelectual desde meados do século XX e que antecedeu as primeiras formulações no âmbito das interpretações que ficaram conhecidas como teoria da dependência.

A partir dos estudos pós-coloniais e decoloniais, das formulações vindas das teorias feministas e da ecologia política, tem sido implementadas agendas de pesquisa sobre o presente e o futuro das culturas, da ciência e das sociedades. Pensamento crítico e rupturas, par além do conhecido como epistemologia das ciências sociais. Debate complexo, difícil e, ao mesmo tempo, apaixonante pelo potencial criativo que encerra. Encontramos um legado expressivo de interpretações teóricas, e de experiências sociais, sobre temas pertinentes à formação social e econômicas de cada país. Uma agenda voltada às questões fundamentais da sociedade no contexto político de suas contradições e desigualdades de classe, de gênero, de raça e de etnia. No correr do tempo essa realidade de países do Sul, da América Latina, por exemplo, tem interrogado, ainda que de forma marginal, conceitos, teorias e perspectivas no campo do conhecimento.

Em sua formulação crítica à razão colonial e ao conhecimento como poder e colonialidade, Mignolo (2008) justifica que a Sociologia e a Antropologia latino-americanas têm um papel importante no debate epistêmico. Uma constante vigilância à difusão de conceitos e interpretações marcadas por condições de gênero, de raça, de classe, vinculadas certamente às narrativas ocidentais que as obscureceram. O exercício epidêmico é o de liberar a compreensão do conhecimento para poder entender as contradições que o acompanham.

A razão evolucionista dominou a filosofia nos séculos XVIII e XIX, no sistema moderno europeu e basilar a formação das ciências da vida, da terra, e as ciências sociais construídas como paradigmas do pensamento cartesiano ocidental. As teorias do desenvolvimento, do subdesenvolvimento, da dependência e da marginalidade, entre tantas outras interpretações que tencionam o campo do desenvolvimento, determinaram os discursos e as práticas no século XX. Escobar (2005) parte da noção de lugar para construir uma teoria da globalização. E sustenta a necessidade de pesquisas, e etnografias, capazes de tornar possível o entendimento sobre os saberes locais, de tornar visíveis os sistemas de conhecimento, as epístemes presentes no universo múltiplo do local. A percepção de outras epístemes não somente evidencia a não universalidade do conhecimento sociológico ocidental, mas, ao contrário, o relativiza, e torna possível se pensar a complexidade do saber no mundo. A ciência ocidental se construiu como “processo civilizatório” que precisava negar o outro, em sua dimensão intelectual, e a compara em relação ao “ego”, para poder erigir um sistema classificatório e hierarquizante.

A construção do conhecimento não é alheia às estruturas de poder, e aos jogos políticos, como qualquer outro campo da sociedade. Para Bourdieu (2009) a Sociologia é uma ciência, como as demais ciências, que postula a verdade, mas esse produto para a ciência moderna ocidental, que é vista como a verdade científica, depende também de condições sociais particulares de produção, e de funcionamento do campo científico que é um campo relacional.

O campo científico é também um lugar de lutas. Ele é tão competitivo quanto qualquer outro campo, mas com a especificidade do que busca na luta interna ao campo, que é o monopólio da autoridade científica, unindo, ao mesmo tempo, capacidade técnica e poder social, com relativa autonomia do campo. Assim, justamente pelas suas especificidades, o campo científico tem seus interesses próprios e funciona com práticas que tem o sentido de obter resultados adstritos ao aumento do capital científico (individual, institucional, coletivo), e, por isso, estão longe de ser “desinteressados”, como diz o autor. Em outro alinhamento, da crítica à razão colonial, Mignolo (2008) ressalta

o papel importante das ciências sociais no debate epistêmico, a constante vigilância à difusão de conceitos e interpretações marcadas por construções ocidentais que obscurecem a diversidade do saber, no mundo, e sua validação. Em outras palavras, liberar a compreensão do conhecimento para poder entender as contradições que o acompanham. Esse foi o esforço e o sentido dado à revisão epistêmica pelas teorias feministas, no final do século XX, em relação às categorias de gênero, de divisão sexual do trabalho, de trabalho, de patriarcal, entre outras que conformavam uma ciência na qual o olhar masculino foi decisivo para determinar o sentido da ciência e das categorias de análise que a informavam e, conseqüentemente, o que deveria ser observável.

Os exemplos são muitos. No campo da Antropologia um debate importante sobre identidade indígena, territórios, fronteira e nacionalidade, formaram uma linha tensa de interpretação de difícil discernimento. Não estamos falando de multiculturalismo, essa é uma outra discussão e tem a ver com o olhar de fora do mundo vivido, das identidades vivenciadas pelos povos tradicionais em territórios diferentes do mundo, por exemplo. O que se entende, à luz da perspectiva crítica decolonial e com base na experiência vivida, é que as identidades podem ser plurais, ou seja, ao mesmo tempo uma pessoa tem mais de uma identidade e essa identidade pode ser política e cultural, pois são posições que as pessoas ocupam em espaços diversos de seu trânsito social e étnico. Por isso índios que vivem em mais de um país, como os Ticuna, os Baniwa, os Yanomami, no Norte e no Noroeste do Brasil e nas fronteiras amazônicas com o Equador, o Peru, a Colômbia e a Venezuela, transitam de uma identidade a outra não porque estejam divididos, porque uma parte sua é algo que não é a outra, mas ao contrário, por terem, em si, identidades plurais. Mas com suas dimensões de tempo e de espaço, conceitos ancoradas em suas culturas, diferentemente de um olhar de fora que inclusive pode ter mesmo dúvidas sobre a sua existência como cultura e sua validade sistema de conhecimento.

As fronteiras nacionais, dos estados, são fronteiras formais, racionalizadas pelo olhar colonial de controle do outro, e nada tem a ver com

a concepção de fronteira daqueles que vivem ali e transitam de um espaço a outro, com dimensões e subjetividades próprias. Exercitar o pensamento, descolonizar o conhecimento recebido, ouvir, escutar, e refletir com o outro, é uma das propostas metodológicas do que chamo de inversão do olhar.

As teorias das ciências sociais, ainda que por linhas de interpretações diferentes, têm nas noções de sujeito, de ator social e de agências, categorias chave da construção de problemáticas de pesquisa, importante para o entendimento do lugar social da fala, de onde em que contexto social, cultural, étnico, econômico e político, os sujeitos produzem interpretações sobre si, suas identidades, sobre o outro, e sobre a vida social.

As Américas, enquanto territórios de conquista, e de riquezas “infinitas”, tornaram-se parte da modernidade, da invenção da Europa como sistema de poder pelas riquezas apropriadas das Américas garantiu à Europa, ainda que para tal tivesse de aniquilar o outro, de o subjugar, de o saquear. Este outro, de mentes vazias e corpos indolentes, de deuses pagãos e conhecimentos inferiores à ciência pois mágicos e insuficientes .

Os textos aqui reunidos tem em comum refletir sobre a realidade latino-americana a partir de uma perspectiva crítica. Produzir uma leitura sobre autores e obras que adotaram uma perspectiva crítica e tem contribuído de forma exaustiva, na construção da perspectiva crítica postcolonial, decolonial e os estudos subalternos, produzindo uma inversão do olhar em relação à tradição eurocêntrica nas Ciências Sociais.

Os capítulos foram agrupadas em quatro partes considerando os recortes temáticos, as abordagens e os resultados, levando em conta as questões postas no debate internacional contemporâneo. Na Parte I *Giro Decolonial, tempos e imaginários*, são retomadas categorias chave no entendimentos de processos que se atualizam, como grades de leitura (RIBEIRO, POGGIESE; CASTRO; CASTRO). Noções como hipermodernidade e transmodernidade (ARAÚJO, CASTRO) recobrem inúmeras problemáticas referidas ao tempo, ao espaço, e são a base da inversão do olhar e de construção de epistemologias que explicam as realidades contextualizadas na América Latina. A modernidade

coloca o homem diante de impasses e contradições de uma sociedade que caminha cada vez mais rápido em direção ao progresso, mas violenta a vida cultural e a natureza.

Na Parte II, *Políticas, desastres e espaço colonial* são formuladas perguntas que nos remetem a repensar o desenvolvimento e o progresso e seus modelos de funcionamento, e distinguem extrativismo e neoextrativismo, como dimensões para entender a crise ecológica e as mudanças climáticas, no planeta, e o desafio de desconstruir o imaginário social da modernidade (GUDYNAS, CASTRO). A crítica social porta sobre dinâmicas políticas e econômicas e permite fazer uma interseção sobre a natureza do Estado e as mudanças na sua relação com o mercado, na atualidade, considerando a economia global e seus interesses sobre os mananciais de recursos dos países da América Latina (GUDYNAS, BOLADOS, NOVOA). Tais interesses são decorrente de novas configurações econômicas sobre os territórios e seus recursos naturais, bem como a emergência de processos conflituos e de resistências por parte de atores locais nos diferentes países que realizam leituras sobre a geopolítica e o sistema internacional de poder. Realmente, cresce o controle de regulação em todos os espaços do mundo e da vida, como assinala Habermas (2002) pois se delineiam impossibilidades de lidar com os conflitos produzidos e reproduzidos pela desigualdade social, pela discriminação, pela intolerância à diferença, e pelos diversos agravos à natureza. Assistimos a formulação de novos dispositivos regulatórios, que visam o aperfeiçoamento de controle dos indivíduos e de grupos sociais, utilizando-se de tecnologias digitais e portanto de inteligência artificial que os distanciam da história, da cultura e da realidade vivida.

A Parte III, *Políticas e dimensões simbólicas e processos emancipatórios*, os artigos discutem as dinâmicas sociais que se fazem à revelia da presença do Estado, expondo o poder da política (CARMO, ALONSO) enquanto dimensão da invenção social, em áreas urbanas e rurais, face às adiversidades, como mostram Loureiro e Limonad em seus textos nesta coletânea. Vivemos tempos difíceis para a ciência e a tecnologia em inúmeros países latino-

americanos, e esta obra vem à público neste momento de grandes tensões sobre os limites da democracia, de conflitos, momentos de chumbo para os processos emancipatórios em todo o continente, face à subida de governos neoliberais e colonialistas, e mesmo fascistas. Esperamos que a contribuição dos temas trazidos por este livro, possam iluminar o entendimento sobre esses processos e os desdobramentos político-institucionais impostos à pluralidade de nossas sociedades

Por fim, na Parte IV, *Agriculturas, disputas territoriais e estratégias de ação coletiva*, os artigos convergem para refletir sobre a agricultura e as estratégias agroecológicas da pequena produção familiar (NEVES; MOTA, SCHMITZ, JÚNIOR E GOMES).), dos grupos quilombolas (CANTARINO), no Brasil, e os contextos sócio culturais e as vulnerabilidade política de grupos sociais em grande extensão da região amazônica.

As problemáticas desenvolvidas nos artigos desta coletânea foram, na maior parte, apresentados no *II Seminário Internacional América Latina: conflitos e políticas contemporâneas/ SIALAT*, realizado em Belém, em novembro de 2017 e, retomados para fins de publicação nesta coletânea. O objetivo do referido evento era ampliar o debate sobre questões cruciais que inúmeros intelectuais têm se ocupado e relacionados a dimensões políticas dos processos de desenvolvimento, e dos conflitos dele derivados. O exercício é de pensar a construção de uma ciência social latino-americana seguindo o debate fomentado no seio da Associação Latino-americana de Sociologia/ALAS, e em seus congressos, no meio da Sociedade Brasileira de Sociologia/SBS, e no Conselho Latino-americano de Ciências Sociais/CLACSO.

O interesse central foi alargar o campo nas questões e de temas relevantes para o entendimento das políticas e dos conflitos na América Latina. Debate aberto sobre conhecimento, a colonialidade, poder e fronteiras, rupturas e continuidades. Uma revisão de saberes acumulados mas com novos esquemas interpretativos, tais como a revisão de conceitos e a produção de leituras críticas em estudos comparativos, enfim, gestar olhares críticos sobre as narrativas ocidentais que tem predominado na interpretação das sociedades

latino-americanas pelos próprios cientistas sociais do continente. Os centros de formação localizados no Brasil e em outros países são tributários da circulação do conhecimento produzido na Europa e nos Estados Unidos, produzindo, as vezes, um saber contemplativo, consumista, nada desafiante, e por isso, o tema central do seminário foi *Colonialidade, Poder e Territórios*.

Muitos possibilitaram que esta obra viesse à tona, e por isso agradecemos a todos. Inicialmente aos membros do Grupo de Pesquisa *Estado, Territórios, Trabalho e Mercados globalizados* certificado pela Universidade Federal do Pará junto ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que coordeno desde 1995, sediado no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, NAEA, por ter organizado o evento e se tornar um espaço de debate sobre a América Latina, cujas pesquisas se perfilam com a perspectiva crítica e a ecologia política. Agradecemos a vários Programas de Pós-graduação, na área de humanidades, de diversas universidades brasileiras e institutos de pesquisa por coordenarem com competência os 13 Grupos de Trabalho do II Sialat. Finalmente, agradecemos a recepção da Associação Latino-americana de Sociologia/ALAS, da Sociedade Brasileira de Sociologia/SBS e da Associação Nacional de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional/ANPUR e das instituições parceiras com as quais esperamos continuar realizando atividades acadêmicas e em redes, como o Conselho Latinoamericano de Ciências Sociais, CLACSO, o Instituto de Estudos Latino-americano da UFRGS e à Universidade da Integração Latino-americana, UNILA. Ao CNPq, à CAPES e à FAPESPA somos gratos pelo financiamento que foi essencial para realizar esta publicação.

Referências

- ARENDT, H. A condição humana. Rio de Janeiro, Forense Universitária, (10 ed.), 2007
- BOURDIEU, P. El campo científico. Redes: revista de estudios sociales de la ciencia. Buenos Aires, Univ. Quilmes.1(2), 129-160, 2009. Disponível em: <https://ridaa.unq.edu.ar>

ESCOBAR, A. El “postdesarrollo” como concepto y practica social. In: MATO, D. (coord.). Políticas de economía, ambiente y sociedad en tiempos de globalización. Caracas: Universidad Central de Venezuela, 2005, p. 17-31

FANON, F. *Pele negra e máscaras brancas*. Buenos Aires: Éditions du Seuil, 1952. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/1579/6739688>.

HABERMAS, J. A constelação pós nacional: ensaios políticos. São Paulo: Littera Mundi, 2002.

MIGNOLO, W. *Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política*. *Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade*, Niterói, n. 34, p. 287-324, 2008.

SANTOS, B. de S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais à ecologia dos saberes. In: SANTOS, B. de S.; MENESES, M. P. (org.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina: CES, 2009. p. 23-71.

SPIVAK, G. C. Estudios de la subalternidad: Deconstruyendo la Historiografía. In: MEZZADRA, S. (org.). *Estudos postcoloniais: ensaios fundamentais*. Madri: Traficante del Sueños, 2008. p. 33-68.

WALLERSTEIN, I. *Impensar las ciencias sociales: límites de los paradigmas decimonónicos*. Siglo XXI de España Editores, S.A, 2004.

PARTE I
Giro decolonial,
tempos e imaginários



Razão decolonial, experiência social e fronteiras epistemológicas¹

*Edna Castro*²

Introdução

Somos contemporâneos da emergência de um novo mundo social – de novos territórios afetivos, comunicativos, de significados e subjetividades. O século XXI nos coloca diante da necessidade de repensar as transformações econômicas, tecnológicas e comunicacionais que têm produzido efeitos importantes na vida social e ao planeta, e nos instiga a buscar outras epistemologias para compreender e interpretar o nosso tempo. Neste artigo buscamos contribuir com a crítica à razão ocidental e colonial, a partir do reconhecimento da diversidade da experiência social no mundo e da pluralidade de sistemas de conhecimento, numa perspectiva interdisciplinar, e dos aportes e rupturas cognitivas trazidas pela ecologia política.

Descentralizar o olhar significa criar possibilidades de perceber outros paradigmas que podem ser essenciais ao entendimento da sociedade e de fenômenos emergentes, tais como os novos processos de diáspora e de racialização que crescem no mundo com a intensificação dos conflitos sócio-

¹ Com o título de “Epistemologias do Sul, colonialidade e desocidentalização das ciências sociais”, este trabalho foi apresentado originariamente no VI Encuentro Latinoamericano de Metodología de las Ciencias Sociales (ELMeCS), Mesa 6 - Desafios actuales para la metodología: ¿cómo explicar procesos emergentes en América Latina? realizado em Cuenca, no Equador, de 5 a 7 de novembro de 2018, retomando algumas ideias desenvolvidas na Mesa Redonda Razão decolonial e pensamento crítico latino-americano, no II SIALAT, na cidade de Belém, em novembro de 2017.

² Doutora em Sociologia pela École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, França. Professora titular da Universidade Federal do Pará, atuando no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, na cidade de Belém, Brasil. Pesquisadora de produtividade do CNPq.

territoriais que têm deslocado e desterritorializado massas crescentes de população em todos os continentes. E entender suas relações com as políticas de mercado (de ajustes fiscais a anticrises de mercado) e os impactos sobre as sociedades e o ambiente. Os exemplos dos eventos climáticos extremos são trágicos, como o desaparecimento de ilhas devido ao aquecimento climático no oceano Índico. Dinâmicas que são transacionais e redefinem a concepção de território, o sentido de nação e a natureza do Estado, e que implicam em repensar a construção do sistema de conhecimento erigido no cerne de um modelo de desenvolvimento (crescimento econômico) que foi, e continua a ser, a obsessão da modernidade. A imaginação é uma característica constitutiva da subjetividade moderna, dos sentimentos de identidade que são importantes à compreensão do processo de globalização como sinalizam Appadurai (2004) e Benedict Anderson (2004).

Novas questões têm sido postas ao conhecimento e aos paradigmas com os quais as ciências humanas procuraram entender e interpretar a sociedade. Sejam sociais, econômicas, políticas, ambientais, elas desafiam o nosso tempo e o entendimentos das práticas e dos processos referidos ao desenvolvimento. E é nessa perspectiva que pensamos a revisão paradigmática, a respeito de temas deixadas à margem nas análises do desenvolvimento, como as referências ao lugar (ESCOBAR, 2003; SPIVAK, 2008), a descolonização do imaginário e do conhecimento (RIVERA, 2010a; MIGNOLO, 2008) e os efeitos profundos da colonialidade e do racismo (GUIJANO, 2005; FANON, 1952; GALEANO, 2003³; SOUZA, 2017)⁴ que permanecem como temas seminais na reflexão das ciências humanas. Mas como proceder a inversão de sentido e produzir o giro epistemológico? Como entender as dimensões da razão colonial nos processos atuais que atravessam os países latino-americanos aprofundando a diáspora

³ Autor do livro clássico - *Las venas abiertas de America Latina* - formula crítica contundente sobre a exploração econômica e a dominação política do continente latino-americano, da colonização europeia à dominação imperialista norte-americana, ressaltando a extrema violência e o extermínio sangrento de povos indígenas do norte ao sul das Américas.

⁴ Souza (2017) analisa os processos políticos e de dominação subjacentes na sociedade brasileira, que contribuíram para o Golpe do Estado em 2018 e sua relação com a farsa da Lava Jato, tais como a noção de patrimonialismo, a centralidade da escravidão, a estrutura de classe e a desigualdade social que é territorial, ressaltando a estrutura social e as matrizes dos modos de dominação que se perpetuam no tempo.

de classe, e de raça, e as interpretações do desenvolvimento marcadas pela perspectiva evolucionista, espoliadora de energias (humanas e não humanas) e produtora de desigualdades? Que lógicas e dinâmicas emancipatórias teriam o poder de estabelecer um quadro de debate sobre novos parâmetros da vida e a invenção dos processos de transição ecológica, política e econômica? Como seriam as sociedades post-desenvolvimento e o post-capitalismo? Essas perguntas fomentam o debate do presente, diante de situações-limite presentes na crítica à razão reducionista e liberal (OLIVEIRA, 1996; IANNI, 1971) e nas interpretações sobre a sociedade e a economia latino-americanas (RAMOS, 1965; FURTADO, 1974; FALS BORDA, 2015; TORRES, 2015; DUSSEL, 1994; PORTO-GONÇALVES, 2005; GALEANO, 2003; CASTRO, 2012; 2015).

A perspectiva da ecologia política formula a principal crítica ao desenvolvimentismo, pois sinaliza a relação enferma da economia com o mercado pela obsessão com o crescimento (e com as crises do capitalismo e suas estratégias de superação). Isso implica na crise ambiental que está destruindo a vida no planeta (LEFF, 2003; CASTRO, 2018a). Nesse rastro, é necessário pensar a crise da ciência, não somente por ter certezas abaladas, mas sobretudo pela incapacidade de fazer face aos eventos extremos, sejam ou não climáticos, que tendem a ser cada vez mais presentes no cotidiano das pessoas e do planeta. O crescimento econômico se montou sobre o saque de colônias e ex-colônias, da exploração intensiva da natureza, de exaustão de suas energias, assim como foram e são exploradas as forças de trabalho de imensa parcela da população mundial que, agora, com a *uberização-ifoodização* do mundo instala-se outra dimensão das formas de dominação global do trabalho.

A ciência e a tecnologia propiciaram o progresso de alguns países e certamente de classes sociais hegemônicas, mas em um mundo cada vez mais desigual. E, por isso, a análise sobre o processo de transição do atual modelo econômico passa a ser o grande desafio de nosso tempo, se é que ainda podemos mudar certas tendências catastróficas que se desenham no presente. E aprender a fazer outra ciência à revelia de conceitos caros ao *mainstream* da economia: crescimento como máxima, racionalidade econômica, produtividade e eficácia.

Ao manter os princípios da dominação, e da hierarquia de saberes, a ciência moderna continua a operar com distinções que separam e tornam invisíveis grupos, culturas, etnias, valores e *ethos*. Essas distinções atravessam a vida social, com marcadores de classe e condição social. Podem ser vistos na discriminação de gênero, de cor, de origens e na produção de estigmas, e com eficácia simbólica. E seus efeitos práticos podem ser encontrados na produção de zonas ditas *perigosas* dos *subúrbios* das cidades, brasileiras ou afora – os lugares onde se encontram as camadas da sociedade historicamente segregadas, discriminadas, onde grassa a desigualdade social, de renda, de trabalho e de acesso a bens e serviços. Quadro observável nas cidades latino-americanas, em seus bairros cujas instituições e os serviços do Estado não chegam, presença assegurada apenas pelas forças policiais, por práticas necropolíticas, pela violência do combate ao crime, seguindo o entendimento, institucionalizado, de que esses espaços são ocupados por camadas perigosas. Desse modo, Löic Wacquant (2008) nos mostra em *Os condenados da cidade*, os estudos sobre os guetos e questão dos negros na cidade de Chicago; Jesser Souza (2017), no livro *A elite do atraso: da escravidão à Lava-Jato* faz um ensaio sobre as matrizes históricas, coloniais e raciais inscritas nas relações sociais brasileiras, e que são reproduzidas, na história do presente, com a força da violência da dominação do período colonial. Essas matrizes estão incrustadas, catalogadas, impregnadas no tecido social do país⁵. E fazem parte do imaginário social, de imagens reproduzidas.

A respeito do debate crítico sobre a colonialidade, do saber e do poder, Bernardino-Costa e Grosfoguel (2016) referem-se à iniciativa de intelectuais latino-americanos em torno de um programa amplo de investigação modernidade/colonialidade, e que impõe, necessariamente, um quadro de análise sobre a questão racial e o lugar do negro na estrutura das sociedades desiguais, racistas e autoritárias, da América Latina⁶. Em outra perspectiva,

⁵ O trânsito complexo de culturas e a ocidentalização do mundo é fundamental na construção de “comunidades imaginadas”, no sentido aplicado por Benedict Anderson (2004). A imaginação para o autor é uma característica constitutiva da subjetividade moderna, dos sentimentos de identidade que são importantes à compreensão do processo de globalização.

⁶ Há um silêncio na literatura internacional pós-colonial e decolonial, conforme Bernardino-Costa e Grosfoguel (2016), sobre os autores latino-americanos, apesar da longa história

mas sobretudo dos estudos subalternos e feministas, Das e Polle (2004) analisam as ações de coletivos nas “margens da sociedade” e como ocorre a institucionalização de práticas sociais inscritas na cultura da ação coletiva, com dinâmicas próprias, e que logram escapar ao controle nefasto do estado, e a construir dispositivos próprios de organização social.

Nosso interesse não é apenas de refletir sobre a diversidade social, étnica e de saberes presentes em países do Sul, mas interrogar em que esses saberes contribuem para repensar a ciência, e as Ciências Sociais em particular, hoje. Abrir a fronteira da interdisciplinaridade pode levar à percepção de novos objetos, novas problemáticas, e linhas epistemológicas. Reinventar as ciências humanas como desafio e ruptura, como nos mostra Wallenstein (2004). Argumentos e análises têm sido produzidos pelo pensamento crítico e notadamente o pensamento social latino-americano a partir da observação dos processos contemporâneos, no *chão da vida* ou da experiência, em vários países das Américas.

1 Diversidade de experiências cognitivas ou o que somos nós no mundo?

*Aqui também é o mundo!*⁷

No documentário cinematográfico ‘Ici aussi c’est le monde’, filmado em uma comunidade malgache, com os músicos das ilhas de Mauryotte e Comores, localizadas no oceano Índico, um longa metragem feito pelo Mondomix com direção e roteiro de Jorane Castro, as músicas todas se referem às raízes

colonial na América Latina e da antiguidade do pensamento crítico, ainda que marginal, em muitos desses países. Referem-se ao não reconhecimento público desses autores por parte de intelectuais de referência nessa linha de interpretação, tais como Homi Bhabha, Edward Said e Gayatri Spivak. Nesse campo, e como resposta, se inserem as investigações sobre a crítica à colonialidade do saber e do poder, por parte de intelectuais latino-americanos como Gujano, Fanon, Mariátegui e muitos outros, criando um amplo programa de investigação sobre modernidade/colonialidade, reunindo inúmeros autores, tendo depois o CLACSO como um parceiro continental.

⁷ Expressão de um músico malgache entrevistado no filme, que remete às suas certezas sobre a diversidade cultural e a policentralidade que comporta o mundo.

culturais, e estas inspiram suas letras. As canções trazem, por meio da arte, e no plano simbólico, a afirmação política de que ali, no seu lugar, que é o seu mundo, é também o centro do mundo, pois somente dali, de onde estão, eles podem produzir expressões estéticas e poéticas originais. O sentido do novo está nas relações sociais, com suas temporalidades inscritas na história, e com a natureza do lugar. Saberes que lhes permitem o entendimento da vida social e de sua reprodução e que significa afirmar que a existência das ilhas e de seus povos, independente de ser ou não conhecida pelo outro, o Ocidente, considerando este como um referencial de poder na geopolítica mundial. A complexidade e a originalidade das sociedades, no mundo, revelam a diversidade epistêmica, como sistemas de conhecimento com temporalidades e espacialidades próprias e diversas umas das outras.

Na introdução ao dossier Epistemologias do Sul, Maria Paula Meneses (2008) diz que as epistemologias do Sul se assentam em três orientações: aprender que existe o Sul; aprender a ir para o Sul; aprender a partir do Sul e com o Sul. Tal formulação, que se baseia em longa experiência de pesquisa, é notável por reconhecer a possibilidade ontológica do saber para além dos muros ocidentais e da linha abissal que desnuda os mitos da *tradução*. No entanto, se se parte do projeto de reconhecimento da diversidade epistemológica do mundo, apontada pela crítica radical produzida pela autora e também pela contribuição vinda dos estudos pós-coloniais, decoloniais, subalternos e das teorias feministas, ou seja, entender que o Sul pensa, também, por epistemologias produzidas no Sul, com as quais conhece e interpreta seu próprio mundo, e, do qual, derivam sistemas e práticas sociais reproduzidas por gerações, não há, portanto, a nosso ver, necessidade de se saber se o Sul existe, ou aprender como chegar lá, embora os trânsitos culturais na relação com o outro e seus conhecimentos tenham efetividade. No entanto, a terceira proposição é fundamental pois informa uma nova abordagem na produção do conhecimento. Sua eficácia pode estar na inversão de sentido e na produção de uma outra pedagogia que se ancora em práticas coletivas. A questão ontológica fundamental é a da alteridade, que se desdobra em reconhecer a possibilidade do outro conhecer, e de seu conhecimento. Fala-se dessa diversidade que permitiu, nas terras das

Américas, a invenção de sociedades diversas, por elas mesmas, e, portanto, de línguas, de culturas, de formas de pensar e de acionar práticas sociais – da ciência à tecnologia – resultantes desse conhecimento. Se essa diversidade epistêmica não é reconhecida pela ciência ocidental moderna, em função do pensamento colonial que a informa, ela no entanto tem seu curso próprio.

Se podemos falar de mundo no plural, e racionalidades, de imaginários e de lógicas distintas de reprodução social, certamente também de possibilidades de interpretação e de produção de epistemologias. Reconhecer o plural, e singular em si mesmo, já é uma postura emancipatória por se contrapor a uma suposta universalidade do saber produzido pela ciência, no Ocidente, uma vez estabelecida a sua classificação em ordens de saber, a superior com primazia da razão – conhecimento científico e filosófico –, e a inferior, conhecimento vulgar, pretensamente mágico e assistemático.

Ao formular uma crítica à racionalidade ocidental, buscamos possibilidades epistêmicas a partir da prática e da vivência. Um primeiro ponto é reconhecer a insuficiência das teorias que manejamos para dar conta da diversidade da experiência social do mundo, sem excluir, evidentemente, o referencial clássico das ciências sociais, e da teoria crítica, pois são fundamentos de uma reflexão profunda que marcam a compreensão temporal e espacial das sociedades ocidentais, da modernidade e, portanto, de relações estruturais com o universo latino-americano. Em um segundo ponto impõe-se uma reflexão crítica a partir de categorias contextualizadas, presentes na história das Américas, como a de colonialidade do poder, e como esta se expressa internamente nas sociedades latino-americanas, a de raça e de racialização, e a de violência como dimensões que permanecem e são chave de entendimento do presente. Isso significa, portanto, abrir caminhos e possibilidades de ruptura com os esquemas de interpretação dominantes, ou da concepção de uma ciência pretensamente universal, e reconhecer o desafio da pluralidade de sistemas de conhecimento, ou de epístemes que contrariam, na prática, os processos convencionais de validação do conhecimento. Tais rupturas orientam para outras metodologias e também para uma perspectiva interdisciplinar.

Finalmente, o terceiro que é a questão central, diz respeito à inversão do olhar no sentido de reconhecer as realidades latino-americanas como portadoras de sentido que escapam ao entendimento fora de um contexto da experiência social vivida, com suas regras próprias de linguagem, cultura e ação política. Nosso interesse não é apenas de refletir sobre a diversidade social, étnica e de saberes presentes em países do Sul, mas interrogar em que esses saberes contribuem para repensar a sociologia e as Ciências Sociais, hoje. Os paradigmas das Ciências Sociais, ao contrário de iluminarem os saberes do “outro”, notadamente de sociedades do Sul, produziram seu obscurecimento e negação. As teorias pós-coloniais tem procurado desconstruir interpretações sobre os mecanismos de dominação, seja de imagens, ideias e crenças, e sua naturalização, e entender também os processos pelos quais o “outro”, as sociedades latino-americanas, foram inventadas.

A experiência social que atravessa o tempo em todas as Américas, de Sul a Norte, tem produzido e reproduzido a vida em ecossistemas extremamente diferentes. Diversos povos e culturas inventaram práticas e formularam saberes originais sobre essas realidades distintas, como mostrado por Castro e Freitas Pinto (2018). Habitada em quase toda sua extensão, independente da geografia, floresta Atlântica ou do Pacífico, de regiões frias da Patagônia chilena e argentina ao grande norte canadense, das florestas tropicais às áreas de cerrado, nas alturas dos Andes às planícies amazônicas, nos vales entrecortados de veredas e sertões, de terras áridas e desérticas, ou ainda, das zonas costeiras oceânicas aos cursos interiores de águas, de rios, de igarapés e igapós. Esse exercício de pensar biomas distintos nos permite refletir sobre o enorme desafio imposto aos povos que ali habitaram desde tempos longínquos, aos seus conhecimentos sobre os ecossistemas e às estratégias de vida e convivibilidade com essa natureza diversa. Um exercício de memorização no tempo e no espaço, sobre as soluções encontradas por culturas diversas, para viver e construir seus sistemas culturais e técnicos, e inventar “civilizações” nas terras das Américas, há mais de 10 mil anos. É a partir deles que me aproximo do que representou o seu encontro com o ocidente e com o “processo civilizatório”.

Para as Ciências Sociais, o trabalho cognitivo ou a *desobediência epistemológica*, como considera Mignolo (2008) corresponde à desconstrução das matrizes teóricas que estruturam as narrativas sociológicas, clássicas, e as pretensões de objetividade e neutralidade, têm sido consideradas como eixos da razão, das metodologias científicas e, portanto, influenciando o conjunto de conhecimentos das Ciências Sociais. É a essa linha de pensamento que se refere Henrique Dussel (1994) quando insiste na necessidade de desconstruir alguns marcos que limitam a análise da filosofia política e para tal propõe superar o chamado mito da Modernidade, cujo processo central foram os atos de violência irracionais realizados pelo dominador em relação ao dominado (TICONA, 2010), nas Américas e nas Áfricas. As sociedades latino-americanas sempre estiveram engajadas, de uma ou outra forma, na busca de alternativas para enfrentar a exclusão, a desigualdade social que lhes atravessa e isso exige, como mostra Lander (2000; 2005), um esforço de desconstrução do caráter universal e natural da sociedade capitalista-liberal. Ao cabo, temos estruturas econômicas que talvez devam ser desmontadas, do ponto de vista da imaginação sociológica, para *impressar* as Ciências Sociais (WALLERSTEIN, 2004).

A prática da interdisciplinaridade consiste em criar uma base para produzir outras possibilidades ao conhecimento, e estimular o exercício de inversão do olhar. E aí se tem um grande desafio teórico pois a razão científica ocidental considera a noção de produtividade e de eficácia do tempo como matrizes da produção e do avanço da ciência pela divisão do trabalho, como no exemplo clássico do economista Adam Smith sobre a fábrica de alfinete e o coração da produção. Certamente houve avanços inestimáveis, fantásticos, da ciência e da tecnologia desde a Revolução Industrial, mas a separação cartesiana e o ilusionismo aprofundaram a separação homem x natureza. O humano que conhece e o não-humano que só pode ser conhecido, e por isso, dominado até ao extremo, que é a não-vida. Um conhecimento que se destina ao abstrato, ao descorporificado, ao descontextualizado, condição necessária para se chegar a um conhecimento objetivo, “neutro”, e “universal”, como assinala Dussel (1994). Ou um universalismo que emerge da separação daquilo tudo que não é universal... a nomeação pressupõe o outro, e o outro não é universal.

Desta forma, o conhecimento produzido pelas Ciências Sociais tem nas matrizes teóricas de Marx, Weber e Durkheim, três perspectivas diferentes, mas convergentes pela autoridade eurocêntrica. Emergem no âmbito de sociedades que mudam rapidamente com os progressos técnicos, suas noções de tempo e de espaço, o lugar dos sujeitos, interessada em entender a realidade europeia e o novo mundo de relações sociais que emergiam no contexto do capitalismo industrial e da gênese da modernidade. Mas com pretensão de universalidade, definida como perspectiva a ser adotada para a compreensão das sociedades em geral. Dussel (1994) comenta que as Ciências Sociais estão completamente integradas em seu contexto histórico, e surgiram como uma forma de ratificação de um dado modelo civilizatório e que sua emergência responde com eficácia performática, aos países liberais industriais como a Inglaterra, a França e a Alemanha em especial, justamente os países que melhor formularam as teorias originárias das ciências humanas, na tradição filosófica.

Enquanto projeto original, se impõe a continuidade em aprofundar a revisão epistemológica empreendida no âmbito das Ciências Sociais do século XX, por intelectuais que de uma maneira ou de outra, construíram um pensamento original sobre a América Latina, em busca de caminhos à interpretação da realidade social, por linhas e tendências certamente diferentes (FALS BORDA, 2002; 2015; MARIÁTEGUI, 1975; FANON, 1952; LINERA. 2009; TORRES, 2015).

Numa perspectiva crítica da modernidade, e de suas conseqüências sobre o construção do saber sociológico, e da derivação sobre conceitos amplamente aplicados à práticas institucionalizadas como no campo do direito e da política, Santos (2009) percebe o lugar da sociologia como saber científico ocidental. Ele a denomina e tipifica, sociologia das ausências e das emergências ao formular sua crítica ao modelo da racionalidade ocidental e ao que chama de razão indolente. O autor parte de duas constatações magnas, a da diversidade da experiência social no mundo e a da obscuridade dos paradigmas das Ciências Sociais que, por isso, ignora tal patrimônio social, étnico e cultural, o minimiza

e o desvaloriza. Formula, assim, três eixos de argumentação: 1 - A experiência social no mundo – a tradição científica ou filosófica ocidental não reconhece ou considera relevante; 2. A experiência social desperdiçada – inclui dimensões do desperdício da experiência, da cultura, da sociabilidade e das redes de trocas culturais; 3. A percepção dos espaços ausentes para tornar visíveis as diferenças e os movimentos alternativos.

O que está sendo interpelado, nesse conjunto de autores, é a construção da narrativa da ciência e o próprio sentido do entendimento das sociedades humanas – e de suas singularidades como mostram vários autores (RIVERA, 2010b; CUNHA, 2001; FALS BORBA, 2015; VIVEIROS DE CASTRO, 1999; MENESES, 2014). Encontramos na literatura de ciências humanas inúmeros estudos sobre o colonialismo interno, estudos orientados para temas que contribuem com a literatura pós-colonial e podem enriquecer uma perspectiva mais latina dos movimentos indígenas em países como Bolívia, Equador, Colômbia e Chile. Na segunda metade do século XX, a noção de colonialismo interno passou a ter mais repercussão nas obras de Ciências Sociais latino-americanas tais como de Stavenhagen (1963), de González Casanova (1963), e, mais recentemente, em trabalhos de Ribeiro e Escobar (2006), de Velho (2010) e de Viveiros de Castro, neste último em reflexões próximas à abordagem do perspectivismo. O colonialismo interno e os estudos decoloniais tem produzido reflexões importantes que se aproximam a teses caras aos movimentos sociais e étnicos que atravessam a história de lutas, de resistências e de construções emancipatórias na América Latina.

Esses autores reconhecem a *pluralidade de epístemes* enquanto sistemas de conhecimento. Santos conclui, em suas pesquisas sobre os saberes existentes, e reconhecidos pelos povos das sociedades do hemisfério Sul, sobre a pluralidade de epístemes no mundo, pensamento que acaba por negar uma epistemologia de um saber único, hegemônico, e se torna, conseqüentemente, uma contra epistemologia com efeitos disruptivos e simbólicos sobre a percepção do mundo e da ciência.

2 Ecologia política e transição para uma sociedade post-desenvolvimento. Ou pós-capitalista?

Estamos diante da maior crise da natureza experimentada pela humanidade, sem se ter conseguido reposicionar o lugar e o sentido do crescimento econômico capitalista. Durante muito tempo perdurara as crenças em narrativas sobre a redução da desigualdade social e da pobreza. Mas o que ocorreu foi o aumento da diáspora em patamares jamais pensados, e o surgimento de uma nova realidade de refugiados da guerra política e econômica - nos continentes asiático, africanos e latino-americano -, que buscam sobrevivência notadamente nos países ricos. Pelos cálculos divulgados pela ONU, estima-se em 70 milhões de refugiados no mundo.

A América Latina sempre teve sua economia marcada pela exploração intensiva de recursos naturais. Ao longo do tempo, as pautas do comércio exterior foram sustentadas pela extração de bens primários. Quanto mais ricos em recursos da floresta, de rios, do solo e sub-solo, maior os interesses em jogo, como aponta Acosta (2016), ao considerar o extrativismo como uma “modalidade de acumulação que começou a ser forjada em grande escala há quinhentos anos”, e reforça a tese que o avanço da economia capitalista e o poder do Ocidente resultam da exploração colonial das Américas, nas suas conexões com a África. Mas afinal, o que distingue extrativismo de neoextrativismo?

O termo *extrativismo* foi amplamente utilizado desde o período colonial para se referir aos produtos da floresta coletados e exportados para Portugal, Espanha, Inglaterra e Itália. Porém, *neoextrativismo* é uma forma de designar atividades que removem grandes volumes de recursos naturais sem os processar, o uso de tecnologias com capacidade de exploração intensiva e rápida, e que se destinam sobretudo à exportação. Processos esses que hoje se desenvolvem com tecnologias avançadas e alto poder de intervenção no território. Isso porque o tempo é outro. Os avanços tecnológicos permitiram imprimir extraordinária rapidez no desmonte e transporte do minério de seu lugar de origem para outro, justificando o uso do termo neoextrativismo como elemento de distinção de padrões diferentes, embora se trate do mesmo processo (ACOSTA, 2016;

SVAMPA, 2017; CASTRO, 2015; 2018b; PORTO-GONÇALVES, 2004). E ainda, ele se caracteriza e se distingue pelo tamanho dos impactos produzidos sobre os territórios, pelos riscos permanentes de desastres e crimes sociais e ambientais e pela produção do lixo em larga escala, os rejeitos. A cada *montanha* de minério exportada, nasce outra de rejeitos. Uma bomba como a fabricada pela megaempresa VALE em Mariana e Brumadinho (MG) e em Barcarena (Pará), cujas imagens são terríveis, sobretudo de corpos de pessoas e animais enterrados na lama tóxica ou afogados no rio Pará.

A persistência do neoextrativismo continua um pilar do desenvolvimentismo pois “para além da propriedade dos recursos, reproduzem-se as regras e o funcionamento dos processos produtivos voltados para o crescimento. E o crescimento econômico requer competitividade, eficiência, maximização da renda e externalização dos impactos”⁸, conforme assinala Gudynas (2010). O modelo do neoextrativismo aponta para a inserção internacional subordinada e funcional ao mercado do capitalismo transacional marcado pelo mito do progresso e do desenvolvimento, e atualiza o imaginário contemporâneo cuja cultura política cada vez mais, é a do mercado⁹. Mas também para os processos críticos do desenvolvimento e de estratégias post-desenvolvimento no sentido assinalado por Escobar (2005).

O saque à natureza agora é processado por grandes empresas com tecnologias performantes na capacidade de exploração mineral. Essa reestruturação do processo produtivo de *commodities* nos coloca diante de grandes impasses, frente ao choque dos interesses econômicos contra os direitos sociais, étnicos e os direitos da natureza. Que desafios se impõem

⁸ A trajetória dos grandes empreendimentos minerais tem sido marcada por uma relação colonial, o saque das riquezas minerais e da energia do planeta de forma mais primitiva. Um saque da cultura, da memória e da história em territórios efetivamente ocupados, pressupondo-se, as empresas, de terem poder de se arrogar autoridade, ou seja, arrogância e hegemonia sobre outros interesses e direitos. O monopólio sobre as riquezas naturais se faz acompanhar do monopólio da violência política e simbólica, sobre os territórios e os povos ali existentes.

⁹ A *revolução verde* dos anos 1970 tornou a monocultura agrícola um motor não somente de produção de alimentos, mas também do neoextrativismo aplicado à agricultura intensiva. Desenvolveu a indústria de agrotóxicos da qual o próprio Brasil é um de seus maiores consumidores.

ao entendimento da lógica que preside o avanço desenfreado da produção mineral em novas províncias minerárias, inclusive com políticas de incentivos para atração de capital internacional, sem considerar as regras de segurança jurídica e de controle social? Que lógicas presidiram, nos últimos anos, os interesses na implantação de megaprojetos de infraestrutura (hidrelétricas, portos, rodovias e ferrovias) e a cessão de terras para empreendimentos com nomes e *donos inespecíficos*? A relação autoritária e colonial e a promoção da violência, no sentido de Agamben (2014), estão presentes em vários planos da intermediação, e colocam à pesquisa a necessidade de um olhar sobre os agentes e suas configurações políticas, econômicas e ideológicas, na constituição das relações de poder que transitam na base das dinâmicas atuais da mineração.

Seguindo a tradição marxista, várias correntes estão procedendo a revisão epistemológica sobre o campo temático do desenvolvimento. Esse debate intelectual tem repercutindo em práticas políticas, seja da área governamental, via planejamento e políticas públicas entre alguns governos progressistas, seja nos espaços da cultura e da resistência social. Entre as diversas tendências encontra-se, do ecossocialismo (LÖWY, 2010) e da teoria da regulação, os problemas ambientais decorrentes da organização social, do modo de produção capitalista e das formas de alienação, apropriação da natureza e exploração da força de trabalho, tem sido absorvidos, no entanto, no campo da economia ecológica o debate ainda permanece em torno da teoria do valor de Marx dando margem a diferentes perspectivas que defendem a preservação da natureza, mas através de estratégias que recorrem a uma valoração econômica, ou seja, atribuição de valor monetário.

No entanto é a ecologia política que tem formulado a crítica mais contundente à relação sociedade x política x natureza, à maximização do lucro e à mercantilização da natureza, e por isso tem um discurso, segundo Leff, sobre a luta pela desnaturalização da natureza: das condições naturais de existência, dos desastres “naturais”, da “ecologização das relações sociais” (2003). Considera este autor que não se trata de adotar uma perspectiva construtivista da natureza, mas política, onde as relações entre seres humanos e entre eles e a natureza se constrói através de relações de poder (2003).

Santos (2009) confronta a monocultura da ciência moderna com uma ecologia dos saberes, na medida em que se funda no reconhecimento da pluralidade de conhecimentos heterogêneos e em interações dinâmicas entre eles sem comprometer sua autonomia. A ecologia de saberes se baseia na ideia de que o conhecimento é interconhecimento. Essa percepção do lugar do político no debate sobre o campo do desenvolvimento questiona as estruturas da crença na sustentabilidade. Para Enrique Leff (2003), a ecologia política se encontra em um campo teórico-prático no qual busca construir um novo território do pensamento crítico e da ação política. Perspectiva que reforça os estudos pós-coloniais e decoloniais.

As lutas de libertação, anti-coloniais, que emergiram em diferentes lugares do Brasil, tencionaram o poder e muitas delas buscavam afirmação étnica, reconhecimento de existência como sujeitos de ação e de direitos, legitimação de um outro projeto de desenvolvimento, a exemplo de inúmeros movimentos revolucionários, insurgentes, empurrados pela história colonial e escravagista para refúgios distantes na época da colonização, mas hoje com agenda de visibilidade e direitos. De fato a modernidade ocidental contém um paradigma fundado na tensão entre a regulação e a emancipação como insiste Santos (2009), e que essa distinção visível fundamenta todos os conflitos modernos, tanto em termos de fatos substantivos como de procedimentos. A distinção entre as imagens da colônia e da metrópoles, no presente, são obscurecidas (CASTRO, 2010; 2012) pelos processos de modernização, de consumo padronizado, nos valores de universalidade e pelos meios de comunicação de massa. Mas essa distinção subjaz nas estruturas sociais, e aciona as práticas. A lógica neoliberal é neoextrativista e compactua com a destruição dos bens naturais submetidos aos interesses empresariais estritamente para viabilizar os fluxos econômicos de acumulação.

É o exemplo de regiões onde existem grandes extensões preservadas no mundo, e que se tornaram *objetos de desejo* do mercado ávido de recursos naturais pois estes se esgotaram no planeta. A evidência é que não temos mais recursos naturais geradores de energia. Em outras palavras, a energia do

planeta se exaure. Mas a Patagônia, argentina e chilena, e a Pan-Amazônia¹⁰ com o broma de floresta tropical e parcialmente de cerrado, que recobre nove países também da América do Sul, são grandes extensões ainda preservadas e, por isso, são vistas pelo mercado e pelo Estado que aplicam políticas neoextrativistas e desenvolvimentista, para além de um interesse ambiental de preservação desses recursos de floresta – fauna, flora, água e recursos de sub-solo –, se forma um mercado de produtos e insumos muito concreto, cobiçado por redes internacionais que operam com mercados financeiros e podem acionar tecnologias altamente sofisticadas. E certamente os grupos mais capitalizados desejam usufruir da rentabilidade de suas atividades, mas também pretendem fazer estoques de recursos naturais para oportunidades futuras. Afinal de contas, essa é a última fronteira de áreas florestais contínuas não somente do país e no continente sul-americano, mas do mundo.

3 Pensamento social latino-americano, conflitos e violência consentida e regulada

A América Latina é atravessada por conflitos de níveis, natureza e motivações diferentes. Mas sempre os conflitos relacionados à terra estiveram presentes, pois o latifúndio é a estrutura principal de poder que atravessa a história da divisão social do trabalho no continente. E as lutas de resistência e os conflitos são parte desse campo de cominação, mas também de processos emancipatórios. Ao longo das últimas décadas esses processos têm conformações diferentes pois se trata de últimas fronteiras de recursos a explorar pelo mercado, tornando-se o continente, um campo de batalha pela

¹⁰ Na Amazônia há o financiamento de uma dinâmica de acumulação que se assenta sobre o avanço do neoextrativismo como modelo de desenvolvimento. Essa dinâmica comporta vários processos, entre eles, o avanço de agentes econômicos - madeireiros e fazendeiros sobre a floresta, ampliando a dinâmica do desmatamento; a pressão sobre terras ocupadas por populações tradicionais; a sucessão na terra com venda de fazendas a grandes empresas do agronegócio; a intensificação da produção com infundáveis campos de soja, máquinas colhedeiras, grandes silos para armazenagem de grãos; caminhões de carroceira dupla trafegando pela rodovia Cuiabá-Santarém (BR-163) carregados de soja para descarregar às margens do rio Tapajós, nas barcas no porto de Miritituba.

sobrevivência, seja do capital, seja da vida humana e não humana, ameaçadas, nessas regiões. A trajetória de lutas e dos movimentos sociais na América Latina mostra mudanças importantes desde aquelas empreendidas pela redemocratização dos países que passaram por ditaduras militares nos anos 1960 e 1970 até as mais recentes. Nos anos 1990 são lutas que eclodiram em todo o continente, com novas formulações de direitos, ampliação de conceitos, definição de categorias identitárias e unidades de mobilização política. Além das lutas relacionadas ao trabalho e à reforma agrária, apontamos aquelas pela defesa de territórios sob ameaça, na demarcação e titulação de terras coletivas de povos indígenas e de quilombolas, e dispositivos legais, em função do modelo minero-agro-exportador dominante.

As lutas pela defesa dos direitos sociais, étnicos e ambientais na América Latina são, hoje, articulados em redes globais. Eles expressam as razões para contestar esses empreendimentos, a natureza dos investimentos, os interesses em jogo, os principais beneficiários dos processos de desterritorialização das populações rurais, de territórios indígenas e de afrodescendentes. Vale ressaltar ainda o deslocamento forçado pelas inundações ou mudanças na qualidade da floresta e dos recursos aquáticos, obstáculos às práticas prévias de mobilidade por rios e, portanto, pela inviabilidade das formas de trabalhar tradicionais ou habituais. A poluição pode ser identificada em vários aspectos: na produção de gases e outros produtos químicos nocivos, na filtração de poluentes em cursos de água e em terras com a agricultura, na perda de peixes e na biodiversidade em geral, entre outros. O conceito de “efeitos de derramamento”, como aponta Gudynas (2016), permite produzir uma alteração no olhar, a partir da observação da complexidade que circunda os impactos causados pela grande mineração, ou os plantios do agronegócio no território. O discurso do mineradoras no Brasil mantém o *slogan* da década de 1950: “somos uma empresa mineira e não uma empresa de desenvolvimento”. No entanto, os impactos sociais e ambientais da atividade produtiva e seu crescimento têm sido socializados. Inúmeras empresas responderam à produção de serviços de preservação duvidosa e respeitaram sistematicamente as condições sociais e ambientais exigidas por lei. Em documentos oficiais, eles salientaram que a

sobrevivência dos empreendimentos mineiros exige a flexibilidade das regras ambientais e dos direitos sociais, dependendo da crise econômica e do cenário de competitividade global.

Pode-se dizer que atualmente há uma sintonia nas narrativas dos movimentos sociais sobre várias dimensões na América Latina, o que leva a um campo de coerência significativo, apesar de ser necessário reafirmar a diversidade e a particularidade desses processos. Estes levaram a ampliar o leque da experiência política, sejam lutas em defesa do ambiente, como os *empates* associados à liderança de seringueiros e de Chico Mendes, no Brasil, a guerra da água de Cochabamba, na Bolívia, a luta contra as plantas de mineração no Peru ou pela incorporação de novos direitos na constituição no Equador e na Bolívia. Enumera-se também as campanhas contra a construção de hidrelétricas no Brasil e na Bolívia e, sobretudo, as lutas de povos indígenas, camponeses, quilombolas, atingidos por barragens, atingidos pela mineração ou pela estação aeroespacial, para permanecer nos territórios por eles ocupados, enfrentando as pressões da dinâmica de acumulação na fronteira do capital.

Em muitas regiões, os conflitos armados de extrema violência aumentam, tornando-se zonas de sacrifício institucionalizadas, de crimes contra a humanidade banalizados, e dos discursos de ódio que se disseminam no mundo. E, também é a situação dos refugiados de guerra, os atingidos por grandes obras econômicas, em especial de infraestrutura para atender os negócios transnacionais, e que vêm expulsando milhares de pessoas de seus territórios de trabalho e vida, produzindo trabalhadores sem emprego, sem papéis, sem moradia, desnacionalizados e sitiados pela fome que assola cada vez mais regiões. Embora possam ser zonas ricas em recursos naturais, os conflitos e a violência regulamentada pelo mercado e consensual aos Estados, as transforma em zonas de sacrifício social. Um mundo que caminha para o aumento da vulnerabilidade, da pobreza e da fome. As esperanças de solução institucional regridem com o passar do tempo, pois as crises aumentam em lugar de serem solucionadas, sob processos de captura do Estado e a produção de situações analisadas por Aganbem (2004) em suspensão de direitos e estado de exceção.

O avanço da monocultura, seja com a produção de grãos, de sementes oleaginosas (como o “dendê”), ou plantações de eucalipto e outras espécies para produção de celulose, também significa uma extração intensa e contínua de recursos, desde os nutrientes do solo até a água – e por isso os vemos nessa categoria. Pelos efeitos de saque, são processos neoextrativistas e com a mesma natureza da violência nos territórios ocupados pelas populações tradicionais pela supressão de seus modos de vida. Isso aconteceu contemporaneamente no Brasil, na Colômbia, no Peru, na Argentina, no Chile, no Paraguai e em muitos outros países da América Latina

Para se entender as lutas sociais no presente é importante retomar as chaves do entendimento da história. A sociedade brasileira demorou a acordar um espaço de reconhecimento às contribuições de intelectuais negros e negras sobre a sociedade brasileira, como se referem Schwaecz (1993) e Queiróz e Gomes (2018), e o racismo, embora tenhamos uma literatura consagrada com os livros de Aluizio de Azevedo¹¹. O racismo é um eixo estruturante no Brasil como assinala Souza (2017) e demais sociedades latino-americanas, é parte das relações coloniais e, seguramente, atravessa a produção do conhecimento acadêmico, mas pela sua negação, invisibilidade, ou naturalização. A implantação de medidas de ações afirmativas teve impacto relevante para a inserção de intelectuais negros na academia, na pesquisa, na construção de espaços institucionais de difusão de conhecimento, e de ação política em espaços públicos.

Quanto ao mapa de conflitos na América Latina, nas áreas de mineração também temos números impressionantes que mostram a violação dos direitos sociais e sua consequente indignação. O mapeamento abrangente de conflitos divulgados pela CEPAL, envolvendo Chile, Argentina e Colômbia, mostra a presença e os dados sobre os conflitos provocados pela mineração, sinalizados por Svampa (2017). Em 2012 houve 162 conflitos na área de mineração, com 212 comunidades afetadas. Em 2014 este número aumentou

¹¹ Aluizio de Azevedo tem uma vasta obra com temas sociais. Publica *O Mulato* em 1881, romance que inaugura o chamado Movimento Naturalista no Brasil, no qual denuncia o preconceito racial da burguesia maranhense e a reprodução das elites. Entre outros, também *O Cortiço* onde o crescimento da cidade do Rio de Janeiro e o aparecimento dos bairros de trabalhadores pobres, denominados cortiços, espelhava a face da desigualdade, os preconceitos e a radicalização instalada da capital do país.

para 198 conflitos, afetando 296 comunidades nesses países. Neste modelo de territorialidade excludente, destacando que não são apenas megaprojetos, as empresas são agentes que vêm para controlar a produção no território em que estão instaladas. A vida dentro dos territórios ocupados pelas empresas de mineração e hidrelétricas torna-se um território conflagrado e, portanto, outros conflitos nascem em relação ao direito de usar terras e recursos¹². Este conflito sobrepeõe fronteiras do capital às fronteiras de direitos, como os direitos dos povos indígenas, e quilombolas, garantidos pela Constituição brasileira de 1988 e também por dispositivos jurídicos internacionais.

Esses conflitos ressaltam a racialização da sociedades por meio de novas práticas. Mas que tem suas raízes na história do continente, da violência da “conquista”, com o genocídio, seguramente o etnocídio mais bárbaro que foi impetrado aos povos no mundo, pois eliminou povos e culturas, indistintas de seu padrão tecnológico, de patrimônio cultural e de saberes que estavam sendo extintos. Por isso, para se entender as lutas sociais no presente é importante retomar as chaves do entendimento da história das Américas, um silêncio que não pode ser perpetrado. Os estudos históricos, na leitura a contrapelo sobre essa violência cristã-colonial-escravocrata, revelam os caminhos da colonização e do escravismo assentes nas sociedade de hoje, como o passado que reconfigura o presente, mas que fornece também as chaves do entendimento de um outro saber sobre ele próprio.

O mapeamento da violência identifica o surgimento de inúmeros casos relatados, por exemplo, em três áreas de mineração do estado do Pará. Os estudos realizados possibilitam o desenvolvimento de uma interpretação dos direitos humanos e ambientais, identificando os efeitos e danos da mineração nesses territórios, do sofrimento, do desperdício de vidas e culturas e também da reflexão sobre situações nos países vizinhos. Estudos em outros países da

¹² As terras da Amazônia têm sido exaustivamente observadas para identificar reservas de minerais. Nos últimos anos, foram identificados jazimentos de bauxita, caulim, manganês, ouro, cassiterita, cobre, níquel, nióbio, urânio, na região do rio Xingu. Nessa mesma região foram previstas, no Plano Nacional do Setor Elétrico, a construção de inúmeras hidroelétricas como Belo Monte, o Complexo Teles Pires e o Complexo Tapajós. Todas elas têm a ver com a aprovação de energia para o setor mineral, portanto, para a exploração neoeextrativista, com pouco valor agregado e deixando danos sociais e ambientais irreversíveis.

América Latina também apontam para o crescimento da violência como uma característica do neoextrativismo mineral de grande escala, associados a conflitos sociais, psicossociais, étnicos e ambientais. Mas esses territórios também são identificados no mapeamento de resistência que tem sido revelado por movimentos sociais e lutas de diversos grupos.

No Brasil de hoje a racialização da sociedade toma expressões mais diversas e se explicita talvez como jamais no país (SCHWARCZ, 1993). Primeiro, observa-se retomada de práticas autoritárias como o distanciamento contra dos princípios dos direitos humanos. Essa visão autoritária é ampla e fomentada no meio de segmentos conservadores e de extrema direita em vários países do mundo. No Brasil, são ataques a pessoas negras, índias, LGBTI, pobres, residentes em favelas e baixadas, como cidadãos de segunda e terceira categorias. Esses processos tem efeitos simbólicos performáticos pois os empurra ainda mais para as margens do Estado e dos direitos, e os criminaliza, com ações concretas empreendidas pelas agências e agentes do Estado. Os movimentos e as organizações sociais lutam não mais apenas em defesa dos direitos, mas da própria vida que se encontra sob fortes ameaças. Essas lutas se juntam àquelas de movimentos sociais de populações radicadas em vários países da América Latina¹³.

A análise do Estado formulado por Das e Poole (2004), a partir de suas margens, conforme sugerem as autoras, considera o lugar como dimensão seminal para produção de interação entre grupos e, por isso, para poder ter validade a pesquisa etnográfica. Ou seja, de onde procuramos compreender o que de fato é o Estado, ou melhor, uma etnografia sobre as práticas sociais, os lugares e as linguagens que conformam as espacialidades sociais nas margens do Estado-nação. Sustentam, assim, que os processos reais da sociedade são percebidos na perspectiva invertida, sugerindo etnografias como recurso

¹³ As formulações mais significativas, do ponto de vista da crítica teórica, têm partido de intelectuais e de movimentos sociais que discutem o desenvolvimento na contramão do pensamento dominante, no sentido da diversidade social, étnica, de gênero e de saberes presentes em países do Sul. Destacam-se as mobilizações políticas de diversas naturezas, na medida em que avançam as formas de homogeneização e aumentam as tensões e conflitos, a exemplo das lutas por afirmação de identidade, de posições, de territórios, entre outras lutas contemporâneas em várias países latino-americanos.

teórico de entendimento da vida social nas margens do Estado. A lógica que preside a ação do Estado estabelece um olhar do uniforme e genérico, ou seja, a perspectiva racional e abstrata do entendimento da sociedade e da sua relação com as instituições públicas. Ora, a sociedade vista de suas margens, significa uma inversão do olhar, uma insurreição da perspectiva dominante, que é incapaz de perceber a complexidade e as questões novas, postas justamente pela cidade na sua diversidade, incluindo a da periferia urbana, com suas escalas de intermediação da vida.

Considerações finais

A reflexão sobre o planejamento nas sociedades contemporâneas globalizadas, cujos Estados e corporações econômicas tendem a regular as ações e processos em várias dimensões da vida, nos conduz a afirmar o seu continuo distanciamento das demandas dos cidadãos, a exemplo do direito à cidade, uma vez que elas se fundam em lógicas culturais, de perecimento e de afirmação do sujeito como condição de existência e de reprodução da vida. Esse limite, portanto, constitui uma inflexão justamente porque cresce o controle de regulação em todos os espaços do mundo e da vida pois se delineiam impossibilidades de lidar com os conflitos produzidos e reproduzidos pela desigualdade social, pela discriminação, pela intolerância à diferença, enfim, pela negação de direitos constitucionais como aos territórios de ocupação tradicionais crescentemente desautorizados.

Assistimos a formulação de novos dispositivos regulatórios que visam o aperfeiçoamento de controle dos indivíduos e de grupos sociais e, por isso, distanciam-se da realidade vivida pelas pessoas. De certa forma, essas observações nos mostram o grau de institucionalização de dispositivos que até podem ter o interesse de estimular procedimentos de participação, na expectativa do planejamento se aproximar da experiência social do outro mas, como sabemos, com práticas bastante frequentes de captura por instituições.

O debate em curso que vem sendo produzido por atores sociais na América Latina desde o final do século XX com forte participação dos movimentos sociais, e inclusive por eles mesmo, através de seus coletivos, propõe a institucionalização de um pensar jurídico que parte da premissa da natureza como sujeito de direito, e o Estado como garantidor efetivo desses direitos, o que significa reconfigurar o Estado para atender os direitos humanos e não humanos. Em síntese, pensar uma sociedade sob uma distinta modalidade de integração com a natureza, apostando em conceitos como bem viver, como premissa de outro desenvolvimento. Tal perspectiva da ecologia política supõe a institucionalização de uma economia pós-extrativista, uma sociedade post-desenvolvimento, sobretudo considerando o esgotamento das reservas naturais e os crescentes eventos extremos vinculados aos processos antropogênicos de caráter global, e das mudança climáticas.

O interesse pelas terras indígenas na América Latina, ricas em minerais, não é novo. Mas tem se intensificado, fundamentando demandas no Congresso nacional para desregulamentar os direitos de povos indígenas, redução do tamanho das Unidades de Conservação no país, e flexibilização de processos produtivos altamente invasivos. Este é o caso da região do Xingu que tem fazimentos de ouro, imante, nióbio, cobre, fósforo, fosfato e sua deslegitimação sempre foi um tema que circulava entre as elites nacionais, civis e militares, conjuntamente com os interesses das empresas multinacionais. Esses processos tem sido largamente documentados e divulgados pela pesquisa e por outros setores da sociedade brasileira, sem incidir em crimes de perda do patrimônio público e do patrimônio genético-energético mundial.

Ao se falar da dinâmica de acumulação do capital, que nestes momentos toma uma rapidez impressionante, temos que considerar a dupla dinâmica capitalista – não somente exploração do trabalho, mas também o saque à natureza –, de onde o avanço sobre a fronteira é cada vez maior no mundo capitalista, como mostra Wallerstein, 2004). Porém, o processo de acumulação quase não se discute hoje, por um pensamento tomado pelos interesses de gestão, de administração e de controle sobre os processos, o que nesses casos observados de desastres ambientais é uma falácia. Não se discute o crescimento

e seus efeitos como se fossem temas do passado. E, de fato, desapareceu, mas dando origem a outras narrativas sem sujeitos e sem classes sociais, deslocando o conflito, os movimentos sociais insurgentes e a resistência de seus lugares de classe. Um eixo de narrativas que deixam, de um lado, o debate sobre a dinâmica capitalista de acumulação e da concentração do capital.

A alteração territorial que presenciamos hoje resulta de importantes mudanças que ocorreram na sociedade e na economia, sobretudo a partir do século XX, onde se destacam as novas demandas do mercado mundial e a diferenciação interna, as alterações no processo técnico e nos sistemas de uso da terra e dos recursos. Seu entendimento requer que se considere a interação entre os processos locais e a dinâmica de mercados globais, fundamentais para se identificar as conexões lógicas que explicam o complexo mercado transnacional e a pressão de estruturas e de agentes econômicos sobre os recursos naturais, que estão vinculados ao mercado global.

Referências

- ACOSTA, A. Extrativismo e neoextrativismo: Duas faces da mesma maldição. *In*: DILGER, G.; LANG, M.; PEREIRA FILHO, J. (org.). *Descolonizar o imaginário: debates sobre o pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento*. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo: Editora Elefante, 2016. p. 46-85.
- AGAMBEN, G. *Homo sacer*: Estado de exceção II. Tradução: Iraci D. Poleti. São Paulo: Boitempo, 2014.
- ANDERSON, B. *Comunidades imaginadas*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- APPADURAI, A. Dimensões culturais da globalização: a modernidade sem peias. Tradução: Telma Costa. Lisboa: Editorial Teorema LDA, 2004.
- BERNARDINO-COSTA, J.; GROSFOGUEL, R. Decolonialidade e perspectiva negra. *Revista Sociedade e Estado*, Brasília, v. 31, n. 1, p. 15-24, jan./abr. 2016.
- CASTRO, E. Políticas de Estado e atores sociais na Amazônia contemporânea. *In*: BOLLE, W. CASTRO, E.; VEJMEKA, M. (ed.). *Amazônia, região universal, teatro do mundo*. São Paulo; Belém: Globo, 2010, p. 105-122.

CASTRO, E. Campo do desenvolvimento, racionalidade, ciência e poder. In: FERNANDES, A. C.; LACERDA, N.; PONTUAL, V. *Desenvolvimento, planejamento e governança: o debate contemporâneo*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015. p. 225-246.

CASTRO, E. Neoextractivismo en la minería, prácticas coloniales y lugares de resistencia en Amazonia, Brasil. *Perfiles Económicos*, Valparaíso, Chile, n. 5, p. 35-76, jul. 2018a. ISSN 0719-756X.

CASTRO, E.; FREITAS PINTO, R. Introdução. In: CASTRO, E.; FREITAS PINTO, R. (org.). *Decolonialidade e sociologia na América Latina*. Belém: NAEA/UFGA, 2018b, p. 07-24.

CASTRO, E. Epistemologias e caminhos da crítica sociológica latino-americana. In: CASTRO, E., FREITAS PINTO, E, R. *Decolonialidade & sociologia na América Latina*. Belém: NAEA, 2018. p. 25-52.

CASTRO, E. Pan-Amazônia refém? Expansão da Fronteira, Megaprojetos de Infraestrutura e integração sulamericana da IIRSA. In: FRANCO, F. (ed.). *Megaproyectos: la Amazonia en la encrucijada*. Colombia: Universidad Nacional de Colombia/Sede Amazonia: Imani, 2012. p. 177-216.

CUNHA, M. C. Da. Imagens de índios do Brasil: o século XVI. *Revista Estudos Avançados*, São Paulo: USP, v. 4, n. 10.2, 2001.

DAS, V.; POOLE, D. (org.) *Antropology in the margin of the State*. Santa Fe: School of American Research Press, 2004.

DUSSEL, E. 1492 : el encubrimiento del otro : hacia el origen del mito de la modernidad. La Paz. UMSA. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación. Plural Editores.1994. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/otros/20111218114130/1942.pdf>. Acesso em: 28 maio 2018.

ESCOBAR, A. Actores, redes e novos produtores de conhecimento: os movimentos sociais e a transição paradigmática nas ciências. In: SANTOS, B. de S. (org.). *Conhecimento prudente para uma vida decente: um discurso sobre as ciências revisitado*. Porto: Afrontamento, 2003. p. 605-630.

ESCOBAR, A. El “postdesarrollo” como concepto y práctica social. In: MATO, D. (coord.). *Políticas de economía, ambiente y sociedad en tiempos de globalización*. Caracas: Universidad Central de Venezuela, 2005. p. 17-31.

FALS BORDA, O. La subversión justificada y su importancia histórica (1968). In: MONCAYO, Víctor Manuel (coord.). *Antología del pensamiento crítico colombiano contemporáneo*. Buenos Aires: CLACSO, 2015. p. 385-394

FALS BORDA, O. *Historia doble de la Costa: resistência en San Jorge*. Maestro de la Sede, Universidad Nacional de Colombia, Banco de la República. Bogotá: El Ancora, 2002.

FANON, F. *Pele negra e máscaras brancas*. Buenos Aires: Éditions du Seuil, 1952. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/1579/6739688>. Acesso em: 13 de nov. de 2018.

FURTADO, C. *O mito do desenvolvimento economico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

GALEANO, E. *Las venas abiertas de America Latina*. Madrid, Espanha: Siglo XXI, 2003.

GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo. Sociedad plural, colonialismo interno y desarrollo. *América Latina – Revista do Centro Latinoamericano de Ciencias Sociales*, [S.l.], v. 6, n. 3, 1963.

GUDYNAS, E. Extractivismos en América del Sur: conceptos y sus efectos derrame. In: ZHOURY, A.; BOLADOS, P.; CASTRO, E. (org.). *Mineração na América do Sul*. Neoeextractivismo e lutas territoriais. Belo Horizonte: Annablume, 2016. p. 23-43.

GUDYNAS, E. La ecología política de la crisis global y los límites del capitalismo benévolo. Íconos, Revista de Ciencias Sociales, Quito, Flacso, n. 36, p. 53-67, 2010.

IANNI, O. *Sociologia da Sociologia latino-americana*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

LANDER, E. “Eurocentrism and Colonialism in Latin American Social Thought”. *Nepantla: Views from South*, 1(3), 519-532. CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, set. 2000.

LANDER, Edgardo (org.). *Colonialidade do saber: Eurocentrismo e Ciências Sociais: Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. (Colección Sur Sur)

LEFF, E. La ecología política en América Latina: un campo en construcción. *Revista Sociedade e Estado*, Brasília, v. 18, n. 1-2, p. 17-40, 2003.

LINERA, Álvaro García. Indianismo y Marxismo el desencuentro de dos razones revolucionarias. In: STEFANONI, Pablo (comp.). *La potencia plebeya: acción colectiva e identidades indígenas, obreras y populares en Bolivia*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores y Clacso, 2009. p. 48-55. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/coedicion/linera/7.3.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2019.

LÖWY, M. Ecosocialism: towards a new civilization. *Revista Novos Cadernos NAEA*, Belém, v. 13, n. 1, p. 245-254, 2010.

MARIATEGUI, J. C. *Sete ensaios de interpretação da realidade peruana*. Prefácio: Florestan Fernandes. São Paulo: Ed. Alfa-Omega, 1975.

MENEZES, M. P. MENESES, M. P. Epistemologias do Sul. *Revista Crítica de*

Ciências Sociais. Coimbra, CES, no. 80, 2008. p. 5-10. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/689>

MENESES, M. P. *Desafios aos estudos pós-coloniais*. As epistemologias Sul-Sul dossiê. Coimbra, CesDebates, Contexto, n. 5, maio 2014. Disponível em: www.ces.uc.pt. Acesso em: 11 ago. 2018.

MIGNOLO, W. *Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política*. *Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade*, Niterói, n. 34, p. 287-324, 2008.

MOURA, Clóvis. *O negro, do bom escravo a mau cidadão?* Rio de Janeiro: Conquista, 1977.

OLIVEIRA, F. de. *Elegia para uma (re)Região*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1996.

PORTO-GONALVES, C. W. *O desafio ambiental*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

PORTO-GONALVES, C. W. Apresentação da edição em português. In: LANDER, Edgardo (org.). *Colonialidade do saber: Eurocentrismo e Ciências Sociais: perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 19-20. (Colección Sur Sur)

QUEIRÓZ, M. V. L.; GOMES, R. P. Clóvis Moura e teoria crítica do direito: apontamentos conceituais a partir do pensamento negro marxista. In: CASTRO, E.; FREITAS PINTO, E., R. *Decolonialidade & sociologia na América Latina*. Belém: NAEA, 2018. p. 337-354

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (coord.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: Clacso, 2005. p. 117-142.

RAMOS, A. G. *A redução sociológica*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1965.

RIBEIRO, G.; ESCOBAR, Ar. (org.). *World Anthropologies: disciplinary transformations within systems of power*. Oxford; Nova York: Berg, 2006.

RIVERA, C. S. Ch'ixinakax utxiwa. Una reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores. Buenos Aires: Tinta Limón, 2010a.

RIVERA CUSICANQUI, Silvia Rivera. *Violencias (re) encubiertas en Bolivia*. Ediciones La Mirada Salvaje. La Paz: Piedra Rota, 2010b.

SAID, Edward. *Orientalismo*. O Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SANTOS, B. de S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais à ecologia dos saberes. In: SANTOS, B. de S.; MENESES, M. P. (org.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina: CES, 2009. p. 23-71.

SCHWARCZ, L. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.

SOUZA, J. de. *A elite do atraso: da escravidão à Lava-Jato*. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

SPIVAK, G. C. Estudios de la subalternidad: Deconstruyendo la Historiografía. In: MEZZADRA, S. (org.). *Estudos postcoloniais: ensaios fundamentais*. Madri: Traficante del Sueños, 2008. p. 33-68.

STAVENHAGEN, R. Clases, colonialismo y aculturación en América Latina. América Latina. *Revista do Centro Latinoamericano de Ciencias Sociales*, México, v. 6, n. 4, 1963.

SVAMPA, M. Extrativismo neodesenvolvimentista e movimentos sociais: um giro ecoterritorial rumo a novas alternativas? In: DILGE, G.; LANG, M.; PEREIRA FILHO, J. (org.). *Descolonizar o imaginário: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento*, 2017. p. 140-171

TICONA, E. *Saberes, conocimientos y prácticas anticoloniales del pueblo aymara-quechua en Bolivia*. La Paz: Plural Editores y AGRUCO, 2010. p. 35-46.

TORRES, C. La violencia y los cambios sociales: introducción para los profanos. In: MONCAYO, Víctor Manuel (coord.). *Antología del pensamiento crítico colombiano contemporáneo*. Buenos Aires: CLACSO, 2015. p. 31-76.

VELHO, O. O que nos une. *Anuário Antropológico*, Brasília, n. 2, p. 9-21, 2010.

VIVEIROS DE CASTRO, E. Etnologia Brasileira. In: MICELI, S. (org.). *O que ler na Ciência Social Brasileira (1970-1995): Antropologia*. São Paulo: Sumaré, 1999. v. 1. p. 109-223.

WACQUANT, L. *Condenados da cidade: estudos sobre marginalidade avançada*. São Paulo: Ed. Revan, 2008.

WALLERSTEIN, I. *Impensar las ciencias sociales: límites de los paradigmas decimonónicos*. Siglo XXI de España Editores, S.A, 2004.

O “giro decolonial” latino-americano e a razão do Outro: a transmodernidade como deslocamento epistemológico

Adelia Miglievich-Ribeiro

Introdução

Uma radical crítica da modernidade euro-setentrional configura o atual “giro decolonial” latino-americano no diálogo com as abordagens pós-coloniais nascidas nas guerras de libertação em África, os chamados Estudos Subalternos Indianos, também, os Estudos Culturais promovidos pelos intelectuais diaspóricos espalhados no centro, ainda, nas afinidades com o humanismo crítico e nômade do palestino (e cidadão norte-americano), Edward Said.

Os latino-americanos bebem dos guerrilheiros-pensadores Frantz Fanon, Amílcar Cabral, Agostinho Neto, Kwame N’Krumah, Stockley Carmichael, Malcolm X e Eldridge Cleaver. Não menos dos seus de Fidel Castro, Che Guevara, Camilo Torres, na reivindicação de uma linhagem própria que destaca suas profundas conexões com o pensamento anticolonial que sempre marcou a rica tradição cognoscitiva latino-americana.

O “giro decolonial” – ou giro descolonial, aqui usado indistintamente¹ – propõe, nas palavras de um de seus mais expressivos representantes, Walter Mignolo (2003), o reordenamento da geopolítica do conhecimento mediante

¹ Catherine Walsh opta pela distinção entre ambos os conceitos acima. O “decolonial” não suporia uma superação *in totum*, datada historicamente, mas movimentos ininterruptos de resistência que se passam também nas dimensões subjetivas. O segundo se referiria, sobretudo, às lutas independentistas que marcaram, no século XIX, as nações latino-americanas. Meu uso de ambos os termos, porém, não se pautam em tal preciosismo, levando em conta, também, aqueles autores latino-americanos que, rejeitando o inglês, preferem falar em “descolonial”. Cf. Walsh, 2008.

quatro movimentos simultâneos: a) a crítica da subalternização na perspectiva dos estudos subalternos; b) a emergência do *pensamento liminar*, a saber, uma nova modalidade epistemológica que articula a tradição ocidental à diversidade das categorias suprimidas sob a pretensão dos “estudos de área” que inventaram o “ocidentalismo”; o “orientalismo” e o “terceiro-mundismo”, cujos efeitos dão a objetificação da razão do Outro.

Nesse sentido, a produção do *pensamento liminar* quer abranger um mundo de histórias locais que redesenhem o projeto imposto como “universal”, ampliando-o e diversificando-o. Menos do que uma “contracultura ‘bárbara’ perante o Primeiro Mundo, como pejorativamente se pode caracterizá-lo (MIGNOLO, 2003, p. 417), o “giro decolonial” empenha-se na afirmação da autodeterminação política, teórica e epistemológica dos povos do Sul do mundo – metáfora explicada por Santos (2009) que designa os saberes das margens – afetando, também, a arena acadêmica internacional na dinâmica de se “remapear as culturas do conhecimento acadêmico e os *loci* acadêmicos de enunciação em função dos quais se mapeou o mundo” (MIGNOLO, 2003, p. 418).

Uma “gnosologia poderosa emergente” (MIGNOLO, 2003, p. 35) surge, assim, das franjas do capitalismo hegemônico e global. Podemos falar em culminância, em consonância a Luciana Ballestrin (2013), ao identificar, no ano de 1998, a realização do evento sob os auspícios do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO), na Universidade Central da Venezuela, que, dentre outros, reunindo Edgardo Landier, Arturo Escobar, Walter Dignolo, Enrique Dussel, Aníbal Quijano, Fernando Coronil, batizou o coletivo *Modernidade/Colonialidade (M/C)* que, por sua vez, tomava a “virada decolonial” como uma “bandeira”.

Sucessivos encontros se deram, a incluir novos nomes como Immanuel Wallerstein, Santiago Castro-Gómez, Oscar Guardiola, Zulma Palermo e Freya Schiwy. Em 2000, saía publicada a obra mais expressiva do empenho do M/C, a traduzir um programa subversivo de pesquisa em face das teorias eurocêntricas: *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales*. Novas

adesões ocorreram, a exemplo de Javier Sanjinés, Catherine Walsh, Nelson Maldonado-Torres, José David Saldívar, Lewis Gordon, Boaventura de Sousa Santos, Margarita Cervantes de Salazar, Libia Grueso, Marcelo Fernández Osco, Jorge Sanjinés, Ana Margarita Cervantes-Rodríguez, Linda Alcoff, Eduardo Mendieta e Elina Vuola. Neste processo, à *Modernidade-Colonialidade*, que vinha por luz na face oculta e violenta da modernidade eurocêntrica, uma terceira vértice: a decolonialidade (ou descolonialidade). Em 2005, Nelson Maldonado-Torres cunhou o termo “giro decolonial” que significava o movimento de resistência teórico e prático, político e epistemológico, à lógica da modernidade/colonialidade (BALLESTRIN, 2013).

Tencionamos, nestas páginas, “descobrir” este movimento intelectual singularmente latino-americano, sem supô-lo, contudo, monolítico. Antecipamos seu feito de promover algo como uma “fratura epistemológica” na metanarrativa moderna ocidentalcêntrica, ao custo de tensões e embates nada desprezíveis que se desdobraram no campo acadêmico.

1 Pensamento liminar como razão decolonial

Inovações requerem, antes, acúmulo de conhecimentos. A criatividade não é um ato isolado. A vida se dá relacionalmente no tempo e no espaço. A perspectiva de um conhecimento emergente a partir da América Latina remonta, portanto, a Waman Poma de Ayala, no século XVII²; a José Carlos Mariátegui e Víctor Raúl Haya de la Torre, nos anos 1920; à teoria da dependência na década de 1960, que associou, por sua vez, na vertente marxista e emancipatória, autores como Ruy Mauro Marini, Theotonio

² Nas lutas de contestação colonial e na independência do Haiti, mais especialmente, Felipe Guama Poma de Ayala escreveu *Nueva crónica y buen gobierno*. A obra alentada analisa o desastre da colonização espanhola sobre o império inca, ao mesmo tempo que discorre sobre um possível bom governo espanhol a partir da cosmologia o incaica. O “giro decolonial” aponta tal estudo como comparável aos textos de Hobbes, Locke e Rousseau que também se voltam às formas de governo desejáveis numa sociedade. Cf. Poma de Ayala, 1980.

dos Santos, Vânia Bambirra e Gunder Frank. Ainda, sob a inspiração da teologia da libertação do padre Gustavo Gutiérrez e da filosofia da libertação de Enrique Dussel. A estes, somam-se as obras, dentre tantos, de Rodolfo Kusch, Orlando Falls Borda, Pablo Gonzáles Casanova, Leopoldo Zea, Darcy Ribeiro, Florestan Fernandes e Paulo Freire.

A perseguição de uma ciência social autônoma desde sempre se fez imperativa para os intelectuais críticos a partir da América Latina. A razão decolonial desdobra este compromisso ao dar plena visibilidade à questão da geopolítica do conhecimento, portanto, ao explicitar a hierarquia dos *loci* de enunciação científicos no mundo que criou a perversa cisão entre sujeitos e objetos do conhecimento. Na segunda condição, estariam quase que “naturalmente” as gentes e saberes produzidos nas ex-colônias; enquanto as teorias explicativas acerca do mundo, os prognósticos e teses normativas adviriam, necessariamente, do centro, logo, das ex-metrópoles.

Na contramão da “importação” acrítica das teorias, porém, o “giro decolonial” latino-americano aventura-se em “beber de outras águas” e, conforme Mignolo (2003), evidencia nosso próprio desprezo aos intelectuais não-eurosetentrionais, como prova de nossa “mente colonizada”: “Quem conhece na América Latina o intelectual e ativista Osage, Vine Deloria Jr.? Quantos em América Latina tomaram Frantz Fanon como líder intelectual em vez de Jacques Derrida ou Jürgen Habermas?” (MIGNOLO, 2002, p. 20 *apud* MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2013, p. 8).

A razão decolonial não é uma banalidade. Excetuando uma Europa bem demarcada e, depois, a América do Norte branca, a epistemologia hegemônica negava a racionalidade ao “resto” dos povos do planeta, nos termos de um dos pais dos Estudos Culturais Britânicos, o jamaicano diaspórico Stuart Hall. Assim, a razão decolonial “devolve” a racionalidade a pessoas, coletividades, populações desumanizadas sob o jugo colonial. Trata-se, podemos dizer de uma das mais significativas inflexões epistêmica, ética e política nas ciências sociais que legitima a competência crítica do “colonizado” para julgar o universo cognitivo do colonizador.

Se “o ponto de vista cria o objeto”, célebre assertiva de Saussure (1975), a modernidade hegemônica, vista da periferia, subverte teses consagradas. A título de exemplo, a “pré-modernidade” é invalidada como categoria explicativa dos povos colonizados. O conceito é falsificado no momento em que “esconde” o lado medonho da modernidade eurocêntrica que se diria superior moral e intelectualmente às formas sociais então designadas como “pré-modernas”. Nesse sentido, como exaltar a modernidade se esta é indissociável da perversão da colonialidade, prática “econômica” que legitimou genocídios, etnocídios, deculturações e a desumanização de pessoas em larguíssima escala.

Além disso, a perspectiva decolonial latino-americana nos orienta a pensar, obrigatoriamente, a modernidade no plural. Uma designação mais correta do fenômeno da modernidade forjada no sistema colonial implica, pois, a atenção ao conceito de “transmodernidade” (DUSSEL, 2016), cujo pressuposto é uma concepção não monolítica e não substancialista de cultura, por isso, uma recusa de uma única “modernidade” que se reduziria à experiência de algumas formações sociais na Europa que ganharam o estatuto de universal.

o conceito estrito de “transmoderno” indica essa novidade radical que significa o surgimento – como se a partir do nada – da exterioridade, da alteridade, do sempre distinto, de culturas universais em desenvolvimento, que assumem os desafios da Modernidade e, até mesmo, da pós-modernidade euro-americana, mas que respondem a partir de outro lugar, *other location* (DUSSEL, 2002), do ponto de sua própria experiência cultural, diferente da euro-americana, portanto capaz de responder com soluções completamente impossíveis para a cultura moderna única. Uma futura cultura transmoderna, que assume os momentos positivos da Modernidade (mas avaliados com critérios diferentes a partir de outras culturas antigas), terá uma pluriversalidade rica e será fruto de um autêntico diálogo intercultural, que deverá ter claramente em conta as assimetrias existentes (DUSSEL, 2016, p. 63).

Ainda segundo o filósofo da libertação, a “transmodernidade” inclui os aspectos que se situam “além” (e também, cronologicamente, “anteriores”) das experiências euro-americanas modernas, e que constituem *outras* grandes culturas universais não europeias, apontando para uma realidade global que venha a ser, num dia, não totalitária, rumo a uma *utopia pluriversal*. O diálogo

intercultural a se perseguir, numa perspectiva libertadora, sustenta-se, por sua vez, na transversalidade.

Conforme explicitado por Dussel (2016), o termo “transversal” reporta a um movimento que se daria *da periferia para a periferia*. Do movimento feminista às lutas antirraciais e anticoloniais. Para se entrecruzar com a modernidade eurocêntrica em seus benefícios, sem se anular, é necessário que o Sul, como metáfora das margens, se fortaleça em suas expressões culturais e políticas. Cabe à periferia se ver, também, como diversidade e fazer suas diferenças dialogarem, sem o imperativo de “atravessar” e “ser atravessado” pelo centro³.

Por sinal, uma análise mais rigorosa da história mundial diz-nos que, até o século XVIII e inícios do século XIX, a Europa não desfrutava da condição de “centro”. Tal “lugar” passou a ser a ela conferido há apenas dois séculos (bem pouco tempo para a história das civilizações). Criou-se desde aí, entretanto, uma “miragem”, nas palavras do filósofo argentino: “aos olhos obnubilados do eurocentrismo toda a história mundial anterior lhe aparece como tendo a Europa como centro, sendo o que distorce o fenômeno da origem da modernidade” (DUSSEL, 2010, p. 344 *apud* MIGLIEVICH-RIBEIRO; ROMERA JR., 2018, p. 130)⁴.

O “giro decolonial” substitui, pois, a metanarrativa de uma modernidade monolítica pela “transmodernidade” e traz a percepção das modernidades entrecruzadas e das histórias partilhadas⁵, não harmonicamente, ao contrário,

³ Dussel (2016, p. 63) exemplifica com a malha do transporte urbano em grande parte das grandes cidades que têm grandes serviços subterrâneos que vão dos bairros dos subúrbios para o centro; mas faltam conexões entre os subcentros suburbanos.

⁴ A metanarrativa da modernidade nascida europeia relacionou quatro narrativas, a princípio, isoladas que projetam uma história “iluminada”, a saber: a) o renascimento italiano do Quattrocento; 2) a reforma luterana alemã; c) a revolução científica do século XVII; culminando no 4) a revolução política burguesa inglesa, norte-americana e francesa. É relevante sua apreciação, já que o processo se dá de Itália para Alemanha, desta para a França e, depois, para a Inglaterra e para os Estados Unidos. Cf. Dussel, 2010, p. 343.

⁵ Shalini Randeria (2000 *apud* COSTA, 2006), antropóloga de origem indiana atuando na Universidade de Zurique, cunha os conceitos de *história compartilhada* e *modernidade entrelaçada* para fundamentar a ideia de que histórias, a despeito de serem narradas como “nacionais”, apresentam interpenetrações e se determinam mutuamente. Em conexão ao que expomos como “transmodernidade”, para Randeria, fenômenos como colonialismo e escravidão não podem ser tratados como externos à modernização iluminista, ao contrário, são elementos centrais da história global da modernidade, expressando a interdependência e a simultaneidade dos processos de constituição das sociedades contemporâneas dentro e fora da Europa.

fruto de lutas, tensões, enfrentamentos. Assim, mesmo a realização da modernidade hegemônica deu-se na autoria coletiva de dominantes e de dominados. Desde os inventos que marcam a chamada “revolução moderna” que se originaram em várias partes do mundo, chegando à Europa por vias suspeitas, até a o que Marx e Engels nomearam como “acumulação primitiva de capital”, devedora dos recursos naturais extraídos das colônias, sobejamente, os metais valiosos como o ouro e a prata.

Se, por muito tempo, como observa Leopoldo Zea, em *América en la historia* (1957), a América Latina (não somente) foi localizada *fora* da História, os decoloniais e seus precursores dedicaram-se/dedicam-se a situá-la, enfim, na história mundial. Partindo da constatação imediata de sua “pobreza”, há uma realidade oculta que precisamos desvelar (DUSSEL, 2011, p. 13-4). Nessa senda, falar nas categorias estruturantes hoje dos programas governamentais, tais como Estado-nação, democracia, cidadania, público/privado, mercado, desenvolvimento, dentre outras, implica reescrever a história que nos foi contada e “atravessá-la” pelo *pensamento liminar*: “enunciação fraturada em situações dialógicas com a cosmologia territorial e hegemônica” (MIGNOLO, 2003, p. 11). A razão decolonial vem trazer para o primeiro plano de análise o lado colonial do sistema mundial moderno e elabora um outro discurso que altera a equação entre locais geo-históricos (ou histórias locais) e um pseudo-universal.

O empenho decolonial latino-americano não vem isento de controvérsias nem é poupado de críticas. Uma delas passa pela ideia mesma de América Latina e da validade de se falar numa crítica latino-americana, com os receios das exclusões que esta identidade coletiva pode ainda sustentar.

2 A “redescoberta” da América Latina

Em *Vozes dissidentes e modernidades dissonantes na América Latina: legados e projetos de Bolívar e Martí em Darcy Ribeiro* (MIGLIEVICH-RIBEIRO; ROMERA

JR., 2015), dissemos que a formação do pensamento latino-americano coincide com a história mesma da ideia de América Latina e de suas lutas políticas funcionando o conceito como instrumento simbólico de afirmação de destinos opostos para o continente.

Na matriz hispano-americanista, o colombiano José María Torres Caicedo (1830-1889) e o chileno Francisco Bilbao (1823-1865) utilizaram precocemente a denominação, mas não se pode esquecer que ambos os intelectuais eram produtos de uma vivência marcadamente parisiense (BRANDALISE, 2013, p. 80). É na matriz francesa, em verdade, que se deu mais vigorosamente em seus inícios a defesa da panlatinidade, assumindo contornos fundamentais nos ideais avançados do discípulo de Claude Saint-Simon, o economista, conselheiro de Napoleão III e professor do Collège de France entre 1842 e 1859, Michel Chevalier (1806-1879). Este insistia na responsabilidade da França, herdeira das nações católicas europeias, para a fomentação na América e, de resto, no mundo “da flama da raça latina em seus diferentes braços francês, belga, italiano, espanhol e português. Missão imprescindível – julgava o Conselheiro – em um momento delicado onde um declínio claudicante atingia a Itália, a Espanha e Portugal” (BRANDALISE, 2013, p. 81 *apud* MIGLIEVICH-RIBEIRO; ROMERA JR., 2015, p. 416).

O processo pelo qual, de um signo francês, a América Latina torna-se a expressão do desejo de autonomia das nações de colonização hispânica recém-libertas (não falamos aqui do Brasil), ao longo do século XIX, da dominação europeia, e, no século XX, da luta contra o imperialismo estadunidense, é lento e não linear. Em uma rica ontologia compilada por Leopoldo Zea, lemos um ensaio de Darcy Ribeiro, *La cultura latino-americana*. Neste, o intelectual, cidadão brasileiro e latino-americano, como se apresenta, recorda que “a indagação de Bolívar segue ressoando. Quem somos nós os povos americanos, entre os povos, as civilizações?” (RIBEIRO, 1993, p. 101, tradução da autora).

Sem recair numa visão romantizada, é verdadeiro que o libertador Simon Bolívar fixou seu nome na história como o maior idealizador e defensor de um projeto político unificador para a América hispânica. José Martí, em seu emblemático *Nuestra América*, inclui na utopia também o Brasil na direção de uma maior integração cultural, política, econômica, acadêmica e filosófica

no continente⁶. Martí forneceu, podemos dizer, um mapa para aqueles a quem, depois dele, caberiam definir seus próprios roteiros. Noutros termos, a América Latina não é uma realidade dada, se não uma plêiade de discursos, a serviço de interesses os mais diversos, projetos distintos ou mesmo antagônicos. Não casualmente, o intelectual brasileiro/latino-americano Darcy Ribeiro interpela-nos: *a América Latina existe?* Para Darcy, é no movimento histórico dialético materialista entre “o que existe” (o fático) e “o que pode existir” (o contrafático), que a América Latina (re)nasce cotidianamente.

A América Latina, segundo Darcy Ribeiro (1993), constitui-se como uma civilização muito antiga. Os povos ameríndios, na medida em que resistentes à deculturação imposta pelos colonizadores europeus, ganharam, na obra do antropólogo e cientista social, a denominação de “povos testemunhos”. Noutra direção, o português e o espanhol trouxeram para cá as antigas culturas ibéricas forjadas na hibridez com os mouros. A “fricção interétnica” que veio a se dar no novo continente contou, por fim, com a decisiva participação dos povos africanos, aqui chegados como mão de obra escrava.

Em oposição a qualquer ilusória teoria da harmonia, Darcy Ribeiro apresenta uma narrativa forte e vigorosa sobre a miscigenação que fez emergir os “povos novos”, com destaque ao Brasil, à Venezuela, à Colômbia, ao Chile e à Argentina, onde contingentes étnicos inéditos nasceram, contra todas as projeções, dada a mais aguda violência a que submeteu o colonizador os índios e os negros escravizados⁷. A “ninguendade” é, para Darcy Ribeiro, a marca de origem do “povo novo”. Entre o fático e o contra-fático, Darcy Ribeiro desenha sua utopia que projeta a superação da “ninguendade” e afirmação da “diferença colonial” como uma promessa alvissareira. Seu anticolonialismo radical, portanto, converge com as preocupações decoloniais que entendem que a experiência da “exclusão” não foi algo a que chegamos, mas foi ponto

⁶ Este texto foi comentado também mais recentemente por Boaventura de Souza Santos que o considerou representativo de uma intelectualidade latino-americana: “Martí expressou [...] uma série de ideias que outros – como Mariátegui e Oswald de Andrade, Fernando Ortiz e Darcy Ribeiro – continuaram”. Cf. Santos, 2004. A tradução é minha.

⁷ Darcy Ribeiro não nega que, mesmo nos países de primazia dos “povos novos”, não subsistam “povos testemunhos” e vice-versa. Também, mesmo em territórios de maioria “transplantada”, tenham nascido “povos novos”.

de partida, um *a priori* e não um *a posteriori*, nas palavras de Dussel. Noutros termos, o primeiro colonizador que aqui pisou impôs no novo território a opressão, a miséria, o emudecimento e a morte.

Ainda falamos, no século XXI, de neocolonialismos ou neocolonialidades e do imperialismo que mescla o poderio de alguns Estados à força do capitalismo financeiro global e à dominância de gigantescas corporações empresariais, que mantêm as relações históricas de dominação:

Assim a América Latina é o Outro em relação ao centro (Europa – Estados Unidos – Rússia) assim como o é todo o Terceiro Mundo em relação ao Primeiro. A América Latina é tomada como um ser na sua globalidade, mas como um ser negado, historicamente negado; atualmente ainda negado (DUSSEL, 1986, p. 44).

Tal negação desdobra-se na “não-existência” de vidas humanas na periferia do mundo. Sobrepujar a morte a que se condenam os pobres do planeta implica afirmar a razão da qual foram destituídos os povos “não-brancos”. Isso requer, para Dussel, a elaboração de um “enquadramento” filosófico que possa traduzir a experiência única destas populações, e sua *razão*: “do índio assassinado por genocídio, do escravo africano reduzido a uma mercadoria, da mulher vilipendiada como objeto sexual, da criança subjugada pedagogicamente” (DUSSEL, 2011, p. 47).

O “giro decolonial” vem revitalizar a ideia de América Latina como uma crítica potente no século XXI ao capitalismo hegemônico e como anúncio de possibilidades de “bem viver” que se oponham ao padrão predatório imposto por uma específica modernidade. Quer expandir as vozes e ampliar a utopia latino-americana. Não se defende, nesta perspectiva, uma América Latina homogênea, mas se projeta a possibilidade do respeito e da articulação de diversas culturas que se insurjam contra as falsas dicotomias da modernidade euro centrada, tais quais “civilização x barbárie”, “razão x emoção”, “modernidade x tradição”.

A razão decolonial reivindica as revisões históricas. São sujeitos reais que, contemporaneamente, retomam a utopia da Indo-América e remontam a José Carlos Mariátegui e Victor Raúl Haya de la Torre, a fim de que

expressivos contingentes indígenas, negros e mestiços, excluídos da primeira versão (republicana) do projeto latino-americanista, pudessem, enfim, estar nele incluídos, não mediante operações “assimilacionistas”, hoje postas em xeque, porém, na aceitação da diversidade das existências.

Nada é simples, porém. Já assinalamos que ao se afirmar uma identidade coletiva, consciente ou inconscientemente, é comum se excluir outras. O desafio do *pensamento liminar*, pois, está em pensar a América Latina como uma “comunidade de comunicação” com o máximo de participantes, respeitados em suas diferenças. Ainda mais ousadamente: o “giro decolonial” que dialoga com o “pós-colonial” de África, sul da Ásia, Palestina, e dos povos em diáspora, pretende o alargamento da comunicação mediante articulações que ultrapassam nosso continente.

Aqui cabem algumas notas sobre as influências pós-coloniais na formulação do programa da *Modernidade-Colonialidade-Decolonialidade*, sem subestimar as peculiaridades de cada qual.

3 Trânsitos pós-coloniais

Aimée Césaire, Frantz Fanon, Albert Memmi⁸ podem ser reconhecidos como fundadores do movimento intelectual sob o signo de pós-colonialismo⁹. Cabe a ressalva, entretanto, que nenhum deles supôs estar inaugurando qualquer perspectiva teórica, mas lutando efetivamente contra o colonialismo em África cuja desolação conseguiam, também, descrever em palavras e

⁸ Aimée Césaire tem sua obra, *Discurso sobre o colonialismo* (2010), publicada pela primeira vez em 1950 e, posteriormente, consagrada nos estudos pós-coloniais. Frantz Fanon publicou, em 1952, seu livro *Pele negra, máscaras brancas* (2008) e, em 1961, ano de seu falecimento, é lançado *Os condenados da terra* (2005), ambas fundantes da perspectiva pós-colonial. Albert Memmi tem em *Retrato do colonizado precedido pelo retrato do Colonizador* (2007), publicado pela primeira vez em 1957, seu contributo decisivo aos estudos pós-coloniais.

⁹ A crítica pós-colonial sabe que seu *pós* não significa a superação dos antigos colonialismos e dos traumas inscritos nos neocolonialismos. Entretanto, há na ideia de *pós* a pretensão de ser a formulação desta crítica mesma um *passo além* no modo como víamos o mundo. Cf. Hall, 2009.

submeter à análise. A par destes, bem posterior, Edward Said¹⁰ lançou, em 1978, *Orientalismo: a invenção do Oriente pelo Ocidente* (2007), ingressando no elenco das primeiras abordagens pós-coloniais, a saber, aquelas que tematizavam, por excelência, o colonialismo e os neocolonialismos sob o ponto de vista dos colonizados que se insurgiam como *sujeitos-falantes* na medida da reconquista de seus territórios, corpos, vontades ou do “querer recuperar”.

Julia Almeida em “Perspectivas pós-coloniais em diálogo”, que introduz a coletânea *Crítica pós-colonial: panorama de leituras contemporâneas* (ALMEIDA, 2013) “cartografa” os estudos pós-coloniais. Identifica, primeiramente, os de língua inglesa e dá destaque aos chamados *Estudos Culturais*, representados, sobretudo, pelo legado de Stuart Hall. Noutro grupo, também em língua inglesa, chama atenção para os denominados Estudos Subalternos do Sul da Ásia (ou Indianos), que reúne, dentre outros, nomes como Ranajit Guha, Partha Chatterjee, Dipesh Chakrabarty, Gayatri Spivak e Homi Bhabha. Observa que, em francês, não é o pós-colonial que se destaca, porém, o pós-estruturalismo que, sobretudo a partir de Derrida, inspirou vários pós-coloniais. Na língua portuguesa, por seu lado, a autora chama atenção para Boaventura de Sousa Santos (2009), antes de chegar aos decoloniais latino-americanos¹¹.

O primeiro exercício pós-colonial está em saber reler a “diferença colonial” sem o recurso às dicotomias modernas: empenho este que se deve especialmente a Jacques Derrida que cunhou, nos anos 1960, o termo “desconstrução” (ou “deconstrução”). Sem se opor à construção nem ser sinônimo de demolição ou destruição, o que a aproximaria ao niilismo, a desconstrução requer a leitura minuciosa de textos filosóficos e literários da tradição ocidental com o fito de desvelar seus pressupostos idealistas, dualistas, logocêntricos, logo, etnocêntricos.

¹⁰ Nascido palestino em Jerusalém (tornada, depois, Israel), obteve de seu pai que esteve na guerra do lado dos EUA a cidadania norte-americana. Professor e crítico literário, soube, a par disso, “militar” ao longo de sua vida em prol da causa palestina.

¹¹ Para acompanhar as linhagens dos estudos pós-coloniais, conferir, dentre outras, Miglievich-Ribeiro (2017).

O termo francês *différance* de Derrida ressalta a diferença como um “movimento pelo qual a língua, ou qualquer código, qualquer esquema de reenvios em geral, se constitui ‘historicamente’ como tecido de diferenças” (DERRIDA, 1991, p. 45). Este movimento se constitui num *jogo*, a partir do qual só é possível significar o presente quando relacionado com os elementos fora de si mesmo. Diante dessa lógica, temos um *espaçamento* entre os elementos, marcando a *différance* pensada num *continuum* de diferenças plurais e incessantes, num devir ininterrupto, num para sempre *diferir*. Jacques Derrida mediante sua noção de *différance* recusa as identidades fixas e enfatiza as infindas diferenças – semânticas, históricas, étnicas, culturais – em contínuo fluxo.

A riqueza do vocabulário pós-colonial, que contempla termos como *hibridez*, *identificação*, *indecidibilidade*, *diferença-différance*, amplia a aceitação das diferenças incessantemente produzidas que nos constituem plenamente humanos. A crítica pós-colonial, ao se reapropriar da “desconstrução” de Derrida, embaraça aquelas antes inquestionáveis dicotomias entre metrópole-colônia, colonizador-colonizado, *pathos*/logos; civilização/barbárie; ocidente/oriente; desenvolvido/subdesenvolvido; norte-sul, “Ocidente-Oriente”; centro-periferia, democracia/autocracia; branco-negro, masculino-feminino, dentre outras (MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2017).

A descoberta da discursividade e da textualidade, do poder cultural e das modalidades de regulamentação da vida produzem entre *eus* e *outros* atravessamentos múltiplos tais como os de classe, gênero, região, religião, com redução a uma identidade fixa. O estereótipo que de uma identidade fixa se desdobra, impede, no contexto colonial, que se reconheçam as diferenças que cruzam dominantes e dominados e, também, as similitudes, produzindo a reificação da alteridade.

o estereótipo não é uma simplificação porque é uma falsa representação de uma dada realidade. É uma simplificação porque é uma forma presa, fixa, de representação que, ao negar o jogo da diferença (que a negação através do Outro permite), constitui um problema para a *representação* do sujeito em significações de relações psíquicas e sociais (BHABHA, 2007, p. 130).

São visivelmente tradições diferentes as que informam o pós-colonial e o decolonial latino-americano. Este último, intencionalmente, por meio do coletivo *Modernidade-Colonialidade-Decolonialidade*, preferiu se afastar de Foucault ou Derrida para valorizar o pensamento crítico latino-americano. É usual se dizer que o pós-colonial se aproxima do “pós-moderno”, enquanto o decolonial se prende à crítica da modernidade, tomando-a como categoria central.

Em que pesem as visíveis distinções, talvez, no intento da expansão da “comunidade de comunicação” que aqui defendemos, podemos exercitar a dialogia ao propor conexões entre dois críticos literários que participam do empenho pós-colonial/decolonial. Cabe sublinhar, pois, que, conforme dito anteriormente, o empenho descolonizador das visões de mundo e do mundo é transdisciplinar. Para os fins deste artigo, trazemos o brasileiro Silviano Santiago, que converge com os Estudos Culturais na América Latina, e o indiano Homi Bhabha, membro do Grupo de Estudos Subalternos do Sul da Ásia. No intento comum de desestabilizar as narrativas colonizadoras que se materializam cotidianamente na economia, na política, no direito, nas instituições, na cultura e nas subjetividades, são (re)elaboradas as noções de hibridismo e de *entre-lugar*, com as quais podemos aprender.

4 Diálogos possíveis entre periferias: a “transmodernidade” aplicada

Atentando para a interseccionalidade das opressões, o pós-colonial Frantz Fanon (2005) ressaltou a *raça* e o *gênero* como forças codeterminantes do sistema colonial e, cabe-nos dizer, do modo de produção capitalista e da divisão da sociedade em classes na contemporaneidade. Muito dificilmente Bhabha e Silviano Santiago discordarão da transformação de aspectos relacionados a elas em marcadores sociais de desigualdade. O “pobre” vale menos do que o “rico”, o “negro” e o “indígena” do que o “branco”, a “mulher” é inferior ao “homem” na modernidade que se tornou hegemônica. Contudo, este é o ponto que ambos trazem, para além das injustas hierarquias sociais, as identidades tais como acima designadas, mais do que corresponder

a uma realidade incontestável, são construtos que, nesse caso, servem ao poder colonial ontem e hoje.

Homi Bhabha (2007), retomando Frantz Fanon que desvelou como as identidades nada mais são do que *processos de identificação*, expõe a reapropriação da *alteridade* em tais processos de maneira a se convencer o mais desavisado de que o Outro é absolutamente distinto de si mesmo, quando qualquer existência se dá relacionamente de maneira que o externo ao “eu” é, também, a falta e o desejo de um objeto externo que há em cada um de nós. O eu e o Outro nascem mais como *desejo* de cisão do que como cisão propriamente. Conforme diz o crítico pós-colonial indiano:

a questão da identificação nunca é a afirmação de uma identidade pré-dada, nunca uma profecia *autocumpridora* – é sempre a produção de uma imagem de identidade e a transformação do sujeito ao assumir aquela imagem (BHABHA, 2007, p. 84).

Os efeitos da autorrepresentação e da representação do Outro são reais e se materializam de modo bastante concreto, entretanto, a representação mesma é uma imagem com a qual alguém se identifica (talvez, de tanto ser por meio dela identificado), mas a imagem não é o *ser*. Nos termos de Bhabha (2007), as identidades somente existem *sob rasura*, isto é, transitamos, como indivíduos ou mesmo coletivos, por *zonas de indecidibilidade* numa articulação de elementos, espaços, tempos que se forjam com o que se pode chamar “cultura”, sem a falsa dicotomia material x simbólico. Um traço, aliás, dos Estudos Culturais desde sua origem.

A cultura é luta política. Nesta, as renegociações e rearticulações sociais da *diferença* se dão pelos *hibridismos* culturais (SANTIAGO, 2006; BHABHA, 2007) que alteram o acesso à autoridade e o direito à expressão das várias existências humanas (podemos dizer, também não-humanas). Bhabha propõe se falar em *trânsitos* que produzem “figuras complexas de diferença e identidade, passado e presente, interior e exterior, inclusão e exclusão” (BHABHA, 2007, p. 19). Silviano Santiago (2006) fala dos *deslocamentos* que se elaboram no *entre*, “o lugar da desconstrução da identidade do conceito e do conceito da identidade” (SANTIAGO, 2006, p. 37-38). É nesse *espaço* do *entre lugar* que os

sujeitos híbridos são constituídos e podem resistir à ditadura da modernidade ocidentalcentrica. O autor estende o raciocínio para seu campo de atuação, a produção literária latino-americana, e a descreve:

Entre o sacrifício e o jogo, entre a prisão e a transgressão, entre a submissão ao código e a agressão, entre a obediência e a rebelião, entre a assimilação e a expressão, - ali, nesse lugar aparentemente vazio, seu templo e seu lugar de clandestinidade, ali, se realiza o ritual antropófago da literatura latino-americana (SANTIAGO, 1978, p. 28).

Se as identidades fixas existem para afirmar o imperativo da distância e da cisão, o exemplo do colonizado que deseja estar no lugar do colonizador, mas não pode de sua posição atingi-lo, o hibridismo é a dissolução das fronteiras rígidas e, neste movimento de desorientação, as vozes periféricas. O vocábulo que equivalia, num primeiro momento, a “uma mera troca cultural, a qual negava a desigualdade inerente às relações de poder e enfatizava as políticas de assimilação através do mascaramento das diferenças culturais” (BONNICI, 2005, p. 34), é, pela razão decolonial, ressignificado como estratégia de resistência do sujeito descolonizado visando à reversão das estruturas de dominação. O hibridismo lança o olhar do discriminado em direção ao poder colonial, desestabilizando-o.

O hibridismo é o signo da produtividade do poder colonial, suas forças e fixações deslizantes; é o nome da reversão estratégica do processo de dominação pela recusa (ou seja, a produção de identidades discriminatórias que asseguram a identidade “pura” e original da autoridade). O hibridismo é a reavaliação do pressuposto da identidade colonial pela repetição de efeitos de identidade discriminatória. Ele expõe a deformação e o deslocamento inerentes a todos os espaços de discriminação e dominação (BHABHA, 2007, p. 185).

O *entre lugar*, espaço dos interstícios, expõe a impossibilidade do binarismo, gerador dos estereótipos. Para Santiago, exhibe a falência da unidade nacional, a exemplo da brasileira, a qual excluiu negros e indígenas. Não pretende, porém, subestimar as relações de subordinação efetiva, mas se contrapor a esta por meio de *outra* construção de territórios e formas de pertencimento, mais do que por uma simplesmente inversão de posições (senhor-escravo), constituindo, então, em autêntico lócus da transformação:

O entre-lugar é uma estratégia de resistência que incorpora o global e o local, que busca solidariedades transnacionais através do comparativismo para apreender nosso hibridismo (SANTIAGO, 1982, p. 19), fruto de quebras de fronteiras culturais. A aposta de Silviano também pode ser dar no sentido de um multiculturalismo crítico e não apenas de inclusão numa sociedade de consumo. Nesse sentido, o entre-lugar não encena apenas o privilégio social de ricos e intelectuais, mas as migrações e diásporas de massas de pachucos e sapos barbudos (LOPES, 2014, p. 9).

Para Quijano (2013), por sua vez, a *colonialidade* é uma categoria tão importante quanto o colonialismo, que impõe aos colonizados o controle do trabalho, da “natureza”, do sexo, da subjetividade e da autoridade pelo colonizador. Além disso, o controle sobre a produção de conhecimento, em verdade, falamos de todas as sujeições articuladas na denominação “colonialidade”. O *ser-colonizado* é um produto da Modernidade/Colonialidade (MALDONADO-TORRES, 2013, p. 32). A *decolonialidade*, por isso, se dá nas subversões e resistências cotidianas. Na interação entre o “giro decolonial” latino-americano e a crítica pós-colonial além do Atlântico, Bhabha nos traz:

O que é teoricamente inovador e politicamente crucial é a necessidade de passar além das narrativas de subjetividades originárias e iniciais e de focalizar aqueles momentos ou processos que são produzidos na articulação de diferenças culturais. Esses ‘entre-lugares’ fornecem o terreno para a elaboração de estratégias de subjetivação – singular ou coletiva – que dão início a novos signos de identidade e postos inovadores de colaboração e contestação, no ato de definir a própria ideia de sociedade (BHABHA, 2007, p. 20).

A luta pela afirmação da América Latina lócus de enunciação próprio implica, portanto, desde a releitura das teorizações várias nascidas no continente para pensar a nós próprios e ao mundo, a exemplo do debate sobre o capitalismo dependente desde os anos 1960, até a vocalização das inúmeras vozes silenciadas tendo sido seus falantes emudecidos e condenados à não-existência. As temáticas emergentes como a democracia, a participação, o meio ambiente, o Estado Plurinacional, as novas subjetividades, os conflitos requerem a produção de conhecimentos válidos, para isso pautados em abordagens epistemológicas descolonizadoras.

A perspectiva da América Latina como *entre lugar* é uma estratégia para se enxergar o *ponto cego* na densa produção eurocêntrica sobre nós. Na atenção à multiplicidade de conexões culturais laterais e descentradas bem como na proliferação de histórias e temporalidades, a razão decolonial, quiçá, evidenciará a fragilidade teórica das grandes narrativas generalizadoras da modernidade eurocêntrica, a favor do híbrido como crítica contundente ao universalismo totalitário.

Considerações finais

O conceito de “articulação” é, particularmente, útil para pensar a complexidade social/cultural: a “unidade na diferença”, e para propô-la. Válido quer para os Estudos Culturais quer para as análises do Sistema-Mundo, compreender o mundo como relações em que “afetamos somos afetados” nos ajuda a atentar num só tempo, do ponto de vista decolonial, para os elementos que Marx chamou de “superestrutura” pensados, agora, como “estrutura, na forma de uma heterarquia; a cultura é entrelaçada nos processos da economiapolítica” (CASTRO-GÓMEZ; GROSGOUEL, 2007).

Até onde pudemos observar, em que pesem nomes célebres do pós-colonial anglófono se cobrarem a perda de referenciais importantes da macronarrativa marxista, é o “giro decolonial” latino-americano que melhor mantém o olhar para a globalização capitalista, Estado e Nação, Terceiro Mundo, dentre outros. Ciente de que o local e o global se reorganizam mutuamente, a razão decolonial privilegia os sujeitos subalternizados e se compromete com a superação de seu silenciamento e invisibilidade.

Com isso, a par da atenção à interminável e incessante acumulação do capital em escala mundial, o “giro decolonial” latino-americano põe foco, também, na agência cultural dos sujeitos. Reconhecem-se os discursos racistas e sexistas como inerentes ao capitalismo historicamente constituído de forma que há uma tendência de se superar o dualismo cartesiano e se ousar

hibridizar as clássicas oposições binárias “discurso/economia” ou sujeito/estrutura (CASTRO-GÓMEZ; GROSGOUEL, 2007, p. 15).

Descolonizar o pensamento, pensar desde a fronteira, propor outros paradigmas, praticar a desobediência epistêmica, conforme Bragatto (2014), significam desprendimento e abertura. Mais que isso, talvez, exigem coragem, perspicácia e ousadia. Não se trata de chegar à verdade, senão “pisar” em outros lugares onde residem as memórias e as feridas coloniais para *ouvir* os gritos, os gemidos e os silêncios. Mas, quem quer escutar? Aqueles que sofrem, certamente. Entretanto, quais sociólogos e cientistas sociais? Quais juristas e políticos? Quais linguistas e literatos? Quais médicos, artistas e engenheiros?

Fato é que, ainda segundo Bragatto (2014), a razão decolonial propõe uma forma de conceber ainda encoberta ou mesmo desprestigiada pela racionalidade científica que nos foi ensinada. Chamados os saberes outros de tradicionais, primitivos, místicos, quer-se desqualificá-los e mantê-los colonizados. Nalguns ambientes, referir-se ao *pensamento liminar* de Mignolo (2003) ou ao *entre lugar* de Bhabha (2007) e Santiago (2006) é risível. Falamos da arena acadêmica que não é um campo menor de lutas, ao contrário.

Não há, contudo, outro modo que não ultrapassar risos ou zangas para que possamos com mais “cuidado” pensar a América Latina e sua pluralidade e complexidade, a grandeza de seus problemas, as emergências, os desvios, as linhas de fuga, as possibilidades e as resistências. Talvez, não se trate de utopia, mas de *esperança* que se deixa perceber em broto nas heterotopias.

Referências

- ALMEIDA, J. Perspectivas pós-coloniais em diálogos. In: ALMEIDA, J.; MIGLIEVICH-RIBEIRO, A.; GOMES, H. T. (org.). *Crítica pós-colonial: panorama de leituras contemporâneas*. 1. ed. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013. p. 9-29.
- BALLESTRIN, L. América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 11, p. 89-117, maio-ago. 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-33522013000200004&script=sci_arttext. Acesso em: 28 nov. 2015.

BHABHA, H. *O local da cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

BONNICI, T. *Conceitos-chave da Teoria Pós-Colonial*. Maringá: Eduem, 2005.

BRAGATTO, F. F. Para além do discurso eurocêntrico dos direitos humanos: contribuições da descolonialidade. *Revista Novos Estudos Jurídicos - Eletrônica*, Itajaí, v. 19, n. 1, p. 201-230, jan./abr. 2014. Disponível em: <https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/nej/article/view/5548/2954>. Acesso em: 10 maio 2018.

CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSFOGUEL, R. Prólogo. Giro decolonial, teoria crítica y pensamiento heterárquico. In: CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSFOGUEL, R. (ed.). *El Giro Decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo Del Hombre Editores, 2007. p. 9-24.

CÉSAIRE, A. *Discurso sobre o colonialismo*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2010.

COSTA, S. Desprovincializando a Sociologia: a contribuição pós-colonial. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 21, n. 60, p. 117-183, fev. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v21n60/29764.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2015.

DERRIDA, J. *Margens da filosofia*. Campinas-SP: Papirus, 1991.

DUSSEL, E. *Filosofia da libertação*. Crítica à ideologia da exclusão. São Paulo: Paulus, 2011.

DUSSEL, E. Meditações anticartesianas sobre a origem do antidiscurso filosófico da modernidade. In: SANTOS, B. de S.; MENESES, M. P. (org.). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010. p. 341-95.

DUSSEL, E. Prefácio. In: ZIMMERMANN, R. *América Latina: o não-ser*. Petrópolis: Vozes, 1986. p. 13-5.

DUSSEL, E. Transmodernidade e interculturalidade: interpretação a partir da filosofia da libertação. *Revista Sociedade e Estado*, Brasília, v. 31, n. 1, p. 51-73, jan./abr., 2016.

FANON, F. *Os condenados da terra*. Juiz de Fora: UFJF, 2005.

FANON, F. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: UFBA, 2008.

HALL, S. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: UFMG, 2009. (Coleção Humanitas).

LOPES, D. Do “entre-lugar” ao transcultural. In: PEDROSA, C.; DIAS, T.; SÜSSEKIND, F. (org.). *Crítica e valor: uma homenagem a Silviano Santiago*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2014. p. 415-427.

MALDONADO-TORRES, N. A topologia do ser e a geopolítica do conhecimento: modernidade, império e colonialidade. In: SANTOS, B. de S.; MENESES, M. P. (org.). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2013. p. 337-382.

MEMMI, A. *Retrato do colonizado precedido de retrato do colonizador*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MIGLIEVICH-RIBEIRO, A. M. A crítica epistemológica à ciência moderna: por uma sociologia decolonial. In: CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE SOCIOLOGÍA (ALAS), 29, 2013, Santiago, Chile. *Anais [...]*. Santiago: ALAS, 2013. v. 1. p. 1-10.

MIGLIEVICH-RIBEIRO, A. M. Pós-colonialismo. In: MARTINS, C. B.; SELL, C. E. (org.). *Teoria sociológica contemporânea*. Autores e perspectivas. São Paulo: Annablume, 2017. p. 449-474.

MIGLIEVICH-RIBEIRO, A. M.; ROMERA JUNIOR, E. Orientações para uma descolonização do conhecimento: um diálogo entre Darcy Ribeiro e Enrique Dussel. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 20, n. 47, p. 108-137, jan./abr. 2018.

MIGLIEVICH-RIBEIRO, A. M.; ROMERA JUNIOR, E. Vozes dissidentes e modernidades dissonantes na América Latina: Legados e projetos de Bolívar e Martí em Darcy Ribeiro. *Civitas*, Porto Alegre, v. 15, n. 3, p. 403-420, jul./set. 2015.

MIGNOLO, W. *Histórias locais/projetos globais*. Colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

POMA DE AYALA, F. G. *Nueva coronica y buen gobierno*. México: Fondo de Cultura Económica, 3 v., 1980 [1587-1615].

QUIJANO, A. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, B. de S.; MENESES, M. P. (org.). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2013. p. 73-118.

RIBEIRO, D. La cultura latinoamericana. In: ZEA, L. (org.). *Fuentes de la cultura Latinoamericana*. Tomo I. México: Fondo de Cultura Económica, 1993, p. 99-118.

SANTIAGO, S. *As raízes e o labirinto da América Latina*. Rio de Janeiro: Rocco, 2006.

SANTIAGO, S. *Uma literatura nos trópicos: ensaios sobre dependência cultural*. São Paulo: Perspectiva; Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, 1978.

SANTOS, B. de S. Nuestra América: reinventando un paradigma. *Casa de las Américas*, Coimbra, n. 237, p. 7-25, 2004. Disponível em: http://www.ces.uc.pt/myces/UserFiles/livros/158_Nuestra%20America-Casa%20de%20las%20Americas.pdf. Acesso em: 04 abr. 2014.

SANTOS, B. de S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. *In*: SANTOS, B. de S.; MENEZES, M. P. (org.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Edições Almedina, 2009, p. 23-72.

SAUSSURE, F. *Curso de linguística geral*. São Paulo: Cultrix, 1975.

WALSH, C. Interculturalidad, plurinacionalidad y decolonialidad: las insurgencias político-epistémicas de refundar el Estado. *Tabula Rasa*, Bogotá, n. 9, p. 131-152, jul./dez. 2008.

ZEA, L. *América en la história*. México: FCE, 1957. p.178-179.

Todos los tiempos, el Tiempo, en este ciber mundo... inabarcable

Ana María Araújo

*El tiempo es alquimia con pies de gaviota, caminando en hilos eléctricos.
Jorge Ariel Madrazo*

*Crear en el mundo, es lo que más falta nos hace, nos lo han desposeído. Creer en el
mundo es suscitar acontecimientos, aunque sean pequeños, que escapen el control;
crear nuevos espacios-tiempos de resistencias.
Es a nivel de cada instante que nos jugamos la capacidad de resistencia o la
sumisión al control.
Gilles Deleuze*

Introducción

Estamos viviendo una verdadera mutación civilizatoria que nos habla de la vertiginosidad del pasaje del tiempo, de la aceleración de las transformaciones tecnológicas, de la aparición de un universo virtual donde el *cyber mundo* construye y deconstruye subjetividades, genera nuevos controles, seduce al poder y se torna cómplice absoluto de la vigilancia extrema, sutil pero extrema. Mutación civilizatoria que produce nuevas alternativas comunicacionales, nuevas formas de vivir los vínculos y de vivirse como sujeto social complejo (RHÉAUME, 1999). En estas sociedades contemporáneas, verdaderas sociedades de riesgo (BECK, 1994), surgen nuevos valores y ritos, nuevos signos y símbolos, nuevas éticas y estéticas. Sociedades de *winners* y *losers*, donde, retomando a Lipovetsky (2006), el mundo de lo efímero se articula con el crepúsculo de la ética y nos enfrentamos a una verdadera

apología de lo incierto. El Capital y el Mercado –ese dios supremo de esta época- se volatilizan y se traspasan de una cuenta a otra, a partir de un *enter*.

1 De imágenes, luces y transparencias

Parecería que nuestra civilización, además, es idólatra de la imagen, y más aún de la imagen en movimiento. Todo es transparencia (HAN, 2013). Transparencia que está más allá del tiempo real, en un tiempo virtual y en un espacio que fluye, que aparece y desaparece. Imposible de abarcar la imagen, porque a través de la velocidad de su pasaje en *Facebook*, o de la inmediatez de *Whatsapp*, la imagen viaja apresurada, velozmente. Lo simbólico está puesto al servicio de la mirada y no hay tiempo para desarrollar un pensamiento crítico, un pensamiento complejo. Todo fluye, líquidamente. Y la mirada abarca al mundo... al mundo virtual de *Google Earth* o de *Google Maps*, y los espacios se concentran en un GPS -el Gran Pensador Supremo, nos dirá Gerard Wajcman en un rapto de humor negro-, ese GPS que nos dirige en el espacio, en un tiempo record.

Hasta el arte se visualiza en *Google Earth Museum*.

Entramos en “la era de las águilas” (WAJCMAN, 2011), esas aves que se caracterizan por tener los ojos más grandes que el cerebro... lo cual no significa ser incapaces de desarrollar pensamiento, sino simplemente que se piensa a través de la mirada. Mirada vigilancia, mirada transparencia. Imagen movimiento. Nadie puede sustraerse a la Gran Mirada, con lo que ello comporta de cibercontrol constante, sujeto a la vigilancia suprema.

En estas sociedades de la transparencia, donde en el juego de luces y sombras todo parecería que se vuelve visible a la mirada del espectador, no hay casi ya sombras, no hay casi ya intimidades, ni secretos, ni misterios. La mirada se vuelve todo poderosa y el *Ojo absoluto* (WAJCMAN, 2011) invade el universo interno y externo. Estamos expuestos y, lo que es más importante

aún, queremos exponernos porque es a partir de nuestra propia imagen que existimos en las redes sociales, en los medios, en el mundo. “Nuestra propia imagen” está atravesada por la intensión que queremos atribuirle, por cómo queremos mostrarnos y cómo queremos que esta imagen nos sea devuelta. Juego especular donde el narcisismo se potencia y se desvanece al mismo tiempo.

Imagen e imago.

Seducción y laberintos de espejos. Todo simultáneo, sin posibilidad de distanciamientos. La pantalla se vuelve el mundo y el mundo todo está en la pantalla luminosa de la computadora, el *smartphone*, de la *tablet* último modelo.

Espacios nómades, tiempos acelerados y esa sensación de “*patinar sobre hielo fino*”... que puede resquebrajarse en cualquier momento.

2 De la vertiginosidad del tiempo a la atomización simultánea del espacio tiempo

Vivimos en sociedades donde la vertiginosa aceleración del tiempo se articula con espacios virtuales y nómades, en un mundo líquido, donde el sujeto se encuentra inmerso en la incertidumbre del devenir y la desterritorialización del espacio. El sujeto se vuelve más imagen que cuerpo, la palabra se volatiliza a través de nuevas redes sociales que pretenden establecer vínculos a través de contactos efímeros, puntuales, frágiles. La palabra se transforma en siglas, en abreviaciones, construyendo lenguajes nuevos. Lenguajes que dan cuenta de una nueva forma de nombrar al mundo, de nombrar los valores, los actos, los sentimientos. Lenguajes vertiginosos, a veces expresados por emoticones, monitos simpáticos, flores de colores, dedos arriba, dedos abajo, me gusta, no me gusta... y así vamos atravesando universos simbólicos en espacios nómades.

El instante se impone entonces, en el espacio tiempo, y la intensidad de la vivencia del instante se expresa en un tiempo inmediato y en un espacio virtual, que no implican necesariamente profundidad ni permanencia.

La inmanencia sustituye la trascendencia.

La experiencia mayor de la Hipermodernidad es la aceleración, nos dice Rosa (2010). Aceleración social, aceleración tecnológica, aceleración del ritmo de vida, del tiempo del trabajo y del amor, que se manifiesta por la vivencia de una cierta vulnerabilidad existencial del otro y de mí mismo. El encuentro profundo con el otro se desdibuja y aparece mediatizado por dispositivos de alta gama tecnológica, generando un simulacro cuasi perverso de vínculos difusos.

La aceleración se va transformando con el ritmo de la vida cotidiana y de la evolución de las nuevas tecnologías en una dispersión y disociación temporal.

Para Byung Chul Han, en su obra *El aroma del tiempo*, la crisis temporal actual no pasa por la aceleración: aquello que experimentamos como aceleración, es sólo uno de los síntomas de la *dispersión temporal*:

El tiempo carece de un ritmo ordenador de ahí que pierda el compás. La *disincronía* hace que el tiempo por así decirlo dé tumbos. El sentimiento de que la vida se acelera en realidad, viene de la percepción de que el tiempo da tumbos sin rumbo alguno [...] La responsable principal de la *disincronía* es la atomización del tiempo y también a ésta se debe la sensación de que el tiempo pasa más rápido que antes [...] La dispersión temporal no permite experimentar ningún tipo de duración. No hay nada que rija el tiempo. La vida ya no se enmarca en una estructura ordenada ni se guía por unas coordenadas que generen una duración. Uno también se identifica con la fugacidad y lo efímero. De este modo uno mismo se convierte en algo radicalmente pasajero. La atomización de la vida supone una atomización de la identidad.

De la identidad en el trabajo, en el amor, en el erotismo, en la amistad, en la vida misma.

Esta *disincronía temporal* hace entonces que el tiempo transcurra, no sólo vertiginosamente, sino que se descomponga en una mera sucesión de presentes temporales, atomizados, simultáneos. Pantallas de computadoras, imágenes de *smartphones*, *tablets*, *notebooks*, invaden el tiempo y el espacio. El sujeto trata desesperadamente de aprehender esta nueva realidad cibernética y se encuentra

fascinado por la facilidad de estar aquí y allá, en todos los espacios, en ningún espacio... Fascinación que al mismo tiempo que lo satura lo agobia, lo estresa, potencia su narcisismo, simulando un empoderamiento virtual.

Sin embargo, no pretendemos satanizar a las tecnologías en sí mismas, ya que es un sobre entendido que estas herramientas significan un aporte fundamental para el desarrollo de las sociedades, y que no es posible pensar una continuidad de la existencia sin ellas, puesto que representaría un caos planetario. Se trata, sí, de generar una mirada crítica sobre el impacto en las subjetividades contemporáneas que ellas producen.

“Dice Buber que la problemática del hombre se replantea cada vez que parece rescindir el pacto primero entre el mundo y el ser humano” (ARAÚJO, 2011). Son tiempos éstos en que se ha borrado una cierta imagen del universo, desapareciendo con ella la sensación de seguridad y solidez. La inseguridad y el miedo a la pérdida y al fracaso van generando vulnerabilidades y desasosiegos que, a su vez, son productores de ansiedad y angustia: todo puede licuarse y desaparecer con tan solo un *click*. Desaparecen amigos de *Facebook* en un instante, controlamos la presencia virtual del otro y el tiempo en el cual está conectado a internet a través de *Whatsapp*. Nos contactamos con posibles encuentros *touch and go* en *Badoo*, *Twoo*, *Tinder*, etc. Y el miedo al vacío se torna líquido (BAUMAN, 2007), inaprensible, invadiendo las esferas del trabajo y de los vínculos. El miedo a la pérdida y a la desinserción social, el miedo a la soledad afectiva y corporal, va pautando así nuestras vidas cotidianas.

En las sociedades líquidas de las cuales habla Bauman (1999) se pierden las referencias espacio temporales de la modernidad. Surgen otras, que seducen, fascinan y crean en el sujeto la ilusión de ser todo poderoso, de atravesar mapas, países y continentes y de jugar con los días, las horas y el tiempo.

Surge aquí la suprema paradoja perversa de la Hipermodernidad, somos víctimas y cómplices al mismo tiempo: gozamos de estar inmersos en este tiempo líquido y en este espacio inaccesible, convencidos de que los dominamos, pero al mismo tiempo nos enfrentamos a una fragilidad existencial que genera *nuevas patologías* del cuerpo y del alma. Algunas quizás no tan nuevas pero expresadas a través de síntomas distintos que se alternan entre

sí: ataques de pánico, trastornos por déficit de atención con hiperactividad (TDAH), síndrome del desgaste ocupacional (SDO), trastorno límite de la personalidad (TLP), exacerbación de contracturas, bruxismos, nuevos tipos de soriasis, alergias, problemas cardíacos, el síndrome del agotamiento crónico, alteraciones del sueño, estrés negativo... sólo para nombrar algunos ejemplos.

Parecería que los sujetos de este contexto histórico somos víctimas y cómplices del goce narcisista, del hiperconsumo, de la cronocompetencia, del zapping del placer, de la auto exigencia laboral, internalizando así el mandato productivista del poder y del capital.

La psicopolítica, nos dice Han, es justamente el sistema de dominación por el cual, en lugar de emplear el poder externo, opresor, se utiliza un poder seductor, inteligente (*smart*), logrando, sutilmente, profundamente, que los propios sujetos se sometan por sí mismos, voluntariamente, al entramado de poder y dominación. La eficacia del psicopoder radica en que el sujeto se cree libre... dominando un ciberpanóptico que en realidad ha interiorizado en su vida misma.

Paralelamente se experimenta un sufrimiento psíquico que se expresa a través de la vivencia de una tensión libidinal en pro de perseguir el ritmo de la aceleración y la *disincronía* del tiempo. Ritmo que altera los ciclos vitales, desafiando el pasaje del tiempo, creyéndonos demiurgos de cuerpos eternamente jóvenes y de capacidades intelectuales, científicas y laborales superiores. Las nuevas tecnologías parecen querer desafiar la vida y la muerte.

3 De ficciones y posibles realidades

Lo que hace muy pocos años era ciencia ficción (*Gattaca*, *Blade Runner*, *Her*, *Matrix* o *El tiempo del mañana*, son sólo algunos ejemplos cinematográficos) hoy se nos aparece como posible: el ser humano se metamorfosea.

Ese *hombre simbiótico* del cual habla de Rosnay (2000) ¿será el hombre del futuro, ese hombre hipermoderno todo poderoso?

Ni súper hombre ni robot, responde Joël de Rosnay, sino un *hombre simbiótico*. Un ser de carne y de sentimientos asociados en una estrecha simbiosis con un chip, con una máquina, una súper computadora inteligente interna al cuerpo que redimensiona la inteligencia humana y amplifica las capacidades del sujeto, elevándolo a una potencia desconocida.

Joël de Rosnay propone bautizar a este nuevo hombre como el *cybionte*, nombre que está formado por lo cibernético y la biología. Este ser representa un modelo hipotético, una metáfora útil para adelantarse a las posibles etapas de la evolución, de la materia, de la vida y de las sociedades en nuestro planeta.

Este *cybionte* se sitúa en otro espacio y rompe las barreras del tiempo.

Es imprevisible y ello genera la incertidumbre no sólo de nuestro presente sino de un posible devenir inconmensurable.

¿Cómo se construye en el tiempo una subjetividad cybiótica? ¿Cuáles serán sus angustias, sus placeres, sus experiencias del goce? ¿Cuáles serán sus modelos identificatorios, sus formas de vivir los vínculos? ¿Cómo serán sus interrelaciones laborales, su nuevo concepto de trabajo? ¿Sobrevivirá la relación trabajo capital?

Mutaciones. Incógnitas. Devenires... y esa responsabilidad de pensar y repensarnos desde nuevos paradigmas que tocan la vulnerabilidad del ser humano y su capacidad de creación y crítica. De pensamiento crítico.

4 De las características y consecuencias de la "urgencia"

Todo tiene un comienzo, un medio y un fin, afirmaba Aristóteles. Sin urgencias.... Y Homero, ese maravilloso representante de la narrativa griega, nos decía: "*Cual la generación de las hojas, así la de los hombres; una generación nace y otra perece*". La historia tenía pasado, presente y avecinaba un futuro. Era un continuum. Había partida, viaje en el camino y llegada.

Pero en nuestro contexto contemporáneo, atravesado por la Hipermmodernidad, asistimos a la simultaneidad: el pasado y el futuro son prescindibles, y vivimos el presente, el instante, perenne, eterno, nos dice Paul Virilio. El instante ocupa todo, ya no interesa ni el comienzo ni el fin, porque se ha disuelto el tiempo y el espacio del viaje. En esa *disincronía* perdemos el sentido, no solo el rumbo. Porque vivimos en la urgencia. Y necesitamos tiempo, externo, interno para construir sentido, para encontrar el silencio.

“Es necesario siempre, retener en cada palabra su punto de silencio, que abre su camino en nosotros mismos y en el otro. Y para ello es necesario escuchar al tiempo” nos dice Eugène Enriquez, en su Conferencia del Paraninfo de la Universidad, en el año 2012, aquí en Montevideo.

Todo es instantaneidad, immediatez, intensidades y se va construyendo una estética de la desaparición, una política de la velocidad, una ética descartable. Somos nosotros mismos sujetos descartables (ENRIQUEZ, 2012), como las cosas mismas, como el celular o el plasma, como la *notebook* o las aplicaciones, cada vez más rápidamente sustituibles. Neoliberalismo mediante...

Como en el trabajo, donde la capacidad se mide a partir de lo cuantificable y el productivismo está rigurosamente pautado por el Mercado y los *rankings* de la Economía global incuestionable. Donde la flexibilidad laboral se está volviendo una realidad constante y el agotamiento de la hiper exigencia quema los cuerpos y la psiquis. El *burnout* impera en las empresas y hasta en las universidades, y el estrés negativo es productor de una sintomatología cada vez más frecuente y asumida.

Porque quizás es en el trabajo y en los vínculos laborales donde más se vivencian las transformaciones que implica la Hipermmodernidad y las nuevas formas que el capital financiero va adquiriendo en su desarrollo mundial.

Somos seres superfluos, en la medida que no nos convirtamos en consumidores eficaces, fieles al sistema, compradores “felices” de satisfacciones instantáneas cumplidas, que fortalezcan nuestro hedonismo. Vivimos inmersos en “una cultura totalmente hedonista (LIPOVETSKY, 2006).

La cultura de la urgencia (AUBERT, 2003) exagera los nuevos ritmos de vida, donde no sólo presenciamos la aceleración del tiempo, sino que

constatamos que el tiempo se contrae y se comprime, todo simultáneamente, en el instante. La urgencia de este tiempo acelerado y de estos espacios nómades y la irreversibilidad que ella comporta, no sólo es un dato externo, sino que implica una dimensión interior del sujeto. Los sujetos galvanizados por la urgencia, adictos a esta nueva “droga”, se expresan de distintas maneras: algunos tienen necesidad de este ritmo para sentirse existir intensamente, “tal los héroes de una época contemporánea, ellos se sienten embriagados al cumplir las pautas de este tiempo venciendo así a la muerte, triunfando sobre el tiempo”. Otros experimentan la pérdida del vínculo social a través de un trabajo desprovisto de sentido o de vínculos amorosos instantáneos, discontinuos y vacíos, y caen entonces en la depresión y en la angustia. Todos, sin embargo, están sometidos a presiones muy fuertes, “enfermos de la urgencia”.

El hombre instante, la mujer instante, se regodean con la vivencia de la intensidad, buscando sensaciones fuertes que potencian su hedonismo y su narcisismo. Sin embargo, frente a la caída de esta intensidad que es mayormente efímera, aparece el vacío y el sin sentido, la huida de sí, la huida del otro, la soledad.

Vivimos en una sociedad que se torna cada vez más narcisista:

La libido se invierte sobre todo en la propia subjetividad, el narcisismo no es ningún amor propio. El sujeto del amor propio emprende una delimitación negativa frente al otro, a favor de sí mismo. En cambio no puede fijar claramente sus límites. De esta forma se diluye el límite entre él y el otro. El mundo se le presenta sólo como proyecciones de sí mismo. No es capaz de conocer al otro en su alteridad y de reconocerlo en esta alteridad. Sólo hay significaciones allí donde él se reconoce a sí mismo de algún modo. Deambula por todas partes como una sombra de sí mismo, hasta que se ahoga en sí mismo (HAN, 2014).

A partir de esta reflexión entendemos la depresión como una expresión de sufrimiento narcisista, que implica una relación exagerada y patológicamente recargada consigo mismo. El sujeto narcisista depresivo se encuentra agotado y fatigado de sí mismo. En estas sociedades de la urgencia la tensión, el esfuerzo, para mantener el ritmo vertiginoso del tiempo es tal que

el sujeto puede caer en depresión. La carga que deposita en el rendimiento al cual está abocado, sobre todo al éxito, llevan al derrumbe de sí, al *burnout*.

La exacerbación de la competencia en el trabajo, el *touch and go* fugaz, el consumismo sin límites, son expresiones también de estas sociedades de la urgencia. Características que ya existían en la modernidad pero que este contexto histórico las acentúa, a partir de la internalización de un neoliberalismo económico, simbólico, cultural.

Paralelamente reconozcamos que gran parte de los sujetos contemporáneos elijen y disfrutan la competencia, que los estimula hacia el éxito y potencia su autoimagen social; el *touch and go*, que los hace sentir más libres, sin compromiso; el consumismo, que les permite acceder a bienes anhelados y los posiciona como seres deseados.

En estas sociedades hipermodernas todos necesitamos, en alguna dimensión, conquistar un lugar visible e importante en este mundo efímero.

5 De transformaciones posibles, nuevas...

La noción de Hipermodernidad, lo vimos, implica la idea de aumento, de exceso, de intensidad, de exacerbación. Ella implica también una complejidad y una multiplicidad de facetas de la existencia humana, por lo cual no es pertinente generalizar vivencias y actitudes.

No obstante, nos parece necesario desarrollar una lectura crítica de este contexto actual, apostando a la capacidad que tenemos todos de repensar el rumbo que le estamos dando a nuestra historia y a nuestras vidas. A la *polis*, a nuestra sociedad.

Desde el Pensamiento Crítico de la Escuela de Frankfurt: Adorno introduciéndonos a la Importancia de la *Dialéctica Negativa*; Marcuse, denunciando a las características del *Hombre Unidimensional* y apostando a una *Revolución Sexual* liberadora; Fromm, a través de sus textos *El Arte de Amar* y del *Ser o Tener*; Habermas, en su análisis crítico de la *acción instrumental* frente a

la *acción comunicativa* y Honett, profundizando la relevancia del *Reconocimiento*, intentaron llevar adelante una crítica radical a la Modernidad.

Hoy, junto a Byung Chul Han, y muchos otros sociólogos, psicoanalistas, filósofos del mundo, intentamos cuestionar y emprender una nueva crítica a esta Hipermodernidad.

Desde el Sur, desde una epistemología y una praxis del Sur.

Esta Hipermodernidad nos atraviesa inexorablemente y nos exige realizar una lectura *psicopolítica*, necesaria para darle un nuevo sentido a la existencia de nuestra civilización. Para crear nuevos paradigmas que desafíen el poder.

Y tratar de significar y resignificar el sentido de nuestro ser en sociedad.

Entonces:

Ante la atomización y disincronía del tiempo, apostar a la búsqueda de un nuevo espacio tiempo, humano. Desde la diversidad.

Ante el autoritarismo de la política y lo político, la capacidad de resistir.

Ante los contactos virtuales y cibernéticos de las nuevas tecnologías, desafiar los encuentros cuerpo a cuerpo, cara a cara, piel a piel.

Ante las “*fake news*” de las redes sociales, el pensamiento crítico, libertario.

Ante las sociedades de la transparencia, donde todo es luminosidad externa e imagen, reconocer la importancia de las sombras, de lo no visible, de las intimidades, del respeto al misterio. Y desentrañarlo.

Ante el narcisismo exacerbado, la búsqueda del encuentro con el Otro.

Ante la urgencia, la reflexión en la acción.

Ante la competencia, la solidaridad.

Ante el psicopoder digital, el advenimiento de nuevas formas de luchar.

Ante el individualismo, lo colectivo.

Ante el instante, la trascendencia.

Y, ante el vacío, la búsqueda de utopías que construyan; que vayan construyendo tiempos y espacios sociales y políticos nuevos.

Referencias

ARAÚJO, A. M. *Todos los tiempos, el tiempo*. Montevideo: Psicolibros Universitario, 2013.

AUBERT, N. *Le culte de l'urgence*. París: Flammarion, 2003.

BAUMAN, Z. *Miedo líquido*. Barcelona: Paídos, 2007.

BAUMAN, Z. *Modernidad líquida*. México: Fondo de cultura económica, 1999.

BECK, U. *La sociedad del riesgo*. Hacia una nueva modernidad. Barcelona: Paídos, 1994.

DE ROSNAY, J. *L'Homme Symbiotique*. París: Seuil, 2000.

DELEZE, G. *Pourparleurs*. París: Gallimard, 1990.

ENRIQUEZ, E. Conferencia Paraninfo universidad de la república. VIII Congreso Internacional de Sociología Clínica, 2012.

HAN, B.-C. *La agonía del Eros*. Barcelona: Herder, 2014.

HAN, B.-C. *La sociedad de la transparencia*. Barcelona: Herder, 2013.

LIPOVETSKY, G. *Los tiempos hipermodernos*. Barcelona: Anagrama, 2006.

RCOEUR, P. *Temps et récit*. París: Seuil, 1983.

RÉHAUME, J. Dimensiones epistemológicas de las relaciones entre teoría y práctica. *Ficha Sociología Clínica*, n. 1. Montevideo: Argos, 1999.

ROSA, H. *Accélération*. Une critique sociale du temps. París: La Découverte/Poche, 2013.

VIRILIO, P. *La velocidad de la liberación*. Buenos Aires: Manantial, 1997.

WAJCMAN, G. *El ojo absoluto*. Buenos Aires: Manantial, 2010.

Restaurar la democracia en América Latina: descolonización del pensamiento y la práctica político-social

Héctor A. Poggiese

Introducción

Vivimos una época histórica que nos impone descolonizar el pensamiento y la práctica político-social. El nuevo colonialismo tiene notas muy reconocibles. Sirva como ejemplo que en estos días de 2017 se desarrolla una campaña internacional de los medios concentrados del mundo, una especie de contraofensiva a las denuncias de manipulación mediática, con seminarios o foros simultáneos en varios países bajo la consigna “las redes sociales mienten”.

El Tiempo de Bogotá informa que el 1º de noviembre se reunieron los directores de los más importantes diarios colombianos con expertos de Estados Unidos y Europa para tratar las noticias falsas en las redes.

Clarín de Buenos Aires anuncia que el 2 de noviembre se realizó en esa capital un foro iberoamericano para esos mismos fines con semejantes participantes, los medios concentrados de Argentina y expertos extranjeros.

Folha de S.Paulo publica, el 3 noviembre, los resultados de una encuesta internacional que condena a las redes sociales como el medio donde más predominan las *fake news*, poniendo a salvo a los medios monopolizados como emisores de mentiras, falsedades y omisiones.

Mientras tanto esos medios ocultan y omiten informar que en Río de Janeiro se prohíbe tocar samba en las plazas e irrumpen bandas fascistas en la Universidad del Estado de Rio de Janeiro durante una conferencia; en Sao Paulo, un simposio universitario sobre el creciente escepticismo en la democracia es impedido con violencia contra la presencia de Judith Butler,

defensora de los derechos humanos y, en Argentina, la represión militarizada anti indígena facilita que Benneton impida el acceso a lagos nacionales, que desaparezca Maldonado, amigo de los mapuches y sea asesinado el mapuche Nahuel.

Esto es sólo un aspecto de cómo se engaña a la ciudadanía con instrumentos de modernidad mientras se deteriora, vapulea, precariza y devalúa la democracia liberal, hoy extendida en el mundo. Paradoja: el modelo de democracia que era reivindicado como compatible con el capitalismo necesita ahora ser manipulado y enmascarado, en esta etapa de reimplantación colonial.

O sea que la democracia realmente existente no garantiza proteger los derechos, la justicia social, la no discriminación cultural y social. Mis reflexiones serán sobre las innovaciones que la historia reciente nos ha dejado en el campo de transformación de la democracia, para así reconocer las bases de una invención político-social en la que apoyar la resistencia al nuevo colonialismo y la identificación de un futuro con nuevas relaciones entre estado y sociedad.

1 Restauracion de la Colonia

En contexto internacional y latinoamericano testificamos y soportamos un capitalismo global que se propone volver a fundar el coloniaje. Esta versión del neoliberalismo es nueva colonización y no busca apenas mantener los vestigios de colonialismo señalados por varios autores como materialidades subsistentes en el mundo actual. Su objetivo es retornar a la colonia.

Frente a esa configuración de dominio de los poderosos asistimos, siendo partícipes, a una innovación democratizadora compuesta por prácticas-ejercicios-experimentaciones de una democracia ampliada, extendida en sus límites, y a la creación de un nuevo derecho, el derecho a democratizar la democracia.

El modelo capitalismo/colonialismo/patriarcado, disimulado por la modernidad y los inventos tecnológicos, pretende una reforma legal que vuelva

al trabajo esclavo. El control de los grandes poderes dista de toda justicia social, de la soberanía popular, de una sociedad integrada, de ninguna emancipación.

Entra en situación de riesgo la alternativa de un estado experimental, aquel que se coloca como centro coordinador de una red de acciones estatal-sociales para operar sobre la reforma simultánea del estado y de la sociedad, aunque el ciclo innovador deja actores y procesos socio económicos participativos, destinados ahora a ser resistentes en los países alcanzados por la recolonización. Son ejemplos de esas innovaciones la economía popular o solidaria, las redes socio gubernamentales, la planificación participativa. Procesos que, en tanto caso paradójal no intencionado, han sido simultáneos con el neoliberalismo de los 90.

Estas innovaciones anteriores de mejora democrática en tensión con el sistema, han conformado una experiencia histórica en el pre ciclo de los gobiernos de signo popular y democrático en la región.

En el ciclo de gobiernos populares que entró en crisis y riesgo por empuje contrario de la restauración conservadora, podemos considerar dos grupos de países y agregar el caso colombiano por su singularidad diferenciada de esos grupos:

- Los que constitucionalizaron el proceso: Bolivia, Venezuela y Ecuador.
- Los que perdieron o fueron desplazados del poder: Argentina y Brasil, democracias en tensión.
- Colombia, con su dualismo entre el autoritarismo centralista del poder real y la pacificación nacional con participación político-social, habilitada por el Acuerdo de Paz de 2016.

Constituciones anticolonialistas de un proceso intercultural, transformador, en parte revolucionario, que ha repuesto las lenguas originarias igualadas con el idioma castellano de la conquista y ha reconocido sistemas de representación y de consenso derivados y practicados por esas identidades originarias. Con el anticolonialismo instalado ha reaparecido -en medio de la crisis- la consigna “patria sí, colonia no” en comunidades de todo tipo y en las juventudes políticas y sindicales.

Habrà que retomar el ciclo de transformaciones en condiciones diferentes y más difíciles sobre la destrucción operada por este neoliberalismo torpe y tardío, pero atendiendo a la experiencia realizada y con más y mejores argumentos, sin descartar la mirada crítica sobre insuficiencia y errores. Porque los procesos críticos son evidentes, pero no siempre se acierta con la respuesta a sus efectos o las formas de impedirlos.

Se cometen algunos errores estratégicos, por ejemplo: mientras la dominación articula la tríada capitalismo/colonialismo/patriarcalismo, los movimientos sociales y organizaciones privilegian enfrentar a uno de esos modos de dominación y descuidan o ignoran a los otros. Esto es, se concentran – por ejemplo – en el anticapitalismo y no advierten el retorno al coloniaje o la cultura patriarcal en las relaciones familiares o laborales.

Se vive en una democracia liberal limitada de ¡bajísima intensidad! O ha sido secuestrada o sirve al interés imperial, hasta se califica el tramo histórico como pos democracia, algo así como una despedida. Sin embargo, persiste la sujeción a las reglas formales de las instituciones, o las modalidades institucionalizadas, ya aceptadas y naturalizadas de organizar las respuestas.

Conquistas se permiten, siempre que no interfieran en la dominación capitalista. Buscar la solución de forma exclusiva por la vía del sistema educativo, es negarse a imaginar, palabras de Boaventura de Souza, a las que preferimos agregar que es negarse a practicar formas alternativas de economía y democracia.

2 Democratización de las decisiones

En torno a la cuestión de democratizar las decisiones es imprescindible revisar la teoría sobre la transformación. Como test, frente a acciones que supuestamente modificarían los procesos de los que emergen problemas, Boaventura de Souza Santos plantea que “si repite, no transforma, si transforma no repite”. Formula esta recomendación para tratar la reforma del Estado, pero la hacemos nuestra para aplicarla a la reforma del sistema democrático.

En FLACSO, sosteniendo un principio similar al que expresa Boaventura, desde hace mucho tiempo -más de tres décadas- se impulsan metodologías y experiencias de participación popular en políticas públicas, enlazando la relación entre gobierno, comunidad y universidades en su elaboración, planificación y ejecución. Popularizar la toma de decisiones es una modalidad útil para oponerse al proceso de poder que hoy se impone en la trilogía dominante de capitalismo, colonialismo y patriarcado.

Los objetivos de la regresión conservadora en América Latina no son apenas los de resguardar relaciones coloniales aun no desterradas, sino volver a la colonia, retornar al pasado, reconstruirlo. Colonizar de una cierta forma, adecuada a la situación contemporánea, con modernidad y tecnología, que no son más que instrumentos novedosos de la dominación. Estamos viviendo un tiempo colonial enmascarado de imágenes de democracia formal, como un ropaje de fantasía carnavalesca, mientras de verdad se la destruye.

El saber popular sobre las conexiones entre los procesos es lo que el nuevo modelo quiere eliminar, haciendo que todo lo que sucede sea o resulte “natural” y por eso no sea pasible de transformación.

Conviene resaltar una concepción que no es fácilmente reconocible, pero que sostenemos aquí: lo más importante y central de la política son las políticas públicas. Una parte de la política es de ideas, programas, argumentaciones, pero al final todo se traduce en decisiones de políticas públicas, realizaciones, recursos que se distribuyen, a quien se beneficia, objetivos y finalidades buscadas.

Aceptado que el campo más importante de las decisiones es el de las políticas públicas, aumentar la participación en los procesos de elaboración y realización de dichas políticas da como resultado un aumento -a la vez renovador- de la democracia.

En los últimos quince años esto sucedió. En este momento tenemos que defender el derecho a redireccionar la política que, si bien se visualizó en ese ciclo, no comenzó ahora. Se inició antes: recuérdese la Investigación Acción Participativa (IAP) con Fals Borda, el presupuesto participativo desde Porto Alegre para el mundo, la Planificación Participativa y Gestión Asociada (PPGA) de la FLACSO. En los 80-90, en paralelo con la globalización

capitalista enmarcada en la democracia liberal, surgían espacios para la creación y la invención de prácticas que ponían en cuestión tanto el modelo económico como el político democrático.

Por lo tanto, no estamos desarmados ni debemos caer en la desorientación paralizante. De ahí la relevancia de promover las prácticas anticipatorias y propender a instalar otras formas interculturales de diálogo y justicia en el reconocimiento de saberes. Pensar que lo que hacemos hoy para resolver problemas, según los métodos que usemos, implica también estar ensayando lo que todavía no existe y llamamos democracia participativa.

Hay confusión en el uso de Democracia Participativa. Podemos encontrar, con reiteración, como referida o símil con la Democracia Directa o Asamblearia, nacida en la Grecia antigua, donde los atenienses, reunidos en plaza pública, apoyaban o rechazaban políticas y normas legales o eran elegidos por sorteo para cargos públicos. El asambleísmo perdura en la vida social, los movimientos, los sindicatos, los barrios, pero no es extensible al ejercicio del gobierno.

Para eso la Revolución Francesa inventó el contrato social y la teoría de la representación. Voltaire y el grupo de intelectuales revolucionarios le encargaron a Rousseau, a la sazón educador comunitarista que hoy llamaríamos autogestor, que fundamentara la nueva relación que se creaba entre la sociedad -una ciudadanía mayor- y el gobierno democratizado. Allí partió de un supuesto abstracto. Todos los hombres del mundo reunidos habrían resuelto crear al Estado para que se encargase de la cosa pública y en lo sucesivo elegirían representantes para la administración y el gobierno de ese Estado.

De esa revolución y tal nueva idea nació la Democracia Representativa o Liberal, que hoy es la democracia realmente existente.

Dos siglos después es necesario repensar la idea del contrato social. La realidad es ya muy diferente y las dificultades emergentes en el campo de la representación política enfrentan la complejidad actual y creciente de los problemas. En principio podríamos pensar en un encadenamiento de pactos fundantes entre Estado y sociedad para así reconstituir la idea del contrato social. Este sería sustituido, no por una abstracción teórica, sino por una serie

acumulada da pactos de corresponsabilidad Estado sociedad. Cada experiencia de transformación respondiendo a estas reglas de decisiones con participación popular configura un pacto, un acuerdo que establece obligaciones y compromisos entre unos y otros -actores estatales y comunitarios- en el proceso de lo público, a veces insuficientemente definido como espacio público.

En este punto debemos agregar una nueva concepción que se denomina esfera pública. En un primer enfoque el concepto nos refiere lo público como algo que no es exclusivamente estatal ni exclusivamente social. Con este enfoque se supera la idea tradicional que lo público es lo estatal. La esfera pública será una zona de superposición de responsabilidades frente a una cuestión problemática que no la puede resolver solo el Estado, con su obligación vertical, ni solo la comunidad, con su obligación horizontal.

Multiplicar escenarios de participación popular en políticas públicas, con reglas de trabajo científicas, sistemáticas, generará proyectos de transformación social multipropósito con una nueva explicación, estrategias viables, diálogos interculturales, redes socio-gubernamentales y también -en simultáneo- ensayos anticipatorios de Democracia Participativa. Esas prácticas configuran potenciales componentes de una nueva sociedad.

3 Recuperar la democracia transformándola

Cuando decimos que la tarea es democratizar las decisiones y defender el nuevo derecho a democratizar la democracia, esto no implica reducir o contradecir las luchas sociales, sus movilizaciones y reclamos: esas luchas ya tienen ganado el lugar de instrumentos para justicia social.

Vale entender que una democracia remozada será construida a lo largo de una sucesión de escenarios realizados con reglas preparadas para ser ensayadas, ensayadas para ser consensuadas. ¿Cómo contribuir a la instalación de esos escenarios de transformación social, de prácticas anticipadas de democracia participativa? Podemos recorrer el ideario propositivo que circunda la actualidad e intentar dotarlo de acciones estratégicas transformadoras.

Para el campo de la educación Boaventura de Souza sugiere utilizar la modalidad “popular comunitaria”. Pero no debemos desechar el papel de las universidades si estas asumen un compromiso territorial, más allá de la simple extensión universitaria, y se convierten en un actor territorial del desarrollo local. No solo estudiar las políticas públicas, también coparticipar de las mismas. En Argentina varias universidades nacionales han puesto en funcionamiento los consejos sociales que, aunque no reproducen una misma modalidad instrumental, todas ellas responden al principio asociativo y junto a los municipios y organizaciones comunitarias y de economía solidaria llevan adelante proyectos territoriales, en el marco de una concepción de desarrollo local integrado.

Necesitamos nuevos políticos y es la práctica de escenarios democráticos el espacio central para influir en sus cambios de formación y perspectivas. O los políticos convencionales se preparan y transforman para el debate y consenso con la sociedad o la política quedará resumida a pura retórica.

Los movimientos sociales que se movilizan por sus derechos en el campo de las políticas públicas encontrarán en estos escenarios posibilidades de extender su accionar, ensayando relaciones de trabajo igualitario con los decisores políticos.

Conviene convocar y/o arrastrar a las ONGs a estas prácticas democratizadoras para evitar que opten por el aislamiento o se entreguen a ser manipuladas o se asocien al discurso y acción del neoliberalismo.

Necesitamos impulsar el uso de metodologías apropiadas a la relación estado y sociedad. Boaventura sugiere instalar ámbitos de participación democrática, incorporando métodos innovadores de decisión, y Prada se pronuncia por nuevas formas de planificación integral y participativa. En este punto conviene tener en cuenta que disponemos en Latinoamérica de metodologías propias para eso. Son las de Planificación Participativa y Gestión Asociada o PPGA, de FLACSO, que han sido diseñadas, experimentadas y diseminadas, así como aplicadas en las más variadas políticas públicas en diversos niveles gubernamentales de nuestros países, desde los años 80 en adelante.

Boaventura agrega otra innovación necesaria: la de combinar formas participativas. En este punto también disponemos de avances significativos, en particular lo que hemos dado en llamar ensamble OP y PP (en portugués) o ensamble PP y PP (en castellano), cuyos ensayos preliminares nacieron en el Foro Social Mundial en 2001, en Porto Alegre, y que ha tenido ejercitación en aplicaciones del presupuesto participativo en ciudades argentinas.

García Linera sostiene la necesidad de promover una red corpuscular de participaciones democráticas para no quedar, los gobiernos populares y democráticos, sin bases y a la deriva. Ciertamente, lo mejor es todavía que los proyectos y políticas se realicen en acción planificada conjunta de estado y sociedad y, como consecuencia de ese vínculo de trabajo creativo, resulten constituidos en un actor-red socio-gubernamental. La interrelación entre esos actores-red socio gubernamentales daría una red corpuscular de redes socio-gubernamentales cuya potencialidad superará a las redes sectoriales.

Habría una democracia diferente o apenas se recuperará, tal como la conocemos, la democracia realmente existente.

Incorporar el derecho a democratizar la democracia debería formar parte del ideario político emancipador de nuestros pueblos.

Recuperar la democracia sí, pero transformándola, debería ser instalado y reconocido como un principio esencial del pensamiento descolonizador.

Conclusiones

Un aspecto clave para enfrentar la restauración colonial está en su opuesto: restaurar la democracia. Esto supone que las acciones en su direccionamiento intentarán eliminar la falsa convivencia entre capitalismo y democracia y, al mismo tiempo, colocar la democracia transformada en sistema económico social, aún por definir, pero también transformado.

Para eso habrá que estructurar un esquema de un accionar que recupere e impulse lo practicado y, a la vez, instale escenarios donde esta innovación democrática perdure. Un esquema preliminar de tal magnitud, que recupere

el Estado del gerenciamiento empresario para reinstalar la política y que aumente la participación popular en las políticas públicas, debería contener tres lineamientos a desarrollar en simultaneidad:

- Concentrarse en territorialidades acotadas y propicias, como podrían ser municipios con ejecutivos con voluntad política democratizante.
- Desarrollar nodos de transformación social enlazados en red.
- Configurar pactos fundantes de una nueva y diferente democracia.

Sucedirá algún día que un Rousseau latinoamericano reciba el encargo de escribir las reglas de la Democracia Participativa. No tendrá que recurrir a ningún supuesto abstracto. Encontrará suficiente sustento en las históricas e identitarias prácticas democráticas anticolonialistas de nuestros pueblos.

PARTE II

Políticas, desastres e espaço colonial



Las narrativas que construyen un sentido comun extractivista

Eduardo Gudynas

Introducción

Si bien los extractivismos tienen una larga historia que puede rastrearse hasta los tiempos coloniales, en las últimas décadas ha quedado en evidencia su capacidad para mantenerse bajo muy distintos regímenes políticos. Entendiendo a los extractivismos como modos de apropiación de grandes volúmenes de recursos naturales o bajo procesos de alta intensidad, para exportarlos a los mercados globales, siguen siendo vistos como necesarias mediaciones para el desarrollo. Eso ha hecho que América Latina no pudiera dejar de ser proveedora de materias primas desempeñando papeles subordinados en la globalización.

Esos extractivismos permanecen pero cambian, en tanto se organizan de diferentes modos. De ese modo, se han conformado extractivismos conservadores como en Colombia o Perú, junto a otros con distintos tonos progresistas como en Bolivia, Ecuador o Venezuela, a sucesiones dramáticas donde se ha transitado desde gobiernos conservadores a progresistas para luego recaer en el conservadurismo (como se observa en Argentina y Brasil). En unos casos, los extractivismos se desplegaban en el mercado con un papel subsidiario del Estado, y en otros se resolvían con un mayor concurso estatal.

Dentro de esa permanencia hay casos extremos, como en Venezuela y Brasil. El gobierno de N. Maduro se aferra a un discurso progresista con retórica anti-imperialista, pero sigue dependiendo del sector petrolero aunque sumándole diversos emprendimientos mineros en una amplia zona del

sur del país. Con un discurso casi opuesto, Jai Bolsonaro en Brasil anuncia una profundización de los extractivismos, ampliando la frontera agrícola y ganadera, liberando el acceso a zonas indígenas o bajo protección ambiental, amparándose en discursos más violentistas y ultraconservadores.

Existen diferencias importantes entre las estrategias conservadoras y las progresistas, y no se pretende aquí negarlas (GUDYNAS; GUEVAEA; ROQUE, 2008). Pero lo llamativo es que a pesar de esas diferencias, los extractivismos tienen múltiples defensores y en muy diversos ámbitos de la sociedad. Este artículo pone el énfasis en esa particularidad, y para ello aplica la idea de narrativas. Consecuentemente se analiza las peculiaridades de las narrativas que sostienen y legitiman la construcción de un “sentido común” extractivistas.

1 Argumentos y narrativas

La invocación a la idea de narrativas tiene muchos antecedentes en el análisis de las políticas públicas, incluyendo las “narrativas del desarrollo” como en Roe (1991), o la idea de “historias causales”, como en Stone (2012); otros abordajes se ilustran en Roe (1994), Fischer (2003), Jones y McBeth (2010), Gsottbauer y Van Den Berg (2011), y Fischer y Hottweis (2013). Algunos abordajes se superponen con los análisis de los discursos (ROE, 1994; ANTONELLI, 2014).

La estructura en las narraciones descansa en articular “argumentos”, los que son componentes que incluyen una premisa, para avanzar hacia una conclusión que se presenta como un resultado lógico. Es importante tener presente que narrativas y argumentos no son sinónimos (FISCHER, 2003; WODAK, 2016).

Tomando en cuenta estos insumos, como punto de partida es posible indicar que las “narrativas” son entendidas como historias con una trama que describen situaciones y significados, y que utilizan diversos argumentos. Estas sirven para construir y sostener políticas públicas, como ocurre con los extractivismos, pero que también operan en otros campos, como la salud,

educación, etc. En la cuestión que aquí se abordan, los extractivismos, esos entramados los presentan como beneficiosos y necesarios, mientras que a la vez anulan las denuncias y confirmaciones de sus impactos sociales y ambientales; los legitiman y a la vez impiden la búsqueda de alternativas.

En este texto se ofrece como ejemplo de referencia de una narrativa extractivista las declaraciones de Brigitte Baptiste, directora del Investigación de Recursos Biológicos Alexander von Humboldt de Bogotá ¹. Ella apoya la explotación petrolera, afirmando que Colombia debe extraer “hasta la última gota” y lo fundamenta con una larga lista de argumentos. Es un caso revelador por varios motivos. Su postura es extrema, tal como dice al proponer extraer hasta la “última gota” de petróleo; sus ideas resumen las posiciones que en todos los países sudamericanos son esgrimidas por políticos, empresarios y académicos, aunque no siempre las afirmen tan directamente o estén todas agrupadas en una única declaración. Además, es un caso donde la defensa extractivista proviene de alguien que es presentado como “experto” o “científico” en temas ambientales. Esta situación se analiza en detalle en otro texto (GUDYNAS, 2019), y aquí se resumen y reproducen sus resultados más importantes.

2 El caso de la defensa extractivista

Las declaraciones de B. Baptiste ofrecen variados argumentos que interesan a distintos campos involucrados en los extractivismos. Comenzando por la dimensión ambiental, ella entiende que la explotación petrolera tiene impactos ambientales “casi cero”, considera que las compañías han “asimilado muy bien” en los últimos 25-30 años todo el desarrollo del licenciamiento y evaluaciones ambientales, sobre todo en “disminuir costos sociales y

¹ “Me opongo a las consultas populares hechas por campañas mediáticas”: Brigitte Baptiste, entrevista de A. Vargas Ferro, La Silla Vacía, 10 enero 2018, <http://lasillavacia.com/silla-llena/red-rural/historia/me-opongo-las-consultas-populares-hechas-por-campanas-mediaticas>

Ver además, Baptiste, B. Ciencia prefabricada. Semana, Bogotá, 22 febrero 2018, <http://www.semana.com/opinion/articulo/la-importancia-de-hacer-buena-ciencia-columna-de-opinion-de-brigitte-baptiste/557890>

ecosistémicos” de los impactos, y que su “innovación” es “impresionante”. Desde un gran optimismo tecnológico postula que podría explotarse petróleo en forma amigable con preservar la biodiversidad y simultáneamente minimiza los aportes de esos hidrocarburos colombianos en alimentar el cambio climático. Agrega que los efectos sobre el territorio nacional son minúsculos por la pequeña superficie que ocupan los enclaves de los pozos petroleros. Sostiene que no hay otras alternativas para el desarrollo del país y cuestionan la utilidad de las consultas a comunidades locales sobre los extractivismos. Varios de estos argumentos ya han sido utilizados en países como Bolivia, Brasil o Ecuador para defender la extracción convencional de hidrocarburos, y en Argentina para el fracking.

Sin embargo, esos dichos carecen de apoyo científico, y por el contrario, existe una enorme cantidad de estudios que evidencian la existencia de impactos ambientales, y que éstos son graves. En este artículo no es posible revisarlos con detenimiento, pero existen impactos en la exploración y la prospección, en las etapas de operación y en las de abandono. Estos se deben a efectos como la deforestación para lograr el acceso, la disposición de aguas, lodos y residuos que a su vez contaminan aguas subterráneas y superficiales, emisiones de gases, etc. (GUDYNAS, 2019; CAMPANINI *et al.*, 2014; LESSAMM; FAJARDO; MÚÑOZ, 2016; WCS, 2006).

Por lo tanto, sea por la información científica como por la vivencia en las comunidades, no es correcto argumentar que la explotación petrolera tenga un impacto “casi cero” o que sea “amigable” con la biodiversidad. Por el contrario, tienen sustantivos efectos negativos, tanto en la estructura como en la dinámica de los sistemas ecológicos, muchos de ellos conocidos y posiblemente otros todavía no evaluados adecuadamente. Paralelamente, hay otras consecuencias negativas en la dimensión social, desde el desplazamiento de comunidades indígenas a la proliferación de violencia sobre los grupos locales, que tampoco pueden ser ignorados.

El argumento de la superficie afectada es utilizado para indicar que los enclaves petroleros ocupan pequeñas áreas y por ello los problemas ambientales estaría en la ganadería y agricultura, las que ocupan superficies

enormes. Por momentos se llega a posturas bizarras, donde puede decirse que cultivar alimentos es más dañino que bombear petróleo.

Ese razonamiento adolece de varias simplificaciones. Por un lado, enclaves pequeños como los mineros o petroleros tienen efectos territoriales amplificados ya que se organizan en redes donde hay vías de conexión (como oleoductos o gasoductos), y a su vez cuentan con cuencas de soporte (por ejemplo, las represas que brindan energía eléctrica). Finalmente, esos enclaves están dentro de concesiones mineras o petroleras, las que a su vez tienen afectaciones territoriales de gran escala. Todo esto genera impactos ambientales en amplias zonas geográficas.

Por otro lado, también olvida que estamos ante dos tipos de explotaciones muy distintas. Tanto los hidrocarburos como los minerales son recursos naturales no renovables, o sean que se agotan, implicando una pérdida de patrimonio ecológico que es irreversible. En cambio, la agricultura descansa en recursos naturales renovables, y por ello hay más opciones para prácticas sostenibles.

Esta diferencia es posiblemente extrema en la minería a cielo abierto, ya que muchos emprendimientos representan en realidad una “amputación ecológica”. En ella ocurre una remoción física del ambiente como resultado de minar millones de toneladas de roca por año, que hacen desaparecer cerros y dejan enormes cráteres. Ejemplos de estas amputaciones son los enclaves de Cerrejón en Colombia, Yanacocha en Perú o Carajás en Brasil. Bajo estas condiciones, las medidas de mitigación o remediación ambiental son en realidad eufemismos para lidiar con algunos efectos secundarios (por ejemplo, polvo), sin que pueda recuperarse el ambiente original (GUDYNAS, 2015a).

La narrativa que defiende los extractivismos reduce, minimiza u oculta todas estas particularidades, como si fueron lo mismo los recursos renovables y los no renovables, y hace desaparecer esas amputaciones. Las analogías con la agricultura son infundadas, ya que pueden existir prácticas agroecológicas pero no existe nada parecido a una explotación minera o petrolera “ecológica” u “orgánica”.

La defensa de los extractivismos petroleros afirmando que los países sudamericanos emiten volúmenes insignificantes de gases invernadero

también es repetido. Se lo usa para insistir en que se tiene el “derecho” de seguir extrayendo crudo, que eso es una necesidad económica, y que el cambio climático es un problema que deben resolver los países industrializados (esta es la postura, por ejemplo de países como Bolivia y Venezuela). Sin embargo, todos los países sudamericanos realizan emisiones, que en casos como Brasil lo colocan entre los grandes contaminadores globales, y que cuando son ponderadas por persona, se acercan mucho más a los indicadores de los países industrializados². Pero además, los hidrocarburos de los países exportadores, como Ecuador, Colombia o Venezuela, son quemados en algún otro sitio del planeta, y por lo tanto sí contribuyen al aumento de la temperatura global. Es por estas razones que la comunidad científica agrupada en el Panel Internacional en Cambio Climático reclama severas restricciones a la civilización petrolera, que apuntan a detener nuevas explotaciones.

Finalmente, se deben considerar los argumentos de una nueva actitud empresarial, sea porque usar tecnologías que reducirían los impactos o por su responsabilidad social y ambiental. Baptiste, por ejemplo, enumera cualidades que presenta como positivas y con adjetivos contundentes: el sector petrolero sería dinámico, muestra una “innovación impresionante”, ha reinvertido buena parte de su “riqueza” en innovación, genera todo el tiempo competitividad y eficiencia³. Los argumentos de una buena gestión ambiental empresarial se mezclan con otros que aluden a que las comunidades locales no estarían percibiendo esos cambios empresariales, y desde allí se postula que sus desconfianzas serían infundadas. Se sugiere que ese desconocimiento alimenta las resistencias a los extractivismos, pero que “si supieran”, los aceptarían.

Un examen de esos discursos no puede olvidar lo más obvio: la “riqueza” obtenida por las empresas petroleras (o sea capital) va sobre todo a sus accionistas y los servicios de su deuda, y no a la innovación científico-tecnológica. En efecto, ha existido una caída estimada en el 15% de las

² Los indicadores están disponibles en CAIT del World Resources Institute en <https://cait.wri.org/>

³ Me opongo a las consultas populares ...; entrevista citada en la nota 1.

reinversiones en investigación y desarrollo de las compañías en 2015, y un adicional 5 % en 2016, según la Agencia Internacional de Energía⁴.

La gestión ambiental de las empresas basadas en la llamada “responsabilidad social” muestran que no tienen efectos sustantivos o son muy modestos (FRYNAS, 2005). En efecto, el sector petrolero tiene un historial negativo en el cumplimiento de exigencias y controles ambientales, utilizan tecnologías viejas o inadecuadas, padecen derrames y otros accidentes, ocultan evidencias, etc. (O’ROURKE; CONNOLLY, 2003). Varios de esos casos han ocurrido en América del Sur (KIMERLING, 2001; RUIZ MOLLEDA; VPASQUEZ; TRUJILLO, 2017; HONTY, 2016⁵)⁶. El propio sector petrolero reconoce que su ingeniería no busca proteger el ambiente sino maximizar la extracción (WOJTANOWICZ, 2016). El mismo problema se repite en los extractivismos mineros (como sucedió en Brasil con las roturas de las represas de relaves de Mariana en 2016 y de Brumadinho en 2019). Ni siquiera los gobiernos progresistas han logrado de otra manera una supuesta responsabilidad empresarial (CISNEROS; CHRISTEL, 2014).

3 Efectos derrames en las políticas públicas

En general el debate público está centrado en los impactos locales de los extractivismos, como ocurre con el deterioro ambiental, y de esa manera pasan desapercibidos los llamados “efectos derrame” sobre las políticas públicas (GUDYNAS, 2015b). Ejemplos de estos son las rebajas en las condiciones ambientales para promover ciertos proyectos extractivos (como ocurrió con las licencias ambientales *express* en Perú y Colombia), donde su condición

⁴ IEA: Oil, Gas R&D Investment Stumbles, Despite Technology Benefits, V. Addison, E&P (Exploration & Production) Magazine, 11 Julio 2017, <https://www.epmag.com/iea-oil-gas-rd-investment-stumbles-despite-technology-benefits-1642791#p=full>

⁵ Para la Amazonia de Ecuador y Perú y véase por más precisiones diversos reportes de prensa para Argentina.

⁶ En Argentina se estima que en las explotaciones de la cuenca de Neuquén se producen dos derrames por día; un total de 3368 “incidentes ambientales” en cuatro años; Los derrames de Vaca Muerta, Página 12, B. Aires, 19 noviembre 2018, <https://www.pagina12.com.ar/156412-los-derrames-de-vaca-muerta>

de “derrame” radica en que con esas medidas se deteriora toda la normativa ambiental y en todo el territorio. Otros derrames sustantivos ocurren con los derechos humanos, ya que para apoyar un proyecto se vuelve común esconder información o tolerar la violencia local. En esas situaciones se derrama un recorte sobre la salvaguardia de los derechos ciudadanos. De la misma manera hay derrames económicos, políticos, culturales, etc. Como pueden verse los efectos derrames no están acotados espacialmente, y muchos de ellos son previos a esos emprendimientos, ya que son condiciones para hacer posible las inversiones futuras.

Es muy importante tener presente esta distinción. En sectores como hidrocarburos y megaminería los efectos derrame pueden ser mucho más graves que los impactos locales. Esto se debe a que no son fácilmente identificados como tales y son más difíciles de revertir. Las narrativas extractivistas también operan a este nivel, presentando esos cambios como positivos y necesarios en sí mismos, por lo general como medios para asegurar el crecimiento económico.

Ese tipo de vinculaciones son las que aprovechan muchas de las justificaciones económicas de los extractivismos. El argumento clásico es que la explotación petrolera siempre es un buen negocio porque, por ejemplo, generaría muchos ingresos de dinero por exportaciones. Pero esa afirmación sólo es posible si se distorsionan severamente las contabilidades ambientales, dejándose de lado los costos económicos que generan los impactos negativos de los extractivismos. En efecto, el precio del crudo no incorpora costos sociales ni ambientales, ni las diseconomías que producen a nivel local, y que se expresan en todo tipo de externalidades económicas hacia la sociedad. Las narrativas políticas y económicas sistemáticamente desvinculan esos costos de los extractivismos, los ignoran, y presentan esa contabilidad distorsionada como objetiva y rigurosa, cuando no lo es. A su vez, esto es parte de una familia de narraciones convencionales desarrollistas muy comunes en América Latina, ya que se basan en explotar los recursos naturales para el crecimiento económico.

En todo esto aparece una pretensión de superioridad del conocimiento experto de los defensores de los extractivismos, cuando en realidad la academia carece de la información necesaria para decir que es “ventajoso”

extraer todos los hidrocarburos. Hay pocos estudios que incorporan los costos sociales y ecológicos, y sus resultados muestran una situación muy distinta⁷ (VALLEJO *et al.*, 2011).

Las mismas confusiones ocurren cuando se esgrimen como justificaciones que los extractivismos permiten ofrecer compensaciones económicas a quienes pudieran ser afectados. Se brindan en algunos sitios ayudas económicas directas o indirectas en asistencia médica, vivienda, alimentos, empleo, etc., como si esto compensara los daños ambientales, sanitarios o sociales. Es esta otra distorsión ya que los pagos en dineros no reemplazan ecosistemas destruidos o la salud perdida. Pero en cambio termina generando instrumentos de gestión pública del tipo “te contamina, pero te pago”, con toda la perversidad que implican.

4 Expertos y ciencia

En varios de los asuntos tratados, las narrativas que defienden a los extractivismos invocan a la ciencia y a los científicos. Eso implica asumir que hay “una ciencia” objetiva, neutra y homogénea sobre sus saberes, y que aquellos que poseen un título universitario o trabajan en instituciones académicas manejan conocimientos más ciertos y correctos que otras personas.

Es necesaria mucha precaución ante esas posiciones. Comencemos por precisar que la minimización de los impactos ambientales o aseverar que la tecnología permite resolverlos, remite al terreno de las viejas ciencias cartesianas, ancladas en el positivismo, y por ello deterministas. Estas abordan al ambiente como un sistema que se puede conocer en detalle, y a su interior discurren interacciones simples que pueden ser predichas con cierta eficacia. El ecólogo sería casi un ingeniero que manipula sistemas ecológicos.

En cambio, avances recientes en ciencias ambientales apuntan en un sentido casi inverso. El ambiente no se puede reducir a una simple maquinaria,

⁷ Como muestra la evaluación multicriterio realizada en Ecuador, indicando que en algunos escenarios era más ventajosa para el país dejar el crudo en el subsuelo amazónico.

no todos los componentes son conocidos, las relaciones entre ellos se entienden parcialmente, y éstas tampoco son simples vínculos causa-efecto. Hay todo tipo de interacciones y buena parte no son lineales ni acotadas en el tiempo o el espacio. En las actuales perspectivas se reconoce la incertidumbre, y el riesgo es un elemento clave (FUNTOWICZ; RAVTEZ, 2000). Su resultado es un ecólogo limitado por la incertidumbre y el riesgo, que nunca podría afirmar que la explotación petrolera u otro extractivismo tiene un impacto casi “cero”, ya que eso es imposible de confirmar desde un punto de vista ecológico. En cambio, ese académico dudará, enumerará las incertezas y reclamará precaución (GUDYNAS, 2018).

Este brevísimos repaso permite dejar en evidencia que no puede proclamarse que existe una única posición científica en esta materia. Las narrativas que defienden los extractivismos descansan en la vieja mirada cartesiana de la ciencia que alimenta el optimismo de la predicción y mitigación de impactos ambientales, y por ello tienen muchas dificultades en aceptar las incertidumbres e ignorancias. Su talante también subordina otros saberes.

5 Política y democracia

Los aspectos considerados hasta aquí dejan en evidencia que las narrativas extractivistas también implican reformulaciones y rediseños en los modos de discutir las políticas públicas. Esto no puede sorprender, porque entre los derrames de los extractivismos están aquellos que afectan la política en sentido amplio, como pueden ser las limitaciones en el acceso a la información o la participación ciudadana.

Allí donde la ciudadanía es adecuadamente informada e intercambia experiencias locales, advierte los severos riesgos que enfrenta, y por ello, cuando puede participar en las decisiones, es más proclive a rechazar los extractivismos. Por ello, éstos alimentan efectos derrame que erosionan la política y la democracia. Se apunta a debilitar o anular mecanismos e institucionalidades vinculadas al acceso a la información, la participación y consulta ciudadana,

y la salvaguarda de los derechos humanos. Se argumenta, por ejemplo, que las comunidades locales no están informadas adecuadamente, no saben analizar los datos, o tienen intereses políticos ocultos. Por lo tanto, las consultas ciudadanas locales no tendrían sentido, según esa posición. Complementan esto insistiendo en que la legitimidad democrática reside en las autoridades locales o nacionales, y ellas deben decidir por sí solas si se avanza o no en los extractivismos; no habría obligaciones de consultar a la ciudadanía. Dicho de otro modo, se atacan instrumentos de democracia deliberativa y se potencian delegaciones verticales de la representación popular.

Lo mismo ocurre con la aceptación de la violencia y las violaciones de los derechos humanos alrededor de los extractivismos. Aquí se incluyen problemáticas que van desde el desplazamiento violento de comunidades al tráfico de mujeres para las redes de prostitución en campamentos mineros o petroleros, desde la judicialización de la protesta a las trabas en identificar y castigar a los que asesinan a líderes locales. Estos y otros problemas de violencia no reciben las necesarias respuestas ni siquiera desencadenan enérgicos rechazos en el resto de la ciudadanía, especialmente en las grandes ciudades. A esta aceptación resignada de la violencia contribuyen directa o indirectamente las narrativas extractivistas.

Esto es independiente de la intención de quienes esgrimen esos discursos extractivistas, ya que muchos de ellos pueden rechazar esa violencia local. Pero mi punto es que al contribuir a la narrativa del éxito extractivismo se fortalecen narrativas que son funcionales a ese tipo de derrames políticos.

6 El objeto de las narrativas

Una particularidad de las narrativas extractivistas que pasa repetidamente desapercibida es que el objeto defendido casi nunca es definido con precisión. Aquellos que apoyan la explotación petrolera o minera o los monocultivos, se refieren a los extractivismos casi siempre de forma vaga e imprecisa. Lo igualan a cualquier otro tipo de apropiación de recursos

naturales, como puede ser por ejemplo un campesino. Esta no es una cuestión menor ni un descuido, sino que aquí se sostiene que es un componente central en el armado de esas historias.

En efecto, en la medida que la definición de extractivismos sea más ambigua y difusa, eso permite superponerse y confundirse con otros muy distintos aprovechamientos del entorno en cuanto a su intensidad, los volúmenes apropiados, la inserción en el comercio o sus impactos. De esa manera es mucho más sencillo defender a los extractivismos. Por ejemplo, se retruca que la denuncia contra petroleras o mineras es como impedir el cultivo de alimentos, y que lo único que puede aceptarse es debatir sobre cómo lidiar con los impactos.

Por lo tanto, se vuelve esencial definir con la mayor precisión posible ese tipo de actividades. En la línea de reflexión y activismos en el que está inserto este análisis, se define a los extractivismos por un lado respetando algunos de los usos tradicionales del término y por el otro, se lo delimita para diferenciarlos de otros modos de apropiación de los recursos naturales (GUDYNAS, 2015a).

Siguiendo esos criterios, los extractivismos se definen como un modo de apropiación de recursos naturales en grandes volúmenes y/o en alta intensidad, en el cual la mitad o más son exportados como materias primas (commodities), sin procesamiento industrial o con procesamientos limitados. En esta definición las precisiones complementarias indican que se tomó como umbral que el 50% de los recursos sean procesados, y que la definición de commodity sigue a la División de Estadísticas de las Naciones Unidas (a su vez basada en la Clasificación Uniforme para el Comercio Internacional, CUCI).

Bajo esta definición los extractivismos son plurales, y además de los mineros y petroleros, existen agrícolas, ganaderos, forestales, pesqueros, etc. No expresan una “industria” ya que no generan productos manufacturados, están anclados localmente a los sitios donde están los yacimientos o recursos, pero se insertan globalmente. A su vez, los extractivismos producen impactos locales, tales como la deforestación o la contaminación de suelos y aguas; todos ellos ocurren en los sitios donde se realiza la extracción. Pero además, son responsables de los llamados efectos derrame, tal como se mencionó arriba.

La precisión en la definición no es un ejercicio intelectual, sino que sirve para desmontar las narrativas y es además esencial para las alternativas, ya que permite elaborar de contra-narrativas (como se aborda más abajo). En cambio, una crítica que no ofrezca una definición precisa se convierte en un ejercicio por momentos banal ya que no ataca a la narrativa extractivista.

7 Discusión: el sentido común extractivista

Las narrativas políticas que defienden los extractivismos son variadas, se organizan desde varios frentes y distintas perspectivas, y manejan un amplio conjunto de argumentos. Estas, a su vez están enmarcadas dentro de narrativas mayores con distintas posiciones económicas o políticas (FISCHER; GOTTWIES, 2013; HAJER, 1995). Entre esas grandes narrativas se incluyen por ejemplo las englobadas bajo las “locomotoras” del desarrollo del presidente J. M. Santos en Colombia (que incluía una locomotora minera), la defensa de explotar los yacimientos marinos petroleros en Brasil por el gobierno del Partido de los Trabajadores, o la imposición del fracking en la Patagonia de Argentina por la administración de M. Macri. De la misma manera, las narrativas extractivistas cobijan a su interior otras subhistorias tales como la supuesta efectividad de empresas o del control científico-técnico.

Las narraciones políticas extractivistas aprovechan unos argumentos pero a la vez excluyen otros, y se articulan selectivamente hacia arriba y abajo también aprovechando argumentos y posturas que les sean funcionales. Algunas de estas dinámicas son muy claras en la entrevista usada en este artículo ya que Baptiste escoge unos ciertos datos pero no otros, y el balance entre las presencias y las ausencias potencia su defensa de las petroleras. De ese modo se insiste en la ausencia de impactos ambientales de los extractivismos o la disponibilidad de soluciones científicas y tecnológicas, con lo que se desatienden u ocultan las evidencias de los efectos negativos. La elección de unos argumentos y la ausencia de otros se legitima con invocaciones a

la “ciencia” y el papel de los “expertos”, lo que tendrían saberes, recursos y poder para opinar sobre estos temas.

En las audiencias destinatarias de esos discursos hay agrupamientos que reproducen esa adhesión a los extractivismos. No debe interpretarse que estamos frente a la imposición del discurso de una minoría sobre las mayorías, sino ante una mutua vinculación, donde amplios sectores creen en la necesidad de explotar hasta el último gramo de minerales o la última gota de hidrocarburos, y todos ellos contribuyen a reproducir esas ideas. Tampoco estamos ante una creación reciente sino que resulta de una larga historia que se rastrear a tiempos de la colonia (MACHADO ARÁOZ, 2014).

Esa dinámica es uno de los principales factores en generar el sentido común que una nación debe ser extractivista para progresar. Su prevalencia es generalizada y por ello ha sido identificado como cultura, ideología, hegemonía, religión, etc., por muy distintos autores. Las narrativas políticas extractivistas se blindan como un sentido común, dado por válido, que se legitima a sí mismo y a la vez excluye constantemente a los reclamos por alternativas, e incluso para algunos se vuelven impensables otras opciones. Eso explica que, por ejemplo, el presidente de Ecuador, Rafael Correa, repetidamente calificara como “locos”, e incluso que se debía hospitalizar, a los que se oponían a los extractivismos y reclamaban alternativas.

La repetida apelación a “científicos” y “expertos” no es menor ya que marginaliza otras visiones ciudadanas, calificándolas como ignorancia o serviles a intereses políticos ocultos. Se concluye, por ejemplo, que las comunidades no pueden votar responsablemente en una consulta local sobre un proyecto extractivo ya que carecerían de la información adecuada y se dejarían llevar apenas por emociones, mitos o fantasías.

De esta manera se conforman narrativas donde se mezclan aseveraciones fácticas con premisas morales, interpretaciones con opiniones, operando como medios para persuadir y justificar, y también para imponer, unas ciertas ideas. Estas narrativas son representaciones esquemáticas, muchas veces poco rigurosas, y aunque sería apropiado no esperar mucho más de ellas, como advierte Roe (1991), el problema es que algunas son presentadas como

explicaciones afirmativas y suficientes. Lo que eran generalizaciones pasan a ser exhibidas como verdades objetivas. Allí se generan legitimaciones políticas sobre conceptos claves, tales como “recurso natural” o “desarrollo” entre otros. Se apuntalan unos sistemas de creencias políticas, entendidos como conglomerados de suposiciones normativas y causales. Generan y sostienen instituciones (como ministerios en minería y petróleo), y recursos de poder, que operan para aceptarlos, sustentarlos y legitimarlos. Se organizan relatos que usan evidencias fácticas pero también incorporan representaciones simbólicas con contenidos emocionales, controlando las imágenes y las interpretaciones de los problemas (STONE, 2012). De esta manera, como en otras narraciones, los extractivismos están repletos de “historias de inocencias y culpabilidad, víctimas y opresores, sufrimiento y maldad” (STONE, 2012, p. 228).

Esto lleva a analizar la conformación de un “sentido común” extractivista, y en ello es provechoso recordar los aportes de Stuart Hall en un recorrido que se nutre de Antonio Gramsci. El sentido común está referido a formas de pensar cotidianas, simples, vernaculares, en buena medida intuitivas, y que están ampliamente compartidas en la sociedad (HALL; O’SHEA, 2015). Tiene sus lógicas y contenidos, y por ello se lo asume como coherente aunque no necesariamente lo sea. El abordaje de Hall y O’Shea (2015) para el Reino Unido ofrece algunas pistas a la actual situación latinoamericana, al analizar la lenta penetración del neoliberalismo hasta transformar los sentidos comunes de la sociedad británica. Se modificaron aspectos estructurales, tales como naturalizar la idea de una sociedad que es un agregado de consumidores competitivos.

Un proceso de este tipo ocurre en América Latina con los extractivismos. Se difunden poco a poco, saberes y sensibilidades que refuerzan las viejas ideas de una muy rica naturaleza que debe ser explotada, actualizada con un apego al desarrollismo economicista, la minimización de los impactos locales y la naturalización de los efectos derrame que transforman las políticas públicas, llegando al extremo de naturalizar la violencia.

Eso explica un sentido común extractivista que es compartido por ideologías y prácticas políticas conservadoras y progresistas, y puede haber continuidad entre ellos. Un ejemplo impactante es la promoción del fracking en

la Patagonia, iniciada por la administración de C. F. de Kirchner y proseguida, todavía con más intensidad, por el gobierno de M. Macri, con apoyo de varios sectores, incluyendo sindicatos.

Es por ese tipo de razones que es oportuno regresar a Hall, cuando advierte que ante la crisis de su tiempo, la izquierda ofrecía lecturas desde posiciones bien atrincheradas y tradicionalistas, pero que en muchos casos no era capaz de brindar un marco analítico o teórico adecuado a su contexto y tiempo. Por ello sus propuestas políticas resultaban incompletas (HALL, 1979, p. 14).

Se podría replicar que esa sentencia era apropiada para los avances de la “nueva derecha” thatcherista en la Inglaterra de fines de la década de 1970, pero no tiene relevancia para varios casos latinoamericanos recientes. Pero en realidad, esa problemática se repite en la actualidad, ya que la esperanza de una mirada crítica radical se encogió a medida que muchos intelectuales de izquierda se volvieron progresistas, y terminaron en el sentido común extractivista. Muchos de esos espacios de volvieron usinas que nutrían las narrativas de apoyo al extractivismo, evitando definirlos con precisión, minimizando los impactos locales e ignorando los efectos derrame⁸. Proliferaron debates sobre el papel de las empresas estatales y los marcos de tributación, lo que sin duda es importante, pero no sobre la viabilidad y las consecuencias de los extractivismos, especialmente sobre pueblos indígenas. En algunos países, como Ecuador y Bolivia, los gobernantes citaban a Marx o Lenin, pero repetían una inserción comercial subordinada a la globalización.

Sea desde una postura o la otra, los efectos derrame avanzaron, y en especial la violencia, debilitamiento de la salvaguarda de derechos y recortes democráticos. Esto a su vez alimentó a sectores políticos de la extrema derecha, con el caso extremo de Jair Bolsonaro en Brasil, bajo cuya administración se anuncia una exacerbación de los extractivismos.

⁸ Un buen ejemplo de la defensa de extractivismos progresistas de base estatal y que a la vez desestima las alertas y críticas es Borón (2012). El autor entiende que no hay alternativas a los extractivismos ni al desarrollo (su posición sería un rechazo a un desarrollo que es capitalista, pero no a la idea de desarrollo en sí misma, y entonces hay que buscar uno de otro tipo). Tampoco pasan desapercibidas varias ausencias en sus análisis, notablemente la de los pueblos indígenas.

Varios sectores de la intelectualidad progresista suspendieron sus abordajes críticos sobre ese sentido común, y en cambio debatían sobre los epifenómenos de los extractivismos. Las razones son variadas: sea por obediencia partidaria, por quedar atrapados dentro de la maquinaria del Estado, o porque sinceramente creían en todo ello. Ese análisis escapa a este artículo, pero ellos fueron exitosos en influenciar a los gobiernos y en brindarles argumentos a las narraciones extractivistas.

Aunque existían múltiples voces latinoamericanas que exploran salidas a esa dependencia extractivista, tanto dentro de la sociedad civil como en la academia, estaban marginalizadas. La diseminación de las narrativas extractivistas fue a costa de no entender ni incorporar esas alertas ciudadanas, no incorporar la evidencia científica más reciente de los impactos en juego, y hasta olvidar los mandatos propios de la izquierda latinoamericana por ofrecer críticas radicales. Dicho de otro modo, y otra vez recordando a Hall (1979), hubieron muchos académicos atrapados en las narrativas desarrollistas, que no supieron abordar los aspectos particulares y específicos de la coyuntura histórica que se vivía en América Latina. Por ello, los que seguían empantanados en los sentidos comunes desarrollistas erosionaron las propias capacidades de criticidad. Pero esa criticidad es esencial para explorar caminos de salidas a los extractivismos.

8 Narrativas, contra-narrativas y alternativas

El análisis de las narrativas políticas es una perspectiva sobre procesos que son propios a la vida política y los debates públicos. Por lo tanto, una alternativa a los extractivismos no pasa por anular esos debates o imponer otra narrativa por la fuerza. Eso sería como maniatar a la propia política. En cambio, es necesario entender las narraciones que apoyan los extractivismos y poder deconstruirlas. Simultáneamente se deben erigir contra-narrativas en varios frentes para dejar en claro los impactos de los extractivismos y sus íntimas vinculaciones con unos ciertos tipos de desarrollo.

Los principales atributos señalados arriba permiten identificar cuestiones a rebatir, argumentos a refutar, y encadenamientos a revisar. Por ejemplo, no es aceptable disfrazar una narrativa específica como una expresión de la “ciencia”, y en cambio se deben defender otras argumentaciones que admitan la incerteza, expresen riesgos, y sean participativas. También es necesario mostrar los efectos derrames de los extractivismos, como pueden ser las condicionalidades económicas o el debilitamiento de la democracia.

Existen muchos esfuerzos ciudadanos en este sentido, y están en marcha coordinaciones y complementaciones en varios países que ilustran la potencialidad del trabajo en red. La presencia de esos aportes es notable dado que enfrentan a grupos con gran poder económico y político que organizan el sentido común extractivista.

Incluso puede argumentarse que sean necesarias “narrativas insurgentes”. Su propósito sería explorar alternativas que el sentido común extractivista, y con ello el desarrollo, consideran imposibles e incluso impensables. Allí radica una de las mayores potencialidades de las contranarrativas. Tampoco puede olvidarse el sentido de urgencia, ya que muchos impactos son intolerables y requieren respuestas inmediatas, que no pueden esperar. Esta reacción debe alcanzar las raíces más profundas de las culturas contemporáneas latinoamericanas. Esas raíces sostienen un sentido común que permite el slogan de explotar el petróleo “hasta la última gota”, mientras que las alternativas deben presentar su idea de dejar el crudo bajo tierra, o sea, ni siquiera sacar una gota. Son posiciones insurgentes ya que implican subversiones a esos sentidos comunes. Esto requiere, por supuesto, recuperar el sentido de criticidad e independencia en académicos y militantes, tal como se reclamaba en la sección anterior. También necesita entender y acompañar las resistencias ciudadanas que proliferan en todo el continente.

Existen varios ensayos en ese sentido, especialmente en Perú y Bolivia, bajo el concepto de transiciones al post-extractivismo (GUDYNAS, 2015b). Los contenidos de esas propuestas escapan al objetivo del presente artículo, pero debe apuntarse que su enorme potencial radica en que se están ofreciendo narraciones políticas cada vez más organizadas y articuladas de

una vida, de estados y de regiones que no dependen de los extractivismos. Eso explica que desde el empresariado se considere a esas propuestas como una de sus principales amenazas a enfrentar, como ocurre en Colombia (PONCE MURIEL, 2014)⁹. Estas experiencias muestran que los argumentos son muy importantes pero también lo es la capacidad en encadenarlos y complementarlos en el marco de contra-narraciones que no sólo denuncien los impactos sino que muestren opciones alternativas al desarrollo, y que sean entendidas y sentidas como posibles, e incluso deseables.

Referencias

- ANTONELLI, M. A. Megaminería transnacional e invención del mundo cantera. *Nueva Sociedad*, Buenos Aires, n. 252, p. 72-86, jul./ago. 2014.
- BORÓN, A. *América Latina en la geopolítica del imperialismo*. Buenos Aires: Luxemburg, 2012.
- CAMPANINI, J. C.; VILLEGAS, P.; JIMÉNEZ, G.; GANDARILLAS, M.; PÉREZ, S. *Los límites de las fronteras extractivas en Bolivia*. El caso de la biodiversidad en el Aguaragüe. Cochabamba: Informe OMAL No 12, 2014.
- CISNEROS, P.; CHRISTEL, L. The democracy deficit of corporate social responsibility in post-neoliberal times: an analysis of the Argentinian and Ecuadorian experiences. *Journal Cleaner Production*, v. 84, p. 174-182, dez. 2014.
- FISCHER, F. *Reframing public policy*. Discursive politics and deliberative practices. New York: Oxford University Press, 2003.
- FISCHER, F.; GOTTWEIS, H. The argumentative turn in public policy revisited: twenty years later. *Critical Political Studies*, v. 7, n. 4, p. 425-433, dez. 2013.
- FRYNAS, J. G. The false developmental promise of Corporate Social Responsibility: evidence from multinational oil companies. *International Affairs*, v. 81, n. 3, p. 581-598, maio, 2005.
- FUNTOWICZ, S. O.; RAVETZ, J. *La ciencia posnormal*. Barcelona: Icaria, 2000.

⁹ El post-extractivismos recibe amplia consideración y es severamente cuestionadas en el reciente “libro blanco” de la “minería moderna para el progreso” editado por las cámaras empresariales de la minería de Colombia.

GSOTTBAUER, E.; VAN DEN BERG, J. Environmental policy theory given bounded rationality and other-regarding preferences. *Environmental Resource Economics*, v. 49, n. 2, p. 263-304, jun. 2011.

GUDYNAS, E. *Extractivismos, economía y política de un modo de entender el desarrollo y la naturaleza*. Cochabamba: CEDIB y CLAES, 2015a.

GUDYNAS, E. Extractivismos en América del Sur y sus efectos derrame. *La Revista, boletín Sociedad Suiza Americanistas*, n. 76, p. 13-23, 2015b.

GUDYNAS, E. Hasta la última gota. Las narrativas que sostienen a los extractivismos. *RevIISE*, Universidad de San Juan, Argentina, v. 13, p. 15-31, 2019.

GUDYNAS, E. Múltiples paradojas: ciencia, incertidumbre y riesgo en las políticas y gestión ambiental de los extractivismos. *Polisemia*, Bogotá, v. 14, n. 25, p. 5-37, 2018.

GUDYNAS, E.; GUEVARA, R.; ROQUE, F. *Hetrodoxos*: tensiones y posibilidades de las políticas sociales en los gobiernos progresistas de América del Sur. Montevideo: CLAES y OXFAM, 2008.

HAJER, M. *The politics of environmental discourse*. Ecological modernization and the policy process. Oxford: Oxford University Press, 1995.

HALL, S. The great moving right show. *Marxism Today*, p. 14-20, jan. 1979.

HALL, S.; O'SHEA, A. Common-sense neoliberalism. In: HALL, S.; MASSEY, D.; RUSTIN, M. (ed.). *After neoliberalism?* The Kilburn manifesto. Londres: Lawrence & Wishart, 2015. p. 52-68.

HONTY, G. Peru: 60 derrames en 15 años. *ALAI* (Agencia Latino Americana de Informaciones), Quito, 10 mar. 2016. Disponible em: <https://www.alainet.org/es/articulo/175970>. Acceso em: 01 maio 2016.

JONES, M. D.; MCBETH, M. K. A narrative policy framework: clear enough to be wrong. *Policy Studies Journal*, Malden, v. 38, n. 2, p. 329-353, 2010.

KIMERLING, J. International standards in Ecuador's Amazon oil fields: the privatization of environmental law. *Columbia Journal Environmental Law*, v. 26, n. 2, p. 289-397, 2001.

LESSMANN, J.; FAJARDO, J.; MÚÑOZ, J.; BONACCORSO, E. Large expansion of oil industry in the Ecuadorian Amazon: biodiversity vulnerability and conservation alternatives. *Ecology and Evolution*, v. 6, n. 14, p. 4997-5012, 2016.

MACHADO ARÁOZ, H. *Potosí, el origen*. Genealogía de la minería contemporánea. Buenos Aires: Mardulce, 2014.

O'ROURKE, D.; CONNOLLY, S. Just oil? The distribution of environmental and social impacts of oil production and consumption. *Annual Review Environmental Resources*, v. 28, p. 587-617, 2003.

PONCE MURIEL, A. *Minería moderna para el progreso de Colombia*. Bogotá: ANDI – Cámara Asomneros, Cámara Colombiana de Minería y Federación Nacional de Productores de Carbón, 2014.

ROE, E. Development narratives, or making the best of blueprint development. *World Development*, v. 19, n. 4, p. 287-300, 1991.

ROE, E. *Narrative policy analysis*. Theory and practice. Durham: Duke University Press, 1994.

RUIZ MOLLEDA, J. C.; VPASQUEZ, G.; TRUJILLO, W. Mitos y verdades sobre los derrames de petróleo en el Perú. *IDL, Justicia Viva*, 27 out. 2017. Disponível em: <http://www.justiciaviva.org.pe/new/mitos-y-verdades-sobre-los-derrames-de-petroleo-en-el-peru/>. Acesso em: 01 nov. 2017.

STONE, D. A. *Policy paradox: the art of political decision making*. 3 ed. New York: Norton, 2012.

VALLEJO, M. C.; LARREA, C.; BURBANO, R.; FALCONÍ, F. *La iniciativa Yasuni-ITT desde una perspectiva multicriterial*. Quito: PNUD y FAO, 2011.

WCS. Efectos de las carreteras sobre la fauna silvestre en el Parque Nacional Yasuní. *Wildlife Conservation Society, Boletín*, Quito, v. 1, p. 1-7, 2006.

WODAK, R. Argumentation, political. In: MAZZOLENI, G.; BARNHURST, K.; IKEDA, K.; MAIA, R.; WESSLER, H. (ed.). *The international encyclopedia of political communication*. West Sussex: Wiley Blackwell, 2016. p. 43-52.

WOJTANOWICZ, A. K. Environmental control technology for oilfield processes. In: ORSZULIK, S. (ed). *Environmental technology in the oil industry*. Heidelberg: Springer, 2016. p. 25-59.

A construção da Amazônia enquanto espaço colonial, *double bind* e populações locais

Carlos Potiara Castro

*Verdadeiros Estados imperiais que hoje dominam o panorama internacional (...)
os demais Estados, que ainda não souberam valorizar o potencial latente (...)
o Brasil marginal o qual nos cumpre realmente incorporar à nação (...),
cuja vontade se julga andar um tanto alquebrada pela contribuição
em alta dose de sangue escravo inferior General Golbery do Couto e Silva
Geopolítica do Brasil, 1976*

*The white man slaves to reach a human level
Franz Fanon*

*Enquanto os leões não tiverem seu historiador,
as histórias da caça sempre exaltarão o caçador
Provérbio africano (Camarões)*

Introdução

Um dos fatores que mais conta no estudo do movimento das sociedades humanas, segundo certas interpretações históricas (sob influência sobretudo de BRAUDEL, 1996) é o número - número de pessoas, densidade demográfica, números da produção econômica, números, enfim, que traduzem o poder de determinada unidade política, classe social, de uma determinada sociedade.

Este não é um ponto de vista reducionista. Ele restitui, ao contrário, uma série de tendências históricas recorrentes, que vamos ver se repetir em várias áreas geográficas, em vários tempos, em várias culturas. Pois a história da humanidade é constituída por processos de invasão, de ocupação e reocupação de territórios e, de trocas culturais. É devedora também do lento processo

de desenvolvimento e de domesticação de animais e de plantas iniciados há cerca de 10 mil anos atrás, que permitiram um aumento da população, um alastramento do povoamento pelo ser humano em novas terras, da organização de instituições, da escrita, da arquitetura, de “civilizações”.

A produção intelectual sobre a região amazônica, os estudos empreendidos sobre ela nas ciências sociais se referem, sobretudo, ao seu processo recente de ocupação - sendo ela colonizada por um território mais denso do ponto de vista populacional, por seus atores econômicos, que transplantam um modelo societal e método produtivo, pelas instituições que se ossificam ao longo do tempo.

Esse processo toma um rumo novo a partir da abertura dos grandes meios de comunicação terrestres que conformam um mercado nacional capitaneado pelo Estado de São Paulo. Durante todo o período militar esse processo foi acelerado, gerando conseqüências que seriam vistas de forma mais clara apenas nos anos posteriores (HEBETTE, 2004; HOGAN; CARMO, 2002). As conseqüências mais negativas recaem sobre os povos indígenas e os povos e comunidades tradicionais e mestiças.

Esse processo foi acompanhado e interpretado por cientistas que nos legaram um material rico em experiências vividas, uma compreensão mais geral da região e sua problemática (RIBEIRO; DARCY, 2003).

Tratar desses temas, é de certo modo um esforço original com o uso de métodos científicos de que dispomos, um conjunto geográfico, ambiental e cultural que é terminantemente diferente daquele objeto que é estudado pelas ciências sociais tradicionalmente, a saber sociedades eminentemente marcadas pela influência de origem européia. As regiões de floresta tropical estão entre as menos bem conhecidas e estudadas. Apresentando dificuldade de ser apreendida, tanto do ponto de vista sócio-econômico e tecnológico no lidar com aquilo que a natureza oferece à mão, quanto do ponto de vista histórico e arqueológico, onde as experiências pretéritas não são desvendadas de forma simples.

A Amazônia não é uma região que ali está e que todos identificam como uma singularidade automaticamente reconhecível por aqueles que a olham e

tocam, para usar o raciocínio feito por Edward Saïd, em relação ao Oriente. A Amazônia é identificável por que ela é simbolicamente construída usando-se de certos métodos e de certas formas de apreensão. Ela é delineada de acordo com o ponto de vista do ser humano que a está estudando. Isso faz toda uma diferença na forma como é possível falar dela pois existe dentro de um mesmo espaço geográfico dinâmicas específicas e processos que escapam a essa delimitação, com interseções e pressões provenientes de outros lugares, de outros pólos criados e interpretados pelos seres humanos. A forma de olhar a Grande Planície permeada de água e de floresta define também a maneira como vamos estudá-la e compreendê-la. A definição do que representa esse espaço geográfico dado, passa dessa forma a ser um dos campos iniciais e principais de embate científico e interpretativo. A partir desse exercício pode ser delineado um mirante de cujo ponto de vista se vai permear e influenciar a forma do discurso e de parte dos resultados dos estudos empreendidos na região.

A Amazônia não é pois uma região que possui uma centralidade em comparação com outras regiões concentradoras de poder, serviços, instituições, cujos atos políticos, projetos e decisões transbordam para outros espaços contíguos. Em muitos aspectos ela tem um papel passivo diante de esferas de poder e em diversos momentos, os mais decisivos em particular, o seu papel foi o de fornecer matérias-primas e produtos não transformados e elaborados aos centros mais dinâmicos da economia mundial. Os projetos elaborados pelas esferas governamentais definindo seu futuro ainda caminham nessa direção até os dias de hoje.

Essa forma de ver a região – dito de um modo lato – e os homens que ali habitam, com distanciamento e com um esforço de construção de um modelo aplicável a todas as situações revela de certo modo a determinação das possibilidades de transformação do espaço e do desenho dos projetos possíveis de serem implantados, pois o poder nunca é absoluto, mas relativo a algo.

Por isso, produzir sobre essa região é mergulhar no mundo do silêncio, do esquecimento e do desaparecimento de experiências sociais e humanas (TODOROV, 1982). E ao mesmo tempo é discutir a própria idéia de civilização da qual fazemos parte. Essa relação com o outro, esquecido e sem

voz, começa em 1492 e percebe-se que entrou em declínio a partir das duas grandes guerras.

O processo de transformação espacial desse território tem se dado de forma constante e mais acelerada a partir dos anos 1950. A modificação da cobertura vegetal, principalmente para a produção extensiva de bens agropecuários e de implantação de grandes projetos minerais, de grande obras de barramento de rios, não trouxe consigo um conhecimento científico sobre a região tal qual ela foi e, ainda é em outras partes.

1 O outro interior e a fronteira ocidental

Para trabalhar a idéia de outro, uma fonte de inspiração para o trato de temas relacionados com populações não européias está na teoria literária contemporânea. São estudos, como *Orientalismo* de Edward Said (ver igualmente GROSGUÉL, 2004) que buscam relacionar a produção cultural da época do final do século XIX com os movimentos de expansão do poder mundial europeu, enquadrado historicamente como colonialismo ou imperialismo. A necessidade de emprestar esse ponto de vista da teoria literária está no fato de que ela trata de buscar entender a participação e escutar a voz das populações locais das possessões européias que foram excluídas dos relatos produzidos sobre essas regiões. Trata-se de uma análise de textos, onde o foco é buscar entender a posição desse outro.

Esses estudos, identificados como de pós-coloniais, tentam mostrar que uma parte considerável da produção cultural – mas também científica, inclusive em termos de métodos – está permeada até os dias de hoje e, como toda a sociedade daquela época, em seu próprio cotidiano, pelos efeitos concretos da expansão econômica e política européia.

Tais críticas nos levam a pensar por exemplo sobre o porquê da dimensão evolucionista estar tão arraigada no pensamento do século XIX, perpassando as ciências sociais, assim como as biológicas. Conceito de

evolução este que entrou pelo século XX e ainda se encontra impresso em vários textos contemporâneos.

Essa literatura pós-colonial é claramente devedora a Foucault e nos leva a questionar também as origens históricas da idéia de evolução, seus usos e funções sociais.

A acusação desses autores é que um número importante de conceitos foram influenciados por esse processo histórico, deixando um sabor de provincianismo, ou deficiência de universalismo, em alguns deles. Esse desafio a um pensamento eurocêntrico, colocado por esses autores, vai abrir a possibilidade de aproximação de toda uma série de “outros”, ao redor do mundo, permitir uma interpretação histórica que leve em conta a versão de fatos de populações locais, de ver o mundo de uma perspectiva diferente e antagônica daquela dos vencedores, que foi imposta por aqueles que integraram as regiões remotas do mundo a um sistema econômico mundializado.

Sérgio Costa, em artigo na Revista Brasileira de Ciências Sociais chega a falar claramente de desprovincialização das ciências sociais. Ele explica e define ainda esse campo de estudo como:

Os estudos pós-coloniais não constituem propriamente uma matriz teórica única. Trata-se de uma variedade de contribuições com orientações distintas, mas que apresentam como característica comum o esforço de esboçar, pelo método da desconstrução dos essencialismos, uma referência epistemológica crítica às concepções dominantes de modernidade. Iniciada por aqueles autores qualificados como intelectuais da diáspora negra ou migratória – fundamentalmente imigrantes oriundos de países pobres que vivem na Europa Ocidental e na América do Norte –, a perspectiva pós-colonial teve, primeiro na crítica literária, sobretudo na Inglaterra e nos Estados Unidos, a partir dos anos de 1980, suas áreas pioneiras de difusão. Depois disso, expande-se geograficamente e para outras disciplinas, fazendo dos trabalhos de autores como Edward Said, Gayatri Chakravorty Spivak ou Stuart Hall e Paul Gilroy referências recorrentes em outros países dentro e fora da Europa (COSTA, 2006, p. 118).

Essas críticas mergulham no objeto que Foucault usou para desenvolver a sua própria análise. Mas na verdade dar esse passo não é tão relevante quanto compreender o discurso científico das humanidades como um gênero literário (FOUCAULT, 1999). Aproximar apenas essa idéia-mestre da

crítica desenvolvida pela teoria literária de Saïd, que mostra que uma parte importante de tópicos tratados pela literatura do século XIX na Europa era profundamente imbuída de uma percepção e de uma necessidade do mundo colonial nos leva a conclusões importantes.

Pela primeira vez podemos ver claramente, com essas análises, o quanto o discurso da Europa sobre si própria era um grande jogo de espelhamento egóico e sem sentido quando pensamos em termos universais, cosmopolitas. A hipótese imediata que surge é a de uma ciência social imbuída da mesma forma por tópicos recorrentes e sem sentido, suspensos no ar, cheia de localismos e sobretudo, sem um necessário profissionalismo no trato com o seu objeto de estudo. Esse jogo de espelhos, esse olhar para si mesmo, esse esforço constante de demonstração de uma especificidade inexistente estão presentes de forma transversal em muitos dos textos que antes líamos de uma maneira por demais escolar. Fazer uma leitura desses textos clássicos e outros contemporâneos de uma outra forma ajuda-nos a eliminar uma quantidade de debates que parecem já não ter mais sentido e nem direito de existência. Podemos adiantar algumas dessas idéias fortes como por exemplo o sentido de Progresso, o sentido de Etapas de desenvolvimento, o sentido mesmo de Universalismo – que na verdade encerra um referencial a um espaço por demais local. Este último, por fim, esconde por trás um referencial a raça e a espaço geográfico muito bem definido e sobretudo, a mobilização impressionante de forças de estruturação de uma dominação cultural. Também podemos nos lembrar aqui do conceito de fronteira e suas diversas acepções e da idéia de redes, que não inclui especificidades locais e hierárquicas.

É por isso que trabalhar com as franjas da sociedade leva quase que automaticamente a uma discussão sobre a idéia de nação nessas latitudes, assim como sobre o modelo de federalismo adotado.

Em realidade, se por um lado falta dar este salto em direção ao outro interno, ao estrangeiro interior, não é de se espantar que isso não seja feito. O centro de poder no mundo passa pelo pertencimento e pela capacidade de interpretação dos interesses de uma cultura latente, que permeia parte considerável das relações internacionais.

Se essa discussão leva a questionamentos e debates limítrofes com o nosso tema, ele tem no entanto conseqüências de maior interesse em termos de preservação e conservação da natureza. Falar de floresta é falar ao mesmo tempo dos seres humanos que vivem nela e desejar a sua preservação é tratar de pensar em solução econômicas e sociais que permitam a reprodução dessas populações. A história do ocidente como um todo é a história desse processo de exclusão, da criação de instrumentos de marginalização.

Para Hannah Arendt, esse processo faz parte da própria estrutura das sociedades européias, em uma longa construção que se inicia com a experiência de colonização e anexação territorial em outros continentes. Sua filosofia é de cunho moral, mas tem uma concepção política original, no sentido em que concebe o espaço público no qual se dá essa atividade como um local da liberdade de trocas feitas face a face. A atividade colonial, para essa autora, já encerra em si mesma um conjunto de ambições que demonstram os desvios impostos a esse espaço público concebido em termos amplos, com influências do pensamento clássico, idealizado como o local de exercício da atividade mais nobre, cujo conteúdo moral seria capaz de trazer equilíbrio e felicidade.

Mas ela vai identificar o momento em que um outro pólo de poder passa a influenciar cada vez mais esse espaço público, que vai reverberar, daí em diante, em um crescendo, os pontos de vista dessa outra esfera. Para Arendt, o movimento que leva aos conflitos mundiais tomam forma a partir do momento em que interesses econômicos privados passam a determinar a pauta do espaço público, visto como a instituição política por excelência. É quando alguém como o administrador britânico Cecil Rhodes declara: “se eu pudesse, anexaria as estrelas”, que os elementos constitutivos de uma cultura da intolerância são desvendados.

O período que Arendt identifica como o momento em que se abriu as portas para os conflitos vindouros coincide com a do surgimento das teorias racistas, da expansão colonial e da repartição da África, das teorias econômicas liberais e de uma financeirização do mundo.

Afirmou-se várias vezes que a ideologia racial foi uma invenção alemã. Se assim realmente fosse, então o ‘modo de pensar alemão’ teria influenciado

uma grande parte do mundo intelectual muito antes que os nazistas se engajassem na malograda tentativa de conquistar o mundo. Porque, se o hitlerismo exerceu tão forte atração internacional e inter-européia durante os anos 30 é que o racismo, embora promovido a doutrina estatal só na Alemanha, refletia a opinião pública de todos os países. A verdade histórica de tudo isso é que a ideologia racista com raízes profundas no século XVIII, emergiu simultaneamente em todos os países ocidentais durante o século XIX. Desde o início do século XX, o racismo reforçou a ideologia da política imperialista (ARENDT, 1976, p. 59).

Giovanni Arrighi (ARRIGHI, 1998, 2004a, 2004b) vai completar esse raciocínio (em certa medida também Altvater, 1986) demonstrando que esses processos identificados por Arendt fazem parte de ciclos, na longa duração, na história da expansão do capitalismo. Ele não chega a elaborar uma teoria das influências desses processos estruturais no pensamento e na cultura de época, como Arendt deixa implícito. Entretanto, ele contribui com mais um elemento. Essas grandes crises (do espaço público) precedem transições do centro de poder econômico e político no mundo. Ele vai escrever explicitamente sobre um novo século chinês, falando sobre a contemporaneidade. Assim, temos elementos para inferir que os métodos científicos são também devedores do tempo histórico em que são elaborados, havendo momentos de alargamento e outros de restrição dos espaços de interlocução.

2 A construção do saber e o tempo histórico

Um dos focos da crítica elaborada por Saïd está no tempo histórico em que se desenvolve os discursos. De um modo geral, fazendo uma breve generalização, existe um esforço nesses tempos de explicação do todo, de produzir um pensar que consiga explicar uma totalidade. Esse pensamento clássico, quase que exclusivamente europeu, vai ser criticado e colocado em discussão pelos teóricos estadunidenses do pós-guerra. Eles vão buscar, dessa maneira, encontrar teorias de médio alcance, que consiga explicar outros tipos de fenômenos.

Se podemos, de fato, observar que o mundo tal qual foi descrito pelos europeus do ‘longo século XIX’ está presente até hoje em muitos aspectos da

realidade, em muitas construções simbólicas e na própria maneira de ver e sentir o mundo, temos que reconhecer que houve uma evolução de um tipo diverso. Isso pede que o que Saïd pensou seja revisto, relido e adaptado ao mundo contemporâneo com outro foco. É esse o esforço realizado por autores contemporâneos, que usam o método elaborado por essa crítica literária, para tentar compreender e descrever o mundo em que vivem. Os temas trabalhado por eles, no entanto, não deixam de ser semelhante aos de Saïd, no sentido de que é a partir de uma fidelidade ao seu objeto de estudo e não a uma teoria, que os levam a optar por esse conjunto de métodos. Eles são usados para compreender de uma maneira mais elaborada e exata a percepção de mundo de determinados grupos sociais e buscar entender que tipo de estratégias podem ter ao longo da vida para superar os seus problemas básicos.

Na produção estadunidense, vamos encontrar vários textos sobre populações de origem estrangeira, que se defrontam com uma cultura dominante, de origem européia, à qual podem se adaptar de acordo com certas formas de integração e não outras. Mas o questionamento mais importante diz respeito ao ponto de vista e ao sentir ser outro. Ir além de Foote Whyte e de outros autores que escreveram textos com abordagens semelhantes, através do que foi proposto a partir da contribuição de *Orientalism* é integrar aspectos psicológicos próprios a um mundo de dominação e de armação de papéis de domínio e submissão. O caminho para chegar a esse tipo de posicionamento é um interrogar, ou olhar o discurso produzido sobre o outro, geralmente realizado pelo dominador, a partir do ponto de vista do dominado, que é o objeto desse discurso.

Não é de se espantar que uma parte substancial da produção intelectual que usa esse olhar, esse posicionamento (pois o que Saïd propõe, a priori, é uma posição de observador específica), enverede pelos estudos sobre as formas de imperialismo e dominação externa contemporâneos.

Mas o projeto de Saïd não é apenas de dar uma voz a sujeitos de um processo de acúmulo de poder e dominação surgido – não podemos esquecer os traços que já estão presentes na conquista da América, que já apresenta essas características – a partir do início do século XIX na Europa. Esse é parte

de seu projeto e observa de forma mais ampla um conjunto de dados que são consequência, que são sub-produtos dos objetivos principais, que consistem em discutir o mundo próprio desse poder através da produção cultural.

Através desses trabalhos podemos ver e observar o funcionamento das formas de acumulação de poder e as consequências que vão ter sobre a maneira de ver que as pessoas têm sobre o mundo que os circunda. O imperialismo passa a ser um aspecto cultural de maior grandeza, permeando quase todos os aspectos da vida de um pessoa, tanto das classes burguesas ascendentes, quando da massa popular. Esses autores não param apenas nos aspectos relativos à reprodução de classe. Eles vão buscar nos aspectos da vida cotidiana, como na produção ficcional – praticamente toda ela devedora de algum aspecto do mundo criado pela expansão européia sobre o resto do mundo – onde não apenas são mostrados os diversos atores presentes nessa empreitada, assim como os tipos físicos locais, a alimentação, as aventuras – inclusive sexuais -, e todas as formas possíveis de glória, mas também são construídos a justificação do próprio expandir em direção a essas terras distantes e os preconceitos necessários à tipificação judicial e militar para aplicação da força.

Tomamos a decisão de ver e entender a região amazônica como um espaço colonial por assim entender e por estar de acordo com uma realidade concreta de ausência de capacidade, institucional, política e social, de definição de seu próprio futuro.

Buscamos da mesma forma nos despir de posições anteriores que poderiam nos atrapalhar em nosso trabalho, na medida do possível. De todo modo, entender que não existe uma porta de entrada clara para uma população constituída de ‘outros’ em um mundo ocidental que fez a sua história sobre uma expansão excludente. Hoje, de acordo com o instrumental teórico de que dispomos, fazer esse esforço é entender a sua situação eminentemente marginal, com uma integração a um mundo ocidental dado de acordo com formas específicas de ocidentalização.

Outros aspectos podem ser delineados a partir da crítica feita inicialmente.

Problemas, exigências, obstáculos – Foucault coloca a necessidade do discurso sobre um objeto – podendo ser o “outro” por exemplo – em perspectiva diferente:

Certamente, não resta dúvida de que a emergência histórica de cada uma das ciências humanas tenha ocorrido por ocasião de um problema, de uma exigência, de um obstáculo de ordem teórica ou prática; por certo foram necessárias novas normas impostas pela sociedade industrial aos indivíduos para que, lentamente, no decurso do século XIX, a psicologia se constituísse como ciência; também foram necessárias, sem dúvida, as ameaças que, desde a Revolução, pesaram sobre os equilíbrios sociais e sobre aquele mesmo que instaura a burguesia, para que aparecesse uma reflexão de tipo sociológico. Mas se essas referências podem bem explicar por que é que foi realmente em tal circunstância determinada e para responder a tal questão precisa que essas ciências se articularam, sua possibilidade intrínseca, o fato nu de que, pela primeira vez, desde que existem seres humanos e que vivem em sociedade, o homem, isolado ou em grupo, se tenha tornado objeto de ciência – isso não pode ser considerado nem tratado como um fenômeno de opinião: é um acontecimento na ordem do saber, (FOUCAULT, 2000, p. 476-477).

A ciência destacada do saber. É o caso dos grandes centros de pesquisa nacionais e internacionais estratégicos. Colocado face a face é um diálogo com o pensamento de Thomas Samuel Khun e o objeto dele em suas pesquisas.

Na verdade, a passagem acima remete ao fato que o passado é objeto de escrita e reescrita. Quando falamos de um objeto usando o passado estamos falando do presente também.

3 Double bind e a descoberta de si enquanto outro

O conceito de *double bind* entra aqui como uma fonte fornecedora de duas informações contraditórias que produzem o surto psicótico (BATESON, 1972, p. 274). Por um lado a desintegração social, a desestruturação do território e da cultura, fornecem uma informação concreta negativa quanto à capacidade de reprodução e de existência individual. Ao mesmo tempo em que isso acontece, há a produção de uma informação que mostra, de maneira idílica, um novo papel social. Mostra-se a subordinação como uma maneira de

integrar um novo mundo, do dominante, e apenas por isso participar de um mundo ilusoriamente benéfico. Uma forma social nova oferecida, entra nela de maneira subordinada, subordinação essa que será construída e reconstruída ao longo de todas as etapas de sua vida dali em diante.

A verdade é que a colonização, em sua essência, se apresentava já como uma grande fornecedora dos hospitais psiquiátricos. Em diversos trabalhos científicos temos, desde 1954, chamado a atenção dos psiquiatras franceses e internacionais para a dificuldade que havia de ‘curar’ corretamente um colonizado, isto é, de o tornar homogêneo de parte e parte com um meio social de tipo colonial.

Por ser uma negação sistematizada do outro, uma decisão furiosa de recusar ao outro qualquer atributo de humanidade, o colonialismo compele o povo dominado a se interrogar constantemente: ‘Quem sou eu na realidade’.

As posições defensivas nascidas deste confronto violento do colonizado e do sistema colonial organizam-se numa estrutura que revelam então a personalidade colonizada. Para compreender essa ‘sensitividade’ basta simplesmente estudar, apreciar o número e a profundidade das feridas causadas a um colonizado no decorrer de um único dia passado no seio do regime colonial. É preciso recordar em todo o caso que um povo colonizado não é somente um povo dominado. Sob a ocupação alemã os franceses continuaram homens. Sob a ocupação francesa, os alemães continuaram homens. Na Argélia não há apenas dominação; há, rigorosamente falando, a decisão de não ocupar no fim de contas senão um terreno. Os argelinos, as mulheres de *haik*, as palmeiras e os camelos formam o panorama, o fundo de um cenário natural da presença humana francesa.

A natureza hostil, indócil, essencialmente rebelde é de fato representada nas colônias pela selva, pelos mosquitos, os indígenas e as febres. A colonização alcança êxito quando toda essa natureza insubmissa é enfim domada. Estradas de ferro através da savana, secagem dos pântanos, inexistência política e econômica do indigenato são na realidade uma só e mesma coisa.

No período de colonização não contestada pela luta armada, quando a soma de excitações nocivas ultrapassa um certo limite, as posições defensivas dos colonizados desmoronam, e estes últimos se vêem então em grande número nos hospitais psiquiátricos. Há, portanto, nesse período calmo de colonização vitoriosa uma regular e importante patologia mental produzida diretamente pela opressão (FANON, 1984, p. 212)¹.

¹ Essa passagem me lembra da loucura, não de todo incomum nas empregadas domésticas, na quase totalidade das vezes mestiças, em Belém do Pará. Elas são retiradas, muito novas, de seu âmbito familiar para trabalhar nas casas das famílias de classe média das capitais e passam a ser uma “parente distante”, membro da nova família. Quando cresce é que vai perceber que sempre foi uma empregada doméstica, identidade que muitas vezes não aceita

Franz Fanon não é propriamente da academia. Ele é um médico psiquiatra que vai trabalhar na Argélia e passa a fazer parte da Frente de Libertação Nacional, o grupo que organizou e comandou a guerra contra a colonização francesa até a independência do país.

Ele tem um percurso não muito usual, mesmo para alguém que viveu em sua época. De origem antilhesa, ele vai realizar seus estudos na Europa depois do secundário. Ele consegue passar no vestibular para a École Normale Supérieure, onde vai entrar em contato com a elite intelectual francesa. Ele vai pra resistência armada contra os alemães na segunda guerra, o que o aproxima do núcleo de poder que governaria o país nos anos seguintes. É depois disso que ele vai pra Argélia e começa a escrever seus livros e a militar no movimento clandestino ao mesmo tempo em que medica nos hospitais psiquiátricos. Ele será uma das influências mais recorrentes em Said, apesar de não citado com muito frequência entre os *pós-colonialistas*.

Uma das obras mais importantes de Fanon é *Black Skin, White Masks*. Trata-se de uma obra que tem por objetivo discutir o papel do negro na sociedade ocidentalizada. O seu argumento é que o negro não tem outra saída, dada a ele pela sociedade, a não ser o de trilhar o caminho de querer se tornar um branco. O branco, para ele é o único caminho do negro. Ele discute, de um ponto de vista médico, pois ele é psiquiatra, as consequências do tipo de experiência do se descobrir como um negro, o de se descobrir como inferior, como estigmatizado de nascença.

Essa descoberta, que se dá por volta dos 20 anos leva a toda uma série de neuroses, que levam de lado a lado – tanto para o negro como para o branco – a um processo de reprodução que faz com que a experiência de ser subalterno surge e ressurgir a cada geração. Ao contrário do que se pensava, para ele, o surgimento desse aspecto social se dá através de informações recebidas da família – inclusive experiências afetivas, do consumo de bens culturais, que levam a criança negra a se espelhar em exemplos morais brancos. Mesmo que o mal esteja ali à sua frente como um homem negro, ele se identifica, pois criança que é, aos personagens dessas criações fictícias brancos. É ao se dar conta de sua condição, de sua negritude, de sua posição de paria, uma

generalização que envolve tanto caribenhos quanto africanos, diante de uma sociedade européia – no caso da geração dele, quando iam estudar na França – que existe o surgimento de um processo de neurose, de uma patologia diretamente relacionada com o descobrir-se não pertencente ao mundo ariano do qual pensava ser membro pouco tempo antes.

Essa, a fonte de sofrimento e de sentimento de inferioridade do negro é a causa também de sua própria incapacidade de se emancipar tanto politicamente como economicamente. Os brancos também sofrem com a mesma violência, sendo que a principal dessas conseqüências sobre essas populações genuinamente européias está no fato de que possuem, nesse movimento de reprodução da exclusão, uma culpabilidade diante de sua vítima, uma falta de sentido na vida, como se um ato imaginário de assassinato tivesse sido perpetrado por ele. O autor faz ainda referência às diferenças de posicionamento tanto dos homens quanto das mulheres negras diante desse desejo, desse trilhar na única via possível que se apresenta a eles. Ele percebe estratégias diferentes e valores diferentes diante de uma população branca por fator gênero².

É um livro que antecipa tanto em forma quanto em conteúdo muito do que veio depois em termos de pensamento sobre o mundo extra-europeu. Essa é sua mais importante contribuição, de inaugurar, de certa forma, o olhar por sobre esse mundo que envolveu por completo todo o pensamento até o século XIX, até pelo menos a segunda grande guerra e o processo posterior de descolonização. Esse mundo é de certa forma um mundo do esquecimento e do não olhar. O mundo extra-europeu, que vai abarcar todo o resto da humanidade, vai sendo desvendado, percebido e, aos poucos temos a impressão que novos universalismo tendem a surgir, que novos diálogos podem ser erigidos e sobretudo que novas discursividades sobre o mundo, uma nova cosmogonia e uma nova ciência se fazem não apenas possíveis, mas também necessárias.

Ele descreve ainda o funcionamento da exclusão da seguinte forma:

The black schoolboy in the Antilles, who in his lessons is forever talking about 'our ancestors, the Gauls', identifies himself with the explorer, the

² Apenas uma observação não obrigatoriamente definitiva: A dominação colonial, para ter sucesso, é feita por um ataque contra o masculino.

bringer of civilization, the white man who carries truth to savages – an all-white truth. There is identification – that is, the young Negro subjectively adopts a white man's attitude. [...] Little by little, one can observe in the young Antillean the formation and crystallization of an attitude and a way of thinking and seeing that are essentially white. When in school he has to read stories of savages told by white men, he always thinks of the Senegalese. That he will learn once he goes to Europe; and when he ears Negroes mentioned he will recognize that the word includes himself as well as the Senegalese. What are we to conclude on this matter?, (FANON, 1967, p. 147- 148)³.

A função da história do espaço do outro é diferente da função da historiografia oficial dos estados das economias centrais. A visão é de uma relação dual e de enriquecimento do relato principal, de demonstração do campo gravitacional e das revoluções dadas por esses outros corpos secundários em torno do daquilo que é visto como o centro de um mundo newtoniano, humano. Não que os historiadores não percebam isso. Mas que as ciências sociais e as humanidades estão, sim, diante de novas perguntas.

A própria crítica ao pensamento eurocêntrico é um exercício, dessa forma, que leva a um abertura, não ao mundo superior e a uma forma representativa de uma etapa acima daquelas que encarnaram as civilizações do velho mundo. Na verdade, é uma abertura a um mundo mais humano, mais imperfeito, que parece ser o único com o qual podemos contar para trabalhar de forma pragmática com os problemas concretos das sociedades humanas.

Na Amazônia de hoje ainda sobrevivem na memória das pessoas, em fotos, nos principais prédios das maiores cidades, no urbanismo, traços daquilo que foi chamado de belle époque, local. As imagens são as mesmas, de

³ A minha própria experiência de vida retrata um pouco esta descrição. Quando era criança, enquanto meus pais seguiam seus estudos doutorais, estudei em uma escola primária na França. Lá a escola é uma instituição hierarquizada e hierarquizante, algo autoritária e disciplinadora. É comum os alunos ficarem em ordem em filas, andarem ao passo, ficarem parados em silêncio absoluto, receberem de vez em quando alguma punição física. Não é generalizado, mas um dos professores tinha uma palmatória. Ele era brincalhão, até bonachão, mas de vez em quando nos batia. Pelo menos eu sentia assim, mas na verdade ele batia sempre em apenas dois ou três de nós. Foi apenas com cerca de 18 anos que eu percebi que ele batia sempre nos negros da classe – em todos. O monsieur Florent era negro ele próprio, das Antilhas. Soube depois que um de meus amigos, com quem batia bola, estava trabalhando no MacDonald. Ele não tinha concluído os estudos e eu já estava fazendo o meu mestrado, no país dele.

um pertencimento a um mundo colonial, onde as classes altas, mestiças elas próprias, adotaram o mundo europeu e o trabalho pertencia a um mundo que não tinha voz, que não escreveu história, que se perdeu no tempo, pelas trilhas da mata, miscigenando com outros, vivendo como podia um novo servilismo baseado no caderno de anotações do barracão, servilismo que perdurou de fato até os anos 1990, depois do final da segunda guerra mundial.

Conclusão

O colonizador ou o *criollo*, filho dele, não sentem os efeitos do imperialismo. Eles estão de certa forma a salvo da construção do outro e da dominação. Eles são eles próprios instrumentos de dominação. Um traço importante a frisar é que essa população local, nascida do processo de colonização, não possui traços bem definidos, ao longo da história, de culpa ou remorso por seu papel. Muitas vezes ele se sente inclusive como uma vítima do processo, ele próprio se vendo ao longo do tempo como colonizado. Mas na verdade ele faz parte desse processo e, faz parte do mesmo mundo ao qual pertencem as populações dos países centrais, e é um consumidor preferencial de construções conservadoras, de teorias e ideologias que o aliviem do peso moral de pertencer a uma engrenagem produtiva, de ocupar uma posição social determinada, que o aliena do próprio espaço em que vive. Suspenso no éter, esse membro das classes tradicionais latino-americanas, estão mais propensos a se perceber e serem de fato membros de uma classe mundial que se parece, e que consome os mesmo tipos de produtos culturais, materiais e imateriais.

Como Albert Camus, o francês, nascido na Argélia que ganhou o prêmio Nobel de literatura de 1963. Ele foi um dos existencialistas mais influentes, junto com Sartre. Chama a atenção o fato de em sua obra nunca ter escrito algo descrevendo a vida dos argelinos. O único argelino em sua obra é assassinado logo no início de *O Estrangeiro*. Ele simplesmente não percebe o mundo em sua volta, é cego diante de sua realidade e percebe a vê a vida na França como uma parte de sua existência, uma parte natural de seu espaço de vida, na metrópole.

Roberto da Matta se expressa desta forma sobre Gilberto Freyre, um de nosso primeiros teóricos sociais:

O colecionador do museu, como o administrador colonial e o nosso antropólogo vitoriano evolucionista, tem uma verdadeira mania classificatória. De fato, concebem a ciência do homem como uma espécie de arte classificatória, sendo sua tarefa obter exemplos típicos de etapas pelas quais tem caminhado a humanidade no seu avanço até o nosso tempo e, sobretudo a nossa sociedade (DAMATTA, 1983, p. 8).

Dessa forma podemos dar alguns passos em busca de uma definição do eurocentrismo em nossas ciências sociais. Pois não se trata de elaborar uma crítica em nome de uma melhor definição da teoria, mas de adaptar o arcabouço analítico de que dispomos ao objeto com o qual estamos tratando. Nossas teorias são muitas vezes focadas em apenas uma parcela da população com a qual lidamos.

Referências

ACOSTA, A.; BRAVO, V. E.; MARTINEZ, E. *Amazonia por la vida: debate ecologico sobre el problema petrolero en el Ecuador*. Quito: Campana Amazonia por la Vida, 1993.

ACOSTA, L. E. *Guaviare*. Puente a la Amazonia. Bogotá: Corporacion Colombiana para la Amazonia – Araracuara, 1990.

ALTVATER, E. Os desafios da globalização e da crise ecológica para o discurso da democracia e dos direitos humanos. In: HELLER, A. et al (org). *A crise dos paradigmas em ciências sociais e os desafio para o século XXI*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999. p. 109-153.

BRAUDEL, F. *Civilisation matérielle, économie et capitalisme XVe- XVIIIe siècle*. Paris: Armand Colin, 1979.

DAMATTA, R. A originalidade de Gilberto Freyre. *BIB:Revista brasileira de informação bibliográfica em ciências sociais*, n. 24, p. 3-10, 1987.

DOMINGUES, C.; GOMEZ, A. *La economia extractiva em la Amazonia colombiana 1850-1930*. Bogotá: Tropenbos Colombia, Corporación Colombiana para la Amazonia – Araracuara. 1990.

- FRANKY CALVO, C.; ZÁRATE BOTÍA, C. (ed). *Imani mundo*. Estudios en la Amazonia colombiana. Letícia: Universidade Nacional de Colombia, 1999.
- GONZÁLEZ, J.J. et. al. *Conflictos regionales – Amazonia y Orinoquia*. Bogotá: Fundación Friedrich Ebert de Colombia, Instituto de Estudios Políticos, 1998.
- HOGAN, D.; CARMO, R. do. *Migração e Ambiente no Centro - Oeste*. Campinas: NEPO/ UNICAMP, 2002.
- IANNI, O. *Sociologia da sociologia*. O pensamento sociológico brasileiro. São Paulo: Ática, 1989.
- JARAMILLO, J. E.; MORA, L.; CUBIDES, F. *Colonización, coca y guerrilla*. Bogotá: Alianza Editorial Colombiana, 1986.
- NARVÁEZ, I. *Frontera violenta. Explosiones del SOTE e impactos socioambientales*. Quito: Petroleos del Ecuador – Petroecuador, 2001.
- PALACIO, G.; ULLOA, A. *Repensando la naturaleza*. Encuentros y desencuentros disciplinarios en torno a lo ambiental. Bogotá: Unal-Letícia, Imani, ICAH e Colciencias, 2002.
- PINEDA CAMACHO, R. *Holocausto en el Amazonas*. Una historia social de la casa Arana. Bogotá: Planeta Colombiana Editorial, 2000.
- POLITIS, G. *Nukak*. Bogotá: Instituto Amazonico de Investigaciones Científicas – Sinchi, 1996.
- RODRIGUEZ BECERRA, M. *Crisis ambiental y relaciones internacionales*. Hacia una estrategia colombiana. Bogotá: CEREC, FESCOL, Fundación Alejandro Angel Escobar, 1994.
- RUIZ, L. (ed.). *Amazonia nuestra: una vision alternativa*. Quito: CEDIME: ABYA-YALA: ILDIS, 1991.
- SAID, E. *Culture and imperialism*. New York: Vintage Books, 1993.
- SALATI, E. et. al. *Amazônia*. Desenvolvimento, integração, ecologia. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- SANTOS, R. *Historia economica da Amazonia, 1800-1920*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.
- SINCHI, C. *Construcción de un territorio amazónico en el siglo XX*. Bogotá: Instituto Amazónico de Investigaciones Científicas, Sinchi, 2000.
- WALLERSTEIN, I. Eurocentrism and its Avatars: The Dilemmas of Social Science. *New Left Review*, 226, p. 93-107, 1997.

Genealogía de un desastre: la historia ambiental de una zona de sacrificio en la bahía de Quintero, Chile

Paola Bolados García
Bárbara Jerez Henríquez

Introducción

En los últimos años, la categoría zonas de sacrificio toma centralidad en Chile y otras regiones de América Latina. Esto se produce en un contexto de creciente conflictividad social y ambiental en las últimas décadas, que ha devenido en fuertes cuestionamientos al modelo exportador a gran escala. Estos territorios son reconfigurados como parques industriales o complejos minero energéticos, cuya peligrosidad y toxicidad emitida pone en riesgo a las comunidades locales aledañas, y donde las políticas del Estado y de las empresas despliegan diversos y heterogéneos esfuerzos para legitimarse a costa de los graves impactos socioambientales que padecen las poblaciones y los ecosistemas locales. Se configuran así en una expresión extrema de las deficiencias institucionales y legales para asegurar derechos ambientales fundamentales y un escenario de alta complejidad para implementar propuestas de recuperación social y ambiental.

La denominación zonas de sacrificio se difunde en Chile a través del trabajo de fundaciones asociadas a la conservación marina y la protección del medio ambiente (Fundación Terram y Fundación Oceana, respectivamente) para describir complejos escenarios de contaminación concentrados de manera intensiva y sistemática. En estas zonas, organizaciones y comunidades denuncian el daño ecológico, económico y social, protagonizando en varios casos importantes movilizaciones y resistencias. Se conforma entonces como

una categoría movilizadora que plantea la necesidad de implementar estrategias de recuperación ambiental y social en lugares de extrema devastación.

En este contexto, aparece en el año 2016 en la bahía de Quintero la Agrupación Mujeres de Zonas de Sacrificio en Resistencia, en Coronel la Coordinadora Coronel Despierta, en Huasco la Brigada S.O.S. Huasco (por nombrar algunas de las organizaciones movilizadas). Estas agrupaciones son testimonios de las crecientes movilizaciones sociales que en estos territorios brotan frente al creciente sufrimiento ambiental de sus localidades y pobladores. En un contexto desarrollista histórico arraigado en las bahías puerto, agrupaciones de mujeres, pobladores, pescadores y agricultores levantan denuncias por la política ambiental que ha generado degradación de sus territorios, de la salud de la población y la imposibilidad de desarrollar sus actividades económicas tradicionales como la pesca, la agricultura, ente otras.

Estos proyectos reflejan una nueva política de modernización y ampliación de megaproyectos en estas bahías puerto, poniendo en tensión a los territorios y comunidades de pescadores que realizaban sus actividades tradicionales en estas áreas, y que fueron perdiendo el acceso a sus recursos a partir de la contaminación y destrucción de los sistemas ecológicos y culturales. Así también los agricultores de las zonas aledañas que debieron dejar prácticamente sus cultivos una vez que los suelos y la producción agrícola fueron seriamente afectados por la contaminación por sustancias tóxicas como arsénico y dióxido de azufre.

En concreto, los conflictos en estos territorios se activan por los efectos en la salud, el suelo, el aire y las economías locales, observados por las comunidades aledañas a estos complejos, cuya característica es que concentran empresas productoras de energía con base en sustancias fósiles como carbón y petróleo. Ambas sustancias altamente contaminantes y fundamentales para la generación de CO₂, principal agente del cambio climático.

Nuestra perspectiva sobre las zonas de sacrificio y su relación con las desigualdades socio ecológicas y los conflictos socio ambientales se inscriben en los debates de la ecología política, la geografía crítica, así como los aportes críticos del extractivismo y las lecturas latinoamericanas de justicia ambiental.

Estas aproximaciones nos permiten dar cuenta de las asimetrías radicales en las relaciones entre naturaleza y cultura, y sus formas violentas de legitimar sistemas de conocimiento y racionalidades que permiten una apropiación destructiva e insustentable de los bienes naturales. Estos bienes comunes naturales son objetivados bajo una perspectiva desarrollista extractivista (de corte conservador-liberal) o neoextractivista (de corte progresista) que posibilita su apropiación y explotación irracional, generando daños irreparables en comunidades y territorios (CASTILLO, 2016; PORTO-GONÇALVES; LEFF, 2015; GUDYNAS, 2015; JEREZ, 2015; DELGADO, 2013; SVAMPA, 2008; PALACIO, 2006). Como señala Acosta (2009), la riqueza natural de América del Sur se constituyó en la causa principal de su pobreza desde la colonia, permitiendo un control y un modelo de desarrollo desigual que se fue perpetuando en políticas y agendas globales asociadas al modelo económico neoliberal. De la misma forma, estas aproximaciones nos introducen en cómo estas violencias producidas por este modelo de acumulación por desposesión generan sufrimiento ambiental y activan formas organizativas y resistencias en los territorios en torno a la justicia ambiental y, más recientemente, los derechos humanos.

Estas perspectivas teóricas reparan de manera directa en las relaciones desiguales de poder frente al acceso, apropiación y distribución de los bienes naturales, así como sus formas de institucionalizarse en sistemas jurídicos que violentan derechos humanos y formas de vida indígenas y campesinas protegidas bajo legislaciones y sistemas legales reconocidos desde la década de los años 90 (ZHOURI *et al.*, 2016).

El avance extractivista de las últimas décadas configuró un nuevo y crítico mapa de conflictos cuyos lenguajes y valoraciones en torno a los bienes naturales comunes incorporaron tanto aspectos redistributivos (GÖBEL; GONGORA-MENA; ULLOA, 2014; HARVEY, 2005; MARTÍNEZ ALIER, 2004) como socio identitarios (ESCOBAR, 2011). El sufrimiento ambiental generado por la contaminación y la destrucción de los medios de vida de comunidades (AUYERO; SWISTÚN, 2008; CASTILLO, 2016) se tradujo en un sentimiento de injusticia y violación de derechos sociales, ambientales y humanos fundamentales (PINOCHET, 2006; INFANTE, 2016).

El concepto zonas de sacrificio tiene heterogéneas trayectorias que comparten la característica de describir espacios con alta concentración de contaminantes químicos, mineros y otros que han generado una degradación social y ambiental en las poblaciones cercanas, así como han generado daños en la salud, producto de la utilización de químicos o por uso de hidrocarburos y derrames asociadas a la actividad minera energética. La primera de estas trayectorias es acuñada por Steve Lerner y se vincula con el contexto de post guerra y los primeros efectos de contaminación por radioactividad durante las pruebas nucleares y sus desastres con el uso del uranio en algunas zonas de EE. UU. La denominación zonas de sacrificio nacional tendrá un componente geopolítico armamentístico importante durante la segunda parte del siglo pasado. Los impactos de los desastres generados por estas contaminaciones químicas provocaron una serie de respuestas de la ciudadanía en EE. UU. y dan base al movimiento de justicia ambiental a fines de la década de 1980, en que se constata que los lugares donde estos hechos ocurren son habitualmente zonas habitadas por comunidades afroamericanas y empobrecidas. Lerner define estos lugares como focos de contaminación química y radioactiva, pero también lugares asociados a la seguridad nacional (LERNER, 2010).

Las nomenclaturas usadas para hacer referencia a estas zonas son diversas: en audiencias legislativas se les denomina áreas de alto impacto ambiental, pero los activistas de la justicia ambiental tendieron a llamarlas zonas de sacrificio o comunidades de borde o focos de contaminación. La primera denominación se refiere al dramatismo del hecho que minorías y personas de escasos recursos, en general comunidades afro y latinas, deban incurrir en sacrificios desproporcionados de su salud y su economía respecto a otros sectores sociales más acomodados, lo que se constituye en un racismo ambiental que se registra a lo largo de EE. UU. Las consecuencias ambientales sobre estos territorios tienden a mostrar una relación directa con el hecho de ser comunas pobres y donde los ingresos no suelen mostrar los resultados positivos del sacrificio impuesto por el Estado nacional, revelando las contradicciones de ser promovidos como polos de desarrollo, y donde se expresan las dimensiones de clase y raza que funcionan en torno a quienes

deben ser sacrificados, asumiendo las externalidades negativas de una economía de la desposesión (HARVEY, 2005).

La segunda acepción emerge en el contexto de la Declaración de Río sobre Medio Ambiente y Desarrollo, realizada en Brasil en 1992, donde se esperaban mejoras y perfeccionamiento de la institucionalidad ambiental respecto a los procesos de control. Esta acepción es acuñada por Henri Acselrad (2004) con la expresión en portugués de *bota-fora*, que significa el lugar del basurero o de los desechos, producto de la actividad extractiva que se intensifica a partir de la década de los años 1980 y 1990 y que tuvo consecuencias desastrosas para comunidades campesinas e indígenas principalmente. Este trabajo se realizó a través de una propuesta metodológica de cartografía social, mostrando que, al contrario de lo que se pensaba, en este período se había producido un estreñimiento de la acción gubernamental, en el cual los conflictos socio ambientales en gran parte fueron favorecidos por la insuficiente acción reguladora y fiscalizadora de los organismos públicos. Acselrad (2004) define estas zonas como lugares donde se concentran prácticas ambientalmente agresivas, que tienden a afectar en general a población de mayor vulnerabilidad social.

En sus palabras:

sus habitantes conviven con la contaminación industrial del aire y agua, depósitos de residuos tóxicos, suelos contaminados, ausencia de abastecimiento de agua, bajos índices de arborización, riesgos asociados a inundaciones. En estas localidades, además de la presencia de fuentes de riesgo ambiental, se verifica una tendencia a escogerla como sede de otros emprendimientos de alto potencial contaminador. Estas localidades son llamadas como zonas de sacrificio o paraísos de contaminación, donde la desregulación ambiental favorece a intereses económicos predatorios, así como exenciones fiscales tributarias que son llamadas paraísos fiscales. (ACSELRAD, 2004, p. 12-13).

A partir de estas dos definiciones que en general comparten aspectos tales como la violencia que estos procesos involucran, así como las desigualdades que en torno a ella se construyen, emerge una tercera acepción a partir del trabajo de campo en la bahía de Quintero. Esta reelabora y contesta la definición incorporada desde las organizaciones no gubernamentales y fundaciones

para reformularla en términos de resistencia. Las “zonas de sacrificio en resistencia” se configuran así en una conceptualización construida desde los territorios a partir de las luchas frentes a las desigualdades socio ecológicas y los conflictos socio ambientales. Esta comprensión y reelaboración trae consigo elementos de ambas acepciones anteriores, pero incorpora la dimensión de agencia como forma de evitar la victimización y de esa manera problematizar las dimensiones del poder vinculadas a la toma de decisiones vinculadas a que una zona sea sacrificada en pos del desarrollo nacional, pero a costa de la comunidad local. Será una conceptualización que emergerá especialmente entre mujeres que inician un proceso de articulación y visibilización de una problemática histórica en sus territorios.

La agrupación de Mujeres de Zonas de Sacrificio en Resistencia de Puchuncaví y Quintero se organizan en el año 2016 y se constituyen en la primera agrupación de mujeres irrumpiendo en el espacio público, hasta ahora liderado por hombres. Desde trayectorias diversas evidencian las desigualdades de las afectaciones entre hombres y mujeres, revelando los daños en los hijos e hijas, así como en los adultos mayores. Denunciando la violencia ambiental y el refuerzo de un modelo patriarcal que las relega al cuidado de los afectados por la contaminación, cuestionan la política de contaminación que ha favorecido la transformación de sus comunas en una zona de sacrificio que pretenden resistir y reparar (BOLADOS; SÁNCHEZ, 2017).

En este sentido, las agrupaciones de mujeres dan cuenta no solo del modelo extractivista y patriarcal sobre el cual se legitima la destrucción de sus territorios y la construcción de una zona de sacrificio que las relega al cuidado de los enfermos y la defensa del territorio. A su vez, elaborarán la historia ambiental de la comuna, mostrando las condiciones socio históricas y políticas que facilitaron la conformación de una zona de estas características, revelando los mecanismos a través de los cuales la legislación ambiental transformó su territorio productivo en un territorio degradado. Un modelo que implicó el crecimiento exponencial de las empresas que se emplazaron en la bahía, las cuales finalmente destruyeron las fuentes naturales desde las cuales organizaban su economía y cultura, como eran hasta entonces las

actividades agrícolas, ganaderas y pesqueras. Para comprender este proceso y su genealogía retomamos la idea de desastres tecnológicos que finalmente convierten estas tragedias en desastres planificados, en tanto la historia ambiental dará cuenta de que se trataba desde sus inicios (en la década desarrollista de los años 50) de un proyecto complejo y cuyas consecuencias actuales habían sido declaradas ya por los expertos.

Las decisiones económicas de dejar la fundición, la refinería y la termoeléctrica a carbón en esta bahía, donde las condiciones exigían mayores resguardos e incorporación de más tecnología, tuvo como contraparte la situación inversa: una lenta incorporación de innovaciones tecnológicas y un acelerado crecimiento de empresas tóxicas y peligrosas que se emplazaron en su entorno, sin atender el crecimiento sociodemográfico que estimularon su ampliación en las décadas siguientes y sin contemplar, en muchas de ellas, sistemas de mitigación y modelos de remediación. Decisiones cuyas consecuencias habían sido advertidas por los expertos de la época y los estudios realizados antes de que se ejecutara el proyecto; no obstante, la Cámara de Comercio de Valparaíso en ese entonces presionaría para que el proyecto se emplazara por su cercanía al puerto de Valparaíso, asegurando así una actividad portuaria exitosa para la actividad minera, energética y química. Se deja de esta manera de ver las afectaciones sobre las comunidades aledañas que fueron creciendo en cuanto se extendía el complejo. Una población de casi 40 mil personas que fue progresivamente dando señales de enfermedades respiratorias, cánceres, problemas neurológicos y de aprendizaje, muchos de estos asociados a contaminación por metales pesados y, por supuesto, agravados por el empobrecimiento acelerado de estas comunas, producto de las pérdidas de las economías tradicionales y la falta de políticas públicas efectivas para recuperar dichas economías y los ecosistemas del territorio.

Tomando el concepto de desastre planificado, en tanto un fenómeno simultáneamente biofísico y sociocultural (LATTA, 2011), lo que ocurrirá en el transcurso de medio siglo en la bahía de Quintero, se configura a su vez en un desastre tecnológico en tanto es producido por la negligencia de decisiones históricas específicas realizadas por agentes del Estado y privados que convierten a la bahía en una zona de sacrificio.

Pese a este destino impuesto será protagonista de múltiples activaciones de su población que, en medio de naturalizaciones, de sistemas de construcción y legitimación del daño ambiental, procurarán formas y estrategias de resistencias ante este destino, al parecer indiscutible, y la elección unilateral de ser sacrificados por el progreso del país para satisfacer su demanda energética y minera. Resistencias que, en un contexto de sufrimiento e injusticia ambiental, incorporarán nuevos lenguajes y valorizaciones en torno al territorio, retomando la crítica al neoliberalismo ambiental y su violación a los derechos humanos fundamentales asociados a vivir en un ambiente libre de contaminación.

Como sostiene Latta:

el daño arquitectónico causado por un terremoto, un derrumbe o un huracán puede ser revertido -a través de la reconstrucción y restauración-, pero es mucho más complejo (y a veces imposible) sanear por completo un medio que ha sido contaminado con químicos tóxicos, metales pesados o radiación. (LATTI, 2011, p. 115).

Las principales dificultades se encuentran justamente en el daño social y cultural, ya que estas reflejan despreocupación y/o descuido de las autoridades, y el fracaso e ineficiencia de los programas y planes de gobierno para reconocer y enfrentar el profundo daño al tejido social y la diversidad cultural local. El sufrimiento ante la incertidumbre del daño y sus consecuencias (AUYERO; SWISTUN, 2008), así como la falta de medidas reparatorias asociadas, refuerzan la idea de relegación social y política bajo las cuales se percibe la injusticia (MERLINSKY, 2013) por parte de las comunidades sacrificadas.

1 La Construcción de una zona de sacrificio en la bahía de Quintero

Os cidadãos devem olhar para este problema com um espírito patriótico e aceitar alguns sacrifícios; caso contrário, a fundição não poderá ser instalada em qualquer lugar do país. As nações que se industrializaram

aceitaram esses sacrifícios. É o preço do progresso. A chuva é essencial para a agricultura, mas quando chove, alguns precisam se molhar (EL MERCURIO DE VALPARAÍSO, 1957, n.p.).

En la costa de la zona central de Chile se erige una historia de conflictividad socio ambiental que data de más de cinco décadas. Se trata de la bahía de Quintero, lugar donde se emplaza un complejo minero energético de aproximadamente cinco km y donde estas actividades tienen a la población local expuesta altos niveles de toxicidad por arsénico (As) y anhídrido sulfuroso (SO₂), entre otros metales pesados. Este complejo actualmente está conformado por la fundición y refinería de cobre de la estatal CODELCO Ventanas, cuatro termoeléctricas a carbón (Aes Gener y Campiche), una empresa cementera (Melón), una empresa de asfalto, una empresa minera que procesa sales minerales (Montecarmelo), una empresa química (OXIQUIM), así como tres empresas asociadas a hidrocarburos: ENAP (Empresa Nacional del Petróleo), COPEC y SHELL.

Figura 1 - Trabajadores de la Empresa Nacional de Minería en Ventanas, 1964.



Fuente: Archivo ASOREFEN

Se suma a esta gama de actividades productivas peligrosas las empresas abastecedoras de gas GNL, GASMAR y las de energía ENDESA (actualmente en manos de la italiana Enel) y Catamutun Energía. Estas empresas conforman lo que se conoce como el Complejo Industrial Ventanas y que hoy tiene a empresas, Estado y comunidades enfrentados en complejas y heterogéneas relaciones que, como señala Sabatini y Mena (1995), forman una espiral que pasa por períodos de mayor y menor conflictividad.

La destrucción de las economías locales, producto de la lluvia ácida de la actividad minera, el varamiento permanente de carbón de las termoeléctricas y los derrames de hidrocarburos, han tenido como contra cara los casos de cánceres y enfermedades respiratorios, consecuencia del arsénico y otros contaminantes encontrados en las escuelas, hogares, alimentos y mariscos. No obstante, la lista de antecedentes y estudios asociados a la contaminación del aire, el suelo, la flora y la fauna e incluso en las personas es evidente. La bahía inicia un proceso de saturación, destacándose los episodios de intoxicación de alumnos y profesores del año 2011 al 2013 que obligaron a trasladar la escuela de la comuna a solo dos kilómetros. En una constante rueda de expertos, estudios y protestas, la bahía se rearticula en la última década, en términos de género, a través de la aparición de una organización denominada Mujeres de Zonas de Sacrificio en Resistencia, contestando así la idea de un destino y una asignación a ser un territorio sacrificado.

En esa larga historia ambiental de Puchuncaví y Quintero, el caso más antiguo y complejo lo representa el de los denominados “hombres verdes”, quienes trabajaron en la empresa ENAMI (Empresa Nacional del Minería) desde su instalación en el año 1964. Organizados en el año 2006 y con el fin de ser indemnizados por la empresa del Estado que ahora pertenece a la minera estatal CODELCO Ventanas, buscan justicia ambiental para ellos y sus familias debido a la contaminación de sus miembros. Muchos de ellos ya murieron y por eso la agrupación presentó una querrela, iniciando un proceso de exhumaciones de los cuerpos que, sin embargo, quedó inconcluso. Aunque éstas determinaron la presencia de metales pesados, especialmente cobre en los cuerpos, tanto el fiscal como otros sectores señalan que eso no determina que hayan sido la causa de muerte. Para ello se requiere terminar las

exhumaciones cuyos informes el instituto médico legal ha entregado sin firmar y con otras exhumaciones pendientes. Este caso, reiteradamente silenciado por diversos sectores políticos y de gobierno, representan el lado más complejo de la minería en Chile, en tanto se trata del propio Estado que no ha querido reconocer esta deuda social y ambiental y cuyo sufrimiento han denunciado desde el 2006, fecha en que se crea ASOREFEN.

El desastre ambiental de la bahía de Quintero entrará en una fase de desborde, paradójicamente, desde el retorno a la democracia y la puesta en marcha de la nueva legislación ambiental de los años 1990. En concreto, desde el año 1992 -irónicamente en medio de la Declaración de Río-, cuando se realizaba el primer Plan de Descontaminación que instaló un sistema de monitoreo a cargo de las mismas empresas contaminantes (la fundición y refinería ENAMI actual CODELCO-Ventanas) y la empresa chilena de energía (Ex CHILECTRA y actual Aes Gener).

Figura 2 - Antecedentes del Desastre en Quintero. Revista APSI, n° 308, 1989.



A partir del año 1994, recién promulgada la ley de medioambiente (19.300), las comunas de Puchuncaví y Quintero concentraron la mayor cantidad de inversiones privadas, lo que se tradujo en la instalación de uno de los enclaves minero energéticos más controvertidos del país. Esto fue favorecido porque el reglamento operativo de la ley recién entró en vigor el año 2001, lo que permitió la entrada de un número importante de proyectos y porque la propia ley favoreció una participación ciudadana regulada y una toma de decisión concentrada en los servicios públicos en primera instancia y, luego, en el consejo de ministros para los proyectos más complejos. Se suma a este contexto de concentración de inversiones en este territorio el hecho de que gran parte de estos proyectos fueron aprobados bajo la modalidad de Declaración de Impacto Ambiental (DIA) y no de un Estudio de Impacto Ambiental (EIA), evitándose así las exigencias y obligaciones impuestas por este último instrumento.

Esta historia de conflictividad experimentará su punto de mayor explosión entre agosto y septiembre del 2018 en la bahía de Quintero, llamando la atención pública nacional e internacional a partir de las más de 1.700 intoxicaciones, principalmente niños y jóvenes de las comunas de Quintero y Puchuncaví. Intoxicaciones que desataron una movilización social inédita en la zona y un cuestionamiento público a las empresas allí emplazadas. Con la expresión “cierren las empresas y no las escuelas”, principalmente las mujeres de zonas de sacrificio en resistencia junto a otras agrupaciones de la zona, liderarán la agenda pública, denunciando el desastre y cómo este representa solo el *iceberg* de una historia ambiental de larga data. Asimismo, revelarán cómo ella es resultado de una política ambiental fracasada que no ha podido transformar la matriz energética, sustentada en fósiles contaminantes como carbón y petróleo, hacia una matriz sustentable.

Las comunidades y organizaciones del territorio iniciaron una movilización sin precedentes, denunciando la voluntad de negar la política de contaminación que existe en Chile y que ha generado una zona de sacrificio como Puchuncaví Quintero. Mujeres, pescadores, campesinos y habitantes de la bahía denunciarán en instancias nacionales, como el Instituto de Derechos

Humanos, e internacionales, como Amnistía y la Corte Interamericana de Derechos Humanos, que el Estado ha sido parte fundamental de lo que ocurre en la bahía. En particular a partir del 2009, cuando el gobierno de Estados Unidos presionó al gobierno de Chile para la aprobación de la cuarta termoeléctrica a carbón de la empresa Aes Gener, proyecto que había sido rechazado por la propia Corte Suprema, y que terminó siendo construida a través de una reforma administrativa asociada al cambio de uso de suelo, al final del primer gobierno de Bachelet.

La cartografía final de la bahía se expresa en la concentración de casi 20 empresas de alta peligrosidad y toxicidad, asociadas a actividades mineras y químicas, en un área de aproximadamente cinco km. Un polo de desarrollo minero energético que desde el 2011 comienza una serie de “accidentes” o “eventos” que tenderán a invisibilizar el desastre planificado de la bahía que fue sumando las intoxicaciones de estudiantes en la Escuela de la Greda, la intensificación de los varamientos de carbón en las playas de Ventanas y tres vertimientos de hidrocarburos entre el 2014 y 2016, dejando en evidencia la responsabilidad de la contaminación por dos empresas estatales y una trasnacional (de origen nacional). Empresas que fueron claramente identificadas en el plan de descontaminación fallido del 2016: las estatales Codelco Ventanas, la Empresa Nacional de Petróleo (ENAP) y la empresa Aes Gener (Informe Plan de Descontaminación 2016). Situaciones que tuvieron como respuesta estatal en el segundo gobierno de Bachelet una Política de Recuperación Social y Ambiental, conocida como PRAS. Esta se inició implementando un Consejo de Recuperación Social y Ambiental cuyo objetivo sería proponer una política para *zonas de alta complejidad ambiental y social*. Esta política se hizo extensiva a otras dos bahías, nombradas por organizaciones y organizaciones no gubernamentales como zonas de sacrificio, tales como la comuna de Huasco (Región de Atacama) y de Coronel (Región del Bío Bío). Aunque todavía no existen estudios y evaluaciones sobre su implementación y posibles impactos, desde la Agrupación de Mujeres y otras organizaciones territoriales estas medidas constituyeron solo una forma de distraer y contener el conflicto que luego volvió a estallar en 2018.

Las “fallas” o “accidentes” recurrentes y concentrados de alto impacto en la bahía reforzaron el destino de territorio sacrificado a través de la muerte casi total de la pesca artesanal y la práctica extinción de la agricultura, actividades tradicionales y fundamento de las economías locales hasta fines de la década de los años 80. En el caso de los derrames de hidrocarburos, las comunidades advirtieron la política de invisibilizar y aminorar el daño bajo la estrategia empresarial de señalar en sus inicios que estos derrames estaban controlados y ofrecer datos que luego debieron rectificar a través de estudios que evidenciaron el derrame de más de 70 mil litros de crudo; sosteniendo desde el comienzo que los derrames, las intoxicaciones y varamientos no eran un riesgo para la salud de las personas¹.

Figura 3 - Imagen desde el aire de la bahía de Quintero. Bahía de aproximadamente 5 km de extensión que comparten dos comunas y donde se emplazan 20 empresas.



¹ El caso de la contaminación en la bahía de Puchuncaví es respaldado por una serie de estudios e investigaciones como las del Dr. Chiang (1989) y los del toxicólogo Andrei Tchernitchin (2005, 2018) que ratificaron la contaminación por metales pesados en mariscos, hortalizas y también en las personas.

Contando con información toxicológica suficiente, pero sin los estudios epidemiológicos necesarios para este tipo de desastres, las comunidades y organizaciones del territorio fueron mostrando cómo el Estado violaba los derechos humanos y ambientales a través de normas por debajo de los indicadores internacionales. Por ejemplo, la ausencia de normas de calidad de arsénico o la medida diaria de dióxido de azufre (SO₂) que no permitía dar cuenta de los picos de emisiones. En este proceso las comunidades y organizaciones fueron adquiriendo un conocimiento experto, a través del cual disputaron conocimientos y argumentos sobre el desastre acontecido en su territorio y los mecanismos por medio de los cuales se construían estas zonas de sacrificio. Sus permanentes intervenciones apelaron a que Chile tenía una norma de dióxido de azufre (SO₂) doce veces mayor que la estipulada por la Organización Mundial de la Salud (OMS). Esta organización y la Agencia de Protección Ambiental de Estados Unidos (EPAUS) han determinado que el arsénico inorgánico es un carcinógeno en seres humanos que aumenta el riesgo de cáncer de pulmón, piel, vejiga, hígado, riñón y próstata (MINISTERIO DE MEDIO AMBIENTE, 2014a, 2014b).

En este contexto, la idea de zonas de sacrificio comienza a instalarse en el territorio y en la discusión de las agrupaciones como un término y una categoría descriptiva, pero a la vez contestada, en tanto ella representaba una forma de asentir a ese destino de sacrificio en pos del desarrollo nacional, históricamente definido así para la bahía. El surgimiento de la organización “Mujeres de Zonas de Sacrificio en Resistencia” constituye así una contundente respuesta territorializada desde la misma agonía socio ambiental que soportan desde hace décadas las comunidades del territorio Quintero Puchuncaví. Representa una búsqueda de la recuperación ambiental y social desde la propia experiencia local comunitaria del sacrificio al que han sido sometidas.

Este tipo de situaciones constituyen un fiel reflejo a las deficiencias vinculadas a la política ambiental neoliberal implementada en Chile durante el retorno a la democracia en la década de los 90, la cual adoptó un sistema legal permisivo para el mercado en su primera etapa, siendo perfeccionado en el 2009 a través de las medidas regulatorias con la creación de la Subsecretaría de

Medio Ambiente y los Tribunales Ambientales. Ambas acciones responderán más a presiones externas de la globalización económica, exigidas durante el período de transición política, que a una recepción y acogida de las demandas y presiones de los movimientos sociales y grupos ambientalistas (TECKLIN *et al.*, 2011; SILVA, 1996; BAUER, 1998). En palabras de estos autores, la legislación ambiental es parte de las condiciones político institucionales para la expansión y consolidación de complejos minero energéticos y otras actividades extractivas en la década de los años 90, favoreciendo factores de riesgo y acumulación de accidentes.

2 El sufrimiento e injusticia ambiental en las zonas de sacrificios

Las expresiones de sufrimiento e injusticia ambiental de los habitantes frente al desastre ambiental en la bahía de Quintero reflejan las ambigüedades y contradicciones bajo las cuales se construye una zona de sacrificio. En Chile y otras regiones de América Latina estos desastres se consolidan bajo imaginarios extractivistas arraigados históricamente y que se rearticulan en nuevos desarrollismos o neoextractivismos que prometen mejorar la economía, la distribución y el crecimiento económico. En este sentido, la primera expresión de sufrimiento e injusticia ambiental pone la definición de progreso en el centro del problema: ¿qué entendemos por progreso? y ¿quiénes definen cómo se alcanza, en particular cuando este se produce a costa de la salud y bajo sistemas laborales precarios?

Una de las integrantes de las mujeres de zonas de sacrificio de Puchuncaví y Quintero en resistencia describe el progreso como:

Ese es el fondo del terror, muerte de la bahía. Porque todos dicen tienen que aguantar porque es progreso, progreso sería si esta gente no se muriera trabajando, si no hubiera tanta gente contaminada, gente enferma, eso sería progreso [...] Te enteraste que nació una niña con hidrocefalia y el viejito de la esquina, que tu gente se está muriendo, se están enfermando [...] cada vez el empresario te quiere o pagar menos, que trabajes más, son más horas de trabajo, menos horas con tu familia, y así te hacen firmar

todo, tu salud, ellos toman sus resguardos para que si a ti mañana te pasa algo, no puedas hacer nada contra de ellos.

(C. R., Mujeres de Zonas de sacrificio en Resistencia, Ventanas, agosto de 2017)

El segundo texto, de una mujer agricultora de Maitenes, revela que la denuncia en un contexto de degradación es compleja y que las condiciones de pobreza y enfermedad no favorecen la organización social. La percepción de soledad en medio del sufrimiento de ver el progresivo deterioro de la agricultura y de la salud de los mineros que trabajaron en la empresa ENAMI lo reafirman. En este contexto de sufrimiento, las acciones que realiza el Estado y las empresas se perciben como un calmante o una forma de burla a quienes deben lidiar con el sacrificio del territorio:

La gente estaba empezando a enfermar, empezaron los miedos, había gente de Maitenes que se empezaron a enfermar del estómago y llegan al hospital y los abrían y estaban verdes por dentro y los cocían no más y lo mandaban para la casa. De ahí salió lo de los hombres verdes [...] Para mí es una burla, es para decir ya le vamos a dar este juguetito a la gente para que no nos molesten tanto que contaminamos y nada más y eso lo estoy gritando, predicando siempre y ¿qué hago sola si nadie la va a escuchar a uno?, es doloroso, es doloroso.

(M. G, agricultora de Quintero, agosto de 2017)

El tercer texto proviene de uno de los hombres verdes que trabajaron desde los inicios en la fundición y refinería y que ha sido testigo de la muerte de muchos compañeros, producto de enfermedades asociadas a la contaminación. Su testimonio, además, revela la lógica de producción minera que no sólo no consideraba las condiciones de trabajo, sino que seguía un modelo de producción mecanizada y que se sobreponía a las consecuencias en las personas que ejercían ese trabajo. “Clotear” se constituye en una expresión muy común para describir el desastre que este modelo minero generó en la zona y que significó la muerte y la expansión de enfermedades que fueron ganando terreno entre los trabajadores de ENAMI desde los años 1980:

Lo único que les interesaba a ellos era que se moldeara cobre no más [...] que saliera cobre, que saliera producción [...] que si un viejo cloteaba, cloteaba no más. 20 o 30 más que estaban empujando por entrar [...] ¡no

como 50! esto fue una matanza [...] y ahora que uno los ve da mucha pena, mucha pena como está el viejo, ya no pueden más, ¡si estamos contaminados entero! hay mucha, mucha, mucha gente que está sufriendo, y sufren sus familias y sufren ellos.

(C. M. Miembro de los Ex funcionarios de ENAMI, Asorefen, agosto de 2017)

El último texto cuestiona las acciones del Estado y las empresas frente al desastre planificado en la bahía, incluso en sus intentos de mitigar a través de planes de recuperación socio ambiental realizados desde el 2014 en la zona y luego con la implementación de acciones de responsabilidad social y ambiental. Ninguna de estas impidió la explosión de lo que definen como “envenenamiento de la población” y que finalizó en agosto del 2018 con la intoxicación masiva que involucró casi 1.700 atenciones de la población más joven de la bahía. Se remarcen así las estrategias para administrar el conflicto y cómo solo han servido para omitir la responsabilidad del Estado en sus obligaciones fundamentales frente a la población afectada. En particular respecto a derechos a la salud y a la educación que en estas zonas quedan en manos de las empresas. En sus claras y fuertes expresiones se revela el mecanismo político que desvía la atención de hacerse cargo del daño ambiental provocado en estos territorios por décadas:

¡Que cómo es posible que sean tan miserables, que deleguen sus responsabilidades a las empresas que están destruyendo el territorio y a la gente, que están envenenando! Porque esa famosa responsabilidad empresarial es una mentira, es una falacia. La responsabilidad social es del gobierno, que delega a las empresas que pinten la escuelita, hagan un consultorio, eso es deber del gobierno [...]

(J. M. Mujeres de Zonas de Sacrificio en Resistencia, agosto de 2018)

3 A modo de cierre

En síntesis, este neoliberalismo ambiental se observa en la violencia y relegación social y política que se ejerce sobre determinadas poblaciones y sus hábitats, que son destinados a ser sacrificados por el desarrollo energético y minero del país. No obstante, frente a este destino, agrupaciones de mujeres

resisten y contestan esta categoría, denunciando que estas prácticas reproducen la injusticia ambiental y legitiman una política de contaminación que por décadas han justificado el desastre ocurrido en la bahía de Quintero. Ellas, en compañía de otras agrupaciones, articulan estrategias de denuncia ante organismos nacionales e internacionales en clave de derechos humanos, mientras también apuestan a la articulación de mujeres de diversas zonas de sacrificio del país.

La bahía puerto de Puchuncaví constituye un testimonio no sólo de la devastación socio ambiental del territorio o de los múltiples extractivismos existentes en la región de Valparaíso, sino que también es un testimonio más que muestra las complejas realidades del sacrificio socio ambiental de otras bahías puerto de Chile. Experiencias que de manera conjunta muestran las profundas huellas sociales y ecológicas que ha dejado no sólo el extractivismo neoliberal transnacional, sino también la explotación territorial que el propio Estado, a través de sus empresas estatales y las ausencias ambivalencias de las políticas públicas, han producido en estos lugares desde hace varias décadas atrás.

A partir de estas experiencias se desprenden saberes locales históricos silenciados que constituyen una fuente de testimonios y sufrimientos ambientales territorializados del devastador camino del desarrollo que han construido el Estado y el sector empresarial en estas bahías puerto. Donde también aparece una búsqueda de bifurcaciones para repensar horizontes “otros” de la mano de emergentes tejidos sociales que se nutren de estas historias locales para establecer caminos en las agendas públicas y en las trayectorias organizativas hacia el Buen Vivir. Horizontes pensados por las propias mujeres organizadas desde el territorio quienes, en medio de la agonía socio ambiental de Puchuncaví Quintero, desafían la condena al sacrificio, tejiendo escenarios colectivos de resistencia.

Referencias

- ACOSTA, A. *La maldición de la abundancia*. Quito, Ecuador: Abya-yala, 2009.
- ACSELRAD, H. (org.). *Conflito social e meio ambiente no estado do Rio de Janeiro*. São Paulo, Brasil: Relume Dumará, 2004.

- AUYERO, J.; SWISTUN, D. *Inflamable*: estudio del sufrimiento ambiental. Buenos Aires, Argentina: Paidós, 2008.
- BAUER, C. *Against the current*: Privatization, water markets and the state in Chile. Boston, USA: Kluwer, 1998.
- BOLADOS, P.; SANCHEZ, A. Una ecología política feminista en construcción: el caso de las “mujeres de zonas de sacrificio en resistencia”, región de Valparaíso, Chile. *Psicoperspectivas*, Vina del Mar, Chile, v. 16, n. 2, p. 33-42, 2017.
- CASTILLO, M. Desigualdades socioecológicas y sufrimiento ambiental en el conflicto Polimetales en Arica. *Convergencia*, Toluca, México, v. 23, n. 72, p. 89-114, set./dez., 2016.
- CHIANG, J. Desarrollo industrial y contaminación. *Ambiente y Desarrollo*, v. 5, n. 2, p. 43-50, ago. 1989.
- DELGADO, G. ¿Por qué es importante la Ecología Política? *Nueva Sociedad*, Buenos Aires, Argentina, n. 244, p. 47-60, mar./abr., 2013.
- ESCOBAR, A. Ecología Política de la globalidad y la diferencia. In: ALIMONDA, H. (coord.). *La naturaleza colonizada. ecología política y minería en América Latina*. Buenos Aires, Argentina: CLACSO, 2011. p. 61-92.
- GÖBEL, B.; GÓNGORA-MERA, M.; ULLOA, A. Las interdependencias entre la valorización global de la naturaleza y las desigualdades sociales: abordajes multidisciplinares. In: GÖBEL, B.; GÓNGORA-MERA, M.; ULLOA, A. (ed.). *Desigualdades socioambientales en América latina*. Bogotá, Colombia: Ibero-amerikanisches Institut; Universidad Nacional de Colombia, 2014. p. 13-48.
- GUDYNAS, E. *Extractivismos*. Ecología y política de un modo de entender el desarrollo y la naturaleza. Cochabamba, Bolivia: CEBID, CLAES. 2015.
- HARVEY, D. *A brief history of neoliberalism*. New York, USA: Oxford University Press, 2005.
- INFANTE, P. (In)justicia ambiental en Chile y sus principales mecanismos para mitigar la inequidad: Planificación territorial y derechos de comunidades vulnerables, *Revista de Derecho Ambiental*, Santiago, Chile, año 4, n. 6, p. 143-163, 2016.
- JEREZ, B. *(Des)colonialidades espacio/territoriales y Conflictos Extracivistas en Cuencas Transfronterizas*: El caso de la Patagonia argentino-chilena 2009-2010. 2015. Tese (Doctorado en Estudios Latinoamericanos) - Universidad nacional Autónoma de México. Ciudad de México, 2015.

LATTA, A. Los desastres planificados: Megaproyectos y trauma socio ambiental, el caso de HidroAysén. *Sociedad Hoy*, Concepción, Chile, v. 20, p. 111-129, 2011.

LERNER, S. *Sacrifice Zones: the front lines of toxic chemical exposure in the United States*. Cambridge, USA: MIT Press, 2010.

MARTÍNEZ ALIER, J. *El ecologismo de los pobres*. Conflictos ambientales y lenguajes de valoración, Barcelona, España: Icaria. 2004.

MERLINSKY, G. *Política, derechos y justicia ambiental*. El conflicto del riachuelo, Buenos Aires, Argentina: Fondo Cultura Económica, 2013.

MINISTERIO DE MEDIO AMBIENTE. *Evaluación de riesgos para la salud de las personas y biota terrestre por la presencia de sustancias contaminantes en el área industrial y energética de las comunas de Concón, Quintero y Puchuncaví*. Quillota-Chile, 2014a. 353 p. Disponible en: http://www.munipuchuncavi.cl/2.0/sitio10/medioambiente/estudios/articulos-55902_InformeFinal608897_21LP12_PUCV.pdf. Acceso en: 27 mar. 2019.

MINISTERIO DE MEDIO AMBIENTE. *Comunicación del riesgo ambiental para las sustancias potencialmente contaminantes en el aire, suelo y agua, en las comunas de Concón, Quintero y Puchuncaví*. Santiago, Chile, 2014b. 199 p. Disponible en: http://www.munipuchuncavi.cl/2.0/sitio10/medioambiente/estudios/articulos-55902_InformeFinal_DICTUC.pdf. Acceso en: 27 de mar. 2019.

OCÉANA. *Campaña Pasadas ¡No más zonas de sacrificio!* Santiago, Chile, 2015. Disponible en: <http://chile.oceana.org/nuestro-trabajo/zonas-de-sacrificio/campa%C3%B1a>. Acceso en: 27 ago. 2018.

PALACIO, G. Breve guía de introducción a la Ecología Política (ecopol): Orígenes, inspiradores, aportes y tema de actualidad. *Gestión y Ambiente*, Bogotá, Colombia, v. 9, n. 3, p. 7-20, 2006. ISSN electrónico 2357-5905.

PINOCHET, J. El Derecho al ambiente como derecho humano, relaciones y desafíos para su reconocimiento. *Revista de Derecho Ambiental*, Chile, n. 2, p. 97-107, 2006.

PORTO-GONÇALVES, C. W.; LEFF, E. Political Ecology in Latin America: the Social Re-Appropriation of Nature. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, Curitiba, v. 35, p. 65-88, dez. 2015.

SABATINI, F.; MENA, F. Las chimenas y los bailes “chinos” en Puchuncaví. *Ambiente y Desarrollo*, v. 11, n. 3, p. 52-59, set. 1995.

SILVA, E. Democracy, market economics, and environmental policy in Chile. *Journal of Interamerican Studies and World Affairs*, v. 38, n. 4, p. 1-33, 1996.

SVAMPA, M. *La disputa por el desarrollo*. En Cambio de época. Movimientos sociales y poder político. Buenos Aires, Argentina: Siglo XXI. 2008.

TCHERNITCHIN, A. Perinatal exposure to chemical agents: delayed effects by the mechanism of imprinting (cell programming). *Annual Review of Biomedical Sciences*, Botucatu, Brasil, n. 7, p. 68-126, 2005.

TCHERNITCHIN, A.; GAETE, L. Influencia de contaminantes ambientales en la gestación humana: Causante de patologías en el adulto. *Revista chilena de Pediatría*, Santiago, Chile, v. 89, n. 6, p. 761-765, dez. 2018.

TECKLIN, D.; BAUER, C.; PRIETO, M. Making environmental law for the market: the emergence, character and implications of Chile's environmental regime. *Environmental Politics*, v. 20, n. 6, p. 879-898, London, UK, nov. 2011.

TERRAM. *Balance ambiental*. Sacrificando Chile por la inversión. Presidenta ¿zonas de sacrificio o justicia ambiental, Santiago, Chile, 2014. Disponível em: http://www.terram.cl/descargar/balance_ambiental/Balance-Ambiental-2014-Sacrificando-Chile-por-la-inversion-Presidenta-zonas-de-sacrificio-o-justicia-ambiental.pdf. Acesso em: 27 ago. 2018.

ZHOURI, A. *et al.* O desastre de Mariana: colonialidades e sufrimiento social. In: ZHOURI, A.; BOLADOS, P.; CASTRO, E. (org.). *Mineração na América do Sul neoeextrativismo e lutas territoriais*. Minas Gerais, Brasil: Annablume, 2016. p. 45-66.

O desastre continuado das UHEs de Santo Antônio e Jirau ou o que decorre da privatização e financeirização de um grande rio amazônico

Luis Fernando Novoa Garzon

Introdução

A rotação dos desastres ambientais em um capitalismo fundado na espoliação permanente e na irresponsabilidade organizada propicia a normalização e a rotinização da catástrofe. *Pari passu*, as responsabilidades são dissipadas enquanto rastros das incorporações econômicas estruturalmente criminosas tornam-se caminhos regulamentares. O desastre socioambiental produzido pelas usinas hidrelétricas Santo Antônio e Jirau, no rio Madeira, ficou na sombra do desastre magnificado de Belo Monte. E depois veio o inominável de Mariana: uma bacia hidrográfica inteira, centenas de cidades, uma extensa região marítima e litorânea sufocadas e contaminadas por lama tóxica. E seguem sendo urdido outros desastres na mesma esteira pois eles decorrem da especialização regressiva do Brasil e dos jogos vorazes de conglomerados transnacionais de energia, mineração e agronegócio que prosseguem. Enuncia quem quer e paga para ver quem pode. Progresso ou catástrofe?

A premissa, aqui experimentada e vivida, é que os processos de implementação de infraestrutura de larga escala dependem de cidadelas de poder irrestrito, “não-lugares” políticos; em outros termos, em zonas autonomizadas e despidas de qualquer contratualidade social. A fórmula de desastres entronizados por meio de estudos ambientais precários e agências reguladoras mutiladas teve na implementação das UHE no rio Madeira sua

máxima clarividência. Assim se deu a entronização do modelo de incorporação territorial em larga escala, adotado nas últimas décadas na Amazônia: a) planejamento alinhado a determinações exógenas-endógenas de circuitos de fornecimento global; b) planejamento setorial privado governamentalizado¹ em marcos formalmente democráticos, sob a égide do discurso da sustentabilidade e do desenvolvimento regional; c) financiamento das obras por meio de arcabouços financeiros artificializados que cristalizaram largas margens de rentabilidade em detrimento de qualquer custo socioambiental “adicional”, processo sustentado às cegas pelo BNDES.

Em continuidade, bizarra apenas na aparência, foi lançado em 2016 o programa “Parceria para Investimentos” (PPI). O preposto dos mercados de plantão na Presidência só poderia radicalizar a lógica de maximização do suporte público aos conglomerados privados e de minimização dos mecanismos de regulação pública e social.

Em benefício da dúvida e da contestação dessa normalidade cínica, é preciso estender a memória do que podia ter sido. Até mesmo para pleitear as justas reparações e transições, é indispensável que haja o registro e o aquilatamento de cada um desses golpes empresariais-financeiros, de cada um desses martírios sociais e ambientais. Aqueles que mais interagem com os ciclos do rio, suas cachoeiras, seus sistemas lacustres e de várzeas foram ceifados na raiz, justamente porque sua extinção representa a dissipação de soberania social – que é aliás o objetivo de fundo de qualquer limpeza social profunda. Os consórcios responsáveis pelas UHE Santo Antônio e Jirau impuseram forma e ritmo de implementação já contando com o abastardamento das instituições de controle e fiscalização. O barateamento do território e da população, na forma de desastres continuados, fazia parte do preço calculado. O desastre, com seus gatilhos de socialização e etnicização dos prejuízos, lastreia o acordo econômico-político em torno da “província hidrelétrica” no rio Madeira.

¹ Traduzo a meu modo aqui o conceito de *statehood* (literalmente “estatalidade”) que compreenderia, por um lado, desdobramentos e repercussões da ação estatal para além do aparelho do Estado, e por outro, incorporações e incrustações de dinâmicas privadas sociais neste mesmo aparelho (BRENNER, 2004).

Capitais permanecem juntos e serenos enquanto se mantêm direta ou indiretamente, a rentabilidade prevista. Há acordo desde que mantida a possibilidade de contínuas readequações dos aproveitamentos, sem custos administrativos e riscos financeiros adicionais. Exatamente por isso as usinas hidrelétricas Santo Antônio e Jirau continuam sendo apresentadas como eficientes, inovadoras e limpas, mesmo após cheia amplificada de 2014. Vê-se que a espoliação é simultaneamente cognitiva e material. Esses indicadores não levam em conta a cessação de ciclos situacionais-culturais de milhares de camponeses e extrativistas ribeirinhos. Não consideram o estraçalhar de famílias e laços de vizinhança. Não contabilizam as fontes de renda e de convivência suprimidas. Muito menos Unidades de Conservação, repentinamente vistas como obstáculos no caminho do negócio multiplicador de outros negócios igualmente depauperantes de florestas, lagos e rios, onde a vida multiforme se repunha e se ritualizava. Fora de cômputo ficam também cidades e distritos da região afetada, transformadas em postos de passagem e vigilância.

Não se trata de negar o acontecido, mas de qualificá-lo. A retenção da experiência dessas apropriações devastadoras vêm sendo dificultada por uma política deliberada de blindagem jurídica e técnica erguida com base em um *lobby* setorial intensivo e em financiamentos empresariais seletivos a grupos de pesquisa e laboratórios fornecedores de ciência pronta. No caso aqui discutido, o necrológio e o inventário da pilhagem do rio Madeira não deve servir para que sejam internalizados, *ex post*, custos dissimulados dos empreendimentos, mas sim para que não esqueçamos o que foi arrancado e desfigurado e para asseverar que nada disso tem preço.

1 Desastre precificado e financeirizado

O sentido e a direção das políticas econômicas hegemônicas e de seus arranjos espaciais é o de liquidação dos bens públicos e das riquezas ainda não privatizadas e monopolizadas. Isso explica porque, no Brasil, os territórios não completamente mercantilizados, especialmente na Amazônia,

têm sido frente prioritária de expansão capitalista. O desterro da Amazônia como “barreira espacial”, na visão dos depredadores – ou, em nossa ótica, como região singular, diversa, por isso merecedora de proteção – é uma manifestação tópica de uma crise de sobreacumulação em escala mundial e que se manifesta por meio de expropriações materialmente fulminantes, ordenadas por esferas de valorização formalmente desmaterializadas, financeirizadas, fictícias apenas nesse sentido.

O que se convencionou chamar de “financeirização da natureza” corresponde à imediatez das apropriações em primeira e última instância, computadas, decididas e viabilizadas nas esferas mais centrais dos conglomerados. Assim como são capitalizados e securitizados os orçamentos públicos, bens naturais constituem estoques e atributos que definem a concorrência interimperialista. E carregam valor ideológico agregado em nome de seu “uso racional” com base em pacíficas governanças ambientais e/ou climáticas. A verdade bem outra é que a conversão dos bens naturais e setores de infraestrutura em mercados de curto prazo, colocam biomas, comunidades, regiões sob enorme insegurança e risco de descarte, sempre à mercê de movimentos especulativos e de práticas combinadas de fusões e aquisições com antecipações financeiras que se sobrepõem a direitos difusos e coletivos antes adquiridos.

Opera vigorosamente nesse cenário a chamada chantagem locacional (FONTAGNÉ; LORENZI, 2005; ACSELRAD; BEZERRA, 2010), muito mais eficiente e perversa em regiões concebidas como atrasadas, em falta portanto com o que seriam os requisitos do “desenvolvimento”. Por isso, nas bordas depredadas e devastadas da Amazônia ou em áreas consideradas estagnadas, aumenta o poder de sedução do cenário de “salto adiante” oferecido pelos grandes projetos. A fronteira de acumulação assim se consolida com custos de fronteira, em outros termos, com a precarização do mercado de trabalho, a flexibilização e virtualização das normativas urbanísticas e o relaxamento da legislação ambiental. Em meio à frouxidão social e institucional é que se robustece o espírito de pilhagem financeira (MATTEI; NADER, 2013).

Governos incubados por arranjos privados abriram e limparam o terreno para esses ajustes espaciais, principalmente por meio de suas estatais e bancos públicos. A tão aguardada (em uma perspectiva nacional, popular e democrática) “presença do Estado” na Região Amazônica se fez sentir sob o signo rentista-neoextrativista (CARVALHO; MILANEZ; GUERRA, 2018) do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e da Iniciativa de Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA). O objetivo desses programas-portfólios foi o de atrair massas ociosas de capital superacumulado, oferecendo espaços extraordinários de valorização por meio do rebaixamento dos custos e regulamentações. Adequaram as regras setoriais aos arranjos empresariais mais articulados e depois se dispuseram a bonificá-los com isenções, subsídios, indenizações por eventuais perdas de lucratividade potencial, entre outros benefícios obscenos.

Formatar grandes projetos de infraestrutura com foco predominante no retorno financeiro significa enxugar o repertório de mecanismos de regulação do mercado. A crise autoimposta fiscal do Estado, na forma de “austericídios”, procura encerrar essa possibilidade, tendo em vista a impossibilidade de se elevar o nível do investimento público sem comprometimento do esforço fiscal e sobre-endividamento. Daí a forma salvacionista como foi apresentada a solução de financiamentos, que em tese se viabilizam por si sós, mas que requerem garantias de retorno que dependem de desmontes prévios de regulações e políticas domésticas. A consolidação do modelo de *project finance*² na área de infraestrutura seria desse modo “o pilar para o equacionamento” das captações de recursos para o setor. Ao fim e ao cabo, a rentabilidade dos projetos postos em operação, com suas respectivas Sociedades de Propósito Específico (SPE), foi sustentada mesmo com maciças doses de recursos públicos, injetadas sem qualquer dificuldade e com a prerrogativa, à época, de desconto nas metas de superávit primário; prova redobrada da conjugação de interesses entre a banca internacional, segmentos rentistas e primário-exportadores.

² O *project finance* nomina um conjunto de acordos de financiamento segundo a lucratividade futura do projeto, em níveis de previsibilidade administráveis de modo que o retorno financeiro garantido do projeto é o que importa, sendo suas repercussões para o desenvolvimento do país ou região apenas “efeitos colaterais desejáveis” (NOVOA GARZON, 2010).

Nos *project finances* adotados para as usinas hidrelétricas no rio Madeira, a receita futura (direitos de receber em fluxos de energia) foi transformada em recebíveis antecipadamente, por conta de generosa cobertura pública. O BNDES assumiu entre 60% e 75% do total financiável dos empreendimentos. Até 2015, foram empenhados cerca de 30 bilhões de reais para as usinas hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau e seu linhão de transmissão. Firmou-se, na prática, um compromisso de todos os atores em prevenir riscos não contabilizados. De pronto, isso representou uma postura defensiva dos custos sociais e ambientais e de todos seus imponderáveis. Como se viu ao longo da implantação e operação, tudo o que afetava taxas de retorno dos empreendimentos foi expurgado pelos agentes privados e públicos comprometidos com esse nível de “resultados”. Em suma, a metodologia padrão do financiamento das duas hidrelétricas foi o enquadramento de todos os custos e riscos nos marcos de parâmetros de rentabilidade já acordados.

Mecanizado em barragens sucessivas, o rio Madeira foi convertido puramente em um espaço construído (*built environment*) de suporte dedicado ao processo de acumulação (HARVEY, 2005). Depois dessa rápida conversão, fenômenos extremos atinjam o rio e sua bacia somente podem provir da “natureza” desse mesmo processo. O apelo à causas naturais para explicar os desastres regulares promovidos por essas intervenções busca tão somente justificar a compulsoriedade do tratamento das consequências, em outros termos, a necessária “gestão” dos problemas provocados pelo desastre sem responsáveis. Não perdura nem sombra ou aura do que possa ser interesse difuso ou do que seja uso múltiplo das águas. Os grandes barramentos hidrelétricos determinaram uma intervenção homogênea no rio Madeira, inviabilizando a pesca, agricultura de várzea, a silvicultura, o transporte de pequenas embarcações, vedando um conjunto de manifestações socioculturais próprias às comunidades ribeirinhas.

O desastre induzido, maquiado como natural, é mais que fonte originária de rentabilidade. É trama para a vigência de formas expandidas de controle biopolítico sobre os atingidos. Ribeirinho, pescador, coletador, agricultor familiar, antes condição potencialmente titular de direitos,

decai, no pós-desastre, para a condição de flagelado à mercê de políticas emergenciais e assistenciais, quando muito. Maneira cômoda para os causadores e beneficiados de última instância de apagar evidências de crimes sociais e ambientais perpetrados. Em ato final, entram em cena a Defesa Civil e a Polícia Ambiental com suas medidas evacuatórias, aplicadas em nome da segurança das pessoas ou em nome da proteção de uma paisagem despossuída de pessoas.

Que a energia elétrica seja convertida em ativo financeiro, não há novidade, desde as reformas privatistas dos anos 1990; mas que o conjunto da infraestrutura energética nacional seja concebido e gerido como simples dinamizador de fluxos financeiros, é um retrocesso societal, um sinal de esvaziamento deliberado de mediações sociais e políticas inscritas no planejamento territorial. Tal qual ocorreu com a terra e a moradia urbanas, a construção de infraestruturas especializadas, de ambiências próprias para a reprodução do capital, não se limitam a um papel secundário na acumulação, o que borra possíveis distinções entre um circuito primário e outro secundário de acumulação (LEFEBVRE, 2008). Fato que explica a centralidade política que os setores de energia e de infraestrutura adquiriram nas agendas dos colegiados empresariais, das instituições governamentais e multilaterais. Depois disso, que podem ser os arranjos territoriais oriundos desses circuitos entrecruzados, senão plataformas, platôs, corredores, zonas de sacrifício e de amortização?

2 Supressão de direitos em escala amazônica

A Região Amazônica tem cumprido um rebaixado papel de suporte e aprofundamento do “padrão de especialização produtiva” (OSÓRIO, 2012) notabilizado pelo uso intensivo de recursos naturais, pela flexibilização de direitos territoriais e de normativas ambientais e pela precarização e desvalorização da força de trabalho. Em síntese, a região foi posta serviço de sua negação. Não casualmente, os setores considerados carros-chefe desse modelo – a indústria extrativa mineral, o agronegócio e a infraestrutura

dedicada ao escoamento de *commodities* – estão fortemente ancorados na Amazônia e estão em contínua expansão.

Reterritorializações, instauradas com base na interpenetração entre grupos privados e aparelhos governamentais e intergovernamentais, tendem a obter imediata abrangência regional e continental, acompanhando redefinições estratégicas e locacionais dos capitais de diversas origens envolvidas. Quem vai pavimentando esse caminho por dentro da nação descosturada são elites desenraizadas, simultaneamente empreendedoras de genocídios e ecocídios.

A Amazônia foi se incumbindo e “funções” agropecuárias e minerais crescentes, na sequência da marcha para o (centro) oeste (OLIVEIRA; REICHTUL, 1973). A consolidação das fronteiras agrícola, mineral e energética na Amazônia, décadas depois, expressa como se deu o processo de homogeneização do espaço econômico do país por meio da garantia de dilatação das taxas de lucro nas margens, nos espaços periféricos subalternizados.

Evoluímos assim de um “colonialismo interno” (CASANOVA, 2007), em que a ditadura empresarial-militar de 1964 procurava incorporar a Amazônia à estrutura produtiva do centro-sul do país por meio de obras viárias e de incentivos fiscais, para a condição de franja auxiliar do processo expansivo das cadeias transnacionais de valorização do capital. As mediações políticas derivadas da anterior divisão inter-regional do trabalho, foram substituídas por fórmulas territoriais flexíveis condizentes com as novas estratégias de deslocalização dos investimentos e ajustes espaciais consecutivos.

Nessa periferia da periferia é que se forjou a forma-padrão de apropriação de recursos territorializados em larga escala: o modelo energo-minero-metalúrgico que condena a região a ser uma eterna sucessão de enclaves em rotação – um enorme menu territorial à disposição de investidores privados e suas encomendas. Novas parcerias entre capitais e reconfigurações passam a ser fundadas na garantia de dinamismos adicionais e extraordinários para a realização de valor nesses setores matriciais. O que retoricamente se temia, a chamada “internacionalização”, tornou-se agora uma premissa regulatória: prerrogativas máximas para os investimentos, sem distinção. O que os atrai de fato e os leva fixar investimentos estrangeiros, para além da aquisição e

capitalização de blocos de recursos naturais isoladamente, é a possibilidade de empresariar o controle e a gestão de extensas faixas territoriais. O quadro se agravou na conjuntura recente, com estabelecimento de processos de ruptura institucional e de mafialização da representação política a partir de 2016.

Medidas congressuais-governamentais têm franqueado a exploração compulsória de recursos naturais na Região Amazônica, suspendendo a vigência de direitos territoriais reconhecidos nacional e internacionalmente. Mas sem olhares e vozes sociodiversas não há mais Amazônia e sim uma reserva elástica de riqueza a ser apropriada e preenchida a todo custo. Essas medidas são afiançadas por uma percepção capitalistocêntrica auto-referente que pressupõe a existência de um nível econômico-tecnológico superior por mérito civilizador. Demérito portanto dos não abrangidos, dos “de fora”, dos não prontamente assimiláveis à relações sociais apresentadas como “competitivas”. Bloqueio e desqualificação daqueles mesmos olhares e vozes não engolfados pelo discurso técnico-científico, para que não haja controvérsias e desgaste acerca dos requisitos indispensáveis do crescimento econômico, ou para o retorno a ele (ZHOURI; LASCHEFSKI; PEREIRA, 2014).

Ainda que seja por somatória, cabe descrever o modelo econômico hegemônico como “rentista-neoextrativista” (CARVALHO; MILANEZ; GUERRA, 2018), ao qual o país foi entregue nas últimas décadas, combina reiteradas expropriações primárias ao longo da fronteira econômica, com formas espoliativas de última geração. A discricionariedade que se inscreveu nas últimas concessões minerárias, energéticas e dos setores de infraestrutura, seguramente não se justifica por algum tipo de amadurecimento social e institucional das concessionárias privadas. Ao não admitir sequer o eco de soberanias passadas, ao não vislumbrar outras soberanias no porvir, o país perde capacidade de definir contornos sociais, implodidos os regimes de convivência e direitos territoriais decorrentes. Assim, arregimentam-se milhões de novos candidatos para regimes de trabalho anômalos ou análogos à escravidão.

É assim que a precarização dos direitos territoriais alimenta a precarização dos direitos sociais como um todo. Precarização exemplar essa que reduz ou extingue espaços pactuados de interação social e de reconhecimento, incluindo

toda a legislação e normativas protetivas decorrentes desses pactos. Significa capacidade de precarizar tudo que estiver abaixo e próximo. Desconta-se na natureza dos “menos competitivos” os custos adicionais da última crise financeira. Fica patente que não há criação de riqueza nova sem devastações prévias de biomas, culturas e soberanias sociais. A supressão concreta de sujeitos referidos por décadas e séculos a unidades de trabalho familiar polivalentes e cooperativas, estreitamente vinculadas aos ciclos hidrológico e climático, soa como um ato sacrificial, prova de sintonização com a cronologia hierárquica que inventa novos pobres desalentados, deslocados do espaço porque deslocados do tempo.

Esse movimento dissipador e desorganizador promovido pela burguesia brasileira, forjada em sucessivas “crises internacionais”, ou reconfigurações interimperialistas, transparece no esforço “recodificador” da parte do “circuito superior” da sociedade brasileira, tão bem identificado por Alfredo Wagner B. Almeida (2012). Se após os anos 1930, no Brasil, os códigos (de água, ambiental, mineração, relativo aos povos indígenas) expressavam ou reverenciavam pactos apresentados como tendencialmente universalizantes - neste caso específico, como vetores da “construção nacional” - as recodificações efetuadas e as em curso, a partir de 2010, aduz Almeida, procuram tornar compulsórios processos de apropriação e exploração dos recursos naturais em nome do “interesse nacional”. Inalienáveis agora devem ser os “direitos dos investidores”, proclama o perene governo da crise. A fórmula dessa recodificação ou re-regulamentação é a descostura de padrões de homologia social, daí o recurso a “normas abertas”, contratualizáveis e descentralizáveis para que os particularismos dominantes possam ser traduzidos sem dificuldade como o interesse geral ou nacional.

O intento de pôr fim ao padrão geral encerra a busca por qualquer generalização, ou seja, qualquer universalização de benefícios civilizatórios. Um meio digno, real e almejável para todos parece inconciliável com a máxima ostentação da prosperidade, como novo sentido e espírito do capitalismo mundializado global, mais ainda nas periferias intermediárias, que precisam replicar desigualdades sociais e regionais em escala ampliada.

O princípio legitimatório do combate às desigualdades, que presidiu o intento redemocratizador após 1985 e que pontificou o ordenamento constitucional de 1988, parece ter se esaurido a partir da ruptura institucional de 2016 e o decorrente processo eleitoral de 2018. Condições econômicas referentes ao controle transnacional e financeiro da riqueza, e condições políticas referentes à dilapidação da força social organizada e ao esvaziamento das instituições representativas permitiram a emergência uma agenda ultraliberal para a economia e uma agenda neofascista de militarização dos territórios e de controle da conduta.

Nesse quadro, os remanescentes de povos tradicionais nos entornos dos grandes empreendimentos da Amazônia só podem existir condicionalmente como “populações vulneráveis”, dependentes de medidas assistenciais. Seringueiro, castanheiro, pescador, ribeirinho, na narrativa modernizadora hegemônica, deixa de ser concebível como categoria não descritiva ou como condição coletiva consciente. Não pode haver alguém que tenha escolhido, aderido, adotado e criado seu território no entremeio dos ciclos econômicos, inventando um ciclo orgânico continuado.

A dinâmica destrutivo-criadora do capitalismo no Brasil é intensiva o suficiente para promover silenciamentos territoriais com poder retroativo. O colonialismo reciclado, que emana do modelo rentista-neoextrativista vigente, impulsiona o apagamento dos rastros de usufruto minimamente recíproco de bens comuns. A depender dos promotores e legitimadores dessa interminável frente de desposseção, só apagamento e amnésia. E não adianta supor compensações do tipo uma devastação ali, uma preservação acolá. O que vemos, medimos e sentimos aqui é que o pior não tem chão ou piso: o pior é uma queda livre que leva de roldão todos os limites de tolerabilidade anteriores.

A destruição criadora admissível nesse tempo de catástrofes ambientais, sociais e econômicas, se é o caso de ficar nos marcos dessa gramática finalista, seria a interrupção de grandes obras e intervenções não recíprocas com o meio, seria a reversão dos grandes fluxos de extração de recursos naturais em grande escala para atender monopólios privados em detrimento de biomas, solos, rios, vales, dinâmicas climáticas, cidades e mercados locais e regionais.

3 Licenciamento ambiental e capacidade de enunciar o inominável

Quem tem medo do licenciamento ambiental brasileiro, particularmente na Amazônia? Quem pode temer avaliações sistemáticas dos efeitos sociais e ambientais de grandes empreendimentos a partir de critérios previamente estabelecidos? Afinal, quem tem medo de um país minimamente democrático e justo? A última pergunta responde as primeiras.

Investimentos concebidos e embalados para produzirem dividendos para controladores e coligados procuram se imunizar de qualquer escrutínio técnico ou social. Não há como separar a desenvoltura dos negócios intensivos em recursos naturais, suas conquistas práticas e institucionais, digamos assim, do retraimento das normativas ambientais, elas mesmas culpadas e incômodas, mesmo quando caladas e inoperantes. O que era aceito pacificamente como premissa de legitimidade e soberania nacional entre as décadas de 1980 e 1990 passou a ser representado no discurso empresarial e oficialista como trava e custo adicional a partir do *boom* de *commodities* nos anos 2000, que aferrou de vez o país ao modelo de especialização produtiva em suprimentos a partir do uso intensivo de recursos naturais.

O licenciamento é a ponta do fio que leva até o modelo hegemônico de uma nova - e comparativamente vantajosa - primarização do país. É uma questão de territorialização empresarial *versus* a territorialização social, e de que forma a lei, ou seja, o licenciamento estabiliza/legitima essas relações assimétricas. O que tem prevalecido no desenho institucional de Instituições Financeiras Multilaterais e Governos é o cruzamento das agências que regulam e/ou estimulam setores produtivos e de infraestrutura com as agências reguladoras de meio ambiente, em transversalidade abastardada. O licenciamento ambiental se torna sucedâneo do metabolismo empresarial e se subordina a ele, tendo como função regular os efeitos predatórios indesejáveis da descoordenação de capitais atuando sem paralelismos. Fica assim explicitada a política ambiental dos capitais (ACSELRAD, 2007).

Retornando à mutisetorial indústria hidrelétrica instalada no Brasil, já se tornou corrente, no campo empresarial e no campo governamental e inter-governamental conexo, maldizer as dificuldades do licenciamento de hidrelétricas no Brasil. O Banco Mundial foi o primeiro a mandar recados acerca da ausência de um marco temporal rígido para a emissão de licenças ambientais³. Flexibilização e supressão das normativas ambientais e referentes a direitos territoriais de comunidades tradicionais são alvos prioritários da bancada ruralista e dos que a movem. O “meio ambiente”, os ambientalistas, ribeirinhos, quilombolas e etnias originárias são apresentados, portanto, como obstáculos ao crescimento, à expansão da geração hidrelétrica, corresponsáveis de qualquer “apagão” ou desabastecimento residencial e industrial que venha a ocorrer. Questão de “segurança econômica”, alegam os juizados de segunda instância. Inadmissível qualquer avaliação de fundo acerca de projetos que, se paralisados, trariam “grave risco para a economia pública”⁴.

A chantagem do risco de desabastecimento, que se desdobra na chantagem da energia termo-nuclear, se desmonta diante da elementar pergunta sempre posta pelos movimentos sociais: para que e para quem? Quem precisa consumir energia em grandes blocos e em tão curto prazo? Não são moradores, trabalhadores e micro e pequenos empresários obrigados a arcar com uma perversa tarifa cruzada que materializam os elevados lucros das distribuidoras privadas. Advogam os lobistas que se a bacia do rio Tapajós e todo o potencial restante da bacia amazônica no Brasil e no continente não for aproveitado, não haveria outra alternativa para disponibilização imediata de energia senão aumentar a produção termelétrica convencional e nuclear. A

³ Para maiores detalhes sobre a interveniência do BIRD no processo de flexibilização do licenciamento ambiental de empreendimentos hidrelétricos no Brasil, ver: “Bird ‘sugere’ licenciamento submisso aos investidores” (NOVOA GARZON, 2008). Disponível em: http://www.oeco.com.br/todos-os-colunistas/64-colunistas-convidados/16817-oeco_26918. Acesso em: 15 abr. 2018.

⁴ “Não se pode deixar de considerar o grave risco para a economia pública, caso não se implemente o programa traçado em virtude da medida liminar” é o que consta nos motivos do presidente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, Jirair Aram Meguerian, para caçar a liminar que suspendia a licença ambiental da UHE de Jirau em 04.12.2008. Disponível em: https://www.conjur.com.br/2008-dez-05/trf_regiao_suspende_liminar_libera_obra_jirau Acesso em: 05.06.2017

questão é exatamente quem precisa dessa disponibilização imediata de energia, senão os mesmíssimos setores eletro-intensivos, exportadores de produtos básicos, associados às próprias concessionárias-construtoras, os mesmos que põem a dita chantagem na mesa como se estivessem representando algo mais que seu próprio interesse corporativo.

Sem discutir previamente qual o perfil predominante da demanda de energia no país, vinculado a um determinado modelo energético e econômico, estaremos sempre na iminência de fazer sacrifícios adicionais em termos ambientais, sociais e de soberania para uma expansão energética que não atende a nenhum horizonte de sociedade ou país.

Quem não teme a desintegração do país, não teme trajetórias de “colapso ambiental”. Ao contrário, a iminência do colapso serve de parâmetro para a modelagem de novos meios técnicos destrutivo-criativos e para a governança da escassez. A desigual apropriação e a exclusividade de acesso a bens naturais é, nessa ótica, condição de sua “conservação”. Assim procede, por exemplo, o Fórum Mundial (corporativo-governamental) da Água, ao defender variados formatos de privatização dos serviços e usos da água em nome da preservação desta que seria uma “mercadoria especial”.

Os pretensos limites ambientais à marcha voraz do crescimento econômico, ao invés de se estabelecerem como uma contradição sistêmica fundamental, são antes anteparos discursivos para criação de novas frentes de acumulação. Regimes climáticos são propostos para conduzir transições econômico-tecnológicas sob a égide de um consenso produzido em torno de um “planeta comum”. O oligopólio financeiro mundial, com hegemonia atualizada, cuida agora de todos seus habitantes por intermédio de mecanismos de mercado que se apresentam por isso mais universalizáveis. Na prática, a agenda verde viabiliza a continuidade de uma agenda marrom dissimulada. É de se notar que os estímulos propostos nos acordos climáticos internacionais, no sentido de “descarbonizar” as fontes de energia, desconsideram adicionalidades de devastação, diretas e indiretas, proporcionadas por monocultivos e hidrelétricas.

4 afetações permanentes e revisões parciais

Os reservatórios de Santo Antônio e Jirau foram minimizados nos estudos em desconsideração deliberada dos efeitos de sedimentação e de remanso, e agigantados na prática com a sobre-elevação permanente dos corpos tributários e dos igarapés que antes afluíam, no período da vazante, para o rio Madeira. Esse rico e diverso trançado hídrico, diretamente vinculado à dinâmica do rio Madeira, passou a ser submetido a um permanente efeito de “repique”⁵, incluindo o afogamento, como se vê na Figura 1, daquilo que eram florestas ombrófilas densas, florestas úmidas adaptadas a cheias sazonais, mas não a sobrecheias permanentes. Pode-se observar a partir do ponto vermelho de referência nos quadros B2 (2011) e B2a (2015) como as águas represadas extravasam os eixos de drenagem anteriores, condenando assim extensas áreas florestadas por inundação e comprometendo ainda mais a qualidade da água que circula nesses reservatórios.

A outorga da ANA⁶ a concessionárias privadas que operam hidrelétricas a fio d’água, por definição, não admite uso de regularização do rio através do reservatório. Dois barramentos, ainda que nominalmente a fio d’água, no mais caudaloso afluente do rio Amazonas, redefinem completamente a sua vazão e feição. Como presumir que as UHE Santo Antônio e Jirau, motorizadas com 50 mega-turbinas cada uma, cada turbina com capacidade de gerar 70,0 MW (mais do que o dobro do teto de geração de uma pequena central hidrelétrica), não fossem produzir mudanças drásticas na dinâmica hidrossedimentológica de toda bacia do rio Madeira?

⁵ Fenômeno regionalmente assim denominado quando se dão as cheias do rio Madeira e o fluxo dos tributários, canais, igarapés, furos e entradas de lagos sofre uma reversão. Dá-se, nesse período, o preenchimento de toda várzea adjacente, em um rico ciclo sucessivo de retroalimentação biótica da bacia. Como os projetistas fazem questão de dizer, com as barragens, os níveis d’água máximos dos reservatórios alcançarão “níveis pouco superiores aos das cheias naturais do rio”. A questão é que esses níveis ficarão nesse patamar máximo de forma perene. A consequência inequívoca tem sido a observância de um desastroso “repique” permanente nesses corpos hídricos conexos.

⁶ Cf. Manual de procedimentos técnicos e administrativos de outorga de direito de uso de recursos hídricos de 2013 (ANA, 2013).

Figura 1 - Desflorestamento por expansão de reservatórios



Fonte: Monitoring of the Andean Amazon Project (Maap)/WorldView-2 from Digital Globe (NextView), 2016.

A alegação apriorística, sem estudos adicionais e específicos de cada caso, de que o dispositivo não altera a vazão dos rios (vazão afluente = vazão defluente) se tornou uma conveniente escusa para não haver responsabilidade determinável por sobrealagamentos a montante e desbarrancamentos a jusante. Abstração que sai muito cara para quem vive ao lado de um rio com variações de cota e vazão condicionadas por dois reservatórios geridos para maximizarem a geração de energia. Por isso, não tem cabimento afirmar que a opção por turbinas bulbo e usinas a fio d'água no rio Madeira atendeu a alguma diretiva de redução de danos ambientais.

Gigantescas usinas a fio d'água em rios amazônicos implicam em alterações não menos arrasadoras que aquelas produzidas por hidrelétricas com reservatórios convencionais, como a UHE Tucuruí. As “novas tecnologias” anunciadas para a exploração do potencial hidrelétrico do rio Madeira são antes novas tecnologias de poder do capital e de silenciamento da crítica, que dependeram de uma aplicada engenharia reversa do processo de licenciamento ambiental e da sistemática de concessões e outorgas. A dita

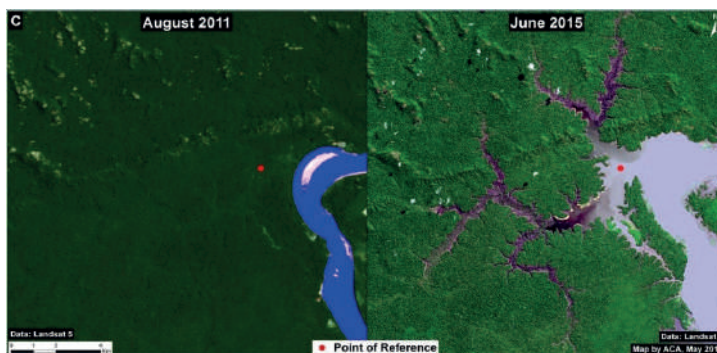
inovação serviu de pretexto para inaugurar um novo ciclo de grandes projetos hidrelétricos na Amazônia, na embalagem mais sustentáveis e inclusivos. As alterações qualitativas nos meios físico, biótico e socioeconômico do rio Madeira não se tornaram menos irreversíveis ou menos absolutas por conta da proporção “relativamente menor” dos reservatórios das usinas “a fio d’água”, como reiterou a publicidade oficial.

Além disso, por conta da retenção intensificada de sedimentos a montante e do efeito-remanso, os dois reservatórios não cessam de se expandir lateralmente, engolfando tributários, igarapés, lagos e baixadas. Adiciona-se a essa expansão desmedida o aumento autorizado da cota do reservatório de usina de Santo Antônio pelo Ibama em 2018, comprometendo não apenas milhares de hectares de floresta nativa, mas também distritos como Abunã, ao final do reservatório de Jirau, na fronteira com a Bolívia, e Jaci-Paraná, acima do reservatório de Santo Antônio, além de comunidades remanescentes e reassentamentos feitos inicialmente para atingidos. Na Figura 2, pode-se compreender como se dá esse engolfamento. A imagem da esquerda apresenta um tributário (rio Mutum) do rio Madeira antes do enchimento do reservatório de Jirau, em 2011 - com um ponto vermelho de marcação para efeito de comparação. A imagem à direita mostra como avançam os limites do reservatório já formado em 2015.

Não é apenas a lâmina da água dos dois lagos que se eleva. Eleva-se também o lençol freático, o que encharca e umidifica de tal modo o solo, que ele se torna inaproveitável para uso agrícola, urbano e de moradia. Onde começam e onde terminam esses “pequenos” reservatórios, então?

A inundação perene de florestas e a inviabilização sumária de comunidades que viviam nos limites do lago deveria ser considerado crime ambiental, além de casos flagrantes de violação dos direitos humanos. No entanto, são considerados fatos consumados que mantêm a viabilidade econômico-financeira do negócio de geração de energia dedicada a subsidiar investimentos eletrointensivos no país.

Figura 2 - Expansão radicular do reservatório de Jirau



Fonte: Monitoring of the Andean Amazon Project (Maap)/WorldView-2 from Digital Globe (NextView), 2016.

Quanto a sedimentos e peixes, não importa o tamanho dos reservatórios, eles serão sempre barreiras físicas. E foi principalmente por conta desses dois quesitos que a primeira equipe técnica do Ibama emitiu Parecer Técnico conclusivo pela inviabilidade ambiental dos empreendimentos⁷. Foram obstáculos passageiros, contornáveis apenas para fins de aprovação a toque de caixa das sucessivas licenças. A partir do início da operação das duas hidrelétricas, em 2012, verificaram-se extensos processos de sedimentação a montante, com o consequente espraçamento lateral dos reservatórios, e processos erosivos a jusante, que levaram a desbarrancamentos de amplo espectro, nas duas margens, dezenas de quilômetros abaixo do paredão da UHE Santo Antônio.

Não havia também estudos acumulados que permitissem simulações minimamente confiáveis quanto ao esteio encachoeirado e ao modo de subida

⁷ Diz o parecer, em sua conclusão: “Dado o elevado grau de incerteza envolvido no processo; a identificação de áreas afetadas não contempladas no Estudo; o não dimensionamento de vários impactos com ausência de medidas mitigadoras e de controle ambiental necessárias à garantia do bem-estar das populações e uso sustentável dos recursos naturais; e a necessária observância do Princípio da Precaução, a equipe técnica concluiu não ser possível atestar a viabilidade ambiental dos aproveitamentos Hidrelétricos Santo Antônio e Jirau, sendo imperiosa a realização de novo Estudo de Impacto Ambiental, mais abrangente, tanto em território nacional como em territórios transfronteiriços, incluindo a realização de novas audiências públicas. Portanto, recomenda-se a não emissão da Licença Prévia” (IBAMA, 2007, p. 221).

dos cardumes de peixes migradores para que os sistemas de transposição de peixes tivessem alguma chance de proporcionar a manutenção das “mesmas condições naturais do rio”. Cumpre notar que a monumental e piscosa Cachoeira do Teotônio, submersa entre os dois reservatórios, atestava o itinerário anterior de espécies de grande valor para os pescadores do rio Madeira como dourada, piramutaba, babão e filhote que ali se concentravam por conta da dinâmica específica da piracema dessas espécies. Barrado o seu trânsito, sofreram significativa diminuição em termos absolutos.

Os sistemas de transposição de peixes instalados pelas duas UHE no rio Madeira não passaram por testes apropriados e até mesmo estudos oficiais admitem a falta de certeza quanto ao seu funcionamento⁸. Dito e feito. O ciclo imemorial da vida, subindo e descendo, foi de repente estancado, como pode ser verificado na variação da produção pesqueira, a montante e a jusante, antes e depois da operação das usinas.

Figura 3 - Produção pesqueira total (kg) desembarcada em Teotônio, a montante da UHE Santo Antônio entre os anos de 2009 a 2014, referente aos meses de novembro a abril



Fonte: Neotropical, 2015.

⁸ Um dos pareceristas contratados pelo IBAMA admite que “não há, entretanto, estudos similares para reservatórios menores ou com águas mais turbidas e velozes (baixo tempo de residência), como é o caso dos dois projetados para o rio Madeira. Embora possa apresentar resultados distintos, o fato dos peixes migradores e suas fases iniciais terem que transpor dois reservatórios a jusante confere um grande grau de incerteza em qualquer prognóstico sobre o tema” (AGOSTINHO, 2007).

Figura 4: Produção pesqueira total (kg) desembarcada em São Carlos, a jusante da UHE Santo Antônio entre os anos de 2009 a 2014, referente aos meses de novembro a abril



Fonte: Neotropical, 2014.

A licença prévia das obras, absorvendo parcialmente o espírito do parecer técnico tornado sem efeito, determinou a otimização da vazão de sedimentos, ovos, larvas e juvenis de peixes migradores. A aplicação do princípio da máxima circularidade e mobilidade do que seria gangrenado com os barramentos ficou, contudo, a cargo das concessionárias controladas por Odebrecht e Suez, que se ocuparam, isso sim, com a otimização dos reservatórios e com a colocação de blocos de energia no mercado livre⁹. Mobilidade valeu apenas para os danos e os danificados.

Conclusão: passagens e saídas?

O esgarçamento da legislação ambiental para que se aprovasse os licenciamentos das hidrelétricas no rio Madeira foi prototípico, no sentido de ser considerado “parte de uma tendência no Brasil para a flexibilização das exigências ambientais e abreviação do processo de licenciamento”

⁹ “Mercado livre” é uma câmara de comercialização de curto prazo de energia elétrica que movimentava lotes de energia pré-negociados e que norteia, ponta-cabeça, o “mercado regulado” que deveria servir à população.

(FEARNSIDE, 2014, p. 1); nos marcos de uma “trajetória de autolicenciamento dos empreendimentos privados com diligente chancela ‘pública’ que os imuniza contra eventuais contestações jurídicas” (NOVOA GARZON, 2008, p. 45), ou ainda um licenciamento em que “diversidades socioculturais são anuladas em função de uma visão parcelar legitimada pela cientificação e juridificação das políticas e imposta com o propósito de representação do bem comum” (ZHOURI, 2008, p. 100).

A ação de improbidade administrativa movida pelo Ministério Público Federal em Rondônia contra o então Presidente do IBAMA evidencia o tensionamento legal produzido, ao afirmar que a concessão das licenças para Santo Antônio e Jirau “encerra um dos maiores crimes ambientais impostos à sociedade” (MPF-RO; MPE-RO, 2009, p. 11).

O reconhecimento da incerteza e da precaução como princípios norteadores e vinculantes do planejamento dos estudos ambientais pode instaurar um processo de aprendizagem social sobre os limites da ciência e sobre possíveis formas de discussão pública informada desses mesmos limites. Faz-se, portanto, necessário intercambiar experiências de mensuração, diferenciação e de responsabilização por desastres socioambientais induzidos, com os demais centros e grupos de pesquisa situados na Amazônia e/ou dedicados a estudos amazônicos. É a contribuição que nos parece mais elementar no momento em que outros projetos hidrelétricos e de infraestrutura, similarmente monstruosos, estão em vias de implementação ou de estudos.

O que se propõe, além de revisões profundas nos processos de licenciamento ambiental (em curso ou já formalmente concluídos), é sistematizar a aparente cacofonia que se manifesta nas controvérsias técnicas e sociais em torno dos grandes projetos hidrelétricos na Amazônia, mediante fóruns multisetoriais que possibilitem espaços de mútua “tradução” entre metodologias e procedimentos científicos e conhecimentos tradicionais e entre interesses nacionais, locais e difusos. Nenhuma alternativa às “alternativas infernais” (que nos circunscrevem a um escopo previamente definido pelo bloco dominante) pode surgir sem regulação ativa da tecnologia, sem caminhos socialmente construídos para impor limites ao poder dos investimentos.

Referências

- ACSELRAD, H. Vigiar e unir: a agenda da sustentabilidade urbana? *Revista VeraCidade*, Salvador, v. 2, n. 2, p. 1-11, jul. 2007. Disponível em: <http://www.veracidade.salvador.ba.gov.br/v2/images/veracidade/pdf/artigo%20vigiar%20e%20unir.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2018.
- ACSELRAD, H.; BEZERRA, G. das N. Desregulação, deslocalização e conflito ambiental: considerações sobre o controle de demandas sociais. In: ALMEIDA, A. W. B. et al. (org.). *Capitalismo globalizado e recursos territoriais: fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Ed. Lamparina, 2010. p. 179-210.
- AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS. *Manual de procedimentos técnicos e administrativos de outorga de direito de uso de recursos hídricos*. Brasília: ANA, 2013.
- AGOSTINHO, A. A. *Parecer sobre o mecanismo de transposição previsto para os reservatórios de Santo Antonio e Jirau*. Brasília: IBAMA/DILIQ, 25 abr. 2007.
- ALMEIDA, A. W. B. de. Territórios e territorialidades específicas na Amazônia: entre a “proteção” e o «proteccionismo». *Caderno CRH*, Salvador, n. 64, p. 63-72, jan./abr. 2012.
- BRENNER, N. *New state spaces: urban governance and the rescaling of statehood*. Oxford: Oxford University Press, 2004.
- CARVALHO, A. M. P.; MILANEZ, B.; GUERRA, E. Rentismo-neoextrativismo: a inserção dependente do Brasil nos percursos do capitalismo mundializado (1990-2017). In: RIGOTTO, R. M.; AGUIAR, A. C. P.; RIBEIRO, L. A. D. (org.). *Tramas para a justiça ambiental: diálogo de saberes e práxis emancipatórias*. Fortaleza: Edições UFC, 2018. p. 19-58.
- CASANOVA, P. G. Colonialismo interno (uma redefinição). In: BORON, A. A.; AMADEO, J.; GONZALEZ, S. (org.). *A teoria marxista hoje*. Problemas e perspectivas. Buenos Aires: CLACSO, 2007.
- FEARNSIDE, P. Barragens do rio Madeira - Sedimentos 2: O primeiro cenário oficial. *Amazônia Real*, Manaus, 05 de maio de 2014. Disponível em: <http://amazoniareal.com.br/barragens-do-rio-madeira-sedimentos-2-o-primeiro-cenario-oficial/>. Acesso em: 28 jul. 2014.
- FONTAGNÉ, L.; LORENZI, J.-H. *Désindustrialisation, délocalisations*. Paris: Conseil d'Analyse Économique, 2005.
- HARVEY, D. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. *Parecer Técnico nº 14*. COHID/CGENE/DILIQ, 21 de março de 2007. Brasília: IBAMA, 2007.

LEFEBVRE, H. *Espaço e política*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

MATTEI, U.; NADER, L. *Pilhagem*: quando o Estado de Direito é ilegal. Tradução de Jefferson Luis Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL; MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA. *Ação civil pública por ato de improbidade administrativa contra Roberto Messias Franco, presidente do IBAMA*, 29 de junho de 2009. Porto Velho: MPF-RO; MPE-RO: Seção 2.1., 2009. Disponível em: http://www.mpf.mp.br/pgr/copy_of_pdfs/acao_jirau.pdf. Acesso em: 03 out. 2018.

NOVOA GARZON, L. F. Financiamento público ao desenvolvimento: enclave político e enclaves econômicos. In: ALMEIDA, A. W. B. et al. (org.). *Capitalismo globalizado e recursos naturais*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010, p. 71-100.

NOVOA GARZON, L. F. O licenciamento automático dos grandes projetos de infraestrutura no Brasil: o caso das usinas no rio Madeira. *Revista Universidade & Sociedade*, Brasília, n. 42, p. 37-58, jun., 2008.

OLIVEIRA, F. de; REICHSTUL, H.-P. Mudanças na divisão interregional do trabalho no Brasil. *Estudos Cebap*, São Paulo, v. 4, p. 131-168, 1973.

OSÓRIO, J. Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica. In: FERREIRA, C.; OSÓRIO, J.; LUCE, M. (org.). *Padrão de reprodução do capital*. São Paulo: Boitempo, 2012, p. 37-86.

ZHOURI, A. Justiça ambiental, diversidade cultural e accountability: desafios para a governança ambiental. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 23, n. 68, p. 97-107, out. 2008.

ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K.; PEREIRA, D. B. *A insustentável Leveza da Política Ambiental*. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

PARTE III

Espaços em construção e dimensões simbólicas



Amazônia: da dependência a uma nova situação colonial

Violeta Refskalefsky Loureiro

Introdução

a) A construção da subalternidade - a Amazônia converte-se no Outro do Brasil

Ao tratar do problema, algumas questões impõem-se de início: como a região converteu-se em colônia do Brasil, situação poucas vezes admissível em pleno século XXI, justamente quando as últimas antigas colônias europeias na África tornavam-se independentes? Como foi construída essa condição de subalternidade amazônica?

As respostas não são simples; até porque essa condição não se instalou abruptamente. O processo de conquista da região no passado e na atualidade combinam, em permanência, alguns elementos-chave e, portanto, é preciso compreender porque e como a Amazônia, ao longo de sua história foi sendo convertida no “Outro” do país Brasil, tanto para estrangeiros quanto para os próprios brasileiros, processo este que, embora tenha origens remotas no período colonial, permaneceu depois dele, fixou suas estruturas a partir dos anos 70 do século XX, estando atualmente sedimentado nessa condição.

Os primeiros exploradores inauguraram mitos de toda ordem sobre a região. Refiro-me aos mitos construídos pelo olhar e a alma do estrangeiro, a partir de uma visão da terra e da gente, fundada pelo imaginário do homem de fora da região e, no caso, fortemente distorcida. Navegadores e escrivãos foram os arautos que anunciaram os mitos originais, que converteriam a Amazônia no “Outro” desde o primeiro olhar estranho: o mito das Amazonas - índias guerreiras, de seio cortado para facilitar o disparo da flecha, bravas habitantes

de uma aldeia sem homens; e outros como o mito da superabundância, resistência e inesgotabilidade da natureza amazônica; animais estranhos e abundantes por todo o chão; pássaros colorindo-o e encobrimdo o céu em nuvens de penas e plumas de todas as cores; florestas com árvores mais altas que as torres das catedrais europeias, frutos e flores de cores e sabores indescritíveis. Os colonizadores (que no século XVIII já haviam chegado às terras do atual estado de Roraima) conceberam visões e representações fortemente distorcidas sobre o homem e a região, que ficaram coladas nela e persistiram no tempo; e a elas outras foram se somando. A floresta amazônica, até poucas décadas, era indevidamente acreditada como perene e autorregenerável; dessa crença gerou a falsa inferência que, igualmente, perdurou até recentemente - somente um solo muito rico poderia sustentar tão abundante vegetação.

A Amazônia começava a ser o Outro inferior para quem a conhecia e para os que sabiam dela. Daí porque dos conquistadores dos séculos passados aos governantes, políticos e planejadores dos dias atuais, a história da Amazônia registra o enorme, penoso e permanente esforço para modificar a realidade original da região e o que dela ainda perdurar – índios, florestas, modos de vida. Trata-se de uma tentativa de domesticar o homem e a natureza da região, moldando-os à visão e à expectativa de exploração e lucro de estrangeiros e brasileiros no passado e no presente.

b) História e geografia singulares

A Amazônia brasileira teve quase sempre na história nacional um papel envolto em episódios desconhecidos pelos brasileiros em geral. Na verdade, a região havia sido “descoberta” em 1498 pelo espanhol Vicente Iañez Pinzon e, portanto, originalmente não integrava o país Brasil. Portugal possuía originalmente apenas a colônia Brasil, “descoberta” por Cabral. Entre 1580 e 1640 Portugal e Espanha ficaram sob o governo espanhol¹. Entretanto, o

¹ Uma vez que o rei de Portugal havia morrido sem deixar descendentes diretos e o rei da Espanha Felipe II, sendo neto do falecido rei, reivindicou o trono, criando a chamada União Ibérica com os dois países.

governo espanhol permitiu que as autoridades portuguesas fossem mantidas, que o comércio e a administração da Colônia Brasil permanecessem sob a responsabilidade dos portugueses. Com isso, os habitantes do Brasil foram ocupando as terras situadas a oeste da linha definida pelo Tratado de Tordesilhas; assim, Belém foi fundada pelos portugueses em 1616; mais ao norte os portugueses chegaram às terras que hoje constituem o estado de Roraima e, entrando rumo a oeste alcançaram o extremo do Amazonas. E assim, a Amazônia foi ocupada por portugueses e brasileiros.

Em 1751, o marquês de Pombal decidiu criar a província do Maranhão e Grão-Pará, situação que permaneceu até a independência do Brasil. Desta forma, Portugal possuía duas colônias distintas na América Latina – a colônia Brasil e a colônia Maranhão e Grão Pará, que se iniciava em São Luís e se estendia por todo o norte e oeste. Cada colônia reportava-se diretamente a Portugal, uma vez que não havia comunicação por terra ligando a região à colônia Brasil e, por mar, a navegação litorânea era difícil e perigosa, razão pela qual o governo português entendeu ser mais viável administrar cada uma das colônias separadamente. Quando da Independência do Brasil, a colônia (já então chamada de Grão-Pará e Maranhão), não aderiu ao feito político, permanecendo fiel à Coroa portuguesa; no ano seguinte, após intenso combate, houve a adesão forçada do Grão-Pará e Maranhão ao Brasil.

Não custa lembrar, também, que a primeira ligação terrestre da Amazônia ao resto do Brasil deu-se apenas em 1961, com a Belém-Brasília, conectando somente Belém a Brasília e de lá aos demais pontos do país; o restante da Amazônia continuava isolado até a década seguinte; Roraima permaneceu isolado até que em 1987 foi concluída a estrada Manaus-Boa Vista (BR-174). Portanto, o isolamento da Amazônia, que permaneceu durante séculos, quebrou-se há menos de 50 anos. A distância em relação ao centro, o isolamento, a singularidade geográfica e a história tiveram papel importante, ao facilitarem a conversão da Amazônia – no “Outro” imaginário do país Brasil, tornando-se o Outro nacional – como região distante, isolada, selvagem, ignota e ignorante.

c. Culturas distintas contribuíram para a concepção da região como o Outro do Brasil

Ao isolamento geográfico aditaram-se condições culturais para a consolidação da imagem da região como o Outro. Até o século XIX as línguas indígenas mais faladas no Brasil por índios e caboclos (etnias que na Amazônia representavam a maior parte da população, inclusive em Belém), prendiam-se a dois troncos linguísticos distintos: enquanto no Brasil predominavam as línguas da linhagem tupi-guarani; na Amazônia as línguas derivavam do nheengatu, pertencente ao tronco tupi-guarani, que teve entretanto, um desenvolvimento diferente da tupi-guarani do resto do Brasil. O nheengatu permaneceu até fins do século XIX como língua popular, sendo mais falada que o português no Pará e no Amazonas² até 1877 (NAVARRO, 2013, p. 8). E, até meados do século XX, nos rincões mais isolados da Amazônia, o vocabulário das populações, mesmo as urbanas, encontrava-se inundado por palavras indígenas, que eram de uso comum e frequente³. A linguagem do natural da região foi, também, um dos fortes elementos marcadores e diferenciadores da cultura regional mas, ao mesmo tempo, motivo de preconceito nos estados mais desenvolvidos economicamente.

Nessas paisagens de florestas e rios da região havia raríssimas escolas. Em 1950 a taxa de escolarização da população brasileira em idade escolar (entre 5 e 19 anos) era de apenas 26,5% e desses, quase todos eles cursavam apenas os 4 anos do antigo curso primário. Na Amazônia a situação era mais grave: apenas 30% “diziam” saber ler e pouquíssimos estavam nas escolas (IBGE, 1940). A educação escolar consistia num atributo restrito às classes mais abastadas e a pessoas que faziam uso da leitura e escrita em suas profissões – que eram poucas. Não que naqueles tempos a educação não tivesse algum valor social. O que ocorria é que a forma de sobrevivência dos grupos sociais na região (até por volta da década de 1960), estando fundada no extrativismo de produtos florestais e animais, em alguma criação de gado e na garimpagem, dispensava

² Que na época, não estando divididos, abrangiam a Amazônia atual, exceto o Acre, anexado ao Brasil em 1903.

³ A literatura do final do século XIX, como os romances do paraense Inglês de Souza, permitem compreender especificidades culturais e vocabulares que explicitam a alma amazônica e o modo amazônico de ser na época.

a educação escolar (mesmo a básica) para o exercício da maior parte das atividades produtivas e para a sobrevivência, embora modesta das famílias.

As distâncias, o linguajar diferenciado, a predominância indígena e cabocla da população, a forma de vida condicionada ao rio e à mata, a precária formação escolar e intelectual da população em geral, sua intensa articulação com a natureza, enfim, o “atraso” amazônico em relação ao resto do Brasil e outras características, acabaram por identificar a região como o polo negativo e inferiorizado da dicotomia “moderno-atrasado”, em que o Centro-Sul do Brasil representava o primeiro elemento do binômio. A Amazônia, para os demais brasileiros, situava-se do lado de fora das fronteiras civilizatórias em que o Brasil “moderno” começava a se inserir, desde que, entre 1930-45, o processo de industrialização brasileira apresentou grande aceleração. Enquanto o Brasil “moderno” estruturava e diversificava sua economia, a região sobrevivia de alguns produtos extrativos exportados como a castanha, as peles de animais silvestres e outros em menor quantidade, além de algumas indústrias de pequeno porte, do pequeno comércio e de serviços nas cidades; um sem-número de ribeirinhos e índios viviam do extrativismo, com algumas poucas cidades à beira de rios e em meio à mata. Para os demais brasileiros em geral, a Amazônia passou a ser o lugar da inferioridade: primitiva, inculta, distante, desconhecida. Nos anos 1940, Getúlio Vargas dizia sobre a região: *Nada nos deterá nesta arrancada que é, no século XX, a mais alta tarefa do homem civilizado: conquistar e dominar os valores das grandes torrentes equatoriais transformando a sua força cega e a sua fertilidade extraordinária em energia disciplinada* (SANTOS, 1989, p. 20). A Amazônia era então para o governo central – uma vasta e distante região, dotada de uma natureza pródiga, onde teimava em morar um povo indisciplinado, vivendo em meio à floresta indomada, que precisava ser disciplinada e aproveitada economicamente.

Há mais de 4 séculos os governos do Brasil vêm procurando mudar os povos e as culturas da Amazônia, numa incansável tentativa de transformar essa enorme região, para moldá-la à fantasia dos sucessivos governos, em total desrespeito às características específicas daquela que é talvez, a mais bela, rica e, por isto mesmo, a mais cobiçada região do planeta.

1 Diferenças e similitudes entre dependência econômica e a neocolonialidade amazônica

É preciso salientar que até meados do século XX, as especificidades culturais ou a economia de base extrativista, a dependência econômica da região ao centro desenvolvido do país no que concerne a produtos industrializados e a serviços mais aprimorados, os déficits educacionais de saúde e de infraestruturas não configuravam a situação neocolonial que, mais tarde, a região passou a vivenciar. Apesar desses elementos criarem condições propícias para tal, como a dominação política e a perda de autonomia da região não se haviam consolidado, não se podia, ainda, falar em relação neocolonial da Amazônia ou em neocolonialismo regional. Este processo foi complexo e apresentou várias fases, materializadas por leis e programas e ações governamentais. Ao final dele é que se completa a relação estrutural de colonialidade entre o Brasil “moderno” e a Amazônia “atrasada”, ficando esta no polo subordinado da relação e convertida em colônia do polo mais desenvolvido.

Embora haja algumas similaridades entre colonialidade e dependência econômica (CABRAL, 1976, p. 371-399; GÓMEZ, 2010), e certas características estejam presentes em ambas as situações, como a insuficiência econômica e financeira da região ou país, o que o/a torna incapaz de impulsionar um desenvolvimento harmônico, autossustentável e que garanta alguma independência e autodeterminação. Trata-se de uma dificuldade face, principalmente, ao elevado endividamento externo e a um baixo desenvolvimento científico e tecnológico, condições que, por sua vez, dificultam ou mesmo inviabilizam encontrar caminhos viáveis para um desenvolvimento mínimo; daí porque a região ou o país fica reduzido à condição de exportador de matérias-primas e de produtos semielaborados. Outra característica comum a ambas as situações é a espoliação econômica pelo polo mais forte da relação.

A colonialidade, entretanto, além das características anteriormente mencionadas, registra outras de grande relevância, que não estão presentes na condição de simples dependência econômica; entre elas destaco as seguintes:

a perda de autonomia sobre seu próprio território; idem quanto à autonomia política, o que por sua vez, compromete a capacidade decisória no que se refere à concepção de planos e projetos voltados para empreendimentos econômicos de maior monta; e finalmente, a incapacidade de definir seu próprio modelo de desenvolvimento.

A instalação e a consolidação da nova situação colonial em que vive a Amazônia hoje, teve por sustentação condições históricas que possibilitaram ou facilitaram sua concepção como o Outro no imaginário coletivo e na percepção nacional. Mas, a materialização dessa condição dependeu de um projeto oficial de dominação sobre a região e sua subordinação, que se concretizou por meio de fatos desenrolados a partir da década de 1970 em passos sucessivos e progressivos. Fatos e passos para a consolidação desse processo são analisados a seguir. Alguns deles foram estudados por muitos autores, inclusive por mim em vários trabalhos (LOUREIRO, 2014) mas, visando abordar outros aspectos e, em nenhum caso sobre sua condição colonial (não concretizada, quando desses estudos). Sua inclusão nesta análise é, portanto, diferente de abordagens anteriores, pois pretende evidenciar como esses fatos constituíram passos decisivos para sequestrar a autonomia da Amazônia e sua dominação.

2 Da dependência à nova situação colonial

2.1 1º Passo: mudança do perfil econômico da região, impondo-lhe novas atividades financiadas pelo governo federal

Em décadas anteriores numerosos estudos se voltaram para a análise das políticas públicas federais na região pós-golpe militar de 1964, estágio que se prolongou pelas décadas de 1970 e 1980, coincidindo com outros passos e medidas que vieram a seguir. Concretizada em tão poucos anos, a mudança foi possibilitada pela criação de órgãos como a Sudam, o Basa e outros, o estabelecimento de abundante legislação concebida e dirigida especificamente

para a região, como os incentivos fiscais governamentais e a venda ou cessão gratuita de grandes extensões de terra, visando com isto, estimular a entrada de grandes grupos econômicos na região. O objetivo inicial era a exploração dos recursos naturais amazônicos para, assim, contribuir positivamente na balança comercial brasileira, àquela época completamente desequilibrada e deficitária; tratava-se ainda do projeto militar de construção de um “Brasil Grande”. O governo brasileiro havia eleito a potencialidade natural da Amazônia como fonte permanente de exploração nacional. Fez disso não mais uma atividade episódica como antes (no período áureo da borracha, na chamada Batalha da Borracha, na exploração do ouro de Serra Pelada – maior garimpo a céu aberto do mundo, com registro de 50 mil garimpeiros – e noutros momentos históricos em que a Amazônia socorreu os cofres nacionais), mas sim, uma solução permanente para gerar saldos na balança comercial do país e para solucionar problemas estruturais da dívida.

Para isto elegeu algumas atividades básicas: a) a exploração madeireira, combinada com a pecuária extensiva, desenvolvida em pastos abertos após a derrubada ou queima da mais rica, vasta e biodiversa floresta tropical do planeta; b) para atrair os grupos econômicos, o governo federal instituiu e distribuiu abundantes incentivos fiscais, que foram concedidos a bancos como o Bamerindus, o Bradesco e outros e a empresas como a Coca-Cola e a Volkswagen, esta que até então só havia produzido carros; c) abertura de estradas rasgando florestas, terras e aldeias indígenas.

Este longo estágio inicial, que nós pesquisadores estudamos como expansão da fronteira ou fronteira do campesinato ou ainda fronteira do capital (conforme a ênfase e o olhar), coincidiu com o ciclo de abertura das grandes estradas. Para concretizá-lo as frentes do governo e do capital associadas usaram de violência e força provocando, em nome do desenvolvimento, o genocídio indígena em várias situações mas, principalmente contra os Ianomami e os Waimiri-Atroari (MARTINS, 1997), os Panará, os Parakanã do Pará; a morte de índios, posseiros e líderes rurais instalados em meio ao traçado das estradas federais; estimularam os altos índices de desmatamento como forma de ocupação da terra (o Inpe

estima uma média de 29.000 km²/ano na época, uma vez que não havia um sistema como o atual Prodes/Inpe para medir o desmatamento); d) a exploração de minérios, uma vez que a região apresenta-se como a maior e mais diversificada província mineral do planeta⁴; desde 1985, quando a 8ª maior empresa de alumínio do mundo, a Albras, foi instalada no Pará, o governo tem estimulado sem cessar a implantação de novos empreendimentos mineradores, todos eles altamente lesivos ao meio ambiente amazônico, seja pela exploração extensiva dos minérios, seja pela poluição de rios, seja pela produção de milhões de toneladas de resíduos sólidos contaminados e de carvão vegetal da floresta nativa para atender às mineradoras e siderúrgicas instaladas; e) e a produção de energia elétrica, definida desde meados de 1960. Em 1964, o governo militar, em acordo com o governo americano, contratou a Agency for International Development/EUA para realizar os estudos do potencial hídrico do rio Tocantins, visando a construção da hidrelétrica de Tucuruí, ainda hoje a 4ª mais potente do mundo.

A partir de 1973, o interesse pela hidrelétrica aumentou porque, com a crise do petróleo, os países desenvolvidos do mundo ocidental começaram a reorganizar suas economias. Para eles, não bastava mais importar matéria-prima dos países periféricos como o Brasil, para processá-la internamente em seus países, como faziam no passado, ganhando vantagens na venda de produtos industrializados. Agora a ambição era maior – poupar energia e levar a matéria-prima já semielaborada; daí porque decidiram transferir para os países periféricos atividades altamente consumidoras de energia, entre elas a siderurgia primária de ferro, alumínio e outros minérios. Assim, a hidrelétrica de Tucuruí passa a ter uma nova clientela interessada – as multinacionais da siderurgia mundial. Havia um enorme potencial de água na região e essas indústrias precisariam de grandes quantidades de energia para operar, além de ricas províncias minerais inexploradas (SANTOS, 2002). Em 1974, teve início a construção da hidrelétrica de Tucuruí, concluída em 1984/85 para atender, em prioridade, o complexo minerador

⁴ Enormes jazidas de ferro, manganês, alumínio, cobre, zinco, níquel, cromo, titânio, fosfato, ouro, prata, platina, paládio, ródio, estanho, tungstênio, nióbio, tântalo, zircônio, terras-raras, urânio e diamante.

que estava sendo instalado em Barcarena/Pará, e secundariamente, Belém e outras cidades, já que a usina foi integrada ao sistema nacional. Esta primeira fase, conhecida como de ocupação da Amazônia, reproduzia a desigualdade social brasileira mas, então, de forma potencializada: os recursos federais dirigiam-se somente a conglomerados econômicos e a grandes empresas; para as classes pobres as mortes, a miséria, o confisco de terra, as expulsões, o trabalho duro.

2.2 2º Passo: declaração como áreas de segurança nacional de partes do território da região que apresentavam interesse para futura implantação de mineradoras, hidrelétricas e outros projetos de “interesse nacional”

O Decreto Lei 5.449/1968 define 28 municípios amazônicos como áreas de segurança nacional. Pelo mesmo dispositivo seus prefeitos eram nomeados pelo governador de cada estado; e estes eram eleitos por meio de eleições e partidos controlados e manipulados.

O controle político do Estado sobre o território amazônico, em geral, e sobre certas áreas em particular, extrapolaria de longe a simples questão fundiária. Inúmeras outras formas de controle e arbítrio se exerceram coercitiva e violentamente, em especial sobre as camadas subordinadas da população. Pelo Ato Institucional nº 5, 68 municípios amazônicos foram considerados como áreas de segurança nacional; posteriormente outros se seguiram a estes, totalizando 105 municípios e alguns deles permaneceram sob esta condição durante praticamente duas décadas (1968-1985). Neles, as eleições municipais foram suspensas, enquanto o governo federal nomeava interventores de sua confiança, que garantiam a manutenção da *ordem* necessária à *segurança nacional*, o que permitiu que os militares mantivessem o controle político e econômico nesses locais. Enquanto nos municípios de outros estados brasileiros a intervenção federal, como área de segurança nacional, foi relativamente curta e deu-se por motivos puramente políticos, como a alta incidência de greves e manifestações populares contra a ditadura, na Amazônia a motivação era outra. O governo federal estava empenhado em criar as pré-condições

para a conversão da Amazônia em fronteira de *commodities*. Sobre esta fase, os estudos críticos das ações arbitrárias do governo federal na região entendiam a Amazônia transformada em *almoxarifado do Brasil*. Este tipo de abordagem, sem bem que pertinente, invisibilizava sua transformação em curso em *fronteira de commodities* para servir, desta forma, mais positivamente aos cofres do país e ao capital, do que nas condições que ocupava anteriormente. Daí porque na Região Amazônica a preferência recaiu sobre municípios estratégicos com grandes reservas de minérios, ou sobre aqueles onde o governo federal pretendia construir hidrelétricas, ou rodovias atravessando áreas indígenas, bem como municípios situados em áreas de fronteira; ou que apresentavam alta incidência de conflitos pela posse e uso da terra e que, portanto, precisavam ser “disciplinados” pelas forças militares para que o governo pudesse implantar atividades econômicas ditas “modernas”, financiadas pelo Estado brasileiro, como a agropecuária. Em 2008, a região já contava com 74 milhões de cabeças de gado bovino; o rebanho bovino crescia rapidamente e à custa do sacrifício de florestas naturais para a formação de pastos (AMIGOS DA TERRA, 2008). O perfil econômico da região já havia mudado.

Por meio desse tipo de intervenção nas políticas públicas, sejam elas sobre a terra, a mineração, o uso do solo, as florestas, os incentivos fiscais e outras; sejam aquelas que controlam o poder político partidário e as ações governamentais; sejam as políticas de controle das camadas “dissidentes” dessas medidas; seja pela prática cotidiana da ação policial contra grupos sociais minoritários e étnicos em geral, com clara violação dos direitos humanos dessas populações subordinadas; enfim, seja por todos esses modos combinados, o fato é que os programas, os projetos e as ações de políticas públicas, os recursos financeiros e os grupos sociais “inconvenientes” ou perturbadores da “modernização” da região, como índios e populações tradicionais, estiveram sob o controle, a força e a violência do governo central. Desta forma, a região foi “domesticada” politicamente pelo governo central, mas, a dominação política não tinha uma finalidade em si; o objetivo era a mudança da ordem econômica. Assim, a prática de violação de direitos humanos contra populações tradicionais, índios e camadas sociais pobres do

interior da região, permaneceu mesmo depois que os municípios estratégicos onde os grandes projetos haviam sido implantados deixaram a condição de *áreas de segurança nacional*.

2.3 3º Passo: o sequestro da autonomia sobre o espaço e o território da região – os anos 1970/80

O Decreto Federal nº 1.164/1971 (BRASIL, 1971) configura o passo por meio do qual a União processa o sequestro e a dominação do território da região. Constitui-se, também, num gesto marcante de rompimento do pacto federativo quando este preconiza o respeito à autonomia dos estados e dos municípios. Em 1971, pelo Decreto-Lei nº 1.164, a União retira dos estados amazônicos o poder de jurisdição dos estados membros e municípios sobre as terras devolutas contidas nas faixas de 100 km marginais das rodovias federais existentes, ou simplesmente projetadas, em toda a região. Conforme o art. 1º são *indispensáveis à segurança e ao desenvolvimento nacionais, na região da Amazônia Legal, definida no artigo 2º da Lei nº 5.173, de 27 de outubro de 1966, as terras devolutas situadas na faixa de cem quilômetros de largura em cada lado do eixo das seguintes rodovias já construídas, em construção ou projetadas*. Observe-se que o decreto era direcionado exclusivamente para a Amazônia, sem atingir as demais regiões brasileiras. Com isto o governo militar esvaziava a autonomia dos estados amazônicos e bloqueava as ações locais.

O Art. 2º incorporava partes consideráveis das terras amazônicas ao patrimônio da União, transferindo-as para a jurisdição federal. No caso do Pará, estado mais atingido, o governo do estado passou a administrar apenas 29,7% do seu território, estando os demais 70,3% sob jurisdição de diversos órgãos federais, em especial o Incra e o Grupo Executivo de Terras Araguaia-Tocantins (Getat), que retiveram 57%, ficando este último com a responsabilidade de administrar a área mais conflitada⁵. A expropriação de terras dos estados por decreto violava os artigos 10 e 13 da Constituição

⁵ Há no Instituto de Terras do Estado do Pará (Iterpa) inúmeros documentos e textos sobre a matéria.

brasileira vigente à época, que até então regulavam o princípio federativo e o explicitavam como o princípio assentado na autonomia e na capacidade jurisdicional dos estados sobre seus territórios. O decreto que confiscou terras na Amazônia passando-as para a União, vigorou por 16 anos, sendo revogado em 24.11.1987.

Após a revogação do decreto as terras retornaram à jurisdição dos seus respectivos estados, mas quando isto ocorreu elas já estavam ocupadas, com fins definidos pelo governo federal e irremediavelmente comprometidas; e quando o caos fundiário na região já estava estabelecido. Mesmo assim, o ato que revogou o decreto não excluiu as terras confiscadas posteriormente a 1971, para constituir o Programa Grande Carajás (PGC), terras que correspondiam na época a 10% do território nacional. O programa, na prática, consistiu num enclave dentro de 3 estados (Pará, Maranhão e Tocantins), não apenas no concernente aos aspectos econômicos, mas pela autonomia política e administrativa com que funcionou dentro desses estados durante todo o período em que se constituía num programa federal, cujos interesses locais ignorava e cuja ligação se fazia diretamente com o governo central.

A forma autoritária de ocupação da Amazônia pelo Estado teve no confisco de terras uma de suas expressões mais acabadas e audaciosas. Seja pelo aspecto de ignorar as populações que habitavam as áreas confiscadas, consideradas como “devolutas” (já que seus habitantes seculares não dispunham de títulos de propriedade), seja pelo instrumento legal que lhe conferia apoio – um decreto-lei que suprimia a autonomia dos estados federados; seja pelo rito sumário do dispositivo legal; e, finalmente, pelo casuísmo e arbítrio que tipificaram essa forma legal. E, para administrá-las, foi gradativamente alterada a estrutura organizacional dos órgãos fundiários, a legislação e os procedimentos relativos às terras. Assim, em 1982 cria-se o Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários (MEAF), órgão federal dotado de recursos financeiros e materiais, grande agilidade nas ações e, sobretudo - absoluta centralização de decisões (Decreto No. 87.457/82). Tratava-se de um órgão incomum, não apenas porque decidia sobre terras em diversos órgãos como Incra, Funai e outros, como porque era dirigido

pelo general Danilo Venturini que ocupava, simultaneamente, a direção do referido ministério e a Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional, numa fase da ditadura militar em que toda a política de desenvolvimento nacional e regional requeria o parecer do referido conselho e não apenas no que concerne à questão fundiária.

O sequestro da autonomia política da região, seguido do seu disciplinamento pelo bloqueio das ações regionais e locais, exigia uma alteração no quadro cultural, com a diminuição das populações tradicionais, populações interioranas próprias da região e, especialmente, índios. Tais grupos sociais eram concebidos e o são ainda hoje por parte da tecnoburocracia e pelos grupos econômicos, como povos atrasados, primitivos, portadores de uma cultura inferior, que criam obstáculos ao desenvolvimento e que só teriam a ganhar integrando-se à sociedade urbana e “civilizada”, devendo por isto desocupar suas terras para destiná-las a atividades ditas “modernas”.

Durante o período que se estendeu de 1971 até a extinção do referido decreto em 1987 toda sorte de violação dos direitos humanos foi cometida contra moradores naturais, migrantes e índios, estes últimos os mais penalizados, em especial nos longos trechos onde os batalhões de engenharia de construção do Exército ou as empresas contratadas rasgavam rodovias federais (como a remoção compulsória, o assentamento de colonos em terras indígenas pelo Incra e outras violações que comprometiam suas formas de vida e culturas). O próprio extermínio de índios entre as décadas de 1970 e 1980 foi muito frequente e cruel.

2.4 4^o Passo: a domesticação de índios, quilombolas e ribeirinhos em geral

Em mais ou menos 3 séculos após a chegada do primeiro europeu ao Brasil, o número de índios tinha-se reduzido tanto, que já era apenas igual ao de escravos negros e de brasileiros; na Amazônia os índios não escaparam da exploração, do cativeiro e da morte, porque aí se encontravam “bons estoques” de índios para serem “gastos” (no dizer dos colonizadores). Impôs-se a ela e nela um estranho processo civilizatório avesso à liberdade e à emancipação, que se

construiu destruindo e submetendo seus povos e suas culturas, que perdeu até fins do século XX, em que os massacres foram às dúzias, durante três décadas – 70, 80, 90, para a abertura de estradas e outros empreendimentos. Nos anos 1980 conversei com soldados dos batalhões de construção em Roraima, que abriam a estrada Manaus-Boa Vista (BR-174), que narravam como feitos heroicos as mortes de índios Waimiri-Atroari por enfrentamento entre o trecho que se estende do km 208 ao 326 daquela rodovia, onde se situa a Terra Indígena Waimiri-Atroari e não havia a quem denunciar; o massacre dos Ticuna, em 1988 no Amazonas (RÁDIOS EBC, 2016) e vários outros como dos Arara (Pará), Parakanã (Pará), Cinta Larga (Rondônia e Mato Grosso), em Mato Grosso e Rondônia os Nambikwara (HECK; LOEBENS; CARVALHO, 2005) e em Mato Grosso os Kreenakare (MARTINS, 1997). Em 1989, o Brasil foi acusado junto ao Tribunal Permanente dos Povos, em Paris, pela morte de 1/3 da população de índios Ianomami. No caso de posseiros e ribeirinhos, os massacres persistiram das décadas desde 1970 aos dias atuais, como o da Gleba Cidapar, no Pará entre 1970 e 1990, com mais de 100 mortes (LOUREIRO, 2015), o massacre do Castanhal Ubá/Pará em 1988 (LOUREIRO, 2012), o de Eldorado dos Carajás/Pará, em 1996), o massacre da Fazenda Rio Cristalino em Xinguara em 2010 (Pará), o da Fazenda Santa Lúcia 2018 (Pau d'Arco/Pará). Ao lado deles há as expulsões sumárias, como as de 405 famílias de 14 comunidades diferentes, que residiam há décadas nas localidades em Manacapuru, Novo Airão e Iranduba (CPT, 2018), embora todas elas habitassem terras públicas da União, do estado ou a Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Baixo Rio Negro (CPT, 2018). E este traço cultural de violência e político de impunidade e prevalência do capital sobre povos e pessoas permanece até hoje, quando índios, caboclos, quilombolas e ribeirinhos são obrigados a abandonarem suas formas anteriores de vida e trabalho, remanejados para outras áreas, sob o argumento de dar lugar a empreendimentos rentáveis; na verdade, seus proprietários são considerados pelo Estado e pelas elites do capital como superiores ao Outro, natural da região, dotado de cultura e humanidade inferiores.

2.5 5º Passo: a perda da capacidade decisória sobre a economia regional

A dominação política do espaço efetuou-se de forma eficaz e rapidamente, já que consistia num pressuposto da dominação econômica. A perda da autonomia econômica da região iniciou-se quase simultaneamente com a da autonomia política, quando o governo federal decide contratar grandes escritórios de consultoria do Rio de Janeiro, de São Paulo e Pernambuco e de Minas Gerais para elaboração dos três Planos de Desenvolvimento da Amazônia (PDA), respectivamente, o 1º PDA (1972-1974), 2º PDA (1975-1979) e o 3º PDA (1980-1985). A concepção básica dos referidos planos estava a cargo da Presidência da República, da tecnoburocracia identificada com a ideologia da modernização da região, com a forma de governo que havia se estabelecido, o *modus operandi* dos órgãos responsáveis pela chamada *segurança nacional* e de conformidade com o interesse dos grupos econômicos e elites do capital aliados ao governo militar. Prevaleciam como pontos centrais da concepção dos planos: a ideia da Amazônia como fonte de recursos e de salvaguarda para o equilíbrio das contas nacionais, pela via de exploração dos recursos naturais regionais (incluindo o potencial hidrológico, com vistas ao aproveitamento em hidrelétricas, as florestas, o subsolo com sua variada gama de minérios e a exploração das terras em geral) e seu aproveitamento pelas corporações e elites do capital aliados ao Estado.

Curiosamente, apesar das frentes de trabalho terem se deparado e enfrentado embates com índios, ribeirinhos, populações naturais e migrantes desde a década de 1970, o que demonstrava a ancianidade da ocupação territorial dos espaços amazônicos por eles, o 3º PDA (portanto, já na década de 1980), indiferente às populações encontradas, registrava: “A Amazônia ainda apresenta hoje como característica predominante um imenso vazio demográfico”, como havia sido registrado no 1º PDA/1972.

A partir da decisão de colonizar e explorar a Amazônia em favor do país, a região deixou de ser uma razão em si mesma, para se converter em capital mobilizável; sua bacia hidrográfica, os minérios e sua natureza em geral, saem dos livros de Geografia e da paisagem humana para se converterem em matéria-prima, com preço e valor em bolsas internacionais.

Ainda em pleno curso da primeira fase (mudança do perfil econômico da região), era concebido o aprofundamento do modelo primário-exportador na Amazônia: o governo central idealiza e impõe o Plano Nacional de Energia Elétrica 1987/2010, mais conhecido como Plano Energético-2010, depois reajustado sem grandes alterações em relação ao primeiro, mas, sempre conhecido como Plano-2010. A intenção inicial era construir 68 hidrelétricas na região (em longo prazo), sendo 29 em médio prazo, das quais 6 estão concluídas, 11 menores tiveram seus projetos já aprovados e as demais estão sendo projetadas. O Plano 2010 (que pretende gerar metade da energia do país, atingindo terras indígenas e áreas protegidas (MME/ELETROBRAS, 2015), partiu de um princípio básico – a opção preferencial pela energia hidráulica para o país; e um pressuposto – o Brasil somente poderá se desenvolver se contar com a energia gerada na Amazônia. Esta é a razão pela qual o governo central planejou executar hidrelétricas nos caudalosos rios amazônicos, com a finalidade de gerar energia suficiente para as mineradoras e as siderúrgicas instaladas ou planejadas na região, e para garantir a necessidade crescente de energia pelo Centro-Sul mais desenvolvido do país, sem consulta aos governos regionais e locais e muito menos às populações regionais. Esta decisão também não levou em conta que a planície amazônica obriga a formação de extensos lagos para acumular água suficiente para gerar energia abundante, com enorme perda de terras e biodiversidade; ou que os complexos hidrelétricos obrigam o deslocamento de inúmeros grupos indígenas, dos chamados povos da floresta e de comunidades ribeirinhas. Ao lado disso, a construção dessas hidrelétricas e outras obras incentivadas pelo governo federal vêm atraindo a migração de milhares de trabalhadores com suas famílias para a região, o que imprime uma grave pressão sobre os recursos naturais e sobre os serviços públicos de saúde, educação, segurança e outros, como decorrência do crescimento populacional descontrolado, reduzindo o já baixo padrão de vida regional, sem que haja para os estados qualquer apoio federal para assistir essas populações ou algum retorno financeiro compensador. O que vem ocorrendo é a simples espoliação pela força, à revelia dos poderes e das sociedades locais.

2.6 6º Passo: aprofundamento do modelo pela força e o comprometimento ambiental

Se o objetivo da primeira fase (enquanto fronteira de expansão do capital) era a mudança radical do perfil econômico da região pela extração madeireira, expansão da pecuária e extrativismo de minérios, esta situação começa a se configurar, quando se dá a primeira remessa de alumina pela Albrás/Pará/1984 e se materializa quando em 1990 o rebanho bovino atinge mais de 30 milhões de cabeças (AGÊNCIA BRASIL, 2007) e a extração de madeiras de mata nativa em 1989 (já contribuía com 27% da produção nacional, quando em 1960 a produção regional era de apenas 3% da produção nacional (IBGE, 1961a; IBGE, 1990).

A segunda etapa do projeto governamental de longo prazo teve por objetivo nas últimas décadas o aprofundamento do modelo, com a exploração e a exportação gado e de uma vasta pauta de minérios (exportação de lingotes de ferro, alumínio, alumina, caulim, cobre, manganês e outros semielaborados), o que materializou a condição da região como *fronteira de commodities*. O perfil da pauta de exportação do Brasil é hoje similar à dos anos 1950, quando o Brasil era um país agrário. Apenas cinco *commodities* (minério de ferro, petróleo bruto, soja, açúcar e carne bovina) totalizam atualmente 49% da pauta brasileira de exportação, sendo que o minério de ferro (14,3%) e a carne bovina (6,58%), que somam mais de 20% da pauta do país, são produzidos basicamente na Amazônia. Este incentivo à produção primária como política pública representa um enorme retrocesso na já difícil situação brasileira como economia periférica do mundo ocidental e um dano incalculável para o mais rico bioma brasileiro.

2.7 7º Passo: a união sequestra a autonomia e a capacidade decisória da região

A ação do governo federal na Amazônia, no que concerne à implantação ou desenvolvimento de projetos tem se caracterizado por uma circularidade que não deixa qualquer dúvida quanto ao seu caráter antiético e autoritário,

quando manipula a legislação, os procedimentos administrativos e burocráticos e impede a livre manifestação das populações, demonstrando claramente uma afronta aos direitos das pessoas. Isto ocorre porque, quando da implantação de um projeto de interesse do governo central, o processo prima por circular totalmente dentro do campo do próprio governo federal. Assim, por exemplo, a implantação de uma hidrelétrica tem projeto concebido dentro do MME (p.e. a Eletronorte faz estudos de engenharia e viabilidade econômica); os recursos são liberados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); o projeto é submetido à aprovação por órgão ambiental governamental também da esfera federal (MMA/Ibama); o órgão gestor das ações em área indígena é igualmente federal (Funai) e outros da mesma esfera. São, portanto, instituições com reduzida autonomia frente ao governo central, ao qual estão subordinadas.

Na hipótese de um embargo do projeto em alguma de suas fases, o governo federal apela para um dos recursos jurídicos cuja origem encontra-se na ditadura militar – a Lei nº 4.346/1964. A referida lei tem por finalidade neutralizar e invalidar as ações impetradas pelas organizações civis e pelo próprio Ministério Público Federal, por meio da *suspensão de segurança*. Andreia Gasparini (2009) informa que:

a suspensão de segurança é um mecanismo para suspender liminar ou sentença judicial, nas ações movidas em face do Poder Público ou de seus agentes, quando houver manifesto interesse público ou, em regra, flagrante ilegitimidade, a fim de evitar grave lesão a determinados bens jurídicos públicos, quais sejam, a ordem, saúde, segurança e/ou economia pública.

O que vem ocorrendo é, entretanto, justamente o oposto – é a saúde, a segurança, a cultura, o direito ao trabalho que vêm sendo lesados quando da aplicação do recurso da suspensão de segurança. Face a isto, o Estado brasileiro foi denunciado junto à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA pelo emprego de uma lei aprovada em momento funesto da vida política brasileira (a ditadura militar). Isto ocorreu seguidas vezes no caso de Belo Monte, do rio Teles Pires e de várias outras situações frente aos embargos judiciais. Segundo Eduardo Baker, advogado da instituição Justiça

Global, *a suspensão de segurança é uma grave permanência da ditadura militar e impede que o Judiciário aja de forma independente e imparcial* (ISA, 2014). Simultaneamente, há pelo menos duas décadas, o governo federal vem utilizando mecanismos político-administrativos que enfraquecem os dispositivos de regulação ambiental, sob a alegação de que tais dispositivos atrasam ou impedem a execução de obras importantes para o desenvolvimento do país.

É o caso das portarias 204, 205 e 419, publicadas em 2008 e 2011 pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), que visam acelerar o licenciamento ambiental. Elas reduzem o prazo de manifestação de órgãos como FUNAI [Fundação Nacional do Índio], a Fundação Cultural Palmares, o IPHAN [Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional] e o Ministério da Saúde na elaboração de pareceres em processo de licenciamento de competência federal. E estabelecem que esses órgãos só poderão exigir uma única vez esclarecimentos, detalhamento ou complementação de informações e que poderão somente fazer recomendações quanto às medidas mitigadoras, mas não deliberar quanto a paralisação definitiva dos empreendimentos (MALERBA, 2015, p. 6).

Como a maior parte das hidrelétricas e dos projetos mineradores são na Amazônia, é nela que se cometem os maiores abusos éticos, o desrespeito à legislação e a violação de direitos.

Outro recurso que vem sendo utilizado para aprovação de projetos de grande impacto social e ambiental na região é o fracionamento do projeto, de forma que ele é analisado parte por parte e não em sua totalidade. Com isto um projeto de grande impacto ambiental e com danos sociais graves é analisado beneficiando-se da Resolução do CONAMA nº 349/2004 – Conselho Nacional de Meio Ambiente (órgão federal de caráter consultivo e deliberativo de meio ambiente), que dispensa análise mais complexa quando se trata de um projeto de porte reduzido e de visível pequeno impacto ambiental e social. A estrada de Ferro Carajás por exemplo, com 800 km de extensão, atravessando 3 comunidades indígenas, 27 municípios, 80 comunidades quilombolas e áreas de proteção ambiental foi aprovada como se se tratasse de vários pequenos projetos de baixo impacto (MALERBA, 2015).

Além dos mecanismos administrativos (portarias, resoluções etc) e dos jurídicos (alguns deles legais porém, não legítimos como aqueles aprovados

e arguidos pelos governos da ditadura militar), há outro recurso capaz de imobilizar ou, pelo menos, de dificultar a manifestação contrária das populações regionais frente às decisões federais: trata-se do deslocamento das decisões para Brasília e do esvaziamento dos órgãos regionais. O caso mais emblemático mas, não único, é o da Sudam, extinta e recriada face aos protestos (uma vez que a população esperava que, restabelecido o Estado de direito a mesma viesse a se ocupar do planejamento regional). Após recriada, os programas e projetos federais tiveram seu gerenciamento deslocado para Brasília, passando a serem dirigidos a distância em relação à região. A Sudam foi esvaziada e é hoje não exerce qualquer função de planejamento ou capacidade decisória; outros órgãos tiveram o mesmo destino. Os projetos regionais são concebidos, planejados, aprovados, financiados e gerenciados por grupos de técnicos e políticos externos e distantes da região. É desta forma que o governo federal vem, no seu cotidiano, esvaziando a capacidade de mobilização dos “colonizados”, suas entidades representativas e implantando na colônia Amazônia projetos de interesse do centro decisório.

Considerações finais

Sobre a fase atual da região algumas considerações parecem se fazer necessárias: a) no neocolonialismo atual o centro dirigente das políticas públicas voltadas para a Amazônia é interno ao país, diferentemente do que ocorria no período colonial, em que Portugal decidia a forma de ocupação e exploração da região; na Amazônia é o governo federal o estruturador da dominação política e espoliação econômica; b) o processo tem-se caracterizado em todas as fases e por todas as medidas como violador dos direitos humanos⁶ e predador da natureza; c) o modelo somente tem aumentado as desigualdades regionais (em desfavor da região); e mais - coloca a região numa tripla dependência - das oscilações de preços das *commodities* no mercado global, das necessidades

⁶ A Comissão Pastoral da Terra (CPT) - Norte/Belém/2013 indica que em 2013 foram registrados 271 conflitos de terra nos 7 estados totalmente amazônicos, envolvendo 20.997 famílias.

econômicas do Centro-Sul mais desenvolvido e das definições políticas do centro nacional de poder.

Esta situação configura problemas e violações de diversas ordens: a primeira, de caráter moral, uma vez que tais políticas refazem uma relação de neocolonialismo interno, em que a região se encontra em condição subordinada e impossibilitada de definir sua própria história e destino; e quando a própria União não leva em consideração os direitos e os modos de vida das populações locais sempre que o governo federal decide implementar ou desenvolver nela uma ação ou um projeto. Em segundo lugar, uma violação legal, uma vez que a Constituição do Brasil/1988 (BRASIL, 1988) estabelece em mais de um artigo e, em especial no Art. 3º, como um dos objetivos básicos da União o de *erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais*; e no Art. 43º, ao tratar das políticas públicas para as regiões, que estas *devem ter por escopo reduzir as desigualdades sociais e regionais internas do país*. Mas, ao contrário disso, as políticas econômicas em curso apenas aprofundam as desigualdades regionais em desfavor da Amazônia. Como exemplo, apesar de sua riqueza mineral e de ser o estado com os maiores investimentos nas atividades preconizadas pelo modelo, o Pará apresenta-se entre os estados de piores PIB per capita do país, com um valor que representa menos da metade do PIB per capita brasileiro. Dos 144 municípios do Pará, apenas 5 têm um PIB per capita superior à média brasileira (IBGE, 2015, IBGE, 2014).

O processo consiste, além disso, numa transferência da pobreza de outras regiões do país para dentro da Amazônia, ao invés da implantação de políticas públicas duradouras, visando reduzir a pobreza nos locais de origem de maior pobreza no país. Com isto, a população da Amazônia Legal multiplicou-se em apenas 60 anos, passando de 2.930.005 em 1960 (IBGE, 1961b) para 25.474.139 em 2010 (IBGE, 2014), sem que tenha havido qualquer programa social do governo federal visando minimizar os efeitos da migração desordenada; e urbanizou-se, dada a expansão da grande empresa concentradora de terras nos interiores amazônicos: 73,52% da população já viviam em 2010 em zonas urbanas, especialmente nas periferias das inchadas cidades amazônicas (IBGE, 2010). Em 2010 na RM de Belém apenas 37%

das pessoas com até 20 anos tinham o ensino médio completo. Pessoas com 18 anos ou mais sem ensino fundamental e sem qualquer trabalho, inclusive o informal eram 28%. E dos que trabalhavam, 62% ganhavam até 2 salários mínimos apenas (ÍNDICE, 2013). O salário mínimo correspondia, na época, a 290 dólares apenas (DIEESE, 2015). A Região Metropolitana de Belém tem, entre as demais RMB do Brasil, a maior proporção de favelas em relação à sua população, mais que a RMB do Rio de Janeiro (LIMA, 2011). O Atlas do Desenvolvimento Humano (ÍNDICE, 2013) aponta que dos 48 municípios brasileiros com os mais baixos padrões de vida, 35 estão na Amazônia. Dos 30 municípios com piores IDH do país, 19 estão na Amazônia; e no Pará, estado amazônico com o maior número de mineradoras e siderúrgicas, está o município com o pior IDH do Brasil (ÉPOCA NEGÓCIOS, 2013).

As estatísticas e o cotidiano amazônicos, nas cidades e nos interiores, vêm quebrando a promessa de melhoria dos padrões de vida de suas populações. Ainda que os indicadores revelassem ganhos econômicos, nenhuma utopia, seja a do progresso ou do desenvolvimento, justifica a violação dos direitos dos mais pobres e das minorias, que são grupos sociais sabidamente fragilizados frente aos grupos econômicos, às elites do capital e ao Estado. Nada justifica que o próprio governo federal incentive modelos econômicos que aprofundam desigualdades sociais e regionais, desrespeitam a legislação brasileira, os acordos internacionais e afrontam eticamente as sociedades regionais.

Os dados evidenciam que o modelo econômico instaurado na Amazônia não só torna a população que nele habita a mais pobre do país como destrói o mais rico ecossistema do mundo, pondo a região e o Brasil sob o risco de mudanças ambientais severas e penosas. A indiferença ou a incompreensão da dimensão do desastre atinge também a área da pesquisa ambiental; a exemplo, após mais de 500.000 km² de florestadas desmatadas, a Embrapa-PA sugere o plantio do eucalipto e da soja na Amazônia em áreas degradadas pelas pastagens, como forma de *recuperá-las!* (EMBRAPA, 2015). E, assim, a região vai deixando, paulatinamente, de ser o que se conhece mundialmente como Amazônia - o sistema natural flúvio-florestal⁷ mais biodiverso do planeta.

⁷ Definição não escrita, formulada oralmente pelo geógrafo Orlando Valverde e registrada pela autora.

O que se constata é que, se o antigo sistema colonial era impositivo, no neocolonialismo atual amazônico descobre-se uma opção preferencial do governo central para a dominação sobre o diálogo e o entendimento; uma subordinação dos governos locais às determinações e ações abusivas do polo central; conformismo e inércia dos poderes regionais e locais diante do aprofundamento do histórico modelo primário-exportador, tão criticado nos compêndios de história e economia de escolas e universidades. Não se percebe reações contrárias às imposições federais por parte das elites e dos políticos locais. A crítica fundamentada fica confinada aos estudos científicos, em textos raramente acessados pelos segmentos decisórios. As denúncias ficam por conta das instituições de defesa de direitos humanos e da rara crítica jornalística independente.

O leque de ações governamentais que configuraram a condição amazônica de colônia do país Brasil não foi decidido externamente ao país. Ao contrário, foram as ações conduzidas pelo governo central para a Amazônia, visando equacionar problemas de outras regiões, de caixa do Tesouro Nacional ou da balança comercial do país. Eis porque após o término da ditadura militar elas prosseguiram e se intensificaram como prática do governo central em relação à região. O governo poderia ter feito muitas outras opções econômicas menos danosas e mais democráticas, como o desenvolvimento da riquíssima fruticultura regional, tão diversificada e ainda desconhecida nos países centrais, da piscicultura (uma vez que a região conta com cerca de 1.800 espécies de peixes, das quais 100 delas já catalogadas como comestíveis), o aproveitamento químico e farmacêutico das plantas nativas do maior banco daquele que é o maior banco genético do planeta – a Amazônia – e muitas alternativas. O modelo neocolonial promete o desenvolvimento, mas apresenta como resultado o velho modelo econômico travestido no novo; as novas empresas continuam sendo enclaves econômicos mais perniciosos que os do passado, porque comprometem o meio ambiente; são tidos como “modernos” porque se utilizam de máquinas e equipamentos eficientes e sofisticados que elevam a produção e a produtividade, mas que mantêm as velhas formas de exploração das pessoas, de desrespeito à natureza e sem internalizar benefícios sociais ou mesmo econômicos.

Quero enfatizar que a condição de *fronteira de commodities* e exportadora de energia elétrica integra, como componente indissociável, a posição da Amazônia como região colonizada internamente e explorada nacional e internacionalmente. Tal condição foi gestada pelos governos brasileiros, sua tecnoburocracia, com o apoio das elites nacionais, das corporações econômicas e sob a complacência dos governos locais. Sob o ângulo geoeconômico a região é periférica, subordinada e dependente; e colonizada, sob o ponto de vista político. É o que venho me esforçando por demonstrar neste e em outros textos; e para isto tornou-se necessário rever e conectar fatos passados, trazidos ao presente como elementos explicativos da Amazônia de hoje.

Os programas nacionais para a Amazônia têm demonstrado a incapacidade do Estado brasileiro de compreender, articular e desenvolver as potencialidades da região; a solução encontrada foi engendrar um novo processo de colonização da região, com a violação de direitos de várias ordens. A complexidade da Amazônia foi subestimada durante o período autoritário e continua sendo. E sempre que a região é olhada de modo simplista, ela afoga a capacidade governativa do Estado brasileiro, aprofunda as misérias regionais e se “atrasa” com relação às demais regiões brasileiras.

Referências

AGÊNCIA BRASIL. *Em dez anos, número de bois na Amazônia Legal quase dobrou*. Brasília, 2007. Disponível em: <http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2007-12-19/em-dez-anos-numero-de-bois-na-amazonia-legal-quase-dobrou>. Acesso em: 18 abr. 2018.

AMIGOS DA TERRA - AMAZÔNIA BRASILEIRA. *O reino do gado: uma nova fase na pecuarização da Amazônia brasileira*. São Paulo: Amigos da Terra - Amazônia Brasileira, 2008. Disponível em: <http://amigosdaterra.org.br/wp-content/uploads/2017/06/orcinodogado.pdf>. Acesso em: 7 jan. 2018.

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília: CPT (2013). Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 01 fev. 2018.

BRASIL. Decreto nº 1.164, de 1ª de abril de 1971. Declara indispensável à segurança e ao desenvolvimento nacionais terras devolutas situadas na faixa de cem quilômetros de largura em cada lado do eixo de rodovias na Amazônia Legal, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, 2 abr. 1971, p. 2569. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1970-1979/decreto-lei-1164-1-abril-1971-375317-norma-pe.html>. Acesso em: 18 abr. 2018.

CABRAL, M. V. Desenvolvimento e dependência: nova pesquisa bibliográfica para servir à sociologia histórica do desenvolvimento. *Análise Social*, Lisboa, v. 12, n. 46, p. 371-399, 1976. Disponível em: http://analisesocial.ics.ul.pt/?page_id=9. Acesso em: 20 fev. 2018.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. *Biblioteca Virtual/CPT*. Massacres no Campo. Goiânia: CPT Nacional, 2018. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/publicacoes/noticias/conflitos-no-campo/4260-em-acao-truculenta-centenas-de-posseiros-sao-despejados-no-amazonas>. Acesso em: 11 set. 2018.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. *Conflitos no campo 2013*. Goiânia: CPT Nacional, 2013. ISSN 1676-661X. Disponível em: http://cptnacional.org.br/index.php/component/jdownloads/send/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/344-conflitos-no-campo-brasil-2013?option=com_jdownloads. Acesso em: 28 nov. 2016.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. *Evolução dos dados econômicos*. DIEESE, 2015. Disponível em: <http://evolucaodosdaseconomicos.com.br/salario-minimo-em-dolares>. Acesso em: 17 ago. 2016.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. *Soja e eucalipto para a recuperação de pastagens no Sudeste Paraense*. Brasília: Embrapa, 2015. Disponível em: www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/2673414/soja-e-eucalipto-para-recuperacao-de-pastagens-no-sudeste-paraense. Acesso em: 17 ago. 2016.

ÉPOCA NEGÓCIOS. *As 30 cidades do Brasil com o melhor e o pior IDH*. São Paulo, 2013. Disponível em: <http://epocanegocios.globo.com/Informacao/Resultados/noticia/2013/07/30-cidades-do-brasil-com-o-melhor-e-o-pior-idh-do-brasil.html>. Acesso em: 25 fev. 2017.

GASPARINI, A. F. O pedido de suspensão de segurança. *LFG*, 25 jun. 2009. Disponível em: <http://www.lfg.com.br>. Acesso em: 23 mar. 2010.

GÓMEZ, P. P. La paradoja del fin del colonialismo y la permanencia de la colonialidad. *Calle 14*, Bogotá, v. 4, n. 4, p. 26-38, jan./jun. 2010. Disponível em: <https://revistas.udistrital.edu.co/ojs/index.php/c14/article/view/1225>. Acesso em: 25 jul. 2017.

HECK, E.; LOEBENS, F.; CARVALHO, P. Amazônia indígena: conquistas e desafios. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 19, n. 53, p. 237-255, jan./abr. 2005.

ÍNDICE de Desenvolvimento Humano Municipal Brasileiro. Brasília: PNUD/IPEA/FJP, 2013. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=1915. Acesso em: 07 jan. 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Anuário Estatístico do Brasil, 1989*. Rio de Janeiro: IBGE, 1990. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 15 jul. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Agropecuário 1960*. Rio de Janeiro: IBGE, 1961a. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 15 jul. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Demográfico, 1940 – Região Norte*. Rio de Janeiro: IBGE, 1940. Disponível em: www.google.com.br/search?source=hp&q=popula%C3%A7%C3%A3o+alfabetizada+em+1940%2C+grandes+regi%C3%B5es&oeq=popula%C3%A7%C3%A3o+alfabetizada+em+1940%2C+grandes+regi%C3%B5es&gs_l=psy-ab..12...2475.23581.0.26228.47.47.0.0.0.0.553.9261.2-31j1j0j2.34.0....0...1.1.64.psy-ab..13. Acesso em: 15 jul. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Demográfico da Região Norte, 1960*. Rio de Janeiro: IBGE, 1961b. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 15 jul. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Demográfico do Brasil, 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/>. Acesso em: 15 jul. 2018.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. *Estado brasileiro é denunciado na OEA por ainda usar lei da ditadura militar*. ISA, 2014. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/estado-brasileiro-e-denunciado-na-oea-por-ainda-usar-lei-da-ditadura-militar>. Acesso em: 19 mar. 2018.

LIMA, W. Pará tem a capital e a cidade com a maior proporção de moradores em favelas. *Último Segundo Brasil IG*, 21 dez. 2011. Disponível em: <http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/para-tem-a-capital-e-a-cidade-com-a-maior-proporcao-de-moradores/n1597418140326.html>. Acesso em: 12 jan. 2012.

LOUREIRO, V. R. *Amazônia: Estado, homem, natureza*. 3. ed. Belém: Cultural Brasil, 2014.

LOUREIRO, V. R. *Estado, bandidos e heróis: utopia e luta na Amazônia*. 2 e 3 ed. Belém: Ed. Cejup, 2001 e 2015.

LOUREIRO, V. R. O caso Ubá: por que o direito nem sempre promove a justiça? In: RODRIGUES, J. R. (org.). *Pensar o Brasil: problemas nacionais à luz do direito*. São Paulo: Ed. Saraiva, 2012, p. 25-54.

MALERBA, J. O esvaziamento simbólico dos espaços e a morte da política. *Fase*, Rio de Janeiro, 17 ago. 2015. Disponível em: <http://fase.org.br/pt/informe-se/artigos/o-esvaziamento-simbolico-dos-espacos-e-a-morte-da-politica/>. Acesso em: 20 ago. 2015.

MARTINS, J. de S. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Hucitec, 1997.

MME/ELETRONBRAS. *Plano Energético*. Brasília, 2015. Disponível em: www.google.com.br/?gws_rd=ssl#q=Plano+energ%C3%A9tico+2010. Acesso em: 13 mar. 2016.

NAVARRO, E. de A. *Dicionário de tupi antigo: a língua indígena clássica do Brasil*. São Paulo: Global, 2013. p. XVIII.

RÁDIOS EBC. *Massacre dos Ticuna completa 28 anos*. Brasília, 2016. Disponível em: <http://radios.ebc.com.br/jornal-da-amazonia-la-edicao/edicao/2016-03/massacre-dos-ticuna-completa-28-anos>. Acesso em: 24 abr. 2016.

SANTOS, B. A. dos. A mineração na Amazônia. *Estudos Avançados*, São Paulo: Edusp, v. 16, n. 45, p. 123-152, 2002. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/eav/issue/view/734>. Acesso em: 04 jan. 2013.

SANTOS, R. A. de O. O genius de uma economia: reflexões e propostas sobre o desenvolvimento da Amazônia. In: ARAGON, L.; IMBIRIBA, M. de N. (org.). *Populações humanas e desenvolvimento amazônico*. Belém: UFPA/Arni, 1989. p. 13-92.

Que diabos está havendo? Algumas breves considerações sobre a neoliberalização do espaço social

Ester Limonad

Introdução

Em 2017, ao início de uma conferência, Jan Pieterse relatou um questionamento que sofreu em sua universidade, com relação à posse de Trump e ao Brexit: *What the hell is going on?*¹ E, é essa a indagação que inspira e orienta, em boa parte, as considerações feitas aqui, de forma breve, nesse ensaio, em que busco contribuir com algumas ponderações sobre os impactos da financeirização e neoliberalização do espaço social.

De certa forma, na contemporaneidade, tornou-se quase um consenso, a ideia de que vivemos em um momento de incertezas e de mudanças.

As mudanças manifestam-se de distintas maneiras, com diferentes graus e intensidades, em diversos países, no entanto compartilham traços comuns em termos dos processos, das suas causas e efeitos – os quais são marcados por uma generalização das práticas neoliberais, pela financeirização dos mercados, que demandam uma desregulação dos marcos político-institucionais. Isso, de certa forma, baliza o caráter político-institucional da neoliberalização, que compreende, em parte, uma escalada dos movimentos de extrema-direita com cunho fascista em diversos países. Destacam-se entre eles, as campanhas políticas durante o ano de 2016-2017, na Holanda, Itália, França, Alemanha, Polônia e Hungria, entre outros, bem como a campanha pelo Brexit² no Reino Unido, em 2016. Na América do Sul temos uma mudança do quadro político,

¹ “Que diabos está havendo?” (T.A.), in Pieterse (2017).

² Ver Ash (2017), Connolly (2018) e Joffe (2017).

a partir de 2016, em particular no Brasil, Argentina e Chile, com os governos se voltando para a direita com uma marcada virada conservadora no marco regulatório institucional desses países.

As mudanças políticas e econômicas impactam, alteram e mexem profundamente com as várias dimensões e esferas da vida social. Dimensões e esferas que compreendem a reprodução da totalidade e envolvem desde a reprodução da vida social, da reprodução biofisiológica da família, da força de trabalho à reprodução dos meios de produção e da totalidade. Esferas, que historicamente, encontram rebatimento em uma ordem próxima, do cotidiano, e em uma ordem distante, das instituições e da sociedade (LEFEBVRE, 1969) e que, agora, com a neoliberalização se entrelaçam, com o comprometimento das condições de vida e sobrevivência de grandes parcelas da população. Entrelaçamento que, com a globalização, torna-se transescalar e ganha características selvagens, em particular, nos países do Sul-global.

The dream is over now, cantava John Lennon em 1970. O sonho americano acabou, declarou Noam Chomsky no documentário *Requiem for the American dream*, em 2015³, quando apontou para o crescente aprofundamento das desigualdades sociais, para o aumento e ampliação da miséria, da pobreza e para a drástica redução das políticas sociais nos Estados Unidos nos anos anteriores. Para Chomsky (2017), os dez princípios para a concentração de riqueza e poder estariam agora em reduzir a democracia, modelar a ideologia, redesenhar a economia, transferir o ônus do fardo social dos ricos para os pobres, atacar a solidariedade, regular os reguladores, manipular as eleições, manter a ralé na linha, fabricar consensos e marginalizar a população. Foi-se, assim, o sonho americano do *self-made man*, do homem que por seu esforço pessoal próprio e por sua dedicação alcançaria o bem-estar e a riqueza, acalentado por milhões, por muitos anos.

Em 2017, poucos meses após a posse de Donald Trump, Peter Temin, professor emérito do MIT, em seu livro *The vanishing middle class*, reforça a afirmação de Chomsky, ao observar que “os Estados Unidos da América estariam regredindo para uma estrutura política e econômica de uma nação

³ Posteriormente publicado como livro, ver Chomsky (2017).

em desenvolvimento” (TEMIN, 2017, p. 13,). Aponta, também, para o desaparecimento daquela classe média do sonho americano, retratada e satirizada por Sinclair Lewis (1972) em seu romance *Babbitt*.

As observações desses intelectuais estadunidenses, a respeito do sonho americano de autorrealização e ascensão social, são significativas. Pois indicam o caráter geral, global e político da neoliberalização ora em curso e o esgotamento gradativo das possibilidades de ascensão social que embalaram durante décadas o sonho americano e, que até hoje, ainda atraem milhares de migrantes em busca de uma vida melhor.

Primeiro, geral, por revelarem que não estamos sós, pois, indicam que os efeitos perversos da globalização também se fazem sentir nos países do Norte-global, em todas as dimensões da vida social, com efeitos na mobilidade social e na ascensão econômica. Porém, com diferenças de qualidade, de grau e de intensidade, uma vez que a classe média e os pobres estadunidenses possuem um outro padrão de renda e de educação em relação aos dos países do Sul-global. Lembrando, ainda, que o Sul-global não necessariamente encontra-se restrito e limitado ao Sul geográfico, sendo muito mais extenso em termos territoriais do que o Sul propriamente dito, em termos de sua localização geográfica em relação à linha do Equador.

Segundo, por serem indicativas do caráter global das mudanças ora em curso, em que processos geograficamente localizados, vistos aparentemente como isolados, específicos e particulares, conquistam uma dimensão escalar espacial, enquanto manifestações localizadas de uma estratégia global do capital financeiro, em que a totalidade do espaço social se tornam estratégias para sua reprodução.

Em suma, por estas observações constituem um indicador do esgotamento das estratégias consagradas para combater a queda tendencial da taxa de lucro e apontam para a necessidade de um rearranjo global do poder, das estruturas de dominação e da divisão internacional do trabalho, que acontece em diferentes escalas e esferas, com uma incessante expansão das práticas predatórias, extrativistas e selvagens, sem respeito pela vida e pela natureza.

Ao fim dessa segunda década do século XXI, o Brasil, os países da América Latina e outros países encontram-se em um momento de inflexão política e econômica, marcado por uma ascensão de governos neoliberais que privilegiam a reversão das políticas sociais, mudança das prioridades de investimentos e por uma retomada radical de ideários e de postulados que privilegiam as elites, em detrimento do resto da humanidade, os 99%. Têm-se, assim, um quadro em que o desamparo social dos pobres estadunidenses, aparentemente, se converte em regra a ser seguida.

Na América do Sul vivenciamos, nas últimas seis décadas, vários períodos de ditadura com breves interlúdios democráticos. Muitas dessas ditaduras foram deflagradas e mantidas com o apoio das potências hegemônicas e de seus serviços de informação. E que, entre outras iniciativas de suporte, instrumentalizaram a Operação Condor, que permitiu a interação e a troca de informações entre os governos ditatoriais do Cone Sul.

Um desses interlúdios foram as primeiras décadas desse século XXI, em que a maioria dos países sul-americanos tiveram a possibilidade de experimentar o sabor da democracia representativa. O fim desse interlúdio e a situação que ora vivenciamos já se desenhava nas últimas décadas, aqui e acolá. Pode-se dizer, que tem início com os golpes parlamentares que depuseram, em uma sequência similar de eventos, os presidentes eleitos de Honduras e do Paraguai, respectivamente em 2009 e 2012, seguidos pelo impedimento da presidente eleita do Brasil, Dilma Rousseff, em 2016. Coincidência ou não, Liliana Ayalde era a embaixadora representante do governo estadunidense, sob a gestão do presidente Barack Obama (2009-2017), junto a Honduras até 2008, ao Paraguai até 2011, e junto ao Brasil, de 2013 a 2016⁴.

Os acontecimentos dos últimos dois anos no Brasil e em vários países da América Latina, da África e do Sul da Ásia, entre outros, revelam imbricações e articulações, em diferentes escalas e esferas, que desnudaram a crescente promiscuidade e interação entre capitais nacionais e internacionais com os Estados nacionais, bem como a formação de articulações espúrias entre os setores público e privado, em um processo de crescente neoliberalização do

⁴ AYALDE, Liliana. Bio. *Wilson Center*, Washington, [20-?]. Disponível em: <https://www.wilsoncenter.org/person/liliana-ayalde>. Acesso em: 20 ago. 2018.

espaço e da vida social. Um processo em que terras, recursos naturais e a própria vida são gradativamente transformados em ativos financeiros (HARVEY, 2004; SASSEN, 2016), o que leva a alguns autores (GAGO; MEZZADRA, 2017; SVAMPA; VIALE, 2014) a interpretar as formas atuais de urbanização neoliberal como variações das formas vigentes de extrativismo.

Essa formulação de um extrativismo alargado permite acrescentar a essa perspectiva extrativista e espoliadora a produção social do espaço. O que a aproxima da concepção de neoliberalização do espaço de Peck e Tickell (2002), que a entendem como um processo em curso⁵, com dimensões políticas e econômicas, de efeitos desiguais e diversos, que assume contornos e dimensões semelhantes aos da globalização

De forma paradoxal, em uma etapa da história, em que se teria como perspectiva a construção de uma paz social e a consolidação de conquistas de lutas democráticas, verificam-se hoje mudanças que expõem as fragilidades do projeto civilizatório da modernidade e da democracia ocidental, bem como desnudam as falácias das propostas de desenvolvimento econômico e social (ESCOBAR, 1997; LIMONAD, 2013; SLATER, 1973).

Mudanças que colocam em cheque as instituições democráticas, com a destruição de conquistas de lutas sociais seculares, com a dilapidação e expropriação generalizada de recursos naturais nos campos e nas cidades, em um processo de alcance global de extração de mais-valias e de formação de ativos financeiros, em uma crescente desmaterialização de materialidades concretas.

Paradoxalmente, tais mudanças embora questionem paradigmas e concepções arraigadas, parecem contribuir para a retomada de ideários e

⁵ Peck e Tickell (2002) identificam duas fases ou processos inter-relacionados: “neoliberalismo reverso” e “neoliberalismo em desenvolvimento”. O primeiro refere-se à “destruição ou desmistificação ativa das instituições keynesianas do bem-estar e social-coletivistas” (PECK; TICKELL, 2002, p. 37). Implica, também, no recuo do controle governamental anterior de recursos e regulações, incluindo serviços públicos, indústrias nacionalizadas e direitos trabalhistas e sociais. O “neoliberalismo em desenvolvimento” refere-se à “construção e consolidação intencional de formas estatais neoliberais, modos de governança e relações regulatórias” (PECK; TICKELL, 2002: 37), com a criação de um novo marco regulatório. Abrange também políticas sociais intervencionistas e iniciativas público-privadas que são paternalistas e punitivas, que buscam disciplinar, criminalizar e controlar grupos sociais pobres e marginalizados.

de concepções políticas que se poderia acreditar estarem superadas ou em vias de superação. Concepções de cunho fascista que reforçam preconceitos, estranhamentos e que contribuem para uma perda da sociabilidade humana, da empatia em relação ao outro, ao diferente, nos termos colocados por Ana Clara Torres Ribeiro (2005), bem como permitem a invisibilização do outro, dos diferentes (LIMONAD; BARBOSA, 2017; SENNETT, 2001) em um processo de coisificação de seres humanos, animais, natureza, de destituição de seus significados, de suas dinâmicas.

1 Como isso ocorre? Para quê? Por quê?

Para avançar na compreensão e reflexão do que está havendo, seguindo a indagação de Pieterse, trata-se, aqui, de ensaiar algumas considerações no intuito de apontar que o que aqui ocorre não é um caso particular, mas está relacionado a uma financeirização do espaço, com base na transformação da terra, do solo, dos recursos naturais etc. em ativos financeiros com base em ações do capital financeiro articuladas a empresas de diversos setores, com o suporte do Estado, ações legitimadas por movimentos políticos de direita e extrema-direita com o suporte de diversas frações do capital – mídia e capital financeiro.

O desenrolar dos acontecimentos em diversos lugares do mundo, a mudança da conjuntura política e econômica nacional, que já se desenhava ao fim de 2015, apontam para a necessidade de se considerar na reflexão:

1 – o caráter do Estado capitalista na atual fase da financeirização e da acumulação neoliberal, que vai de encontro às proposições neoliberais mais ferrenhas, a começar pelas ideias de Hayek (2010), à medida que a lógica territorial do Estado é subsumida à lógica da acumulação do capital e do mercado (ARRIGHI, 1996, 2005);

2 – o próprio sentido do neoliberalismo, que embora seja novo, ao menos em nome, nada tem de novo, nem em termos de liberalismo e nem em termos do Estado liberal defendido por Adam Smith (1979) uma vez

que capitais corporativos internacionais se associam a projetos nacionais estatais de reestruturação institucional. O Chile nesse sentido aparece como caso paradigmático – ou melhor, como um projeto piloto de intervenção hegemônica e de reestruturação institucional;

3 – a associação do capital financeiro e do Estado, a qual propicia a crescente financeirização da produção social do espaço, que assume um papel estratégico para a acumulação de capital;

4 – a crise societária e de sociabilidade que se ora instaura, dada a desumanização do outro, do diferente e da possibilidade potencial de financeirização de transformar todos os elementos e aspectos da vida e do espaço social em ativos financeiros.

2 Sobre o caráter do estado

Começemos pelo caráter atual do Estado. A globalização, por um lado, contribuiu para multiplicar as interações e as simultaneidades entre diferentes países e regiões e para aumentar a disponibilidade de bens e serviços. Todavia, por outro lado, também, propiciou a disseminação de um modelo de capitalismo, com a subordinação dos países não hegemônicos, em particular do Sul-global à lógica do capital financeiro internacional e à lógica das grandes corporações que desconhecem fronteiras.

Isso contribuiu para fortalecer e enriquecer o sistema financeiro internacional e as grandes corporações. E, ao mesmo tempo, contribuiu para disseminar, em escala global, a pobreza, a miséria, as doenças, os preconceitos, a violência racial e de gênero, para a transformação da vida em insumo produtivo e em mercadoria. Ou seja, o aumento da concentração de riqueza se fez acompanhar por um aprofundamento das desigualdades sociais em uma proporção jamais vista, como mostram diversos estudos da Oxfam e do Brasil de Fato.

A percepção do fim do sonho americano e da desapareição da classe média abastada, por Chomsky e Temin, indicam, também, um esgotamento das possibilidades em aumentar a acumulação de capital, bem como de conter a queda tendencial da taxa de lucro e de fazer frente ao déficit fiscal, nos moldes anteriores. As tentativas de manter as taxas de lucro e de reduzir o déficit fiscal estariam baseadas, agora, em um rol de políticas austeras combinadas com profundos cortes nas benesses sociais que caracterizaram e acalentaram o sonho americano.

Esse estado de coisas estaria levando os grandes capitais corporativos a buscarem novos mercados, a implementarem processos neocoloniais em diversas partes do mundo e a reforçarem abertamente seu suporte a partidos políticos e grupos de extrema-direita.

Essa busca imperiosa de novos mercados já havia sido apontada por Rosa Luxemburgo em “A acumulação de capital” (1985 [1913]), necessidade que de certa forma é indicativa do caráter estratégico que assume a produção social do espaço como salienta Henri Lefebvre em *The survival of capitalism* (1976). E, que David Harvey (2004) caracteriza como uma nova etapa da acumulação primitiva de capital, que designa de acumulação por espoliação.

Essa expansão espacial da acumulação se faz acompanhar pela emergência e implementação, por parte de distintos capitais corporativos, em diversas partes do mundo, de processos neocoloniais de forma simultânea, diversificada e fragmentada. Processos esses que comungam o uso da violência política, a pilhagem dos recursos naturais (minérios, água, petróleo, *commodities*) e a exploração da vida (bioengenharia, engenharia genética, medicamentos etc.), inclusive da vida humana (tráfico de pessoas e órgãos, escravidão e prostituição). Isto posto, deixam após sua passagem nada mais do que terra arrasada, devastada. E, para garantir legitimidade política a suas ações, esses capitais reforçam o suporte financeiro e midiático a partidos políticos e a grupos de extrema-direita, de modo a capturar e fazer uso do aparelho de Estado para atingirem os seus fins.

Mesclam assim a lógica da acumulação com a lógica territorial do Estado, que conforme Arrighi (1996, 2005), se entrelaçariam historicamente, uma se superpondo à outra. A novidade agora é que a captura do Estado por uma aliança de diferentes capitais e elites econômicas, configurando um bloco no poder econômico hegemônico, resulta em uma subsunção do político e da política aos interesses da acumulação (POULANTZAS, 1981; JESSOP, 1990, 2002). Legitimado e facultado pela cooptação midiática de diversos grupos sociais aos interesses do bloco no poder, espúrios aos seus interesses de classe desses grupos. Assim, o Estado passa a atender exclusivamente aos interesses da acumulação. Para tanto, são realizadas profundas mudanças no marco regulatório institucional de vários países, de onde se tem a desregulamentação das relações de trabalho, da previdência, da legislação ambiental e inclusive a redefinição de fronteiras e de limites político-administrativos.

Destarte, encontra-se em curso um rearranjo do poder no sistema capitalista mundial, engendrado pelos próprios Estados hegemônicos para manter o seu protagonismo, garantir sua expansão econômica e se manter à frente do sistema, de modo a solapar a concorrência e as ameaças à sua hegemonia (FIORI, 2014).

E aí, inserem-se desde as iniciativas de captura do Estado e de rearranjo do marco institucional até a vigilância de governos e países por agências de segurança e informação das grandes potências como meio de controle de governos e de países subordinados. Esse controle e manipulação dos países subordinados comportam desde uma vigilância constante até o apoio a golpes de Estado para promover e levar ao poder governos mais sensíveis às demandas internacionais hegemônicas. Valem-se nesse sentido de processos de *law-fare*, de descrédito público e midiático de líderes eleitos e de lideranças políticas implementados com o apoio de grupos de poder econômico desses mesmos países. Cabe lembrar que o escândalo da vigilância dos organismos de segurança norte-americanos sobre a presidente do Brasil, Dilma Rousseff, e a chanceler da Alemanha, Angela Merkel, ocorreu durante o governo do presidente Barack Obama, do Partido Democrata, nos Estados Unidos. Insere-se, também, nesse âmbito o escândalo deflagrado pela admissão do

economista-chefe do Banco Mundial, Paul Romer, após a derrota de Michele Bachelet para um segundo governo no Chile, de que as condições comerciais não pioraram no país sob a administração de Bachelet, a despeito das variações negativas no *ranking* de competitividade do Chile, devendo-se as oscilações de avaliação à uma mudança na metodologia de adotada (MONTES, 2018).

Ladislaw Dowbor (2017) assinala, nesse sentido, que “o poder mundial realmente existente está nas mãos de gigantes que ninguém elegeu e sobre os quais há cada vez menos controle”, tem-se, assim, um reescalonamento do poder associado aos interesses do mercado em diversas escalas. E esse poder se vale da força de pressão de organismos internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial para impor suas regras.

Embora essas ponderações apontem para o fato de que não estamos sós e que estejamos todos no mesmo barco, com problemas semelhantes, desconsideram que a festa segue no *deck* superior enquanto nós seguimos nos *decks* inferiores, remando contra a corrente.

Ou seja, há semelhanças e diferenças quantitativas e qualitativas, que não podem e nem devem ser desconsideradas. Diferenças quantitativas em termos da dimensão, do grau e da intensidade da pobreza, da miséria, da exploração e da despossessão de enormes contingentes de população. Diferenças qualitativas em termos de racionalidades, de subjetividades e de subalternidades.

3 Qual a novidade do neoliberalismo?

Nos últimos anos observa-se, em escala global, em vários países, um ressurgimento do neoliberalismo acompanhado e sustentado, por movimentos políticos de direita, que além de defender o fim das políticas sociais e o Estado mínimo entre outras coisas, contraditoriamente também faz uso e se vale do aparelho do Estado para implementar reformas políticas e econômicas, que permitam uma maior liberdade de ação aos capitais corporativos de diferentes setores produtivos, em que se articulam os interesses das elites econômicas de diferentes países.

De fato, o neoliberalismo, enquanto ideário político ideológico do capitalismo, assim como o capitalismo, possui uma imensa capacidade de se reinventar e de se alimentar das crises que gera. Para superar o neoliberalismo e seus efeitos perversos, faz-se mister compreendê-lo não apenas como uma modalidade de política econômica, mas paradoxal e dialeticamente, como uma política de Estado.

Todavia, embora constitua uma onda global e globalizante, o neoliberalismo assume formas particulares em distintas formações socioespaciais, com um caráter mais brutal em países em desenvolvimento ou de capitalismo tardio, como é o caso do Brasil e de outros países do Sul-global. Onde busca estabelecer e garantir a hegemonia do capital internacional, em detrimento dos interesses nacionais, colocando em risco as instituições democráticas conquistadas a duras penas.

O que explicaria, ainda que parcialmente, as mudanças políticas recentes e a radicalização da virada neoliberal no Brasil, como uma forma de abrir novos espaços de investimento para os capitais hegemônicos dos países centrais. E isso se verifica em um momento em que se desmitificam, ainda que em parte, as fórmulas neoliberais de recuperação econômica e desenvolvimento em outros países, como mostra mais recentemente o modelo português com sua gerigonça.

Saskia Sassen (2016) observa, ao referir-se aos países latino-americanos, que lado a lado a uma concentração da riqueza tem-se, hoje, de forma crescente uma captura do Estado por parte das elites. Captura essa que tem por meta atender às necessidades hegemônicas, em detrimento dos trabalhadores, com o apoio das demais instituições estatais e do aparato legal. É um Estado útil para as elites e para impor os princípios neoliberais subordinando a sociedade ao mercado, mas que é ausente para a sociedade – o que de forma surpreendente vai de encontro às proposições liberais clássicas.

Adam Smith em 1779, em sua obra “A riqueza das nações”, mostrava uma preocupação moral e ética, defendendo o combate à corrupção e a defesa dos interesses dos desprivilegiados. Caberia ao Estado, assim, em seu vínculo

com a economia não apenas garantir o livre mercado, mas ser o provedor de justiça na resolução dos conflitos que porventura impedissem a harmonia do sistema. Caberia ao Estado, além de “proteger a sociedade contra a violência e a invasão de outros países independentes” (SMITH, 1979, p. 689); também “proteger, na medida do possível, cada membro da sociedade da injustiça ou opressão de todos os outros membros da mesma, ou o dever de estabelecer uma administração judicial rigorosa” (SMITH, 1979, p. 708); bem como:

criar e manter essas instituições e obras públicas que, embora possam proporcionar a máxima vantagem para uma grande sociedade, são de tal natureza que o lucro jamais conseguiria compensar algum indivíduo ou um pequeno número de indivíduos, não se podendo, pois, esperar que algum indivíduo ou um pequeno número de indivíduos as crie e mantenha (SMITH, 1979, p. 723).

Na atual fase, em que vige a neoliberalização, generalizada do espaço social, nem sequer se tem um Estado liberal que defenda os interesses nacionais. O Estado torna-se instrumental para viabilizar a neoliberalização do espaço social, ao introduzir e aprovar mudanças no marco regulatório institucional, abrindo lugar para a implementação de políticas neoliberais e à financeirização nos vários âmbitos da sociedade, com efeitos e impactos diferenciados na organização social do espaço e nas relações cidade-campo.

A implementação de políticas e práticas neoliberais envolve, em particular para países do Sul-global, como o Brasil, desde a imposição externa desse modelo, por parte de organismos internacionais como o FMI e o Banco Mundial para a concessão de empréstimos, até a imposição coercitiva de normas e regulamentações estatais de modo a garantir o “domínio do mercado sobre todos os aspectos da vida social” (BRENNER; THEODORE, 2002, p. 352). Nesse sentido, o neoliberalismo se vale do Estado e de suas instituições para impor coercitivamente suas regras e normas (PECK; THEODORE; BRENNER, 2009), inclusive fazendo uso da violência. Conta, também, para isso com o apoio e suporte de oligarquias locais que veem nesse processo uma forma de garantir seus privilégios e seu enriquecimento, em detrimento da deterioração das condições de vida de grandes contingentes populacionais.

Nos países não-hegemônicos, o neoliberalismo assume uma versão selvagem e sem peias. Ao passo que, nos estados hegemônicos, em particular na Europa, prevalecem instituições que garantem a democracia e princípios éticos; nos países não-hegemônicos do Sul-global, os avanços do neoliberalismo para implementar a financeirização do espaço e atender aos interesses das grandes corporações internacionais, contam com o apoio dos Estados nacionais, que viabilizam e criam condições gerais para o saque indiscriminado dos recursos naturais e para o emprego de práticas de grilagem, de desposseção de terras, de trabalho escravo e de trabalho infantil etc. Um exemplo emblemático é a exploração de trabalho infantil escravo no cultivo de cacau na Costa do Marfim, em Gana e em outros países da África Ocidental para a produção de chocolate, que envolve grandes fabricantes como Hershey, Mars, Nestlé, ADM Cocoa, Godiva, Fowler's Chocolate e Kraft, denunciado pela Organização Internacional do Trabalho, entre outros organismos, e por documentários (MISTRATI; ROMANO, 2010; EDWARDS; BLEWETT, 2000).

Nos países não-hegemônicos, onde vicejam desde frágeis democracias a governos autoritários, prevalecem muitas vezes, as políticas de esferas de interesse de oligarquias patrimonialistas e práticas colonialistas que se valem da violência do Estado para se impor e manter no poder. Aí, para atingir os seus fins e subordinar o conjunto da sociedade aos interesses do mercado internacional, soem ser desrespeitados os direitos humanos, destruídas as conquistas sociais, desprezando inclusive seus próprios princípios fundantes de respeitar o regime jurídico-legal e favorecer os direitos individuais à propriedade privada. Formam-se, assim, mercados consumidores subordinados aos interesses das potências hegemônicas, com efeitos devastadores sobre as populações nativas, autóctones e tradicionais, como grupos indígenas e quilombolas, entre outros. Isso se verifica com maior intensidade em países de economia extrativa da Ásia, África, América Central e ocorre, também, em menor intensidade, em países como Brasil, Argentina e Chile, mas ainda assim com características selvagens e de pilhagem internacional. A violência política é nesses países um veículo

para a acumulação primitiva e para a reprodução do capital, convergindo para as proposições de Rosa Luxemburgo (1985 [1913]).⁶

Isso explica o recurso às forças armadas e à repressão política. Articula-se, assim, um vínculo entre a acumulação capitalista, o Estado e as expressões dos conflitos sociais. Nesse contexto, o Estado constitui uma peça-chave para a implementação das condições gerais para a acumulação e para combater a queda tendencial da taxa de lucro.

Cabe aqui um parêntese, para esclarecer o que significa essa financeirização da vida social, como esta está associada à neoliberalização do espaço, e como esta impacta as relações sociais e a sociabilidade.

4 A financeirização do mundo e da vida

Para avançar na compreensão do caráter da neoliberalização contemporânea e como ela impacta a vida social, as instituições, a política e, por conseguinte o Estado, é necessário fazer aqui um parêntese, no intuito de demarcar e esclarecer o sentido da financeirização contemporânea, que teria por base a subsunção de todas as esferas da reprodução das relações sociais de produção e da acumulação de capital às necessidades de reprodução do capital financeiro.

Já de início, para dirimir generalizações apressadas, cabe observar, que reduzir o mundo das finanças, a financeirização, à criação ou ampliação de sistemas de empréstimo e financiamento de bens, imóveis, projetos nacionais etc., implica em perder de vista o que, de fato, se encontra em jogo na contemporaneidade. Formas de crédito e de financiamento, letras de câmbio, seguros, existem há muito tempo, ao menos desde a Alta Idade Média como mostra Giovanni Arrighi (1996) em sua obra *O Longo Século XX*,

⁶ “O capital não conhece outra solução senão a da violência, um método constante da acumulação capitalista no processo histórico, não apenas por ocasião da sua gênese, mas até mesmo hoje. Para as sociedades primitivas, no entanto, trata-se, em qualquer caso, de uma luta pela sobrevivência; a resistência à agressão tem o caráter de uma luta de vida ou morte levada até o total esgotamento ou aniquilação” (LUXEMBURGO, [1913] 1985, p. 255).

caracterizado como o século do capital financeiro. Karl Marx (1975) já tratava da financeirização sob a forma de capital monetário de empréstimo com a capacidade deste se se autonomizar da economia material, com o potencial de exponenciar suas possibilidades de valorização fictícia e especulativa.

Qual é a novidade, então? Em princípio, a novidade da financeirização contemporânea, em relação às formas pretéritas de crédito e financiamento, residiria no fato que “as firmas financeiras vendem algo que não têm”, e têm a “capacidade de securitizar quase tudo em uma economia e, ao fazer isso, submeter economias e governos a seu próprio critério de medição de sucesso” (SASSEN, 2016, p. 144).

- primeiro, em seu caráter, ou seja na capacidade do capital financeiro em negociar potencialidades, o abstrato, o intangível, o impalpável por meio de contratos futuros. Assim, sua realização se dá em mercados futuros, especulativos, sem que haja o consumo propriamente dito.

- segundo, na variedade de formas com que esses contratos futuros assumem e são negociados. Pois, praticamente tudo pode ser securitizado.

- terceiro, nas transformações que impõe ao marco institucional de diferentes países com a desregulação de suas economias nacionais e destruição de relações pretéritas de produção e subsistência.

- quarto, na escala que assume, em termos globais, articulando diferentes escalas do local ao global e distintas esferas de reprodução socioespacial,

- quinto, na dimensão (amplitude) que incorpora, uma vez que a totalidade do espaço social e das relações sociais de (re)produção se convertem em objeto estratégico de interesse para a reprodução ampliada do capital financeiro.

A financeirização, por conseguinte, não se resume à abertura e ampliação de sistemas de financiamento e de crédito imobiliário⁷, exceto se

⁷ A existência de sistemas de financiamento e de crédito com base em contratos fiduciários, em si, tem pouca relação com a financeirização contemporânea. Ou seja, a menos que esses contratos sejam transformados em ativos financeiros e em derivativos negociáveis. E, uma das etapas dessa transformação é a securitização desses contratos. A securitização,

as empresas envolvidas forem de capital aberto com seus contratos de crédito convertidos em ativos financeiros e derivativos negociados em bolsas de mercadorias e futuros. Um exemplo é a financeirização do setor imobiliário, que não está relacionada à comercialização dos imóveis, mas à negociação e valorização de ativos financeiros no mercado internacional. Esses ativos têm por base a interligação de sistemas nacionais e locais de crédito imobiliário com o mercado financeiro (SANFELICI, 2013; SASSEN, 2009). Isso ocorre em vários países, conforme viabilizam o financiamento imobiliário por meio de empréstimos e de securitização em moeda estrangeira, com recursos de companhias de cartões de crédito, empresas de previdência privada, bancos e instituições financeiras.

Portanto, o caráter particular da financeirização contemporânea está em transformar o tangível em intangível, para negociar o abstrato, o intangível, por meio de contratos futuros especulativos, que, eventualmente, têm um referencial tangível, material ou virtual remoto.

Como isso se processa?

Para entender como isso ocorre, inicialmente, importa entender como o mundo é transformado em finanças, ou parafraseando Carlos, Volochko e Alvarez (2015), como o mundo se converte em negócio. Para isso há que se esclarecer, inicialmente, o que são esses ativos financeiros e como constituem um nexó fundamental da neoliberalização e financeirização do espaço na sociedade contemporânea.

A transformação de bens, coisas materiais, em ativos financeiros comporta desde a aquisição de terras, imóveis, patentes, reservas energéticas, recursos naturais, direitos de exploração, em suma tudo aquilo que permita

segundo a Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto (ANDIMA), se traduz na capacidade de transformar todo e qualquer tipo de contrato fiduciário e de crédito em ativos financeiros negociáveis em bolsa de valores. Esses ativos, que têm em sua origem esses contratos, por sua vez, são negociados por seu potencial em mercados futuros, onde ganham o nome de derivativos, também negociáveis em bolsa, como é o caso dos *hedge funds*, os quais são totalmente especulativos. Esses fundos vendem ações quando o preço está em alta, para forçar a queda do preço dessas ações e comprá-las quando o preço cai.

um processo de valorização imaterial, fictícia, com base no controle da oferta, disponibilidade e escassez do que está sendo negociado ou lícitado (imóveis, água, petróleo, terras férteis, direitos de exploração etc.).

Diversos autores (BRENNER; THEODORE, 2002; CARLOS; VOLOCHKO; ALVAREZ, 2015; DOWBOR, 2017; GAGO; MEZZADRA, 2017; HARVEY, 2004; JESSOP, 2002; PECK; THEODORE; BRENNER, 2009; PECK; TICKELL, 2002; PIETERSE, 2017; SANFELICI, 2013; SASSEN, 2009; 2016; SVAMPA; VIALE, 2014) debruçaram-se sobre o tema, muitos com maior ênfase sobre a financeirização do setor imobiliário. Sassen (2016) afirma de forma provocativa que as finanças nada têm a ver com o dinheiro, embora tenham facilitado a monetarização de tudo que está aí. Essa afirmação e sua argumentação, todavia, são esclarecedoras.

A partir, da leitura desses autores, importa demarcar, que na contemporaneidade:

1 - o capital financeiro se nutre da especulação, negociação e valorização de ativos financeiros e de seus derivativos (*hedge funds* etc.). Esses ativos possuem uma liquidez e potencial de valorização maior do que ativos tangíveis materiais (bens, *commodities*, imóveis) e têm por base transações contratuais (depósitos bancários, títulos, ações, carteiras de crédito e financiamento).

2 - A financeirização não se restringe ao setor imobiliário. Este constitui apenas uma das faces da financeirização da vida social. Quiçá, é a mais aparente, em vistas da dimensão e da importância que assume, bem como por sua proximidade intrínseca à reprodução social da vida material no cotidiano. Sassen (2016) detalha, grosso modo, a transformação de contratos imobiliários em ativos financeiros. A financeirização da produção de imóveis, não tem por finalidade precípua produzir imóveis para venda, para servirem como habitação, escritórios etc., mas transformá-los em ativos financeiros, passíveis de valorização virtual e de serem securitizados (SASSEN, 2016). Nesse processo, o valor dos imóveis propriamente dito, por si só, perde o significado, pois o que interessa são os contratos firmados entre as empresas envolvidas com o setor financeiro e sua securitização. Nesse âmbito a desregulação do

setor imobiliário de interesse social é necessária para aumentar a garantia dos investimentos financeiros, ao mesmo tempo em que se deixa de proteger os mutuários, que ficam vulneráveis à especulação financeira.

3 - A financeirização abrange “um conjunto complexo de atores, capacidade e espaços operacionais. [...] (que) podem adotar diferentes formas na superfície e se adaptar a ambientes institucionais [...] diferentes, com instrumentos tão diversos quanto empréstimos estudantis securitizados e *swaps* de crédito” (SASSEN, 2016, p. 145). Isso gera pressões para a privatização dos sistemas e serviços públicos de ensino superior, de saúde e de previdência, a que se soma a flexibilização das relações de trabalho.

Ao contrário de outras transações econômicas, o capital financeiro vende, mas não entrega. Em suma, negocia apenas o valor-de-troca, e a potencialidade futura do bem em pauta, independentemente do valor de uso, do custo de produção, do preço de mercado e da possibilidade de realização de bens e mercadorias. O que interessa é a negociação de contratos de propriedade de terras, de direitos de exploração e de mineração de recursos minerais, e não a sua exploração, propriamente dita, como é por exemplo o caso da água potável. Logo, não há interesse em que os contratos sejam saldados, nem que os bens que constituem a base referencial desses contratos sejam explorados e/ou esgotados. Pois, qualquer uma dessas alternativas elimina a possibilidade de venda e especulação de seus contratos em mercados futuros.

A financeirização possui um potencial altamente destruturador e destruidor de economias nacionais, considerando-se sua dinâmica global, sua capacidade de securitização e negociação exponencial, o volume e a velocidade de suas operações e suas instituições, muitas das quais não são bancárias. Isso lhe permite abarcar, a um só tempo, os passivos e os ativos de indivíduos, de empresas, de países, independentemente dos marcos legais, da geopolítica e da relação Estado-economia. A negociação em mercados futuros de títulos da dívida pública de diferentes países, a partir de suas próprias avaliações de risco e securitização, converte os bancos centrais nacionais em emprestadores, que não podem deixar quebrar os seus credores externos.

A metamorfose de bens, de imóveis, de sistemas de geração de energia, de terras para agricultura e da natureza em ativos financeiros requer alterações no corpo jurídico-institucional, a flexibilização e precarização das relações de trabalho e a desregulação do marco regulatório da previdência social, dos direitos sociais, do meio ambiente, da exploração dos recursos naturais etc. construídos historicamente, a partir de enfrentamentos, disputas e conflitos entre os diversos grupos sociais.

Essas alterações são essenciais para permitir a fluidez do capital financeiro contemporâneo e exponenciar suas possibilidades de acumulação, pois facultam a subsunção da totalidade do espaço social e das relações sociais de produção às necessidades da reprodução ampliada desse capital, ao disponibilizar e liberar para exploração a totalidade do território nacional de diferentes países.

Essa desregulação viabiliza o *land grabbing*, o trabalho escravo, a alienação dos cidadãos do espaço de suas cidades, o saque dos recursos naturais, a formação de reservas de valor etc., precarizando as condições de vida de grandes contingentes populacionais, com sua expulsão de seus locais de vida e trabalho.

5 A falácia do projeto da modernidade

O projeto civilizatório do Ocidente e do capitalismo acarretou uma modernização incompleta, que paradoxalmente sequer é moderna (IANNI, 1989), uma vez que permanecem, quase que intocadas as estruturas oligárquicas e patrimonialistas. As ideias de modernidade, de modernização e de desenvolvimento carregam em si mesmas uma ideologia apologética e auto justificatória. Há uma clara diferença entre o que se postula, o que se tem e aquilo que se alcança, independentemente dos receituários de organismos internacionais (ESCOBAR, 1997; LIMONAD, 2013; SLATER, 1973).

A própria ideia de modernidade é eivada de mitos (LIMONAD, 2014, 2016). A começar pelos mitos da técnica (planejamento), da duração

(sustentabilidade) e do progresso (desenvolvimento), que se traduzem, respectivamente na crença de que a panaceia de todos os males de nossas sociedades do Sul-global e as possibilidades de atingir o patamar dos países desenvolvidos estariam nas promessas desses mitos. Mas, o que não se conta é que essa “aventura da modernidade, do progresso, do desenvolvimento levou ao descarte da maioria, de milhões” (RIBEIRO, 2005, p. 413). E, isso se torna cada vez mais evidente com o incessante aumento das migrações, em que milhões saem de seus países em fuga da violência das guerras, dos conflitos, da pobreza, em busca de uma vida melhor, e se tornam apátridas, pessoas de lugar nenhum, uma vez que não podem retornar aos seus lares, tampouco conseguem alcançar o seu destino e ficam detidos em campos de refugiados, em países onde essas pessoas não gozam de direitos e não podem trabalhar. Campos de caráter efêmero se transformam, cada vez mais, em algo permanente (MIRAFITAB, 2016), cidades de refugiados, sem papéis, desterrados como é o caso de Zataari, na Jordânia, que conta com 140.000 refugiados. Assim, não há mais progresso esperado para todos.

E, no presente cenário niilista, desolador, que alguns caracterizam como capitalismo tecno-niilista e outros de agonístico; nesse cenário de desencantamento, de crise da modernidade, de mudança de valores, de mudança de discurso do poder, de naturalização do poder impositivo das elites, de naturalização da violência; em que se veicula um discurso cínico sobre as vantagens da escravidão, da moral e dos bons costumes (burgueses) e de subordinação e subalternização da mulher, de desrespeito aos direitos humanos, de invisibilização de milhões de refugiados, de pessoas que se tornam de lugar nenhum, cabe questionar: como ficam as instituições da modernidade? Como fica seu legado maior, a democracia? A qual, nas palavras de Saramago “aí está! Tal e qual uma santa no altar, da qual todos falam, mas não se discute”.

O legado da modernidade Ocidental, a democracia liberal burguesa carece, urgentemente, ser revista, questionada, pois, as instituições democráticas ao se comprometerem com o poder econômico, perdem a legitimidade para propor um projeto societal, dando origem a uma crise de representatividade.

Nestas, representados não se (re)conhecem, nem se identificam com seus representantes, que se articulam a interesses espúrios em nome de um ilusório bem comum.

A ideia da modernidade, em nossos países do Sul-global, teria por meta a superação da colonialidade e do atraso. Esse projeto de modernidade do Ocidente traz em seu ventre, de forma paradigmática e dialética, o gérmen do projeto civilizatório do capitalismo, da globalização e de integração mundial, que na prática, se traduz, não em um projeto de emancipação social e de superação do atraso, mas sim em um projeto neocolonial ressignificado de dominação. Esse projeto neocolonial compreende, tomando por base o espaço concebido, percebido e vivido de Lefebvre (1991):

- a colonização do espaço concebido por meio da mídia: com a imposição hegemônica das representações globais, que se traduz na prática em uma colonialidade do poder; que impõe de cima para baixo,
- uma homogeneização do espaço percebido, com a pasteurização das práticas sociais e espaciais, que mediam as relações entre a ordem distante e a ordem próxima, entre o concebido e o vivido com a desconstrução das relações pré-capitalistas e não-capitalistas e sua subordinação aos processos hegemônicos globais;
- a colonização do espaço vivido: que compreende a colonização da cultura, da vida cotidiana, do imaginário – da colonialidade do ser e das identidades sociais, com a imposição e adoção de padrões alheios às culturas nativas.

O resultado é a subsunção geral de dominados a dominantes, pelas representações do espaço e pelas práticas hegemônicas às necessidades, ora, impostas pela neoliberalização e pela financeirização do espaço.

As questões particulares e setoriais que emergem de forma fragmentada em diversos lugares com diferentes lugares constituem e devem ser entendidas como facetas específicas e localizadas de um processo geral em curso em diferentes escalas.

Os conflitos em torno da água, da grilagem de terras, da mineração, de atividades extrativas, de extensas monoculturas intensivas de cana-de-açúcar, borracha e óleo de palmeira, entre outras, partilham em comum o seu caráter estratégico de elementos necessários à reprodução ampliada do capital financeiro e se constituem em elementos da financeirização do espaço.

Conflitos que emergem como se fossem singulares, que aparecem de forma fragmentada, como se não possuísem vínculos ou interações, como se não estivessem articulados globalmente, em diferentes escalas, conjugando e satisfazendo aos diferentes interesses hegemônicos dos setores financeiro, de securitização, fundiário e imobiliário.

Os avanços desses setores e a subsunção das atividades produtivas e do marco regulatório de diferentes países, a seus interesses, degrada as relações de trabalho e as condições de vida de milhões, gerando grandes contingentes de desempregados e desterrados, ao mesmo tempo em que gera uma alienação e uma anomia social das possibilidades de autodeterminação daqueles que espolia.

Na contemporaneidade, tudo é submetido ao império do “aqui e agora”, do momento vivido, sem passado e sem futuro, onde a experiência e as relações sociais se viabilizam virtualmente em espaços-tempos fluidos (BAUMAN, 2007), em que os sujeitos sociais e a sociedade não constroem, nem estabelecem relações concretas com seu espaço de vida, de trabalho, nem uns com os outros.

Tem-se, assim, um crescente processo de isolamento e de alienação, que afeta a sociabilidade, entendida aqui enquanto a capacidade dos humanos em sentir empatia uns com os outros e em atribuir sentido ao mundo, por meio de falas e de ações diferentes e múltiplas. Diversidade essa necessária e imprescindível para impedir a massificação do pensamento, o discurso único, a história única. Para ir contra essa massificação e alienação cabe impedir a invisibilização da pobreza, da diferença, capacitar os sujeitos sociais a enxergarem a si e aos outros, a contemplarem a diversidade e a diferença (LIMONAD; BARBOSA, 2017).

Essa crise de sociabilidade é uma expressão da crise da modernidade e do projeto civilizatório do capitalismo, a qual não só nega o sentido da política

como mediação, mas esvazia e elimina as possibilidades de diálogo, a partir da imposição universal de interesses e de ideias, implementada de cima para baixo, pela mídia, pelos grupos hegemônicos, com a veiculação de verdades alternativas de modo a desgastar as conquistas sociais e disseminar visões e valores hegemônicos, que obliteram a consciência social e as possibilidades de construção da cidadania. Ideias e valores que, paradoxalmente, são alheios às necessidades e vão contra o cotidiano e as formas de vida e produção dos muitos que os abraçam.

Resulta daí a perda da sociabilidade, da empatia e da sensibilidade. Há uma coisificação das pessoas, que perdem a capacidade de se enxergar a si e aos outros como cidadãos com direitos, deveres, responsabilidade, e passam a se ver como consumidoras, clientes e concorrentes. Essa coisificação mutila a possibilidade de construção de uma consciência social, de uma responsabilidade social, como se o outro, os demais não existissem. Isso, em última instância, conduz a uma obliteração do outro e a sua desumanização. A exacerbação do não reconhecimento do outro como sujeito, como detentor de uma cultura e de uma história (SAID, 2003) implica, em síntese, na recusa de sua humanidade (ARENDT, 1999). Ou seja, na negação de seu reconhecimento como ser humano, como sujeito.

Tem-se, assim, uma naturalização e incorporação da violência no cotidiano, à medida em que se processa uma fascistização da sociedade (REICH, 1974 [1933]). Essa naturalização da violência faculta, a um só tempo, além do aumento exponencial da violência aberta, o desvelamento dos preconceitos com a implementação da exclusão e do *apartheid* social. O outro, o diferente é invisibilizado, marginalizado e criminalizado, o que leva a um aumento das chacinas, das mortes, com o menosprezo pela vida humana, pela vida em geral. O mal é banalizado e torna-se parte do cotidiano.

O genocídio de jovens negros, os assassinatos de trabalhadores, de indígenas, de mulheres, de homossexuais são expressão concreta do recrudescimento crescente da crise societária em diferentes escalas, do local ao global, com uma banalização e naturalização da violência.

E, esse recrudescimento da crise societária é acompanhado por um aumento da discriminação de gênero, da religiosidade, da preservação da moral e dos bons costumes, em que cabe perguntar, bons costumes de quem e para quem. Tudo isso em nome da sacralização de uma vida familiar, convencional, com promessas que convergem para uma visão utópica ideal, que não ficam a dever à visão fascista de paraíso terrestre de leite e mel.

Avançar rumo a outra sociedade, a outras relações sociais, demanda (re)pensar e reconquistar a sociabilidade (RIBEIRO, 2005), entendida aqui enquanto aceitação, reconhecimento do outro e aceitação do diferente. Demanda contemplar as desigualdades, as diferenças, de forma positiva, em uma perspectiva transformadora crítica, mais justa e igualitária, para além na perspectiva de alcançar uma democracia equânime. Uma outra democracia equitativa, que contemple as desigualdades e diferenças e permita a equiparação dos cidadãos. Outra democracia para além da democracia representativa do legado da Revolução Francesa de legalidade, igualdade e liberdade, que ora tem suas limitações reveladas, à medida que não contempla as desigualdades e as diferenças.

De onde, com um olhar no futuro, importa resgatar o pensamento utopiano (Lefebvre, Bloch) cunhado pela possibilidade de transformação social, em que a utopia é como o horizonte, nos versos de Galeano sobre Fernando Birri

Ella está en el horizonte – dice Fernando Birri -. Me acerco dos pasos, ella se aleja dos pasos. Camino diez pasos y el horizonte se corre diez pasos más allá. Por mucho que yo camine, nunca la alcanzaré. ¿Para qué sirve la utopía? Para eso sirve: para caminar (GALEANO, 1993, p. 230).

Referências

ARENDT, H. *Eichmman em Jerusalém*: um relato sobre a banalidade do mal. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

ARRIGHI, G. Hegemony Unravelling I. *New Left Review*, London, n. 32, p. 53-80, mar./abr. 2005.

- ARRIGHI, G. *O longo século XX*. Rio de Janeiro: Contraponto / São Paulo: UNESP, 1996.
- ASH, T. G. Yes, we can halt the rise of the international far right. *The Guardian*, 17 nov. 2017. Disponível em: <https://www.theguardian.com/commentisfree/2017/nov/17/international-far-right-poland-march-nationalism>. Acesso em: 20 ago. 2018.
- BAUMAN, Z. *Tempos líquidos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.
- BRENNER, N.; THEODORE, N. Cities and the Geographies of “Actually Existing Neoliberalism”. *Antipode*, v. 34, n. 3, p. 349-379, 2002. DOI 10.1111/1467-8330.00246.
- CARLOS, A. F. A.; VOLOCHKO, D.; ALVAREZ, I. P. (org.). *A Cidade como negócio*. São Paulo: Contexto, 2015.
- CHOMSKY, N. *Réquiem para o sonho americano*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2017.
- CONNOLLY, K. Populist talk shows fuel rise of far right, German TV bosses told. *The Guardian*, 13 jul. 2018. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2018/jun/13/populist-talkshows-fuel-rise-of-far-right-german-tv-bosses-told>. Acesso em: 20 ago. 2018.
- DOWBOR, L. *A era do capital improdutivo*. São Paulo: Outras Palavras, 2017.
- EDWARDS, B.; BLEWETT, K. *Slavery: a global investigation*. Reino Unido: BBC – True Vision of London, 2000. 1 vídeo (1h 17min 57s). Disponível em: <https://vimeo.com/39383629>. Acesso em: 20 ago. 2018.
- ESCOBAR, A. The making and unmaking of the third world through development. In: RAHNEMA, M.; BAWTREE, V. (ed.). *The post-development reader*. London: Zed Books, 1997. p. 85-93.
- FIORI, J. L. *História, estratégia e desenvolvimento*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- GAGO, V.; MEZZADRA, S. A critique of the extractive operations of capital: toward an expanded concept of extractivism. *Rethinking Marxism*, Londres, v. 29, n. 4, p. 574-591, 2017. DOI 10.1080/08935696.2017.1417087.
- GALEANO, E. *Las palabras andantes*. Buenos Aires: Catálogos, 1993.
- HARVEY, D. *O novo Imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2004.
- HAYEK, F. *O caminho da servidão*. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.
- IANNI, O. A Sociologia e o mundo moderno. *Tempo Social, Rev. Sociol. USP*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 7-27, 1989.

JESSOP, B. Liberalism, Neoliberalism, and urban governance: a state-theoretical perspective. *Antipode*, v. 34, n. 3, p. 452–472, 2002. DOI 10.1111/1467-8330.00250.

JESSOP, B. *State theory*: putting the capitalist state in its place. Pennsylvania: University Press, 1990.

JOFFE, J. The right is rising and social democracy is dying across Europe – but why? *The Guardian*, 29 set. 2017. Disponível em: <https://www.theguardian.com/commentisfree/2017/sep/29/right-social-democracy-dying-europe-afd-far-right-germany>. Acesso em: 20 ago. 2018.

LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. São Paulo: Documentos, 1969.

LEFEBVRE, H. *The production of space*. Oxford. Blackwell, 1991.

LEFEBVRE, H. *The survival of capitalism*. London: Allison & Busby 1976.

LEWIS, S. *Babbit*. São Paulo: Editora Abril, 1972.

LIMONAD, E. Em busca do Paraíso: algumas considerações sobre o desenvolvimento. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 125-138, maio, 2013. DOI 10.22296/2317-1529.2013v15n1p125.

LIMONAD, E. Um novo planejamento ou um novo Estado para um novo Brasil? In: LIMONAD, E; CASTRO, E. (org.). *Um novo planejamento para um novo Brasil?*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014. v. 1, p. 80-99.

LIMONAD, E. Utopias urbanas, sonhos ou pesadelos? Cortando as cabeças da hidra de Lerna. In: COLOQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA LAS UTOPIÁS Y LA CONSTRUCCIÓN DE LA SOCIEDAD DEL FUTURO, 14, 2016, Barcelona. *Anais [...]*. Barcelona: Universidad de Barcelona, 2016, p. 1-19. Disponível em: http://www.ub.edu/geocrit/xiv_esterlimonad.pdf. Acesso em: 20 ago. 2018.

LIMONAD, E.; BARBOSA, J. L. “Why don’t we do it in the road?” (Por que não o fazemos na rua?). *Biblio3w*, Barcelona, v. 22, p. 1-22, 2017. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/b3w-1197.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2018.

LUXEMBURGO, R. *A acumulação do capital*. São Paulo: Nova Cultural, [1913] 1985.

MARX, K. *O Capital*. (Livro III). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

MIRAFETAB, F. Insurgência, planejamento e a perspectiva de um urbanismo humano. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 363-377, dez. 2016. DOI 10.22296/2317-1529.2016v18n3p363.

MISTRATI, M.; ROMANO, U. R. *The dark side of chocolate*. Dinamarca: Bastard Film & TV, 2010. 1 vídeo (45min 44s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=L0p-EbZltD4>. Acesso em: 20 ago. 2018.

MONTES, R. Banco Mundial admite que manipulou dados sobre o Chile contra o Governo de Bachelet. *El País*, 14 jan. 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/01/14/economia/1515899491_574904.html. Acesso em: 20 ago. 2018.

PECK, J.; THEODORE, N.; BRENNER, N. Neoliberal Urbanism: models, moments, mutations. *SAIS Review of International Affairs* – John Hopkins University, Baltimore, v. 29, n. 1, p. 49-66, winter-spring, 2009. DOI 10.1353/sais.0.0028.

PECK, J.; TICKELL, A. Neoliberalizing Space. *Antipode*, v. 34, n. 3, p. 380- 404, dez. 2002. DOI 10.1111/1467-8330.00247.

PIETERSE, J. N. *Reorganizing globalization*. Academic Seminar. Faculty of Political Science and Public Administration Chiang Mai University. 30th June 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=RyLE5gRCZig&t=136s>. Acesso em: 20 ago. 2018.

POULANTZAS, N. *O Estado, o poder, o socialismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1981.

REICH, W. *Psicologia de massa do fascismo*. Porto: Escorpião, [1933] 1974.

RIBEIRO, A. C. T. Sociabilidade hoje. Leitura da experiência urbana. *Caderno CRH*, Salvador, v. 18, n. 45, p. 411-422, set./dez. 2005. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/crh/article/view/18535>. Acesso em: 20 ago. 2018.

SAID, E. W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SANFELICI, D. Financeirização e a produção do espaço urbano no Brasil: uma contribuição ao debate. *EURE*, Santiago de Chile, v. 39, n. 118, p. 27-46, set. 2013. Disponível em: <https://www.eure.cl/index.php/eure/article/viewFile/408/610>. Acesso em: 13 jan. 2018.

SASSEN, S. *Expulsões: brutalidade e complexidade na economia global*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

SASSEN, S. When local housing becomes an electronic instrument: the global circulation of mortgages — a research note. *International Journal of Urban and Regional Research*, v. 33, n. 2, p. 411-426. June 2009. DOI 10.1111/j.1468-2427.2009.00868.x.

SENNETT, R. *O declínio do homem público*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SLATER, D. Geography and underdevelopment 1. *Antipode*, v. 5, p. 21-32, 1973. DOI 10.1111/j.1467-8330.1973.tb00568.x.

SMITH, A. *An inquiry into the nature and causes of the wealth of nations*. Oxford: Clarendon Press, 1979.

SVAMPA, M.; VIALE, E. *Maldesarrollo: la Argentina del extractivismo y el despojo*. Buenos Aires: Katz, 2014.

TEMIN, P. *The vanishing middle class*. Prejudice and power in a dual economy. Cambridge: MIT Press, 2017.

Las Glorias, espacio en construcción. Notas para una reflexión sobre la dimensión simbólica de las prácticas¹

Sara Alonso

Introducción

Las grandes transformaciones urbanas que vienen ocurriendo en las ciudades europeas, como Barcelona, así como en otros lugares o continentes, han favorecido, de un modo general, que investigadores de diferentes campos o áreas de conocimiento aumenten su interés por la temática de las ciudades, contribuyendo al incremento de estudios sobre el tema. La implementación a partir de los años 1980 de políticas urbanas y/o directrices urbanísticas de (re)ordenación del territorio, la denominada planificación estratégica, está directamente relacionada con este nuevo interés en el tema.²

Se trata de transformaciones urbanísticas que, entre otros aspectos, implican construir o redefinir criterios culturales que atribuyen “nuevos” significados y valores a la ciudad en general y, en particular, a un determinado espacio urbano, es decir, se construyen criterios que (re)definen la “identidad o imagen de la ciudad”. En última instancia, se trata de procesos de construcción simbólica ligados a la producción del espacio de la ciudad, que involucran, entre otros, movilizaciones y/o tensiones entre diferentes agentes sobre los

¹ Los datos de este texto se fundamentan en entrevistas y observaciones de campo realizadas con diferentes personas que habitan en Barcelona, especialmente en los barrios del entorno de las Glorias. Igualmente se fundamenta en trabajos de campo contextualizados durante mi experiencia profesional como asesora, coordinadora y dinamizadora cultural del Proyecto de Dinamización de las Glorias, durante la segunda mitad de 2016 y 2017.

² La relación entre conceptos analíticos y/o producción intelectual y política acostumbra a ser una constante en diferentes áreas del conocimiento (RIBEIRO; PECHMAN, 1996).

criterios culturales que definen y vinculan a las personas a una determinada ‘unidad’ político cultural (“barrio o ciudad”).

Este trabajo aborda prácticas urbanas en la ciudad de Barcelona, tales como la (re)construcción o redefinición de infraestructuras y “equipos de impacto urbano”. Se toma por referencia empírica “el proceso de movilización y de transformación de la plaza de las Glorias (Barcelona, España) como “un espacio vecinal y de ciudad para las personas y para la ciudadanía en general”, esto es, la creación de un nuevo contexto o espacio de “interacción e integración sociocultural”. Cabe destacar que “las Glorias”³, es un espacio que ha sido objeto de diferentes transformaciones urbanísticas, que contextualizamos, a efectos analíticos, en dos situaciones.

La primera de estas situaciones comprende gran parte de la segunda mitad del siglo XX y tiene como base de producción del espacio físico y social la construcción de infraestructuras de redes viarias (carreteras, ferrocarriles). La segunda, aunque se genera a partir de los Juegos Olímpicos de 1992, se concretiza especialmente a partir de los primeros años del siglo XXI, cuando la producción de las Glorias (o plaza de las Glorias) pasa por crear nuevos principios y criterios que la definen y ordenen física y socialmente. En este sentido, la política urbana pretende viabilizar un espacio de “ciudad para las personas y para el territorio” (o barrios)⁴.

³ Las comillas en “las Glorias” tienen la intención de acentuar, desde un punto de vista analítico, la producción y objetivación social de la plaza de las Glorias como “espacio público en construcción” y de su entorno, es decir, como fenómeno de construcción social del cual forman parte y son resultado de diferentes agentes. Así, a partir de ahora prescindiremos de las comillas en esta palabra.

⁴ La plaza de las Glorias o “las Glorias”, desde el punto de vista de las divisiones políticas y culturales de la Administración de Barcelona como ciudad, comprende dos distritos y 4 barrios, Sagrada Família y Fort Pienc; El Clot-Camp del Arpa y Poblenou que forman parte, respectivamente, del distrito municipal del Eixample y Sant Martí (ver Figura 1). Los distritos municipales son las divisiones políticas del territorio administrativo de la ciudad de Barcelona y hacen referencia a la particular organización político-administrativa descentralizada del Ayuntamiento de Barcelona; siendo el barrio la menor unidad del referido territorio en un sentido político y cultural, de acuerdo con la aprobación por el Consejo Plenario de Barcelona el 18 de enero de 1984, seguido del Reglamento General de Organización y Funcionamiento de los Distritos de 1986, y la Plenaria del Consejo Municipal del 22 de diciembre de 2006.

El eje analítico se centra en aspectos del proceso de movilización a favor de mejoras urbanísticas y en las prácticas urbanísticas y/o culturales, implementadas en las Glorias, especialmente a partir de la última década del siglo XX. Al tratarse de un momento de transición respecto a modelos de ordenación urbanística, favorece, como procedimiento analítico, la desnaturalización de los principios que lo sustentan. Igualmente se examinan percepciones que tienen sobre ese espacio agentes o entidades y habitantes de los barrios que lo “integran” administrativamente.

Entre otras percepciones, se destacan aquellas que definen las Glorias a partir de una idea negativa y recurren a ideas de origen e historia, como una “no plaza”, “una plaza maldita”, “una plaza que siempre está en obras”, de acuerdo con denominaciones del sentido común asociativo. Esto se refiere especialmente a las asociaciones de vecinos que postulan legitimidad, dentro del “campo de acción generado alrededor de la problemática de las Glorias”⁵, como representantes de la población de los barrios para interactuar y hablar con los representantes políticos y/o técnicos de la administración municipal. Los agentes de la administración local también definen las Glorias a partir de atributos negativos, la problematizan y justifican con ideas de origen e historia de la plaza, que impidieron viabilizar la reordenación urbanística. Pero sus argumentaciones toman como base circunstancias y condicionantes urbanísticos del pasado histórico.

Se intenta observar en qué medida y en qué sentido se generan o no significados culturales en la relación que tienen las personas con el referido espacio en transformación. En este sentido, son significativas las acciones y prácticas sobre la historia de la plaza de las Glorias que, entre otras cosas, implican narrativas sobre su origen, transformaciones y propuestas de futuro, en un contexto de transformación y de implementación del “proyecto usos y urbanización provisional de la plaza de las Glorias”⁶. Se destacaron las

⁵ Utilizamos la noción de campo conforme significado atribuido por Bourdieu (1989).

⁶ Así denominan los agentes de la administración a un determinado proyecto condicionado a las obras e implementado en el mismo espacio de la plaza, es decir, un tipo de proyecto que habilita urbanística y transitoriamente como espacio de uso público determinados contextos de reurbanización (2014-2017) (URBANIZACIÓN..., 2017).

prácticas a través de audiovisuales, exposiciones fotográficas, viabilizadas en las nuevas edificaciones, como el Centro Comercial las Glorias, Disseny HUB. Igualmente, en el espacio de las Glorias creado para usos provisionales se viabilizan exhibiciones por medio de paneles expositivos sobre la memoria social e histórica de las Glorias y de su entorno. Se trata de acciones que buscan “cohesionar e integrar el territorio” (según la terminología de la política administrativa), en un contexto de movilización y de disputa a favor de demandas urbanísticas y/o derechos sociales.

Escapa a los límites de este trabajo hacer un examen exhaustivo de estas prácticas. Para los objetivos del mismo interesa destacar que las diferentes prácticas y acciones viabilizadas en las Glorias hacen referencia, directa o indirectamente, a procesos urbanísticos de transformación y/o procesos de reagrupación política y cultural, en un contexto mayor de políticas internacionales. Ponen en escena tensiones entre diferentes agentes y/o habitantes de esas áreas sobre los criterios de ciudad y/o modelo urbano, entre estos, los criterios que vinculan a personas a una dada ‘unidad’ (local o global), un espacio que crea vínculos por la relación que mantienen con ese espacio.

Se piensa que estos procesos de transformación vehiculan una idea de ciudad que toma como base la actualización de principios o criterios que ordenan un determinado modelo urbano, “de fase desarrollista” y sus actualizaciones, o fase “reformista y social”. Ambas fases, en cierta manera, son (re)semantizadas, sobre todo a finales del siglo XX, a partir de la cuestión o temática medioambiental en sus diferentes acepciones o ideas, entre otras, “verde”, “sostenibilidad”, “innovación social y tecnológica”.

Conforme este punto de vista, como hipótesis, se cree que el proceso de movilización u objetivación de los “problemas urbanos”, en general, y, en particular, “el problema de las Glorias”, genera ideas y criterios culturales sobre urbanismo y ciudad que contribuyen a definir las Glorias atribuyéndole referentes significativos, sean positivos o negativos, conforme a los contextos en que los agentes involucrados vivencian, luchan y materializan prácticas.

En este sentido, se destacan dos ideas constitutivas de las prácticas urbanísticas que estructuran, en sus continuidades y discontinuidades, visiones o modelos estratégicos de ciudad. La idea de “ciudad moderna o global”, eje de atracción o motor del progreso y desarrollo de la ciudad, que busca definir y objetivar la ciudad en un contexto de relaciones con otras ciudades. En otras palabras, se trata de ‘la necesidad social’ que tienen determinados agentes de proyectar la ciudad externamente y/o posicionarla a través de sus símbolos o marcas, en un marco de relaciones internacionales, o mejor, en el marco de relaciones entre ciudades.

Por otro lado, la idea de “ciudad moderna o local”, vinculada con lo “social”, la “proximidad”, la “participación” e “interacción”. La ciudad que estructura la política de “cohesión e integración” para dar cuenta de las tensiones y/o demandas que emergen de la heterogeneidad poblacional y/o complejidad de las diversidades políticas distritales.

El trabajo trae una reflexión sobre la dimensión simbólica de las políticas, en contextos de transición o de grandes transformaciones del espacio urbano. Se pone el eje en las relaciones y en los efectos o eficacia simbólica que ejerce la práctica de los agentes como parte y resultado constitutivo del proceso de construcción social del espacio (físico y social) y/o de la identidad de la ciudad. Desde esta perspectiva, se trata de dar continuidad a reflexiones realizadas en trabajos anteriores (ALONSO; CASTRO, 2016).

La construcción de símbolos o imágenes a través de estrategias concretas son parte y efecto constitutivo de estos procesos, y no apenas un producto socioespacial sobre el cual “el poder político interviene”, como indican diferentes autores sobre el tema. Siguiendo esta línea narrativa, la idea de que la ciudad es más que edificios, personas e instituciones, pues tiene cultura, simbologías, unifica a diferentes autores (LEFEVBRE, 1974; HARVEY, 1992; CASTELLS, 1999; DOMINGUEZ, 2008).

Aunque con perspectivas y énfasis diferentes en uno u otro aspecto, las propuestas o concepciones analíticas de estos autores examinan la ciudad (y la idea de lo urbano) por su dinamismo y proceso, o por la segregación y

desigualdad espacial que producen. En este sentido, presuponen nociones e ideas de integración política y cultural. Aquí la apuesta implica observar el fenómeno urbano desde otro ángulo, poniendo el foco en la positividad de las acciones o en la eficacia simbólica de las mismas (AMIN; THRIFT, 2007). En el análisis no se trata sólo de incorporar el sentido que los actores atribuyen a las acciones en el universo simbólico como espacio vivenciado (LEFEBVRE, 1974), sino también los efectos o proyecciones simbólicas que ejercen sus actos, ya que intenciones y efectos tienden a no coincidir.

Se comprende la ciudad (o lo urbano) como fenómeno social que forma parte de un proceso de construcción sociocultural que no es uniforme en su expansión y producción e implica disputas. Expresa una organización físico espacial a través de la cual se objetivan divisiones y distinciones sociales conforme situaciones o contextos de transformación. En otros términos, el espacio de la ciudad adquiere y produce diferentes significados, de acuerdo con el contexto de producción y vivencia del espacio por los diferentes agentes que disputan y materializan prácticas. En las disputas se ponen en juego ideas, posiciones y percepciones del espacio (o de su reordenación) cuyos efectos revelan la eficacia simbólica de la práctica.

El texto está estructurado en cuatro apartados y concluye con unas consideraciones finales. En el primer apartado se realiza una reflexión sobre los problemas urbanos de Barcelona, a partir del Plan General Metropolitano de Barcelona de 1976, seguido del análisis de las Glorias como espacio de objetivación simbólica de la práctica política y las implicaciones que tienen los contextos del proceso de producción como espacio físico y social. En el tercer apartado se aborda el proceso de movilización o problema de las Glorias, examinando también las percepciones o representaciones que los agentes elaboran de este espacio y, en el cuarto apartado, a través del análisis de las prácticas del pasado y memoria de la plaza, se establecen conexiones entre esas prácticas y los efectos simbólicos, o de objetivación, de las movilizaciones, seguido de las consideraciones finales que retoman y perfilan aspectos cruciales del trabajo.

1 Barcelona y los “problemas urbanos” en las políticas: una breve reflexión a partir del plan general metropolitano de 1976

La planificación estratégica (o planes estratégicos) comienza a ser clave en la definición e implementación de las políticas urbanas en los primeros años de 1980 (HARVEY, 1992; WACWUANT, 2007). En las ciudades europeas y, concretamente, en la ciudad de Barcelona, esta práctica se genera especialmente con el Plan General Metropolitano de Barcelona de 1976 (PGM, 1976)⁷ y su implementación política se viabiliza con mayor énfasis a partir de la segunda mitad de 1980. Se trata de idealizar, pensar y/o de organizar la ciudad con base en una acción racional planificada, buscando objetivos concretos.

Desde este punto de vista, la planificación estratégica, comprendida como proceso de construcción y de transformación del espacio físico y social de la ciudad, no puede ser desligada de los “planes urbanísticos” o “desarrollistas” implementados en diferentes ciudades de América y Europa, después de la Segunda Guerra Mundial.

En este contexto, el PGM de 1976 supone un cierto distanciamiento de la idea desarrollista que caracterizó al régimen de la dictadura franquista, que proyectaba la idea de ciudad como si fuese una objetivación del desarrollo y progreso de la “nación española”. El plan (o los planes) implica una ‘nueva’ forma de identificar y regular “los problemas urbanos” en los términos de la planificación mencionada. Se trata de principios que orientan las diagnosis urbanas, objetivados en un conjunto de representaciones y de técnicas de acción social en la ciudad de Barcelona y en el conjunto del Área Metropolitana (AMB),⁸ que contribuyen a categorizar la realidad social, adquiriendo atributos de “realidad social objetiva”.

⁷ Plan General Metropolitano de Ordenación Urbana, aprobado por la Comisión Provincial de Urbanismo de Barcelona el 14 de julio de 1976, BOPB del 19 de julio de 1976 y TR de 8 de agosto de 1988.

⁸ El AMB es un entramado institucional que también gestiona la prestación de determinados servicios del medio ambiente, con la finalidad de compartir, entre otros, servicios, infraestructuras y transporte. Ha estado regulada urbanísticamente desde 1976 por el PGM y sus diferentes expedientes de modificación. Actualmente, incluye 36 municipios, Ley 31/2010, aprobada por el Parlamento de Cataluña. Actualmente la población del AMB es de 3.239.337. Fuente: <https://www.idescat.cat/>.

En último término, es el instrumento cognitivo que nortea las nuevas directrices urbanísticas y de “higienización de la ciudad” y, en particular, de ciertas áreas. Por ejemplo, la regeneración de los espacios centrales de las ciudades, control de la densidad, control del suelo para “zonas verdes”, plazas, parques (‘equipamientos’ y/o “espacios públicos”⁹). Contextualizado en una reorganización de desplazamientos de las industrias a zonas más distantes de la ciudad y de la población a espacios urbanos periféricos o socialmente más desfavorables.

La viabilidad de estos espacios o infraestructuras está directamente relacionada con el proceso de construcción y de legitimación de acciones u ordenanzas para hacer valer ideas relativas a maneras de comprender, percibir, actuar o relacionarse en la ciudad. Entre otras, se destacan ideas de “cohesión social”, “consenso”, “conflicto social”, “territorio”, en sentido amplio del término (político y cultural), “participación” “convivencia”, “acción comunitaria”.

Estos aspectos serán retomados posteriormente al abordar el contexto urbanístico sobre la realización de los Juegos Olímpicos de 1992 o “modelo Barcelona”¹⁰. Aquí interesa destacar la reordenación urbanística del área litoral de la ciudad, que incluye el espacio de las Glorias y su entorno y “abre Barcelona al Mar” al ampliar, desde el tramo de las Glorias, una de las principales avenidas que atraviesa la ciudad de Barcelona, *la Avinguda Diagonal* (ver en el apartado siguiente las figuras 3, 4, 5, 6, 7 y 9 que intentan ilustrar,

⁹ La comilla en equipamiento tiene la intención de enfatizar la novedad del término, en el sentido de ser una práctica urbanística social, sustentada en la idea de “espacio y público”, en este caso, definido y diferenciado del de la vía pública. En otras palabras, se busca garantizar “el bienestar y la seguridad de la calidad de vida de la ciudad” y del conjunto del área metropolitana y de las personas, a través de la construcción o rehabilitación de un conjunto de espacios o infraestructuras que contribuyen a viabilizar la “prestación” de determinados servicios vinculados al campo educativo, socio sanitario, cultural, deportivo, entre otros.

¹⁰ Denominación atribuida a la “nueva práctica urbanista” por los agentes del gobierno o técnicos de la administración local buscando materializar el sentido democrático del mismo y, por extensión, distanciarse de la práctica desarrollista de la dictadura militar franquista. Ver a este respecto los trabajos de Horacio Capel (2007, 2011 [2005]), Jordi Borja, Oriol Nel·lo y Josep Maria Valles (1998); Jordi Borja y Manuel Castells (1999). Vale destacar a Jordi Borja, urbanista y uno de los principales creadores del modelo Barcelona.

a través de la imagen, momentos diferentes del proceso de producción del espacio de las Glorias).

A partir de la década de 1980, barrios ubicados en una posición desfavorable en la jerarquía del espacio físico y social de la ciudad de Barcelona, muchos de ellos generados durante el periodo de la dictadura militar, pasan a ser objeto de las políticas o planificaciones urbanísticas, como parte y efecto del proceso de movilización sobre demandas urbanísticas y sociales.

Desde este punto de vista, tanto las reformas o planificación urbanística como los temas sociales y la higienización que busca viabilizar son objeto principal de las acciones de la administración local a partir del referido período. Este periodo comprende, especialmente, los primeros años de los gobiernos socialistas y/o administración democrática (1979-2011). Por ejemplo, en algunos barrios se viabilizan demandas (o “derechos sociales básicos”), a través de reformas en los sistemas de canalización de agua potable y alcantarillado. Además de la construcción o habilitación de edificios (o equipamientos, ver nota 10), destinados a dar cobertura y acceso a bienes o “servicios básicos” del ámbito sanitario, educativo y cultural o deportivo. La planificación urbanística y la “dotación de servicios y equipamientos para la ciudadanía” son los temas principales que definen la política urbanística-social.

No se puede dejar de mencionar que el interés en la temática social en la referida práctica urbanística está relacionado con la emergencia de un campo de actuación también jurídico que, además de postular legitimidad como profesionales, los agentes del campo disputan por hacer valer una idea de justicia social, intentando viabilizar y, al mismo tiempo, limitar, según contextos y conforme con la disponibilidad de recursos, ‘nuevos derechos’ (o “servicios sociales básicos”, protección a la salud, derecho a la educación).

Siguiendo esta línea de argumentación cabe destacar, también, la idea de prestación (o distribución) de los referidos recursos que -definida como un mecanismo administrativo (o ley) que crea condiciones institucionales para promover la distribución de bienes materiales- los agentes al accionar materializan socialmente, según los contextos, “ideas de solidaridad”. En

otras palabras, se instituye “la obligación moral” como acto legal, o de la administración, que busca viabilizar, a través de la prestación de servicios, el principio de la “igualdad” (se entiende material) y, por extensión, su limitación y delimitación como principio estructurador. La implementación de las prácticas relativas al “modelo Barcelona”, sin olvidar lo mencionado anteriormente, pone en escena una idea de ciudad moderna y democrática, y define y objetiva los referentes de identidad de los espacios periféricos o “crónicamente carentes”¹¹.

Con el fin de ampliar la argumentación sobre la construcción de criterios de identidad atribuidos a estos espacios, se establece un puente con un tipo de políticas urbanas europeas, implementadas a partir de los primeros años del siglo XXI, que actualizan la práctica social de higienización, buscando neutralizar “el crecimiento de la problemática social en las áreas metropolitanas de las ciudades europeas”. Por ejemplo, a través del Programa URBANI de la Comisión Europea. En Barcelona se implementan por medio de la ley de barrios.¹²

En este sentido es significativo el texto de Oriol Nel·lo (2008), en la época Secretario de Planificación Territorial de la Generalitat de Catalunya, titulado “Contra la Segregación Urbana y por la Cohesión social: la Ley de Barrios de Cataluña”. El secretario Nel·lo justifica la viabilidad del nuevo

¹¹ Ver MAZA, McDONOGH y PUJADES (2002) y Gaspar Maza (2005). A partir de una perspectiva dualista, y en una posición de técnico de la administración municipal dentro del campo de disputa, Maza examina, en cierto sentido, aspectos de este campo en un estudio sobre el barrio del Raval, uno de los barrios del centro de la ciudad. El autor indica que el conjunto de acciones y prácticas, oficiales y/o semificiales que resultan, por ejemplo, de acciones de participación implementadas por agentes de la administración local, al accionarse, son acciones preventivas ya que neutralizan movimientos que emergen de los propios barrios (GAZA, 2005).

¹² La Ley 2/2004 de 4 de junio, de mejora de barrios, fue firmada por el entonces presidente del gobierno de la Generalitat de Catalunya, Pascual Maragall i Mirall, y publicada en DOGC núm. 4151, de 10 de junio de 2004; y en el BOE núm. 163, de 7 de julio de 2004. Referencia: BOE-A-2004-12700. Última modificación de la ley 2/2004 el 29 de julio de 2011. En 2015, en una nueva coyuntura política y social, el gobierno municipal aprueba los Planes de Barrio. Aunque con un enfoque más amplio, desde el punto de vista social y participativo (entiéndase político, cultural y económico), los Planes de Barrio, sin dejar de enfatizar lo urbanístico, según situaciones, complementa y amplía la práctica y lógica de la ley de barrios de 2004, es decir, las ideas de conflicto y problema atribuido a las poblaciones

dispositivo y alerta en un sentido casi teleológico la tendencia a que aumente la “problemática social”, que se expresa, en conformidad con sus formulaciones:

Por la reaparición de situaciones de infravivienda, hacinamiento y dificultades de acceso a los servicios básicos esas áreas [...] Se trata de unas dinámicas que afectan en particular a los sectores menos pudientes de la población y dan lugar a una conflictividad que se expresa de maneras muy diversas: desde las más llamativas, como los estallidos colectivos que sacudieron las ciudades francesas el año 2005, hasta expresiones de malestar muy variables que comprenden desde los incidentes racistas hasta la violencia difusa que afecta muchos barrios de las grandes ciudades (NELLO, 2008, p. 33).

Uno de los aspectos que se desprenden de las anteriores formulaciones y, por extensión, de la lógica que fundamenta la “Ley de barrios”, es el presupuesto casuístico entre condiciones sociales y urbanísticas (o desfavorables) del espacio físico y la objetivación y creación de la idea de conflicto o población conflictiva atribuida a esos barrios y sus poblaciones. Contextualizadas en la ciudad de Barcelona, o del Área Metropolitana, esas ideas ponen en escena objetivaciones que hacen referencia a continuidades del proceso urbanístico y/o reordenación de determinadas áreas, generado a partir de la década de 1970. Desde este punto de vista, las formulaciones contribuyen a substancializar y naturalizar estas zonas urbanas como si fueran un problema social y la población que objetivan socialmente conflictiva.¹³

Así, aunque actualizado o reformado en sus prácticas, se cree que hay una ‘continuidad’ de modelo urbanístico (o propuesta dicotómica entre lo social y urbano) que adopta como eje de intervención lo físico o urbano, mediatizado por la práctica social de la higienización urbanística. No obstante, es significativo indicar, aunque desde otro ángulo, determinados aspectos del contexto generado con la elección y constitución de los anteriormente referidos gobiernos democráticos, a efectos de contextualizar el modelo urbanístico y sus discontinuidades. Por ejemplo, pone en escena nuevas

de los barrios que requieren una atención especial o de higienización.

¹³ Ver Wacquant, op cit. y Aramburu, op.cit, sobre estos procesos de naturalización del estigma y del gueto.

condiciones sociales que, también, favorecen los procesos de movilización o asociacionismo de las luchas vecinales por mejoras urbanísticas. Nuevos agentes profesionales, procedentes del campo académico (o lenguaje de la ciencia objetiva y racional y del movimiento político asociativo vecinal), tienden a ocupar las nuevas posiciones administrativas, sea como técnicos y/o en cargos políticos elegidos democráticamente.

En este sentido, la planificación urbana e idea de ciudad están directamente ligadas a la génesis de un campo de relaciones, controversias y maneras de hacer política del entramado democrático (entre agentes de la administración local y los sujetos de la administración o “ciudadanía”). Por medio de sus prácticas contribuyen a delimitar el terreno de las disputas, sea por medio del cuestionamiento o confirmación de las acciones (o demandas urbanísticas o de higienización). Como se verá más adelante, en cierta medida, se materializa (o ‘institute’) una cierta lógica homogeneizadora entre las movilizaciones o ‘luchas’ por demandas o derechos sociales y las prácticas de la administración municipal.

2 Las glorias como espacio de objetivación y mediación de la práctica urbanística

Las Glorias se materializa como espacio urbanizado de la ciudad de Barcelona en la segunda mitad del siglo XX, especialmente en el proceso de transformación generado en los años de 1960 y principios de la década de 1970, como punto nodal de infraestructuras viarias, en un contexto de continuidad de la implementación de *políticas desarrollistas* por parte del gobierno militar de la dictadura franquista. El proceso de (re)urbanización prioriza la reorganización o construcción de nuevas infraestructuras para viabilizar la movilidad de las personas a través del coche -eje principal de las transformaciones, como la pavimentación de calles y la viabilidad de carreteras de acceso al centro y/o salida de la ciudad.

En este contexto, el espacio de las tres avenidas principales de la ciudad de Barcelona, actualmente denominadas *Avinguda Diagonal*, *Avinguda Meridiana* y *Gran Via de les Corts Catalanes* (o *Gran Via*) se materializa a través del espacio o plaza de las Glorias, como núcleo de conexión viaria, por medio de la construcción de una media anilla proyectada por encima de las líneas de ferrocarril y de la línea del metro. Cabe destacar que *La Gran Via* divide (o atraviesa) el espacio de la ‘plaza’ en dos áreas: la zona norte (o también llamada lado montaña) y la zona sur (o lado mar -ver nota 17). Además, a través de esta vía y la *Avinguda Meridiana*, conectando con la autopista, por medio del espacio que definen y materializan, contribuyen a objetivar a las Glorias como principal nudo viario de entrada y salida de la ciudad.

Igualmente, se produce un área de jardines, en una zona relativamente distante de las viviendas o espacios de socialización y de creación de vínculos de proximidad o vecindad. Ver las figuras 1, 2 y 3 que intentan ilustrar, respectivamente, las Glorias sin urbanizar y las urbanizaciones de 1960 y su continuidad en 1970.

En último término, las transformaciones buscan ajustar y distribuir los coches y viabilizar el acceso y salida de la ciudad en conexión con las nuevas autopistas recientemente creadas, en un contexto de continuidad de las políticas desarrollistas, arriba mencionadas. No se quiere decir que anteriormente esta área no fuera utilizada por la población o no fuera ideada como objeto de planes o transformaciones. No obstante, desde la perspectiva de la práctica sobre la producción de un determinado espacio, se destaca la transformación de 1960-1970 por su significado simbólico. En otras palabras, la transformación de las Glorias, materializada a partir de la anilla viaria, adquiere sentido para los diferentes agentes y/o población de Barcelona, a través del efecto simbólico o de objetivación que tienen las prácticas e ideas urbanas que vehiculan: crean y actualizan, sobre todo, en contextos de disputa entre agentes, el “campo de acción en torno al problema Glorias”.

Figuras 1, 2 y 3 - Respectivamente, en sentido de derecha a izquierda, ilustran las Glorias y la línea del ferrocarril, en 1954, y la transformación del espacio realizada en la década de 1960 y su continuidad en la de 1970.¹⁴



A finales de los años 1980, como antesala de los Juegos Olímpicos Barcelona 1992, como ya fue indicado, las Glorias (entiéndase también su entorno) es definida como una de las áreas de centralidad de la ciudad y pasa a ser el foco prioritario de la agenda de las transformaciones urbanísticas de la ciudad. Se construye un anillo vial o (“tambor”) a distinto nivel y en el medio un área verde, como si fuese una manera de ejemplificar las directrices u ordenanzas del PGM de 1976, dando continuidad a la primera gran transformación de 1960-1970. Sin embargo, es importante resaltar que a través la construcción del nudo vial a distinto nivel se pretende materializar ideas arquitectónicas de modernidad como un eje significativo de la práctica urbanística viabilizada a partir de ese momento. En este sentido, a través del tambor, se busca un efecto de “diseño arquitectónico” entendido como espacio urbano que genera *centralidad*.

Aunque con diferentes implicaciones, la implementación de este conjunto de transformaciones prioriza y, al mismo tiempo, visibiliza por medio de sus efectos simbólicos el espacio de las Glorias, no como una plaza, sino una “no plaza” o vía de acceso y salida de la ciudad en coche, o como punto de conexión de entradas y salidas. Además de la figura 3, las figuras 4, 5 y 6 pretenden ilustrar la lógica que produce y estructura las transformaciones

¹⁴ Figura 1, en línea: <http://mtvo-lasmentiras.blogspot.com.es/2013/04/barcelona-transformacion-de-la-plaza-de.html>; Figura 2, Archivo Fotográfico de Barcelona, (AFB). Autor: Pérez de Rozas; Figura 3 Archivo Histórico Fort Pienc, Autor: Josep Maria Badiella.

y los efectos simbólicos ligados a la idea de “no plaza”, objetivada por el movimiento vecinal. Cabe destacar que la anilla vial o “tambor” (figuras 5 y 6, detalle y panorámica de la plaza), a partir de 2008, inicia el proceso -incluye el administrativo- de derribo y en 2014 éste se materializa, contextualizado en el nuevo marco de transformación de las Glorias, que busca integrar la solución vial, ocultando el nudo vial y creando en la superficie un parque o área verde de aproximadamente 12 hectáreas.

Figuras 4 ,5 y 6 - de derecha a izquierda, respectivamente, las Glorias y la media anilla viaria (junio de 1990); detalle del tambor (inició en 1992 y fue finalizado en 2004); e imagen aérea de las Glorias y entorno (2013), que busca ilustrar la producción del espacio de las Glorias hasta 2013.¹⁵



¹⁵ Fuente de las figuras 4, 5 y 6: Ayuntamiento de Barcelona.

Figura 7 - Panorámica del lado mar, de la transformación de las Glorias y urbanización provisional de espacios no afectados por las obras



Fuente: Ayuntamiento de Barcelona, 2016.

Nota: además, ilustra dos edificaciones emblemáticas: la Torre Barcelona y el Disseny Hub (construcciones finalizadas en 2004 y 2013, respectivamente. Ver también la figura 8 donde se visualizan, en detalle, las dos edificaciones arquitectónicas: la Torre Barcelona y el Disseny Hub.

En este contexto, destacamos la idea de ciudad que las referidas infraestructuras viarias simbolizan, particularmente a través del coche, como símbolo exponencial del progreso y la modernidad. En otras palabras, el coche es como si fuera la base simbólica que orienta las transformaciones urbanísticas y, al mismo tiempo, la mediación simbólica (u objetivación) que contribuye a crear “la idea de ciudad moderna y desarrollada”.¹⁶

Conforme este punto de vista, las transformaciones de la plaza de las Glorias materializan continuidades relativas a las ideas desarrollistas y de modernidad, como se desprende del proceso de construcción viario realizado en los años de 1960-1970 y 1980 y, posteriormente, entre 1992 y 2008, por medio de las prácticas de la construcción del nuevo anillo. Estas prácticas y simbología modernizadora que vehiculan son objetivadas a través del modelo arquitectónico y urbanístico de la plaza de las Glorias, como se indica. La plaza

¹⁶ Ver Alonso y Castro (2016) sobre la dimensión simbólica de las prácticas y la idea de ciudad moderna y desarrollada, como oposición constitutiva de la idea de rural tradicional. Las autoras, a partir de un estudio de caso en la ciudad de Altamira, examinan aspectos de esta oposición y establecen vínculos con las transformaciones generadas en Altamira desde la década de 1970 y la construcción de la carretera Transamazónica.

de las Glorias como espacio producido objetiva y actualiza, en último término, un determinado modelo urbanístico pautado por ideas “desarrollistas” y /o de “progreso” y “modernidad” del país. Las infraestructuras del cruce viario (o mitad del anillo, figura 4) junto con la posterior construcción del anillo contribuyen, por medio de los efectos simbólicos que ejercen en el espacio, a definir y crear la ciudad y el coche como exponentes simbólicos del modelo urbanístico y, por extensión, a legitimar la base de este y/o las ideas de ciudad moderna que lo estructuran.

2.1 Implicaciones de los contextos de producción de las glorias y las dos dimensiones de la práctica urbanística

Además de lo indicado hasta ahora sobre la producción de las Glorias interesa aquí retomar algunos puntos para profundizarlos, ampliando la perspectiva de la práctica simbólica. Se destacan dos aspectos concomitantes que se desencadenan de los contextos de producción y planificación del espacio urbano de las Glorias, generados entre 1960-1990 y a partir de los Juegos Olímpicos de 1992.

El primero hace referencia a la conexión que se desprende de las prácticas e ideas modernizadoras referidas anteriormente y las implicaciones simbólicas que tienen para la población procedente del campo, o de las diferentes áreas rurales del estado español, que llega a la ciudad de Barcelona, especialmente durante las décadas de 1960 y 1970. El segundo refiere al contexto de los Juegos Olímpicos de 1992 y las continuidades y modificaciones del siglo XXI.

Respecto al primer aspecto, vale indicar que escapa a los límites de este trabajo examinar el fenómeno migratorio y sus implicaciones urbanísticas. No obstante, a efectos de este trabajo importa mencionar efectos simbólicos que genera el fenómeno migratorio durante las décadas de 1960 y 1970 sobre la reorganización o producción espacial de la ciudad, en general, y de las Glorias, en particular. Se trata de un período de gran flujo migratorio que implica salidas de la población rural a la ciudad de Barcelona, caracterizada como uno de los principales polos industriales del “proyecto nacional”, creados bajo el

gobierno militar de Franco. En este sentido, la idea de Barcelona como ciudad es un referente simbólico importante del proceso de modernización (como oposición constitutiva del “atraso y tradición” que simboliza lo rural).

Durante las décadas de 1960 y 1970 hay un significativo incremento de la población de Barcelona y en la de 1980 hay un descenso. Este último relacionado, en parte, con el flujo de salidas a otras ciudades próximas del Área Metropolitana, en un contexto de “crisis” y/o de reorganización del sector industrial. No obstante, esta población continúa accediendo a la ciudad, sea por medio del uso de transporte público o mediante coche particular. En este contexto, las prácticas destinadas a urbanizar la plaza de las Glorias, tomando como eje de ordenación la construcción de infraestructuras viarias, están en gran parte relacionadas con la política modernizadora de la ciudad y sus implicaciones sociológicas. Entre estas implicaciones, además de las indicadas sobre la política de higienización, destacamos el flujo migratorio del campo a la ciudad y las expectativas de modernidad que implica para su población.

Respecto al segundo aspecto, cabe subrayar las implicaciones que se desprenden de las transformaciones que emergen en el contexto de dar viabilidad al denominado “modelo Barcelona”.¹⁷ Vale recordar que las transformaciones de la plaza de las Glorias adquieren significado especial para los diferentes agentes del campo con la “abertura de Barcelona al Mar”, en un contexto de reivindicaciones, disputas y compromisos por mejoras urbanísticas y sociales. En este sentido, la plaza y sus alrededores -o barrios que la integran- se objetiva y define socialmente, a través del efecto simbólico que ejercen en el espacio las disputas entre agentes por la definición de criterios urbanísticos y/o mejoras sociales y culturales.

Se establece un puente con las ideas de ciudad que estructura el modelo Barcelona, anteriormente mencionadas, para ampliarlas a partir de dos dimensiones como expresiones significativas del segundo contexto de la práctica urbanística. La primera dimensión busca materializar u objetivar la ciudad a través de sus edificaciones o referentes simbólicos (o emblemáticos),

¹⁷ Ver a este respecto los trabajos de Horacio Capel (2007, 2011 [2005]), Jordi Borja, Oriol Nello y Josep Maria Valles (1998); Jordi Borja y Manuel Castells (1999). Vale destacar a Jordi Borja, urbanista y uno de los principales creadores del modelo Barcelona.

proyectándola internacionalmente como una ciudad moderna e innovadora y global. Siguiendo esta línea de argumentación es significativo “El proyecto 22@Barcelona”, creado en el año de 2000 por los agentes de la administración local, como parte de las transformaciones de Glorias y su entorno, con el fin de viabilizar una política estratégica y de innovación tecnológica en el lado mar. A través del proyecto se dispone suelo y equipamientos al servicio de las grandes empresas, además de la constitución de un polo de empresa tecnológica de gran tamaño y centros de investigación. Sin dejar de mencionar el Programa de Medidas para la Protección y Mejora del Paisaje Urbano, a través de la campaña publicitaria “Barcelona Ponte Guapa”.¹⁸

El rascacielos Torre de Barcelona¹⁹ (2004) y la edificación del Disseny Hub (2014)²⁰, ubicados en el lado sur o mar de la plaza de las Glorias, son dos construcciones arquitectónicas muy emblemáticas de Barcelona, vinculadas al citado proyecto 22@Barcelona y a la lógica que vehicula el modelo urbanístico. Más allá de ser contenedores simbólicos, a través de los cuales se materializan ideas de “modernidad”, expresan acepciones actualizadas del desarrollo industrial, “conocimiento,” “innovación” y “creatividad”. Vale notar que agentes del gobierno municipal y de la empresa privada, entre otros, definen estas construcciones como la puerta de acceso al proyecto y al barrio de *Poblenou*. Además de la panorámica de la plaza donde se visualizan por medio de la figura 7 el lado mar o barrio *Poblenou* y los referidos edificios (ver arriba), a seguir, en la figura 8, se ilustra el detalle arquitectónico de éstos.

¹⁸ Actualmente 22@Barcelona (o 22@) está en proceso de redefinición y su web, <http://www.22barcelona.com/>, temporalmente fuera de servicio. Una iniciativa enmarcada dentro del Plan Estratégico Metropolitano de Barcelona 2014-2025, como consolidación del “modelo Barcelona”, combinando crecimiento económico y cohesión social, es decir, desarrollo industrial e integración a partir de nuevos pilares como “economía del conocimiento e industrias creativas y de la innovación” (https://pemb.cat/es/plan-estrategico-2025/estatico/que_es_y_que_conseguira_el_nuevo_plan/1/) (último acceso, 11 del 8 de 2018). La campaña se crea en el contexto de los Juegos Olímpicos de Barcelona y se implementa en diferentes fases hasta la primera década del año 2000.

¹⁹ La Torre de Barcelona, o Torre Agbar, así conocida anteriormente por referir a la sede de la Sociedad General de Aguas de Barcelona, S.L.

²⁰ El Disseny Hub es un equipamiento municipal cuya construcción alberga diferentes profesionales y empresas del diseño, a partir de una gestión compartida o de corresponsabilidad entre agentes de la Administración municipal y del sector privado.

Figura 8 - Torre Agbar y Disseny Hub (DHUB), edificaciones ubicadas en las Glorias, junto al espacio urbanizado provisionalmente (2015-2017).



Fuente: foto de la autora, 2017.

Respecto a la segunda dimensión que estructura el modelo Barcelona, destacamos la idea de ciudad en su relación o proyección interna, que agentes y práctica política buscan viabilizar por medio de prácticas informativas o discursos publicitarios sobre ideas de participación y proximidad (entiéndase ciudadana). Entre otras expresiones o mediaciones publicitadas, se destacan: “la ciudad es la gente”, “lo primero es la gente”. Escapa a los límites del trabajo examinar las implicaciones sociales y culturales generadas en estos procesos.²¹ No obstante, para los temas aquí tratados no se debe dejar de mencionar el contexto urbanístico de efervescencia política y social que se genera durante la preparación de los referidos Juegos Olímpicos y a partir de los mismos. Se

²¹ Existe una amplia producción de conocimiento sobre el tema, a partir de diferentes enfoques o perspectivas. Entre otros trabajos, se destacan los de Miguel Fernández sobre el barrio del Raval de Barcelona (2014); Giuseppe Arico, José Antonio Mansilla y Marco Luca Stanchieri (2016ab); Francesc Magrinyà y Gaspar Maza Gutiérrez (2005). Los cuatro producidos en el marco del Observatorio de Antropología del Conflicto Urbano, grupo de investigación con una amplia producción de conocimiento, asociado al Grupo de Investigación sobre Exclusión y Control Social (GRECS) de la Universidad de Barcelona (UB). En el trabajo de Mikel Aramburo (2002), titulado *Los otros y nosotros. Imágenes del inmigrante en la Ciutat Vella de Barcelona*, el autor examina, desde una perspectiva antropológica, aspectos de las transformaciones del centro y la estigmatización de la población inmigrante.

trata de momentos sensibles y de ‘intensidad social’ y, por extensión, ejercen un alto grado de eficacia simbólica o performativa sobre la realidad social.

Desde esta perspectiva, se piensa que los efectos de objetivación simbólica, como parte y resultado constitutivo de las prácticas urbanísticas viabilizadas en esos contextos de movilización y de efervescencia, contribuyen a materializar y actualizar, a través del espacio, las ideas de ciudad moderna y la de “progreso”, en su versión tecnológica e industrial, así como a crear la idea de “ciudad moderna, democrática y participativa”.²²

En síntesis, se considera que las transformaciones y sus efectos simbólicos ponen en el escenario dos dimensiones constitutivas, aparentemente paradójicas, de la práctica o modelo de ciudad: la que enfatiza la idea de “lo social o de higienización”, “la proximidad local y la participación”, y la que pone el énfasis en “el progreso económico”, objetivando “lo tecnológico e industrial o global”. Ambas dimensiones o ideas, como se verá a seguir en el apartado de movilizaciones, se actualizan, con mayor o menor énfasis, de acuerdo con el campo de relaciones sobre los problemas urbanos.

3 Movilizaciones: intermediación y objetivación de la práctica política

Durante las décadas de 1970 y 1980, en Barcelona, como en muchas otras ciudades del estado español, se manifiestan un conjunto de acciones y de movilizaciones a favor de derechos sociales y políticos, vale repetir, en un contexto de abertura democrática o de cambios en las políticas de urbanización, dentro del cual emergen nuevas figuras y profesionales de diferentes campos del conocimiento. Entre estas acciones, se resaltan, a efectos de los objetivos del trabajo, las prácticas de movilización a favor de mejoras urbanísticas y sociales realizadas por diferentes agentes o habitantes de barrios relativamente distantes del centro y, en particular, de los barrios que circundan a las Glorias.

Uno de los aspectos que nos interesa destacar es la emergencia de agentes y posiciones que ocupan como resultado de la nueva reorganización vecinal

²² Ver al respecto Gaspar Maza (2005).

o constitución de asociaciones jurídicas. Estos agentes, o “representantes”, intermedian entre la población que habita en los barrios y entre esta y otros agentes y/o representantes políticos de la administración o del gobierno local, en el marco de las demandas y políticas urbanísticas. En otros términos, para viabilizar las demandas y materializar espacios de relación con los agentes de la administración, los habitantes se constituyen como “asociaciones de vecinos”, una práctica cultural política relacional, que implica también espacios o lugares de reunión o debate. Se trata de un proceso de intermediación y de objetivación como ‘sujetos políticos o de la administración’, que contribuye a la ‘institucionalización’ de un lenguaje.

Igualmente, la constitución de asociaciones no puede ser desvinculada de los cambios generados en la estructura y organización política de administración municipal y la implementación del “nuevo modelo de ciudad y/o planificación estratégica”; por ejemplo, a través de la nueva división política de la administración en 10 distritos (en 1984) y del reglamento aprobado en 1986, que regula la división y reorganización política en distritos y, por extensión, la participación ciudadana (ver arriba, nota 5). Además, presupone una manera de interactuar con los agentes de la administración de los respectivos distritos, a través de la constitución de consejos municipales y su población (o ciudadanía, según la denominación administrativa).²³

Se piensa que la movilización asociativa favorece, en cierto sentido, la ‘institución’²⁴ de una manera de interactuar entre los agentes de la administración municipal, por ejemplo, a través de los consejos municipales de barrio y la población (*o ciudadanía*) que definen e incluyen conforme con las divisiones distritales y sus respectivos cargos políticos.²⁵ En último

²³ BARCELONA. 30 ANYS FENT CIUTAT. Además de ser recogido en la Carta Municipal, la ordenanza sustituye al reglamento de funcionamiento de distritos del año de 1976.

²⁴ Las comillas tienen la intención de enfatizar el carácter procesual y constructivo de la ley o normativa jurídica, en el amplio sentido del término político y/o de acción racional o burocrático.

²⁵ Respecto al territorio administrativo de la plaza de las Glorias, además de lo indicado en la nota 5, cabe añadir, a efectos de los objetivos, la definición territorial que se usa del barrio de *Poblenou*: incluye sus cuatro fragmentaciones o unidades de barrio generadas en 2006: *El Parc i la Llacuna de Poblenou*; *La Vila Olímpica del Poblenou*; *Diagonal Mar* y *El Front Marítim del Poblenou* y *Provençal del Poblenou* (ver Figura 1 y nota 5).

término, se trata de procesos de reagrupación política y cultural que, además de expresar una nueva jerarquía de la geografía espacial o física, implican disputas entre agentes y sujetos políticos, por la definición legítima de criterios y límites socioculturales. Esto se pone de manifiesto, por ejemplo, a través de las diferentes actualizaciones del dispositivo legal municipal aprobado en 1986. Se destaca el reglamento aprobado en 2001 por la plenaria del Consejo Municipal del 28 de septiembre, que deroga las anteriores revisiones de 1987 y 1991, perfilando y definiendo de forma más precisa las atribuciones legales de la participación ciudadana en los distritos.²⁶ Sin olvidar que el año de 2006 se implementa una nueva reorganización administrativa, a partir de la institución de nuevas divisiones: la creación de 73 barrios, como unidades administrativas menores dentro de los distritos, aprobada el 22 de diciembre de 2006 en la plenaria del Consejo Municipal, en el punto 21 del orden del día (DIVISIÓN ..., 2013). Ambos actos se enmarcan en el proyecto “La Barcelona de los barrios” – del referido “modelo Barcelona” –, que viabiliza y actualiza la propuesta de planificación estratégica y/o de rehabilitación urbanística. Conforme su principal objetivo, la Barcelona de los barrios pretende:

Establecer una delimitación de la Ciudad en barrios significativos desde el punto de vista urbanístico y social, como marco territorial para el desarrollo de actuaciones urbanas y la dotación de ciertos niveles de equipamientos y servicios municipales (DIVISIÓN..., 2013, n.p.).

Vale reiterar que estos actos jurídicos de la administración municipal no están exentos de tensiones y disputas entre los diferentes agentes de la administración local municipal y/o entre estos y representantes de las entidades de vecinos, que postulan legitimidad para hablar de los “problemas del barrio” o “problemas urbanos” y sus respectivas demandas.

La actualización de estas movilizaciones y disputas simbólicas implicadas se ponen de relieve de forma ejemplar en las diferentes prácticas realizadas entre 2015 y 2017 en la plaza de las Glorias y en los barrios que la circundan,

²⁶ De acuerdo con la referida ordenanza, por intermedio del art. 39 y de los arts. 40, 41, 42, 43 y 44, respectivamente, del Título I IV La participación ciudadana, Capítulo 1 y Secciones 1ª 2º (Boletín Oficial de la Provincia de Barcelona del día 23 del 10 de 2001, n. 254, pp. 19).

promovidas por agentes vinculados a la administración municipal con el apoyo y colaboración de la población, a través de la mediación de las entidades (objetivo del apartado 4). De momento interesa destacar que se trata de la escenificación y la materialización de un “nuevo contexto político y social” que, además de la implementación de instrumentos y ordenanzas urbanísticas, expresa una manera de relacionarse con la administración y de comprender la ciudad y los problemas urbanos. Se genera un proceso de intermediación e interdependencia desigual entre agentes distritales o de barrio y representantes de las entidades vecinales que favorece la constitución de un lenguaje o código (también legal) en torno a la definición de los “problemas urbanos”, a partir del cual agentes y/o representantes vecinales viabilizan políticas y/o reivindican mejoras de infraestructuras, equipamientos socio-sanitarios, culturales, entre otros.

Desde esta perspectiva, cabe recordar, que se actualizan según contextos, agentes gubernamentales y propuestas políticas, y representantes vecinales y reivindicaciones o “derechos sociales”, con base en una delimitación legal. Estas leyes o derechos, entre otros aspectos, buscan “proteger”, “velar”, integrar y orientar, por medio de pautas o criterios, las actitudes de individuos o “colectivos” socialmente desfavorables.

En conformidad con este punto de vista, las movilizaciones en torno al problema de las Glorias, objetivadas con mayor fuerza a partir de la implementación del proyecto “Abrir Barcelona al mar” (o “modelo Barcelona”), contribuyen a legitimar como interlocutores a entidades vecinales que ocupan posiciones de poder más favorables, en el entramado asociativo de los barrios y de Barcelona en general. De esta forma, se favorece la configuración de un grado mayor de equilibrio en la correlación de fuerzas del campo de acción en torno a la problemática urbanística de la ciudad de Barcelona y, en particular, del “problema Glorias”.

En este contexto, se objetiva y materializa como presupuesto del referido modelo, la idea de “democracia participativa o de proximidad”, que implica la “necesidad” de atender las demandas urbanísticas y sociales de las entidades (o población de los barrios de la plaza). El Programa de Actuación Municipal de 2003 y su formalización posterior en el Compromiso Glorias

firmado en 2007, son ejemplos significativos. Se trata de un itinerario sobre el ordenamiento de la plaza de las Glorias que busca viabilizar la práctica participativa como instrumento para atender las demandas de las entidades y propiciar los acuerdos.²⁷

Entre los acuerdos se resalta la eliminación del cruce de carreteras (tres grandes avenidas que atraviesan y cruzan la plaza) y ferrocarriles, los subterráneos (o entroncamientos para los coches como manera de acceder o salir de la ciudad) y la construcción de un gran parque, además de otras demandas sobre el entorno de la plaza. En otras palabras, se materializa la idea de derribar el “tambor” (al respecto ver la figura 7) y se (re)significa la idea de plaza como espacio público de ciudad y de barrio.

Igualmente se constituye un grupo de trabajo con el fin de acompañar las transformaciones, como demanda de los representantes vecinales e integrado por técnicos del Ayuntamiento (urbanistas, arquitectos, paisajistas, entre otros) y representantes de entidades y técnicos independientes o vinculados a las entidades de vecinos.

El Programa de Actuación Municipal y el Compromiso Glorias son significativos porque materializan simbólicamente la propuesta participativa y de proximidad con los vecinos. Es decir, son parte y resultado de los efectos simbólicos que ejercen en el espacio social los muchos encuentros y negociaciones realizados entre técnicos (o gerentes) y representantes de cargos municipales de las unidades distritales y representantes de las entidades de vecinos. Ambas acciones tienen como condición un conjunto de intermediaciones, prácticas (o reuniones), propuestas y acciones burocráticas destinadas a viabilizar la Modificación del Plan General Metropolitano. Para efectos de los objetivos, se destacan las intermediaciones e instrumentos o figuras jurídicas que viabilizan la participación, entre otros: “grupos de trabajo”, “audiencias públicas”, “consejos de barrio”.

Vale mencionar que la participación tiene la funcionalidad propositiva, de consulta y seguimiento, especialmente. No se pretende afirmar que este complejo entramado de acciones y relaciones responda a una lógica de

²⁷ Forman parte del acuerdo los agentes y cargos municipales y los representantes de las Asociaciones de Vecinos del Clot – Camp de l’Arpa, Sagrada Família y Poblenou (COMPROMIS..., 2017).

relaciones bidireccional o unidireccional y/o no haya discontinuidades. La intención es poner en escena aspectos del proceso de movilización y el lenguaje que se genera. Además de contribuir a hacer valer los agentes y sus prácticas, limita el juego de los enfrentamientos y las demandas o derechos. En este sentido vale recordar que el “Proyecto transformación de las Glorias” (los trabajos relativos al derribo de anillo o tambor) se inician en 2008 y finalizan en 2014. Y las primeras jornadas para acompañar las transformaciones, resultado de los acuerdos firmados, se realizan en 2013. Aquí el factor tiempo o manera de hacer política se concibe que es significativo ya que cobra sentido para los agentes vecinales como generador de exceptivas.

Igualmente, la emergencia de nuevos agentes o entidades vecinales a partir de la primera década del siglo XXI, cuyas trayectorias y experiencias organizacionales difieren de las antiguas asociaciones de vecinos, favorecen una cierta reorganización del conjunto de agentes vecinales y, por extensión, alteran la correlación de fuerzas o grado de equilibrio inestables en el campo urbanístico y la problemática urbana. En esta línea, “las movilizaciones tradicionales de vecinos” del campo urbanístico son cuestionadas, cuyos representantes postulan legitimidad como agentes autorizados en las intermediaciones entre vecinos y representantes de la administración municipal y disputan con los nuevos agentes vecinales por los criterios y límites organizacionales o socioculturales. Por ejemplo, en los órganos de participación reglados arriba mencionados.

En un sentido general, las experiencias o trayectorias organizacionales de estos agentes se fundamentan en acciones racionales (o reflexiones) a partir de ideas de comunidad, participación, cooperativismo (desde el ámbito económico). En otras palabras, disponen de diferentes condiciones, tienen una cultura asociativa y organizacional “participativa”, “comunitaria”, “horizontal”, entre otras de sus definiciones y, por tanto, están dotados de un capital simbólico o conocimiento que difiere de la cultura o estructura organizativa vertical de las asociaciones de vecinos, que emergen a finales de la década de 1970. No se debe dejar de mencionar la nueva coyuntura política generada en 2015 con la elección de un nuevo gobierno municipal,

que actualiza en un sentido proactivo la idea de participación²⁸, por ejemplo, a partir de la estrategia de corresponsabilidad.

3.1 Representaciones sobre las glorias: “las fronteras de la no plaza”

Se subraya “la idea de distancia o frontera (también simbólica)” que genera “el núcleo viario”, mediante la materialización del espacio de las Glorias en dos áreas, arriba mencionado, el lado norte y el lado sur de la plaza.²⁹ En contextos de movilización vecinal, la división es utilizada por los representantes de entidades vecinales como instrumento útil de disputa. En este sentido, genera efectos de objetivación simbólicos en el espacio, que contribuyen a materializar y definir las Glorias como una frontera, “un área de paso” y, por extensión, un espacio físico a través del cual se definen y limitan identidades de la población de los barrios, en un contexto de prácticas urbanas de “higienización” y movilizaciones en torno a problemas sociales y/o urbanos. En otras palabras, a través del espacio de las Glorias se materializan y objetivan diferencias sociales y, por extensión, el estigma del área como efecto simbólico que ejercen las prácticas por intermedio del espacio urbano.

Siguiendo esta línea, gracias a las infraestructuras o producción física del núcleo viario, se contribuye a objetivar y definir los límites socioculturales entre las poblaciones de los diferentes barrios que integran la plaza. Igualmente se definen límites entre esta población y la que habita en los barrios ‘céntricos’ o situados en posiciones sociales más favorables dentro de la jerarquía geográfica y socioespacial de la ciudad.

A seguir se examinan algunas de las implicaciones de este proceso, mediante el análisis de un conjunto de percepciones o formulaciones sobre la

²⁸ Toma como eje dos ideas y/o totalidades: la “ciudadanía”, que define en un sentido general la participación de la población de la ciudad como un todo, y la “comunidad” o “bases comunitarias”, para definir la particularidad vecinal o de los barrios.

²⁹ El lado norte (o lado montaña) comprende los barrios Sagrada Família y Fort Pienc – Distrito del Eixample y barrio de Clot – Camp de l’Arpa, Distrito de Sant Martí. Y el lado sur (o lado mar) el barrio Poblenou – en la época polígono industrial importante de Barcelona. La división política administrativa no corresponde con la geográfica, como se desprende de la clasificación de la plaza, a partir del criterio físico norte y sur.

plaza (entiéndase objetivaciones mediatizadas) que elabora la población que vive en las proximidades. A efectos analíticos se sistematizaron en dos grupos.

El primer grupo incluye diferentes percepciones con la intención de sistematizar una idea negativa de la plaza como una “no plaza”. Hacen referencia a un “sentido común” relativo a denominaciones que acostumbra a elaborar determinada población vinculada a entidades o asociaciones de vecinos de los cuatro barrios de las Glorias. En tanto que sujeto político, las formulaciones de esta población han de contextualizarse en la posición política o militante de las disputas generadas sobre las “mejoras sociales y/o urbanísticas” en el espacio urbano de la plaza y su entorno (o barrios).

“Nunca ha sido una plaza, como debe ser [...], un lugar con bancos para sentarse, que jueguen los niños, jardines”

“Una vez hicieron jardines, que era preciso atravesar, [refiere a la reordenación de la anilla, ver foto 4] estaba distante de los barrios”.

“Las Glorias es una no plaza o una plaza maldita”

“Una plaza que nunca acaba, siempre está en obras”³⁰.

El segundo grupo intenta sistematizar un conjunto de percepciones que elaboran los habitantes de los barrios de las Glorias, en un sentido general y, aparentemente, sin vínculo directo con “las entidades militantes”. Como “frontera”, o “lugar inaccesible”, “aislado”, “peligroso”, temerario, salvaje, entre otras definiciones, atribuidas según contextos o momentos a partir de los cuales evocan el pasado o recuerdo de la plaza como parte de su experiencia de vida. Además, suelen situar al morador, en la relación con el espacio, en una posición de distanciamiento, miedo y extrañeza con lo desconocido, es decir, “una frontera”.

“Mi madre no me dejaba ir allí, era peligrosa, la gente [refiere a las niñas] se quedaba cerca de la casa, en ese tiempo [las niñas] se quedaban cerca de la casa, [yo no salía sola”].

“Yo iba a jugar a la pelota con los amigos [vecino recordando su infancia], cuando salía del colegio quedaba allí jugando a la pelota. Pero la gente de este lado [refiere a los vecinos y vecinas del barrio del Clot lado norte] difícilmente atravesamos o íbamos a ese otro

³⁰ Las cuatro formulaciones fueron extraídas de entrevistas realizadas en 2016 con los representantes o miembros de las cuatro asociaciones de vecinos que integran la plaza de las Glorias. Buscan sintetizar el discurso militante.

lado [lado mar o sur]. Ha sido recientemente que he empezado a ir con mis amigos. Ha cambiado mucho, ahora se ha modernizado, hay muchos edificios nuevos, como este [refiere al Disseny Hub, lugar donde se hizo la entrevista]”³¹

Así, el primer grupo, debe contextualizarse en la lógica cultural que liga los agentes con la práctica política de la “participación del ciudadano”, viabilizada en los procesos de transformación urbanística, especialmente a partir del siglo XXI. El segundo grupo expresa situaciones a partir de las cuales la población o vecinos en general establecen relaciones con el espacio siguiendo una posición de distanciamiento y extrañeza con lo desconocido y, aparentemente, desligadas de la práctica política.

El primer grupo (o discurso militante), también, vehicula una idea de distancia (o “frontera”), aunque con implicaciones y sentidos diferentes a los que presupone el segundo. En las formulaciones del discurso militante hay una previa instrumentalización o reflexividad de la distancia con base en la elaboración o presupuesto de origen, o pasado, que busca justificar las acciones del presente, con dirección de futuro: la plaza “sin fronteras”, moderna. En este sentido su discurso vehicula una idea de ciudad situando la historia de la plaza (entiéndase con sus transformaciones) como si fuera lineal y oculta las experiencias y vivencias históricas de las personas en esos procesos. En cambio, en el segundo grupo, las formulaciones que emiten los entrevistados suelen ser más espontáneas y la reflexividad sobre el pasado individual acostumbra a ser laborada especialmente en el momento de la entrevista. Sin embargo, ambos grupos (o clasificaciones) tienen como unidad un mismo contexto de producción y, por extensión, de objetivación: el campo de acción sobre el problema Glorias.

4 El lenguaje sobre el pasado: la objetivación y “origen de la plaza” y la eficacia de la movilización

El proceso de transformación y objetivación de la plaza de las Glorias adopta un sentido diferente a partir del Compromiso Glorias de 2007, como

³¹ Ambas han sido extraídas de entrevistas realizadas con población del lado montaña en el periodo de 2017.

se indicó anteriormente. En este apartado se retoma el referido escenario para ampliarlo y revelar otras dimensiones simbólicas del mismo fenómeno, en el contexto del Proyecto transformación de las Glorias y urbanización de espacios provisionales (en la figura 7 se visualiza esta urbanización con diferentes prácticas durante el periodo 2015-2017).³² Se pone el foco en prácticas culturales sobre el pasado y origen de la plaza, cuya implementación busca generar condiciones que contribuyan a validar las Glorias como un espacio público y/o plaza. Se resalta la exposición titulada “150 años de la historia de la Plaza”³³, organizada por agentes de la administración pública y el apoyo del sector privado.³⁴

La exposición traza el hilo narrativo con base en una idea de origen ubicado en 1859 en el Plano Cerda, o Plan del Ensanche de Ildefonso Cerdà, pasando por las diferentes transformaciones o infortunios, hasta la proyección en tres dimensiones del futuro parque³⁵. Con la figura 9, que inicia la narrativa de la exposición, se intenta ejemplificar las ideas de origen y de pasado, a través de la cartografía o mapa de Barcelona.

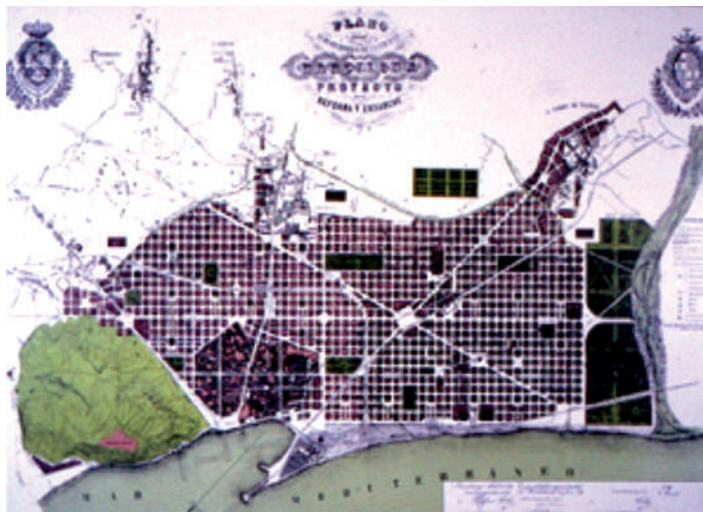
³² El objetivo del plan de usos provisionales de las Glorias es dinamizar el espacio a partir de prácticas culturales que faciliten, entre otros aspectos, la articulación, aproximación e integración de los habitantes de los diferentes barrios en particular y, en general, de la ciudad de Barcelona. En último término, es un intento de combinar las obras con la urbanización provisional de un espacio público. Cabe destacar que la exposición, inaugurada a principios de 2017, permanece tres meses en el espacio provisional de las Glorias. Durante este tiempo se realizan diferentes itinerarios con el apoyo de representantes de las tres entidades colaboradoras de guías de la exposición.

³³ Un resumen de la exposición es recogido en la web del Ayuntamiento destinada a comunicar el proyecto de transformación de las Glorias: Web del proceso de transformación de les Glòries. Movilidad, estructura urbana, verde urbano, usos y actividades (último acceso 10 de agosto de 2018). Se trata de una exposición fotográfica, complementada con audiovisuales, realizada en 2015, en el Centro Comercial Glorias.

³⁴ El Centro Comercial Glorias, inaugurado en 1997, es el primer centro comercial construido en Barcelona, ubicado en el espacio de la antigua fábrica Olivetti (1944-1989, símbolo de modernización de la época). En este sentido, a través del establecimiento comercial, se actualizan ideas de modernidad.

³⁵ Ver en la revista *Metrópolis*, editada por el sector de publicaciones de la administración municipal, la retrospectiva con motivo de la conmemoración de los 150 años del Plan Cerda, titulada “La razón en la ciudad: el Plan Cerda. 150 años del proyecto del Eixample”, en línea: www.barcelonametropolis.cat.

Figura 9 – Plano de los alrededores de la ciudad de Barcelona y reforma del *Eixample de Ildefonso Cerda*, año 1859.



Fuente: Ayuntamiento de Barcelona, 2015.³⁶

Por medio de la narrativa de la exposición es como si la plaza se originara en un lugar y tiempo determinados, actualizando las ideas históricas de Ildefonso Cerda, autor del Plan e ingeniero que “imaginó el centro de la futura ciudad en el cruce de la *Gran Vía*, la *Meridiana* y la *Diagonal*” (entiéndase la plaza de las Glorias). No obstante, las dificultades urbanísticas encontradas en la época, como las vías del tren, obligaron a adoptar otras opciones, desviando el proyecto e impidiendo la materialización urbanística de ese espacio. En esta línea, el obstáculo inicial y las estrategias o acciones adoptadas en el pasado es como si dieran la pauta de continuidad histórica al conjunto de dificultades, ampliadas en el transcurso del tiempo en los diferentes proyectos o transformaciones implementados en ese espacio, es decir, en la historia de las transformaciones de las Glorias, especialmente las generadas a partir del PGM de 1976.

³⁶ Copia restaurada en 2015 a partir de la cartografía original.

Desde esta perspectiva, la práctica de la exposición contribuye a crear o ‘inventar’ las Glorias como plaza y la ubica en un tiempo y lugar determinados, proyectando sus diferentes contingencias (o procesos de transformación) como si fuesen una continuidad histórica que permite justificar la acción del presente con una intencionalidad o dirección futura. La complejidad implícita en los argumentos de las diferentes transformaciones, incluso en la actual transformación o futuro proyecto de la zona en un gran parque, también contribuye a justificar las prácticas o discursos de los agentes o representantes de cargos políticos de la administración municipal, en sus diferentes contextos.

Complementando esta línea de argumentación, se destaca la exposición de la maqueta ganadora y del conjunto de maquetas presentadas mediante concurso internacional para el “Proyecto Urbano del Espacio Libre de la Plaza de las Glorias Catalanas de la Ciudad de Barcelona”, en los pasillos principales del Disseny Hub, poco después de su finalización, en 2013. Igualmente, la exposición iba acompañada del audiovisual “La transformación de las Glorias un proyecto de ciudad en marcha” y la reproducción mediante NT de la propuesta ganadora en 3D. Figuras 10 y 11. Corresponden, respectivamente, a la ilustración del folleto de divulgación del parque, elaborado por técnicos de la administración municipal en 2016 y la imagen en 3D, del año 2013.

Figura 10 - Portada del folleto de divulgación del nuevo parque de las Glorias.



Figura 11 - Imagen en 3D de la propuesta ganadora del parque de las Glorias.



Fuente Ayuntamiento de Barcelona,

Se piensa que estas prácticas expositivas contribuyen, por medio de sus efectos simbólicos, a hacer valer y objetivar el proyecto Glorias como ‘nueva centralidad urbana y metropolitana’ y, al mismo tiempo, favorece la disminución del desequilibrio del campo de acción. En la misma línea, aunque con otros sentidos y significados, se destacan las prácticas realizadas en la plaza de las Glorias por representantes de entidades de vecinos.

El libro de Gisela Boronat, Xavier Lago y Joan Mayoral, titulado *Glòries cruïlla de camins*³⁷, fue publicado en 2011 por la Asociación de Vecinos de Fort Pienc y el Archivo Histórico de Fort Pienc, ambas entidades vecinales de las cuales son parte constitutiva los autores. La publicación se contextualiza en un momento de políticas destinadas a incentivar y promover la memoria e historia social de los barrios de Barcelona y la recuperación del patrimonio social e industrial.

Los autores elaboran un relato histórico con base en la misma idea de origen y de tiempo creada por los agentes de la administración, es decir, el relato ubica el origen e historia de la Plaza en el Plan Cerda (1859) e, igualmente, construyen una perspectiva negativa y lineal de las diferentes etapas o historia.³⁸ No obstante, su relato hay que vincularlo con la posición que ocupan como representantes vecinales y el lenguaje militante reivindicativo. Sus argumentos presuponen un diálogo con los representantes de la administración municipal, en un sentido general, a quienes, directa o indirectamente, atribuyen la responsabilidad de las encrucijadas o vicisitudes que ha atravesado “uno de los espacios más desgraciados de la ciudad de Barcelona”, según mencionan los autores en la introducción al libro (BORONAT; LAGO; MAYORAL, 2011, p. 7).

Desde este punto de vista, el libro, como práctica cultural e instrumento de producción de conocimiento, contribuye, a través de la publicación, a cristalizar (y validar) el conocimiento sobre el pasado de la plaza, especialmente al ser usado en contextos de movilización y/o momentos de mayor sensibilidad sobre la problemática de las Glorias. Además de legitimar

³⁷ *Glorias encrucijada de caminos*, traducción libre de la autora.

³⁸ Debe mencionarse que los agentes de la administración, en su relato registrado en la web sobre los 150 años, citan el libro como una de las referencias bibliográficas.

agentes con posiciones diferentes, sea confirmando o negando argumentos, favorece, por medio de la eficacia simbólica que ejerce el conocimiento cristalizado, la objetivación de las Glorias como una “plaza” y, al mismo tiempo, como una “no plaza”.

Desde un contexto de producción diferente, el de la administración local, se subraya la exposición titulada “(entorn) (glòries)” sobre la memoria social de la plaza, así como los diferentes itinerarios acompañando la exposición, durante el año de 2017. La exposición se visualiza en diferentes puntos de la urbanización del espacio provisional de la plaza a partir de siete cubos de 2,3 metros, en cuyos lados, forrados con lonas, se imprimen los fragmentos de entrevistas (o relatos) y fotos históricas. La ubicación de cada cubo materializa prácticas sobre los “lugares de la memoria”³⁹ de la plaza, algunos de ellos desaparecidos y otros actualizados con nuevos usos. La exposición tiene como base un trabajo de investigación social fundamentado en datos históricos, fotografías y narrativas sobre el pasado -coordinado por antropólogos del Observatorio de la Vida Cotidiana, con el apoyo o ayuda de los representantes de entidades que orientan sus acciones a recuperar la “historia y memoria de los barrios”.

Figuras 12 y 13 – Fotos de dos contextos itinerarios de la exposición “(entorn) (glòries)”.



Fuente: autora, 2017.

Desde su posición como profesionales o especialistas, la construcción de la “memoria social de la plaza y entorno”, objetivo de la exposición, busca

³⁹ Usamos la expresión “lugares de memoria” de acuerdo con Pierre Nora (1984).

visibilizar y dar la “voz a los vecinos” o habitantes de los barrios, es decir, dar la voz “al otro”, “al pueblo”, “construyendo la historia desde abajo”.

Esta exposición vehicula un significado y sentido especial, dado el contexto social y político de su producción, así como por la implementación del referido proyecto de urbanización de espacios provisionales. Cabe destacar que fue inaugurada a principios de 2017 y permaneció tres meses en el referido espacio. Durante este tiempo se realizaron diferentes itinerarios con el apoyo de representantes de las tres entidades colaboradoras y guías responsables de transmitir los relatos de cada cubo. La participación y asistencia de personas en cada itinerario fue bastante similar, alrededor de 25 personas. No obstante, la mayor o menor participación y asistencia en cada itinerario dependía, en gran parte, de la implicación de las entidades, así como del grado de equilibrio inestable del campo de acción sobre el problema Glorias.

Se piensa que este conjunto de prácticas contribuye en diferentes sentidos, conforme a los agentes y los contextos en que se actualizan, a delimitar las tensiones que emergen en el proceso de producción de las Glorias y alrededores y, al mismo tiempo, a crear la plaza y objetivar “la nueva centralidad”, un espacio de aproximación y apropiación por parte de la población de los barrios y de la ciudadanía en general. En último término, contribuyen a la creación y definición de nuevos criterios y límites culturales sobre el espacio Glorias y, por extensión, una idea de Barcelona como ciudad moderna y/o universal y particular (participativa y democrática).

Consideraciones finales

A título de consideraciones finales, en este apartado, además de ampliarlos, se retoman algunos aspectos indicados a lo largo del trabajo. Por medio de su estructura narrativa se intentó trazar un conjunto de reflexiones y conexiones sobre procesos de reagrupación y reordenación física espacial y la viabilidad de prácticas relacionadas con la objetivación de problemas urbanos de la ciudad de Barcelona, tomando como referencia empírica las Glorias o problema de las Glorias.

En este sentido, en el primer apartado se buscó reflexionar sobre la génesis de estos procesos y sus actualizaciones a partir del PGM (1976), en un contexto de definición de gobiernos socialistas y/o administración democrática desde 1979. Se señaló la emergencia de la temática social, vinculada a la génesis de un campo de actuación (también jurídico), que implica la producción de nuevos derechos o “derechos sociales básicos”. Se crea “la obligación moral” como acto legal, o de la administración, que busca viabilizar el principio de la “igualdad” (material), pero tiene como condición de posibilidad la desigualdad y, por extensión, su delimitación y definición o creación. Así, una de las cuestiones que orientó la reflexión a lo largo del trabajo fue examinar en qué sentido se producen y objetivan esas ideas, a través del espacio físico y social de las Glorias. En otras palabras, de qué manera poner en práctica ideas de ciudad, en sus continuidades y discontinuidades, contribuye a objetivar e inventar Barcelona como si fuera una “ciudad moderna, innovadora y global” (o universal), pero también participativa, próxima y democrática (o particular).

Las ideas urbanas -de patrón desarrollista o de progreso industrial y las de patrón social- que el proceso de transformación vehicula, por medio de las diferentes prácticas, al ser usadas como instrumentos útiles en la disputa entre agentes del campo sobre el problema de las Glorias, contribuyen, por medio de los efectos que ejercen en el espacio social, a objetivar y materializar las Glorias en los contextos que se actualizan. Por ejemplo, a través de edificaciones arquitectónicas de “gran impacto”, como la Torre de Barcelona y el Disseny Hub, se muestran efectos de objetivación simbólica relacionados con las ideas de modernidad y de progreso tecnológico, es decir, definiéndolas como exponentes simbólicos de modernidad, innovación y progreso.

En la misma línea, pero focalizando prácticas urbanísticas sociales (o de higienización de los barrios) y prácticas culturales sobre memoria e historia, viabilizadas en contextos diferentes de producción, se han indicado conexiones con las ideas de modernidad y democracia participativa, léase también generación de vínculos de proximidad en el territorio, en el amplio sentido del término, político y cultural. Enmarcadas en el contexto de relaciones internas o locales, tales prácticas responden a la ‘necesidad’ u ‘obligación’ por parte de

los agentes de la administración o representantes del gobierno local de atender las demandas urbanísticas de las entidades.

Así, el conjunto de acciones y políticas han contribuido por medio de los efectos de las disputas a crear un lenguaje sobre la práctica o modelo de ciudad. Además de limitar el terreno de los enfrentamientos y de hacer valer según contextos a sus agentes, el lenguaje contribuye por medio de la eficacia simbólica que ejerce en el espacio a definir y crear las Glorias, como si fuera una objetivación significativa de la ciudad de Barcelona: moderna e innovadora, preocupada con el “progreso tecnológico e industrial”, y participativa, preocupada con la ciudadanía y el “bienestar social ciudadano”.

En última instancia, “el problema de las Glorias” adquiere ‘realidad objetiva’ como parte y resultado constitutivo del campo de controversias, relaciones y maneras de hacer política del entramado democrático. Pone en el escenario la aparente paradoja o tensión constitutiva que fundamenta la idea de ciudad. Una manera de “hacer política” o lenguaje de la práctica urbanística, que expresa como si fuera una oposición la tensión entre agentes de la administración o representantes del gobierno municipal y entidades, entre otros agentes del campo. Tensión constitutiva que se manifiesta al querer abarcar la idea de ciudad en su proyección “externa” e “interna”.

Por un lado, se ha abordado, en sus discontinuidades y continuidades, las ideas de progreso económico y tecnológico que fundamentan la ciudad como si fuese moderna y global en su proyección “externa” o en su relación con otras ciudades, es decir, la necesidad que tienen determinados agentes de proyectar externamente la ciudad en un marco de relaciones internacionales. Por otro lado, la idea de ciudad en su proyección “interna” que implica, como ciudad moderna, dar cuenta de la proximidad, bienestar ciudadano y/o de las demandas que emergen de la heterogeneidad poblacional y/o diversidades políticas distritales.

Conforme a este punto de vista, se ha intentado mostrar de qué manera las políticas de transformación de las Glorias y sus efectos en el ‘territorio’ definen y objetivan, a través del espacio, la modernidad de la ciudad que actualiza, según contextos, su oposición constitutiva.

Referencias

- ALONSO, S. *Contextos relativos a itinerarios de la exposición “entorno” “glorias”*. 2017. 2 fotografías.
- ALONSO, S. *Torre Agbar y Disseny Hub, edificaciones ubicadas en las glorias, junto al espacio urbanizado provisionalmente (2015-2017)*. 2017. 1 fotografía.
- ALONSO, S.; CASTRO, E. Políticas, mediações e territórios: interpretação sobre o “urbano-rural” na Amazônia. Madrid: Aposta. *Revista de Ciencias Sociales*, n. 71, p. 209-258, oct./nov./dic. 2016.
- AMIN, A.; THRIFT, N. Cultural economy and cities. *Progress in Human Geography*, v. 31, n. 2, p.143-161, abr. 2007.
- ARAMBURO, M. *Los otros y nosotros. Imágenes del inmigrante en Ciutat Vella*. Madrid: Marques de Lozoya. Secretaría General Técnica del Ministerio de Educación Cultura y Deporte, 2002.
- ARICÓ, G.; MASNSILLA, J.; STANCHIERI, M. L. (coord.). *Barrios corsarios: memoria histórica, luchas urbanas y cambio social en los márgenes de la ciudad neoliberal*. Barcelona: Pol·len Edicions, 2016a.
- ARICÓ, G.; MASNSILLA, J.; STANCHIERI, M. L. El legado porciolista: extracción de rentas, dinastías de poder y desplazamiento de clases populares en las políticas urbanísticas de la Barcelona contemporánea. In: CONGRESO INTERNACIONAL. CONTESTED - CITIES, 4. 2016b, Madrid. *Anais [...]* Madrid. p. 1-22. Disponible en: <http://contested-cities.net/wp-content/uploads/sites/8/2016/07/WPCC-164505-Aric%C3%B3MasillaStanchieri-LegadoPorciolista.pdf>. Acceso en: 12 abr. 2017.
- AYUNTAMIENTO DE BARCELONA. *Foto aérea de la transformación de las glorias y urbanización de espacios*. Barcelona, 2016. 1 fotografía. Disponible en: <http://ajuntament.barcelona.cat/glories/es/fases/>. Acceso en: 12 abr. 2017.
- AYUNTAMIENTO DE BARCELONA. *Imagen aérea de la las Glorias y entorno*. Barcelona, 2013. 1 fotografía.
- AYUNTAMIENTO DE BARCELONA. *Imagen en 3D de la propuesta ganadora del parque de las Glorias*. Barcelona, 2013. 1 fotografía. Disponible en: <http://ajuntament.barcelona.cat/glories/es/>. Acceso en: 17 abr. 2017.
- AYUNTAMIENTO DE BARCELONA. *La construcción del tambor, detalle y Panorámica*. Barcelona, 1992 y 2004. 2 fotografías.
- AYUNTAMIENTO DE BARCELONA. *Las glorias y la media anilla viaria*, Barcelona, 1990. 1 fotografía.

AYUNTAMIENTO DE BARCELONA. *Plano de los alrededores de la ciudad de Barcelona y reforma del Eixample de Ildefonso Cerda*, año 1859. Barcelona 2015, 1 fotografía.

AYUNTAMIENTO DE BARCELONA. *Portada del folleto del divulgación del parque de la glorias*. Barcelona, 2015, 1 fotografía.

BORJA, J.; CASTELLS, M. *Local y Global*. Madrid: Ed. Taurus, 1999.

BORJA, J.; NEL-LO, O.; VALLES, J. M. *La ciutat del futur, el futur de les ciutats*. Barcelona: Fundació Rafael Campalans, 1998.

BORONAT, G.; LAGO, X.; MAYORAL, J. *Glòries, cruïlla de camins*. Barcelona: Archivo Histórico Fort Pienc, 2011.

BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Difel, 1989.

CAPEL, H. El debate sobre la construcción de la ciudad y el llamado “Modelo Barcelona”. *Scripta Nova - Revista Electrónica de Geografía y Ciencias sociales*, Barcelona, v. 11, n. 233, [n.p.] fev. 2007. Disponible en: <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-233.htm>. Acceso en: 15 jun. 2017.

CAPEL, H. *El modelo Barcelona: un examen crítico*. Barcelona: Ediciones del Serbal, 2011 [2005].

CASTELLS, M. *La cuestión urbana*. 15. ed. Madrid: Siglo XXI, 1999.

COMPROMISO por Glorias: resumen de los grupos de trabajo sobre la modificación urbanística en el ámbito de la plaza de las Glorias y entrono y sobre su transformación. *Ayuntamiento de Barcelona*, Barcelona, 20 marzo 2007. Disponible en: http://ajuntament.barcelona.cat/ecologiaurbana/sites/default/files/Compromiso_Glories_2007.pdf. Acceso en: 13 agosto 2018.

DIVISIÓN territorial. *Ayuntamiento de Barcelona*, Barcelona, mar. 2013. Disponible en: <http://www.bcn.cat/estadistica/castella/terri/index.htm>. Acceso en: 03 feb. 2018.

DOMÍNGUEZ, M. La dimensión simbólica de la ciudad. Planes estratégicos, segregación urbana y exclusión territorial. *Sociedad y utopía - Revista de Ciencias Sociales*, Madrid, n. 32, p.187-210, 2008.

FERNÁNDEZ, M. *Matar al Chino Entre la revolución urbanística y el asedio urbano en el barrio del Raval de Barcelona*. Barcelona: Virus, 2014.

HARVEY, D. *Urbanismo y desigualdad social*. Madrid: Siglo XXI, 1992.

INFORME de las jornadas ciudadanas del Concurso de proyectos restringidos para el Proyecto urbano del Espacio Libre de la Plaza de las Glorias Catalanes. *Ayuntamiento de Barcelona*, 2013. Barcelona, 30 set., 1 e 2 oct. 2013.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA. *Censos, Padrones y Rectificaciones del padrón*. 2018. Disponible en: <http://www.bcn.cat/estadistica/castella/dades/anuari/cap02/C020101.htm>. Acceso en: 12 oct. 2018.

LA RAZÓN en la ciudad: el Plan Cerdà. 150 años del proyecto del Eixample. *Metrópolis - Revista de información y pensamiento urbano*, n. 76, otoño 2009.

LEFEBVRE, H. *La production de l'espace*. Paris: Anthropos, 1974.

MAGRINYÀ, F.; MAZA, G. Tinglados de Bar-Cel-Ona: la incorporacion de espacios Del Puerto a la ciudad (1981-2002). *Scripta Nova*, Barcelona. v. 9, n. 193, 2005. Disponible en: <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-193.htm>. Acceso en: 20 agosto 2018.

MAZA, G. “Participación Urbana”, *Comunicación presentada en el marco del programa densitat CLF/BCN 01-02*, Barcelona, 2005.

MAZA, G.; McDONOGH, G.; PUJADES, J. Barcelona, ciutat oberta: transformacions urbanes, participació ciutadana i cultures de control al barri del Rava. *Revista d'etnologia de Catalunya*, Barcelona, n. 21, p.1-18, 2002.

NEL·LO, O. Contra la Segregación Urbana y por la Cohesión Social La Ley de Barrios de Cataluña. *Cidades. Comunidades e Territórios*, Lisboa, n. 17, p. 33-46, dic. 2008.

NORA, P. 1984. Entre memoire et histoire. In: NORA, P. (ed.). *Les lieux de memoire*. Paris: Gallimard, 1984. p. XVII-XLII (La Republique)

RIBEIRO, C. de Q.; PECHMAN, R. (org.). *Cidade povo e nação: gênese do urbanismo moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

URBANIZACIÓN Provisional de la plaza de las Glorias. Ayuntamiento Barcelona. Barcelona, [2017]. Disponible en: <http://ajuntament.barcelona.cat/glories/es/gfase/urbanitzacio-provisional/>. Acceso en: 13 agosto 2017.

WACQUANT, L. *Parias Urbanos*. Marginalidad en la ciudad a comienzo del milenio. Buenos Aires: Manntial, 2007.

Territórios dos povos das águas marajoaras: saberes e práticas sociais de comunidades ribeirinhas do rio Parauaú

Eunápio Dutra do Carmo

Introdução

O presente artigo apresenta resultados da investigação teórico-empírica no Marajó acerca das temáticas: mobilidade de capital, território e comunidades ribeirinhas. O contexto desta discussão se alia ao entendimento de que as transformações que vêm ocorrendo na cena sociopolítica e econômica da Pan-Amazônia é continuidade do processo histórico de mudanças observadas na sociedade em função do avanço dos interesses de mercado sobre os territórios tradicionais, contemporaneizando a desestruturação socioespacial, provocada por desastres socioambientais via acirramentos dos conflitos pela terra, ampliação dos impactos socioambientais, racismo/injustiça ambiental e reprodução da extrema pobreza. Os recursos naturais e suas disputas especializam-se regiões como o Marajó¹, considerado território de expropriação, no caso aqui estudado, a madeira, atendendo demandas neoextrativistas de empreendimentos transnacionais atreladas à agenda da ideologia desenvolvimentista (CASTRO, 2017, 2012). Neste sentido, pretende-se analisar as lutas contemporânea das comunidades ribeirinhas do rio Parauaú na rede de disputa pelo território, demarcada pelas relações de poder

¹ O arquipélago do Marajó, com seu conjunto de 2.500 ilhas, ilhotas e 16 municípios, está na foz do rio Amazonas e é emblemático na manifestação da pujante sociobiodiversidade da região. De Belém ao Marajó, percorre-se 223 km atravessando, via transporte fluvial, as baías de Guajará e do Marajó, bacias com extensões gigantescas devido proximidade com o oceano Atlântico e navega-se por labirintos de rios, furos, iguarapés, tornando a navegabilidade dos rios uma cultura (i)material de fator dominante na “estrutura fisiográfica e humana, conferindo um *ethos* e um ritmo à vida regional” (LOUREIRO, 2018).

no município, envolvendo uma diversidade de forças sociais que atravessa a dinâmica socioeconômica da produção na região.

A tensão entre o crescimento econômico via integração ao mercado e valorização e preservação da sociobiodiversidade como condição de vida para os grupos socialmente diferenciados é o contexto histórico-social das comunidades ribeirinhas na região. Assim, os procedimentos teórico-metodológicos, base de sustentação para as análises, são oriundos da abordagem relacional e decolonial que, respectivamente, correspondem à percepção dos sujeitos em movimento constante numa rede de relações de dominação sociopolítica e econômica e a análise da história com base no encontro-choque entre europeus e os povos originários que culminou na dominação do sistema mundo moderno/colonial (QUIJANO, 2005; BALLESTRIN, 2013). As reflexões aqui apresentadas correspondem a resultados parciais do projeto de extensão iniciado em 2019² com 03 (três) grupos sociais localizados às margens do rio Parauaú, cuja extensão abriga mais de 15 comunidades ribeirinhas, conhecidas como beiradão (conjunto de comunidades que moram às margens de rios).

Para tanto, o trabalho inicia apontando os elementos-chave dos processos de dominação na Amazônia marajoara e a partir daí descreve-se o panorama de (r)existências das comunidades ribeirinhas no contexto de agudização da

² O projeto de extensão é da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal do Pará/Campus Marajó-Breves e tem o meio ambiente como temática central e os grupos socialmente vulneráveis como linha de ação. O mesmo foi aprovado no edital 2019 da Pró-Reitoria de Extensão e conta com 28 membros, envolvendo professores, bolsista, técnicos e voluntários. O projeto pretende ampliar a participação social dos membros das Vilas Intel I, Vila Intel II e Magebras e também comunidades vizinhas localizadas às margens do rio Parauaú. O foco é a organização social para a garantia de direitos sociais num contexto de pós-crise do ciclo da madeira no município de Breves e ruptura com a cultura de dominação (moderno/colonial). Nesse sentido, busca-se desenvolver, junto aos moradores, o seu fortalecimento social, o conhecimento sobre seus direitos e a emancipação humana ribeirinha (lugar da enunciação/decolonial), num processo onde os mesmos possam, do seu lugar social, empoderar-se em defesa desses direitos, existências, saberes e sociabilidades. Os primeiros contatos com as comunidades envolvidas se deram em agosto de 2018, quando ocorreu a entrada em campo e se estabeleceram as articulações com lideranças comunitárias para realização do projeto. Houve, nesse período, a ida de 03 (três) turmas de alunos dos cursos de Serviço Social, Letras e Pedagogia do Campus Marajó-Breves. O projeto visa consolidar-se em três fases, todas no ano de 2019, distribuídas nos meses de: janeiro a março; abril a junho; setembro a novembro.

precarização das condições de vida destes grupos sociais, implicando na sua sobrevivência. No final, são apontadas algumas experiências de organização social em curso nas travessias do rio Parauaú.

1 Dominação e exploração no Marajó das águas e florestas

O lugar da Amazônia na economia do sistema-mundo se dá pela dinâmica da globalização e aumento da competitividade tendo nos recursos naturais e potencial logístico, elementos diferenciadores que a região possui. Isso pressupõe apropriação desigual da natureza e suas variadas formas de expropriação e violência, além da sofisticação nas formas de exploração e controle de terras e recursos naturais por empreendimentos minerais, agrícolas e madeireiros. Esses empreendimentos atuam no cenário internacional com produção de *commodities* e concentram terra, devastam florestas e promovem desmatamento acumulado (CASTRO, 2017).

A Amazônia Marajoara é umas das Amazônias (CASTRO, 2008; PORTO GONÇALVES, 2001) que se distingue pela formação geomorfológica e singularidade da sociobiodiversidade, mas todas as faces dessa multipluridiversidade da região têm um eixo comum e histórico: a ocupação e dominação econômico-militar-ideológica. No arquipélago do Marajó, os ciclos econômicos do arroz, do palmito, da borracha e da madeira são emblemáticos deste processo de integração da região pela via do mercado como determina o sistema mundo-capitalista que coloca regiões como a América Latina na periferia do capitalismo resultante da divisão internacional do trabalho (BRANDÃO, 2012; CASTRO, 2012). O surgimento das cidades do Arquipélago do Marajó, como é o caso de Breves, está relacionado com os processos de comercialização e distribuição de mercadorias para abastecer o comércio europeu em expansão. A configuração político-econômica do arquipélago do Marajó tem influência dos conflitos territoriais e da supremacia da força militar-financeira que garantiu a conquista da Amazônia. Cidades como Breves e Portel têm suas origens ligadas ao processo de ocupação da Amazônia, como a maioria das cidades da região que são resultantes da

expansão do modo de produção capitalista. Essas cidades serviam, e muitas ainda servem, de transposto logístico para o sistema de comercialização da economia mercantil, cuja ação compõe as estratégias de ocupação da região. São territórios que sofreram violentos processos de desestruturação socioambiental, expropriação e dominação política. Nota-se que a anulação de povos e comunidades tradicionais, a exploração indiscriminada de recursos naturais e a concentração fundiária são elementos fundantes das relações sociais, econômicas e políticas que engendraram o sistema-mundo moderno (CASTRO, 2008; COCCO; BARBOSA, 2007).

Todavia, os processos de ocupação marcados pelas missões religiosas também têm papel estratégico no domínio da região (TRINDADE JR., 2012). Por um lado, o mercado dita um tempo-espço marcado pela relação natureza-negócio-capital voltada à racionalidade econômica com função de extrair, acumular, comprar e aplicar levando à mercantilização da natureza e da vida em consonância aos processos de dominação e exploração historicamente conduzidos pelo modelo colonial, o qual fornecia matéria-primas para o mercado europeu, atendendo a lógica de produção e consumo hegemônicos (LOUREIRO, 2002). Por outro lado, há outros tempos-espços nas Amazônias marcados por outras racionalidades àquelas ditadas pelo ciclo das águas, pelos códigos das florestas, pelos tipos de chuva, pelas condições das terras e várzeas. Trata-se, por exemplo, do Marajó das águas e florestas onde a vida e a natureza são uno e recebem o mesmo valor imaterial, respeito e tradição secular, constituindo-se em espaços privilegiados de história, memória e sofisticados saberes e tecnologias sociais.

O encontro-choque dos grupos sobre a natureza resulta em perdas, genocídio, epistemicídio (SANTOS; MENEZES, 2010). O meio ambiente tem valor monetário para os grupos empresariais e o território da mineração, das madeiras e do agronegócio existe para extrair, exportar e acumular atendendo o movimento do capital especulativo-financeiro, cumprindo uma agenda de produtividade, eficiência econômica e geração de dividendos (BRANDÃO, 2012; CASTRO, 2012; SANTOS; SOUZA; SILVEIRA, 1996). Pautam as suas ações no acúmulo da riqueza pelo capital e para isso precisam dominar,

expandir, extrair, transformando a relação homem-natureza em comércio e bolsa de valores. Essa forma de ver a natureza e dominá-la se contrasta com a maneira com que os povos das águas e das florestas, formados por “rios, furos, estreitos, igarapés, igapós, várzeas, açaiçais, imensos aguaçais, florestas, são lugares comuns onde se inscrevem a cultura das famílias que vivem nas margens do rio” (CORTETTA, 2016, p. 95). O contexto desta discussão se alia ao entendimento de que as populações nas Amazônias têm no território uma forte identidade com a produção da vida e há um encontro-choque na medida em que o ecossistema é alterado e dominado pela intervenção das atividades econômicas empresariais de caráter produtivo-industrial. Esta forma de percepção está relacionada com as afetações às reais condições de vida (MILANEZ; SANTOS, 2014), desde a sua dimensão biológica, emocional, cultural, passando pela organização social, produção e consumo de alimentos até o desenvolvimento de um saber local. Sendo assim, pode-se afirmar que os grupos sociais e as comunidades ribeirinhas têm sofrido com a ampliação da desestruturação social provocada pelo sistema-mundo capitalista na medida em que tais segmentos se organizam em grupos objetivando a sua subsistência com organização social e segurança alimentar, atribuída a ideias e saberes empíricos com o sistema ecológico da natureza viva e não dominada e as atividades de produção, com tecnologias sociais próprias, trazendo consigo combinações simbólicas e adaptativas complexas. Evidencia-se que o conjunto dessas ações estão sob ameaças permanentes, ou seja, a vida corre riscos em se tratando da própria racionalidade dos sujeitos sobre o território e as suas diferentes formas pelas quais o trabalho é realizado na pesca, na caça, no plantio, e de identificação de recursos que alimentam seu sistema de preservação da saúde e de curas associado à percepção e atribuição no mito e no simbólico (CASTRO, 2000). Evidencia-se a disputa do território por projetos e agendas que se contrapõem como ocorreu com as empresas madeireiras.

A extração e a exploração da madeira sempre foi presente na realidade local. Na história da Amazônia, essa atividade econômica foi central para o comércio internacional nos séculos XVII e XVIII como produto competitivo (LEÃO, 2017). No contexto brevesse acentuam-se as movimentações iniciais,

que se tem notícia, a exemplo da empresa Moinhos de Breves Ltda., em 1925, que depois se tornou Breves Industrial Sociedade Anônima (BISA). Segundo Leão (2017, p. 62):

Dados divulgados pelo IBGE em 1957 demonstram a extração da madeira como a maior atividade econômica do município, com um alto índice de exportação. O total era de cinco serrarias na cidade, com portos particulares para o embarque do produto, que era exportado para Portugal. Existiam ainda três usinas para beneficiamento de arroz; uma olaria; uma fábrica para o preparo preliminar da borracha; onze pequenos engenhos e alguns estabelecimentos dedicados à fabricação de mandioca.

As empresas madeireiras faziam contato direto pelos rios, não somente na cidade, mas também nas áreas mais remotas do interior. Essas movimentações desempenhavam o papel econômico com o caráter de desenvolvimento, limitando-se à instalação de grandes unidades de produção local, sem rebatimento diretos e prolongados para a mudança na estrutura social e modos de vida da população em geral. Ainda, de acordo com Leão (2017), “até meados de 1980, existiam mais de 150 indústrias madeireiras na região” exportando para outros países.

A madeira-dependência, característica de regiões que ocupam papel de produção de atividades de risco e colônias do processo econômico de acumulação via dominação e exploração, foi responsável, segundo Leão (2017), por 89% dos empregos na região. No entanto, a indústria madeireira não conseguiu gerar outros tipos de atividade que diversificasse o parque industrial. A formação de uma elite econômico-política foi o marco desta fase e que detinha o poder local, por vezes, usadas para manutenção do *status quo*. Fazendo uma reflexão antropológica do processo de ocupação da região, Sarraf-Pacheco (2006) assinala que, numa perspectiva crítica e analítica da história, o Marajó das florestas corresponde a “matas dominadas pela voraz ganância de elites madeireiras instaladas na região” (p. 72).

A exploração é característica fundamental para a compreensão de movimentos migratórios, não somente para os núcleos municipais, mas para as localizações rurais também. O município teve um grande crescimento populacional e os problemas sociais foram se agravando. Com a crise da

madeira, promovida pelo fechamento de muitas fábricas por não cumprirem a legislação ambiental, Breves teve uma redução de 50% da sua receita orçamentária (DIÁRIO DO PARÁ, 2016). Segundo o então-prefeito de Breves, José Leão: “o município vive uma situação dramática; estamos mergulhados no caos social. É louvável que tente combater a ilegalidade, mas, ao mesmo tempo, é preciso que se criem alternativas para a sobrevivência das famílias” (DIÁRIO DO PARÁ, 2016). A territorialização das madeireiras no Marajó das Águas e Florestas implicou em graves impactos na dinâmica social, econômica e ambiental da região. Para além de constatações simplistas e reducionistas que acenam para o ciclo econômico da madeira como auge da Capital das Ilhas, maneira como o município de Breves é conhecido, foi acompanhado, para essa narrativa do empresariado local, como uma época de auge, de progresso e crescimento econômico em contrapartida os impactos socioambientais foram intensos interferindo diretamente na dinâmica socioespacial das populações das águas e das florestas.

O saque do meio ambiente amazônico tem contribuído para o crescimento econômico, mas, sobretudo, provocando grandes transformações de ordem socioespacial. São implicações resultantes da política de integração regional e desenvolvimento de mercado engendrada desde os anos de 1960 por intermédio da implantação de projetos econômicos com escala global de mercado (madeira, minério e grãos). Sendo assim, as empresas multinacionais, incentivadas pela política econômica do governo federal, instalaram-se na região imprimindo outra paisagem. Na ilha do Marajó isso se potencializa, por se tratar de territórios com densidade de rios e matas e com maiores dificuldades de instalação de “células de produção”, denominação da arquitetura das madeireiras que envolvem instalações para administração, produção, geração de energia e comercialização/transporte. Essa cadeia produtiva é complexa e se espacializa nas áreas de florestas e águas da região. Em tal situação, as relações sociais com o território que presumem moradia, trabalho, saúde e cultura são potencialmente desestruturadas. Isso quer dizer que a desterritorialização impactou e impacta nos modos de vida e condições de

moradia e trabalho de comunidades ribeirinhas em que suas territorialidades e suas especificidades são profundamente modificadas.

Na lógica da expansão econômica, as comunidades ribeirinhas, historicamente rejeitadas e invisibilizadas, vivem realidades sociais complexas de modo que a abordagem decolonial tem a tarefa política, analítica e metodológica de investigar as condições político-econômicas de produção de riqueza e concentração de renda como também instituidoras e inerentes à reprodução da extrema pobreza, perfazendo a contradição social instalada na região. Os fatos históricos da expansão de grandes empreendimentos madeireiros dão pistas para, com base nos atores sociais e econômicos, construir reflexões que permitam entender as relações de poder concomitantes ao avanço da mobilidade do capital para produção da riqueza. Desse modo, a hipótese de que o quadro de pobreza é natural da região é ideologicamente imposta para manutenção das estruturas de dominação e exploração. Ao contrário, o processo de reprodução da exclusão social é uma questão histórica, colonial e assume patamares mais complexos na contemporaneidade, constatada pelo aprofundamento das desigualdades sociais, políticas, econômicas, de segurança e saúde, gerando extrema pobreza, como se verifica nos municípios da região onde a atividade madeireira assumiu protagonismo de mercado internacional, na qual a natureza, nesse caso, foi e é vista como recurso para gerar bens e serviços. Em outro patamar, a natureza com seus rios, matas, fauna e flora compõem o plano da vida de grupos sociais diversos e multiculturais, como é a vida ribeirinha. Trata-se do código de existência da maneira de estar e ser no mundo ribeirinho, que, por sua vez, implica sociabilidade, afetividade e inteligência social. Portanto, o equilíbrio e a devida preservação e relação com o meio ambiente é essencial e devem ser praticados como condição de sobrevivência.

Essas comunidades se caracterizam por estabelecer com o território uma relação de práticas ecológicas e de forte vínculo social com as famílias. Entretanto, as mudanças geradas pela desestruturação socioespacial ocorridas na região marajoara, causada pelo ciclo da madeira, configuram um novo cenário, onde se observam as dificuldades que as famílias encontram em razão do quadro de profunda mudança no território. A saída das empresas madeireiras que

atuavam na região, compondo um ciclo de acumulação capitalista e impactos socioambientais, só reforça o descaso dos poderes públicos com a realidade social instalada: desorganização espacial das relações sociais pré-existentes. Desse modo, as mudanças socioespaciais que vêm ocorrendo na região, em virtude da instalação de projetos econômicos de capital nacional, têm gerado uma diversidade de impactos socioambientais. Por estas considerações é possível inferir que as mudanças estruturais no ambiente vieram caracterizar novos modos de vida relacionados às práticas “urbanizadas” ou globalizadas. Essa nova forma de organização espacial e territorial implica mudanças que, por sua vez, geram problemas na vida dos ribeirinhos. As causas são intencionais provocadas pelo contexto em que se insere a Amazônia, na qual convivem no mesmo espaço populações ribeirinhas e empresas de alta tecnologia nacional e multinacional. São espaços de tensionamentos e disputas territoriais, geradores de conflitos e múltiplos impactos socioambientais – frutos da modernidade que barbariza e desumaniza relações.

Presencia-se contextos de racismo ambiental e étnico, promotor de desigualdade social e cultural na medida em que os grupos sociais são invisibilizados, considerados intrusos em seu próprio território. Por isso, o território, conforme Cocco e Barbosa (2007, p. 96) está “atravessado por temas locais e globais”, mas também por temas ligados ao emocional, social e cultural, ou seja, trata-se da emergência dos enfoques sobre o território como espaço de articulação de relações políticas, sociais, econômicas, emocionais e atuação de sujeitos locais com interesses no desenvolvimento local e aqueles que visam a dinâmica econômica internacional. Para Miranda, Barcellos e Moreira (2008, p. 31), a dinâmica da globalização “tem produzido a aceleração dos ritmos de vida, conexões mundiais das esferas de produção”. Os territórios são palcos de conflitos entre grupos que se apropriam de benefícios e outros que arcam com danos à organização social tradicional, à saúde e ao ambiente. Desse modo, a primeira tarefa dos estudos de pesquisa sobre as relações entre ambiente, território e (re)produção da extrema pobreza é reconhecer os atores sociais e econômicos e suas formas de atuação, resistência e apropriação do território, que podem ser mobilizadas para garantir os interesses dos projetos em disputa.

2 Vilas mortas ou comunidades ribeirinhas que (r)existem? O território continua em disputa

Quando se navega pelo rio Parauaú³, avistam-se crianças tomando banho no rio, mulheres lavando roupa, homens pescando, outros passando de canoas com açaí “tirado” das palmeiras das várzeas, barcos com estudantes indo para as escolas, “rabetas”⁴ trafegando nas mais diversas direções e muita sociabilidade na beira do rio. É nesse cotidiano que a vida é produzida socialmente. Os modos de vida às margens dos rios, furos, iguarapés, das várzeas e florestas densas são marcados pelas contradições entre a força da sociobiodiversidade marajoara e a extrema desigualdade social no cotidiano rico e exuberante. Metodologicamente, dialogando com a perspectiva decolonial, o lugar da enunciação como encarnado na vida integral é amplo e envolve processos territorializados em ambientes e contextos plurais, cujo conhecimento e estudo são fundamentais para o efetivo resgate da memória das populações ribeirinhas para uma escrita autobiográfica das múltiplas cosmovisões. Os processos de existências e as experiências neles contidos estão associados às formas de produção de conhecimento sobre si e sobre o mundo, superando a colonialidade do ser e do saber (QUIJANO, 2005; BALLESTRIN, 2013; GROSGOUEL, 2010). É na maneira como o ribeirinho compreende a sua existência que as condições de vida e de reprodução social se estabelece e transforma. Neste sentido, estar com as comunidades é uma forma de pensar “com” e não “para” as comunidades ribeirinhas, implicando em alteridade, diferenças e conexões com multiplicidade de mundos, conhecimentos e formas de conceber. Uma abordagem sempre plural, diversa e complementar, sem hierarquia e níveis de importância.

³ O rio Parauaú está localizado na foz do rio Amazonas, à margem esquerda da cidade de Breves. É um rio importante para a dinâmica geomorfológica do município e um dos que compõem o labirinto hídrico que é a lia do Marajó, e o arquipélago, uma região rica em sociobiodiversidade composta pela maior e mais complexa malha de ilhas fluviomarítimas do mundo. O rio Parauaú, com águas profundas, faz parte dessa malha, de fluxos que conforma um território-rede. Sua força é composta por recursos biológicos, aspectos culturais, vetores econômicos e identidade social. É por ele atravessam memórias, histórias, resistências e lutas.

⁴ Pequenas embarcações de madeira com motor próprio, comuns na região.

A abordagem da história social implica em valorizar os relatos dos atores sociais e as imagens produzidas nesse processo de percepção do real em movimento, sinalizadas no início deste item do artigo, que são simultâneas e contrastam com as muitas imagens de barracões e galpões das madeireiras vazios, desgastados pelo tempo, portos de embarcações em decadência e casas de alvenaria grandes, verdadeiras “mansões” bem diferente das casas da beira do rio que ocupam as margens do rio Parauaú. Essas “caveiras” como são chamadas as antigas estruturas (casa, fábrica, porto e gerador) são rastros da destruição e do racismo ambiental no Marajó. São marcas do processo desigual que a economia madeireira foi responsável. Também são conhecidas como “vilas mortas”, cuja percepção representa o fim da vila que era considerada uma mini-cidade e detinha infraestrutura mínima de urbanidade para a lógica do capital a custo da desestruturação dos espaços pré-existentes.

A reprodução da desestruturação socioespacial pela apropriação dos recursos naturais pelas estratégias globais da mobilidade do capital explica o contexto de expansão do setor madeireiro em áreas da periferia do sistema capitalista. A esse respeito, a Amazônia marajoara assume legados resultantes da atuação da Região Amazônica e do Brasil como a “primeira grande empresa colonial” (FURTADO, 2003) aliada à ordem econômica mundial dos séculos XVI e XVII, sustentada pela monocultura de exportação, propriedade privada e sociedade escravista e que se estendeu aos séculos XVIII e XIX. As sociedades amazônicas, e de um modo geral também a sociedade brasileira, mantêm elementos centrais da colonização que colaboram para a permanência e reprodução da desigualdade social como corolário do modelo de desenvolvimento econômico. Só assim pode-se explicar a coexistência vis-à-vis de altas tecnologias de produção, setor financeiro avançado, operações com grandes produtividades e logística de infraestrutura sofisticada numa região com grande concentração de água e floresta com extrema pobreza, degradação ambiental e agravamento de sofrimento social como ocorre no arquipélago do Marajó.

Às margens do Parauaú e na densidade das várzeas, nota-se a expansão da desigualdade social no território marajoara e, ao mesmo tempo, percebe-

se a vitalidade ribeirinha forjada na (re)existência (PORTO GONÇALVES, 2001) de grupos sociais e comunidades locais que continuam vivendo na “beira do rio”. A vida continua resistindo mesmo diante dos sinais de destruição do passado e do presente, o que faz do futuro tão desafiador na medida em que o quadro de desigualdade tende a se agudizar, mas não sem o enfrentamento dos povos das águas que, cotidianamente, florescem com ideias, novas experiências e saberes, que reforçam pertencimentos para uma unidade que produz autodesignação como atores sociais (PORTO-GONÇALVES, 2003).

O território educa e politiza (CARMO, 2010) e é gerador de sujeitos de direitos com plena consciência da sua existência como ato solidário e político. Valorizar o conhecimento produzido por essas comunidades é ato de reivindicação dos direitos historicamente negados por uma política de favorecimento dos poderes dos grupos econômicos, por cultura assimilacionista e racista e por um saber científico dominante. O saber local é forjado no território, portanto a sua base é a relação homem-natureza, constituindo códigos, racionalidades, saberes, identidades, trabalho, memória e, principalmente, vida. As condições de vida são oferecidas pela própria natureza e pela socialização em contextos comunitários. Nesta perspectiva, os rios e suas “estradas” e “ruas” são bases materiais e imateriais. Isto implica em entender a dinâmica hídrica na vida destas populações: as localidades são denominadas pelos nomes dos rios, furos, braços; as casas são construídas sobre os rios ou perto deles; o tempo se faz pela sazonalidade dos rios e sociabilidade, romances e comércio têm nos rios suas nuances.

A participação dos membros enquanto vetor de integração e mobilização são marcadores desse tempo-espço, percebidos na forma de organização social dos grupos e comunidades forjadas nessa região (BARROSO, 2010). Os modos de vida e o sistema de trabalho revelam que a cooperação se constitui elemento de mobilização e de afirmação da identidade coletiva que pressupõe pertencimento social. Isso se deve a uma importante história cultural na região. A condição de trabalho e de segurança alimentar, bem como de atividade de comércio podem ser referenciados pelas ações históricas do homem do Marajó com o ecossistema. Cornetta (2016) ressalta essa simbiose e suas tecnologias:

Grosso modo, esse processo histórico característico da formação territorial da Amazônia deu origem a um campesinato de várzea, cuja reprodução de seus territórios tem se baseado no uso múltiplo dos recursos, envolvendo agricultura, pesca, extrativismo de recursos florestais, caça, criação de animais de pequeno porte, além da bubalinocultura e do gado bovino, criados em pequena escala (CORNETTA, 2016, p. 94).

Reside aí um eixo reflexivo do projeto de extensão, quando se resgata com a perspectiva da história social, numa abordagem da micro-análise que valoriza o sujeito social em suas múltiplas relações, dentre as quais a organização e participação social são destaque (REVEL, 1998). O resgate e a afirmação da ancestralidade de códigos, de memórias, símbolos que revelam o cuidado, a contemplação e a inteligente relação do homem com a natureza, seu habitat, sua vida, suas relações sociais, diferentemente da relação de mercado e lucro que se constrói na dinâmica atual. O que se observa é uma importante inferência dos “registros histórico-geográficos que evidenciam uma ancestralidade anterior à colonização europeia, uma cultura que se faz presente nas populações amazônicas de hoje” (CORNETTA, 2016, p. 92). Para este autor, trata-se de uma cultura milenar que influencia, materializa-se e reatualiza-se nas relações sociais e que se contrapõe aos novos atributos que são gerados para natureza como recurso monetário e estoque de matéria-prima (“negócios ambientais”; “serviços florestais”). As comunidades marajoaras rejeitam essa imposição do mercado e buscam continuar sendo o que são: povos das águas e das florestas que dependem da floresta em pé e dos rios vivos.

No Marajó, essa realidade socioecológica se potencializa, por se tratar dos territórios das águas e florestas. Em tal situação, as relações sociais com o território presumem moradia, trabalho, educação, saúde e cultura, dentre outros aspectos. Isso quer dizer, que as políticas sociais para esse território devem ser espacializadas respeitando as territorialidades e suas especificidades. Por outro lado, sabe-se que, no geral, as políticas públicas são concebidas e implementadas considerando o contexto predominantemente urbano como referência (modernidade/colonialidade). Nesse caso, é fundamental, descentrar o eixo de atuação destes serviços, vis-à-vis à dinâmica social, organizativa e histórica dos grupos socialmente diferenciados “do lugar dos de baixo”. Essa

é a luta central do beiradão que constitui sua (r)existência: direitos territoriais, sociais e culturais para garantir a sua permanência, com dignidade, no rio Parauaú. A esse respeito, o depoimento de uma adolescente ribeirinha, após perguntada como está a vila agora, é bem expressivo e revela o sentimento e a percepção sobre o quadro atual: *[A comunidade] não acabou, só a empresa.*⁵

Neste contexto de territórios em disputa pelos recursos naturais e hegemonia do mercado, os moradores do beiradão buscam ampliar os processos de organização e participação social para que continuem tendo direitos mesmo após a saída das empresas madeireiras que atuavam na região, compondo um ciclo de acumulação capitalista e impactos socioambientais. Dessa forma, a apropriação e o conhecimento dos seus direitos na relação com o meio ambiente é vital para uma cidadania plena como garante a Constituição Brasileira de 1988: o direito humano a um meio ambiente equilibrado e adequado ao bem-estar da sociedade.

Diante dessas transformações socioeconômicas e políticas, busca-se com o enfoque socioambiental construir com as comunidades envolvidas: formas de ampliação de participação social diante dos cenários e tendências da realidade da Amazônia Marajoara no atual contexto de desigualdade social e riscos ambientais e projetar ações edificantes para distribuição eficaz da política social como direitos territoriais atribuídos às populações ribeirinhas. Esses grupos socialmente diferenciados atuam em coletivos formados por redes de parentesco que, por seu envolvimento e integração, revela o nível de participação dos membros. Isso dá elementos para a potencialização da organização social, pois pressupõe uma participação ativa e determinante para que se alcance uma condição de sujeito político de direitos, inserido em rede de solidariedade e que os membros dessa mobilização construam repertórios para fortalecer esse apoio do coletivo e atuação propositiva, formativa e somativa, considerando os intensos processos de desestruturação social em que estão inseridos. Busca-se superar ações e políticas coloniais com fins de “codificar e hierarquizar a humanidade em superiores e inferiores” (QUIJANO, 2005,

⁵ Relato feito durante os trabalhos em grupo desenvolvido na II Oficina “Quem somos? E o que mais queremos ser?”, ocorrida em abril de 2019.

p. 119) com base na autodeterminação dos povos originários da floresta e de suas ancestralidades somada a força política, social e cultural, portadora de organização comunitária e saberes territoriais.

Uma política de saúde centrada na singularidade é fundamental para a região e é um dos aspectos urgentes para a dignidade dos povos. Observa-se que os determinantes sociais de saúde acenam para uma vulnerabilidade socioeconômica e revela “uma carência de políticas públicas dirigidas a corrigir a crítica situação dos baixos índices da presença de fossa séptica, rede geral de esgotos, ausência de coleta de lixo e a limitada rede de distribuição de água” (SILVA; AMIN; NUNES, 2015, p. 304).

Bôas e Oliveira (2016) fizeram uma revisão da literatura sobre a saúde de comunidades ribeirinhas na região Norte. Os autores apontam que os determinantes sociais de saúde explicam aspectos de isolamento territorial e acesso limitado aos cuidados, constituindo um grupo com demandas peculiares ao sistema oficial de saúde (BÔAS; OLIVERIA, 2016). Completa essas reflexões o fato de que essa região sofre ainda as consequências da expansão do modelo capitalista de extração e beneficiamento de arroz, borracha e, principalmente, madeira, alterando a dinâmica do ecossistema local (devastação, desmatamento, queimadas, poluição dos rios, desterritorialização de comunidades, insegurança alimentar e ataque à sociobiodiversidade) e afetando diretamente a saúde ambiental da região e, por conseguinte, a saúde humana que está determinada por múltiplos aspectos complexos e sistêmicos (fatores físico-químicos, biológicos, econômico-sociais e psicológicos).

O desenvolvimento desigual é historicamente marcado pela extração de riquezas e espacialização de desigualdade social que se reproduz numa estrutura socioambiental e econômica enraizada no poder local como ingerência do mercado internacional como aconteceu e acontece com a Amazônia via grandes grupos e megaempreendimentos extrativistas e de infraestrutura (BRANDÃO, 2012; CASTRO, 2012; CARMO, 2010). Ainda no Brasil, as zonas rurais têm a maior concentração de mortalidade infantil, de incidência de endemias, de insalubridade e de analfabetismo, caracterizando

uma situação de enorme pobreza decorrente das restrições ao acesso aos bens e serviços indispensáveis à vida (BRASIL, 2019).

Há doenças intimamente relacionadas com o campo e floresta: malária, febre amarela, doença de Chagas e leishmaniose. Na Amazônia está a maior concentração dessas doenças (99,3%), e os dados de 2010 acenam para uma concentração de esforços nessa região (BRASIL, 2019). Em muitos municípios há casos de malária, raiva e doenças de chagas, por essa razão, a mesorregião do Marajó é considerada endêmica. A alta exploração de recursos naturais e o desmatamento nos anos 2000 cooperam para a manutenção, considerando que os impactos socioambientais são danos irreparáveis, irreversíveis e se prolongam no tempo-espaço social.

A especificidade dos territórios da Amazônia requer abordagens diferenciadas que fogem da visão geral e assimilacionista que padroniza e enquadra. Reside o novo com suas muitas possibilidades para as Amazônia(s), como se referem Castro e Acevedo (1990), como espaços de inovação social. E as comunidades e povos das águas e florestas são sujeitos de ação política. Tem sido essa a prioridade na organização social da Associação dos Moradores com objetivo de informação, formação, organização para luta e (r)existência no contexto de acirramento dos conflitos, disputas e negação de direitos.

Considerações finais

A grande vulnerabilidade social da região marajoara, amplamente divulgada nas diversas mídias, desafia a sociedade amazônica e, em especial, a gestão pública, as academias e os institutos de pesquisa. Para superar a naturalização e simplificação deste tema, alguns cuidados são relevantes. Qualquer iniciativa para compreendê-lo exige análises combinadas e decoloniais que envolvam processos históricos e desafios contemporâneos, ambos marcados por uma sociedade predominantemente ribeirinha e agroextrativista integrada, pela via do mercado, ao mundo globalizado. Assim ocorreu com a territorialização da madeira na Amazônia marajoara

cumprindo a agenda do modelo de desenvolvimento econômico com expansão produtiva e demográfica, somada à concessão de subsídios favoráveis à exploração predatória de madeira e apropriação privada do território que, por sua vez, provocou a desestruturação socioambiental do espaço social, afetando comunidades e povos tradicionais.

É nessa direção de mudanças econômicas e sociais como resultados do modelo de desenvolvimento imposto à Amazônia é marcado pela “modernização conservadora” (TAVARES, 1999), aprofundamento da injustiça social e produção de impactos socioambientais. Ou seja, a integração efetiva e permanente da região à dinâmica financeira e de mercado como fornecedora de recursos naturais, mão de obra em abundância e subsídios do Estado está diretamente relacionada com os processos de exclusão social, mas que se justifica pelos padrões de consumo e estilos de vida da sociedade urbano-industrial e colonial incompatíveis com a dinâmica de vida dos povos da floresta e perfeitamente compatível com o paradigma de acumulação capitalista, um padrão histórico desde os processos coloniais de ocupação e domínio da região (PORTO-GONÇALVES, 2001).

Isso demonstra que esses grupos socialmente diferenciados são por vezes negligenciados pelo desenvolvimento desigual (MADEIRA, 2014) que tem rebatimentos para a vida social e econômica destes grupos como se atesta com o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) na Região Amazônica onde se concentra os menores índices no Brasil. Ainda que se faça crítica à forma com a mídia trata o tema do IDH na região pelo viés do sensacionalismo e com pouca ou quase nenhuma profundidade no trato das causas desses processos que remetam à exclusão social e histórica e à alta concentração de renda, há de se considerar que os problemas são gravíssimos e não se pode esperar por uma ação isolada do Estado, que vem se mostrando com limitações para tratar do assunto à altura da sua necessidade e urgência diante dos impactos socioambientais de desmatamento, poluição, migração, criminalidade, prostituição, mendicância como eixos de produção de exclusão socioespacial e materializada nos municípios com menores índices de desenvolvimento humano do país (Afuá, Anajás, Bagre, Breves, Cachoeira do Arari, Chaves,

Curralinho, Gurupá, Melgaço, Muaná, Ponta de Pedras, Portel, Santa Cruz do Arari e São Sebastião da Boa Vista). O quadro nesses municípios é basicamente: 50% da população apresentam renda per capita inferior a meio salário mínimo; aumento da pobreza, violência, exploração sexual de crianças e adolescentes, o que de, certa forma, está diretamente relacionado com avanço do tráfico de drogas e de pessoas (IBGE, 2010).

Neste sentido, o contexto da análise se dá pela compreensão de que as populações ribeirinhas e agroextrativistas da Amazônia marajoara têm no território uma forte identidade com a produção da vida. Esta forma de percepção está relacionada com suas reais condições de vida, desde a sua dimensão biológica, emocional, cultural, passando pela organização social, produção e consumo de alimentos até o desenvolvimento de um saber local. Essa rede de conhecimentos, experiências, mobilização e participação pode ser potencializada com aprofundamento da organização social em associações de moradores, cujas primeiras iniciativas apontam para a urgência dessa ação política para aglutinar esforços e pensar melhor as estratégias de ação política com apoio de outras instituições do campo democrático-popular.

Este quadro ilustra a realidade da Amazônia marajoara do ponto de vista conjuntural e estrutural. Está-se diante de um cenário de concentração de renda e privilégios para os proprietários e empregadores do sistema local de poder que reproduz as desigualdades socioambientais e injustiças promovidos pelo metabolismo social do capitalismo global que representa o modelo hegemônico de desenvolvimento econômico e tecnológico. Autores acenam para uma análise crítica de que “lógicas de mercado em sociedades com déficit democrático, desigualdades e discriminações sociais, ambientais, étnicas e raciais possuem baixos padrões de segurança e proteção ambiental” (CASTRO, 2012) onde se contabiliza o custo da destruição da vida e do meio ambiente para interesses do capital financeiro.

Portanto, a globalização “tem produzido a aceleração dos ritmos de vida, conexões mundiais das esferas de produção e consumo, bem como a perda de identidade com os lugares” (MIRANDA; BARCELLOS; MOREIRA, 2008, p. 31). Os moradores das vilas madeireiras, em sua maior parte, são oriundos

de outras localidades da região trazidas pelo movimento migratório da mão de obra em razão do processo de pauperização presente da região derivado da alta concentração de renda e das poucas oportunidades de ocupação em relação às novas dinâmicas do mercado, somada à ausência das políticas sociais sob a responsabilidade do Estado.

O território vivido no rio Parauaú, disputado e gestado pelos atores sociais requer estratégias e formas de organização social. Nesta direção, o território pressupõe movimento, mudança, e, portanto, tem na sua gênese a ideia de rede. Território e redes se constituem, complementam-se. E as redes de organização social, provocadas pelas iniciativas de formação de associação de moradores, têm conseguido atravessar os territórios das comunidades do beiradão para forjar formas de ampliação de participação social com o intuito de fortalecer a força social e política, identificando pontos, malhas e nós que possam aglutinar estratégias e agendas de ações políticas com foco na cultura de direitos. Entender essa realidade em sua complexidade envolvendo meio ambiente e direitos sociais é fundamental onde a participação social como princípio educativo, social e político (GOHN, 2008) se faz com as comunidades e grupos sociais atingidos e ameaçados. A participação social educa quando leva o cidadão a refletir como sujeito da sua história e aguça a sua inteligência diante dos problemas que ele enfrenta, mas, ao mesmo tempo, que ele próprio possa colaborar para solução. A dimensão social da participação está na aglutinação, na formação de coletivos em unidade situada nos valores da cooperação e solidariedade. E, a participação social tem na dimensão política, o caráter do poder da intervenção, da tomada de decisão na ação coletiva. Destacando que a justiça social, na linha de reflexão da justiça ambiental, visa melhores condições de vida e de trabalho. Nesse sentido, a justiça social busca o reconhecimento das diferenças das desigualdades e as questões da redistribuição de bens ou direitos.

Para tanto, a capacidade de resistência é fundamental e a mesma é construída historicamente com base na organização de grupos na busca pelo reconhecimento das suas demandas e especificidades com vistas à transformação das relações que já foram construídas na sociedade e à implantação de novas

possibilidades mais democráticas e socialmente mais justas. Para além disso, há uma questão operacional crucial para o alcance dessa racionalidade ambiental democrática que enfrente os desafios do ambiente pautados na sociobiodiversidade amazônica: valorização dos modos de vida, dos saberes e das formas de organização social do povo das florestas e das águas.

Referências

BALLESTRIN, L. América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 11, maio/ago. 2013. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-33522013000200004>. Acesso em: 12 ago. 2013.

BARROSO, S. C. *Organização sócio-política nas comunidades ribeirinhas em Maués/AM*. 2010 UFAM, 2010. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2010. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/bitstream/tede/2669/3/organiza%c3%87%c3%83o%20sociopol%c3%8dtica%20nas%20comunidades%20ribeirinhas%20de%20mau%c3%89s.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2019.

BÔAS, L. M. da S. V.; OLIVEIRA, D. C. de. A saúde nas Comunidades ribeirinhas da região norte brasileira: revisão sistemática da literatura. *Atas - Investigação Qualitativa em Saúde*, v. 2, p. 1386-1395, 2016. Disponível em: <https://www.proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2016/article/view/896/0?source=/index.php/ciaiq2016/article/view/896/0>. Acesso em: 04 jun. 2019.

BRANDÃO, C. A. *Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global*. 2ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Gestão da Educação na Saúde. Política Nacional de Educação Permanente em Saúde: o que se tem produzido para o seu fortalecimento? 1. ed. rev. Brasília: Ministério da Saúde, 2018. Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta (PNSIPCF). Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_educacao_permanente_saude_fortalecimento.pdf. Acessado em: 03 jun. 2019.

CARMO, E. D. *O território educa e politiza na(s) Amazônia(s): os processos socioculturais da comunidade nova vida e as dinâmicas de expansão industrial em Barcarena*. 2010. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

- CASTRO, E. Amazônia na encruzilhada: saque colonial e lutas de resistências. *In*: CASTRO, E (org.). *Territórios em transformação: saberes, rupturas e colonialidade*. Belém: NAEA, 2017. p. 65-80.
- CASTRO, E. Expansão da Fronteira, megaprojetos de infraestrutura e integração sulamericana. *Caderno CRH*, Salvador, v. 25, n. 64, p. 45-61, jan./abr. 2012.
- CASTRO, E. (org.). *Cidade na Floresta*. São Paul: Annablume, 2008.
- CASTRO, E. Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais. *In*: DIEGUES, A. C. (org.). *Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos*. São Paulo: Annablume; Nupaub-USP, 2000. p. 165-182.
- CASTRO, E. & ACEVEDO, R. (Orgs) *Amazônias em tempo de transição*. Belém, Unamaz, Coleção Amazônica, 1990.
- COCCO, G.; BARBOSA, M. J. Trabalho e natureza na Amazônia. *In*: COCCO, G. *et al.* (org.). *Gestão local e políticas públicas na Amazônia*. Rio de Janeiro: E-Papers, 2007. p. 28-40
- CORNETTA, A. Direitos territoriais nas várzeas de Breves, Marajó: novos usos da floresta e distintas percepções sobre o ambiente. *Novos Cadernos NAEA*, Belém, v. 19, n. 2, p. 89-114, maio/ago. 2016.
- FURTADO, C. *Formação Econômica do Brasil*. 32ª edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2003
- GOHN, M. da G. Abordagens teóricas no estudo dos movimentos sociais na América Latina. *Caderno CRH*, Salvador, v. 21, n. 54, p. 439-455, 2008.
- GROSGOUEL, R. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. *In*: SANTOS, B. de S.; MENEZES, M. P. (org.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra, Portugal: Cortez, 2010.
- IBGE. *Censo demográfico 2010 e Mapa de Pobreza e Desigualdade dos Municípios Brasileiros*. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 18 abr. 2018.
- LEÃO, D. do S. de S. O Porto em Narrativas: Experiências de Trabalhadores, Moradores e Freqüentadores da Área Portuária de Breves-PA - (1940-1980). Belém: GAPT/UFGA, 2017.
- LOUREIRO, J. de J. P. “O mundamazônia é um mundo dentro do mundo”. Disponível em: <http://baronesilva.blogspot.com.br/2010/12/6393-escritores-da-guiana.html>. Acesso em 30 jan. 2018.
- LOUREIRO, V. R. Amazônia: uma história de perdas e danos, um futuro a (re) construir. *In*: Estudos Avançados, São Paulo, n. 16, v. 45, 2002.

- MADEIRA, W. do V. Plano Amazônia Sustentável e desenvolvimento desigual. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-753X20140003000003&script=sci_abstract&lng=pt. Acessado em 27 jan. 2019.
- MIRANDA, A. C.; BARCELLOS, C.; MOREIRA, J. C. *Território, ambiente e saúde*. Rio de Janeiro: Editoran Fiocruz, 2008.
- MILANEZ, B.; SANTOS, R. S. P. Minería en Brasil: problemas, perspectivas y desafíos. In: GANDARILLAS, M. A. (org.). *Extractivismo: nuevos contextos de dominación y resistencias*. Cochabamba: CEDIB, 2014. p. 133-154.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. A geograficidade do social: uma contribuição para o debate metodológico sobre estudos de conflito e movimentos sociais na América Latina. In: SEOANE, J. (org.). *Movimientos sociales y conflicto en América Latina*. 1ªed. Buenos Aires: Clacso-Osal, 2003. p. 261-277.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. *Amazônia, Amazônias*. São Paulo: Contexto, 2001.
- QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas*. Tradução de Júlio César Casarin Barroso Silva. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 107-130.
- REVEL, J. *Jogos de Escalas: a experiência da micro-análise*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- SANTOS, B. de S.; MENEZES, M. P. (org.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Cortez, 2010.
- SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A. de; SILVEIRA, M. L. *Território: Globalização e Fragmentação*. São Paulo: HUCITEC/ANPUR, 1996.
- SARRAF-PACHECO, A. *À margem dos “Marajós”*: cotidiano, memórias e imagens da “Cidade-Floresta”? Melgaço-Pa. Belém: Editora Paka-Tatu, 2006.
- SILVA, F. C. da; AMIM, M. M.; NUNES, S. F. (org.). *Sustentabilidade dos Municípios da Amazônia*. Belém: Editora NAEA/UFPA, 2015. (Coleção Formação Regional da Amazônia).
- TAVARES, M. da C. Império, Território e Dinheiro. In: FIORI, J. L. (org.). *Estados e Moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1999. p. 18-32
- TRINDADE JR., S.-C. C. da T. A Cidade e o rio na Amazônia: mudanças e permanências face às transformações sub-regionais. *Revista Terceira Margem Amazônia*. São Paulo, v. 1, p. 171-183, 2012.

PARTE IV

Agriculturas, disputas e estratégias



Questão agrária: configurações de disputas de modelos de agricultura

Delma Pessanha Neves

Introdução

Para analisar a questão proposta no título do artigo, diversos caminhos poderiam ser seguidos. Alguns deles bastante recorrentes, como a consideração analítica da distinção de formas de exercício prático das atividades produtivas, distinção que geralmente leva em conta os significados referenciadores de ações e condições de apropriação dos recursos naturais para fins produtivos e reprodutivos.

De um lado, práticas produtivas adotadas por empresários agrícolas e pecuaristas não abarcados pelas distinções atribuídas aos coadjuvantes agentes produtivos do *agronegócio*, termo atribuído a setores agroexportadores. Todos, de qualquer modo, empresários orientados por princípios capitalistas de produção, isto é, praticando diferenciadas formas de objetivação de princípios capitalistas de exploração e referenciados, em dimensões mais abstratas, aos interesses da reprodução do capital. Mesmo que caricaturalmente, supõe-se que agentes do *agronegócio* devam se fazer dotados de conhecimentos orientados por reatualizações de saberes técnicos, incorporados, mais destacadamente, por integração de instrumentos mecanizados e insumos agroquímicos. Na aplicação desses princípios, a terra, especialmente para o segundo segmento de empresários, está, antes de tudo, concebida e consumida como mercadoria.

De outro lado, elencam-se modalidades que salientam, associadamente, dimensões temporais e espaciais da apropriação produtiva,

reconhecimento e referência que, exaltados, qualificam especificidades e utilidades dos recursos naturais. Pelos casos comumente estudados, enfatizam-se desempenhos dos detentores de saberes na estruturação de práticas interdependentes e de fundamentação mais situacional ou locais. Os mais reconhecidos são menos identificados por especificidades produtivas e mais por categorizações indicativas de posições sociais: indígenas, quilombolas, ribeirinhos, geraeszeiros, pescadores artesanais, entre outros. Todos estes são geralmente praticantes de agroextrativismo, mesmo que efetivamente haja intercruzamentos com posições qualificadas como *agricultores familiares*, *camponeses* ou *pescadores artesanais*. Os termos de identificação situacional demarcam propriamente modos de vida e correspondentes estratégias de utilização da terra e demais recursos naturais. As distinções, por conseguinte, nem tanto expressam radicais diferenças de práticas de produção e trabalho, mas formas de territorialização, de inserção em mercados locais ou regionais e de sociabilidades fundamentais à reprodução social, encapsuladoras da produtiva.

Há também reconhecidos casos de praticantes de agricultura complementar a outras atividades produtivas não agrícolas, cujos trabalhadores se orientam por certa mobilidade espacial, correspondente à busca de novas fontes de oferta de recursos e rendimentos. Desenvolvem, em geral, cultivos de ciclo curto, diretamente orientados para a imediata subsistência do grupo doméstico. A associação de diversos vínculos produtivos, nesses termos, não implica afastamento pleno da atividade agrícola, até porque, em grande parte, os cultivos são praticados por apoio do trabalho familiar. Os membros produtivos que constituem o grupo doméstico cooperam na composição do rendimento auferido por todos.

Entre alguns desses dois últimos citados modelos de agentes produtivos, os princípios de apropriação de recursos naturais são reconhecidamente pautados por maior ou menor valoração ou referência prática e reprodutiva da biodiversidade, diferentemente de atitudes embasadas no pressuposto que conhecimentos e recursos tecnológicos refundam os situacionais

recursos naturais.¹ Tais princípios de distinção são mais bem concebidos por embates em campos sociais, de dimensões variadas, que configuram disputas políticas e ideológicas concernentes aos modelos de práticas agrícolas. Por essas razões, o caminho mais imediato de reconhecimento de distinção de modelos de objetivação da agricultura ou agropecuária, como anteriormente, melhor qualificando, caricaturei, não devem ser entendidos tão somente pelas dimensões enfocadas. Eles se constroem e operam por concorrência de demonstrativas e legítimas referências. Na absolutização inerente ao embate de projetos produtivos e de correspondente construção da sociedade: – uns valorativos da sustentabilidade da vida animal e da natureza e da reprodução humana; – outros objetivando e idealizando práticas pautadas no uso intensivo de instrumentos mecanizados e agroquímicos e na minimização de custos, especialmente os correspondentes ao pagamento de mão de obra.

Paralela ou complementarmente a esses embates fundamentados em princípios de distinção analítica, há valoração de vertentes de compreensão de muitas das posições imediatamente citadas, todavia levando em conta parâmetros interpretativos que colocam em relevo os *camponeses*. Neste caso, menos que tão somente produtores, eles referenciam e atualizam tradicionalidades da prática da policultura e da restrita criação de animais, volume de produção que, segundo o modelo, tende a se coadunar com mercados locais ou regionais. A destinação dos produtos agrícolas tangencialmente é referenciada por demandas de mercado, posto que boa parte deles é absorvida por autoconsumo produtivo e improdutivo.

Por essa vertente distintiva, elege-se, em certos casos por complementaridade, em outros por contraponto, o reconhecimento de *agricultores familiares*, organizados então por orientação mercantil dos cultivos, cuja situação limite corresponde a práticas de monocultivo ou especialização agrícola.

Evidentemente que as referências por mim apresentadas são, como sucintamente não poderiam deixar de ser, absolutizadas ou simplificadas.

¹ Para efeitos de conhecimento aproximativo de algumas dessas diversidades de modos de produção e trabalho, exemplifico: Godoi, Menezes e Marin (2009).

Mas assim expostas, elas qualificam os sentidos que vou construindo na elaboração deste texto, facilitando o reconhecimento dos objetivos que a ele atribuo. Convidada a compor as exposições constituintes da mesa redonda *Agriculturas em disputa, territórios sociais e étnicos sob ameaças*, assumi a pertinência acadêmica e política do tema, delimitando linhas de reflexão que reivindico perpassantes das anunciadas problemáticas em jogo.

Como fator de produção fundamental à viabilização da diversidade de práticas agrícolas dependentes do uso do solo, as condições de controle da terra assumirão centralidade na análise aqui exposta. Considero então os investimentos concorrenciais, tais como aludidos pelo título proposto para a mesa redonda e para este artigo, expressos, segundo meu juízo, pelas condições de construção política da contextual questão agrária, portanto, enfatizados por conflituais disputas pelo controle da terra no território brasileiro.

1 Disputas pelo controle da terra e liquidações da vida humana

As formas de violência concernentes à disputa pelo acesso à terra se apresentam como problema de atualidade recorrente, principalmente em contextos em que a mercantilização de tal fator alimenta expansão de fronteiras agrícolas e extrativistas. E com ela, as conflitualidades quase sempre associadas a extrema violência física e moral, ilegalidades e criminalidades.²

Facilito o acompanhamento da minha *démarche* com a ilustração de dados elaborados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) sobre a violência em torno da apropriação da terra entre 2002-2016-7.³ Os índices sinalizam que as disputas

² Longe das grandes cidades, o Brasil trava uma guerra de forças desiguais em batalhas pela terra e recursos naturais. Já somos campeões mundiais em assassinatos de líderes do campo. Siga a série multimídia da Repórter Brasil para entender as causas do aumento da violência e conhecer as histórias por trás dos números (<https://www.campoemguerra-reporterbrasil.org/aumento-da-violencia-no-campo>).

³ Para os três gráficos, os dados foram incorporados por consulta ao *site* institucional, em 28 de junho de 2018.

são contínuas, mas os enfrentamentos radicalizados se acentuam em situações econômicas e políticas específicas e incidentes sobre territórios diferenciados.

Gráfico 1 - Conflitos no campo: Brasil 2002-2016



Fonte: Comissão Pastoral da Terra

A diversidade de expressão desses conflitos engloba múltiplas estratégias práticas. Algumas silenciadas, de resistência necessariamente coletiva e de difícil encaminhamento de denúncia, posto que nem sempre encontram acolhida institucional para alcance da legitimidade da contraposição. Outras mais radicalizadas e passíveis de certa computação, como indicam os gráficos que estão sendo apresentados.⁴

À guisa de exemplo da primeira situação comentada, cito casos por mim observados, considerando produtores agrícolas detentores de lotes vizinhos a extensivas unidades de cultivo de soja (NEVES, 2014). A coexistência das duas situações se inviabiliza para o primeiro agente considerado, diante das diferenças de práticas agrícolas ou das distintas referências, coletiva e contrapostamente elaboradas, em termos gerais pautadas por projeções

⁴ Destaco, dada a incivildade das disputas, os recorrentes assassinatos de lideranças que apoiam trabalhadores em assentamentos e reservas extrativistas, cuja contraposição mais radicalizada de suas práticas de mediação trouxe ao conhecimento público, disputas diante da defesa e da negação sumária de práticas agroecológicas ou de silvicultura, geralmente elaboradas e adotadas para assegurar preservação ambiental da floresta amazônica.

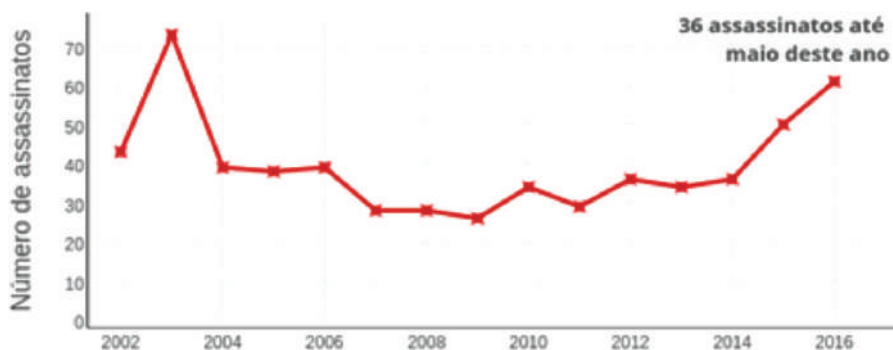
ideológicas quanto ao sentido da presença humana em nosso planeta. Essas referências se objetivam em práticas agrícolas radicalmente contrastantes e contraditórias, tanto que a presença da grande propriedade monocultora implica cotidianos abandonos das condições desejadas de uso da terra pelo polivalente agricultor, posto que dessa condição e em termos gerais, reivindica a reprodução física e social pela manutenção das condições de fertilidade a esse objetivo adequadas.

Dispersando defensivos aplicados mediante uso de grandes máquinas e até mesmo de aeronave, o empresário faz valer seus interesses e orientações produtivas por áreas de terra que ultrapassam a sua própria. A depender da circulação do ar, a administração empresarial impõe, espalhando-o, este ambiente modificado sobre os cultivos do vizinho. Insetos ainda fugindo desse espaço em pulverização, tentam se socorrer em ambiente relativamente purificado, mas caem mortos ou voam sem energia em queda anunciada. São caçados por aves domésticas que, em consequência, também se tornam condenadas à morte por envenenamento.

Em expressão mais radicalizada das situações de disputa pautadas em acirrados conflitos, agrego dados computados pela CPT, referentes aos assassinatos que, pela consulta que me foi possível, estão distribuídos em série temporal entre 2002 e 2017.

Não me deterei em análises específicas sobre os dados sistematizados nos gráficos apresentados porque, neste artigo, projeto valorização de outros meandros sociais para interpretação mais adequada à análise da articulação temática reivindicada pelos organizadores da mesa redonda. Agrego, ainda com limites de detalhamento, dados concernentes ao ano de 2017 e de distribuição daqueles assassinatos por estados da federação. *A luta pela terra*, pelo acesso à água e demais recursos naturais coadjuvantes se espalha por todo o país. Porém, torna-se mais conflitiva e incidente em estados onde a expropriação de direitos de propriedade e posse da terra incorpora e reflete destruições de constitutivos ambientes socioculturais.

Gráfico 2 - Assassinatos em conflitos no campo: Brasil 2002-2017



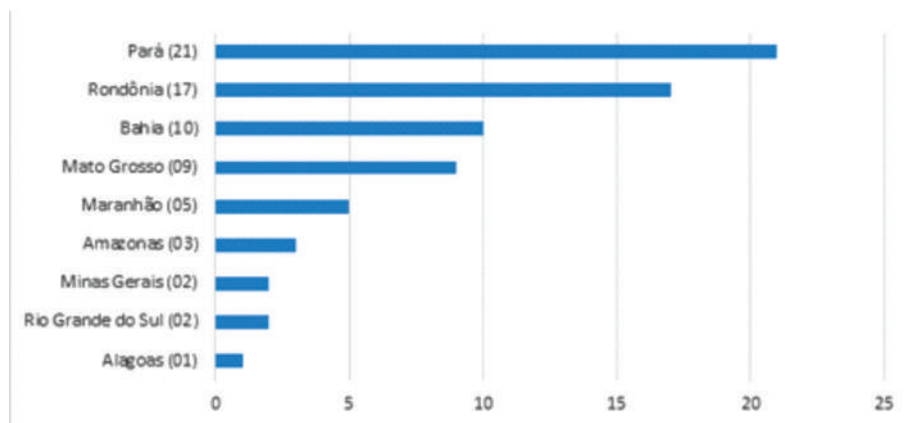
Fonte: Comissão Pastoral da Terra

Os universos de reconhecimento são, da mesma forma, negados, porque partes dos mesmos reivindicados direitos. Os direitos à terra e à água são assim definidos pela associação a recursos naturais, quase sempre imemorialmente firmados, correspondendo a sistemas de projeção de vida enraizados em territórios de reprodução física e social pelos grupos ameaçados. Enquanto bens equivalentes ao inquestionável direito à vida, no conflito tais agricultores se submetem a riscos de extinção sumária. Os casos de assassinato dramatizam exclusões humanas para implantação de extensas áreas de pasto e de monocultivos devotados à exportação, ou de desmatamento irregular praticado no presente, mas projetado para futura utilização, logo que imediatamente possível. Também ações de empresas minerárias, de implantação de hidroelétricas e complexos portuários (CARNEIRO; RAMALHO, 2009; SCHLESINGER, 2006; ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010). Por conseguinte, os assassinatos comprovam a ilimitada especulação fundiária e a radical imposição de projetos de monopolização do controle dos bens naturais.

Reconhecidos pela literatura acadêmica e reportagens jornalísticas, os problemas subjacentes aos incidentes, diante dos registros possíveis, são recorrentemente formulados segundo depoimentos dos assim direta ou indiretamente atingidos, ameaçados ou sobreviventes. Estes depoimentos

explicam algumas das razões da recorrência em territórios dos estados do Pará, de Rondônia, da Bahia, de Mato Grosso e do Maranhão. Os fatores em jogo explicam a razão pela qual são esses espaços de lutas que melhor dramatizam as referenciadas problemáticas inerentes à questão agrária no Brasil atual. Eles demonstram o quanto a questão agrária se exprime por ímpetus expropriatórios das pretéritas condições de vida que aí instituíam o território nacional; tanto quanto correspondem à exterminação (física e social) de cidadãos, se contados individualmente, mas de fato grupos sociais e redes de familiares e vizinhos, por tais violentas expulsões, inviabilizados como companheiros de projeção da vida pela condição de agricultores, pescadores, extrativistas, entre outros.⁵

Gráfico 3 - Ranking de assassinatos em 2017



Fonte: Centro de Documentação Dom Tomás Balduino - CPT

2 Modelos produtivos e lutas hegemônicas por dominação de interesses

Ainda compartilhando com o leitor as razões pelas quais advogo a perspectiva analítica explicitada (reflexão centrada em transversalidades

⁵ Para ser sucinta, destaco a contribuição de Legbott (2012).

próprias ao conceito de questão agrária), agrego outros dados de importante significação contextual, altamente reveladores, no entanto, dos aparentemente doces e pressupostamente dissuasivos embates políticos e ideológicos que alimentam as disputas pela apropriação da terra.⁶

De grande clarividência na demonstração de disputas por modelos de agricultura, destaco as intenções legitimantes apresentadas em campanhas publicitárias, estratégias pelas quais os porta-vozes de empresários do *agronegócio* desejam apresentar os fundamentos da concentração da propriedade da terra, nesse caso atrelada à desejada hegemonia das específicas condições de exploração agrícola e pecuária.⁷ Afirmando-se em ampla publicidade, eles elaboram e nacionalmente difundem justificativas que fundamentem a desejada adesão geral. De fato, autocelebração pela qual eles pretendem fazer crer que os (inestimáveis!!!) investimentos aplicados equivalem à gestão produtiva e conformam bens públicos. Mais que isso, fazer crer que eles são salvadores da economia nacional. Para tanto, a concentração da propriedade da terra e as práticas correspondentes ao uso extensivo e intensivo dos fatores de produção implicam associações com outros tantos complexos econômicos (explicitados em máquinas, estradas de rodagem e férrea, caminhões, trens, portos etc). O *agronegócio*, por tal desejo político, apresenta-se como quase caminho único assegurador daqueles fins mais que nobres: a *riqueza do Brasil*.⁸ Mas, ainda valorado pelo atendimento

⁶ Muitos autores percorrem essa mesma perspectiva de análise associada da interdependência *agricultura familiar* e *agronegócio*, ultrapassando absolutizações de demarcações interpretativas que ao final negam o caráter dinâmico das relações entre segmentos e setores produtivos. Conteí para levar adiante minha proposição com diversas leituras, mas destacaria Wilkinson (2007).

⁷ Refiro-me em especial aos investimentos no sentido da desregulamentação de regras definidoras de áreas de terra salvaguardadas do mercado capitalista como reservas indígenas e extrativistas, ou aquelas destinadas à instalação de agricultores segundo programa de reforma agrária. Tais experiências e formas de territorialização estão apagadas na exponencial campanha que, procurando passar gato por lebre, faz crer a homogeneidade das práticas açambarcadas pelo *agronegócio* (*Agro é pop, agro é tech, agro é tudo*, (tanto que) *está na Globo*, emissora televisiva também orientada pela conquista de monopólios das mais diversas ordens.

⁸ Esta campanha não cessa de suscitar tomadas de posição pública. De uma parte altamente elogiosas, valorizando especialmente eficácia e estética. De outra, altamente críticas, denunciando o embuste. Cito algumas destas: (1) Por que a Globo criou a campanha “Agro é tech, agro é pop”? - StartAgro; www.startagro.agr.br/por-que-o-agronegocio-precisa-de

ao consumo nacional de alimentos, tanto que, pela retórica da campanha, alguns dos *agricultores familiares*, selecionadamente integram tal *sucesso*, posto que, no plano do senso comum, são definidos como *bem sucedidos*. Por conseguinte, para o caso, na medida da demonstração do englobante *sucesso* do *agronegócio*, e supostamente demonstrativo do encampulamento apagador de distinções de práticas agrícolas.

Alegado como atividade econômica salvadora do país, pelo menos aquele concebido como dependente de exportações, o *agronegócio* (*agrobusiness*) é contextualmente perfilado por agregação estética de interdependentes monopólios produtivos. Ainda que sem muitas explicitações, salvo quando a vitrine se contrói por monocultivos (soja, milho, eucalipto e cana-de-açúcar), as correspondentes e ultra necessárias máquinas superpotentes ali estão a nos convencer da pressuposta e equivalente concentração da propriedade da terra. Valorizando a difusa crença associada à modernidade como valor em si, a exploração produtiva da terra se fundamenta, de fato, nas exibidas e admiradas máquinas sintetizadoras de modernas tecnologias. São elas ainda indicativas do quanto o *agronegócio* viabiliza riqueza, cuja magnitude corresponde à parceria na reprodução do capitalismo em internacional ambiente de radical concorrência.

Considerando as mensagens veiculadas na referida campanha televisiva, destacam-se as intenções valorativas de anunciada realidade, elaborada por crível imaginário, a valer, procedimentos políticos e ideológicos projetados para a conquista de ampla adesão a correspondentes visões de mundo, com efeito, também riqueza “simbólica” consagradora do setor produtivo categorizado como *agronegócio*.

Tomando os singulares termos da composição do título da campanha, imediatamente se ressalta a construção da abreviatura *agro*, ali estampada para anunciar inerente apagamento da enorme diversidade de práticas agrícolas ou agropecuárias, práticas essas que não se confundem ou se anulam

uma-comunicacao-moderna. (2) *Por-que-o-agronegocio-precisa-de-uma-comunicacao-moderna* -www.startagro.agr.br; (3) ‘Agro é pop’: cultivando desinformação e elogiando a escravidão. <https://gz.diarioliberalidade.org/Brasil/>; (4) *Agro não é pop*, www.abmra.org.br/2016/index.php. Ver também Rioja (2017).

porque aludidas a visões de mundo diametralmente opostas e contraditórias. Como então aceitar a pressuposição de que todas, em frontal distintividade, possam ser açambarcadas como um só todo? O *pop*, sem outra especificação, imediatamente é termo remetido ao gosto associado ao estilo popular ou massificado. E *tudo*, de absoluta sinteticidade e englobante radicalidade, reafirma o reivindicativo encapsulamento pleno.

Dado que, evidentemente e como me empenho em demonstrar neste artigo, o agro não é tudo, a mensagem, especialmente nas primeiras versões circuladas pelos meios televisivos, sinaliza uma impostura: nega a diversidade de práticas agrícolas e a coexistência de recursos naturais indesejados à ambição produtivista. Ressalta-se, pelos vídeos, um quadro imagético negador da vida humana e não-humana: nem árvore e nem mesmo a presença humana de trabalhadores. Apenas a imensidão dos campos cultivados, aqui e ali operados, a se ver ou dar-se a ver, por portentosas máquinas, verdadeiramente *tech*. Movidas eletronicamente por um único trabalhador, objetivações da grandeza da apropriação do solo e do poderio da subjugação do uso dos recursos da natureza aos interesses imediatos do proprietário capitalista, elas, enfim, monumentalizam a reprodução do sistema de revalorização capitalista. A magnitude dos produtos alcançados, da mesma forma, está bem demonstrada: exuberante valorização da (insinuada) dadivosa quantidade de grãos (café, milho e soja), dirigidos a estradas de rodagem e linhas férreas, pelas quais alcançarão portos para exportação em convertidas *commodities*.⁹

Sobre a natureza domesticada pela nudez adequada à racionalidade capitalista, qualquer outra vegetação é indesejada aos sucessivos plantios para os quais ela veio então a ser destinada. Nada que possa impedir cultivos contínuos e deslocamento de máquinas, todos asseguradores da pujança do volume dos produtos assim alcançados. O solo é preparado para assegurar o máximo de produtividade e a eliminação de interferências indesejadas na

⁹ Da amplíssima bibliografia devotada ao estudo do agronegócio, destaco os textos por mim considerados para elaborar este artigo: Almeida (2009); Andrade (2008); Bruno (2009); Canuto (2004); Delgado (2010, 2012, 2013); Elias (2006); Fernández. (2007); Heredia, Palmeira e Leite (2010); Mendonça S. (2005); Porto-Gonçalves e Alentejano (2010); Sauer (2008; 2010); Teixeira (2013) e Wilkinson (2007).

composição dos custos. A extensão da terra apropriada bem indica que, no mínimo, é a perder de vista, tanto como também dela se perde a presença humana. Tudo muito bem adequado à inculcação da crença ideologicamente valorada na campanha: *Agro é indústria-riqueza do Brasil*.¹⁰

Para melhor conformar os pontos de vista pelos quais este texto está sendo elaborado, ressaltam-se, no momento por contraposição aos sentidos cuja instituição apontei anteriormente, alguns princípios básicos de interpretação: as formas socialmente construídas de exploração agrícola se fundamentam na agregação de muitos e interdependentes fatores, cuja amplitude corresponde à diversidade de práticas consoantes à acumulada ou patrimonializada construção de conhecimentos. Estes conhecimentos, como já destaquei, são elaborados segundo específicas visões de mundo, diferentemente referenciadoras de direitos e deveres dos agentes produtivos, mas também correlatos a concepções definidoras da relação com a terra e demais recursos naturais. Por conseguinte, práticas em conformidade aos inerentes cuidados de reprodução das múltiplas formas de vida: dos homens e dos recursos naturais. Por tais interdependências, fatores interrelacionados orientam, inclusive, os modos de construção e utilização dos instrumentos de trabalho, em conformidade às seletivas escolhas de práticas agrícolas, extrativistas e pecuárias, escolhas coadunadas aos sentidos da apropriação da terra e dos correlatos recursos naturais. A orientação produtiva indica então os distintos volumes e as variadas finalidades dos produtos alcançados por aquelas atividades.

3 Questão agrária: ressignificações contextuais

Em demonstração dos princípios de argumentação que adoto neste artigo, resalto os apriorísticos significados atribuídos à assumida definição de questão agrária.¹¹ No campo das Ciências Sociais e dos embates políticos

¹⁰ [www.startagro.agr.br/por-que-o-agronegocio-precisa-de-uma-comunicacao-moderna; 'Agro é pop': cultivando desinformação e elogiando a escravidão ...](http://www.startagro.agr.br/por-que-o-agronegocio-precisa-de-uma-comunicacao-moderna;?Agro+e+pop%3A+cultivando+desinformacao+e+elogiando+a+escravidao+...) <https://gz.diarioliberalidade.org> › Brasil

¹¹ A bibliografia que contempla reflexões em torno da questão agrária no Brasil é extensa.

e ideológicos mobilizados para exprimir a contraposta projeção de modelos de sociedade, o termo questão agrária alude a problemáticas conformativas dessas próprias concepções de organização social. Configura então sentidos específicos consentâneos às dinâmicas de forças sociais em jogo.¹² Pressupõe relacionais defesas de modos de constituição da sociedade segundo contraditórios interesses. Nos diversos contextos, ele se apresenta formulado segundo as questões contrapostas e seletivamente assumidas por agentes sociais alinhados por e para essas mesmas confrontações.¹³

Em sentido analítico relativamente consensual, a questão agrária, se considerada a sociedade ocidental capitalista, pode ser entendida como expressão de modos de problematização das formas de expansão do capitalismo no campo. Como ela está diretamente relacionada com o modo de produção geral da sociedade, seus significados devem expressar a impregnação dos defendidos princípios estruturantes do uso da terra. Enfim, a maneira como a terra é apropriada está diretamente ligada aos princípios hegemônicos (que não negam os contrastantes) de produção da sociedade.¹⁴

Avançando um pouco mais na delimitação dos sentidos por mim adotados para o termo questão agrária, pressuponho que, independentemente da perspectiva analítica adotada, ele abarca a construção de problemáticas decorrentes das historicamente datadas relações de produção no campo, mais especificamente, das formas de expansão do capitalismo nas relações agropecuárias. Afinal, as condições de uso e apropriação da terra e demais recursos naturais são interdependentes do hegemônico modo de produção na

Neste texto faço referência a Fundamento-me em algumas leituras, entre elas: Abramovay (1998); Alentejano (2004); Almeida (2009); Carvalho (2013); Delgado (1985, 2005, 2010, 2012, 2013); D'Incao (1975); Fernandes (1996, 2005, 2016a, 2016b); Grynszpan (2007); Guimarães ([1963]); Ianni, (1978); Linhares e Silva (1999); Martins (1981); Martins (2004); Fernandes, Medeiros e Paulilo (2009); Mendonça (1997); Oliveira (1988, 1990, 2004, 2007); Palmeira (1979, 1989); Prado Júnior (1942, 1945, 1947, 1966, 1987, 2005); Rangel (2005); Sauer (2004); Sauer e Pereira (2006); Silva (1998); Silva (2008); Sodré (1962); Stédile (2005) e Vinhas de Queiroz (1966).

¹² Essa perspectiva analítica é elaborada por muitos autores, mas aqui destaco: Champagne (1990); Gusfield, (2014); Latour (1989); Latour e Woolg (1988) e Lenoir (1990, p. 51-100).

¹³ Neste texto, apoio-me na leitura de diversos autores, dos quais, neste momento da redação do texto, destaco: Castel (1998, 2000, 2009); Rosanvallon (1998); Telles (1996); Yazbek (2001).

¹⁴ Ver Gorgem (2004), Stedile (2005) e Wolf (1970; 1984).

sociedade. Neste caso, articulam-se visões de mundo, inclusive as que pautam usos e sentidos atribuídos a recursos naturais, aos trabalhadores imediatos e aos objetivos da produção.

Os recorrentes princípios de teorização reproduzem diferenciadamente questões formuladas por estudos clássicos sobre o modo de produção capitalista, considerando a forma de propriedade da terra e as relações de trabalho que subjazem à produção agropecuária. No contexto de consolidação da sociedade industrial europeia, a problemática reconhecida integrou a expropriação dos *camponeses* dos meios de produção e de vida, processos que provocaram redefinição de posições produtivas e expulsão de boa parte da população do campo (cf. MARX, 1971).¹⁵ Em termos gerais, pode-se afirmar que esses processos são melhor explicitados em disputa mais acirrada quanto à definição de problemas de sociedade (cf. MARX, 1968; 2012), especialmente nos contextos em que se questiona ou se reivindica o papel subordinado da agricultura ao capital industrial; ou a adoção da forma agroindustrial, isto é, de revalorização do capital (industrial) aplicado nessa produção social.

À vista disso, a perspectiva analítica aqui assumida quanto à concepção de questão agrária é de significativa importância, facilitando a reflexão sobre as questões propostas aos componentes da mesa redonda. Aquelas problematizações, tornadas questões políticas porque colocadas em sistemática evidência como problema público, são definidas por expressiva especificidade de enfeixamento de seletivas e contextuais questões-problema. Elas melhor explicam os embates demonstrativos de planos relevantes das lutas sociais; mas seletividade que também envida a construir, redefinir e legitimar projeções societárias.¹⁶

Enquanto problematização de questões politicamente construídas, reformuladas ou ressignificadas, expressivas do reconhecimento contextual de contradições e crises estruturalmente integrantes do sistema capitalista,

¹⁵ Para o caso brasileiro, destaco os diversos estudos publicados na coletânea organizada por Marin e Neves (2013).

¹⁶ Para compreensão das diferentes problemáticas em jogo diante de especificidades contextuais de jogos de ação política, remeto a leitura de textos cujos autores elaboraram reflexões no período de implantação de modos de subordinação da atividade agrícola à industrial: Abramovay (1998); Amin e Vergopoulos (1977); Mazzali (2000); Muller (1981;

elas também correspondem a desdobramentos que, por específicos jogos de forças sociais, propiciam ou restringem respostas a tensões, configuram meios de facilitação ou limitação da reprodução ampliada da acumulação do capital e, nesses termos e por contraponto, suscitam resistência e oposição. Consequentemente, os significados que vão sendo atribuídos ao termo se diferenciam conforme contextos sociais; e exigem reflexão processual das condições em que operam, singularizadamente, as expressões das contradições fundamentais da sociedade capitalista.

Pela demarcação de perspectivas políticas e epistemológicas concernentes à construção de determinados problemas de sociedade, estes só podem alcançar a condição de problemáticas coletivas se elaborados em espaços públicos, como o que suscitou as reflexões ora apresentadas; ou se expressivos de ações coletivas. Assim posto, pensar as disputas por modelos de agricultura a partir da transversalidade dos significados conceituais atribuídos à questão agrária, (a) é valorizar o peso decisivo de investimentos políticos pautados na constituição e enfrentamento de tensões e conflitos sociais; (b) é considerar investimentos contrastivos quanto ao questionamento de condenadas formas de organização da sociedade. Em consonância, encontra-se em jogo, na abordagem de concorrências qualificadas como constitutivas da questão agrária, a análise de proposições de transformação social segundo específicas demandas políticas (cf. CHAMPAGNE, 1990).

Retomando os comentários apresentados sobre a campanha difundida pela Rede Globo, a exaltação do *agronegócio* como *tudo*, posto que *riqueza do Brasil*, evidencia investimentos políticos e ideológicos visando à legitimação da requerida hegemonia. Na mensagem imediata, vislumbra-se uma estética e desconsideram-se as recorrentes formas violentas e antidemocráticas de ação apropriatória da terra e demais recursos naturais.¹⁷ Por representação política delegada, os porta-vozes desse projeto político e econômico também defendem, para efeitos de cálculo de produtividade e diminuição de custos de produção, a apropriação do solo com base na flexível aplicação de insumos

1982); Palmeira (1989) e Pameira e Leite (1998).

¹⁷ Para reconhecimento de alguns casos de expropriação do *campesinato*, referencio-me, entre

quimificados. A alternativa é renegada por muitos outros agentes da sociedade brasileira, ambientalistas e pesquisadores de instituições acadêmicas e técnicas – públicas e privadas, porta-vozes de organizações de proteção de direitos sociais. Nos termos dessa contraposição, os insumos quimificados, mesmo que reconhecidos como nocivos à reprodução sustentável de bens naturais e da vida animal, inclusive humana, são ainda reivindicados por uso oficialmente seletivo de grupos contemplados, tutelados que são para o desvio democrático e ético. Não obstante, reivindicação que se ancora, na alegada e propalada ideia de que o *agronegócio é indústria-riqueza do Brasil*.

Sem qualquer preocupação de significativa enumeração de fatores inerentes à concepção em pauta, destaco, por exemplo, as alianças políticas asseguradoras de deslocamento de recursos públicos e estatais garantidores dos desejados patamares de reprodução do capital. Transferência de recursos públicos por seletiva incorporação de excedentes financeiros, mas que se impõe como obrigatória participação de todos nós, assim parceiros na composição dos subsídios que se estendem por garantias de reprodução em tempo pré-determinado, projetando longo rebaixamento dos custos de produção. A rigor, trata-se de expropriação/apropriação oficialmente legalizada, embora amplamente deslegitimada, abarcando transferência de parte de rendimentos assalariados e de rendas de outros setores e agentes produtivos. Esses atos coletivos ou públicos correspondem a vigorosas estratégias de impositiva adesão ou colaboração aos produtores do *agronegócio*, fundamentais para lhes assegurar vida relativamente mais longa, na contextual fase de concorrência (agonística ou antropofágica) inerente à globalização produtiva e financeira. Por contribuição de todos os cidadãos, as transferências financeiras instituem favoráveis níveis de produtividade e de custos, balizadores do controle da concorrência em circuitos de mercados internacionais, mesmo que, demonstradamente, estejamos financiando investimentos em nossas condições insustentáveis de vida social e de adoecimento.

muitos outros, aos textos integrados à coletânea organizada por Marin e Neves (2013); mas também: Andrade (2008); Brandão (2010); Canuto (2004); Carvalho (2013); D’Incao (1975); Gorender (1994); Silva J. (1996); Martins (1981; 1997; 2000); Fernandes, Medeiros e Paulilo (2009); Mendonça (2010); Silva (2008); Tavares dos Santos (1993).

Não só representantes de instituições aliadas à hegemonia dessa modalidade de prática agrícola – *agronegócio* – almejam o desejadamente perfeito monopólio da apropriação da terra. Diversas formas de poder e configurações de campos políticos cerram fileiras para dificultar a construção histórica de problemáticas sociais inerentes a tais modalidades de concentração produtiva. Essas problemáticas se exprimem por acirramentos de inaceitável radicalidade, mormente se elas explicitam a contraposição de interesses sociais coletivamente constituídos pela defesa de trabalhadores diretos. Neste caso, como estou a demarcar, os trabalhadores diretos são condenados porque tentam adotar e reproduzir prática social concorrente, ainda que em profunda desigualdade de condições de luta, mas que, a despeito, limita ou impede a homogeneização reprodutiva de princípios de organização capitalista da atividade econômica ou da acumulação capitalista sem contrapelos.

A explicitação de problemáticas enquanto questão agrária pressupõe, ao mesmo tempo, demonstração de correlação de forças, criação de certos tecidos sociais ou institucionais, de agentes específicos, pelos quais ou com os quais são elaboradas construções ideológicas de objetivos contrapostos, algumas delas tergiversadas como ações pacificadoras de problemas concorrentemente fundamentais.

Correlativamente ou respeitando os princípios metodológicos que aqui defendo, incluo a análise de projetos políticos concorrentes e contrapostos às absolutizadas intenções de concentração da propriedade da terra. Em certos casos, tais agentes concorrentes se organizam por resistência àqueles investimentos, outros resistem e concorrem por tradicional ou imemorial presença em territórios, por detenção de propriedades transferidas como legítimas, alguns exemplos para me limitar nessa citação. Integro então análise demonstrativa da construção de outros tantos agentes econômicos, entretanto politicamente homogeneizados para efeitos de reconhecimento estatal, reafirmação de direitos e participação em circuitos de transferência de recursos públicos. Esses objetivos vieram a ser socialmente delimitados em nome de diferenciado projeto político, elaborado e desdobrado em campo político e ideológico pertinente, *grosso modo* categorizado como de construção

do segmento da *agricultura familiar*. A análise correspondente pode trazer luz a alguns desses embates geralmente reconhecidos por aqueles que militam diretamente as causas em jogo; mas principalmente pelos que praticam atividade agrícola não referenciada pela acumulação capitalista.

Doravante, considero alguns dos investimentos institucionais que permitiram consolidar, ainda nesse campo de concorrências, certo corpo de leis e regulamentos, quadros institucionais de programas e de recursos de crédito viabilizadores da reprodução de trabalhadores autônomos ou diretos. Na disputa por reconhecimento do direito à reprodução de práticas agrícolas e agentes produtivos diferenciados, tais agricultores imediatos e seus representantes delegados aderem ou são estimulados a aderir a fundamentais princípios legitimadores de tais embates: o respeito à biodiversidade e à defesa da segurança alimentar para a sociedade brasileira, paradigmas éticos para relacionamento com a vida animal, inclusive humana. Os protagonistas do projeto em apreço envidam esforços para objetivação de práticas produtivas singularizadas pela enfática defesa da diversidade produtiva e do autoconsumo, para redimensionamento de mercados locais ou regionais. Equivalem, por conseguinte, a agentes concorrenciais no acesso a correspondentes fatores de produção, no caso apropriados em combate ao monocultivo e seus efeitos acusadamente danosos ao meio ambiente.¹⁸

4 Produção familiar e sustentabilidade ambiental

A *luta pela terra* empreendida por resistência a estratégias expropriatórias requer a constituição de movimentos socioterritoriais, tais como os instituídos com base em comunidades residenciais, aglutinadas por moralidades e projetos de vida referenciados por relações vicinais e de parentesco. Eles explicitam que as formas de *luta pela terra* não podem ser pensadas *tout court*, posto que ocorrem englobadas por pertencimentos territoriais, por modos

¹⁸ Sobre essa temática, a bibliografia é bastante vasta. Dadas as limitações para elaboração deste artigo, ressalto minha leitura do texto de Simões do Carmo (1995).

de mobilização instituídos a partir da consolidação de acampamentos e assentamentos rurais, por consagração de territórios de reconhecimento de direitos ancestrais de grupos indígenas e remanescentes de quilombolas. Enfim, elas estão embasadas em comunidades de pertencimentos, tais como os constituídos por imemorial fixação, também pautados em direitos de posse ou concessão atribuída por instituições religiosas e fazendeiros, até mesmo ainda no decorrer do processo de abolição da escravidão, bem como por autoassentamentos e assentamentos oficiais. Ou, como imemorialmente para a sociedade brasileira, pequenos e grandes proprietários se mobilizaram para incorporação de áreas, maiores ou menores, justificando-a como *terra sem dono* ou *terra devoluta*, para uns mediante comprovação de uso produtivo, para outros como, em muitos casos, reserva de valor.

Diante do patrimônio natural ainda preservado por diversos daqueles agentes anteriormente considerados, mas repentinamente cobiçado por agentes da expansão de relações capitalistas de produção e de extração minerária, outras distintas formas de luta emergem em contexto conflitivo. Algumas delas são mais bem reconhecidas como lutas por direitos ancestrais da população aí fixada e portadora de cosmovisão própria, representantes da diversidade cultural compreendida, valorada e apoiada por diferentes agentes sociais defensores do controle relativo da biodiversidade e dos direitos sociais básicos dos que aí se encontravam.

Esses apoiadores se instituem como agentes sociais organizados mediante múltiplas estratégias de enfrentamento das práticas de insustentabilidade ambiental, econômica e social. Essas mobilizações políticas, por longo processo de contestação, objetivam-se em conquistas de sistemas de leis e recomendações, na melhor das hipóteses com aplicabilidade acompanhada de investigação e julgamentos diante de desvios e contraposições, então qualificadas por ilegalidades praticadas. Desse embate, por exemplo, oficialmente se constituíram medidas e programas de preservação ambiental, de pertencimento tutelado, tais como as unidades de conservação em suas várias alternativas de objetivação.¹⁹

¹⁹ Para não me alongar nos comentários sobre a criação dessas unidades de conservação, reproduzo, na intenção de facilitar a compreensão de leitores pautados em interesses

As considerações anteriormente apresentadas implicam, por conseguinte, a compreensão da amplitude e da intensidade das intervenções expropriatórias. Correlativamente, também das ações contra hegemônicas investidas no reconhecimento de outros modelos de organização social que, por desdobramentos políticos, tentam sustentar e oficializar ações mediante definições especialmente reconhecidas por aparato institucional. Compreensão destacada que não deve secundarizar as ações necessariamente vinculadas ao Estado brasileiro. Importante então reconhecer que as próprias definições e ações são constituídas no decorrer de processos de embate, isto é, diante de interesses contraditórios. Da mesma forma, as saídas alcançadas por esses embates guardam concepções elaboradas pelo encontro dessas condições de luta e concepções. Algumas delas, nem aí geradas, mas que fazem parte do patrimônio universal de conhecimentos e argumentações dos que defendem a imprescindível reprodução da biodiversidade e das variedades de soluções humanas para existência física e social. Portanto, que não decorrem da racionalidade excludente e privilegiadamente seletiva, pautada na reprodução da ordem capitalista.

Um dos desdobramentos institucionais dessas formas de luta, até bem pouco melhor consolidado por políticas governamentais, incidiu sobre a população do campo, assim integrada por diversos enquadramentos

iniciais sobre a questão, os dados oficiais de definição do Sistema Nacional de Unidades de Conservação. “O SNUC (Lei nº 9.985/2000) é o conjunto de unidades de conservação (UC) federais, estaduais e municipais. É composto por 12 categorias de UC, cujos objetivos específicos se diferenciam quanto à forma de proteção e usos permitidos: aquelas que precisam de maiores cuidados, pela sua fragilidade e particularidades, e aquelas que podem ser utilizadas de forma sustentável e conservadas ao mesmo tempo.

O SNUC foi concebido de forma a potencializar o papel das UC, de modo que sejam planejadas e administradas de forma integrada com as demais UC, assegurando que amostras significativas e ecologicamente viáveis das diferentes populações, habitats e ecossistemas estejam adequadamente representadas no território nacional e nas águas jurisdicionais. Para isso, o SNUC é gerido pelas três esferas de governo (federal, estadual e municipal).

Além disso, a visão estratégica que o SNUC oferece aos tomadores de decisão possibilita que as UC, além de conservar os ecossistemas e a biodiversidade, gerem renda, emprego, desenvolvimento e propiciem uma efetiva melhora na qualidade de vida das populações locais e do Brasil como um todo (Página do Ministério do Meio Ambiente. Acesso em: 16 jan. 2017).

institucionais e genericamente reconhecida pelas categorizações agricultor familiar ou *agricultura familiar*.

A categoria *agricultura familiar* emergiu sob rápido consenso, aglutinando, num mesmo sistema de comunicação temática, tanto os representantes políticos dos agricultores e trabalhadores rurais, como funcionários e *experts* da elaboração de princípios de objetivação de políticas públicas valorativas da produção por unidades domésticas. Esses agentes contaram ainda com a adesão de pesquisadores vinculados a universidades públicas. Rapidamente o termo classificatório ganhou ampla visibilidade, constituindo-se como tema de pesquisa, de disciplinas e de cursos profissionalizantes.

Até então, a prática agrícola dos *pequenos agricultores* ou *camponeses* era basicamente descredenciada diante da impositiva formação de agrônomos e engenheiros florestais segundo valores e ideários do progresso técnico, neste caso o definido pela indiscutível valorização das práticas de agroindustrialização e do *agronegócio*.

Por aquelas alternativas emergidas nesse campo de construção e reafirmação de posições concorrenciais, o termo classificatório *agricultura familiar* ofereceu possibilidades de abandono do recorrente e incômodo desacordo quanto aos contextuais atributos significantes de *camponeses* e *pequenos produtores* mercantis. Tal (re)semantização libertava os que dela faziam uso classificatório e identitário, das explicações sobre graus de atraso e de mudanças, interpretações sobre imediata ou anunciada expropriação e, na melhor das hipóteses, o caminho do emburguesamento. Permitia tornar secundária a analiticamente preocupante explicação sobre as condições diferenciadas de compra e venda de força de trabalho, além de respectivas visões de mundo que, supostamente, negavam a modernização e a orientação preferencial pelo lucro. Por essas atribuídas atitudes, alegava-se, os *camponeses* e *pequenos produtores agrícolas* encontravam-se excluídos dos benefícios tecnológicos que se fundamentavam em outras formas de saber.

Mediante essas inflexões, a categoria *agricultura familiar* antecipava a posição do analista frente à mudança desejada ou em curso. Assinalava o processo de construção de uma nova e integradora crença coletiva. Nominalizando, ela

operava na distinção de segmentos, radicalizando a contraposição ao *empresário rural produtivista, tecnicista e predador*. Consagrava ainda explicações sobre a vinculação dos agricultores a uma modernidade valorada e reconhecida em outros contextos de desenvolvimento econômico mais avançado. Portanto foi formulada para entendimento das distinções requeridas.

A consolidação do projeto de construção do setor produtivo *agricultura familiar* foi se legitimando e tornando consensualmente aceita a referida novidade da posição *agricultor familiar*. Investimentos de várias ordens, econômicas, políticas e ideológicas, se agregaram e alcançaram reconhecimento analítico e ampliação do número de pesquisas empíricas. Destacar essas ações e respectivos desdobramentos sociais adquire grande importância para a argumentação proposta para este artigo. Os investimentos coletivos pressupuseram a superação do reclamado insulamento político e cultural e da precariedade material dos *camponeses*, dos *pequenos produtores*, dos *arrendatários*, dos *parceiros*, dos *colonos*, dos *meeiros*, dos *assentados rurais*, dos *trabalhadores sem-terra*, alguns deles *acampados*.²⁰

Pode-se assim afirmar, considerando o campo de disputas intensificadas pela desejada hegemonia do *agronegócio*, o quanto a categorização *agricultura familiar* acenava para construção de um padrão ideal de integração diferenciada. Agregando uma heterogênea massa de produtores e trabalhadores rurais, todos foram relativamente legitimados por um sistema de atitudes que lhes estão e foram associadas, atitudes denotativas da inserção em projeto de mudança da posição política, projeto que implicava a proposição de formas específicas de construção social da vida imediata e da própria sociedade. A sociedade desejada ou projetada se apresentava complementada por qualificativos como democrática e justa. Sociedade reestruturada e ressignificada por ações combativas das estratégias de concentração de meios de produção e de redistribuição de recursos estatais. Os recursos até então anunciadamente transferidos em nome de projetos de desenvolvimento econômico, foram condenados por reproduzirem, intensificadamente, desigualdades e exclusões

²⁰ Diversas são as tentativas de redimensionamento dos diferenciados *agricultores familiares*. Ver Abramovay (1995); Bergamasco (1995); Bergamasco e Wanderley (1995); Lamarche (org.) (1993); Neves (2002); Neves (1995, 2006); Veiga (1995); Wanderley (1995).

sociais. As ações coletivas se contrapunham à crença disseminada em vários espaços de reflexão, segundo a qual o destino irrefutável do *campesinato* em sociedades hegemonicamente capitalistas seria sempre a expropriação dos meios de produção e, em grande escala, a proletarianização. Mesmo enquanto tendência reconhecida, ela de fato não correspondia a fatalidades essencialistas do sistema, mas à aceitação resignada e à negação de investimentos políticos de contra tendência.

Nesse campo de disputas classificatórias e de embates quanto a posições sociais, *agronegócio* e *agricultura familiar* são termos classificatórios que metaforizam ou induzem à institucionalização de projetos concorrentes de alocação de recursos e de controle das condições de apropriação e redistribuição de bens coletivos. Por conseguinte, são termos que exprimem confrontos quanto à contextual elaboração de problemáticas constitutivas da questão agrária. Enquanto categorias de ação política, elas simplificam, nominando, amplos, diferenciados e contrapostos segmentos sociais de agentes produtivos e ideológicos, mobilizando a construção identitária de posições sociais aparentemente inscritas como novidades, em realidade engajamentos políticos em prol dessa mesma construção. Por estes engajamentos, os assim categorizados se apresentam como concorrentes, por exemplo, em disputa por recursos públicos. Para os *agricultores familiares*: créditos e serviços sociais, inclusive previdenciários; construção de mercados e cadeias de comercialização menos expropriadoras; assistência técnica correspondente aos processos de trabalho e produção que colocam ou venham a colocar em prática; reconhecimento de protagonismos em processos de decisões políticas que lhes digam respeito ou que sobre eles intervenham.

Ainda de excepcional importância, reivindicações legitimadas pelo aceno da posição a ser alcançada por desdobrado acirramento de luta por terra, objetivo final inerente à demanda por reforma agrária; procedimentos mais bem dirigidos à constituição de constrangimentos ao expansionismo desenfreado dos empresários do *agronegócio*. Às desapropriações de áreas de terra cuja propriedade é social e politicamente questionada, acrescem-se as áreas de terra retiradas do jugo das transações do mercado capitalista: caso,

por exemplo, de áreas consolidadas para fins especiais, como os definidos para reservas extrativistas ou unidades de conservação.

Pelos significados que contextualmente a categoria *agricultura familiar* veicula no tocante à modernidade do que já se encontrava instituído ou patrimonializado, ela facilitou operações devotadas a certo apaziguamento de espíritos mais conservadores. Apaziguamento relativo que levou os porta-vozes da campanha *Agronegócio riqueza do Brasil* a incorporarem parte do segmento *agricultor familiar*, especialmente os que desenvolvem práticas beneficiadoras de produtos por agregação de valores, recentemente também reconhecidas como *agronegócios familiares* ou *agronegócios*.

Em consequência, pode-se afirmar que o engajamento orientado para a construção de projeto político de reafirmação e reprodução ampliada da *agricultura familiar* adquiriu importância cujos resultados estão muito longe de ser avaliados. No momento, destaco o deslocamento social de segmentos de trabalhadores e produtores *pobres* (economicamente, politicamente e culturalmente), secularmente desprezados frente aos privilegiados investimentos destinados à agricultura e à agroindústria exportadoras; ou mesmo emergidos pela expropriação inerente à consolidação desses processos. Tais incorporações²¹ estimularam outras tantas distinções, sobre as quais apenas aceno, sem poder considerá-las objetivamente (*populações tradicionais, povos tradicionais, extrativistas, ribeirinhos, pescadores artesanais* etc.).

A abertura de espaços sociais propiciadores da elaboração coletiva de projetos políticos, mesmo que em resposta a proposições de certos mediadores privilegiados, instituiu reconhecimentos públicos da enorme dívida social para com tais agricultores, demandantes de recursos sociais fundamentais. Recursos cuja ausência é extravagante para este início de milênio - serviço escolar, serviço médico, energia elétrica e estradas para melhorar e escoar a produção -, mas também recursos instrumentais para a criação de canais de comunicação com outros mundos sociais. Recursos ainda fundamentais

²¹ O estudo das formas de integração do *campesinato* é constitutivo de seu deslocamento para o campo político e acadêmico. Ver: Marx (1971); Chayanov (1966); Shanin (1979, 1980); Wolf (1970); para citar apenas os clássicos. Também levei em conta interpretações apresentadas por Amin e Vergopoulos (1977).

para a incorporação de outras formas de exercício de cidadania, denunciando a mutilação cultural e a desqualificação social, quase sempre operativas da condenação dos agricultores pelo atraso e pela ficção da resistência à mudança. Enfim, responsáveis pelas precárias condições materiais e sociais em que viviam (em que muitos deles ainda vivem).

Pelos desdobramentos inerentes ao embate de tais investimentos políticos, a rigor a categoria *agricultura familiar* ganhou especial sentido pela definição jurídica que veio a alcançar; isto é, em conformidade aos conteúdos atribuídos por definições politicamente construídas, em conformidade a negociações de interesses e conquistas relativas, cristalizadas no texto instituidor do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996:

Modelo de organização da produção agropecuária onde predominam a interação entre a gestão e trabalho, a direção do processo produtivo pelos proprietários e o trabalho familiar complementado pelo trabalho assalariado.

Alguns outros aspectos valorizados - a ênfase na diversificação, na durabilidade dos recursos e na qualidade de vida - não são generalizáveis, mas desejáveis, ressaltados em face das condições de elaboração das definições em jogo: o modelo da *agricultura familiar* contraposto à *agricultura patronal*.²²

A definição, em sendo abrangente, fez tabula rasa da diferenciação interna aos *agricultores familiares*, na prática reconhecidamente distintos em termos de graus de integração ao mercado, de inovações tecnológicas incorporadas à gestão produtiva, da participação em programas públicos e do controle da terra, jamais superior a 100ha (Decreto nº 1946, capítulo I, referências conceituais, características da agricultura brasileira).

Por ela, os agricultores puderam se apresentar na rede bancária para reivindicar créditos. Ao mesmo tempo, reordenaram o processo político vislumbrando novas conquistas e atendimento mais adequado aos interesses da assim reconhecida categoria socioprofissional. Interesses que, no contexto elaborado, se redefiniram em outras tantas reivindicações, por isso mesmo

²² Sobre os desdobramentos teóricos e metodológicos dessa contraposição, ver Neves (1995:21-36).

referenciando percepções quanto a limites e alternativas de incorporação de recursos. Nesses percursos políticos de constituição do programa, vieram a ser mais bem especificados (por exemplo, a extensão de direitos às mulheres, crédito e formação para jovens). Portanto, pela categorização *agricultura familiar*, denotativa da ação política e da conquista jurídica, outros campos de projeção de parâmetros sociais e de constituição de posições relativas se consolidaram.

Nos quadros institucionais para aplicação do Pronaf, como afirmei, uma política de intervenção que constitui o setor da *agricultura familiar*, as ações se caracterizaram pelo cunho social para uns, e econômico para outros. Todavia, independentemente dessas clivagens, todos agentes produtivos que assim puderam se identificar, colaboraram na constituição de ações pulverizadas diante da agregação de tantos outros objetivos não previstos, inclusive por reconhecimento de distinção quanto ao ciclo de vida e ao gênero dos membros do grupo doméstico (por exemplo: jovens e mulheres), critérios anteriormente consagrados em domínios distintos do econômico ou do produtivo.

O Pronaf, produto de avanços e retrocessos, especialmente após o golpe parlamentar de 2016, que impôs políticas altamente contrastivas e abusivamente liberais, corresponde a uma das muitas arenas de múltiplas lutas sociais, tanto que incorporou demandas e negociações que asseguraram a inclusão de outros atributos significativos à categoria *agricultor familiar*.

Considerações finais

O atual debate sobre a questão agrária configura formas de luta atinentes a uma variedade de contraposições, em grande parte correspondentes às práticas de inclusão de áreas de terra antes relativamente preservadas dessa ambição política. Ele vem sendo ampliado por inúmeros e relativamente diversificados conflitos de interesses, por variedade de projeções quanto às condições de constituição estruturante da sociedade. Consequentemente, formas de luta que reanimam o campo de controvérsias e embates, até porque reivindicativas de participação de porta-vozes do

Estado como importantes interlocutores e mediadores da definição formal de regras, leis e condutas acordadas. Outros tantos agentes se associam em destacado protagonismo de defesa da vida humana, natural e animal: pesquisadores, jornalistas, representantes da Igreja Católica, para citar os de maior visibilidade social e política nesse campo de embate e concorrência de defesa de projetos societários.

Ampliando a participação segundo estratégias próprias de contraposição, os embates incorporam ações práticas cuja legitimidade se ancora em outros campos de conhecimento e projeção da vida social. Refiro-me às diversas ações de combate às práticas do *agronegócio* e agroindustrialização, especialmente aquelas fundamentadas no uso de agrotóxicos, contraposição pela qual tem se difundido a construção de concepções específicas de produção de alimentos e de circulação dos produtos, pelas quais se reivindica a visibilidade dos processos e o controle social. Também práticas produtivas referenciadas por conhecimentos agroecológicos, investimento político e científico em amplo desenvolvimento, como se constata pela criação de cursos de formação universitária e de patrimonialização de saberes, comumente associados à objetivação de técnicas específicas. Outras formas de institucionalização dessas práticas e saberes se patrimonializam em celebradas feiras livres, em relações mercantis pautadas em conhecimento de proximidade, investimentos políticos que recebem ampla adesão de agentes e de meios de *empoderamento* da participação produtiva e imediatamente remunerada de mulheres. A visibilidade alcançada corresponde ao reconhecimento do quanto elas, enquanto agentes econômicos autônomos e solidários, são importantes protagonistas de ações coletivas visando o reconhecimento da produção familiar e doméstica.

Em torno da questão agrária, uma infinidade de problemáticas e proposições referenciam formas de luta orientadas para consolidação da cidadania, por reivindicações políticas reafirmativas de leis e recomendações sistematizadas na Constituição Brasileira de 1988 e por consolidação de programas públicos que assegurem garantias à formação e reprodução de produtores familiares.

Em sentido mais geral, esses movimentos institucionalizantes de práticas sociais em luta por reconhecimento social estão açambarcados por sentidos genéricos de constituição de categorias socioprofissionais (*agricultores familiares*) ou sociopolíticas (*agricultores camponeses*). Esse aparato institucional é caldatário de lutas dos próprios trabalhadores imediatos e seus representantes políticos, todos imbuídos em conquista de auto e hetero reconhecimento, lutas dotadas de certa materialidade institucional: requisições por circulação de recursos de crédito e de outros tantos serviços técnicos, defendidos por correspondentes cumprimentos de direitos. Por essas condições de participação em espaços institucionais, há investimento na formação de agentes políticos dotados de condições cognitivas e políticas para referenciar a luta pela desconcentração da propriedade da terra no Brasil, mas também superar impositivos isolamentos culturais e se contrapor a sistemas de preconceitos e desqualificações, recursos ideológicos pelos quais ainda hoje se desmonstra a improcedência econômica e política dos trabalhadores imediatos.

Nesses embates e construção de espaços institucionais de negociação política estão implicados processos coletivos de construção de soluções ou condições de resistência, de todo modo geralmente dependentes da adoção de medidas respaldadas pela instituição estatal. Neles, de modo geral, vão sendo desconstruídas associadas problemáticas explicitadas em torno da interação de fatores relacionados aos modos de desenvolvimento da agropecuária e do extrativismo; interpretações pautadas em perspectivas que explicitem os condicionantes da estrutura fundiária e das correspondentes e acirradas formas de *luta pela terra*.

Finalizando a demonstração de estratégias distintivas de modelos de agricultura no decorrer da construção deste texto, reafirmo a importância metodológica da interpretação pela adoção referencial do conceito de questão agrária. Obrigatoriamente, não cedi à tentação de valorização única da demonstração tipológica, mas associei a contextual consagração de categorias relacionais, indicativas de reconhecidas condições e posições sociais, ao movimento de ação política que prescrevia a institucionalização das posições em sistemas de definição de especificidades e de garantias

relativas para, desigualmente, todos os agentes produtivos. As desigualdades e as contradições que fomentam os campos de luta são recalcitrantes, tanto que o conjunto de estratégias nem sempre são capazes de eficazmente limitar a avalanche expropriatória do *agronegócio*. Ao final, embora ligeiramente nuançado para me deter nos limites interpostos à exposição das minhas ideias em artigo, sinalizo os desdobramentos compreensivos da reflexão pautada na constituição de sujeitos políticos, posicionados por reconhecimento de lutas por hegemonia e contra-hegemonia, antes de tudo incidentes sobre formas de apropriação produtiva da terra. Complementar e constitutivamente, reflexões sobre ações de reorganização de valores articulados a ideologias específicas e contrapostas que vão reciprocamente acenando para reconhecimentos²³ de parâmetros menos violentos de organização da sociedade brasileira.

No limite, esta análise, ao tomar por base as condições sociais da disputa enquanto questão social especificada na questão agrária, pressupõe problematizações de defendidas formas de integração política e de inserções sociais: para uns enquanto reformas políticas e para outros até mesmo revoluções ou mudanças radicais, de qualquer maneira alimentadas por diversos sistemas de ideias ou crenças segundo os quais são privilegiadas as contradições explicitadas e enfrentadas. Para os que a tomam pela perspectiva reformista, as proposições visam solucionar ou minimizar as manifestações mais gritantes daquilo que é assim questionado, tanto que geralmente a definem por adoção de programas agrícolas (CARNEIRO, 1997; GONÇALVES NETO, 1997; VEIGA, 1981). Para outros, contrapostamente, fundamentando-se em radicalizações ou enfrentamentos que alterem as condições estruturais de apropriação de fatores produtivos, especialmente a terra, estão requeridos eficazes deslocamentos de princípios de desigualdade social e de sistema de posições sociais. Nas duas proposições, afinal, encontram-se em questão as dissuadidas ou ressignificadas enormes desigualdades socioeconômicas, como as que configuram a sociedade brasileira, cujo acirramento priva parte da população de direitos aos bens fundamentais, até mesmo de viver, como os que a excluem do acesso à água e à terra.

²³ Refiro-me basicamente à leitura de textos de Gramsci (1978a; 1978b).

Referências

- ABRAMOVAY, R. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. 2. ed. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 1998.
- ALENTEJANO, P. Os conflitos pela terra no Brasil: uma breve análise a partir dos dados sobre ocupações e acampamentos. In: COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (org.). *Conflitos no campo Brasil 2003*. Goiânia: CPT, 2004.
- ALMEIDA, A. W. Agroestratégias e desterritorialização: os direitos territoriais e étnicos na mira dos estrategistas dos agronegócios. In: ALMEIDA, A. W.; CARVALHO, G. (org.). *O Plano IIRSA na visão da Sociedade Civil Pan-Amazônica*. Belém: FASE: UFPA, 2009.
- AMIN, S.; VERGOPOULOS, K. *A questão agrária e o capitalismo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- ANDRADE, M. *Os gaúchos descobrem o Brasil: projetos agropecuários contra a agricultura camponesa*. São Luís: EDUFMA, 2008.
- BRUNO, R. *Um Brasil ambivalente: agronegócio, ruralismo e relações de poder*. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica-RJ: EDUR, 2009.
- CANUTO, A. Agronegócio: a modernização conservadora que gera exclusão pela produtividade. *Revista Nera*, Presidente Prudente-SP, v. 7, n. 5, p. 1-12, ago./dez. 2004. ISSN 1806-6755.
- CARNEIRO, M. *Mineração, siderurgia e desenvolvimento na Amazônia Oriental: um balanço da experiência do programa grande Carajás*. São Paulo: Annablume, 2013.
- CARNEIRO, M.; RAMALHO, J. R. A crise econômica mundial e seu impacto sobre o setor siderúrgico maranhense. In: CARNEIRO, M.; COSTA, W. (org.). *A terceira margem do rio*. São Luis: EdUFMA, 2009. p. 37-48.
- CARVALHO, H. M. de. A expansão do capitalismo no campo e a desnacionalização do agrário no Brasil. *Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA)*, edição especial, p. 31-43, jul. 2013.
- CASTEL, R. *Desigualdade e a questão social*. 2. ed. São Paulo: EDUC, 2000.
- CASTEL, R. *La montée des incertitudes*. Travail, protections, statut de l'individu. Paris: Ed. du Seuil, 2009.
- CASTEL, R. *Metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CHAMPAGNE, P. *Faire l'opinion: le nouveau jeu politique*. Paris: Minuit, 1990.

DELGADO, G. da C. *Capital financeiro e agricultura no Brasil*. São Paulo: Editora da Unicamp: Ícone Editora, 1985.

DELGADO, G. da C. *Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

DELGADO, G. da C. Economia do agronegócio (anos 2000) como pacto do poder com os donos da terra. *Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA)*, edição especial, p. 61-68, jul. 2013.

DELGADO, G. da C. A questão agrária e o agronegócio no Brasil. In: CARTER, M. (org.). *Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil*. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

DELGADO, G. da C. A questão agrária no Brasil, 1950-2003. In: JACCOUD, L. (org.). *Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo*. Brasília: Ipea, 2005. p. 51-90.

D'INCAO, M. C. *O "boa-fria": acumulação e miséria*. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 1975.

ELIAS, D. Agronegócio e desigualdades socioespaciais. In: ELIAS, D.; PEQUENO, R. (org.). *Difusão do agronegócio e novas dinâmicas socioespaciais*. 1. ed. Fortaleza: BNB, 2006. p. 25-82.

FERNANDES, B. M. Mestres camponeses: a criação do territorial - Programa de Pós-graduação em desenvolvimento territorial na América Latina e Caribe. In: FERNANDES, B. M.; PEREIRA, J. M. M. (org.). *Desenvolvimento territorial e questão agrária: Brasil, América Latina e Caribe*. 1. ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016a. p. 23-52.

FERNANDES, B. M. *MST: formação e territorialização*. São Paulo: Hucitec, 1996.

FERNANDES, B. M. Quando a agricultura familiar é camponesa. *A questão agrária no Brasil: interpretações sobre o camponês e o campesinato*. São Paulo: Expressão Popular, 2016b. v. 9. p. 309-28.

FERNANDES, B. M. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, A. M. (org.). *Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil*. Campinas: Unicamp, 2005.

FERNANDES, B. M.; MEDEIROS, L. S. de; PAULILO, M. I. (org.). *Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas*. São Paulo: Editora da Unesp, 2009. p. 70-139.

FERNÁNDEZ, A. J. C. *Do cerrado à Amazônia: as estruturas sociais da economia da soja em Mato Grosso*. 2007. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

- GODOI, E. P. de; MENEZES, M. A. de; MARIN, R. A. (org.). *Diversidade do campesinato: expressões e categorias*. São Paulo: Editora: Unesp: NEAD, 2009. v. 1 e 2
- GOENDER, J. Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro. In: STÉDILE, J. P. (org.). *Questão agrária hoje*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1994. p. 15-44.
- GÖRGEN, F. S. A. *Os novos desafios da agricultura camponesa*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2004.
- GRAMSCI, A. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978a.
- GRAMSCI, A. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978b.
- GRYNSZPAN, M. A questão agrária no Brasil pós-1964 e o MST. In: FERREIRA, J.; REIS FILHO, D. A. (org.). *O tempo da ditadura*. v. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 315-48.
- GUIMARÃES, A. P. *Quatro séculos de latifúndio*. 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968 [1963].
- GUSFIELD, J. *La cultura de los problemas publicos*. México: Siglo Veintiuno, 2014.
- HEREDIA, B.; PALMEIRA, M.; LEITE, S. P. Sociedade e economia do “agronegócio” no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 25, n. 74, p. 159-176, out. 2010.
- IANNI, O. *A luta pela terra*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1978.
- LATOUR, B. *La science en action*. Paris: La Decouverte, 1989.
- LATOUR, B.; WOOLGAR, S. *La vie de laboratoire: la production des faits scientifiques*. Paris: La Découverte, 1988.
- LENOIR, R. Objet sociologique et problème social. In: CHAMPAGNE, P. et. al (org.). *Iniciation à la pratique sociologique*. Paris: Dunot, 1990. p. 51-100.
- LINHARES, M. Y.; SILVA, F. C. T. *Terra prometida: uma história da questão agrária no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.
- MARIN, J. O.; NEVES, D. P. (org.). *Campesinato e marcha para Oeste*. Santa Maria: Editora UFSM, 2013.
- MARTINS, J. de S. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- MARTINS, J. de S. A questão agrária brasileira e o papel do MST. In: STÉDILE, J. P. (org.). *A reforma agrária e a luta do MST*. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 11-76.
- MARTINS, J. de S. *Reforma agrária: o impossível diálogo*. São Paulo: EDUSP, 2000.

- MARTINS, M. D. (org.). *O Banco Mundial e a Terra: ofensiva e resistência na América Latina, África e Ásia*. São Paulo: Viramundo, 2004.
- MARX, K. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Escriba, 1968.
- MARX, K. *O Capital*. Livro 1, Vols I e II. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1971.
- MARX, K. *As lutas de classes na França de 1848 a 1850*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.
- MAZZALI, L. *O processo de reorganização agroindustrial: do complexo à organização em rede*. São Paulo: Editora Unesp, 2000.
- MENDONÇA, M. L. O monopólio da terra para produção de agrocombustíveis. *Revista Caros Amigos*, São Paulo, ano 14, n. 157, p. 20-23, abril 2010.
- MENDONÇA, S. R. de. Estado e hegemonia do agronegócio no Brasil. *Histórias e Perspectivas*, Uberlândia-MG, v. 32/33: p. 91-132, jan.jul./ago.dez. 2005.
- MENDONÇA, S. R. de. *A nova hegemonia do patronato agrário brasileiro: da modernização econômica brasileira (1960-1980)*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- MULLER, G. Agricultura e industrialização no campo. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 2/2, n. 6, p. 47-77, abr./jun. 1982.
- MULLER, G. *O complexo agroindustrial brasileiro*. Relatório n. 13. São Paulo: EAEEP/FGV, 1981.
- NEVES, D. P. *Mulheres e mercado de trabalho: afiliações e conquistas*. Niterói: Editora Alternativa, 2014. (Coleção Mulheres em Santarém: alternativas de vida, v. 1).
- OLIVEIRA, A. U. de. *Amazônia: monopólio, expropriação e conflitos*. Campinas: Editora Papirus, 1990.
- OLIVEIRA, A. U. de. Geografia Agrária: perspectivas no início do século XXI. In: OLIVEIRA, A. U. de; MARQUES, M. (org.). *O campo no século XXI*. 1 ed. São Paulo: Paz e Terra/Casa Amarela, 2004. p. 29-70.
- OLIVEIRA, A. U. de. *A Geografia das lutas no campo*. São Paulo: Editora Contexto, 1988.
- OLIVEIRA, A. U. de. *Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária*. São Paulo: Labur Edições, 2007.
- PALMEIRA, M. Modernização, Estado e questão agrária. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 3, n. 7, p. 87-108, set./dez. 1989.

PALMEIRA, M. The aftermath of peasant mobilization: rural conflict in the Brazilian Northeast since 1964. In: AGUIAR, N. (org.). *The structure of brazilian development*. New Brunswick: Transaction Books, 1979. p. 71-97.

PALMEIRA, M.; LEITE, S. Debates econômicos, processos sociais e lutas políticas. In: COSTA, L. F. C.; SANTOS, R. (org.). *Política e reforma agrária*. Rio de Janeiro: Mauad, 1998. p. 92-165.

PORTO-GONÇALVES, C. W.; ALENTEJANO, P. A violência do latifúndio moderno-colonial e do agronegócio nos últimos 25 anos. *Conflitos no campo Brasil* 2009. Goiânia: CPT, 2010. v. 1, p. 109-117.

PRADO JÚNIOR, C. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Livraria Martins Fontes, 1942.

PRADO JÚNIOR, C. Os fundamentos econômicos da revolução brasileira. *A Classe Operária*, São Paulo, 1947.

PRADO JÚNIOR, C. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1945.

PRADO JÚNIOR, C. *A questão agrária*. 1 ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

PRADO JÚNIOR, C. A questão agrária e a revolução brasileira - 1960. In: STÉDILE, J. P. (org.). *A questão agrária no Brasil: o debate tradicional - 1500-1960*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2005. p. 79-87.

PRADO JÚNIOR, C. *A revolução brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1966.

RANGEL, I. A questão agrária brasileira: 1957-1986. In: STÉDILE, J. P. (org.). *A questão agrária no Brasil: o debate tradicional - 1500-1960*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2005. p. 171-231.

RIOJA, R. As verdades inconvenientes que a campanha “Agro pop” tenta esconder. *Ideias na Mesa*, Brasília, 21 fev. 2017. Disponível em: <https://ideiasnamesa.unb.br/index.php?r=post/view&id=940>. Acesso em: 23 abr. 2017.

ROSANVALLON, P. *A nova questão social*. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 1998.

SAUER, S. *Agricultura familiar versus agronegócio: a dinâmica sociopolítica do campo brasileiro*. Brasília: Embrapa, 2008.

SAUER, S. *Dinheiro público para o agronegócio*. Brasília: Mimeo, 2010.

SAUER, S. A terra por uma cédula: estudo sobre a “reforma agrária de mercado”. In: MARTINS, M. D. (org.). *O Banco Mundial e a terra: ofensiva e resistência na América Latina, África e Ásia*. São Paulo: Viramundo, 2004. p. 20-101.

- SAUER, S.; PEREIRA, J. M. (org.). *Capturando a terra*: Banco Mundial, políticas fundiárias neoliberais e reforma agrária de mercado. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- SCHLESINGER, S. *O grão que cresceu demais*: a soja e seus impactos sobre a sociedade e o meio ambiente. 1. ed. Rio de Janeiro: Fase, 2006.
- SILVA, J. G. da. *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. Campinas: Unicamp/IE, 1996.
- SILVA, J. G. da. *O que é questão agrária*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1998.
- SILVA, L. O. *Terras devolutas e latifúndio*. São Paulo: Editora da Unicamp, 2008.
- SODRÉ, N. W. *Formação histórica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1962.
- STÉDILE, J. P. (org.). *A questão agrária no Brasil*: o debate tradicional –1500-1960. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2005.
- TAVARES DOS SANTOS, J. V. *Matuchos*: exclusão e luta (do Sul para a Amazônia Ocidental). Petrópolis: Vozes, 1993.
- TEIXEIRA, G. A sustentação política e econômica do agronegócio no Brasil. *Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA)*, edição especial, p. 13-30, jul. 2013.
- TELLES, V. da S. Questão social: afinal do que se trata?. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 10, n. 4, p. 85-95, out./dez. 1996.
- VINHAS DE QUEIROZ, M. *Messianismo e conflito social*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A., 1966.
- WILKINSON, J. *Agronegócios e agricultura familiar*: entre confronto e diálogo. Brasília: OXFAM, 2007.
- WOLF, E. *Guerras camponesas do século XX*. São Paulo: Global, 1984.
- WOLF, E. *Sociedades Camponesas*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.
- YAZBEK, M. C. Pobreza e exclusão social: expressões da questão social no Brasil. *Revista Temporalis – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social*, Brasília, ano 2, n. 3, p. 33-40, jan./jul. 2001. Disponível em: http://cressmt.org.br/novo/wp-content/uploads/2018/08/Temporalis_n_3_Questao_Social.pdf. Acesso em: 01 ago. 2018.
- ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. (org.). *Desenvolvimento e conflitos ambientais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

Sites consultados

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE MARKETING RURAL E AGRONEGÓCIO. *O agro não é pop*. ABMRA, Jun 2018. Disponível em: www.abmra.org.br/2016/index.php/o-agro-nao-e-pop/

DÍARIO LIBERDADE. “*Agro é pop*”: cultivando desinformação e elogiando a escravidão ... Disponível em: <https://gz.diarioliberalidade.org/Brasil>

REPÓRTER BRASIL. *Campo em guerra*. Aumento da violência no campo anuncia cenário de guerra em 2017. Disponível em: <https://www.campoemguerra-reporterbrasil.org/aumento-da-violencia-no-campo>

CPT-Comissão Pastoral da Terra/ Centro de Documentação Dom Tomás Balduino
As verdades inconvenientes que a campanha “Agro Pop” tenta esconder. Equipe OBHA | 22, fev, 2017 | + água no feijão. Texto publicado no site Ideias na Mesa no dia 21/02/17 de autoria do nutricionista Rafael Rioja.

Por que a Globo criou a campanha “Agro é tech, agro é pop” - StartAgro; www.startagro.agr.br/por-que-o-agronegocio-precisa-de-uma-comunicacao-moderna

Por-que-o-agronegocio-precisa-de-uma-comunicacao-moderna/; www.startagro.agr.br

Dendê, mandioca, outras culturas: agriculturas em disputa no Nordeste Paraense¹

Dalva Maria da Mota | Heribert Schmitz
Moisés Mourão Júnior | Dérick Lima Gomes

Introdução

O objetivo deste capítulo é analisar agriculturas em disputa no âmbito das políticas públicas instituídas para a produção de dendê no Nordeste Paraense (NEP), a maior região produtora do Brasil. O plano de fundo está conformado pela hegemonia do pensamento de que a Amazônia poderá ser futuramente uma grande produtora de energia renovável do planeta e da consequente ação do Estado com a criação de “agroestratégias”² para contornar obstáculos jurídicos e técnicos para viabilizar a produção (ALMEIDA; ACEVEDO MARIN, 2010).

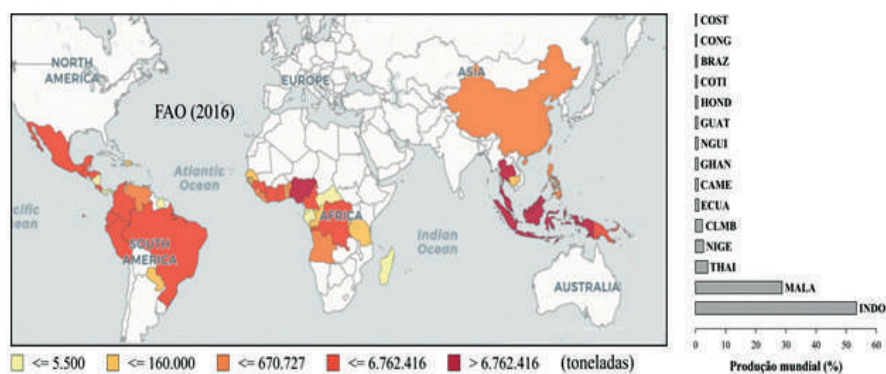
A acelerada expansão da dendeicultura nas últimas décadas, tanto como alternativa energética quanto alimentar, corresponde a um movimento internacional, no qual os plantios de dendê ocupam 20% dos cultivos permanentes do mundo. A previsão de crescimento é da ordem de duas a três vezes até 2050 (OVERBEEK, 2017). A iniciativa faz parte de uma divisão internacional do trabalho, na qual as estimativas de produção para 2018 são:

¹ Estudo realizado no âmbito do projeto “Integração da Agricultura Familiar na Produção do Dendê no Pará: Possibilidade de Inclusão Social?” (AFInS), financiado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e realizado por meio de uma parceria com a Universidade Federal do Pará (UFPA) e os sindicatos rurais do Nordeste Paraense, no período de 2014 a 2018.

² São ações “vinculadas aos agronegócios para incorporar novas terras aos seus empreendimentos econômicos, sobretudo na região amazônica, liberando-as tanto de condicionantes jurídico-formais e político-administrativos, quanto de fatores étnicos e culturais ou determinados pelas modalidades de uso das terras tradicionalmente ocupadas” (ALMEIDA; ACEVEDO MARIN, 2010, p. 141).

Ásia (65.320 mil toneladas), América (4.463 mil toneladas) e África (2.796 mil toneladas) (UNITED STATES DEPARTMENT OF AGRICULTURE, 2018). Na América do Sul, Colômbia, Equador e Brasil despontam como os principais produtores (Mapa 1). Em todos os casos, as corporações dominam a cadeia produtiva e têm grandes áreas de monoculturas, que coexistem com os cultivos de médios e pequenos produtores segundo diferentes formatos e contratos para fornecimento de matéria-prima.

Mapa 1 - Países líderes na produção de dendê no mundo



Fonte: FAOSTAT, 2018.

Sob diferentes argumentos que variam entre o uso na culinária, a destruição ambiental e o reflorestamento, o agronegócio do dendê atrai olhares em todo o mundo. Diante de tal dimensão, qual o debate mediante tal magnitude? Segundo o discurso oficial e do mercado, a dendeicultura é uma alternativa energética para combater as mudanças climáticas pelo seu potencial de reflorestamento, de diminuição do uso de combustíveis fósseis pela agregação ao biodiesel e da redução dos preços do petróleo. O dendê tem um preço competitivo quando comparado com a soja, pela quantidade de óleo produzido por ha³ e é considerado um grande gerador de empregos e de

³ Segundo Alves (2011), o dendezeiro possui uma produtividade superior às demais oleaginosas presentes no Brasil, pois atinge uma produção de óleo de 4,5 toneladas/ha/ano, enquanto a soja (0,5), a mamona (0,7), o amendoim (0,7) e o babaçu (0,12) apresentam uma produção bem abaixo.

dinamização da economia local (ALVES, 2011; BECKER, 2010). De forma mais crítica, analistas apontam que o otimismo está revestido sobre um novo imperialismo ecológico, com a pergunta sobre quem entrará no mercado de energia nos próximos anos (LASCHEFSKY, 2010); e pela estrangeirização de terras por meio do processo denominado *land grabbing*, referente à privatização de terras sob argumentos ambientais e de sustentabilidade que se intensificou no Brasil a partir dos anos 2000 (BACKHOUSE, 2013). As indicações de problemas sanitários, a contaminação de água e a diminuição de biodiversidade também constam na pauta de outros pesquisadores (GOMES; SILVA; MACEDO, 2016; LEES *et al.*, 2015; VILMAR *et al.*, 2014). Além disso, chamamos a atenção para o forte argumento quanto ao “reflorestamento para áreas degradadas”, frequentemente associado ao vazio demográfico, que, em muitos casos, incide na transformação e no comprometimento dos meios de vida tanto de povos tradicionais como de agricultores familiares que ali residem e dependem do uso de recursos naturais (SILVA, F. C.; SILVA, J. M. O.; MACEDO, 2016; GOMES; MAGALHÃES, 2016) e podem levar à insegurança alimentar.

1 A dendeicultura no Pará

A dendeicultura tem história recente no estado do Pará. Segundo Homma (2016), as primeiras experiências com a cultura datam da década de 1940. Entretanto, foi no início dos anos 2000 que políticas públicas foram especificamente instituídas para consolidar no Brasil regiões produtoras de matéria-prima (dendê, mamona e pinhão manso) para agrocombustíveis visando a diversificação da matriz energética e a redução da dependência nacional de combustíveis fósseis importados.

Em 2016, o Brasil produzia 0,58% da produção mundial de dendê e o estado teve papel central para alcançar esse patamar com subsídios públicos oriundos de diferentes políticas e incentivos às corporações interessadas na Amazônia, em particular no NEP.

A série histórica mais completa sobre a produção de dendê no Brasil é do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que comporta dados de 1988 a 2015, mesmo que reconheçamos que são diferentes quando confrontados com dados mais pontuais de outros estudos. A partir dessa série, demarcamos três fases na história da dendeicultura paraense, quais sejam: 1) fase inicial; 2) fase de consolidação; e 3) fase de expansão.

A fase inicial (até 1994) corresponde a um conjunto de iniciativas para a adaptação dos cultivos de dendê no Pará. Muller *et al.* (1989, p. 5) relatam que “na Amazônia, pesquisadores do Antigo Instituto Agrônômico do Norte (IAN) plantaram no Pará, em 1951, algumas linhagens provenientes da África para verificar a adaptabilidade e produção desta palmeira na região”.

Vale ressaltar que a iniciativa não é isolada, pois Escobar descreve que em 1958 um especialista francês da FAO recomendou ao governo da Colômbia a promoção da produção da “palma africana”. Paralelamente, ele fez a prospecção dos solos mais indicados (ESCOBAR, 2010, p. 89).

Muller *et al.* (1989) atestam que o plantio do dendê, em escala industrial, no Pará, foi uma iniciativa da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) por meio de convênio com o Institut de Recherches pour les Huiles et Oleagineux (IRHO), em 1967, para uma experiência com 1.500 ha, posteriormente transferida por meio de licitação pública para a Empresa Dendê do Pará S.A. (Denpasa). No relato, os autores afirmam que em 1973 “a Secretaria de Agricultura do Estado do Pará criou o ‘Projeto Dendê’, visando implantar 1.500 ha desta cultura, distribuídos em lotes de pequenos produtores” (MULLER *et al.*, 1989, p. 5). A análise aponta o potencial da oleaginosa para produtos alimentícios, farmacêuticos, de limpeza, componentes para automóveis, energia, dentre dezenas de possibilidades.

Em 1980, a Embrapa ratifica o seu interesse pela cultura do dendê e transforma o Centro Nacional de Pesquisa de Seringueira (CNPSe) em Centro Nacional de Pesquisa de Seringueira e Dendê (CNPSeD) no estado do Amazonas, que tem como missão:

Coordenar e executar o Programa Nacional de Pesquisa de Dendê (PNPDendê), buscando as alternativas tecnológicas visando a promoção, estimulação e desenvolvimento da dendeicultura no país (EMBRAPA, 1985, p. 2).

O documento é claro quanto à versatilidade do dendê “em virtude dos seus múltiplos usos” e aponta para a sua possibilidade de “substituto potencial do óleo diesel” (EMBRAPA, 1985, p. 5).

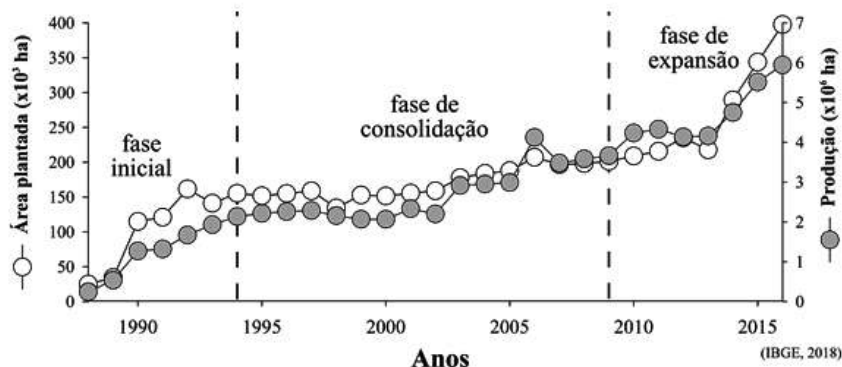
Foi nessa fase que se desenharam as primeiras iniciativas para o aproveitamento da oleaginosa na matriz energética. Silva, Homma e Pena (2011, p. 3) afirmam que:

Dentre as primeiras políticas voltadas ao fortalecimento da cultura do dendezeiro no Brasil pode-se relatar o Programa Nacional de Óleo Vegetais para fins Energéticos – Pro-óleo, instituído no governo de João Baptista Figueiredo (1979-1985), o então último presidente do regime militar, influenciado por fortes preocupações referentes à elevação dos preços do petróleo no mercado mundial. O programa estava pautado em viabilizar a mistura do óleo de dendê com óleo diesel, assim como, o uso em motores próprios. Porém, com a queda dos preços do petróleo no mercado internacional o programa não conseguiu deslanchar.

Na fase inicial, a área plantada foi de 107.000 ha. Em todas as iniciativas, é central a presença do Estado no suporte à adaptação da cultura, assim como o apelo do mercado internacional (demanda de alimentos e alta do petróleo). A articulação com o setor privado se evidencia pela relação com a Denpasa e a iniciativa de envolvimento de “pequenos produtores”. Entretanto, os propósitos do cultivo de dendê na Amazônia se ampliam gradativamente. Se no governo militar foram orientados a produtos diversos, mais recentemente, objetivam também redefinir a matriz energética nacional.

A fase de consolidação (1995-2009), após a ocorrência do Plano Real, denota uma mudança acentuada entre os polos de produção, com uma área plantada média de 171.500 ha (Figura 1).

Figura 1 - Área plantada, produção de cachos de frutos (IBGE, 2017)



Fonte: IBGE, 2018.

Na fase de consolidação da dendeicultura no Pará conjugaram-se diferentes iniciativas de políticas públicas, desta feita, com duas diferenças quanto à fase anterior. A primeira é que os propósitos extrapolavam a produção de alimentos e objetivavam a produção de agrocombustíveis. Quanto à segunda, o governo federal desenvolveu as ações por meio de diferentes ministérios com destaque para o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB), coordenado pelo Ministério das Minas e Energia. O PNPB foi lançado em 2004 com previsão da produção de dendê por agricultores familiares e da diminuição da dependência do país da importação de óleo diesel, considerando também o acúmulo de experiência com a produção de energias alternativas por meio do Proálcool, cujo auge situou-se nos anos de 1970.

No conteúdo programático do PNPB, o Selo Combustível Social (SCS) garante ao seu portador vantagens financeiras e operacionais, desde que atenda a certas regras, como o caráter de promotor da inclusão social dos agricultores integrados à cadeia produtiva da oleaginosa e a manutenção da biodiversidade local, tema crítico na expansão de *commodities* no mundo,

associada à devastação de recursos e expropriação de povos autóctones (BUTLER; LAURANCE, 2009; WILCOVE; KOH, 2010). A iniciativa, como parte de uma política pública coordenada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) no governo Lula, teve suporte de representantes das empresas e de setores do movimento social para divulgar as suas vantagens para atrair agricultores interessados em alternativas produtivas que, em primeira instância, anunciavam ter apoio técnico e creditício para o aumento de renda (ABRAMOVAY; MAGALHÃES, 2007). Complementarmente, empresas de “captação” de agricultores para a assinatura de contratos realizaram um trabalho de divulgação da dendeicultura que incluía, além das vantagens financeiras e de comercialização, promessas quanto à melhoria dos serviços públicos de saúde, educação e estradas. Tais promessas, como era de se esperar, não foram cumpridas e há grande frustração e mesmo revolta entre alguns grupos (GOMES, 2018).

Um dos critérios para a obtenção do SCS pelas empresas produtoras de agrocombustíveis é que a capacitação dos agricultores familiares para a produção de oleaginosas deverá ser compatível com a segurança alimentar e a geração de renda (BRASIL, 2011). Não obstante o incentivo, o SCS não teve a repercussão esperada no Pará, uma vez que em 2017 apenas 0,76% da produção de dendê destinou-se à produção de biodiesel e existia apenas uma empresa detentora do SCS (SEAD, 2018) decorrente da falta de usinas processadoras.

Castro (2011) conclui que o programa idealizou a produção de dendê no Norte para biodiesel, mas seus incentivos não surtiram efeito para tal finalidade, destinando-se a outros mercados mais competitivos. Outra disfunção do PNPB, em âmbito nacional, é mostrada por Pires (2015) quanto à concentração das aquisições de oleaginosas em cultivo consagrado como a soja, ao invés de novas espécies.

Regionalmente, a produção de dendê no estado do Pará é realizada nas mesorregiões do NEP e Metropolitana de Belém, sendo que a primeira é

responsável por cerca de 95% da produção do estado e a segunda por cerca de 5% da produção (IBGE, 2015; MOURÃO JÚNIOR, 2017).

Avaliando-se a estrutura dos grandes projetos de cultivo de dendê, tem-se representes, ainda em atuação expressiva, da fase “inicial” a empresa Denpasa (desde 1968), localizado em municípios próximos à área metropolitana; enquanto que os empreendimentos Dentauá, Marborges, Agropalma e Palmasa representam a fase “consolidação”; já os empreendimentos Mejer-Yossan, Biopalma, Belém Bionergia Brasil, Guanfeng Group e Archer Daniels Midland (ADM) pertencem à fase “expansão”.

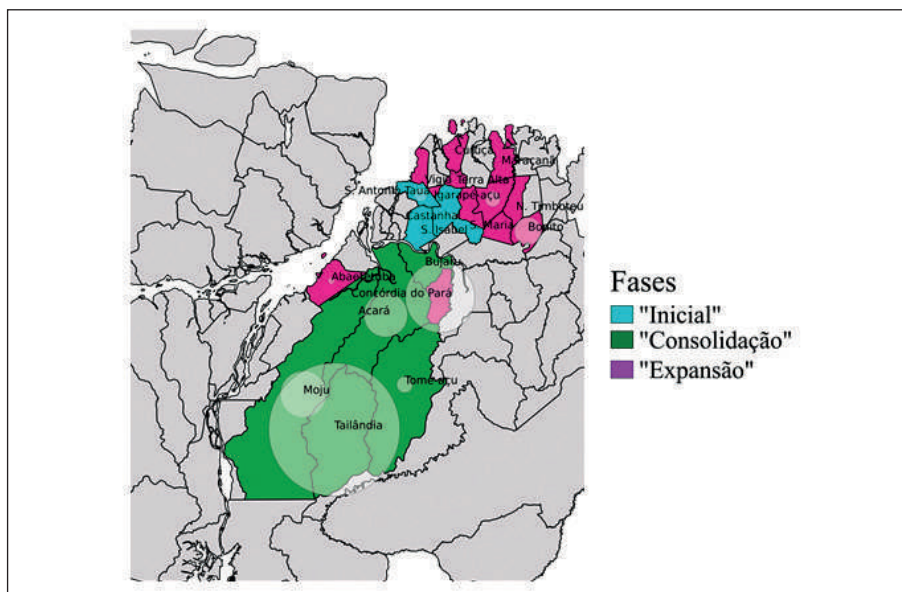
Na área onde está situada a produção de dendê no Pará estão localizadas algumas das empresas que se dedicam a esse negócio. As empresas têm origens bastante diferenciadas com perfis familiares e de corporações e se dedicam predominantemente à produção de óleos para o mercado farmacêutico, de cosméticos e de alimentos, muito embora a previsão fosse também para a produção de agrocombustíveis.

A fase de expansão (2010-presente) mostra que o forte suporte do estado surtiu o efeito esperado. Os números apontam que os plantios de dendê concentram-se no NEP e estudiosos, a partir de dados próprios, estimaram uma área de mais de 207 mil⁴ ha em 31 municípios (BRANDÃO; SCHONEVELD; PACHECO, 2018). Segundo os autores, cerca de 90% do total (sistema de *plantation*) pertencem a nove agroindústrias e o equivalente a 15% do total correspondem a agricultores em estabelecimentos familiares que têm contratos de integração com agroindústrias (ABRAPALMA, 2014), nos quais uma área da terra do estabelecimento familiar e a força de trabalho do grupo doméstico são disponibilizadas para o cultivo de dendê de até 10 hectares⁵.

⁴ O IBGE (2016) indica um total de 273 mil hectares.

⁵ Pesquisa realizada no âmbito do Projeto AFInS (2015) em 08 municípios do Nordeste Paraense constatou que 10% dos estabelecimentos familiares têm de 3 a 5 ha de dendê, 12% têm de 6 a 8 ha, 65% têm de 9 a 11ha e os demais têm de 12 a 30ha (13%).

Mapa 2 - Fases da expansão da dendeicultura no NEP em 2016



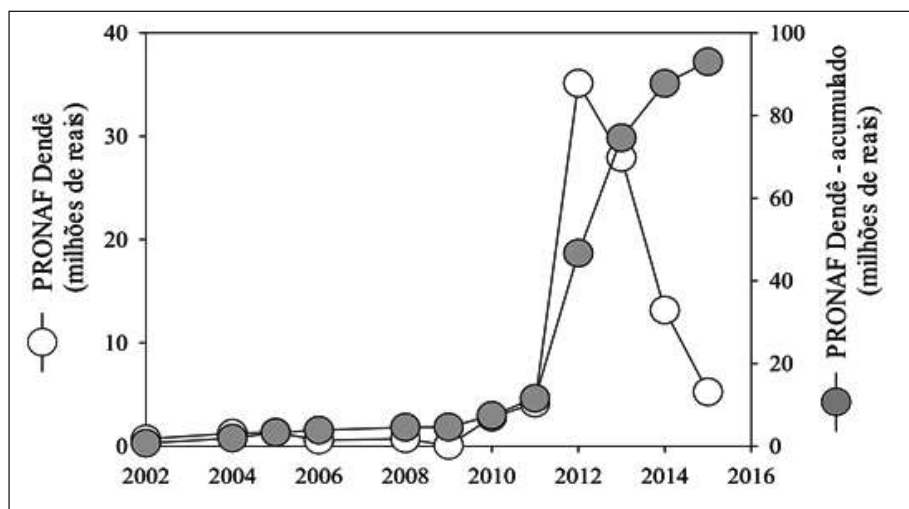
Fonte: IBGE, 2018.

Têm destaque nessa fase, o Programa de Produção Sustentável de Palma de Óleo (PSOP) e o Zoneamento Agroecológico da Palma de Óleo em Áreas Desmatadas da Amazônia (ZAE-Palma). Complementarmente, grupos de interesse se estruturaram para a viabilização do modelo, a exemplo da Frente Parlamentar da Palma de Óleo.

Se o PNPB teve no seu escopo a produção de oleaginosas em geral, o PSOP, lançado em 2010, destinou-se exclusivamente ao dendê e, mais particularmente, no Pará, considerando que este estado responde por 90% da produção nacional. Documentos operacionais e estudos acadêmicos sobre o PSOP indicam que o programa objetiva regular a expansão da cultura na Amazônia por meio da disponibilização de recursos para o zoneamento agroecológico, pesquisa e crédito para os diferentes tipos de produtores que estavam previstos como beneficiários do programa. Não encontramos o

registro do conteúdo do programa nos documentos oficiais, muito embora estejamos informados que dentre as suas linhas de crédito constava o Pronaf Eco Dendê, que no Pará teve seu auge entre 2011 e 2013. Este subsídio concentrou cerca de 72% dos recursos de crédito rural, de um total de 93 milhões liberados no Pará (Figura 2).

Figura 2 - Recursos Pronaf Eco Dendê Agricultura Familiar 2002-2016



Fonte: Basa (2016)

O ZAE-Palma buscou estabelecer um ordenamento territorial dos cultivos de palma de óleo, em que 13,6% da área da Amazônia foi indicada como apta (o que representa um montante de 31,8 milhões de hectares ou 3,7% da área total do território brasileiro). Esses plantios devem ser restritos às áreas desmatadas até o ano de 2007, considerado o ano-referência nos mapeamentos do Programa de Monitoramento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite (Prodes) do Instituto Nacional de Pesquisa Espacial (Inpe). Considerando-se a existência de um zoneamento agroecológico, uma alteração no Código Florestal garante que o tamanho da reserva legal exigida fosse reduzido dos 80% para 50% da área da propriedade, no caso da Amazônia. Desse modo,

o Zondendê garantiu essa prerrogativa, a qual tem a capacidade de ampliar e facilitar os investimentos nas áreas identificadas pelo zoneamento.

Para evitar repetir experiências negativas mundialmente recriminadas, o PSOP incentivou o disciplinamento e condicionou o plantio de palma de óleo em áreas consideradas “alteradas” ou “degradadas”. Mesmo com o disciplinamento, porém, persistem indefinições quanto a “zonas de amortecimento” e, em decorrência, ocorreram conflitos ambientais em terras tradicionalmente ocupadas por povos indígenas (Turé-Mariquita) e quilombolas (RIBEIRO, 2017; SILVA, F. C.; SILVA, J. M. O.; MACEDO, 2016). Ademais, os agricultores familiares venderam as suas terras devido ao aquecimento do mercado e na esperança de obterem trabalho assalariado (BACKHOUSE, 2013; SILVA; MAGALHÃES; FARIAS, 2016).

Na escala local, os financiamentos para as empresas oriundos da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) adotam duas modalidades de incentivos: 1) Incentivos fiscais – considerada a modalidade principal, é concedida a figuras jurídicas titulares de projetos de implantação, modernização, ampliação ou diversificação de empreendimentos produtivos tendo como benefício à redução de 75% do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ)⁶; e 2) Fundos de Desenvolvimento da Amazônia (FDA) – também voltado a figuras jurídicas que tenham projetos de implantação, modernização, ampliação ou diversificação de empreendimentos produtivos, apresenta como diferença a ênfase em financiamentos de projetos privados de infraestrutura, inovação tecnológica e serviços tendo como benefícios: prazos especiais de carência, amortizações semestrais de pagamentos e juros, horizonte de financiamento de até 20 anos, taxas atrativas de juros pré-fixadas ou do próprio fundo de desenvolvimento⁷.

⁶ Tendo como exemplo de beneficiadas: Palmasa S.A. (Igarapé-Açu), CRA (Agropalma-Belém), Marborges (Moju), Mejer (Bonito).

⁷ Esse benefício foi acessado somente pela Belém Bioenergia Brasil (Tailândia, Tomé-Açu e Mãe do Rio), entretanto esta empresa desistiu do projeto, após a quitação do débito da parcela única recebida.

Em suma, a expansão do dendê no Pará tem provocado diferentes interpretações sobre seus reais efeitos. Se há aqueles que defendem os subsídios à produção da oleaginosa baseados no argumento de geração de empregos, recuperação de áreas degradadas e desenvolvimento regional (ALVES, 2011; BECKER, 2010), outros questionam a prioridade dos recursos direcionados à produção do dendê, ao compará-los aos irrisórios incentivos governamentais às agriculturas historicamente desenvolvidas no estado e, sobretudo, diante das consequências àqueles que residem em áreas circunvizinhas aos dendezaís com reflexo na segurança alimentar (BACKHOUSE, 2013; NAHUM; SANTOS, 2016). Há, ainda, a relação do aumento da produção do dendê à redução da produção da farinha de mandioca, carro chefe de muitos estabelecimentos familiares locais e alimento básico das refeições da população paraense (HOMMA; VIEIRA, 2012; MODESTO JÚNIOR; ALVES; NASCIMENTO JÚNIOR, 2013). Assim, seja no plano intelectual, das políticas públicas ou no interior de propriedades agrícolas, modelos de agriculturas encontram-se atualmente em disputa. Sob tal compreensão, analisaremos como estas disputas se evidenciam em estabelecimentos de agricultores familiares que produzem dendê sob integração em oito municípios⁸.

Para efeito analítico, estamos considerando agriculturas no plural para nos referirmos a agriculturas de base familiar, nas quais há relação entre a unidade de produção e de consumo a partir de diferentes composições, tendo a agricultura como atividade de destaque. A partir das práticas que desenvolvem e dos produtos que geram, as famílias têm diferentes relações com os mercados (produtos, insumos, dinheiro). Mais especificamente, estamos nos referindo, neste capítulo, a uma agricultura com culturas tradicionalmente cultivadas e associadas a padrões locais de consumo e outra com produção derivada de um contrato para produção de matéria-prima para uma agroindústria. Chamamos

⁸ Os estabelecimentos visitados localizam-se nos municípios de: Acará, Capitão Poço, Concórdia do Pará, Irituia, São Domingos do Capim, Tailândia, Moju e Tomé-Açu.

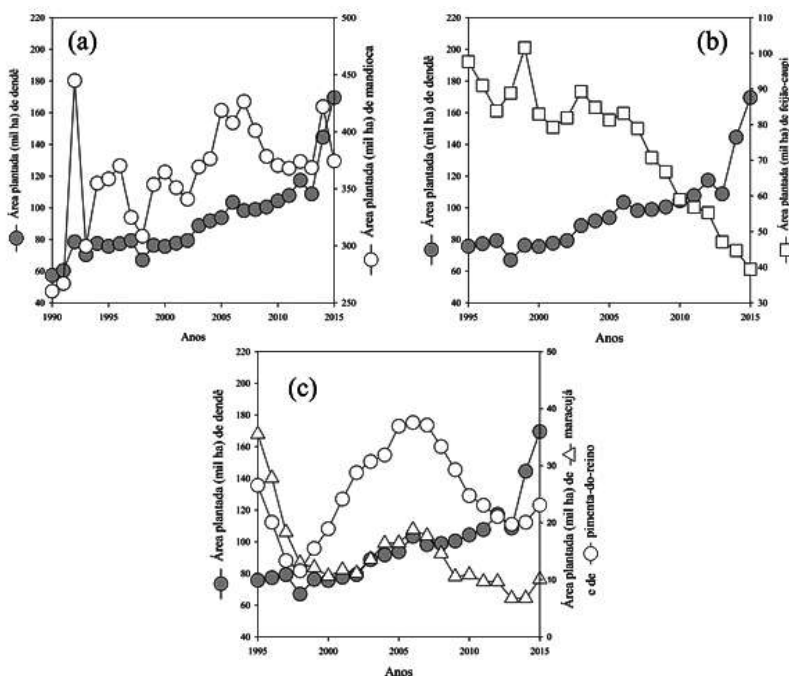
a atenção que as agriculturas em tela não são excludentes, mas conduzem a diferentes graus de autonomia e subordinação. Além da prioridade em sua destinação, elas também diferem quanto ao modo como são realizadas com domínio do agricultor sob todas as etapas sem apoio público, em um caso, e, no outro, dependência de itinerários técnicos, crédito e assistência técnica. É importante ressaltar a evidência de coexistência destas racionalidades num mesmo estabelecimento familiar.

2 Nos estabelecimentos familiares: quais as disputas?

Para demarcar o cenário das disputas, traçamos, a partir de dados do IBGE (2017), tendências que se delineiam em seis municípios que estão no grupo dos maiores produtores de dendê. Consideramos culturas associadas à agricultura familiar pela importância que têm para a sua reprodução social. São culturas que se destacam na alimentação e venda (mandioca e feijão), na comercialização (maracujá e pimenta) e como matéria-prima para a agroindústria de dendê (Figura 3a, b, c).

Grosso modo, os dados mostram a persistência da importância da mandioca, cultivada em todo o estado, predominantemente por agricultores familiares. O produto é essencial para a dieta alimentar dos paraenses e sinônimo de segurança alimentar. Recentemente, observa-se o plantio mecanizado de mandioca em áreas empresariais no Pará e a concorrência da produção do Paraná. Há diminuição da produção de feijão caupi e do maracujá e oscilações da pimenta-do-reino. No caso do feijão caupi, a concorrência da produção empresarial do Mato Grosso tem influenciado no mercado paraense e, desestimulado a produção que, mesmo assim, ainda abastece lugares em que vivem nordestinos que migraram para o Pará e mercados do Nordeste brasileiro.

Figura 3 - Evolução das áreas plantadas com dendê em comparação com: (a) mandioca, (b) feijão caupi e (c) maracujá e pimenta do reino nos municípios de Acará, Bonito, Concórdia do Pará, Moju, Tailândia e Tomé-Açu



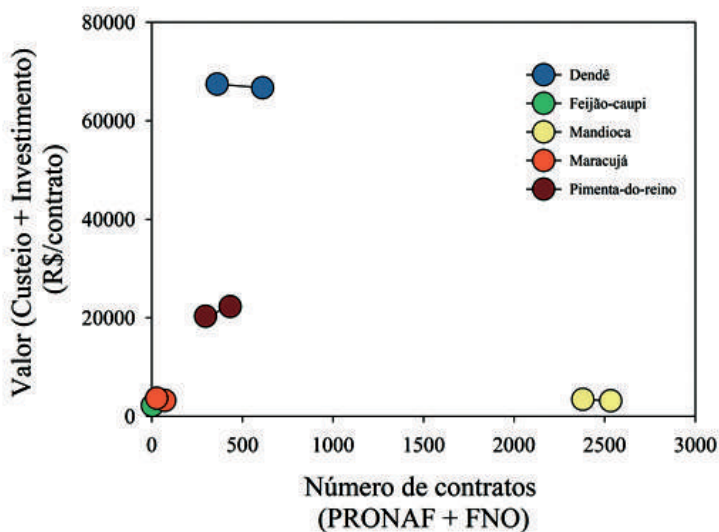
Fonte: IBGE, 2018.

A produção da pimenta-do-reino, cultura que representa a possibilidade de poupança, é diretamente influenciada pelas oscilações do mercado global, regulado pela lei da oferta e demanda e pelos arranjos instituídos entre compradores e exportadores para obterem menores preços. Entre 2014 e 2016, a *commodity* chegou a custar R\$ 32,00/kg no Nordeste Paraense, motivo pelo qual muitos agricultores aumentaram as áreas destinadas à cultura. Em 2017, porém, o valor reduziu-se a R\$ 8,50/kg, causando prejuízos aos que apostaram no preço alto que poderia alterar para melhor suas condições de vida. Uma peculiaridade da pimenta é o cultivo, muitas vezes, em conjunto com o do maracujá. O estado do Pará já foi um dos maiores produtores de

maracujá do Brasil, mas o seu declínio ocorreu na segunda metade dos anos de 1990, sem mostrar tendência de recuperação.

A desigualdade de incentivos e os problemas de instabilidade e declínio de preços servem como argumentos para os que afirmam que o dendê ao menos proporciona certa regularidade em seu preço. Os recursos do crédito rural relativo aos anos de 2013 e 2014 traduzem a disparidade na priorização da consolidação da dendeicultura como se pode observar na Figura 4.

Figura 4 - Valor e número de contratos de financiamento no Pará (2013 e 2014)



Fonte: Basa, 2016.

Como se pode observar, há um baixíssimo número de contratos e de valor por contrato para os casos do feijão caupi e do maracujá; um elevadíssimo número de contratos e baixo valor por contrato para a mandioca; e um baixo número de contratos e baixo valor por contrato para a pimenta-do-reino. Entretanto, para o dendê há um médio número de contratos e elevada remuneração por contrato, sem contar que este período não foi ainda o auge dos financiamentos que se daria em 2015. Há uma desproporcionalidade

de investimento que se faz notar na estruturação dos negócios e no sentimento de “desprestígio” daqueles que não conseguem acessar recursos. Comparativamente, a cultura do dendê é a que, simultaneamente, mobiliza maior volume de recursos, mas também significa maior vulnerabilidade para os agricultores familiares porque não pode ser consumida, não pode ser armazenada nem processada por eles, caracterizando desse modo, um grau de dependência estritíssimo das indústrias de processamento.

No conteúdo programático do PNPB consta o propósito de inclusão social, relacionada, de um lado, à agricultura por contrato entre agricultores familiares e agroindústrias; e por outro, à geração de postos de trabalho, tanto nos estabelecimentos familiares quanto nos empreendimentos empresariais (BRASIL, 2018). No PNPB, há ainda o reconhecimento da coexistência de diferentes agriculturas e a orientação de que a produção de dendê não deverá comprometer a segurança alimentar (produção de alimentos) das famílias que cultivam a oleaginosa (BRASIL, 2011), muito embora o programa seja a própria institucionalização da diferença e da priorização a um tipo de agricultura.

Um conjunto de argumentos otimistas norteou a divulgação da dendeicultura no NEP e a construção de “certo” imaginário quanto às vantagens que se fariam acompanhar. A experiência da empresa Agropalma com a integração de agricultores familiares a partir de 2002; o suporte das empresas para resolver questões burocráticas relacionadas ao Cadastro Ambiental Rural (CAR) em conjunto com a Emater e o financiamento bancário com prioridade via Pronaf Eco Dendê. De grande relevância foi a presença do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva em Tomé-Açu em 2010 para o lançamento do PSOP, que atraiu “numerosas caravanas de agricultores” que ouviram o seu discurso otimista quanto à dendeicultura (SAMPAIO, 2014, p. 81). O trecho a seguir, do discurso do ex-presidente, aponta os supostos benefícios:

Bem, companheiros, prestem atenção porque eu morro e isto aqui fica com vocês, e vocês têm que saber. A palma produz durante o ano inteiro e pode gerar uma renda mensal de até R\$ 2 mil para as famílias produtoras. Hoje, na Amazônia, a média é de apenas R\$ 415. Nós estamos dizendo que, com a palma, poderá ser elevada para R\$ 2 mil a média salarial do rendimento. Da mesma forma, as plantações de palma geram, em média, um emprego em

cada dez hectares, uma média três vezes superior à encontrada, geralmente, no campo. A soja gera pouco emprego, o gado gera pouco emprego, mas a palma do óleo vai gerar, para cada dez hectares, um emprego. [...] Ó gente, até eu vou querer plantar palma. Pego os 65 “mil réis” emprestado, planto a muda e fico lá, em pé, olhando a bichinha, de vez em quando jogamos um pouquinho de ureia nela, e ainda vou receber meu salário? Benza Deus! (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2010, p. 7).

O discurso traz no seu conteúdo a ideia de pouco trabalho (“olhando a bichinha”), ganhos garantidos e a possibilidade de empregos, problema estrutural no campo paraense, principalmente, em se tratando dos jovens. Os argumentos, ditos por um presidente com alto grau de popularidade naquele momento, influenciaram na compreensão de que a atividade seria vantajosa para os que a ela aderissem.

No processo de divulgação da dendeicultura, ocorreu a denominada “captação” para a mobilização e seleção de agricultores familiares interessados em cultivar dendê sob contrato. Segundo diferentes entrevistados, nesse procedimento eram enumeradas as vantagens da dendeicultura para a família e para a comunidade. Em decorrência, as principais razões para plantar dendê foram: o incentivo da empresa (23%), a possibilidade de melhoria de renda (22%) e as promessas de melhoria da qualidade de vida (13%). Os demais (42%) têm razões diversas, quais sejam: a podridão e penosidade do cultivo da mandioca, a perenidade da cultura do dendê e a influência de outros agricultores quanto às vantagens do cultivo da oleaginosa.

Considerando a problemática da integração entre agricultores, contextos e tempos diferentes, iluminamo-nos no estudo de Paulilo (1990) sobre a agricultura familiar integrada em Santa Catarina para interpretar essas razões. Uma das conclusões da autora é: entre os contratantes, estabelece-se uma relação assimétrica em que uma das partes (o agricultor) tem, simultaneamente, consciência crítica e aceitação sem, entretanto, ver alternativa. Como afirmaram duas agricultoras no NEP: *a roça morria muito* (Sra. Jasmin, 40 anos de idade, agricultora); *a roça não dava mais, estava morrendo tudo e a gente precisava plantar outras coisas* (Sra. Margarida, 47 anos de idade, agricultora).

No PNPB está previsto que todos os agricultores familiares que assinem o contrato para o cultivo de dendê obterão um “pacote tecnológico” nos moldes da política de modernização da agricultura brasileira dos anos 1970 e 1980, com crédito, insumos, assistência técnica e garantia de comercialização. Identificamos que dos 162 agricultores por nós entrevistados, do total de financiamento, 91% destinavam-se ao dendê e os 9% restantes foram divididos entre mandioca, pecuária, frutas e consórcios, incluindo a mandioca. De outro modo, 100% deles recebeu crédito para o cultivo do dendê, o que representou uma grande diferença ao assinar um contrato de integração para tentar romper com um histórico de privações.

A prioridade a um modelo de agricultura persiste por meio da instituição de um serviço de assistência técnica como parte do contrato de integração e do investimento público na capacitação de técnicos, considerada “uma grande deficiência técnica nos extensionistas envolvidos com a cultura da palma na região Norte” (BRASIL, 2018, p. 38):

Por essa razão, em 2010, 160 agentes de assistência técnica foram qualificados sobre as estratégias produtivas da agricultura familiar e suas relações com o desenvolvimento rural na região Amazônica, numa parceria do MDA, MAPA, Embrapa, entidades estaduais de assistência técnica da região e empresas (BRASIL, 2018, p. 38).

Embora não exista unanimidade entre os agricultores quanto à assistência técnica, que é variável em termos de frequência e qualidade do atendimento⁹ segundo a empresa, o serviço é reconhecidamente mais presente do que aquele destinado aos demais agricultores que não têm contrato de integração para a produção de dendê. A título de ilustração, apenas 14% dos entrevistados possuem assistência técnica ofertada por outra instituição que não as agroindústrias.

Ademais, registrou-se a possibilidade de geração de empregos assalariados para os agricultores (jovens e pais de família), o que também influenciou a venda de terras para as empresas que, além da aquisição de grandes fazendas, compraram estabelecimentos de colonos da região

⁹ Quanto à qualidade das assistências técnicas das empresas, 80% a definiram como boa, 7% como ruim, 7% como insuficiente e somente 6% como excelente.

(MACEDO; SOUSA, 2015; SILVA; MAGALHÃES; FARIAS, 2016). Muitos agricultores tinham ainda a esperança de superar a situação de instabilidade¹⁰ que vivenciavam com uma agricultura sem financiamento e suporte técnico, além de se impressionarem com a possibilidade de receber dinheiro, processo também observado em outros contextos no âmbito da produção de dendê:

Comentando sobre cómo en los años de la rápida expansión del cultivo de palma las personas vendieron fácilmente sus parcelas cuando vieron un bulto de dinero, él desacreditó el hecho que “las personas se engañan por el dinero; quienes no han conocido el dinero son capaces de matar o enloquecer, y por eso nosotros perdimos”. Hay más en juego aquí que un nostálgico el lamento del “antes de” y “después de” (ESCOBAR, 2010, p. 96).

O conjunto de “incentivos” marcou a prática de diferentes atores de instituições públicas e privadas, assim como de segmentos do movimento social. Para Abramovay e Magalhães (2007), a integração supervisionada pelo PNPB destoaria das anteriores. Mediante as regras da própria política, as empresas selecionariam seus fornecedores com base no trabalho do movimento sindical rural, além de se apoiar na estrutura dos sindicatos para organizar a oferta, negociar os contratos e o controle da qualidade do produto – tudo com a garantia da assistência técnica e os preços pré-acordados sobre a venda das matérias-primas. Com isso, os acordos caracterizar-se-iam como públicos, monitorados socialmente e incentivados pelo Estado. Em paralelo, opiniões contrárias se pronunciaram e persistem mostrando a desproporcionalidade entre a expectativa e as realizações, particularmente quanto às infraestruturas e aos serviços (100% dos entrevistados informam não ter havido mudanças).

Mas quanto a respeito às outras coisas, de governo estadual, prefeito, está mal. Olha, essa estrada aí, é de dois em dois anos que eles passam uma máquina raspando o chão, não é fazendo estrada não, é raspando o chão. Aí tu vai no posto médico bem ali – é até bonitinho o posto – não tem remédio nem pra dor de barriga. Só tem um cara lá, e se tu chegar com corte lá, ele costura e passa um mertiolate, é o que tem. Muitas vezes até a linha falta (Sr. Tocantins, 50 anos de idade, agricultor).

¹⁰ Ausência de cadeias estruturadas que lhes permitam comercializar seus cultivos “tradicionais”; inconstância do preço dos principais produtos (mandioca e pimenta); problemas fitossanitários com a mandioca (podridão radicular); dificuldade de financiamento, carência de assistência técnica etc.

Mesmo que a expansão da dendeicultura tenha se efetivado especialmente por meio das políticas do governo federal, as ações de algumas prefeituras, ainda que pontuais, também contribuem para a consolidação da cultura em território paraense. Em 2002, a Prefeitura de Moju realizara, em parceria com uma empresa e outras instituições, a seleção de agricultores em um projeto pioneiro (CRUZ, 2006, p. 125). A Prefeitura de São Domingos do Capim também pactuou, em 2011, um convênio de cooperação técnica com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), para fortalecer atividades de assistência técnica para cerca de 800 agricultores familiares que se estimava seriam integrados ao PNPB (GOMES; MAGALHÃES, 2016). Em 2017, a Prefeitura de Garrafão do Norte disponibilizou máquinas para a terraplanagem do terreno onde será construída uma indústria processadora, à qual a população atribui grande expectativa quanto à geração de empregos.

Mediante a divulgação das vantagens da dendeicultura e da demonstração de apoio prioritário ao seu cultivo em diferentes escalas, agricultores optaram pela integração e segundo dados recentes “no Pará mais de 1.500 (mil e quinhentos) famílias de agricultores familiares que cultivam a Palma de Óleo parceiras das Empresas produtoras da cultura” (BRASIL, 2018, p. 30). Constatamos em campo que muitos outros gostariam de se integrar, mas não atenderam às exigências (disponibilidade de mão de obra, idade, ausência de dívidas e condições ambientais) ou as empresas tinham preenchido a cota prevista. Como demonstramos, nenhuma outra cultura conta com tal suporte no estado do Pará e tal desproporcionalidade repercutiu entre diferentes atores que enfrentam privações de diferentes naturezas e se percebem sem muitas alternativas.

2.1 A roça e/ou o dendê?

Apesar do PNPB ter nos seus pressupostos a soberania alimentar das famílias que produzem dendê, em vários municípios há redefinições na relação entre culturas alimentares e dendê em face da mão de obra e das

áreas disponíveis¹¹. Assim, embora 51% dos entrevistados continuem fazendo roças, 24% afirmaram abandonar o cultivo e outros 10% reduziram o espaço a ele destinado, para então equilibrar a quantidade de mão de obra e realizar ambas as atividades. Outros 15% interromperam o trabalho com a mandioca antes mesmo de optarem por produzir dendê.

Só produzo farinha e feijão mesmo. Mas é pouquinho, eu “tô” fazendo farinha só pra comer mesmo, só pra boia, pra vender eu não fiz mais não. Tudo o que eu vou comer tem que ter farinha. É com fruta, com comida, é tudo. [...] Antes eu tinha mais liberdade, porque hoje são dois serviços, né? A gente trabalha no dendê e trabalha em outro serviço, aí a tarefa aumenta mais. A gente não tem tanta liberdade como tinha antes (Sr. Paru, 45 anos de idade, agricultor).

Muito embora os estabelecimentos tenham 44 ha em média, o balanço entre a área destinada ao dendezal e à Reserva Legal tende a diminuir, sobretudo, as culturas anuais no sistema de “corte e queima” frequentemente utilizado para culturas anuais no NEP, reduzindo o período de pousio para rodízio de áreas. Para Gomes e Magalhães (2016), a redução de espaço pode obrigar os agricultores a adentrar as reduzidas áreas de capoeiras e de matas em seus estabelecimentos para fazer roças. Por isso, os autores advertem que ou a produção de dendê estimulará o desmatamento na região ou as famílias interromperão o cultivo de culturas para o autoconsumo. Outros analistas indicam a diminuição da prioridade às áreas de culturas alimentares (HOMMA; VIEIRA, 2012; SAMPAIO, 2014; SILVA; NAVEGANTES-ALVES, 2018; RIBEIRO, 2017; GOMES, 2018). Tais resultados divergem daqueles das empresas integradoras que mostram que não há comprometimento da diversidade nos estabelecimentos familiares (BRASIL, 2018; BRANDÃO; SCHONEVELD; PACHECO, 2018).

Uma disputa importante acontece no uso do tempo, demarcador privilegiado na estruturação da vida social. Mediante o itinerário técnico ditado externamente, os agricultores privilegiam a produção de dendê nos primeiros anos de cultivo, porque a penosidade e o volume do trabalho são

¹¹ 35% dos estabelecimentos têm até 25ha, 39% têm de 26 a 50ha, 15% têm de 51 a 75ha, 8% têm de 76% a 100ha e 3% têm de 101 a 185ha. O tamanho médio dos estabelecimentos é 44ha.

maiores. Em consequência, reduzem o tempo destinado a outras culturas, como a mandioca, planejando especialmente o necessário ao autoconsumo. Essa decisão também considera as oscilações de preço da farinha que, em algumas épocas, não recompensa o preço, a penosidade e o tempo gasto na sua produção (GOMES, 2018; SANTOS, 2015), muito embora atualize códigos culturais importantes que aglutinam o hábito alimentar, o aprendizado para o trabalho e a sociabilidade.

Outro aspecto, relativo ao tempo, diz respeito ao ciclo de cultivo de dendê por até 25 anos, duração do contrato de integração às agroindústrias. Mais do que isso, acreditam, a partir da propaganda que lhes foi apresentada, que a renda do dendê pode lhes proporcionar melhorias de vida, um salário fixo e, finalmente, recompensar os esforços dependidos no trabalho com a agricultura, conforme relata um agricultor:

A expectativa é que a gente possa ter um retorno melhor do que as outras atividades que a gente fazia antes, né? Porque o dendê, a gente sabe, que até vinte e cinco anos ele dá o fruto. [...] No caso da mandioca, todo ano gente tem aquele gasto. Planta e arranca, planta e arranca. Por exemplo, eu tenho por experiência própria, que eu comecei a trabalhar quando eu tinha uns dez anos, doze anos, com meu pai, e ele tá com sessenta e seis anos e trabalhando direto com esse produto que é a mandioca. Até hoje não tem nada. Todo tempo gastando. Põem o roçado, gasta, vende a farinha, aí gasta com aquele outro pra plantar. Porque aqui a gente não tem [...] a prefeitura de Garrafão não dá o suporte pra gente. Tipo, um trator pra gradear a terra [...] vai de braço mesmo, na foice. Daí se torna muito mais difícil porque o gasto é muito maior (Sr. Bacajá, 39 anos de idade, agricultor).

No cerne da disputa, ocorre a desproporcionalidade do suporte para as diferentes culturas. O entrevistado destaca a total ausência de apoio para a mandioca em contraste com o dendê.

A recorrente flutuação do preço de culturas como a pimenta-do-reino e a mandioca também influencia a opção pelo cultivo de dendê, uma vez que não há oscilações tão bruscas no seu valor. Essa busca por segurança associa-se a outra, referente à garantia da comercialização dos cachos de dendê até as agroindústrias, processo que difere da incerteza de venda de outros produtos nos mercados informais locais, que são mediados normalmente por “marreteiros”¹². Por isso, a ausência de cadeias estruturadas ou de políticas

¹² Também conhecidos como “atravessadores” em outras sub-regiões da Amazônia.

públicas que permitam uma efetiva comercialização dos produtos das agriculturas tradicionais é uma das principais insatisfações de agricultores que, não raramente, perdem parte considerável de suas produções por não terem a quem vendê-las.

A relação entre o tempo de dedicação e o ciclo das culturas acarreta outra disputa no estabelecimento no âmbito do trabalho. Nesse caso, o funcionamento das empresas por meio dos monocultivos e usinas de processamento tem resultado em processos de assalariamento de muitos jovens da região. O número de empregos diretos é de 13.334 (BRASIL, 2018). Em consequência, alguns autores apontam uma redução da disponibilidade de mão de obra (filhos e de terceiros) nos estabelecimentos familiares que produzem dendê por contrato (CHAVES; MAGALHÃES, 2014; SAMPAIO, 2014). Entretanto, nossos dados registram que 88% dos adultos trabalham exclusivamente no lote enquanto que 9% trabalham exclusivamente fora e apenas 3% se alternam entre os dois. Mesmo que o dado seja significativo para os que permanecem, só os adultos trabalham na dendeicultura em grupos domésticos que têm em média 5 pessoas, como tal, dedicam maior tempo ao dendê. Os arranjos que se instituem, por sua vez, consideram também a preocupação com o pagamento do financiamento e a perda da autonomia, condição seminal na condição camponesa. Além disso, os agricultores temem perder a terra, caso não consigam pagar o financiamento. Tal temor os faz priorizar o dendê no conjunto das atividades produtivas, muito embora os seus discursos apontem para o desejo de maior diversificação.

Porque isso aí é muito ruim, a gente ficar devendo “pro” banco. Eu vivia mais tranquilo, se não fosse essa conta que eu tenho aí. Porque nesse tempo [quando só tinha roça], podia dever uma coisa no comércio, o que era difícil, eu fazia tudo pra não dever. Aí cinquenta mil não é cinquenta reais. Aí você tem que torcer pra aquela produção, aquele fruto dá bem que é pra [...] Que nem eu disse pro gerente da empresa: jamais eu vou tirar, vender uma roça minha pra pagar parcela de banco. Ou ele dá ou vocês vão se manter, porque vocês garantiram que dava (Sr. Guamá, 59 anos de idade, agricultor).

O relato expressa a intranquilidade de parte dos agricultores com a dívida do financiamento. Para explicar o receio, eles também comparam sua condição atual com a anterior, quando as dívidas, se existentes, diferenciavam-

se sobremaneira do valor que hoje necessitam quitar. No geral, a inquietação representa a complexidade entre finalmente possuir subsídios que permitam a manutenção de um cultivo e a insegurança com os seus resultados.

Mesmo que reconheçam os problemas que enfrentam e a desproporcionalidade entre promessas e a efetividade da política e na relação com as empresas, dispor de um “pacote tecnológico”, da possibilidade de renda regular e de um programa que prevê a sua participação influenciou em certa satisfação que se estabelece comparativamente à situação de abandono anterior e impulsiona certo grupo a priorizar o dendê em detrimento da agricultura tradicional. Os resultados, entretanto, não são alvissareiros, se considerarmos que os dados das três empresas analisados por Brandão, Schoneveld e Pacheco (2018) mostram que 55% daqueles que têm contratos estão em condição de risco a ser tratada segundo cláusulas contratuais que preveem diferentes soluções, dentre as quais, a gestão do plantio pela empresa.

Reflexões finais

O objetivo deste capítulo foi analisar as agriculturas em disputa no NEP, a maior região produtora de dendê do Brasil. Identificamos três fases no histórico de adaptação da cultura no bioma amazônico, quais sejam: uma fase inicial, uma de consolidação e a mais recente, denominada de expansão. A cada uma destas correspondem iniciativas diferenciadas que vão da adaptação da cultura tecnicamente e com o propósito de incremento da indústria de alimentos, fármacos, produtos de limpeza, dentre outros; até a instituição de arranjos com o envolvimento de corporações sob suporte das políticas públicas para a produção de agrocombustíveis. Não obstante as diferenças de propósito de cada fase, elas têm em comum a articulação com atores internacionais, *a priori*, no campo científico; e posteriormente, no comercial atrelado a mercados globais. Assemelham-se também quanto ao suporte do Estado brasileiro para levar a cabo a pesquisa e o financiamento para a expansão dos monocultivos.

Os dados nos permitem concluir quanto a persistência da mandioca nos seis municípios apesar da expansão expressiva da dendeicultura e da

desproporcionalidade do suporte financeiro e técnico. Tal conclusão é válida para a pimenta-do-reino que oscila em função dos preços mas não do dendê, apesar de ser a cultura com mais exigência de mão de obra por hectare. Maracujá e feijão-caupi declinaram antes mesmo da expansão expressiva da dendeicultura.

Centramos a análise no interior dos estabelecimentos familiares que têm dendê sob contrato com as agroindústrias e concluímos que disputas se estabelecem entre iniciativas de especialização com dependência de um único comprador e de persistência da produção de culturas comerciais e de aprovisionamento em redes locais com a venda, nem sempre garantidas. Entretanto, a desproporcionalidade de investimentos entre as mesmas demonstram o abandono pelo poder público das culturas tradicionais e a priorização do dendê.

A desproporcionalidade, associada à situação de precariedade que acomete os agricultores familiares e suas famílias, influenciam sobremaneira na decisão pela integração para o cultivo de dendê. Os agricultores, ao escolherem esta cultura, optam por crédito, assistência técnica e garantia de comercialização a ela associada. A opção implica em outras disputas que imputam tensões entre agriculturas em relação ao quê cultivar, ao tempo de dedicação, à organização do trabalho e ao exercício da autonomia.

Entre o abandono do poder público para as culturas tradicionais e os acenos da integração para a produção de *commodities*, a segunda opção se mostra, *a priori*, como uma ruptura com a privação. Paradoxalmente, a integração tem caminhado no sentido oposto à ruptura com a privação para metade dos agricultores.

Agradecimentos

Aos colegas Francisco Rodrigues Freire Filho, Oriel Filgueira de Lemos, Guilherme Leopoldo da Costa Fernandes e Eraldo Ferreira Rodrigues, que tão gentilmente nos apoiaram na elaboração deste capítulo.

Referências

- ABRAMOVAY, R.; MAGALHÃES, R. O acesso dos agricultores familiares aos mercados do biodiesel: parcerias entre grandes empresas e movimentos sociais. *In: CONFERÊNCIA DA ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE ECONOMIA ALIMENTAR E AGROINDUSTRIAL (AIEA2)*, 2007, Londrina. *Anais* [...]. Londrina, 2007. Disponível em: <http://www.fea.usp.br>. Acesso em: 31 ago. 2016.
- ABRAPALMA. *Planilha de mapeamento da palma de óleo no Brasil*. Associação Brasileira de Produtores de Óleo de Palma, 2014.
- ALMEIDA, A. W. B. de; ACEVEDO MARIN, R. E. Campanhas de Desterritorialização na Amazônia: o agronegócio e a reestruturação do mercado de terras. *In: BOLLE, W.; CASTRO, E.; VEJMEJKA, M. (org.). Amazônia: região universal e teatro do mundo*. São Paulo: Editora Globo, 2010. p. 141-183.
- ALVES, S. A. O. *Sustentabilidade da agroindústria da palma no Pará*. 2011. Tese (Doutorado em Recursos Florestais) – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2011.
- BACKHOUSE, M. A desapropriação sustentável da Amazônia: o caso dos investimentos em dendê no Pará. *Fair Fuels?* Working Paper, Berlin, n. 6, 2013. 32 p.
- BANCO DA AMAZÔNIA S.A. *Recursos Pronaf e Pronaf Eco Dendê agricultura familiar 2002-2016*. Belém: Basa, 2016.
- BECKER, B. K. Recuperação de áreas desflorestadas da Amazônia: será pertinente o cultivo da palma de óleo (dendê)? *Confins* [Online], Paris, n. 10, [s.p.], 2010. Disponível em: <http://confins.revues.org/6609>. Acesso em: 05 maio 2016.
- BRANDÃO, F.; SCHONEVELD, G. The state of oil palm development in the Brazilian Amazon: Trends, value chain dynamics, and business models. *CIFOR Working Paper*, Bogor, Indonesia, n. 198, 2015.
- BRANDÃO, F.; SCHONEVELD, G.; PACHECO, P. Integração da agricultura familiar à cadeia da palma de óleo na Amazônia brasileira: analyses e recomendações. *CIFOR Infobrief*, Bogor, Indonesia, n. 207, mar. 2018.
- BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. *Diagnóstico da produção sustentável da palma de óleo no Brasil*. Brasília: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA/ACE), 2018. 57p. [Conselho do Agronegócio, Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Palma de Óleo]. Disponível em: http://www.abrapalma.org/pt/wp-content/uploads/2018/06/DIAGNOSTICO_PALMA1.pdf. Acesso em: 28 jul. 2018.

- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel*. Inclusão Social e Desenvolvimento Territorial. Brasília: MDA, 2011. Disponível em: http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/Biodiesel_Book_final_Low_Completo.pdf. Acesso em: 26 jul. 2016.
- BUTLER, R.; LAURANCE, W. Is oil palm the next emerging threat to the Amazon? *Tropical Conservation Science*, v. 2, n. 1, p. 1-10, 2009.
- CASTRO, C. N. de. *O Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB) e a produção de matéria-prima de óleo vegetal no Norte e no Nordeste*. Brasília: IPEA, 2011.
- CHAVES, G. P.; MAGALHÃES, S. B. O uso de agrotóxico na dendeicultura por colonos da comunidade Nova Paz, município de Tailândia, Pará. *Amazônia: Ciência & Desenvolvimento*, Belém, v. 10, n. 19, p. 43-56, jul./dez. 2014.
- CRUZ, B. E. V. da. *Territorialização e organização espacial do Grupo Agropalma*. 2006. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.
- EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. Centro Nacional de Pesquisa de Seringueira e Dendê. *Informações gerais sobre o Centro Nacional de Pesquisa de Seringueira e Dendê (CNPSP)*. Embrapa, jul. 1985. 20p. Disponível em: <file:///C:/Users/NCNAEA/Downloads/fol-48920001.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2018.
- ESCOBAR, A. *Territorios de diferencia: lugar, movimiento, vida, redes*. Popayán: Envión, 2010. 390 p.
- FAOSTAT. *Países líderes na produção de dendê no mundo*. 2018. Disponível em: <http://www.fao.org/faostat/en/#home>. Acesso em: 15 fev. 2018.
- GOMES, D. L. *Os limites da inclusão social: agricultores integrados às agroindústrias de dendê no Pará*. 2018. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.
- GOMES, D. L.; SILVA, F. C. da; MACEDO, C. O. Expansão territorial do dendê e resistência camponesa no nordeste paraense. *Caminhos de Geografia*, Uberlândia, v. 17, n. 57, p. 191-200, mar. 2016.
- GOMES, L. S.; MAGALHÃES, S. B. Agricultores integrados do dendê e questões relativas ao sistema de produção no PA, Terra Nova. *Ecodebate*, Mangaratiba-RJ, 30 maio 2016. Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2016/05/30/agricultores-integrados-do-dende-e-questoes-relativas-ao-sistema-de-producao-no-pa-terra-nova-por-lucinaldo-soares-gomes-e-sonia-barbosa-magalhaes/>. Acesso em: 12 ago. 2018.
- HOMMA, A. K. O. *Cronologia do cultivo do dendezeiro na Amazônia*. Belém: Embrapa Amazônia Oriental, 2016. (Documentos, 423). Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/150169/1/DOC-423-Ainfo.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2018.

HOMMA, A. K. O.; VIEIRA, I. C. G. Colóquio sobre dendezeiro: prioridades de pesquisas econômicas, sociais e ambientais na Amazônia. *Amazônia: Ciência & Desenvolvimento*, Belém, v. 8, n. 15, p. 79-90, jul./dez. 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Base de dados SIDRA*. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/>. Acesso em: 13 maio 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Agropecuário de 2017*. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6722>. Acesso em: 4 ago. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Pesquisa pecuária municipal*. Brasília: IBGE, 2016. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/ppm/quadros/brasil/2016>. Acesso em: 4 ago. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Produção Agrícola Municipal*. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pam/tabelas>. Acesso em 10 jan. 2018.

LASCHEFSKY, K. Agrocombustíveis: a caminho de um novo imperialismo ecológico? In: ZHOURI, A.; LASCHEFSKY, K. (org.). *Desenvolvimento e conflitos ambientais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. p. 63-91.

LEES, A. *et al.* Poor prospects for avian biodiversity in Amazonian oil palm. *Plos One*, San Francisco, Reino Unido, v. 10, n. 5, p. 1-17, 2015. Disponível em: <https://journals.plos.org/plosone/article?id=10.1371/journal.pone.0122432>. Acesso em: 20 jan. 2018.

MACEDO, C. O.; SOUSA, R. B. Novos projetos, velhas práticas: os impasses entre agricultura camponesa e agronegócio do dendê em terras amazônicas. *Tempos Históricos*, Marechal Cândido Rondon, v. 19, n. 1, p. 303-331, 2015.

MODESTO JÚNIOR, M.; ALVES, R. N.; NASCIMENTO JÚNIOR, J. de D. Farinha de mandioca: da subsistência ao consumo de luxo. *Dia de Campo*, 02 abr. 2013. Disponível em: <http://www.diadecampo.com.br/zpublisher/materias/Materia.asp?id=28103&secao=Artigos%20Especiais>. Acesso em: 30 nov. 2017.

MOURÃO JÚNIOR, M. *Modelização espacial de territorialidades no estado do Pará*: entre a Amazônia dos rios e das estradas. 2017. Tese (Doutorado em Geografia e Planejamento Urbano) – Université Sorbonne Nouvelle, Paris, 2017.

MULLER, A. A. *et al.* *Dendê: problemas e perspectivas na Amazônia*. Belém: Embrapa Amazônia Oriental, 1989. 19p. (Documentos, 13). Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/57330/1/Belem-Doc13.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2018.

NAHUM, J. S.; SANTOS, C. B. dos. A Dendeicultura na Amazônia paraense. *Geousp*, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 281-294, 2016.

OVERBEEK, W. *O impacto da produção de agrodiesel em diversas regiões do mundo*. 2017. Palestra proferida no Seminário sobre Impactos de Agrotóxicos e Produção de Dendê no Nordeste Paraense. Belém: UFPA, 2017.

PAULILO, M. I. S. *Produtor e agroindústria: consensos e dissensos*. O caso de Santa Catarina. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1990. 184 p.

PIRES, V. B. L. *Impacto social do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB) no Nordeste: 2008/2013*. 2015. Dissertação (Mestrado em Agronegócio) – Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária, Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Secretaria de Imprensa e Divulgação. Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de lançamento do Programa Nacional de estímulo à produção de óleo de palma e entrega de títulos provisórios de terras e licenciamento ambiental para 3,7 mil agricultores familiares da região. Brasília: Presidência da República, 2010. 16 p.

RIBEIRO, L. C. “*Mesmo com essas coisas ruins que o dendê trouxe, eu não saio daqui*”: resistência à agroindústria do dendê na comunidade do Castanhalzinho em Concórdia do Pará. 2017. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) - Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Pará. Belém, 2017.

SAMPAIO, I. C. *A agricultura familiar e a agroindústria do dendê no município de Tomé-Açu (PA): efeitos da agricultura por contrato na produção e no trabalho familiar*. 2014. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2014.

SANTOS, C. B. dos. *Dendeicultura e comunidades camponesas na Amazônia paraense: uma análise do município de Moju*. 2015. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

SECRETARIA ESPECIAL DE AGRICULTURA FAMILIAR E DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. *Selo Combustível Social*. Brasília: SEAD, Coordenação Geral de Energias Renováveis (CGAER). 2018. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/camaras-setoriais-tematicas/documentos/camaras-setoriais/palma-de-oleo/2018/26aro/selo-combustivel-social.pdf>. Acesso em: 13 maio 2018.

SILVA, E. M. da; NAVEGANTES-ALVES, L. de F. Organização e diversidade dos sistemas de produção de agricultores familiares integrados à agroindústria de dendê no nordeste paraense. *G&DR*, Taubaté-SP, v. 14, n. 1, p. 166-192, jan./abr. 2018.

SILVA, E. P. da; MAGALHÃES, S. B.; FARIAS, A. L. Assunção de. Monocultivos de dendezeiros, capital transnacional e concentração de terras na Amazônia paraense. *Campo-território*, Uberlândia-MG, v. 11, n. 23, p. 165-195, jun. 2016.

SILVA, F. C. da; SILVA, J. M. de O. da; MACEDO, C. O. Quilombolas e agronegócio do dendê em disputa pelo território no Alto Acará-PA. In: MACEDO, C. O. *et al.* (org.). *Os “nós” da questão agrária na Amazônia*. Belém: Editora Açaí, 2016. p. 169-189.

SILVA, F. L. da; HOMMA, A. K. O.; PENA, H. W. A. O cultivo de dendezeiro na Amazônia: promessa de um novo ciclo econômico na região. *Observatorio de la Economía Latinoamericana*: Economia do Brasil, Málaga, n. 158, p. 1-24, 2011.

UNITED STATES DEPARTMENT OF AGRICULTURE. *Palm Oil Production by Country in 1000 MT*. 2018. Disponível em: <https://www.indexmundi.com/agriculture/?commodity=palm-oil>. Acesso em: 17 jun. 2018.

VILMAR, M. L. *et al.* *O comportamento sócio-trabalhista na produção do óleo de palma do dendê no Estado do Pará com foco nas empresas Agropalma, Biovale/Biopalma, Petrobras Combustíveis*. São Paulo: Instituto Observatório Social, 2014. Relatório final.

WILCOVE, D.; KOH, L. P. Addressing the threats to biodiversity from oil-palm agriculture. *Biodiversity and Conservation*, v. 19, n. 4, p. 999-1007, abr. 2010.

Economías étnicas locales, Amazonía y globalización: estrategias etnoecológicas de comunidades Shuar del Ecuador

Pablo Paño Yáñez

*Yo digo que no hay más canto que el que sale de la selva.
Y que será el que lo entienda, fruto del árbol más alto.
Y digo que cuesta tanto...*
Silvio Rodríguez

*Y, sin embargo, la causa de estas minorías dispersas y
mortalmente amenazadas es sagrada.
Estos seres humanos, los más desheredados
de la Tierra-Patria, son nuestro álter-ego.*
Edgar Morin

Introducción

Ante el interés por conocer la situación de pueblos originarios amazónicos en el marco de transformación actual del planeta, se manifiestan preguntas relacionadas con analizar las formas de vinculación, las escalas y las interacciones con otras sociedades, sistemas y niveles por los que sus territorios y culturas se encuentran determinados en mayor o menor grado. En ese sentido, un primer ámbito se centra en comprender cómo se articulan bajo la economía globalizada actual los diferentes territorios, pueblos, culturas del interior de las naciones. Es decir, para comprender las realidades locales de estas sociedades y culturas diferenciadas, necesariamente se requiere comprender los tipos de vínculos que existen entre sus territorios y grupos, y

los de escala mayor, sean regionales, nacionales o internacionales, y a la vez conocer el impacto de estas últimas sobre sus realidades locales.

El actual proceso de segunda globalización de un modelo económico altamente productivista en un marco demográfico planetario más poblado que nunca, ha abierto una clara intensificación de la búsqueda de materias primas en todo tipo de territorios, entre ellos los tan abundantes y biodiversos de la Amazonía. Tal cual señala Escobar (2016), esa dinámica, al convertir ese bosque selvático en recursos y vincularlo por parte del capital y el Estado al mercado mundial, amenaza abiertamente su posibilidad de existir y mantener el carácter ontológico que históricamente ha significado para sus habitantes humanos y no humanos en estrecha interrelación (TSERE, 2011). Así, esa economía globalizada que aún se explica en términos de centros y periferias, ha incorporado con mucha mayor celeridad en las últimas décadas a territorios antes externos o marginales, a través de una directa llegada de los estados nación incorporados a ella. La fragmentación territorial propia de este tiempo, expresada mediante jerarquización y subordinación del territorio (SOLANA *et al.*, 2016), se manifiesta cada vez con más frecuencia en luchas por el territorio y los recursos. En la medida que predomina como escenario social una desigualdad en alza, apreciamos mediante diversos indicadores diferentes grados de vulnerabilidad para colectivos sociales especialmente expuestos a ella. Los shuar, como comunidades ancestrales diferenciadas, aparecen especialmente inmersas en esa disputa por los recursos, especialmente como colectivos vulnerables, que conviene analizar tanto desde esta perspectiva externa de cómo ese sistema dominante les afecta, como desde la interna, de cuáles son las estrategias con que ellos en la actualidad se desenvuelven en este nuevo contexto.

En el caso de comunidades amazónicas shuar del estado de Ecuador que nos ocupan en este estudio, dicha relación se articula en torno a otras dos cuestiones fundamentales: conocer cuáles son las prácticas económico culturales de los pueblos shuar en la actualidad para garantizar sus condiciones de vida, así como saber hasta qué punto estas comunidades logran garantizar condiciones de vida dignas, su particularidad cultural, así como niveles de integridad ambiental de sus territorios. Para ello se penetrará especialmente

en analizar sus actividades de sustento que, como actividad social enmarcada en el medio natural siempre clave para los grupos humanos por su relación con su reproducción, nos entregarán claves de su situación actual en su interacción con el exterior y sus perspectivas a futuro.

Así, la cuestión clave planteada como pregunta para esta investigación pasa por averiguar hasta qué punto, en el actual contexto de presión sobre la Amazonía, permanece ese manejo sustentable de los recursos que ha caracterizado históricamente a los shuar en sus territorios, así como hasta qué punto su control permanece en manos de -los- miembros de la propia comunidad analizada. Asimismo, en cuán dependientes resultan en sus actividades económicas para garantizar o no el sustento interno sin que lo externo resulte determinante.

En forma de hipótesis se plantea como: la inexistencia o existencia mayor o menor de vínculo entre actividades económicas sustentables o no, que aportan o no a la preservación de niveles importantes de su autonomía y, si ello refuerza o no su identidad como pueblo, completa un sistema complejo de interinfluencias que, en la medida que sean mayores o menores, nos reflejarán para los shuar escenarios más cercanos o lejanos de conservación adaptación o amenaza desintegración como sistemas sociales y culturales diferenciados.

Finalmente, con base en el concepto de procesos endógenos sustentables y equitativos, se abordarán prácticas y estrategias de estas comunidades en el contexto actual, relacionadas con evaluar la existencia o no de situaciones de conservación, tanto en lo económico cultural como lo ambiental, que remitan a su situación de preservación y particularidad cultural e identitaria.

1 Contexto ecológico, territorial y social

El territorio shuar al que pertenecen las comunidades estudiadas se sitúa en la Amazonía ecuatoriana. Esta constituye un ecosistema complejo y heterogéneo con el área más extensa del mundo de bosque tropical, así como una red hídrica en torno al Amazonas como río más largo, ancho,

caudaloso y profundo del planeta. Este extenso territorio selvático de la Tierra, repartido administrativamente en 9 países diferentes, junto con ser el mayor foco de biodiversidad del planeta, acoge en él una significativa diversidad lingüístico cultural.

Debido a la amplitud, complejidad y heterogeneidad de la Amazonía, existen criterios diferentes para calcular su extensión. Tal cual se trabajan tres criterios centrales como son el hidrográfico, el ecológico y el político administrativo. En función del cruce de ellos se define también la división entre Amazonía mayor y menor. La Amazonía mayor tiene una extensión de 8.187.965 km² frente a los 5.147.970 de la Amazonía menor. Se observa en ella un muy significativo endemismo de especies vegetales y animales.

La Amazonía, como medio fundamental para el mantenimiento del equilibrio climático global, la conservación y uso de la biodiversidad biológica y cultural (GEO AMAZONÍA, 2009, p. 110), está siendo cada vez más mencionada en el marco del cambio climático que sufre el planeta. Con claridad su explotación económico productiva se ha intensificado a importante velocidad en las últimas tres décadas, generando una presión hacia el uso intensivo de los recursos naturales de la región, implicando con ello también consecuencias sociales. Minería, hidrocarburos y madera, junto con la ganadería intensiva y el monocultivo (con predominio de soya y biocombustibles) se alzan como expresiones de un acelerado cambio del uso del suelo, como actividades en ascenso, con profundas repercusiones en su medio ambiente y comunidades humanas.

La pérdida de biodiversidad es indicador principal de las amenazas sobre este ecosistema. En ese sentido, el número de especies desaparecidas, amenazadas y en peligro crítico de extinción muestra desde hace varias décadas un ascenso constante. La deforestación es posiblemente la expresión más evidente para los humanos de esa pérdida de biodiversidad, con cifras que resultan muy expresivas pese a que no sean tan recientes: en el lustro 2000-2005, 27.218 km² amazónicos fueron deforestados anualmente, así como en 2007 la tasa de crecimiento de la deforestación aumentó un 15% respecto al año anterior; un último dato explicativo corresponde a los 682.124

km² de área deforestada que presentaba Brasil en 2005, correspondiendo a prácticamente el 80% de la deforestación total de la Amazonía hasta ese año (GEO AMAZONÍA, 2009, p. 135). Sus causas principales responden especialmente a la apropiación ilegal de tierras públicas de bosque, a la construcción de carreteras públicas, así como a concesiones a empresas privadas para explotación minera, de hidrocarburos, hidroeléctricas y monocultivos. Entre los múltiples efectos sistémicos que van encadenados al interior de un ecosistema vivo como la Amazonía, aparece la advertencia de que si la pérdida del bosque amazónico excede el 30% habría un efecto directo y significativo sobre la inhibición de las lluvias que se notaría, tanto en la región, como a nivel de todo el planeta.

El complejo escenario en crecimiento de ocupación y explotación de la Amazonía en diferentes zonas nos arroja también un creciente índice de conflictividad entre sectores humanos que actúan e inciden en ella. Temas de propiedad con colonizaciones ilegales o invasiones, ausencia de marcos regulatorios o de aplicación de estos, comercio ilegal, nueva esclavitud (Brasil), entre otros muchos asociados a las problemáticas ecológicas, arrojan un panorama incierto. En estudios y trabajos realizados con población residente en la Amazonía afloraba la percepción de que los estados de los países amazónicos y sus ciudadanos estaban reduciendo las opciones para un desarrollo sostenible amazónico a futuro (GEO AMAZONÍA, 2009, p. 27). Así, también toma relevancia la existencia de altos indicadores de pobreza en la región amazónica, especialmente debido a que las altas utilidades obtenidas en su territorio no son reinvertidas en la misma Amazonía. Entre los distintos colectivos, un grupo relevante lo constituyen sus pueblos indígenas, habitantes de ese territorio desde tiempos ancestrales, claramente afectados por las diversas manifestaciones relacionadas con esa degradación ambiental, las enfermedades, empobrecimientos, carencias alimenticias o transculturación, incluidos en la actualidad el ascenso de diversos conflictos socio ambientales.

En este contexto adverso sobre la preservación de la Amazonía, resultan significativas las investigaciones respecto a la conservación de ecosistemas,

en general, y selva, en particular, en casos en que estos son ocupados por pueblos indígenas. Son conocidas investigaciones sistemáticas en México y Centroamérica (TOLEDO; BARRERA, 2008; BOEGE, 2008; TOLEDO *et al.*, 2001) que muestran los mapas de etnoecología y conservación que, debido a su estricta relación, concluyen que la biodiversidad será preservada en la medida que se proteja la diversidad cultural y viceversa (ALARCÓN-CHAIRES, 2006, p. 7). Una situación similar se aprecia para la Amazonía pese a que no existen estudios tan exhaustivos.

Especialmente debido a su territorio amazónico, además de las islas Galápagos, Ecuador está entre los 17 países (de los 228) denominados como megadiversos, entre los cuales se reúne el 60-70% de la biodiversidad terráquea (TOLEDO; BARRERA, 2008). Por ello mismo es también parte de las áreas críticas amenazadas respecto a esa diversidad biológica (BOEGE, 2008). Del territorio total del país de 283.561 km² la zona amazónica representa, respectivamente, 146.688 a nivel hidrográfico, 76.661 ecológico y 115.613 político administrativo, que dan el 40,8% de importancia nacional de la Amazonía en el territorio nacional (GEO AMAZONÍA, 2009, p. 41). Como dato de los riesgos socio ecológicos sobre Ecuador, su deforestación acumulada para el lustro 2000-2005 ascendió a 8.540 km², correspondiendo al 1% de la superficie amazónica total deforestada (GEO AMAZONÍA, 2009, p. 137).

Repartidas en la totalidad del territorio del Ecuador, existen 29 etnias diferenciadas con sus respectivos idiomas que, en datos de 2002, correspondía a más de 830.000 habitantes, equivalentes al 6,8% de la población nacional (CEPAL, 2009). Del total de pueblos indígenas, nueve corresponden a pueblos amazónicos, entre los que se encuentran los shuar que, al igual que otros, se sitúan en territorio amazónico no solo ecuatoriano. Respecto a algunos otros datos cuantitativos relevantes sobre la población indígena de Ecuador destacan la mayor fecundidad de la población indígena que la no indígena en el país (3 a 5,3%), lo que contrasta y posiblemente guarde directa relación con la muy superior tasa de mortalidad infantil de la población indígena – aproximadamente de 31 a 69%– (CEPAL, 2009).

De la totalidad de población indígena nacional, los shuar representaban, según el censo de 2002, el 6,35%, sumando 52.697 personas (CONDOR, 2005). Respecto a los idiomas hablados por los shuar, se distinguen tres diferenciados con las siguientes proporciones: el kichwa (0,81%), el achuar chicham (1,93%) y el shuar chicham (93,50%); además un 56,91% señalaba hablar también el idioma español (CONDOR, 2005, p. 9).

Respecto al territorio, cuenta con una altura entre los 1.200 y los 4.000 m s. n. m., abarca la zona comprendida entre los ríos Pastaza, en el norte, y Zamora, en el sur, en territorios que avanzan desde las laderas orientales de Los Andes hasta territorios plenamente selváticos. Corresponde a territorios que se identifican fundamentalmente como ceja de selva, con alta biodiversidad, especialmente en plantas, mamíferos, aves, insectos, reptiles, anfibios y peces de agua dulce. En términos generales, respecto a una situación con ciertos niveles de indefinición, las comunidades shuar cuentan en la actualidad con esos territorios ancestrales, derivados de los denominados centros shuar, creados desde los años 60 del siglo XX como propuesta de la Federación Shuar aceptada por el Estado; se trata de zonas con territorio exclusivo de ellos, sin posibilidad de venta a personas no shuar, aunque se trate de una condición que no siempre se respeta en la actualidad. Predomina en ellos el denominado suelo global por el que no está individualmente escriturada la propiedad, aunque en ciertos núcleos esto ya ocurre. Dentro de esta propiedad global de las comunidades existe un reparto verbal de los territorios según familias y basado en el uso histórico de éstas.

La extracción de recursos minerales y vegetales continúa siendo para países como Ecuador la fuente económica principal y, a través de esa opción, territorios como la Amazonía se están viendo aceleradamente expuestos a su explotación, degradación, así como a su reconfiguración, debido a esos proyectos de extracción económica (GUDYNAS, 2009). Por la estrecha vinculación entre medio natural (bosque selvático) y comunidades ancestrales, ambas aparecen directamente amenazadas en los cada vez más frecuentes conflictos territoriales ambientales que confrontan de forma crecientemente más aguda y desigual a Estados, corporaciones internacionales y comunidades locales. Los ricos

territorios de las comunidades indígenas contrastan con su vulnerabilidad para confrontarse a mecanismos muy agudos de penetración y explotación.

En la historia reciente del Ecuador de los últimos 30 años encontramos diversos casos de ocupación, desplazamiento forzado, expropiación, desde variados mecanismos (por vía legal desde el Estado, por privatizaciones e imposición por la fuerza, entre otras), de territorios ancestrales indígenas amazónicos, en general, y shuar, en particular, en que estos han sido expulsados de sus territorios. Dichas concesiones y conflictos son expresiones de las contradicciones nacionales e internacionales propias de este tiempo y modelo; en términos generales, expresa “la tensión entre el desarrollo neoliberal y la libre determinación de los indígenas” que explicita Santos (2015, p. 80) como una de las varias contradicciones existentes respecto a los Derechos Humanos en el tiempo actual; y, en términos nacionales, aquella tensión manifiesta entre el extractivismo, principal práctica económica gubernamental, y el Buen Vivir, forma presuntamente alternativa que la actual Constitución ecuatoriana acordó socialmente y reconoce para sus pueblos indígenas, en particular, y la nación, en general.

2 Resultados

Operativización de conceptos Para este estudio se han operativizado dos grandes bloques de variables: los tipos de actividades de sustento y la que denominamos como triada SAI (sustentabilidad-autonomía-identidad).

El primero, tipos de actividades de sustento, corresponde principalmente al abordaje etnoecológico de la realidad shuar, donde nos hemos apoyado en conceptos y elementos habitualmente utilizados por estos estudios (ALARCÓN-CHAIRES, 2006; GONZÁLEZ-MARTÍNEZ *et al.*, 2015; RUIZ-MALLÉN, 2012): unidades productivas, actividades, tipos de usos, tipos de suelos, flora, fauna, clima, entre otros. Desde ellos extraemos esa categoría de actividades de sustento en función de variables de tipo: temporal (tradicional/moderna), territorial (interna/externa) y respecto a la toma de decisiones (propia/

apropiada/ importada/impuesta). Recogemos la ordenación de B. Batalla (2012, p. 330) sobre la diferenciación entre cultura: autónoma, apropiada, propia, enajenada e impuesta, en base a la correlación entre las variables de: recursos y toma de decisiones, según unos y otras, sean propias/os o ajenas/os. Recogemos la misma denominación, aunque sustituimos enajenada por importada, en la medida que refleja mejor ese aspecto de que son ajenas originalmente por ser importadas a los territorios, pero son adoptadas desde miembros de las comunidades.

Como marco para abordar esas actividades de sustento en las comunidades shuar resulta de especial interés la idea y concepto de transición de estas sociedades, conformadas originalmente como minisistemas caracterizados por su autonomía y autosuficiencia, que practican fundamentalmente una economía sustantiva. Los minisistemas como economías autónomas de subsistencia en las que predomina la reciprocidad que en algún tiempo histórico podemos identificar con aquella de las comunidades shuar, ya no existirían en la actualidad a manos de la economía mundo (WALLERSTEIN, 2011), mas resulta fundamental tratar de explicar para estos casos la transición desde ellas hacia otras. Por otra parte, la economía sustantiva se remite a ésta como inmersa o incrustada en la sociedad (POLANYI, 2010; SAHLINS, 2010) y estrictamente vinculada a la generación del sustento de la vida para los individuos de la comunidad, tal cual ha correspondido a un gran número de sociedades históricas de cultura diversa. La revisión de cómo operan los distintos principios económicos de reciprocidad y redistribución (POLANYI, 2010) en la realidad presente de estas comunidades, nos abre hacia la comprensión de una economía que, más allá de la globalización planetaria, en los ámbitos locales no se comprende ni mueve solo en los cauces de la lógica formal liberal por mucho que esta sea la hegemónica. Corresponde con el concepto de economía para la vida (HINKELAMMERT; MORA, 2014, p. 25), ocupada de los modos de producción y reproducción de las condiciones materiales, a partir de la satisfacción de necesidades mediante acceso a los valores de uso. Con base en este planteamiento distinguimos para este estudio

la categoría de actividades de sustento como aquellas sociales-económicas-ecológicas que, dentro de la dinámica de las comunidades y de la estrecha vinculación de estas con y en la naturaleza, son las que cumplen el objetivo de garantizar el sustento ante las necesidades de los miembros del grupo.

El presente estudio releva que en la actualidad esas prácticas se combinan gradualmente entre aquellas de tipo tradicional y otras más recientes, producto de las interrelaciones con la sociedad nacional, que nos ofrecen cuatro tipos diferenciados; es decir, de las actividades *Internas tradicionales propias* de carácter histórico y que permanecen en la actualidad derivarían otros tres tipos de opciones modernas que diferenciamos como: *Internas apropiadas modernas*, *Internas importadas modernas* y *Externas impuestas modernas* que serán explicadas para los resultados de este estudio.

Desde el reconocimiento de los saberes locales indígenas, entendidos como contextos preindustriales de apropiación de la naturaleza, Toledo y Barrera (2008) consideran que deben analizarse tanto sus relaciones con las actividades prácticas como con el sistema de creencias de la cultura a la que pertenecen. Ello porque se debe analizar tanto como “un sistema de conocimientos –*corpus*– y como un sistema de creencias –*kosmos*–, el cual a su vez cobra sentido en función de las prácticas –*praxis*– con que los individuos y sus familias satisfacen sus necesidades materiales y espirituales” (TOLEDO; BARRERA, 2008, p. 111). Desde una visión multicultural este enfoque holístico integra territorio, prácticas productivas, concepciones y cosmovisiones, desde una perspectiva que no los disecciona en campos separados y que es la que mayormente permite la comprensión de las prácticas shuar, también en la actualidad.

La práctica productiva central para los shuar ha correspondido históricamente a la agricultura, complementada por varias otras. En ese sentido nos referimos a la denominada como agricultura indígena de alto contraste con la agricultura industrial o agroindustria dominante en la actualidad. Diversos investigadores han establecido tres conceptos sobre agricultura atinentes a este estudio: familiar campesina, tradicional indígena e industrial o agroindustria. En contraste con la agricultura industrial, caracterizada por operar principalmente

en escalas medianas y grandes, índices muy altos de productividad del trabajo, muy bajos en diversidad y autosuficiencia, y cuya fuente energética principal es fósil (petróleo y gas) que utiliza directa o indirectamente en sus instrumentos y procesos (maquinarias, pesticidas, aparatos eléctricos, fertilizantes y otros), encontramos esas agriculturas tradicionales indígenas, caracterizadas por una apropiación del territorio a pequeña escala, con altos niveles de diversidad, autosuficiencia y productividad ecológica, y basada en el uso de energía solar y biológica (TOLEDO; BARRERA, 2008). Específicamente en Ecuador la agricultura familiar campesina, que integra a la tradicional indígena, representa el 75% de las unidades productivas del país, el 17% del territorio agrícola y provee del 60% de los alimentos consumidos en él (SIPAE, 2009 *apud* LAFORGE; CALLER, 2016).

Junto a la base agrícola encontramos, tanto histórica como actualmente, una serie de otras actividades que complementan esa economía sustantiva shuar. Desde la ganadería hasta la caza, pasando por la recolección y los intercambios, se han sumado a esa agricultura indígena, garantizando el sustento de la comunidad sin grandes prácticas de acumulación ni el recurso de la monetarización. Esta fue introducida mucho más recientemente junto a ciertas prácticas mercantiles en los mercados locales, sin alterar sustancialmente su práctica, en la medida que la base económica para la mayoría de los shuar ha seguido siendo la auto sustentación familiar y comunitaria. Lo anterior, tanto en la práctica tradicional como en las actuales, en la medida que se identifica la continuidad de la base de la agricultura indígena, se equipara con la denominada estrategia de usos múltiples (TOLEDO; BARRERA, 2008) que no se centra en la especialización en ninguna de sus prácticas, sino en la señalada complementación diversa de distintas actividades y producciones.

El segundo bloque se construye en base a las categorías de: *Sustentabilidad* (económico-ecológica), *Autonomía* (económico-político-territorial) e *Identidad* (simbólico-cultural) que componen la categoría *SAI* que utilizamos para la interpretación desde su relación con ámbitos económicos como las actividades, usos y estrategias. El nivel alcanzado de cada una de estas variables nos permitirá

valorar el grado de protección o amenaza sobre sus economías y, en definitiva, sistemas sociales y culturales, en la medida que claramente las actividades económicas se inter influyen directamente con los sistemas culturales.

El concepto de sustentabilidad, ampliamente tratado en las últimas cuatro décadas, se aplica especialmente al ámbito económico-ecológico por mucho que también lo consideremos desde el concepto de sustentabilidad. En su plano específico nos acerca a diferenciar para observar su articulación entre la proyección en el tiempo de sus prácticas económicas, eludiendo situaciones de pobreza y, por otra parte, cuán proyectables son también en términos ecológicos, permitiendo la reproducción de su entorno para las generaciones futuras sin deteriorarlo significativamente; en esa relación sistémica se valorará cuando la existencia de amenaza a la sustentabilidad proviene de sus propias prácticas o desde agentes externos (minería, extractivismo de madera u otros, contaminaciones, etc.). El concepto opuesto con el que se contrasta la sustentabilidad, y entre los que se mueve la graduación, serían los conceptos de insustentabilidad, colapso, y no resiliencia social ni ecológica.

Asimismo, conviene diferenciar la sustentabilidad ecológica de aquella económica de las distintas actividades y comprobar cómo entre ellas no guardan una relación mecánica. Aquellas actividades realmente sustentables serían las que combinen en grado alto ambas sustentabilidades, así como el contraste entre la parte económica y ecológica nos da claves significativas. La variable económica, buscada de forma relevante por las comunidades y familias, no siempre se conjuga con la ecológica, que es la que preserva sus territorios y garantiza la sustentabilidad de ellos a futuro. De ahí que se entre en ocasiones en prácticas depredadoras, conservando las tradicionales (caza, pesca con barbasco) y, sobre todo, incorporando nuevas (ganadería extensiva, cultivos extensivos de monocultivos, la tala del bosque). El debate entre ambas sustentabilidades nos acercará a mayores o menores integralidades sustentación-sustentabilidad.

El concepto de autonomía se trabaja desde el aspecto político, territorial y económico. Si bien podemos enfatizar este concepto desde lo político como

logro de incidencia en los ámbitos superiores nacionales, donde se toman las decisiones que les afectan, así como en aspectos como la justicia o el reconocimiento formal de sus territorios como propios, para este estudio el énfasis está en la dependencia de sus actividades económicas para garantizar o no el sustento interno sin que lo externo resulte determinante. Así, queda especialmente vinculada a conceptos como los grados de autoproducción y autoconsumo, especialmente en términos familiares y comunitarios. El opuesto con el que se contrasta y entre los que se mueve la graduación sería el concepto de dependencia - no autonomía.

El concepto de identidad, en sentido más simbólico y cultural, se convierte en otro aspecto central en la medida que apunta directamente a su permanencia como culturas diferenciadas. Ellos mismos señalan, junto con el territorio/tierra, este aspecto como el central puesto que valoran que la pérdida de la identidad histórica, cultural y lingüística es el principal obstáculo para su supervivencia como pueblos (RENSHAW; WREY, 2012, p. 53). Idioma, historia como pueblo, territorio, espiritualidad en su relación con la naturaleza, así como diversas manifestaciones culturales (formas propias de socialización y educación, comidas, indumentarias, medicina propia, fiestas y ceremonias, música y danzas, entre otras), constituyen el capital simbólico central para su reproducción simbólico cultural. Para este estudio sobre el sustento económico productivo, se trata especialmente de establecer la relación en que estas actividades aportan o no al mantenimiento o refuerzo de la identidad cultural étnica de las comunidades shuar. Para este concepto el opuesto con el que se contrasta y entre los que se mueve la graduación serían los conceptos de no diferenciación de lo nacional, no particularidad cultural, no identidad étnica.

Cabe recalcar el carácter dinámico que se le da a estas categorías de la triada SAI, especialmente por tratarse de conceptos complejos de carácter multidimensional. La sustentabilidad, la autonomía y la identidad, no solo pueden ser valorados de forma diversa, sino que sus múltiples implicaciones, incluso a nivel diacrónico, puede otorgarnos resultados que varíen en el

tiempo y que, por tanto, inicialmente puedan valorarse negativamente (bajo) y, sin embargo, con un grado de adopción en el tiempo por las comunidades, derivar posteriormente hacia ámbitos más positivos (altos).

Para abordar esta integración de ámbitos sociales con naturales valoramos el concepto de resiliencia socio ecológica. Escalera y Ruiz (2011) lo han operativizado en cuatro grandes variables que serán adaptadas también para el presente estudio: aprender a vivir con el cambio y la incertidumbre, alimentar la diversidad para la reorganización y la renovación, combinar diferentes tipos de conocimientos con especial atención a lo local, y crear oportunidades para la auto organización, que valoramos a continuación para nuestro caso de estudio.

El contexto actual que hemos señalado de mundo globalizado de avances tecnológicos diversos que permiten el fácil y rápido desplazamiento físico y de la información a diversos territorios del planeta, así como de intensiva búsqueda de recursos para procesos productivos altamente industrializados y demandantes, marcan cada vez de forma más intensiva escenarios cambiantes e inciertos también para las comunidades shuar, en la medida que sus territorios son ambicionados por esos agentes, así como por el contacto en ascenso con la cultura nacional globalizada. Por tanto, este requisito de ser capaces de asumir ese cambio sin perder de forma aguda elementos básicos referidos a su sustentabilidad, autonomía e identidad se convierte en capacidad fundamental para su pervivencia, tanto interna como respecto a adaptación a lo externo; sin embargo y tal cual advertíamos, pondremos especial atención al carácter y procedencia de esos cambios que serán diferentes si proceden de lo interno que de lo externo y, asimismo, de la velocidad e intensidad que permita o no una adaptación para las comunidades shuar. Por otra parte, y de forma directamente asociada, aparece como fundamental esa idea de renovación y reorganización; esta última precisamente nos marca el parámetro de si son las comunidades y miembros shuar los que controlan la nueva situación (se la apropian) o, por el contrario, queda fuera de su control y los hace dependientes. La tercera tiene un carácter más esencial y evidente: las comunidades shuar sobrevivirán

a los nuevos escenarios solo en la medida que su propio conocimiento histórico sea puesto en valor (memoria biocultural o socio ecológica colectiva) y desde él dialogue con otras sabidurías/conocimientos que puedan venir de fuera y sean adquiridos; en ningún caso mediante pura sustitución de la que ellos inevitablemente, al menos inicialmente, serán menos conocedores y también los haga dependientes. Conocimiento propio valorado, junto con aquel apropiado, constituyen su conocimiento histórico cotidiano clave para su continuidad. Finalmente, y relacionada con la reorganización, aparece principalmente el de la auto-organización como clave. Parece evidente que la capacidad activa de pasar a organizarse internamente, preparándose para esos cambios, constituye otra clave de mantener condiciones de sustentabilidad, autonomía e identidad por mucho que ésta se vaya o haya ido transformando.

La combinación de estos dos grandes bloques de variables deriva en estrategias mixtas para garantizar el sustento que les otorgarán mayores o menores grados de sustentabilidad, autonomía e identidad. Estas oscilarán entre diferentes parámetros con estrategias diversas de respuesta ante nuevos escenarios que van de lo legal a lo ilegal, de lo más sustentable a lo más insustentable, del autoconsumo al mercado, de la reciprocidad al intercambio mercantil, del trueque y autoconsumo a lo monetarizado, de lo tradicional a lo modernizado, del refuerzo y mantenimiento al abandono identitario, etc., que definen formas diferenciadas, en distinto grado híbridas, adaptadas a los nuevos contextos internos y externos. Ello a la vez se debe relacionar y relaciona con el, cada vez mayor, impacto en las comunidades shuar de ciertas necesidades creadas desde el exterior –consumo de aparatos y de prácticas monetarias–, cuya satisfacción no puede ser cubierta desde esas prácticas múltiples y estrategias tradicionales locales.

Identificando las actividades de sustento y sus tipos en las comunidades shuar estudiadas

Como primer paso para el estudio específico de los casos partiremos por describir sintéticamente las actividades de sustento que detectamos como la base de este estudio. Se trata de actividades tanto productivas como

de intercambio, oferta de mano de obra, ayudas monetarias estatales u otras que implican o no el uso de comercialización y moneda. Junto con analizarlas individualmente, las agrupamos y explicamos en tipos más genéricos según su origen, grado de toma de decisiones sobre ellas y temporalidad desde cuando se practica.

El primer bloque de actividades constituye el grupo que denominamos como tipo de actividades de sustento *Internas propias tradicionales*, en la medida que se trata de aquellas históricas de producción y sustento de las comunidades shuar. Van asociadas a los principios económicos de reciprocidad, redistribución e intercambio interno y su manejo es propio de ellos, con base en el conocimiento histórico sobre ellas y el entorno en que se practican. Ello no implica que no hayan incorporado ciertos cambios, lo que no ha condicionado la continuidad de su práctica; en ese sentido, constituye también el referente histórico respecto a las formas de producción, consumo e intercambio de las comunidades shuar. En concreto son:

- *Ajá*. Es la denominación para el huerto familiar variado que históricamente ha constituido la base de la economía familiar y comunitaria shuar. Caracterizado por una alta diversidad y sustentabilidad, ha sido y sigue siendo mayoritariamente la principal actividad garante del autosustento alimentario.

- *Ganadería doméstica*. Corresponde a animales domésticos, especialmente aves como gallinas, pollos, patos y pavos, aunque también chanchos, vacas y caballos, en muy bajo número –habitualmente una unidad–, que proporcionan en diferente medida carne, huevos, leche, energía y otros, como productos de consumo o intercambios de reciprocidad.

- *Caza-pesca-recolección*. Junto con el *ajá* constituyen las actividades más tradicionales de la cultura amazónica shuar. Incluye muy diversos productos (aves, peces, animales terrestres, insectos, frutas, tubérculos, hierbas, flores) y formas de obtenerlos. Las tres son actividades complementarias, pero en ningún caso centrales para la alimentación y autosustento actual de las comunidades. En estas actividades, junto con el *ajá*, se constata el principal

e importante cúmulo de sabiduría/conocimiento biocultural histórico de las comunidades shuar.

– *Intercambio interno*. Constituye una práctica muy habitual dentro de las comunidades, implicando los productos tanto de los *ajás* como de la ganadería doméstica, caza, pesca y recolección. En la actualidad su práctica se inscribe entre los principios económicos de la reciprocidad, la redistribución y el intercambio que puede ser o no monetario.

El siguiente tipo de actividades de sustento es el que denominamos como *Internas apropiadas modernas*. Constituyen actividades no originadas en su cultura tradicional y territorios, pero que ellos han adoptado en plazo relativamente reciente en función de modificaciones vinculadas al exterior de su territorio y cultura, y sobre las que básicamente tienen el manejo de sus decisiones. En concreto son:

– *Venta en mercado*. Más allá del tipo y forma de producción del producto, corresponde a la comercialización en mercados (casi exclusivamente) locales a través del cual obtienen dinero. Resulta muy variable la posibilidad, tipo de producto y cantidad que ellos logran trasladar y comercializar en mercados, pero para sus economías familiares actuales constituye un aporte que visualizan como necesario por los requisitos externos de contar con dinero para ciertos gastos —productos alimenticios y otros externos, ropa, útiles escolares, transporte, etc.

– *Turismo ecológico*. Corresponde a prácticas bastante recientes (máximo 10 años) en que diferentes grupos o familias organizan sus territorios y comunidades para acoger visitantes externos con cobro en dinero. Llegan a constituir economías sólidas para estos grupos (habitualmente familias nucleares o extendidas). Es significativo que en algunos casos ha ido asociado a la recuperación cultural e identitaria (de indumentarias, ritos, danzas, artesanías, platos propios, práctica del idioma, entre otros). Se puede también inscribir aquí como algunas personas shuar se han hecho guías de áreas protegidas (Parque Sangay).

– *Emprendimientos productivos comunitarios*. Corresponde a iniciativas que se gestionan colectivamente desde miembros de comunidades shuar, con acento en lo productivo y con un directo vínculo con el mercado. Aunque contamos un único caso en las comunidades de este estudio, esta ofrece salarios y permite una gestión cooperativa.

– *Elaboración y venta de artesanía*. Se trata de una actividad que, aunque se haya practicado ancestralmente, en la actualidad ha cobrado un nuevo carácter en la medida que aparece vinculado a intercambio monetario hacia personas externas de la comunidad.

– *Pertenencia a áreas naturales protegidas*. Corresponde a la categoría más compleja por no tratarse todavía de una actividad de sustento socioeconómica y ecológica, sino más bien una condición formal. Aun así, nos parece relevante por la potencialidad que muestra, aunque no tanto en la actualidad. Su sabiduría/conocimiento biocultural histórico podría aparecer recuperado y puesto en valor en estos espacios en la medida que en ellos rigen lógicas de preservación no existentes en otros territorios. En nuestros estudios de caso encontramos que dos comunidades de la parroquia Asunción: Diamante y Kansar están dentro del parque Sangay, así como Wapú en sus inmediaciones.

El siguiente tipo genérico de actividades de sustento es el que denominamos como *Internas importadas modernas* y su diferencia respecto a las anteriores está en la pérdida del control mayor o menor sobre ellas, en la medida que pasan a estar vinculadas a las demandas del mercado externo y que se caracterizan por ser actividades de menor sustentabilidad para las familias y el medio; aun así y más allá de las necesidades económicas, las decisiones finales respecto a adoptarlas o no en los tres tipos de actividad pasa aún por ellos. Estas son:

– *Ganadería extensiva*. La forma habitual de penetración de una economía de mercado en el territorio amazónico, en general, y shuar, en particular, ha sido la extensión y expansión de la frontera agrícola. Para ello una primera actividad central, en relación con la agricultura extensiva, ha sido

la introducción al territorio de ganado en proporciones muy superiores a lo tradicional. Es orientador y significativo el dato de que para el mantenimiento de una pieza de ganado es necesaria una hectárea de terreno transformada de bosque primario a zona para el pastoreo de animales. Implica una mayor dependencia del mercado y las fluctuaciones de precios en éste, y vincula a las familias a un uso más elevado de dinero.

– *Cultivo extensivo*. Tal cual con la ganadería se ha dado este tipo de cultivo más de tipo extensivo, habitualmente como monocultivo y siempre directamente vinculado al mercado, aunque en ocasiones no logren comercializarlo. En todo caso, este tipo de agricultura entronca con la agricultura tradicional de rozas en la medida que, en los casos analizados, no implica maquinaria, abonos o pesticidas.

– *Tala del bosque primario propio*. El deseo y necesidad de dinero para las familias ha implicado esta práctica de venta de las maderas más valiosas como principal producto cotizado y demandado en el mercado. Las maderas más cotizadas que principalmente se han talado y a estas alturas están altamente amenazadas son: caoba, arrayán y cedro.

Como último bloque de actividades de sustento encontramos las que denominamos como *Externas Impuestas Modernas*. Todas ellas se realizan o provienen desde fuera del territorio de las comunidades, todas implican el uso de dinero e incluso –tal cual el caso anterior de la tala– se pueden mover en la ilegalidad respecto al sistema legal nacional. Básicamente el manejo de estas actividades no depende de los miembros ni comunidades shuar y están altamente expuestos a decisiones fuera de su alcance de manejo, aunque en ocasiones, tal cual, en los casos de actividades importadas, la decisión inicial sí corresponda e ellos. En concreto son:

– *Salariación*. Corresponde a todas las actividades en que miembros de la comunidad venden su fuerza de trabajo a cambio de salarios monetarios. Prácticamente de forma exclusiva este trabajo se hace fuera de la comunidad en núcleos urbanos o zonas rurales más grandes. Implica un trabajo por lo general

poco especializado de baja o muy baja remuneración. El ingreso en dinero ha ido asociado a mayor grado de consumo de productos externos, aunque no necesariamente influye en el descenso de actividades de autoproducción y autoconsumo familiar y comunitaria.

– *Bono estatal*. Procedente del Estado central, como ayuda a familias en situación de riesgo de pobreza, existe un número importante de familias que perciben el denominado bono de desarrollo iniciado en 2009. Significa una entrada de dinero fijo de 50 US\$ (más allá del número de hijos) a las familias, especialmente a madres/padres de familia y personas ancianas, que permite ciertos consumos de productos externos. Para los casos estudiados constituye la fuente más generalizada de entrada de recursos monetarios a las distintas familias y las comunidades.

– *Migración*. Se trata de la actividad más radical, en la medida que significa la salida de personas de la comunidad asociada, además, a importantes consecuencias también en términos socioculturales para la comunidad. Aun así, no ha constituido un fenómeno masivo ni especialmente significativo. En testimonios se señala que las personas habrían vuelto económicamente “igual que se fueron”. En todo caso, significa una vinculación directa a la economía monetaria como central para esas personas, así como la salarización, como práctica de ingresos.

– *Robo*. Aun tratándose de un tema delicado y que puede contener parte de tópico del discurso conflictivo de los no shuar de los centros urbanos sobre los shuar, su reiteración parece remitirnos a cierta práctica de robo en algunos de ellos, no tanto en sus propias comunidades como en los centros no shuar cercanos a sus territorios. La información obtenida señala que se trata de casos esporádicos, menores respecto a los montos e impacto en las economías familiares. También se pueden inscribir aquí casos de saqueo de patrimonio arqueológico no excavado, presumiblemente realizado por personas shuar.

A modo de síntesis, la siguiente tabla muestra los bloques de tipos de actividades de sustento social-económico-ecológico y la práctica de ellas en las diferentes comunidades de los tres casos estudiados:

<i>Tipos de actividades de sustento según territorio, toma de decisiones y temporalidad</i>	<i>Actividad</i>	<i>Arutam</i>	<i>Asunción</i>	<i>Wapú</i>
Internas propias tradicionales	Ajá	Alta	Alta	Alta
	Ganadería doméstica	Alta	Alta	Alta
	Caza-pesca-recolección	Media-baja	Baja	Baja
	Intercambio interno	Alta	Media	Media
Internas apropiadas modernas	Venta en mercado	Baja	Media	Baja
	Turismo ecológico	Inexistente	Baja	Inexistente
	Emprendimientos productivos comunitarios	Inexistente	Inexistente	Media
	Elaboración - venta artesanías	Inexistente	Baja	Inexistente
	Pertenencia a áreas naturales protegidas	Inexistente	Baja	Inexistente
Internas importadas modernas	Ganadería extensiva	Inexistente	Baja	Media
	Cultivo extensivo	Baja	Baja	Media
	Tala	Media	Media	Media
Externas impuestas modernas	Salarización	Baja	Media	Media
	Ayuda estatal (bonos u otros)	Media	Media	Media
	Migración	Baja	Media	Baja
	Robo	Inexistente	Baja	Baja

Como interpretación se extraen estas primeras conclusiones. En primer lugar, señalar la relativa homogeneidad, a grandes rasgos, de los casos estudiados; aun conociendo la existencia de comunidades shuar más aisladas y con menos grado de contacto, esta muestra parece acercarnos a una cierta media de los casos actuales.

Por otra parte, se constata la estrategia de usos múltiples utilizada en diferentes variantes por las distintas comunidades shuar. Entre 10 y 15 (nunca menos) de estas actividades son practicadas en las diferentes comunidades, dato que nos confirma la diversidad de esas estrategias, así como de la combinación entre ellas que se traduce en ingresos múltiples (en productos y/o monetarios) que van desde la autoproducción y autoconsumo hasta los ingresos monetarios percibidos, en mayor o menor medida, por vías también diversas. Vemos que se trata de una estrategia que se practica, no solo en la suma de toda la comunidad, sino también en cada familia, haciendo cada

una de ellas combinaciones diversas. En ese sentido, para los casos shuar estudiados, la denominamos como *estrategia de usos múltiples ancestrales y modernos, propios y apropiados*. Se constata además que también se combinan los tipos de actividades, oscilando en las mismas comunidades desde las *internas propias tradicionales* a las *externas impuestas modernas*, pasando también por, al menos, algunas de los otros dos tipos intermedios.

Junto a lo anterior, un tercer resultado nos acerca al predominio del primer bloque de actividades (*internas propias tradicionales*) y, tras este, del tercero (*internas importadas modernas*) y cuarto (*externas impuestas modernas*); resultan en estos casos más débiles las *internas apropiadas modernas*.

Interpretación desde la Sustentabilidad-Autonomía-Identidad (SAI)

Una vez descritas las actividades de sustento, sus tipos, y cómo y cuánto se manifiestan en las tres localizaciones, corresponde la relación con la triada sustentabilidad–autonomía–identidad. El siguiente cuadro pone en relación las distintas actividades económico sociales identificadas con estas tres categorías:

<i>Tipos de actividades de sustento según territorio, toma de decisiones y temporalidad</i>	<i>Actividad</i>	<i>Sustentabilidad</i>	<i>Autonomía</i>	<i>Identidad</i>
A.- Internas Propias Tradicionales	Ajá	Alta	Alta	Alta
	Ganadería doméstica	Alta	Alta	Alta
	Caza-pesca-recolección	Alta	Alta	Alta
	Intercambio interno	Alta	Alta	Alta
B.- Internas apropiadas Modernas	Venta en mercado	Alta	Media	Alta
	Turismo ecológico	Alta	Media	Alta
	Emprendimientos productivos comunitarios	Alta	Alta	Alta
	Elaboración y venta de artesanía	Alta	Alta	Alta
	Pertenencia a áreas naturales protegidas	Media	Media	Media
C.- Internas importadas modernas	Ganadería extensiva	Media	Media	Media
	Cultivo extensivo	Baja	Baja	Baja
	Tala	Baja	Baja	Baja
D.- Externas impuestas Modernas	Salariación	Baja	Inexistente	Baja
	Ayuda estatal (bonos u otros)	Baja	Baja	Inexistente
	Migración	Baja	Inexistente	Baja
	Robo	Inexistente	Inexistente	Inexistente

Esta triada de conceptos nos permiten relacionar las actividades de sustento con ámbitos más amplios de la vida social comunitaria; ello se vincula además a que, como constatábamos apoyados en la economía sustantivista, históricamente para la cultura shuar la economía no ha estado fuera de la sociedad sino imbricada en ella como una actividad societal más.

Respecto a SAI, las actividades avanzan con claridad desde los más altos de las actividades internas propias tradicionales a las más bajas de las externas impuestas modernas. Es significativo, además, el alto grado de congruencia para las actividades entre los tres elementos, sin que existan casos que muestren dos niveles de diferencia. Así la correlación para los casos estudiados entre sustentabilidad, autonomía e identidad es alta y con ello los tipos de actividades descienden de alta SAI para aquellas internas propias tradicionales, hasta la baja inexistente SAI de las externas impuestas modernas, pasando por la media alta de las internas apropiadas modernas y la media baja de las internas importadas modernas. Como resultado nos ofrece dos grandes bloques diferenciados respecto a si hablamos de un predominio de las actividades tradicionales propias con aquellas modernas apropiadas, por una parte, y de las modernas importadas o externas impuestas, por otra. Así, con base en esta última diferenciación, denominamos estos dos bloques como: internas propias y apropiadas y externas importadas e impuestas.

En la medida que nos refiramos a ese primer par de tipos de actividades es cuando cobran sentido los conceptos asociados a la resiliencia socio ecológica de las comunidades, tal cual tratábamos, son ellas las que muestran la potencialidad de adoptarlas. Hasta cierto punto se plantea el debate de si en la actualidad son las internas apropiadas modernas las que en mejor medida se ajustan a esos requisitos adaptativos de resiliencia. Sin duda, parecen el mejor ejemplo de ellas en la medida que muestran aun mayor viabilidad en el contexto actual, debido a su mayor relación con el sistema global, a través de prácticas y conceptos desarrollados en él: turismo, áreas naturales protegidas, mercado, dinero, consumo comercial, entre otros. No obstante, la persistencia y uso mayoritario de las internas propias tradicionales, como mecanismo

principal de (auto)sustento de las comunidades shuar estudiadas, nos indica también, precisamente, esa resiliencia con muestras, en diferente grado y forma de combinación de saberes y conocimientos, capacidad de reorganización, innovación, auto organización, como formas de adaptación a los cambios, sean estos más o menos perceptibles. Aquellos conceptos mencionados de etnodesarrollo, desarrollo local endógeno, desarrollo endógeno ecológicamente sustentable aplicado a pueblos indígenas, etc., corresponderían claramente con este bloque de dos tipos de actividades propias y apropiadas, con capacidad de resiliencia socio ecológica por tener alta presencia de la triada SAI.

Frente a ellas, los tipos de actividades internas importadas o externas impuestas muestran mucho más baja capacidad de resiliencia, en la medida que no fortalecen esa triada sustentabilidad-autonomía-identidad y, por el contrario, apuntan abiertamente a su debilitamiento. Ello las acerca en mayor grado a escenarios de insustentabilidad, pobreza, colapso socio ecológico y cultural, falta de resiliencia, dependencia, pérdida de particularidad sociocultural, pérdida de identidad, desintegración cultural, entre otros.

Los escenarios reales que constituyen las comunidades shuar son múltiples y allí se combinan los dos bloques y los cuatro tipos de actividades, además de las 16 actividades como tales. Ello otorga escenarios diversos que pueden evolucionar de forma múltiple hacia situaciones de mayor SAI que garantizan pervivencia por alta resiliencia, respecto a las de menor SAI que no la garantizan y se convierten en escenarios de amenaza de colapso y desdiferenciación.

Conclusiones y discusión

El análisis realizado en diferentes tipos de perfiles de comunidades con personas shuar del sur de Ecuador, respecto a sus actividades de sustento, socioculturales y ecológicas, nos acerca, en primer lugar, a una importante diversidad. Por una parte, nos marca las diferencias entre actividades que en mayor o menor medida permiten proyecciones de sustentabilidad, autonomía e identidad. Por otra, nos acerca a confirmar para las comunidades la existencia

de un sistema híbrido y en transición de estrategias combinadas que son las que garantizan su sustento. La estrategia de usos múltiples utilizada se traduce en una combinación heterogénea de actividades, uso de los entornos ambientes, mecanismos de resiliencia, sistemas de intercambio y circulación, consumos, entre otros, que todavía resultan viables para la mayoría de los casos estudiados, pero que muestra a la vez ciertas amenazas de inviabilidad. Pese a que esta estrategia implica actividades con diverso grado SAI, diferenciamos las categorías de actividades internas propias y apropiadas (ajá, ganadería doméstica, caza, pesca, recolección, intercambio interno, venta en mercados, turismo ecológico, emprendimientos comunitarios, artesanía y pertenencia a áreas naturales), de las actividades externas importadas e impuestas (ganadería y cultivo extensivo, tala, salarización, migración, ayuda estatal y robo), que nos muestran a las primeras como más resilientes socio ecológicamente, con base en la preservación y desarrollo de prácticas de sustentabilidad, autonomía e identidad.

El predominio de tipos de actividades de sustento internas propias tradicionales (ajá, ganadería doméstica, caza, pesca, recolección, intercambio interno) apuntan al predominio de índices de sustentabilidad, autonomía e identidad, pero a su vez la relevancia de actividades internas importadas (ganadería y cultivo extensivo, tala) y externas impuestas (salarización, migración, ayuda estatal y robo) por encima de las internas apropiadas modernas (venta en mercados, turismo ecológico, emprendimientos comunitarios, artesanía y pertenencia a áreas naturales), que se muestran como aquellas que dan viabilidad a las prácticas tradicionales, parecen indicar también una tendencia hacia escenarios de debilidad a futuro. Ello permite advertir que, si las primeras no encuentran continuidad y refuerzo de las segundas (aún minoritarias), como aquellas más adaptadas al contexto actual, todas caracterizadas por mantener y fortalecer la sustentabilidad, autonomía e identidad, la tendencia macro y externa hacia el debilitamiento de los SAI constituiría un escenario futuro de abierto condicionamiento de su supervivencia.

Asumiendo el complejo y dinámico escenario de interrelaciones intra extra, micro macro, shuar nacional internacional, entre otros, apreciamos que resulta fundamental ese elemento de lo propiamente generado por las

comunidades shuar. Así, las prácticas internas y para sí de la comunidad como son autoproducción, autosustento, autosuficiencia, auto organización, autonomía, autoconstrucción, se convierten en claves en esa relación dinámica de adopción de lo externo. Lo anterior nos acerca a propuestas como la integración autonomizante que propone Morin (2014, p. 75) como vía de futuro para los pueblos indígenas del planeta; o a esa autonomía relativa históricamente practicada por ellos en su relación con lo externo y que, mediante una práctica de interculturalidad plurinacional dentro de los estados nación, debiera fundamentarse en incluir sus dimensiones culturales, territoriales, políticas y económicas de diversidad, tal cual propone Santos (2012, p. 29).

Entre esas claves se muestra de forma especial su arraigo y vinculación al territorio, del que son profundos conocedores de saberes conocimientos desde tiempos ancestrales y, con ello, portadores de parte de la memoria biocultural que la especie humana ha desarrollado para su conservación. En la medida que ese territorio es la Amazonía, clave para el equilibrio del planeta, en su supervivencia está a la vez comprometida la de la propia selva amazónica, como territorio multidiverso con una dimensión ontológica que garantiza la vida en el planeta, mucho más allá de un espacio que únicamente contiene recursos mercantilizables para la economía globalizada.

Este estudio comprueba, a través del caso shuar, el importante grado de adaptabilidad y resiliencia que los pueblos indígenas han mostrado respecto al contacto con la cultura occidental y la modernización que intensifica su impacto en sus territorios y comunidades en los actuales tiempos de globalización. El importante grado de combinación, mezcla multitemporal, mestización, hibridación sociocultural del subcontinente latinoamericano, aparece expresado también en las prácticas shuar que se mueven en torno a la clave de si son controladas por sus integrantes o, finalmente, en la medida que fueran ajenas, importadas o impuestas, signifiquen para ellos pérdida de control y de particularidad cultural identitaria.

Como parte de ese abanico que da cuenta de la diversidad de la cultura humana en su adaptación múltiple y diversa a lo largo de la historia a los heterogéneos medios de nuestro planeta, el pueblo shuar y sus comunidades

están claramente amenazados de poder mantener su particularidad cultural, sus territorios, su cosmovisión de la realidad. El debate entre esa presión externa desde lo económico nacional globalizado y su posibilidad de continuidad es pues, como comprobamos en las comunidades, de carácter radical: o en su dinámica de resiliencia adaptación encuentran una viabilidad basada en prácticas que aporten o refuercen la triada sustentabilidad-autonomía-identidad (básicamente actividades internas propias y apropiadas), o su camino se relaciona con escenarios de pobreza, marginación, desaparición y/o exterminio. Corresponde a una disyuntiva fundamental que compromete su supervivencia y con ella, de alguna manera, también la de la riqueza humana, cultural y natural del planeta entero.

Los resultados obtenidos sobre aquellas prácticas shuar de importante índice de sustentabilidad-autonomía-identidad muestran a nivel micro alternativas para la propia economía nacional e internacional, como superación de los colapsos a los que se enfrenta con base en la lógica del crecimiento mediante extracción. Morin, como otros, señala a los pueblos indígenas en diferentes sentidos como contracara de la modernización por mucho que, como hemos comprobado, guarden también una estrecha e inevitable relación con ella. Tanto en lo tradicional como en parte de lo adoptado por grupos shuar, encontramos a nivel micro claves significativas de alternativa: desde la práctica agroecológica comunitaria a la conservación de la diversidad natural y cultural en tiempos de amenaza; de economía para el sustento extractiva pero no extractivista, sustentable hacia las generaciones futuras, con prácticas como el turismo ecológico o la implicación en la preservación de áreas naturales protegidas de la humanidad. Ello conecta con la propuesta en construcción del Buen Vivir como alternativa al desarrollo de los países andinos, directamente conectada al referente histórico que marcan sus pueblos indígenas y que, al menos desde su construcción teórica y política, encuentra en esa relación no instrumental con la naturaleza, en la centralidad de la comunidad y en sus cosmovisiones integradas de la realidad, sus pilares de futuro. Todas ellas como parte de esas rutas alternativas que se buscan y que muchas comunidades y personas experimentan en el mundo actual, y de las que los shuar participan, mostrando una vía propia.

Referencias

ALARCÓN-CHAIRES, P. Riqueza ecológica versus pobreza social: Contradicciones y perspectivas del desarrollo indígena en Latinoamérica. *In: CIMADAMORE, A.; EVERSOLE, R.; MCNEISH, J.-A. (org). Pueblos indígenas y pobreza. Enfoques multidisciplinares*. Buenos Aires: CLACSO Libros, 2006. p. 41-70.

TOLEDO, V. ¿Por qué los pueblos indígenas son la memoria de la especie? *Papeles*, n. 107, p. 27-38, 2009.

TOLEDO, V.; ALARCÓN-CHAIRES, P.; MOGUEL, P.; OLIVO, M.; CABRERA, A.; LEYERQUIEN, E.; RODRÍGUEZ-ALDABE, A. El atlas etnoecológico de México y Centroamérica: Fundamentos, métodos y Resultados. *Etnoecológica*, v. 6, n. 8, p. 7- 41, 2001.

TOLEDO, V.; BARRERA-BASSOLS, N. *La memoria biocultural*. Barcelona: Icaria, 2008.

TSERE, W.; KATAN, T.; PELLÍZARO, S.; MARTÍNES, G. *Mitos Shuar*. Quito: Abya Yala - Unión Latina, 2011.

WALLERSTEIN, I. *El moderno sistema mundial*. La segunda era de gran expansión de la economía-mundo capitalista. Ed. SXXI. México, 2011.

Terras tradicionalmente ocupadas, agronegócio e estratégias de redefinição fundiária na Amazônia brasileira

Eliane Cantarino O'Dwyer

Introdução

O objetivo deste artigo é produzir uma análise sobre as interfaces entre regularização fundiária, sustentabilidade ambiental e desmatamentos a partir de processos sociais e políticos que tem resultado no acirramento de conflitos territoriais e ambientais na Amazônia Legal e no Cerrado brasileiro¹.

Tais conflitos têm servido de justificativa para criação de programas do governo, como Terra Legal, implantado a partir de 2009, visando a regularização de terras públicas federais não destinadas, isto é, aquelas não reconhecidas (ainda) como reservas indígenas, comunidades quilombolas e/ou unidades de conservação. As justificativas de tais programas consistem em reduzir a “insegurança jurídica” e abrir a possibilidade de acesso ao crédito para desenvolvimento da produção agrícola mediante a titulação de áreas ocupadas. Observa-se, contudo, que seus efeitos têm sido justamente “a reconcentração fundiária, a especulação imobiliária e abertura de novas fronteiras agrícolas” utilizadas pelo agronegócio, sobretudo a partir da retomada e ampliação do Programa Terra Legal, pela Lei nº 13.465, de 2017.

¹ Essa análise foi feita com base nos apontamentos feitos por mim como consultora em contribuição ao relatório “Cenário Atual da Regularização Fundiária e Processos de Desmatamento no Brasil”, segundo pesquisa realizada pelo Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura (OPPA), do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA), e uma rede de pesquisadores sob coordenação da Prof^a. Dr^a. Thereza C. C. Menezes, para a Aliança pelo Clima e Uso da Terra (CLUA).

Assim, o foco na titulação de terras repercute igualmente nas dinâmicas da política de reforma agrária, ao “acelerar a concessão de títulos de propriedade aos assentados rurais pelo INCRA, na medida em que os funcionários são premiados nas metas alcançadas pelo denominado titulômetro” (MENEZES *et al.*, 2018), em detrimento dos demais benefícios de políticas públicas específicas como o PRONAF, voltadas para o fortalecimento da agricultura familiar mediante financiamento com juros mais baixos.

O processo político de flexibilização da legislação agrária nas duas últimas décadas incide igualmente sobre a política ambiental mediante a criação de um novo instrumento – CAR – que ao “descolar a regularização ambiental da fundiária cria sobreposições e tem operado de forma a favorecer a grilagem de terras na Amazônia” (idem). O estudo indica que o avanço atual das “fronteiras produtivas” confronta “áreas tradicionalmente ocupadas” como terras indígenas, quilombolas e comunidades ribeirinhas que fazem uso comum do território, o que aumenta os conflitos agrários e socioambientais, assim como os desmatamentos sistemáticos dessas áreas. O CAR (2014) tornou-se ainda o “principal instrumento de institucionalização do novo Código Florestal” (idem). Tanto no Programa Terra Legal quanto no caso do CAR, a justificativa dessas políticas era a necessidade de modernização das regulações fundiárias e ambientais visando conciliar “conservação das florestas com crescente demanda de produção agrícola” (idem). No entanto, a flexibilização do licenciamento ambiental visa, sobretudo, favorecer empreendimentos capitalistas, conforme os interesses econômicos e políticos hegemônicos nos estados da Amazônia Legal e do Cerrado, onde os projetos vêm sendo implantados.

1 Modernização conservadora

Os termos desenvolvimento e modernização tornam-se prevalentes nas justificativas dessas políticas públicas, usados como fonte de salvação da economia, em contraposição a outras formas de regulação e pertencimento

igualmente constitutivas de Estados-nação modernizantes, como no caso brasileiro que atribui direitos culturais e territoriais definindo com o projeto modernizador certas formas de “fazer história” dos chamados povos e/ou comunidades tradicionais. Tais atores sociais, autoidentificados em categorias legalmente reconhecidas como indígenas, quilombolas, populações tradicionais e outras, a partir da Constituição de 1988, contrapõem-se aos grupos econômicos e atores institucionais que impulsionam projetos políticos que se pretendem hegemônicos mediante perspectivas desenvolvimentistas modernizadoras construídas no âmbito do Estado-nação.

Mesmo no cenário político mais recente de enfraquecimento da capacidade de regulação do Estado, mediante a crescente flexibilização e mudança dos marcos legais, como apontado no referido relatório (idem), pode-se considerar que as ações de Estado a partir do controle e fiscalização dos desmatamentos enquadrados como crimes ambientais, ao obter índices de queda no período de 2005 a 2015, têm resultado na coibição de práticas ilícitas ocorridas às margens do Estado, ao pretender incorporar regiões periféricas às “formas de regulação e pertencimento que supostamente constituem o Estado-nação moderno” (DAS; POOLE, 2008, p. 19).

Contudo, na configuração política atual, o Estado tem sido tanto experimentado como desfeito mediante a flexibilização e mudança nos marcos legais. Nesse caso, as margens têm se movido para o interior do próprio Estado em virtude das incertezas políticas, o que levanta a questão da “ilegibilidade das normas legais”, que permite “identificar as margens do Estado ao dirigir nossa atenção à onipresente incerteza das leis e à arbitrariedade da autoridade que busca assegurar a lei” (ASAD, 2008, p. 61).

É o caso do novo Código de Mineração construído com a participação de técnicos do governo e representantes das empresas, ainda durante o governo Lula e enviado ao Congresso Nacional como projeto de lei em 2013, no governo Dilma, que define como um dos objetivos principais da atividade extrativista minerária a “promoção do desenvolvimento na Região Amazônica”. Assim, os eventos decorrentes da implantação de metas públicas definidas como desenvolvimentistas, ao contraporem atores sociais a interesses econômicos

e governamentais nos modos de apropriação social de espaços territoriais e ecossistemas, contam igualmente com a participação de representantes dos empreendimentos e técnicos “especialistas” que terminam por exercer um poder de exclusão dos grupos e comunidades afetados por essas políticas com seu repertório de valores, significados e experiências de vida.

A flexibilização dos marcos regulatórios, fundiário e ambiental, como na medida provisória 759 e a Lei nº 13.465/2017, atendendo às pressões da bancada ruralista, produzem alterações importantes num conjunto amplo de legislação, o que, na interpretação do Ministério Público Federal, está em descompasso com a ordem constitucional estabelecida pela Constituição Federal de 1988, afetando direitos fundamentais e imprimindo retrocessos importantes sobre conquistas constitucionais.

Deste modo, como apontado no relatório (MENEZES *et al.*, 2018), a titulação das áreas não está atrelada a recuperação de passivo ambiental gerado pelos próprios ocupantes ou seus antecessores; e o novo regulamento da reforma agrária afeta o processo de titulação das terras, mediante indenização das terras desapropriadas em dinheiro e não com título da dívida agrária, assim como pelas mudanças nos prazos para titulação e emancipação dos assentamentos rurais após 15 anos de implantação. De igual modo são flexibilizadas as normas de ocupação dos lotes no que se refere à seleção dos beneficiários, reduzindo o papel dos movimentos sociais no processo.

Diante desse quadro atual que atinge seu ápice no impeachment da presidente Dilma Rousseff, em 2015, pode-se considerar que “nada vem do nada” (ERIKSEN, 2001, p. 50) e os fortes incentivos governamentais à implantação dos grandes projetos e ao desenvolvimento do agronegócio precedem esse cenário prevalente de flexibilização da legislação pelo poder político-econômico. As mesmas justificativas de desenvolvimento e modernização são utilizadas nas políticas de estado implementadas desde os governos democráticos a partir de 2002.

O projeto de construção dos Estados-nação brasileiro e latino-americano é modernizador e não se refere apenas a governantes que tentam implementá-lo, mas também aqueles que lutam contra ele em espaços

políticos legais estabelecidos (ASAD, 2008). Assim, o poder hegemônico não elimina ambiguidades, nem homogeneiza, mas diferencia e classifica práticas, definindo junto com o projeto modernizador certas formas de fazer história, como no caso do reconhecimento das terras indígenas e terras de quilombo, neste último caso mediante titulação coletiva.

De acordo igualmente com o relatório (MENEZES *et al.*, 2018), o mapeamento das relações estabelecidas entre regularização fundiária e gestão ambiental no âmbito do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDam), a partir de 2012, foi sofrendo um deslocamento, “focando-se sobretudo na titulação de terras e na implantação do CAR”, decorrente da “crescente influência dos setores políticos ligados ao agronegócio em diferentes áreas da política pública, incluindo a política ambiental”.

No plano interpretativo, podemos contrapor desenvolvimento e modernização às terras tradicionalmente ocupadas que designam uma diversidade de situações sociais, que tem, como denominador comum, condições de existência consideradas contrastivas à “modernidade” e à margem das representações de “desenvolvimento” e “progresso” dos poderes econômicos e políticos hegemônicos. Assim, o termo “povos tradicionais” é utilizado de modo prevalente no contexto de construção modernizadora e desenvolvimentista no Brasil e engloba identidades sociais e políticas construídas em relação ao arcabouço constitucional e jurídico atual, tanto em ordenamentos nacionais quanto internacionais como garantia de reconhecimento e reprodução dos seus modos de fazer, criar e viver.

2 Autoatribuição

Sobre os usos da Convenção nº 169 da OIT como instrumento para enfrentar violação de direitos, gostaríamos de destacar que no processo de regulamentação dos procedimentos de consulta prévia pela Secretaria Geral da Presidência da República, em 2015, o Brasil reconhece como sujeitos de

direito os povos indígenas e as comunidades quilombolas, conforme se pode verificar nos relatórios apresentados pelo Estado brasileiro à OIT. Observa-se, assim, a total invisibilização das chamadas populações tradicionais não reconhecidas como sujeitos de direito à consulta prévia, isso à revelia do Decreto nº 6.040, de 2007 que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Como define o Decreto:

Povos e Comunidades Tradicionais: [são] grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

E, os territórios tradicionais são:

Os espaços necessários à reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente, o que dispõem os arts. 231 da Constituição e 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e demais regulamentações (Decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007).

Igualmente, no documento da Casa Civil de 2015 sobre o processo de regulamentação dos procedimentos de consulta prévia no Brasil da Convenção nº 169 OIT, os artigos III - Terra Indígena e IV - Território Quilombola, da forma como redigidos, fecham as possibilidades de interconexão com as terras tradicionalmente ocupadas que caracterizam igualmente povos e comunidades tradicionais.

Aliás, a delimitação de território quilombola, no caso das áreas que ainda não foram objeto de regularização fundiária, isto é, a maioria delas, é definida naquele documento da Casa Civil de 2015, como transcrito a seguir: “considerar-se-á para fins de delimitação territorial, a área média dos estabelecimentos rurais destinados à agricultura familiar na região de localização da comunidade multiplicada pelo número de famílias quilombolas no território”, desconsiderando-se assim modos de vida e territorialidades específicas. Enfim, o uso de novos termos como território encobre a prática

efetiva de regularização fundiária nos moldes de um campesinato parcelar mediante a redução das áreas de ocupação tradicional (como extrativismo) ao perímetro ocupado pelas moradias e terrenos de cultivo.

O relatório (MENEZES *et al.*, 2018), ao apresentar ainda o panorama da regularização fundiária nos estados pesquisados de Mato Grosso, Amazonas, Pará e Tocantins, dá carne e sangue à descrição de processos históricos de avanço da fronteira agrícola estimulados por governos federais e apoiados por governos estaduais em um movimento de privatização das terras e “liberação” das terras tradicionalmente ocupadas. A concessão de terras públicas e sua privatização, conforme descrita no relatório, “beneficiou grandes proprietários de terra em detrimento dos direitos territoriais de povos indígenas, comunidades tradicionais e pequenos posseiros”. Pode-se assim considerar que “empreendimentos capitalistas e estados-nação modernizantes são os dois mais importantes poderes que organizam o espaço hoje” (ASAD, 1973, p. 8).

A pretensa “segurança jurídica” pela titulação de terras públicas federais e estaduais em favor de particulares para acesso a financiamentos e programas de governo voltados aos interesses econômicos do capital, ao invés de resolver, como se esperava, o chamado “caos fundiário”, gera, na prática, um “clima de insegurança no campo” pelo crescente aumento dos conflitos territoriais diante dos diferentes grupos expropriados das suas terras. A tão propalada “segurança jurídica” serve, de fato, no quadro atual, ao avanço da fronteira agrícola para desembaraçar as áreas de interesse do agronegócio e mineração de “problemas ambientais” com as mudanças no Código Florestal e os usos do CAR. A mudança na lei, nesse caso, é utilizada como um modo de contornar os ilegalismos das práticas econômicas e políticas (FOUCAULT, 1979).

A análise dos dados sobre as dinâmicas do desmatamento aparece assim atrelada à expansão do agronegócio e à flexibilização da legislação que resulta no novo Código Florestal e incide inclusive em propostas, por medidas provisórias, de alteração dos limites de unidades de conservação, como no caso amplamente noticiado da Flona de Jamanxin, no município de Novo Progresso, no Pará.

Sobre o monitoramento pelos organismos governamentais das áreas de desmatamento na Região Amazônica operado pelo Prodes, e ainda não

aplicado ao bioma Cerrado, deve-se destacar que não inclui áreas degradadas por incêndios florestais, como no caso das áreas indígenas Awá, no Maranhão, afetadas por interesses madeireiros e de grileiros sobre terras públicas da União, que foram objeto de minha observação direta mediante laudo antropológico para Justiça Federal do Maranhão (O'DWYER, 2016).

Outro ponto a ser destacado são os usos políticos da autoatribuição, segundo a Convenção nº 169 da OIT. A autoatribuição identitária tem sido utilizada por povos indígenas, quilombolas e outras comunidades tradicionais, nos processos de reconhecimento territorial pelo Estado brasileiro. Tais processos sociopolíticos devem ser contrastados aos processos autodeclaratórios emitidos no âmbito do CAR. O questionamento sobre a autoidentificação de povos e comunidades tradicionais tem sido acionado em contextos de negação de direitos às terras tradicionalmente ocupadas. Assim, na ADI do DEM contra o Decreto nº 4.887, de 2003, já julgada improcedente pelo STF, foi usado o seguinte argumento contrário ao critério de autoatribuição: como um indivíduo e/ou grupo social ao definir para si um nome, passa a ser identificado como tal para fins de reconhecimento dos direitos constitucionais às suas formas de organização social, práticas culturais e terras por ele ocupadas tradicionalmente.

Na defesa do decreto supracitado, a Procuradoria Geral da República e a Advocacia Geral da União utilizam os argumentos desenvolvidos pelos antropólogos em suas pesquisas, principalmente sobre o critério de autoatribuição, como a “característica crítica [...] que passa a classificar uma pessoa em termos de sua identidade básica, mais geral” (BARTH, 2000, p. 32). Tal categoria identitária é considerada uma “atribuição étnica” quando referida a uma origem comum presumida e “circunstâncias de conformação” (idem) como, por exemplo, no caso de grupos indígenas e das chamadas comunidades negras rurais.

É importante destacar uma discrepância que faz toda diferença entre defender interesses coletivos e se definir individualmente como proprietário de uma terra, sobretudo em áreas de fronteira. Além disso, a conceituação de “terras tradicionalmente ocupadas” pela Constituição brasileira de 1988 corresponde a uma forma de ocupação que considera as situações sociais em curso, à luz dos “modos de criar, fazer e viver” de determinados grupos,

orientados por suas relações, representações e valores (DUPRAT, 2007). Os “povos tradicionais”, enquanto categoria inclusiva, compreendem grupos indígenas, remanescentes de quilombos, os chamados ribeirinhos, seringueiros, entre outras designações, que assumem significados descritivos e analíticos, mas também como diacríticos usados pelos atores sociais em contextos de interação para assinalar formas de pertencimento mediante a construção de fronteiras étnicas, sociais e espaciais, bem como na relação com o Estado. Por essa razão, segundo a Procuradora Deborah Duprat (2007), tais modos de viver são acolhidos pela ordem legal, ao contrário de outros institutos jurídicos de “natureza civilista” que, desde a chamada Lei de Terras de 1850, determinam externamente a ocupação legítima a ser observada por todos.

Deste modo, o termo “povos tradicionais” designa uma diversidade de situações sociais que têm como denominador comum condições de existência consideradas contrastivas à “modernidade” e à margem das representações de “desenvolvimento” e “progresso” dos poderes econômicos e políticos hegemônicos.

Considerações finais

Essa configuração da “modernidade”, como oposta à tradição, envolve a questão do conceito de bens públicos, assim considerados não porque trazem satisfação aos indivíduos decompostos, segundo a perspectiva de certo individualismo metodológico. Ao contrário, os bens públicos podem ser identificados como irredutivelmente sociais, “no sentido de que não podem ser obtidos por uma pessoa sem que seja garantido a todo um grupo” (TAYLOR, 2000, p. 10). Pode-se ainda argumentar que os biomas Floresta Amazônica e Cerrado não constituem uma “natureza intocável” desde a colonização, mas são o resultado igualmente de modos próprios de fazer, criar e viver de povos tradicionais (DIEGUES, 1996).

Nesse contexto de flexibilização da legislação, a “boa-fé” das pessoas na ocupação de terras públicas tem sido por vezes considerada como um bem jurídico protegido, inclusive pelo Ministério Público Federal. Contudo, os novos marcos legais colocam em risco as ações de combate ao desmatamento

e dão prioridade às metas individuais do agronegócio e de empreendimentos extrativistas madeireiros e minerários a partir de uma visão prevalentemente utilitarista dos recursos ambientais. No entanto, a defesa da floresta como um bem comum pode ser uma meta importante o suficiente para ter prioridade sobre metas privatistas, mesmo que desenvolvimentistas e modernizantes (TAYLOR, 2000), segundo o debate em curso sobre a conservação dos biomas da floresta e do cerrado na medida em que constituem de fato bens irredutivelmente sociais.

Referências

- ASAD, T. *Anthropology & the colonial encounter*. New York: Humanities Press, 1973.
- ASAD, T. ¿Dónde están los márgenes del estado? *Cuadernos de Antropología Social*, Buenos Aires, Argentina, n. 27, p. 53-62, jan./jul. 2008.
- BARTH, F. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Organização: Tomke Lask. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000.
- DAS, V.; POOLE, D. El Estado e sus márgenes. Etnografías Comparadas. *Cuadernos de Antropología Social*, Buenos Aires, Argentina, n. 27, p. 19-52, jul. 2008.
- DIEGUES, A. C. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: HUCITEC, 1996.
- DUPRAT, D. O direito sob o marco da pluriethnicidade/multiculturalidade. In: DUPRAT, D. (org.). *Pareceres jurídicos: direito dos povos e das comunidades tradicionais*. Manaus: Editora da UFA, 2007. p. 9-19.
- ERIKSEN, T. H. *Ethnic identity, national identity and intergroup conflict*. New York: Oxford University Press, 2001.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Organização e tradução: Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- MENEZES, T. et al. *Relatório Cenário Atual da Regularização Fundiária e Processos de Desmatamento no Brasil*. OPPA/CLUA. Janeiro de 2018.
- O'DWYER, E. C. Nas fronteiras do Estado-nação: conflitos socioambientais e incêndios florestais nas terras indígenas dos Awá-Guajá no Maranhão. *Revista Pós Ciências Sociais*, São Luís, v. 13, n. 26, p. 31-48, 2016.
- TAYLOR, C. *Argumentos filosóficos*. Tradução: Adail Sobral. São Paulo: Loyola, 2000.

Autores

Adelia Miglievich-Ribeiro

Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. Professora Associada do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo - Ufes e docente permanente no PPG de Ciências Sociais e no PPG de Letras, nesta universidade.

Ana María Araújo

Doctora en Sociología de la Universidad de París I Panthéon Sorbonne, França. Profesora de la Facultad de Psicología, Universidad de la República, Uruguay y Coordinadora del Grupo de Investigación

Bárbara Jerez Henríquez

Docente de la Escuela de Trabajo Social de la Universidad de Valparaíso, Chile

Carlos Potiara Castro

Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas – Unicamp. Mestre em Ciência Política pela Universidade de Paris VIII. Professor titular do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB),

Carlos Walter Porto-Gonçalves

Doutorado em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. Professor Titular da Universidade Federal Fluminense - UFF e Coordenador do Laboratório de Estudos de Movimentos Sociais e Territorialidades - LEMTO.

Dalva Maria da Mota

Doutora em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE. Mestre em Sociologia Rural pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB. Pesquisadora da Embrapa Amazônia Oriental/PA. Bolsista de produtividade do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Delma Pessanha Neves

Doutora e mestre em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. Graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense - UFF. Professora colaboradora no PPG em Sociedade, Natureza e Desenvolvimento DA Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA. Professora no Programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense.

Dérick Lima Gomes

Mestre em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável pelo Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas da Universidade Federal do Pará/Embrapa - PPGAA/UFPA. Geógrafo pela Universidade Estadual do Pará - UEPA. Atua como Professor Conteudista de livro didático na Universidade Estácio de Sá e como pesquisador de Extensão no País (nível C) do CNPq/Embrapa.

Edna Maria Ramos de Castro

Doutorado em Ciencias Sociais pela École des Hautes Études en Sciences Sociales - EHESS, França. Professora Titular da Universidade Federal do Pará, atuando no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos - NAEA/UFPA.

Eduardo Gudynas

Mestre en Ecología Social, Multiversidad Franciscana de América Latina (Montevideo) y Pontificia Facultad San Buenaventura de Roma, con una tesis sobre el movimiento ambientalistas en América Latina. Secretario Ejecutivo del Centro Latino Americano de Ecología Social - CLAES, Montevideo, Uruguay.

Eliane Cantarino O'Dwyer

Doutorado e mestrado em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. Graduada em história pela Universidade Federal Fluminense - UFF. Professora titular do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense – PPGA/UFF e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal do Pará – PPGSA/UFPA.

Ester Limonad

Doutora em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo - USP. Mestre em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Professora titular do Departamento de Geografia da Universidade Federal Fluminense - UFF, Bolsista de Produtividade do Conselho Nacional de Pesquisa Científica e Tecnológica.

Eunápio Dutra do Carmo

Professor da Universidade Federal do Pará/UFPA, Mestre em Planejamento do Desenvolvimento PLADES/ NAEA/UFPA, Doutor em Ciências da Educação pela PUC/RJ, Pós-Doutor em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido – PPGDSTU/NAEA e pesquisador do GETTAM/NAEA.

Héctor Atilio Poggiese

Mestre em Administração pelo Fundação Getúlio Vargas, RJ. Professor titular da Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales - FLACSO, Argentina.

Heribert Schmitz

Doutor em Sociologia Rural pela Humboldt Universität Zu Berlin, HUBERLIN, Alemanha. Mestrado em Grundlagen des Maschinenwesens pela RWTHA Aachen University, RWTHA, Alemanha. Professor de Sociologia da Universidade Federal do Pará - UFPA, bolsista de produtividade do CNPq.

José Vicente Tavares dos Santos

Doutor em Sociologia (Doctorat d'Etat) pela Université de Paris X, Nanterre. Professor Titular aposentado da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS.

Pablo Paño Yáñez

Doctor en Antropología Social pelo Departamento de Antropología e Historia de América y Africa da Universidad de Barcelona, España. Docente e Investigador na Escuela de Sociología da Universidad de Cuenca, Ecuador.

Paola Bolados García

Doutora em Estudos Interdisciplinares sobre Pensamento, Cultura e Sociedade pela Universidade de Valparaíso, Chile. Professora da Faculdade de Trabalho Social, Valparaíso, Chile.

Luis Fernando Novoa Garzon

Doutor em Planejamento Urbano e Regional pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro - IPPUR/UFRJ. Professor da Universidade Federal de Rondônia – UNIR. Coordena o Grupo de Pesquisa “Territorialidades e Imaginários na Amazônia” na UNIR e é um dos coordenadores do Programa de Pesquisa “BNDES: grupos econômicos, setor público e sociedade civil no contexto nacional e internacional? vinculado ao Laboratório Estado, Território, Trabalho e Natureza - ETTERN do IPPUR/UFRJ.

Moisés Mourão Júnior

Doutor em Geografia, com ênfase em modelos espaciais pela Université Sorbonne Nouvelle – Paris III. Mestrado em Estatística e Experimentação Agropecuária pela Universidade Federal de Lavras - UFLA. Bacharelado em Biologia pela Universidade Federal do Pará - UFPA. Pesquisador da Embrapa Amazônia Oriental/PA.

Sara Alonso

Doutora en Antropología por el Museo Nacional/UFRJ (Brasil). Profesora del Máster Universitario en Comunicación y Producción Cultural - Blanquerna-Universidad Ramón Llull (Barcelona - España) y del Master de Estudios Avanzados en Exclusión Social (Universidad de Barcelona/Campus Docente San Juan de Dios -España). Investigadora del grupo de trabajo, “Grandes obras de infra-estructura: Hidroeléctricas, puertos, hidrobas y carreteras” (Líder del grupo: Dra. Edna Castro).

Violeta Refkalefsky Loureiro

Doutora em Sociologia do Desenvolvimento pela Universidade de Paris III. Mestrado em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas - Unicamp. Professora do Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia na Universidade Federal do Pará – PPGSA/UFPA.

A revisão da literatura crítica tem sido percorrida segundo algumas orientações que possam produzir espelhos teóricos, a partir do lugar, da realidade vivida, da história, da memória, e das subjetividades de povos distintos que vivem na América Latina. São diferenças lógicas e modos de pensar que escapam ao entendimento da ciência ocidental sem os filtros da interpretação produzida a partir do lugar e dos contextos. Os capítulos publicados nesta coletânea visitam dimensões de uma problemática comum que é o conhecimento, e conversam com as perspectivas da teoria crítica, dos estudos pós-coloniais e decoloniais e da ecologia política uma vez que estas conformam, no presente, linhas de interpretação com base na inversão do olhar, no trabalho de descolonizar os imaginários, a partir das experiências vividas em diferentes espaços não hegemônicos.

